

**NERA- Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária****EDITORIAL DOSSIÊ SINGA/NERA**

Claudio Ubiratan Gonçalves e Paulo Roberto Rapozo Alentejano

GRANDES PROJETOS DE MINERAÇÃO NA AMAZÔNIA: O GOVERNO BIO/NECROPOLÍTICO DO TERRITÓRIO E OS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO DE EXCEÇÃO

Bruno César Malheiro

MINERAÇÃO E QUESTÃO AGRÁRIA: GRANDES PROJETOS, REGIME DE TERRAS E A FORMAÇÃO DO LATIFÚNDIO MINERO-EXPORTADOR NO CONTEXTO DO PROJETO MINAS RIO (2007-2014)

Eduardo Barcelos

AS FORMAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Elaine Aparecida Ramos e Ana Claudia Giannini Borges

O COMPORTAMENTO DO PRONAF NO SUDESTE DO PARÁ: UM ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO 26 DE MARÇO, MARABÁ-PA

Evandro Neves e Heribert Schmitz

O "NOVO CAMINHO DAS ÁGUAS" NA PARAÍBA: DESPOJO MÚLTIPLO E REGIMES DE DESAPROPRIAÇÃO EM OBRAS HÍDRICAS NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

Hugo Belarmino de Moraes, Ana Maria Motta Ribeiro e Osvaldo Bernardo da Silva

DO MONOCULTIVO DA CANA AO MONOCULTIVO DO EUCALIPTO, DUAS FACES DE UMA MESMA TRAGÉDIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O COMPLEXO MADEIRA-PAPEL-CELULOSE EM ALAGOAS

Lucas Gama Lima e Jéssica Lima Barbosa

RESISTÊNCIA À EXPANSÃO DA MINERAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL: REFLEXÕES A PARTIR DO PROJETO DA MINA GUÁIBA

Júlio Picon Alt, Daniela Dias Kuhn e Ana Monteiro Costa

ACAMPAMENTOS DE LUTA PELA TERRA: OS LUGARES DA RESISTÊNCIA

Júnia Marise Matos de Sousa

UM BREVE HISTÓRICO JURÍDICO E AS INJUSTIÇAS PROMOVIDAS NOS TERRITÓRIOS EXTRATIVIVO-MINERAL NO BRASIL

Lucas Zenha Antonino

A FALÁCIA DO DISCURSO DE MODERNIZAÇÃO E A APROPRIAÇÃO DA TERRA E DA ÁGUA NO BAIXO SÃO FRANCISCO

Mara Íris Barreto Lima, Fernando Paixão Santos e Bruno Andrade Ribeiro

OS PROCESSOS DE LUTA E RESISTÊNCIA NA TERRA CAMPONESA FRENTE AOS IMPERATIVOS DO CAPITAL EM SERRA DO RAMALHO/BA

Maria Iêda da Silva e Jânio Roberto Diniz dos Santos

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, MERCADO DE TERRAS E OS CONFLITOS TERRITORIAIS NO CAMPO FRENTE À MINERAÇÃO NA PARAÍBA

Nielson Polucena Lourenço

RETROCESSOS OU CONTINUIDADE? QUESTÃO AGRÁRIA E A PROPRIEDADE PRIVADA NO BRASIL E SUAS REPERCUSSÕES NA POLÍTICA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DA BAHIA

Paula Adelaide Mattos Santos Moreira e Guiomar Inez Germani

A DINÂMICA DEMOGRÁFICA DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS AMPLIADA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DA REFORMA AGRÁRIA

Rômulo Luiz Silva Panta e Ivan Targino Moreira

AGRICULTURA MARGINAL E VULNERABILIDADE CAMPONESA: UM ESTUDO DE CASO COM TRABALHADORES ACAMPADOS ÀS MARGENS DA BR-104, ENTRE AS CIDADES ALAGOANAS DE UNIÃO DOS PALMARES E MURICI

Ronaldo Rodrigues de Melo Junior e Leandra Lourenço Domingos

DESTERRITORIALIZAÇÃO E NOVAS VULNERABILIDADES NA CONSTRUÇÃO DO CANAL DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: TERRITÓRIO DO POVO PIPIPÃ, FLORESTA, PERNAMBUCO

Glaciene Mary da Silva Gonçalves, Claudio Ubiratan Gonçalves e André Monteiro Costa

A REFORMA AGRÁRIA E O SURGIMENTO DAS LIGAS CAMPONESAS NO ESTADO DE GOIÁS ENTRE 1960-1964

Saimon Lima de Britto e Elizeu Ribeiro Lira

TRAJETÓRIAS CAMPONESAS NO ACAMPAMENTO REDUTO DO CARAGUATÁ: PROCESSOS MIGRATÓRIOS E RESISTÊNCIA AO LATIFÚNDIO NO ESTADO DO PARANÁ

Silas Rafael da Fonseca

CONFLITUALIDADES TERRITORIAIS NA MICRORREGIÃO DA CAMPANHA OCIDENTAL: TERRITÓRIOS CAMPONESES VERSUS TERRITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO

Vagner Guimarães Ramos

"NAS MINAS, A TERRA VALE OURO" QUESTÃO AGRÁRIA E MINERAÇÃO NO VALE DO JEQUITINHONHA (MINAS GERAIS, BRASIL)

Aline Weber Sulzbacher, Leonardo Cesar Fernandes e Clebson Souza de Almeida

Revista NERA nº. 59

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera>

EDITORES

**Camila Ferracini Origuéla
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira**

CONSELHO EDITORIAL

**Antonio Augusto Rossotto Ioris
Bernardo Mançano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi
Hannah Wittman
Wendy Wolford**

ORGANIZADORES DO DOSSIÊ

**Claudio Ubiratan Gonçalves
Paulo Roberto Rapozo Alentejano**

**NERA
Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
2021**

Revista NERA (RNERA) nº. 59

EDITORES

Camila Ferracini Origuéla
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Augusto Rossoto Ioris
Bernardo Mançano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi
Wendy Wolford
Hannah Wittman

ORGANIZADORES DO DOSSIÊ

Claudio Ubiratan Gonçalves
Paulo Roberto Rapozo Alentejano

DIAGRAMAÇÃO

Marcia Arteaga Pertuz
Lorena Izá Pereira
Lucas Brito

CONSELHO CIENTÍFICO

Acácio Zuniga Leite – UnB (Brasília, DF, Brasil)
Antonio Augusto Rossotto Ioris – Cardiff University (Cardiff, País de Gales)
Adriano Rodrigues de Oliveira – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Ana Carolina Gonçalves Leite – UFPE (Recife, PE, Brasil)
Ana Domínguez Sandoval – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
Ana Rute do Vale – UNIFAL-MG (Alfenas, MG, Brasil)
Carlos Alberto Feliciano – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Carolina Russo Simon – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Cassio Arruda Boechat – UFES (Vitória, ES, Brasil)
Daniela Pessoa de Goes Calmon – International Institute of Social Studies (The Hague, Holanda)
Danilo Borja – University of Calgary (Calgary, Canadá)
Débora Assumpção e Lima – UNICAMP (Campinas, SP, Brasil)
Djoni Roos – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Douglas Cristian Coelho – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Elieni Constantino Gonçalves – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Erick Gabriel Jones Kluck – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Evandro César Clemente – UFG (Jataí, GO, Brasil)
Fábio Teixeira Pitta – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Facundo Martín – UNCUYO, (Mendoza, Argentina)
Fernando Mendonça Heck – IFSP (Tupã, SP, Brasil)
Flamarion Dutra Alves – UNIFAL-MG (Alfenas, MG, Brasil)
Francilane Eulália de Souza – UEG (Formosa, GO, Brasil)
Francisco Hidalgo Flor – Universidad Central del Ecuador (Quito, Pichincha, Equador)
Flavio Bladimir Rodríguez Muñoz – Universidad Externado de Colômbia (Bogotá, Cundinamarca, Colômbia)
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hannah Wittman – UBC (Vancouver, British Columbia, Canadá)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil) e CNRS (França)
Humberto Tommasino – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
Isaiás Tobasura Acuña – Universidad de Caldas (Manizales, Caldas, Colômbia)
Jacob Binsztok – UFF (Niterói, RJ, Brasil)
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha – UFTM (Uberaba, MG, Brasil)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
José Antonio Segrelles Serrano – Universidad de Alicante (Alicante, Espanha)
José Carlos Dantas – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
José Sobreiro Filho – UFPA (Belém, PA, Brasil)
Juliana Grasiéli Bueno Mota – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
Juscelino Eudâmidas Bezerra – UnB (Brasília, DF, Brasil)
Leandro Vieira Cavalcante – UFRN (Natal, RN, Brasil)
Lindberg Nascimento Júnior – UFSC (Florianópolis, SC, Brasil)
Luciano Concheiro Borquez - UAM-X (Cidade do México, Distrito Federal, México)
Luis Daniel Hocsman - Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Luis Felipe Rincón Manrique – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Marcelo Gomes Justo – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
Márcio Freitas Eduardo – UFFS (Erechim, RS, Brasil)
Marco Antonio Mitidiero Junior – UFPB (João Pessoa, PB, Brasil)
Margarida de Cássia Campos – UEL (Londrina, PR, Brasil)
Maria Clara Salim Cerqueira – UFMG (Belo Horizonte, Brasil)
Marta Beatriz Chiappe Hernández – UDELAR (Montevideu, Uruguai)

Mateus de Almeida Prado Sampaio – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Matías Carámbula Pareja – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
 Michele Linder – UFRGS (Porto Alegre, RS, Brasil)
 Mônica Shicavinatto – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
 Munir Jorge Felício – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)
 Omar Angel Arach – Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
 Onélia Carmem Rossetto – UFMT (Cuiabá, MT, Brasil)
 Oscar Bazoberry Chali – UMSA (La Paz, Bolívia)
 Raul Paz – UNSE (Santiago Del Estero, Argentina)
 Rodrigo Simão Camacho – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
 Roni Mayer Lomba – UNIFAP (Amapá, AP, Brasil)
 Samuel Frederico – UNESP (Rio Claro, SP, Brasil)
 Sedeval Nardoque – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
 Sílvia Aparecida de Sousa Fernandes – UNESP (Marília, SP, Brasil)
 Thaís Tartalha do Nascimento Lombardi – UFABC (São Bernardo do Campo, SP, Brasil)
 Thiago Araújo Santos – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
 Valdemar João Wesz Junior – UNILA (Foz do Iguaçu, PR, Brasil)
 Valmir José Valério – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
 Virginia Marina Rossi Rodriguez – UDELAR (Paysandú, Uruguai)
 Wendy Wolford – Cornell University (Ithaca, New York, Estados Unidos da América)
 Wilder Robles – University of Manitoba (Winnipeg, Canadá)

CAPA

Lucas Pauli – USP (São Paulo, Brasil)

Revista NERA

Distribuída por



Indexada por



Ficha Catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, nº. 1, nº. 2	2016 – ano 19, nº 30
1999 – interrompida	2016 – ano 19, nº31
2000 – ano 3, nº. 3	2016 – ano 19, nº32, Dossiê
2001 – interrompida	2016 – ano 19, nº33
2002 – interrompida	2017 – ano 20, nº34, Dossiê
2003 – interrompida	2017 – ano 20, nº35
2004 – ano 7, nº. 4	2017 – ano 20, nº36, Dossiê
2004 – ano 7, nº. 5	2017 – ano 20, nº37
2005 – ano 8, nº. 6	2017 – ano 20, nº38, Dossiê
2005 – ano 8, nº. 7	2017 – ano 20, nº39, Dossiê
2006 – ano 9, nº. 8	2017 – ano 20, nº 40
2006 – ano 9, nº. 9	2018 – ano 21, nº 41
2007 – ano 10, nº. 10	2018 – ano 21, nº 42, Dossiê
2007 – ano 10, nº. 11	2018 – ano 21, nº 43
2008 – ano 11, nº. 12	2018 – ano 21, nº 44
2008 – ano 11, nº. 13	2018 – ano 21, nº 45, Dossiê
2009 – ano 12, nº. 14	2019 – ano 22, nº 46
2009 – ano 12, nº. 15	2019 – ano 22, nº 47, Dossiê
2010 – ano 13, nº. 16	2019 – ano 22, nº 48, Dossiê
2010 – ano 13, nº. 17	2019 – ano 22, nº 49
2011 – ano 14, nº. 18	2019 – ano 22, nº 50
2011 – ano 14, nº. 19	2020 – ano 23, nº 51
2012 – ano 15, nº. 20	2020 – ano 23, nº 52 – Dossiê
2012 – ano 15, Dossiê	2020 – ano 23, nº 53
2012 – ano 15, nº. 21	2020 – ano 23, nº 54 – Dossiê
2013 – ano 16, nº. 22	2020 – ano 23, nº 55
2013 – ano 16, nº. 23	2021 – ano 24, nº 56
2014 – ano 17, nº. 24	2021 – ano 24, nº 57 – Dossiê
2014 – ano 17, nº. 25	2021 – ano 24, nº 58
2015 – ano 18, nº 26, Dossiê	2021 – ano 24, nº 59 - Dossiê
2015 – ano 18, nº 27	Quadrimestral
2015 – ano 18, nº 28, Dossiê	ISSN 1806-6755
2015 – ano 18, nº 29	

1. Geografia - Periódicos - Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/Unesp

ENDEREÇO

Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
 FCT/UNESP – Bloco Docente I – Sala 19
 Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552

Site: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera> - e-mail: revistanera@fct.unesp.br

Sumário

EDITORIAL DOSSIÊ SINGA/NERA

- 10 SINGA/NERA SPECIAL ISSUE EDITORIAL
DOSSIER EDITORIAL SINGA/NERA

Claudio Ubiratan Gonçalves e Paulo Roberto Rapozo Alentejano

GRANDES PROJETOS DE MINERAÇÃO NA AMAZÔNIA: O GOVERNO BIO/NECROPOLÍTICO DO TERRITÓRIO E OS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO DE EXCEÇÃO

- 13 BIG MINING PROJECTS IN THE AMAZON: THE BIO/NECROPOLITIC GOVERNMENT OF THE TERRITORY AND AND THE EXCEPTIONAL TERRITORIALIZATION PROCESSES

GRANDES PROYECTOS DE MINERÍA EN LA AMAZONÍA: EL GOBIERNO BIO/NECROPOLÍTICO DEL TERRITORIO Y LOS PROCESOS DE TERRITORIALIZACIÓN DE EXCEPCIÓN

Bruno César Malheiro

MINERAÇÃO E QUESTÃO AGRÁRIA: GRANDES PROJETOS, REGIME DE TERRAS E A FORMAÇÃO DO LATIFÚNDIO MINERO-EXPORTADOR NO CONTEXTO DO PROJETO MINAS RIO (2007-2014)

- 36 MINING AND THE AGRARIAN QUESTION: MAJOR PROJECTS, LAND REGIME AND THE FORMATION OF THE MINING-EXPORTING LATIFUNDIUM IN THE CONTEXT OF THE MINAS RIO PROJECT (2007-2014)

LA MINERÍA Y LA CUESTIÓN AGRARIA: GRANDES PROYECTOS, RÉGIMEN DE TIERRAS Y LA FORMACIÓN DEL LATIFUNDIO MINERO-EXPORTADOR EN EL CONTEXTO DEL PROYECTO MINAS RÍO (2007-2014)

Eduardo Barcelos

AS FORMAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

- 62 THE FORMS OF PRODUCTION AND SOCIAL REPRODUCTION IN RURAL SETTLEMENTS

LAS FORMAS DE PRODUCCIÓN Y REPRODUCCIÓN SOCIAL EN LOS ASENTAMIENTOS RURALES

Elaine Aparecida Ramos e Ana Claudia Giannini Borges

O COMPORTAMENTO DO PRONAF NO SUDESTE DO PARÁ: UM ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO 26 DE MARÇO, MARABÁ-PA

- 88 PRONAF'S Demeanor IN THE SOUTHEAST PARÁ: A CASE STUDY IN ASSENTAMENTO 26 DE MARÇO, MARABÁ (PA)

EL COMPORTAMIENTO DE PRONAF EN EL SURESTE DE PARÁ: UN

Evandro Neves e Heribert Schmitz

O "NOVO CAMINHO DAS ÁGUAS" NA PARAÍBA: DESPOJO MÚLTIPLO E REGIMES DE DESAPROPRIAÇÃO EM OBRAS HÍDRICAS NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

109

THE "NEW WAY OF THE WATERS" IN PARAÍBA: MULTIPLE DISPOSSESSION AND EXPROPRIATION REGIMES IN WATER PROJECTS IN THE SEMIARID NORTHEAST

EL "NUEVO CAMINO DE LAS AGUAS" EN PARAÍBA: DESPOJO MÚLTIPLE Y REGÍMENES DE EXPROPIACIÓN EN OBRAS HÍDRICAS EN EL NORESTE SEMIÁRIDO

Hugo Belarmino de Moraes, Ana Maria Motta Ribeiro e Osvaldo Bernardo da Silva

DO MONOCULTIVO DA CANA AO MONOCULTIVO DO EUCALIPTO, DUAS FACES DE UMA MESMA TRAGÉDIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O COMPLEXO MADEIRA-PAPEL-CELULOSE EM ALAGOAS

133

FROM THE MONOCULTURE OF SUGAR CANE TO EUCALYPTUS MONOCULTURE, TWO SIDES OF THE SAME TRAGEDY: CONSIDERATIONS ABOUT THE WOOD-PAPER-CELLULOSE COMPLEX IN ALAGOAS

DEL MONOCULTIVO DE LA CAÑA DE AZÚCAR AL MONOCULTIVO EUCALIPTO, DOS CARAS DE LA MISMA TRAGEDIA: CONSIDERACIONES RESPECTO AL COMPLEJO MADERA-PAPEL-CELULOSA EN ALAGOAS

Lucas Gama Lima e Jéssica Lima Barbosa

RESISTÊNCIA À EXPANSÃO DA MINERAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL: REFLEXÕES A PARTIR DO PROJETO DA MINA GUAÍBA

152

RESISTANCE TO MINING EXPANSION IN RIO GRANDE DO SUL: REFLECTIONS FROM THE GUAÍBA MINA PROJECT

RESISTENCIA A LA EXPANSIÓN MINERA EN RIO GRANDE DO SUL: REFLEXIONES DEL PROYECTO MINA GUAÍBA

Júlio Picon Alt, Daniela Dias Kuhn e Ana Monteiro Costa

ACAMPAMENTOS DE LUTA PELA TERRA: OS LUGARES DA RESISTÊNCIA

176

LAND-FIGHTING CAMPS: THE PLACES OF RESISTENCE

CAMPOS DE LUCHA: LOS LUGARES DE RESISTENCIA

Júnia Marise Matos de Sousa

UM BREVE HISTÓRICO JURÍDICO E AS INJUSTIÇAS PROMOVIDAS NOS TERRITÓRIOS EXTRATIVO-MINERAL NO BRASIL

192

A BRIEF LEGAL HISTORY AND THE INJUSTICES PROMOTED IN
EXTRACTIVE-MINERAL TERRITORIES IN BRAZIL

UNA BREVE HISTORIA LEGAL Y LAS INJUSTICIAS PROMOVIDAS EN
TERRITORIOS DE EXTRACCIÓN DE MINERALES EN BRASIL

Lucas Zenha Antonino

**A FALÁCIA DO DISCURSO DE MODERNIZAÇÃO E A APROPRIAÇÃO DA
TERRA E DA ÁGUA NO BAIXO SÃO FRANCISCO**

213

THE FALLACY OF THE MODERNIZATION DISCOURSE AND THE
APPROPRIATION OF LAND AND
WATER IN THE BAIXOSÃO FRANCISCO

LA FALACIA DEL DISCURSO DE MODERNIZACIÓN Y LA APROPIACIÓN DE
TIERRA Y AGUA EN EL BAIXO SÃO FRANCISCO

Mara Íris Barreto Lima, Fernando Paixão Santos e Bruno Andrade Ribeiro

**OS PROCESSOS DE LUTA E RESISTÊNCIA NA TERRA CAMPONESA
FRENTE AOS IMPERATIVOS DO CAPITAL EM SERRA DO RAMALHO/BA**

234

THE PROCESSES OF STRUGGLE AND RESISTANCE IN PEASANT
LAND AGAINST THE IMPERATIVES OF CAPITAL IN SERRA DO
RAMALHO/BA

LOS PROCESOS DE LUCHA Y RESISTENCIA EN TIERRAS
CAMPESINAS CONTRA LOS IMPERATIVOS DEL CAPITAL EN SERRA
DO RAMALHO / BA

Maria Iêda da Silva e Jânio Roberto Diniz dos Santos

**REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, MERCADO DE TERRAS E OS
CONFLITOS TERRITORIAIS NO CAMPO FRENTE À MINERAÇÃO NA
PARAÍBA**

256

LAND REGULARIZATION, LAND MARKET AND TERRITORIAL CONFLICTS
ON THE FIELD IN THE FACE OF MINING IN PARAÍBA

LA REGULARIZACIÓN DE LA PROPIEDAD, MERCADO DE TIERRAS Y LOS
CONFLICTOS TERRITORIALES EN EL CAMPO FRENTE LA EXPLORACIÓN
Y EXTRACCIÓN MINERAL DE PARAÍBA

Nielson Polucena Lourenço

**RETROCESSOS OU CONTINUIDADE? QUESTÃO AGRÁRIA E A
PROPRIEDADE PRIVADA NO BRASIL E SUAS REPERCUSSÕES NA
POLÍTICA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DA BAHIA**

276

SETBACKS OR CONTINUITY? AGRARIAN ISSUE AND PRIVATE PROPERTY
IN BRAZIL AND ITS REPERCUSSIONS ON THE NATIONAL AGRARIAN
REFORM POLICY IN THE STATE OF BAHIA

¿CONTRATIEMPOS O CONTINUIDAD? LA CUESTIÓN AGRARIA Y
LAPROPIEDAD PRIVADA EN BRASIL Y SUS REPERCUSIONES EM LA
POLÍTICA NACIONAL DE REFORMA AGRARIA EN EL ESTADO DE BAHÍA

Paula Adelaide Mattos Santos Moreira e Guiomar Inez Germani

A DINÂMICA DEMOGRÁFICA DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS AMPLIADAS NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DA REFORMA AGRÁRIA

291 THE DEMOGRAPHIC DYNAMICS OF THE PEASANT FAMILIES EXPANDED IN RURAL SETTLEMENTS OF AGRARIAN REFORM

LA DINÁMICA DEMOGRÁFICA DE LAS FAMILIAS CAMPESINAS AMPLIADAS ASSENTAMIENTOS RURALES DE REFORMA AGRARIA

Rômulo Luiz Silva Panta e Ivan Targino Moreira

AGRICULTURA MARGINAL E VULNERABILIDADE CAMPONESA: UM ESTUDO DE CASO COM TRABALHADORES ACAMPADOS ÀS MARGENS DA BR-104, ENTRE AS CIDADES ALAGOANAS DE UNIÃO DOS PALMARES E MURICI

307 MARGINAL AGRICULTURE AND PEASANT VULNERABILITY: A CASE STUDY WITH WORKERS CAMPED ON THE BANKS OF BR-104, BETWEEN THE ALAGOAS CITIES OF UNIÃO DOS PALMARES AND MURICI

AGRICULTURA MARGINAL Y VULNERABILIDAD CAMPESINA: UN ESTUDIO DE CASO CON TRABAJADORES ACAMPADOS A ORILLAS DE LA BR-104, ENTRE LAS CIUDADES ALAGOANAS DE UNIÃO DOS PALMARES Y MURICI

Ronaldo Rodrigues de Melo Junior e Leandra Lourenço Domingos

DESTERRITORIALIZAÇÃO E NOVAS VULNERABILIDADES NA CONSTRUÇÃO DO CANAL DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: TERRITÓRIO DO POVO PIPIPÃ, FLORESTA, PERNAMBUCO

324 DESTERRITORIALIZATION AND NEW VULNERABILITIES IN THE CONSTRUCTION OF THE CANAL CROSSING THE SÃO FRANCISCO RIVER: TERRITORY OF THE PIPIPÃ PEOPLE, FLORESTA, PERNAMBUCO

DESTERRITORIALIZACIÓN Y NUEVAS VULNERABILIDADES EN LA CONSTRUCCIÓN DEL CANAL QUE CRUZA EL RÍO SÃO FRANCISCO: TERRITORIO DEL PUEBLO PIPIPÃ, FLORESTA, PERNAMBUCO

Glaciene Mary da Silva Gonçalves, Claudio Ubiratan Gonçalves e André Monteiro Costa

A REFORMA AGRÁRIA E O SURGIMENTO DAS LIGAS CAMPONESAS NO ESTADO DE GOIÁS ENTRE 1960-1964

338 AGRARIAN REFORM AND THE EMERGENCE OF PEASANT LEAGUES IN THE STATE OF GOIÁS BETWEEN 1960-1964

REFORMA AGRARIA Y SURGIMIENTO DE LIGAS CAMPESINAS EN EL ESTADO DE GOIÁS ENTRE 1960-1964

Saimon Lima de Britto e Elizeu Ribeiro Lira

TRAJETÓRIAS CAMPONESAS NO ACAMPAMENTO REDUTO DO CARAGUATÁ: PROCESSOS MIGRATÓRIOS E RESISTÊNCIA AO LATIFÚNDIO NO ESTADO DO PARANÁ

355 PEASANT PATHS AT THE CAMP STRONGHOLD OF CARAGUATÁ: MIGRATORY PROCESSES AND LAND PROPERTY RESISTENCE IN PARANÁ STATE

TRAYECTORIAS CAMPESINAS EN EL CAMPAMENTO REDUCTO DO CARAGUATÁ: PROCESOS MIGRATORIOS Y RESISTENCIA AL LATIFUNDIO EL ESTADO DE PARANÁ

Silas Rafael da Fonseca

CONFLITUALIDADES TERRITORIAIS NA MICRORREGIÃO DA CAMPANHA OCIDENTAL: TERRITÓRIOS CAMPONESES VERSUS TERRITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO

370 TERRITORIAL CONFLICTS IN THE WESTERN CAMPAIGN MICROREGION: PEASANT TERRITORIES VERSUS AGRIBUSINESS TERRITORIES

CONFLICTUS TERRITORIALES EN EL MICRORREGIÓN DE CAMPANHA OCCIDENTAL: TERRITORIOS CAMPESINOS VERSUS TERRITORIOS DE AGRONEGOCIOS

Vagner Guimarães Ramos

“NAS MINAS, A TERRA VALE OURO” QUESTÃO AGRÁRIA E MINERAÇÃO NO VALE DO JEQUITINHONHA (MINAS GERAIS, BRASIL)

393 “IN THE MINES, THE LAND IS WORTH GOLD” AGRARIAN ISSUE AND MINING THE VALE DO JEQUITINHONHA (MINAS GERAIS, BRAZIL)

"ENLAS MINAS, LA TIERRA VALE ORO", PROBLEMA AGRARIO Y MINERÍA EN EL VALE DE JEQUITINHONHA (MINAS GERAIS, BRASIL)

Aline Weber Sulzbacher, Leonardo Cesar Fernandes e Clebson Souza de Almeida

COMPÊNDIO DE AUTORES

418 COMPENDIUM AUTHORS

COMPENDIO DE AUTORES

COMPÊNDIO DE EDIÇÕES

454 COMPENDIUM EDITIONS

COMPENDIO EDICIONES

Editorial Dossiê Singa/NERA

Claudio Ubiratan Gonçalves

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil
e-mail: biragrario@gmail.com

Paulo Roberto Rapozo Alentejano

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
e-mail: paulinhochinelo@gmail.com

O Simpósio Nacional e Internacional de Geografia Agrária foi gestado no bojo das lutas populares da década de 1990 contra as políticas dos governos neoliberais. Nasceu em 1998 no laboratório de Geografia Agrária da Universidade de São Paulo e desde então ganhou o Brasil. Já foi realizado nas mais diversas regiões, a saber: Presidente Prudente (SP), Londrina (PR), Niterói (RJ), Belém (PA), João Pessoa (PB), Goiânia (GO), Curitiba (PR) e recentemente em Recife (PE). Desde sua criação assumiu o compromisso de atuação e participação conjunta na luta com os movimentos sociais do campo em defesa dos bens da natureza e do território. Portanto o SINGA além de reunir características de evento técnico-científico, movimento sociopolítico e epistemológico assume uma posição clara quanto à opção de trabalho e método de formação ao lado das formas de r-existências populares. E com isso também se credencia como uma organização em movimento, transbordando sua ação e espaços de diálogo com organizações, redes, articulações e movimentos sociais dos demais países latinoamericanos.

Nestes vinte e um anos de sua realização o movimento SINGA vem trabalhando e refletindo sobre processos e metodologias que visibilizem o protagonismo de outras cognições, epistemologias e matrizes de saberes que emergiram a partir dos fazeres nos espaços das comunidades rurais, congressos camponeses, assembleias populares e organizativas e demais espaços de socialização política onde se pratica as relações de horizontalidade no convívio.

O tema central deste dossiê ora publicado é o mesmo do IX SINGA: **“Para além das cercas que nos cegam: as naturezas das r-existências no campo na América Latina”, mas com foco no Brasil**. Ele traz para o primeiro plano da estratégia e do debate a denúncia da não realização da Reforma Agrária, a criminalização e assassinatos de lideranças dos movimentos camponês e indígena. Criminalizações que são sofridas na tensão direta com o avanço violento do agrohidromineronegócio nos biomas dos Pampas, Mata Atlântica, Cerrados, Caatingas e Amazônia com a conivência do Estado. No país onde o campesinato assegura o alimento saudável e de verdade na mesa de todos os brasileiros o Estado Nacional segue apostando no lucro especulativo das commodities. Avança negando a relevância histórica e de autonomia alimentar e territorial do campesinato para o conjunto da sociedade

e aprofunda o extermínio das formas saudáveis e coletivas de organização da produção da vida.

Este número da Revista do NERA é composto por 21 artigos selecionados dentre os mais de 936 trabalhos apresentados durante o IX SINGA, realizado na Universidade Federal de Pernambuco no ano de 2019. Os trabalhos apresentados estavam organizados em 21 eixos temáticos.

Dos 21 artigos selecionados para este número da revista, seis (6) tratam de conflitos gerados pela expansão da mineração sobre áreas rurais, sejam assentamentos, comunidades tradicionais e camponesas. Quatro (4) tratam da realidade dos assentamentos rurais, seja sua dinâmica interna, seja os impactos que geram em seu entorno. Três (3) analisam acampamentos de trabalhadores sem terra e outros três (3) política agrárias e agrícolas. Por fim, mais três (3) debatem conflitos em torno da água e dois (2) da expansão de monocultivos.

Esta distribuição temática aponta para duas dimensões importantes da questão agrária brasileira na década de 2010: (1) a multiplicação no campo brasileiro de processos expropriatórios ligados ao avanço do capital sobre comunidades rurais, para se apropriar da terra e outros bens, como a água ou minérios; (2) o refluxo das ocupações de terra como forma de luta pela terra empreendida a partir de movimentos sociais rurais.

Estas duas dimensões interconectadas apontam para um cenário de ofensiva do capital e refluxo da luta dos trabalhadores, movimento que pode ser confirmado com a análise dos dados da Comissão Pastoral da Terra sobre conflitos no campo que apontam para aumento dos conflitos provocados pela ação do capital ou do Estado a serviço deste, em contraste com a redução das ações protagonizadas pelos movimentos sociais.

Em 2019 tivemos o maior número de conflitos da década, com aumento de 23% em relação ao ano de 2018. Além disso, houve aumento dos conflitos por terra entre os conflitos no campo na última década. Entre 2007 e 2009 os conflitos por terra representavam 40% a 50% dos conflitos no campo, este patamar mudou para 50% a 65% entre 2010 e 2015 e pulou para mais de 70% em 2016, mantendo-se neste patamar nos anos de 2017 e 2019, com leve oscilação para 65% em 2018.

Vale registrar ainda o crescimento dos conflitos por terra em termos absolutos, pois estes passaram dos 1.000 casos pela primeira vez em uma década em 2016, o que se repete em 2019, quando atinge o pico de 1.254 conflitos.

A maior parte dos conflitos por terra não foi resultante de ações dos movimentos sociais, como ocupações de terra, como apregoam certas vozes ligadas aos interesses do agronegócio, mas de ações de despejo, expulsão, enfim, ações protagonizadas pelo capital/latifúndio na sua sanha de se apropriar de mais e mais terras.

Do ponto de vista teórico-conceitual o território é a principal referência, via de regra com a aplicação da tríade territorialização-desterritorialização-reterritorialização, balizando

sete (7) trabalhos. Outro conceito bastante utilizado é o de acumulação por espoliação presente em quatro (5) trabalhos, assim como a noção de grandes projetos de desenvolvimento, muitas vezes de forma articulada. O debate sobre land grabbing ou corrida por terras está presente em dois trabalhos e em um trabalho cada aparecem como centrais conceitos necropolítica, agrohidronegócio e agroecologia. Registre-se ainda que os conceitos de campesinato e agricultura familiar aparecem como referência, respectivamente, em sete (7) e dois (2) trabalhos.

Pelos dados apresentados podemos concluir que o SINGA segue sendo um espaço fundamental de reflexão sobre as transformações no campo brasileiro, uma vez que os artigos que compõem esse Dossiê abarcam aspectos candentes da questão agrária brasileira, ao mesmo tempo em que revelam tendências importantes da dinâmica agrária em curso. Expressam ainda a vitalidade da Geografia Agrária brasileira fortemente conectada às lutas dos movimentos sociais e povos do campo e em diálogo permanente com as teorias críticas que se renovam diante do desafio de interpretar e incidir nas transformações em curso no campo brasileiro.

Boa leitura!

Os editores

Sobre os autores

Claudio Ubiratan Gonçalves – Graduação em licenciatura (1997) e bacharelado (1999) em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) (2001); doutorado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) (2005). Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-0777-4506>.

Paulo Roberto Raposo Alentejano – Graduação em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro (1989), Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) (1998), doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) (2003). **OrcID** – <http://orcid.org/0000-0003-0630-8164>

Como citar este artigo

GONÇALVES, Claudio Ubiratan; ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. Editorial Dossiê SINGA/NERA. **Revista NERA**, v. 24, n. 59, p. 10-12, Dossiê, 2021.

Grandes projetos de mineração na Amazônia: o governo bio/necropolítico do território e os processos de territorialização de exceção¹

Bruno Cezar Malheiro

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Marabá, Pará, Brasil

E-mail: brunomalheiro84@gmail.com

Resumo

Esse artigo problematiza os grandes projetos de mineração na Amazônia, tratando-os como processos de territorialização de exceção, que, para realizarem sua racionalidade corporativa, precisam suspender/violar outras dinâmicas de realização da vida, outras territorialidades. Por meio de uma análise dos processos de suspensão do ordenamento jurídico, da definição de espaços de influência direta da atividade mineral e da administração das populações do entorno dos megaempreendimentos de mineração na Amazônia, demonstramos a produção de uma geografia de exceção que nos mostra esses empreendimentos não apenas como um processo de expansão de sistemas técnicos, mas como produtores de ruínas, que naturalizam o uso da violência, da destruição e da morte em processo de acumulação por espoliação.

Palavras-chave: grandes projetos de mineração; acumulação por espoliação; estado de exceção; territorialização de exceção; Amazônia.

Big mining projects in the Amazon: the bio/necropolitic government of the territory and and the exceptional territorialization processes

Abstract

This article discusses the large mining projects in the Amazon, treating them as processes of territorialization of exception, which, in order to realize their corporate rationality, need to suspend/violate others dynamics of life fulfillment, other territorialities. Through an analysis of the processes of suspension of the legal order, definition of the spaces directly affected by mining activity and administration of the populations surrounding the mining megaprojects in the Amazon, the production of a geography of exception is demonstrated which shows us these enterprises not only as a process of expansion of technical systems, but as producers of ruins that naturalize the use of violence, destruction and death in a process of accumulation by dispossession.

Keywords: large mining projects; accumulation by dispossession; state of exception; territorialization of exception; Amazon.

Grandes proyectos de minería en la Amazonía: el gobierno bio/necropolítico del territorio y los procesos de territorialización de excepción

¹ Artigo resultante de reflexões realizadas por ocasião da tese de doutorado intitulada “O que Vale em Carajás? Geografias de exceção e r-existência pelos caminhos do ferro na Amazônia”, de nossa autoria, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, no mês de fevereiro de 2019.

Resumen

El presente artículo trata sobre los grandes proyectos de minería en la Amazonía, problematizándolos y considerándolos procesos de territorialización de excepción, que, en aras de su lógica corporativa, necesitan suspender/transgredir otras dinámicas de realización de la vida, otras territorialidades, en suma. Mediante un análisis de los procesos de suspensión del orden jurídico, de la definición de espacios de influencia directa de la actividad minera y de la administración de las poblaciones en los alrededores de los megaemprendimientos de minería en la Amazonía, exponemos la producción de una geografía de excepción como un proceso de expansión de sistemas técnicos, pero también como productores de ruinas, que naturalizan el uso de la violencia, destrucción y muerte en procedimientos de acumulación por desposesión.

Palabras clave: grandes proyectos de minería; acumulación por desposesión; estado de excepción; territorialización de excepción; Amazonía.

Introdução

As trilhas do desenvolvimento abertas no coração da Amazônia por meio de grandes projetos de mineração, não obstante sua luminosidade discursiva que as colocam num caminho de acertos, transformaram vidas humanas em objeto, povos e comunidades em extensões de uma natureza a ser dominada, mundos de vida em perigo e risco; trilhas estas que são feitas de escombros, fragmentos de mundos despedaçados. Esses megaemprendimentos, ao se constituírem pelos signos da modernidade capitalista na região, criaram, e ainda criam, zonas de indiferença, espaços tornados não existentes, cujas formas de sentir, pensar, agir e se relacionar são apagadas da cartografia funcional ao (des)envolvimento.

Portanto, pensar em grandes projetos de mineração na Amazônia significa visualizar dispositivos políticos que não apenas desempenham a função de drenagem de matéria e energia por meio do saque neocolonial, reproduzindo a dependência como mote de integração global, mas também tornam possível o uso da violência como processo de acumulação por espoliação, expropriando as condições de existência e energias vitais de povos e comunidades tradicionais, tomando o sacrifício, a destruição e a morte caminhos naturalizados do que se institui colonialmente como progresso.

Esse artigo pretende problematizar os mecanismos concretos de realização dos grandes projetos de mineração na Amazônia, tratando-os como processos de territorialização de exceção que, para realizarem sua racionalidade produtivo-corporativa, precisam suspender/violar outras dinâmicas de realização da vida, ou seja, outras territorialidades. Em termos metodológicos, recorre-se a uma larga pesquisa e análise bibliográfica e documental de caráter geohistórico acerca dos grandes projetos de mineração na Amazônia, considerando documentos oficiais, balanços empresariais,

rearranjos legais construídos para o funcionamento dos projetos, bem como o material reflexivo elaborado sobre os projetos e sobre as comunidades por eles afetadas na Amazônia.

O encadeamento de ideias se dá a partir de quatro momentos: um primeiro momento, no qual são tratados os grandes projetos minerais na Amazônia como paradigmas de compreensão do estado de exceção; um segundo momento, que discute os mecanismos concretos de territorialização corporativa desses empreendimentos na construção de uma geografia de exceção; um terceiro momento, em que se realiza uma síntese analítica da dinâmica mineral na Amazônia com base na compreensão dos processos de territorialização de exceção; e um quarto e último momento cuja discussão volta-se à realização de um balanço geral das ideias por meio de considerações finais.

Grandes projetos de mineração: paradigmas do estado de exceção na Amazônia

Uma compreensão teórica geral nos orienta nesse texto. Assim como compreendemos que os processos de acumulação por espoliação (HARVEY, 2005) não se constituem em um momento prévio e preparatório do capitalismo, mas uma marca constitutiva dele, acreditamos ser o estado de exceção e as formas de governo bio/necropolítico do território também constitutivos daquilo que denominamos regimes democráticos. Neste sentido, se os grandes projetos de mineração na Amazônia se expressam como dinâmicas de realização da espoliação no capitalismo contemporâneo, só se realizam tornando a exceção a regra em seus processos de territorialização de exceção.

Quatro hipóteses teóricas são fundamentais para pensarmos o estado de exceção no contexto dos ditos regimes democráticos: a primeira é de Arendt (2012), que entende os regimes totalitários como uma descontinuidade às instituições políticas ocidentais; a segunda é de Foucault (2010), que alerta que essas tecnologias de poder dos regimes totalitários não significam uma ruptura completa, pois são operantes nos regimes democráticos; a terceira é de Agamben (2004), para quem o estado de exceção é um paradigma constitutivo de toda nossa ordem jurídica; e, por fim, a hipótese de Fanon (2005), que nos adverte que o estado de exceção coexiste com regimes democráticos, pois ele opera as linhas do ser e do não ser, isto é, a democracia existe apenas para alguns sujeitos, territórios e corpos, quem está fora das linhas do ser experimenta no corpo cotidianamente o estado de exceção. Nossa leitura se alinha com as hipóteses interpretativas de Foucault e Agamben, complexificada e matizada por Fanon.

Nesses termos, para pensar o estado de exceção, tal como já havia feito Arendt (2012) para compreender o totalitarismo, Agamben (2002, 2004) identifica os campos de concentração como principais paradigmas biopolíticos. A lógica do campo, essa disposição espacial permanentemente fora do ordenamento, torna-se uma expressão territorial do estado de exceção, de modo que, mesmo guardando uma radicalidade absoluta, inscrita no contexto do nazismo na Europa, pode ser compreendido como paradigma, o que significa entender que os processos aos quais ele se refere e a partir dos quais ele se realiza iluminam a compreensão de várias outras situações políticas na contemporaneidade.

Achille Mbembe (2016), em outro lugar do planeta, a África, conduz a análise do que chama de necropolítica – esse processo racial de naturalização da morte e da degradação e desintegração sociais ligado à dinâmica de expansão capitalista – centralizando a atenção nas experiências coloniais, sendo que, por uma crítica da razão negra, entende que foi a junção denegada entre humanismo e racismo que constituiu o subsolo do projeto moderno, de modo que, por esse percurso, são as *plantations* coloniais os primeiros paradigmas do estado de exceção, antes mesmo dos campos de concentração.

Aceitando a ideia de que o estudo de certos processos, por sua importância, representatividade e capacidade de iluminação da realidade, pode nos conduzir a chegar a realidades mais amplas, como pensa Agamben (2009) sobre a ideia de paradigma, nós acreditamos que os grandes projetos minerais são paradigmas fundamentais na compreensão do estado de exceção na Amazônia, uma vez que estamos falando de processos capitalistas que se realizam suspendendo vidas, estruturando uma maneira específica de governo do território, interligando discursos, instituições e disposições espaciais fora do ordenamento jurídico em que a suspensão da lei torna-se a própria lei.

A equação entre grandes projetos e mineração envolve, de um lado, todas as lógicas de exceção construídas em nome da integração amazônica à nação brasileira pelo binômio segurança-desenvolvimento, ou ordem e progresso, que se materializa na ideia da política como guerra, mas também envolve um setor da economia, a mineração, que se realiza por sobre territórios aos quais também se desenham lógicas especiais de regulação e controle, marcadas pela excepcionalidade e justificadas por um pretense interesse nacional.

Foucault (2008) certa vez nos advertiu – invertendo a tese de Clausewitz da guerra como continuação da política por outros meios – que é a política a continuação da guerra por outros meios. Neste sentido, quando falamos de grandes projetos de mineração na Amazônia, a partir daqueles que estiveram e ainda estão em seu caminho, sempre parecemos nos referir a uma guerra sem fim; guerra esta na qual a realização dos processos extrativos, encadeados a complexas operações logísticas, suspende leis em nome da lei, transforma o que se distingue da racionalidade dos empreendimentos em risco

a ser gerido e eliminado, atropelando a vida, sangrando territorialidades e definindo, assim, uma geografia de exceção.

Os métodos violentos por meio dos quais a dinâmica de espoliação via grandes projetos minerais se realiza, implica-nos a pensar que tais processos indicam não apenas uma lógica econômica perversa, mas dinâmicas políticas que desmontam os sentidos básicos que sustentam qualquer ideia de democracia, dado que estamos falando da expropriação das condições de existência e energias vitais de grupos, povos e comunidades como lógica legitimada de des-envolvimento.

Há, desse modo, um ajustamento das populações aos movimentos econômicos, isto é, uma divisão que garante que a morte regulada de alguns, signifique a vida regulada de outros, como nos aponta Foucault (2008). E não estamos falando de monarquias absolutistas, pelo contrário, assim como Agamben alerta, essas técnicas de governo, inscritas num “patamar de indeterminação entre a democracia e o absolutismo” (AGAMBEN, 2004, p. 13), colocam-se como um paradigma constitutivo de toda nossa ordem jurídica, agora, de exceção, que, nestes termos, pode ser pensada como uma ordem que inclui para excluir.

Quando, por exemplo, os indígenas entram em cena no debate público em torno de um grande projeto de mineração na Amazônia, geralmente a imagem que os é reservada é a de entrave. Assim, no âmbito dessas discussões, suas vidas são menos importantes do que a necessidade do des-envolvimento, da mesma maneira que sua inclusão na política é justamente para justificar sua exclusão. Por isso, essa geografia de exceção, que se realiza por grandes projetos, deixa morrer “aquilo que não pode ser incluído no todo ao qual pertence e não pode pertencer ao conjunto no qual está desde sempre incluído” (AGAMBEN, 2002, p. 32).

A racionalidade desses megaempreendimentos minerais na Amazônia, portanto, expõe uma nova tragédia: “se ontem, o drama do sujeito era ser explorado pelo capital, a tragédia da multidão hoje [...] é ser relegada a uma ‘humanidade supérflua’, entregue ao abandono, sem qualquer utilidade para o funcionamento do capital” (MBEMBE, 2018, p. 15 e 16). O abandono e a falta de utilidade de grupos, comunidades e povos, tratados como “entraves” ao des-envolvimento, serão motores não apenas biopolíticos, mas necropolíticos, haja vista que, nesse caso, falamos de uma política de morte.

Os grandes empreendimentos de mineração na Amazônia são, pois, paradigmas fundamentais na compreensão do estado de exceção na contemporaneidade, já que compreendem processos capitalistas que se realizam suspendendo vidas, estruturando uma maneira específica de governo corporativo do território, que interliga discursos, instituições e disposições espaciais fora do ordenamento jurídico, bem como produzindo situações nas quais a suspensão da lei torna-se a própria lei. Estes mecanismos esvaziam de direitos os

espaços onde se territorializam esses empreendimentos, criando zonas de indiferença. Dessa maneira, territórios antes preenchidos de simbolismo, vida e cultura são, simplesmente, transformados em espaços nulos, desprovidos de qualquer regra, vazios de direito, ou seja, espaços para os quais a possibilidade econômica da exploração apaga sua história e geografia (MALHEIRO, 2019).

Em outras palavras, os espaços onde se territorializam esses grandes projetos, precisam se tornar livres de qualquer regulamentação para que o Estado possa usar a prerrogativa de exercer formas de regulação especial, de acordo com os contextos e interesses em jogo. Existe claramente uma lógica econômica nisso tudo, que é a de construir regimes especiais de exploração a partir de termos e normas também especiais, de modo a garantir lucros extraordinários por intermédio de processos de acumulação violentos.

Os grandes projetos, nessas circunstâncias, constituem-se em uma maneira particular e racional de manipulação das relações de força, pois demonstram uma forma específica de governo² bio/necropolítico do território, estruturando a ação de quem quer que se coloque no caminho a partir de sua racionalidade, definindo todas as oposições como irracionais. Esta maneira de manipular as relações de poder interliga um conjunto de discursos de progresso, uma variedade de instituições, uma forma característica de organização do espaço marcada pelo gigantismo e pela opulência da técnica, além de leis que são criadas ou burladas em nome da execução de tais projetos.

Uma geografia de exceção: os grandes projetos de mineração na Amazônia

A mineração industrial torna-se política central do Estado para a Amazônia apenas a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (1974-1979), particularmente por meio do Polamazônia – em que a grande maioria dos polos de desenvolvimento planejados para a região girava em torno de indústrias da mineração –, e posteriormente com o III Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) e o Programa Grande Carajás (PGC), que consolidaram a mineração industrial como via principal do planejamento do desenvolvimento regional. Entretanto, apesar da experiência de mineração industrial se reproduzir em grande monta somente com o início da década de 1970, já nos anos de 1950 temos a estruturação de grandes projetos de mineração na região.

² É importante lembrar que, quando falamos de governo do território, estamos atribuindo à palavra governo o sentido dado por Foucault (1995), como uma ação de estruturação do campo de ação dos outros, ou simplesmente, uma ação sobre ações.

Dessa maneira, a primeira experiência, que foi a exploração do manganês na Serra do Navio no Amapá, já pode ser considerada bastante emblemática por sua exemplaridade, uma vez que a maneira pela qual a mesma foi gestada e implantada expressa vários processos vistos em outras experiências posteriores. Sua breve descrição, assim sendo, será uma espécie de indicativo de categorias gerais de compreensão.

A exploração do manganês na Serra do Navio insere-se, particularmente, no contexto após a Segunda Guerra Mundial, em que grande parte das reservas de manganês estava sob o controle soviético, o que dava importância geopolítica estratégica às reservas do Amapá. Nesses termos, em 1947, as pesquisas e a exploração foram destinadas à iniciativa privada por meio de concorrência pública vencida pela Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI), que, em 1950, alegando necessidade de recursos financeiros e apoio técnico, associa-se a *Bethlehem Steel Corp*, uma das principais empresas norte-americanas de produção do aço. O peso estratégico da jazida e o discurso da segurança e soberania nacional fizeram com que o então presidente Gaspar Dutra, por meio do Decreto-Lei Nº 9.858, de 13 de setembro de 1946 (BRASIL, 1946), tornasse as jazidas de manganês reserva nacional.

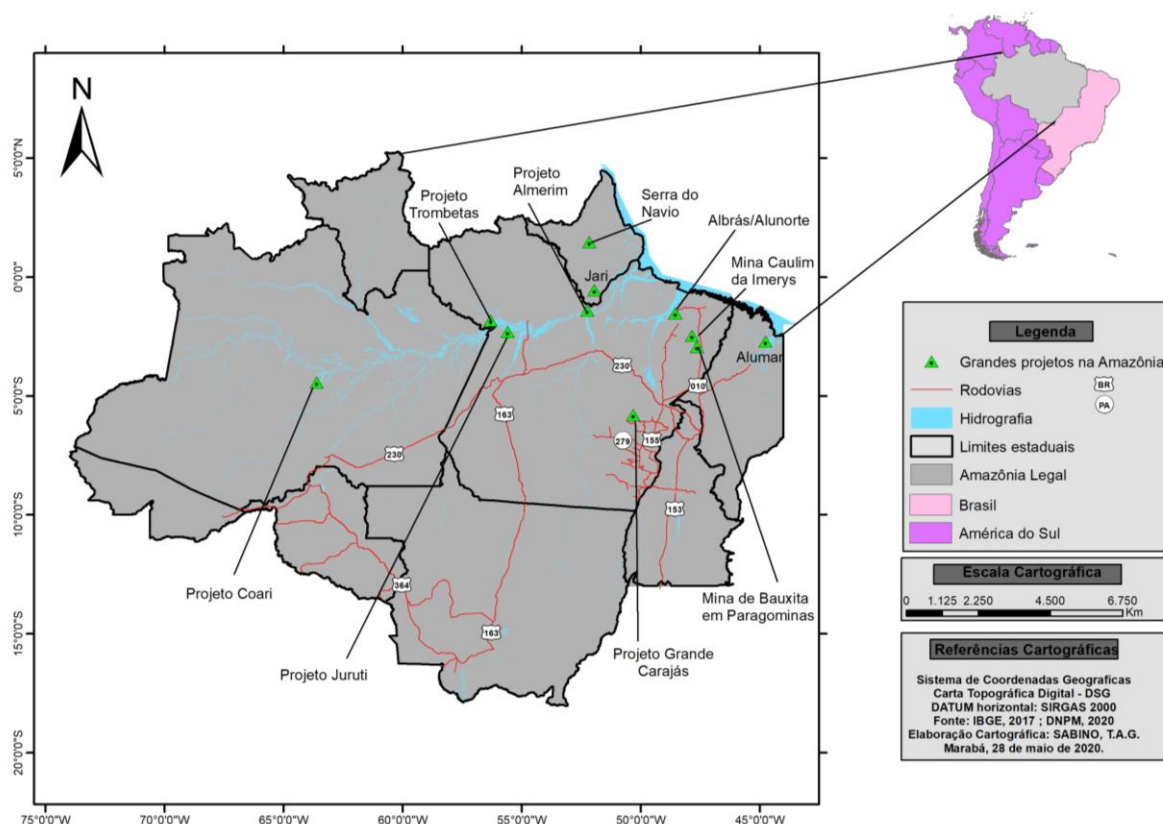
O governo federal, então, concedeu uma licença de exploração de 50 anos à empresa que, para garantir as condições objetivas de exploração, construiu instalações industriais para a extração, circulação e beneficiamento do manganês, articulando a extração em Serra do Navio ao Porto, localizado no município de Santana, por meio da Estrada de Ferro do Amapá. Para abrigar os funcionários, garantindo sua permanência e dedicação perene na dinâmica de exploração e exportação do manganês, a empresa construiu duas vilas residenciais a partir do ano de 1957, uma localizada próximo à mina, a Vila de Serra do Navio, e outra localizada nas proximidades do Porto de Santana, denominada de Vila Amazonas. As cidades-empresa construídas foram planejadas pelo arquiteto Oswaldo Arthur Bratke para abrigar os funcionários da empresa com a tipologia de casas obedecendo à hierarquia de funções.

Essa experiência aponta pelo menos quatro processos que estarão na maior parte da dinâmica de implantação de grandes projetos minerais na região amazônica, a saber: a) as decisões em torno da mineração industrial na Amazônia que, não obstante o discurso de interesse e soberania nacional, refletem alinhamentos geopolíticos e escolhas econômicas atreladas ao interesse de empresas transnacionais; b) a viabilização da exploração mineral na Amazônia passa pela suspensão de ordenamentos jurídicos; c) os grandes projetos de mineração na região amazônica definem territórios exclusivos, com regras e ordenamento construídos ou influenciados pelas empresas; e d) a dinâmica da grande mineração na Amazônia é um processo de transformação dos espaços necessários para as atividades e

fluxos do minério em territórios administráveis, definindo as populações que neles habitam em termos de risco a ser gerido e sanado.

Os quatro processos integrados vão desenhando, de maneira mais concreta, as relações de exceção pelas quais os grandes projetos de mineração na Amazônia são implantados. Vários são os megaempreendimentos minerais nesta região (Mapa 1) que apresentam, de alguma maneira, esses processos; fato que define as marcas de uma geograficidade de exceção na dinâmica de implementação e funcionamento desses empreendimentos no espaço amazônico.

Mapa 1 – Grandes projetos de mineração na Amazônia



O mapa 1 demonstra os projetos de mineração que em intensidade, concentração e centralização de capital, expressam os modos mais violentos de expansão de relações capitalistas na Amazônia e é por essas relações de violência e exceção que, a partir da próxima seção, entraremos numa leitura mais detida acerca de cada um dos quatro processos descritos acima.

A subordinação dependente como interesse nacional

A exploração mineral na Amazônia historicamente foi empreendida como uma necessidade e uma urgência de Estado à realização da segurança ou do interesse nacional. Entretanto, os motores econômicos e políticos dessa dinâmica são marcados por processos de acumulação subordinados à acumulação capitalista externa, na velha fórmula colonial em que a demanda internacional, bem como seus capitais de investimento, define nosso papel econômico dependente na roda da economia globalizada. Portanto, as distintas experiências de exploração mineral na Amazônia expressam a inserção subordinada do Brasil na economia internacional, como uma escolha da classe dominante para não perder privilégios e empreender processos de acumulação marcados pela violência, de modo a levar a cabo seus interesses a qualquer custo, chamando sua subordinação de interesse nacional.

Esse atrelamento das decisões em torno da mineração industrial ao interesse de empresas transnacionais está presente em dois momentos distintos do Estado brasileiro: um primeiro, que remonta ao Estado autoritário que, por sua vez, garante condições especiais de exploração e de competitividade a empresas brasileiras, geralmente atreladas a grandes investimentos de empresas estrangeiras transnacionais, sendo que as decisões em torno da exploração ou não das jazidas são demarcadas pelos alinhamentos geopolíticos e pelas demandas concretas de exportação, sem a preocupação do encadeamento produtivo no Brasil; e um segundo momento que expressa um Estado que atrai os investimentos do mercado e, nesse sentido, reorganiza seu sistema de normas, garante condições infraestruturais, além de conceder incentivos fiscais para que os investimentos se efetivem no território, atrelando as decisões, em termos de política mineral, diretamente aos interesses, demandas e exigências das gigantes transnacionais do setor.

A suspensão do ordenamento jurídico

A lógica subordinada de acumulação dependente que expressa os projetos de exploração mineral na Amazônia precisa de artifícios jurídicos de exceção para se tornar realidade prática. Este processo de viabilização da exploração mineral na região pela suspensão de ordenamentos jurídicos será analisado, aqui, a partir da estratégia de criar um arcabouço de legislações especiais para autorizar os megaempreendimentos minerais na Amazônia.

Vale ressaltar que a mineração foi e ainda é atividade central para os projetos de domínio/controlar e desenvolvimento pensados e executados pelo Estado. No Brasil, desde a colônia, há normas e leis que regem a atividade e várias foram as legislações criadas que estabeleceram distintas regras e regimes de propriedade para os minérios e jazidas. Em linhas gerais, durante o período colonial, vigorou o Regime Regaliano de propriedade, no

qual o minério era propriedade direta do soberano, cabendo a ele estabelecer suas regras. Durante o Império, o Regime Dominial entra em vigor, passando as minas à propriedade do Estado. Na primeira constituição da república, em 1891, entretanto, entra em vigor o Regime Fundiário, em que o proprietário do solo também possui a propriedade do subsolo, o que logo na constituição de 1934 é extinto, passando as minas a serem regidas pelo sentido de propriedade do *Res Nullius*, ou seja, passam a ser *terra de ninguém*, enquanto o Estado nacional não oferecesse a sua concessão a alguém. Esse quadro só mudaria na constituição de 1988, quando os minerais tornam-se bens da união.

Na Amazônia, em particular, a criação de reservas nacionais, como a Reserva Nacional do Manganês, na Serra do Navio, criada em 1946 por Decreto-Lei, que literalmente efetivou legalmente uma área para a livre iniciativa exploratória da empresa ICOMI aliada à norte-americana *Bethlehem Steel Corp*, estruturou-se como prática jurídico-política comum para viabilização de empreendimentos minerais na região.

A criação da Reserva Nacional de Cobre e Associados (RENCA) por meio do Decreto Nº 89.404, de 24 de fevereiro de 1984 (BRASIL, 1984a), é exemplar para marcar os sentidos dados à mineração na Amazônia em termos de criação de regulamentações especiais. O Decreto demarca uma área de cerca de 4,6 milhões de hectares entre os estados do Pará e o então Território Federal do Amapá, construindo um conjunto de condicionantes para a realização de pesquisa e exploração da área.

No interior desse território, demarcado por meio do referido Decreto como sendo de interesse mineral – por conta de pesquisas anteriores ressaltarem o potencial mineral da área em ouro, tântalo, manganês e ferro –, também existiam e ainda existem várias comunidades indígenas, como as etnias Aparai, Wayana, Tiriyo, Katxuyana e Waiãpi, que, à época da criação da reserva, já amargavam anos de luta para demarcação de suas terras. Entretanto, a escolha do governo foi, naquele contexto, criar a reserva em detrimento de demarcar suas terras.

Após a criação da reserva, as lutas dos indígenas resultaram na criação das Terras Indígenas Waiãpi (1991) e a Rio Paru d'Este (1997), além de várias unidades de conservação terem sido também criadas em território da reserva, como o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, as Florestas Estaduais do Paru e do Amapá, a Reserva Biológica de Maicuru, a Estação Ecológica do Jari, a Reserva Extrativista Rio Cajarie a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru.

Entretanto, desde a década de 1990 há uma pressão grande de alguns deputados e senadores no congresso nacional para a extinção da Reserva Nacional de Cobre e Associados (RENCA). A área de interesse nacional, criada por sobre múltiplos territórios de povos e comunidades tradicionais, tornou-se, em certa medida, freio aos inúmeros requerimentos de processos minerários existentes para a região – pelo menos 42

requerimentos de pesquisa na TI Waiãpi e 139 na TI Rio Paru d`Este – pelas condicionantes e exigências que criou para a permissão de pesquisa e exploração mineral.

Se o ato de criação desconsiderou a diversidade de outros territórios e territorialidades, criando uma zona de indistinção para o interesse nacional, anos depois, após o reconhecimento pelo Estado desses múltiplos territórios e territorialidades, antes desconsiderados, o ato de extinção da reserva, já sinalizado por meio da Portaria Nº 128, de 30 de março de 2017, do Ministério de Minas e Energia (BRASIL, 2017), também se expressa como mecanismo de exceção, pois desregulamenta para viabilizar a entrada da mineração nas terras dos povos e comunidades tradicionais.

Outra expressão concreta dessas relações de exceção é a dinâmica de exploração de estanho e cassiterita no estado de Rondônia, extremamente marcada, desde a década de 1950, por garimpos e empresas formadas por antigos seringalistas da região. O Estado, mediante a Portaria Ministerial Nº 195, de 15 de abril de 1970, do Ministério de Minas e Energia (BRASIL, 1970), simplesmente passou a proibir a garimpagem manual na Província Estanífera de Rondônia, com o claro objetivo de conter outras formas de mineração no território que não a mineração industrial. Nestes termos, a “legislação foi alterada para que a garimpagem manual fosse encerrada e tecnologia fosse utilizada para o processo da lavra industrial” (SANTOS, 2014, p. 65).

Mas o grande projeto que melhor sintetiza a necessidade de suspensão normativa ou criação de normas especiais para a implantação da mineração industrial na Amazônia é, sem dúvida, o Programa Grande Carajás (PGC).

O PGC, como um programa que integra vários projetos, é criado por um conjunto de estruturas institucionais e regimes normativos especiais para garantir a sua implantação. O primeiro Decreto-Lei criado especificamente para o Programa foi o de Nº 1.813, de 24 de novembro de 1980 (BRASIL, 1980a), que instituiu um regime especial de incentivos aos empreendimentos integrantes do PGC, além de criar uma estrutura institucional especial para geri-lo, qual seja, o Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás, ligado diretamente à secretaria de planejamento da Presidência da República.

No mesmo dia foi também lançado o Decreto-Lei Nº 85.387 (BRASIL, 1980b), que define a composição e atribuição do Conselho Interministerial criado, concedendo um tratamento especial e preferencial a um conjunto de medidas na região de abrangência do PGC. São 12 itens, valendo destacar a “concessão, arrendamento e titulação de terras públicas”, o estabelecimento de “contratos para o fornecimento de energia elétrica” e a “autorização para o funcionamento de empresas de mineração” (BRASIL, 1980b, não paginado).

Assim, como se pode notar, em um único dia, portanto, dois decretos criam um regime especial de incentivos e uma estrutura política de exceção, suspendendo as relações

institucionais na região, além de conceder garantias de tratamento diferenciado à questão fundiária, energética e de concessão e autorização de lavra dos minérios.

A definição de espaços de influência direta

O terceiro processo identificado na dinâmica de implantação dos grandes projetos de mineração na Amazônia é a definição de espaços com regras e ordenamentos construídos e/ou influenciados pelas empresas. Este processo será lido a partir de duas estratégias: a primeira, diz respeito à criação de *company towns*, ou seja, cidades econômica e politicamente geridas pelas empresas; e a segunda, marcada pela criação de unidades de conservação em áreas de mineração na Amazônia com influências das mineradoras. Dois processos distintos, mas que podem ser lidos de forma integrada.

Em relação ao primeiro processo, relacionado à criação de *company towns* ou cidades-empresa, é importante lembrar que estas cidades não se apresentam como espaços urbanos planejados especificamente no contexto de projetos da indústria mineral na Amazônia. O primeiro empreendimento com esse contorno na região foi o megaprojeto agroindustrial de Henry Ford, que, em 1927, pretendendo sair do monopólio dos seringais do sudeste asiático controlados pelos britânicos, constrói uma *plantation* de seringueiras às margens do rio Tapajós, numa área de 14.568 km² concedida pelo Governo do Estado, edificando, também, uma cidade para abrigar os trabalhadores e todo setor administrativo do novo negócio. A cidade de Fordlândia foi erguida, mas o empreendimento não obteve sucesso pelo aparecimento de pragas nas seringueiras plantadas muito próximas umas das outras.

Em 1945, Ford ainda tentou realocar as plantações para Belterra, construindo uma outra cidade, mas o projeto também foi abandonado. Após Fordlândia e Belterra, várias outras cidades-empresas foram criadas em projetos agroindustriais na Amazônia, como Monte Dourado (projeto Jari Celulose), e no contexto de construções de Usinas Hidrelétricas, a exemplo do caso da Vila Permanente, construída no durante o processo de implementação da UHE de Tucuruí.

Entretanto, são várias as experiências de cidades-empresas no âmbito de projetos de mineração, dignos de nota, a saber: Serra do Navio e Vila Amazonas (ambas criadas no contexto do projeto de extração de manganês pela ICOMI, no Amapá); Vila Cachoeirinha e Vila Massagana (criadas no contexto de exploração da Cassiterita, em Rondônia); Porto Trombetas (criada pelo projeto de extração da bauxita em Oriximiná, no Pará); Vila de Pitinga (edificada para projeto de extração da Cassiterita, em Presidente Figueiredo, no Amazonas); o Núcleo Urbano de Carajás (criado no contexto do PGC); e a Vila dos

Cabanos (criada no contexto do projeto de produção de alumina e alumínio da Albras/Alunorte, em Barcarena, no Pará).

Em realidade, essa dinâmica de criação de *company towns* no contexto de projetos de mineração apresenta-se como produção de espaços urbanos com altas densidades técnicas e que são fortemente segregados de seu entorno; espaços que garantem o controle do trabalho na dinâmica de gestão dos processos de extração, circulação e exportação mineral.

Coelho *et al.* (2002) definem muito bem a geografia entre os territórios das empresas exploradoras de minérios na Amazônia e sua periferia como uma geografia desigual. As cidades-empresa, nesta perspectiva, talvez sejam a expressão mais nítida dessa desigualdade, uma vez que nascem, única e exclusivamente, para suprir as necessidades de organização da força de trabalho das empresas. Neste sentido, são espaços amplamente conectados às redes transnacionais de mercado das empresas, mas construindo uma dinâmica espacial de autosegregação, sendo que seus serviços e infraestrutura revelam um contraste abissal em relação ao seu entorno, onde, geralmente, crescem processos de ocupação espontânea precários por parte da população atraída pelos projetos.

Rocha (1999) caracteriza muito bem essas cidades por quatro processos integrados, quais sejam: representam uma extensão da linha de produção dos empreendimentos; são planejadas e já nascem com equipamentos urbanos, o que lhes afasta dos padrões de urbanização regional; possuem relativa autonomia econômica e política centralizando decisões; e expressam uma concepção urbanística fechada, em forma de enclave, que assegura a funcionalidade das atividades da empresa.

É preciso apenas fazer uma ponderação em relação à noção de enclave, altamente difundida na análise dessas cidades e também dos grandes projetos na Amazônia. Compreendemos que a noção de enclave só vale se apenas enxergamos essas cidades ou os projetos a partir deles próprios, sem considerar que participam de uma dinâmica de atração populacional e mobilização da força de trabalho que alteram, sobremaneira, as dinâmicas de produção do espaço e as relações de força e controle do território nas regiões onde se instalam. Assim, “insistir então no conceito de enclave significaria continuar sem saber qual é a relevância de tais projetos em termos de mudanças nas formas produtivas preexistentes e nas relações político-sociais e espaciais até então vigentes” (COELHO *et al.*, 2005, p. 74).

São várias as experiências de *company towns* relacionadas a projetos de mineração na Amazônia; cidades-empresa estas que, ao criarem suas próprias normas de segurança, controle e organização, consolidam territórios em “suspensão”, inseridos nas configurações administrativas e relações de poder estatais existentes nos espaços que se

instalam, sem necessariamente participar dessas configurações, haja vista que obedecem aos seus próprios ditames normativos.

Ainda sobre a definição de territórios com regras e ordenamento construídos e/ou influenciados pelas empresas, o segundo processo identificado é a criação de unidades de conservação que são influenciadas por mineradoras, o que é digno de nota quando percebemos que são 6.163 processos de mineração registrados em unidades de conservação federais e estaduais na Amazônia Legal (RICARDO; ROLLA, 2006).

Nesse sentido, vários são os exemplos que podemos dar, como a Reserva Biológica do Trombetas (1979) e a Floresta Nacional Saracá-Taquera (1989), criadas no contexto de exploração da bauxita no oeste do Pará, com forte influência da Mineração Rio do Norte; as distintas unidades de conservação para resguardar as jazidas de Carajás, extremamente influenciadas pela empresa Vale, como a Floresta Nacional de Carajás (1998), a Reserva Biológica do Tapirapé (1989), a Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri (1989) e a APA do Igarapé Gelado (1989) (WANDERLEY, 2008). A criação da Floresta Nacional do Jamari pelo Decreto Nº 90.224, de 25 de setembro de 1984 (BRASIL, 1984b), com uma área de 223 mil hectares no estado de Rondônia, também se coloca como uma forma de resguardar a cassiterita e o estanho descobertos e explorados, com influências da empresa canadense BRASCAN.

O caso particular da Flona de Carajás é emblemático para entendermos esse processo. Ainda em 1986, a Resolução Nº 331 do Senado concedia a então estatal Companhia Vale do Rio Doce o direito real de uso de 411.948 hectares no perímetro das minas do Projeto Ferro Carajás. A cessão da área tinha várias condicionantes, da proteção e conservação ambiental à produção de alimentos às populações envolvidas com amparo particular aos indígenas. Entretanto, quando da privatização da companhia em 1997, surgiu o questionamento de parlamentares de que esta concessão para uma empresa, agora privada, só poderia ser feita pelo Congresso Nacional, o que foi acatado pelo STF em abril de 1997, que, por sua vez, barrou um decreto presidencial de Fernando Henrique Cardoso de concessão de direito real de uso para a empresa privatizada em março de 1997. Em 3 de fevereiro de 1998, o Presidente, então, cria a Flona de Carajás com os mesmos 411.948 hectares da área concedida anteriormente, como uma “solução encontrada para a derrubada pelo STF do decreto presidencial [...]. Com a criação da Flona o governo afastou o risco de ter de submeter à votação no congresso a concessão da área de Carajás” (RICARDO; ROLLA, 2006).

A Flona se transforma, então, definitivamente numa estratégia clara de resguardar todo o potencial mineral descoberto no interior dos 411 mil hectares, inibindo não apenas o crescimento urbano para essas áreas, como também criando um sistema de regulação de uso muito particular, barrando qualquer atividade indesejada à mineração.

Outro caso exemplar que demonstra a pressão de interesses mineradores na definição de unidades de conservação é a criação de uma Floresta Nacional e vários Parques Nacionais no interior da Terra Indígena Yanomami. Diferente da maioria dos casos demonstrados até aqui, as unidades de conservação não foram criadas no sentido de resguardar os recursos, mas de permitir possíveis incursões mineralógicas nas terras indígenas. Vale lembrar que esse processo já se dá na nova república num claro manejo das políticas ambientais para viabilizar interesses empresariais minerais.

Albert (1991) chega a afirmar que a definição da Terra indígena Yanomami se transformou na imposição de uma superposição de figuras jurídicas indigenistas e ambientalistas incompatíveis, criando um arranjo territorial ambíguo para escamotear, diante da opinião pública internacional, um real ataque aos direitos territoriais dos indígenas.

A criação da Floresta Nacional do Amazonas, em particular, permitiu a regulamentação de atividades garimpeiras na terra indígena que hoje, na região do interflúvio Orinoco-Amazonas, possui 228 comunidades indígenas e pelo menos 648 processos minerários em seu território, além de sofrer com altos índices de contaminação de mercúrio (RICARDO; ROLLA, 2013).

Nestes termos, são construídas mediações espaciais capazes de barrar outras formas de uso e controle do território; estratégias espaciais capazes de resguardar os recursos e evitar o direito de povos e comunidades de exercerem suas formas de territorialidade.

A “administração” das populações do entorno

A necessidade de fluidez dos minérios explorados na Amazônia, desde a ICOMI, já delineara a necessidade de uma infraestrutura logística para além dos territórios de extração que viabilizasse a exportação, uma vez que é a demanda e os interesses internacionais que justificam os investimentos extrativos.

A consolidação dos eixos de desenvolvimento ou eixos de integração como tecnologias políticas a viabilizar grandes projetos minerais na Amazônia tornou a preocupação com as áreas necessárias para a realização da dinâmica de exportação um elemento central na organização do Estado e das empresas de mineração.

O Convênio assinado em 1982, entre a então estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para a elaboração de estudos técnicos dos territórios indígenas afetados direta e indiretamente pelo Programa Grande Carajás, talvez tenha sido o balão de ensaio de uma preocupação da racionalidade corporativa, nesse momento estatal, em gerir as populações que podem significar risco às instalações

industriais e logísticas. Foram cerca de 90 aldeias e 24 postos indígenas incluídos no convênio, o que soma uma população indígena de cerca de 12.500 índios, entre os estados do Maranhão, Pará e Tocantins (VIDAL, 1986).

A pressão de organismos internacionais para a assinatura do convênio, particularmente por intermédio do Banco Mundial, delineia que essa “administração” de populações afetadas por megaempreendimentos minerais passe a ser uma tônica na lógica de governo do território, em se tratando de grandes projetos minerais, o que expressa uma ampliação do foco e da escala de preocupações da racionalidade produtiva de exportação ligada à mineração.

O caso da empresa Vale S.A. é paradigmático para compreendermos esses processos de interdição de outras territorialidades pela via dos grandes projetos. Após a empresa garantir o controle das relações de trabalho no ambiente interno – caracterizado por uma crescente flexibilização das questões trabalhistas e pela redução do poder de negociação do trabalhador –, outro horizonte de controle se impôs, motivado pelo aumento das interferências nos processos extrativos e logísticos por parte das comunidades diretamente afetadas pelos grandes projetos corporativos.

É nesse contexto, particularmente após a privatização da, então, Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em 1997, que a Fundação Vale do Rio Doce de Habitação e Desenvolvimento Social torna-se, em 1998, apenas Fundação Vale do Rio Doce (FVRD), com o objetivo de gerir as populações do entorno dos projetos, de modo a antecipar e assegurar o funcionamento de todos os momentos do metabolismo social³ da mineração, para conter as possibilidades de conflitos sociais com as comunidades afetadas, que passam a ser vistas como riscos sociais corporativos⁴.

Para tanto, a recém-privatizada empresa produz mudanças no gerenciamento corporativo, dando maior importância aos setores de relacionamento com comunidades, departamento de segurança corporativa, bem como investe nos setores de marketing e diretoria jurídica. A partir desse prisma, as populações são manejadas, administradas e calculadas em termos de risco, transformando o espaço em território e elemento central para a definição das estratégias de controle dos riscos corporativos.

Se tomarmos essa transformação dos espaços necessários à produção, circulação e exportação de *commodities* – as zonas de extração, espaços inundados, estradas de ferro, rodovias, portos, dentre outros – em territórios administráveis para a viabilização dos processos de acumulação de uma corporação, temos que admitir que não apenas os

³ Victor Toledo (2013) amplia o conceito de metabolismo social, considerando-o para além, mas não aquém, dos fluxos de entrada e saída, elencando cinco fenômenos a serem lidos de forma relacionada, a saber: apropriação; transformação, circulação, consumo e excreção (TOLEDO, 2013).

⁴ A noção de risco social corporativo possui três pilares: o encapsulamento de toda a complexidade social à racionalidade empresarial; a funcionalização dos espaços de interferência das atividades corporativas; e a transformação da ciência em uma tecnologia de poder corporativo (GIFFONE, 2015; MALHEIRO, 2019).

espaços mercantis precisam ser disciplinados empresarialmente, mas também os espaços não mercantis transformam-se em territórios de atuação dos processos de segurança corporativa (ACSELRAD, 2018), que, nesse quadro de referência, preocupam-se com dois elementos básicos que garantem um estado de relações normalizado: a garantia do uso do território como recurso e o controle dos fluxos de seus sistemas logísticos.

Dessa maneira, os grandes projetos não são mais enclaves espaciais em uma definição puramente econômica, pois que essa leitura desconsidera a relação violenta desses megaempreendimentos com suas regiões de abrangência, desconsidera, enfim, que tais projetos funcionam racionalizando seus entornos por suas lógicas de territorialização.

A mineração na Amazônia e os processos de territorialização de exceção

A análise dos grandes projetos na Amazônia, não apenas os de Mineração, historicamente privilegiou a sua dimensão técnica e as escalas geográficas da economia-mundo. Por essas leituras, a instalação desses megaempreendimentos pode ser entendida a partir de um “ajuste espacial” do capitalismo que demanda um novo meio técnico-científico e informacional, ou seja, novos sistemas de objetos e de ações para a consolidação de uma base produtiva e logística capaz de imprimir velocidade e fluidez – atributos fundamentais na reprodução do capital (SANTOS, 1996); leitura esta que caminha para uma economia espacial dos processos produtivos e logísticos, enfatizando as relações interescares desses processos de produção e circulação do capital, demonstrando a expansão do capital por sobre espaços que não estavam até hoje plenamente incorporados aos circuitos da acumulação global, construindo novas fronteiras nas quais a acumulação se realiza por dispositivos e mecanismos de espoliação (HARVEY, 2013).

Entretanto, sem desconsiderar a importância e a necessidade da reflexão anterior, o centro da análise que se produziu neste artigo acerca dos grandes projetos de mineração na Amazônia girou em torno da ideia de que esses “ajustes espaciais” capitalistas, além de necessitarem de uma nova densidade técnica, também necessitam criar uma outra densidade normativa, um modo de regulação do território que implica na flexibilização ou supressão de instrumentos jurídicos, como leis, códigos e zoneamentos (ACSELRAD, 2013). Essa desnortatização tem como intuito “alisar” o espaço, ou seja, retirar os “obstáculos” jurídicos para, deste modo, redefinir o acesso, o controle e os usos do território, de acordo com os interesses corporativos. Assim, criam-se ruínas (BENJAMIN, 1993), verdadeiros territórios corporativos de exceção, onde ocorre também a suspensão do Estado de direito de indivíduos e grupos (direitos ambientais, territoriais, trabalhistas, direitos humanos), minando as garantias fundamentais da vida.

A tradução geográfica das dinâmicas espaciais descritas dos grandes projetos de mineração na Amazônia talvez seja a noção de territorialização de exceção, já apontada por Haesbaert (2014) a partir de uma leitura geográfica das compreensões do campo como paradigma biopolítico em Agamben.

Os termos de uma territorialização de exceção, poderíamos assim dizer para este trabalho, sugere para nós, pelo menos, três acepções gerais que particularizam um processo de territorialização em contexto em que o estado de exceção torna-se regra.

Em primeiro lugar, territorializar-se significa, como nos fala Haesbaert (2004, p. 92), “criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo ‘poder’ sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais”. Um aspecto a ser ressaltado é que a criação de mediações espaciais nos processos de territorialização de exceção passa por dinâmicas de suspensão normativa, seja por meio da criação de regimes jurídicos especiais, por rearranjos institucionais, pela projeção de um sentido privado a instrumentos jurídicos pretensamente criados para um sentido coletivo, seja, ainda, pela desregulação dos sistemas normativos vigentes, o que permite que o exercício do poder e a dinâmica de territorialização se realizem legalmente fora da lei. Assim, os processos de territorialização de exceção criam mediações espaciais de exceção.

Em segundo lugar, as relações de poder que definem os processos de apropriação/dominação do espaço (HAESBAERT, 2004) poderiam ser melhor descritas, nos processos de territorialização de exceção, como dinâmicas de governamentalização do espaço, ou seja, são práticas espaciais agindo sobre a possibilidade de existência de outras práticas espaciais, ou ainda, são ações que agem sobre a possibilidade da ação de outros, uma forma de estruturação/definição/interdição do campo de ação dos outros (FOUCAULT, 1995). Isto se traduz como a estruturação de um conjunto de instituições, procedimentos, discursos e cálculos estatísticos de exercício do poder, tendo como alvo a população, ou os cortes populacionais, ou em termos mais geográficos, processos territoriais que interdita a possibilidade de existência de outros territórios e territorialidades. Por estas vias, os processos de territorialização de exceção são, também, processos de interdição da possibilidade de existência de outras territorialidades.

Em terceiro lugar, essa lógica relacional do poder, que organiza uma arte de governar na Amazônia mediante grandes projetos de mineração, também constrói um recorte racial e étnico aos processos de territorialização de exceção que, dessa maneira, podem ser descritos como uma campanha de desterritorialização, nos termos definidos por Almeida (2010), isto é, esses processos podem ser lidos como um ataque sistemático e organizado aos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais.

O espólio produzido/deixado pelos grandes projetos de mineração na Amazônia nos/aos territórios de povos indígenas, quilombolas, de camponeses, ribeirinhos, de

quebradeiras de coco babaçu, bem como de diversas outras comunidades e povos tradicionais define uma distribuição das populações em distintos domínios de valor e utilidade, delimitando práticas de controle/violação dos povos afetados pelos grandes projetos.

Dessa forma, chegamos a termos mais precisos, entendendo a territorialização de exceção dos grandes projetos de mineração na Amazônia como processos em que a criação de mediações espaciais, que proporcionem acesso a recursos e/ou domínio de terras, passam por dinâmicas de suspensão normativa, criando dispositivos, com claros recortes raciais e étnicos, de gestão de populações, numa lógica de ação que estrutura/define/interdita o campo de ação e a possibilidade de criação de mediações espaciais de outros grupos sociais, os quais, definidos por um menor valor, tornam-se politicamente matáveis e territorialmente invisíveis e dispensáveis.

Considerações finais

Este artigo problematizou os grandes projetos de mineração na Amazônia, tratando-os como processos de territorialização de exceção, ou seja, como dinâmicas espaciais produtoras de ruínas, que naturalizam o uso da violência, da destruição e da morte em processo de acumulação por espoliação.

Por este prisma de análise, a escala de um grande projeto mineral na Amazônia não é apenas da economia-mundo, nem apenas da economia espacial produzida pelo sistema técnico instalado, mas também a escala do impedimento da vida; daí falarmos em governo bio/necropolítico do território, de práticas sistemáticas de violência, da morte de grupos mais vulneráveis como processo constituinte da dinâmica de expansão capitalista, da suspensão da lei em nome da lei, do uso de instrumentos normativos públicos para fins privados, da administração de povos e comunidades a partir da racionalidade de megaempreendimentos corporativos, enfim, de processos de territorialização de exceção.

Esse exercício, é bom que se diga, de olhar a dinâmica territorial dos grandes projetos minerais na Amazônia pela lógica da exceção, é ver o espaço a contrapelo, isto é, não apenas como acúmulo progressivo de estruturas e relações novas, de densidade técnica, mas também como ruína, libertando a geografia do messianismo de análises que, apesar da boa pretensão, esmagam vidas por não enxergá-las. Esse exercício de fazer falar ruínas onde, até então, só se representavam grandes construções, significa olhar a história e a geografia não apenas pelos signos da destruição, uma vez que quando falamos em ruínas queremos mais demonstrar o que ficou e continua a existir, para que a memória do

que se destruiu ou não teve o direito de se falar por história, por geografia, ative as lutas do presente.

Não há como negar as violências, os extermínios, essa biopolítica e necropolítica dos grandes projetos de mineração na Amazônia, mas mostrá-las assume o sentido, não de asseverar uma imagem de poder aos seus processos instituintes, mas de reconstruir sua definição pelos olhares esquecidos, tornados ausentes para, assim, se construir uma história e uma geografia a contrapelo. Desta maneira, pretendemos repor no mapa dos conflitos territoriais, as territorialidades insurgentes, os mundos de vida despedaçados pelas racionalidades territoriais corporativas, de modo a reorganizar esses fragmentos de geografias de r-existências em uma leitura de conjunto que seja estratégica para as lutas do presente.

Referências

- ACSELRAD, H. Desigualdade ambiental, economia e política. **Revista Astrolábio Nueva Época**, Córdoba, n. 11, p. 105-123, 2013.
- ACSELRAD, H. Territórios do capitalismo extrativista: a gestão empresarial de 'comunidades'. In: ACSELRAD, H. **Políticas territoriais, empresas e comunidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2018. p. 33-60.
- AGAMBEN, G. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGAMBEN, G. **Signatura rerum**: sobre o método. Buenos Aires: Adriana Hidalgo Editora, 2009.
- ALBERT, B. Terras indígenas, política ambiental e geopolítica militar no desenvolvimento da Amazônia: a propósito do caso Yanomami. In: LÉNA, P.; OLIVEIRA, A. (org.) **Amazônia**: a fronteira agrícola 20 anos depois. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. p. 37-58. (Coleção Eduardo Galvão).
- ALMEIDA, A. W. B. Agroestratégia e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, A. W. B. *et al.* (org.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 101-144.
- ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.
- BRASIL. **Decreto-Lei Nº 9.858, de 13 de setembro de 1946**. Dispõe sobre as jazidas de minério de manganês existentes no Território Federal do Amapá. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [1946]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De19858.htm. Acesso em: 17 jan. 2020.

BRASIL. **Portaria Ministerial Nº 195, de 15 de abril de 1970**. Determina a reabertura, pelo prazo de 3 (três) anos, da atividade de garimpagem na Província Estanífera de Rondônia. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [1970]. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=E648427803A2789E431663D264349A79.node1?codteor=1162711&filename=Avulso+-PL+3730/1984. Acesso em: 29 maio 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 1.813, de 24 de novembro de 1980**. Institui regime especial de incentivos para os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1980a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/De1813.htm. Acesso em: 17 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 85.387, de 24 de novembro de 1980**. Dispõe sobre a composição, competência e funcionamento do Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1980b]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1980/D85387.html. Acesso em: 17 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto Nº 89.404, de 24 de fevereiro de 1984**. Constitui Reserva Nacional de cobre e seus associados a área que menciona, no Estado do Pará e no Território Federal do Amapá, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1984a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1980-1984/D89404.htm. Acesso em: 15 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto Nº 90.224, de 25 de setembro de 1984**. Cria a FLORESTA NACIONAL DO JAMARI, no Estado de Rondônia, e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [1984b]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-90224-25-setembro-1984-440503-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 jan. 2020.

BRASIL. **Portaria Nº 128, de 30 de março de 2017**. Brasília, DF: Ministério de Minas e Energia, 07 abr. 2017. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20151115/do1-2017-04-07-portaria-n-128-de-30-de-marco-de-2017-20151029. Acesso em: 16 jan. 2020.

COELHO, M. C. N.; LOPES, A.; SILVA, A.; SILVA, F.; FONSECA, H.; MATOS, I.; SOUZA, M. Territórios, cidades e entorno no espaço da mineração em Carajás/Pará – Amazônia Oriental. *In*: TRINDADE JR., S-C. C.; ROCHA, G. M. (org.). **Cidade e empresa na Amazônia**: gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 137-169.

COELHO, M. C. N.; MONTEIRO, M.; LOPES, A.; BACURI, S. Regiões do entorno dos projetos de extração e transformação mineral na Amazônia Oriental. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 8, n. 2, p. 73-107, dez. 2005.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. *In*: RABINOW, P.; DREYFUS, H. (org.). **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Em defesa da Sociedade**: curso no Collège de France do ano 75/76. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GIFFONE, R. **Dos riscos da política às políticas do risco**: um estudo sobre os riscos sociais corporativos e suas formas de gestão. 2015. 218 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HARVEY, D. **Para entender O capital**: livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MALHEIRO, B. C. P. **O que Vale em Carajás?** Geografias de exceção e r-existência pelos caminhos do ferro na Amazônia. 2019. 439 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 09 jan. 2020.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

RICARDO, F.; ROLLA, A. (org.). **Mineração em Unidades de Conservação na Amazônia brasileira**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. 175 p. Disponível em: <http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00000776.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2019.

RICARDO, F.; ROLLA, A. (org.). **Mineração em Terras Indígenas na Amazônia brasileira**. São Paulo: Instituto Sócio Ambiental, 2013. 112 p. Disponível em: http://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/publicacoes/mineracao2013_v6.pdf. Acesso em: 16 dez. 2019.

ROCHA, G. M. **A Construção da Usina Hidrelétrica e a redivisão político-territorial na área de Tucuruí**. 1999. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, A. J. **Pedra Bonita – as pedras que contam**: aspectos socioeconômicos do ciclo de mineração de cassiterita no Vale do Jamari/sub-bacia do Rio Jacundá do fim da década de 50 à 90. 2014. 115 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

TOLEDO, V. El metabolismo social: una nueva teoría socioecológica. **Revista Relaciones** **136**, [S. l.], p. 41-71, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/rz/v34n136/v34n136a4.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

VIDAL, L. B. A questão indígena. In: GONÇALVES JR., J. M. (org.). **Carajás**: desafio político, ecologia e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense; Brasília, DF: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1986. p. 49-71.

WANDERLEY, L. J. **Conflitos e movimentos sociais populares em área de mineração na Amazônia brasileira**. 2008. 152 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Sobre o autor

Bruno Cezar Malheiro – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) (2006); Mestrado em em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NEAS) (2009), Doutorado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) (2019), Docente na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) no Curso de Licenciatura em Educação do Campo. **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-0324-302X>

Como citar este artigo

MALHEIROS, Bruno César. Grandes projetos de mineração na Amazônia: o governo bio/necropolítico do território e os processos de territorialização de exceção **Revista NERA**, v. 24, n. 59, p. 13-35, Dossiê, 2021.

Recebido para publicação em 20/09/20
Aceito para a publicação em 05/04/21

Mineração e questão agrária: grandes projetos, regime de terras e a formação do latifúndio minero-exportador no contexto do Projeto Minas Rio (2007-2014)¹

Eduardo Barcelos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - *campus* Valença, Bahia
e-mail:eduardo.barcelos@ifbaiano.edu.br

Resumo

Nos últimos 15 anos, o padrão de acumulação do capital na América Latina aprofundou as disputas políticas e geoeconômicas em torno da valorização e do controle de recursos naturais e da terra e abriu novas frentes de expansão/expropriação do território por meio da implantação de grandes projetos de desenvolvimento (GPD). Na mineração, dada a magnitude dos projetos, a necessidade de grandes extensões de terra e a disponibilização de áreas exclusivas para usos industriais e logísticos impôs uma verdadeira “*corrida pela terra*” em toda a região e dinâmicas de reconcentração da propriedade da terra. No presente texto, busca-se analisar, a partir de diferentes escalas e no contexto do Projeto Minas Rio, as transformações fundiárias e a reconcentração da terra como dimensão constitutiva das novas reconfigurações da mineração e como o espaço agrário se tornou o centro dos embates e de novas conflitividades com a implantação dos GPD. A forma pela qual a propriedade se transmutou em fator constitutivo da reprodução do capital mineral nos indica uma reposição e complexificação da conflitividade no espaço agrário e a imposição de um regime especial de apropriação de terras.

Palavras-chave: Questão Agrária; Mineração; Conflitos Ambientais; Projeto Minas-Rio.

Mining and the agrarian question: major projects, land regime and the formation of the mining-exporting *latifundium* in the context of the Minas Rio Project (2007-2014)

Abstract

Over the past 15 years, the pattern of capital accumulation in Latin America has deepened political and geoeconomic disputes over the valuation and control of natural resources and land and opened new fronts for expansion / expropriation of the territory through the implementation of major projects development (GPD). In mining, given the magnitude of the projects, the need for large tracts of land and the availability of exclusive areas for industrial and logistical uses imposed a real “*race for land*” across the region and dynamics of reconcentrating land ownership. In this text, we seek to analyze, from different scales and in the context of the Minas Rio Project, land transformations and land reconcentration as a constitutive dimension of the new reconfigurations of mining and how the agrarian space became the center of the conflicts and new conflicts with the implementation of GPD. The way in which property has been transformed into a constitutive factor for the reproduction of mineral capital indicates to us a replacement and complexification of the conflict in the agrarian space and the imposition of a special regime of land appropriation.

Keywords: Agrarian question; Mining; Environmental Conflicts; Minas-Rio Project.

¹Este texto é parte das reflexões desenvolvidas na tese de doutorado “*Geografia e Grandes Projetos: economia, política e ecologia no capitalismo de fronteira*”, defendida em 2018 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

La minería y la cuestión agraria: grandes proyectos, régimen de tierras y la formación del latifundio minero-exportador en el contexto del Proyecto Minas Río (2007-2014)

Resumen

En los últimos 15 años, el patrón de acumulación de capital en América Latina ha profundizado las disputas políticas y geoeconómicas sobre la valoración y el control de los recursos naturales y la tierra, y ha abierto nuevos frentes para la expansión / expropiación del territorio a través de la implementación de grandes proyectos desarrollo (GPD). En minería, dada la magnitud de los proyectos, la necesidad de grandes extensiones de tierra y la disponibilidad de áreas exclusivas para usos industriales y logísticos impusieron una verdadera "carrera por la tierra" en toda la región y la dinámica de reconcentrar la propiedad de la tierra. En este texto, buscamos analizar, desde diferentes escalas y en el contexto del Proyecto Minas Río, las transformaciones de la tierra y la reconcentración de la tierra como una dimensión constitutiva de las nuevas reconfiguraciones de la minería y cómo el espacio agrario se convirtió en el centro de los conflictos y nuevos conflictos con la implementación de GPD. La forma en que la propiedad se ha transformado en un factor constitutivo para la reproducción del capital mineral nos indica un reemplazo y una complejidad del conflicto en el espacio agrario y la imposición de un régimen especial de apropiación de tierras.

Palabras clave: Cuestión Agraria; Minería; Conflictos Ambientales; Proyecto Minas Río.

Introdução

A recente expansão da mineração e dos setores extrativistas em vários países da América Latina, sobretudo neste início de século, abriu um novo léxico de problemas fundiários, sociais e ambientais no continente. Dentro de uma concepção que privilegiou as exportações e a implantação de grandes projetos extrativos e logísticos esta expansão impôs um novo ciclo de apropriação e financeirização da terra e um conjunto complexo de contradições no espaço agrário e nas formas de controle do território.

Seguindo a lógica de demanda crescente, os recentes fenômenos de expansão da fronteira mineral aliaram-se aos interesses internacionais de acelerar o crescimento econômico e expandir os negócios aproveitando o cenário mundial favorável à comercialização de *commodities* minerais, agrícolas e fósseis. As tendências de crescimento mostraram-se vantajosas para o mercado de terras, especialmente pela elevação dos preços dos alimentos, e ainda pela necessidade de construir infraestruturas e áreas exclusivas para diferentes setores extrativistas, como a metalurgia, a cadeia do Óleo e Gás e projetos de energia.

Na mineração, dada a magnitude dos projetos, a necessidade de grandes extensões territoriais e a disponibilização de áreas exclusivas para usos industriais e logísticos abriu uma verdadeira "*corrida pela terra*" em toda a região. Para viabilizar as diferentes estruturas e instalações dos projetos, assim como as ações de compensação ambiental e as estratégias de "segurança operacional" dos empreendimentos, a aquisição e

desapropriação de inúmeras propriedades e faixas de terra – incluindo terras públicas e de uso comum – se tornou central neste novo ciclo e nas zonas rurais uma tendência de reconcentração fundiária e de recursos naturais foi crescendo. Estas aquisições envolveram diferentes formas de acesso e controle fundiários e instrumentos jurídico-normativos que viabilizaram a transferência de terras aos projetos, desde a compra direta através de contratos de compra e venda, uso de decretos e atos desapropriatórios pelo estado e aplicação de dispositivos de exceção.

Esta expansão foi acompanhada e fez ressurgir formas renovadas de acumulação primitiva: expulsões, cercamentos, concentração da terra, formação de zonas exclusivas, novos latifúndios, espaços bloqueados, reassentamentos compulsórios, expropriação e degradação ambiental. Em diálogo com Saskia Sassen (2016) tais formas são versões antigas do sistema de capturar novas terras, apesar dos mecanismos complexos que atuam hoje como formas de expulsão, violência e concentração. Parte desta história é antiga e pode ser associada ao colonialismo e à expansão comercial. Porém, com a combinação de inovações tecnológicas, dispositivos jurídicos e estratégias territoriais o avanço da agenda mineral sobre novos territórios se sofisticou e cresceu, impondo modos complexos de expulsão e novos regimes de propriedade.

Neste texto, buscaremos apresentar algumas reflexões sobre a *centralidade da terra* e da *dimensão fundiária* no recente ciclo de desenvolvimento da mineração e dos setores extrativistas a partir da análise das dinâmicas de expansão do mercado de terras e dos processos minerários no Brasil, com especial foco no Projeto Minas Rio, mega empreendimento do setor minero-portuário implantado no sudeste brasileiro. Busca-se analisar as transformações fundiárias e a reconcentração da terra como dimensão constitutiva das novas reconfigurações da mineração e como o espaço agrário permanece sendo o centro dos embates e das novas conflitividades nestas dinâmicas. A forma veloz pela qual a propriedade fundiária tem sido capturada e transformada em fator constitutivo da reprodução do capital mineral nos indica uma reposição e complexificação da conflitividade no espaço agrário e a imposição de um regime especial de apropriação de terras.

Para esta análise, além da revisão de literatura, utilizou-se informações sistematizadas no Anuário Mineral Brasileiro (AMB) e os dados especializados do Sistema de Informações Geográficas da Mineração (SIGMINE), da Agência Nacional de Mineração (ANM) sobre os processos minerários no Brasil. No caso do Projeto Minas Rio, as informações foram compiladas dos programas de negociação fundiária, dos dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR), dos relatórios de impacto ambiental do empreendimento e de artigos e relatórios independentes.

O texto está dividido em três partes. A primeira apresenta algumas reflexões sobre o fenômeno “recente” de internacionalização da terra, tomando em conta as reconfigurações

do capitalismo e dos fluxos econômicos globais. A segunda parte reflete sobre o crescimento da mineração no Brasil, o aumento do porte dos projetos e a interiorização dos processos minerários. E a terceira materializa, a partir do Projeto Minas Rio, a relação da mineração com a reconcentração fundiária e as formas de apropriação da terra.

Grandes projetos, ajuste espacial e o regime de internacionalização da terra

A aquisição de terras e propriedades por empresas e governos para investimentos diretos em projetos globais é um processo que ocorre há vários séculos em boa parte do mundo. Em cada região, pode-se encontrar fases específicas nas diferentes geografias destas aquisições. As razões para isso podem envolver diferentes explicações, mas o pano de fundo é sempre uma conjuntura cíclica de crise/oportunidade do capitalismo.

Quando David Harvey (2005b) propôs a *teoria do ajuste espacial* ele tentou compreender essencialmente esta dinâmica de aquisições do capital, ou seja, o papel do espaço e das reconfigurações geográficas no processo de acumulação. Ele afirmava a existência de uma *necessidade constitutiva* do capitalismo de se expandir e adquirir novos espaços na medida em que ocorriam *crises e/ou oportunidades* no interior do sistema (HARVEY, 2005a e 2005b). Seja pelas contradições e “compulsões internas” do sistema ou pela necessidade de expandir os negócios em tempos de crescimento, o *ajuste espacial* teria o efeito de expandir a atividade capitalista e criar novas necessidades em outras regiões, buscando a *mais valia relativa de localização*. Ou seja, a expansão geográfica permitiria o capital acessar novas reservas de recursos e de força de trabalho e desenvolver sua dinâmica em outras bases sóciogeográficas.

Nas últimas décadas, essa necessidade de expansão e de novas aquisições territoriais estiveram ligadas aos processos de internacionalização e financeirização do capital e uma valorização crescente de territórios ainda não explorados pelos grandes circuitos da *mais valia*. Acompanhando uma conjuntura favorável aos mercados de bens e recursos naturais na América Latina a chegada de novos projetos induziu profundas transformações nos processos de acesso e permanência na terra, trouxe novos regimes de propriedade e a formação de domínios exclusivos para empresas e mercados como parte de um recrudescimento e complexificação dos conflitos agrários em todo o mundo. Como a extração e o processamento de matérias primas são atividades que demandam áreas com alto grau de especificidade locacional e exigem controle e vigilância permanentes, a expansão da grande “propriedade extrativa” cresceu e atingiu territórios até então periféricos na reprodução do capital globalizado.

Segundo Sauer (2010) e Sassen (2016), podemos analisar esta expansão fundiária como a conjunção de cinco aspectos: (a) a produção de um subconsumo declarado e a necessidade de atender certas demandas futuras por produtos e/ou matérias primas, como o crescimento recente na demandas por grãos, agrocombustíveis, celulose e minérios; (b) a desvalorização do preço da terra, que implica abrir o leque de compradores e a terra se tornar um fator especulativo e de concorrência no mercado; (c) as crises cambiais, como a de 2008, e a necessidade de buscar novos negócios; (d) o aumento da produção agrícola e os ganhos de produtividade em regiões mais férteis e com maior abundância de terras e; (e) a ampliação da fronteira agrícola para atender demandas alternativas, como o mercado de “energias limpas”.

Especificamente a partir de 2006, estes fatores foram convergindo e estas aquisições foram intensificadas mundo afora e marcaram um momento singular na financeirização do capital e na internacionalização de terras. Estima-se que em torno de 200 milhões de hectares tenham sido adquiridos entre 2006 e 2011, sobretudo na África, Ásia e América Latina por empresas estatais e grandes corporações (SASSEN, 2016). Seja por inversões diretas, a partir de contratos de compra e venda, seja a partir da transferência da propriedade e do patrimônio estatal por meio de concessões governamentais ou atos desapropriatórios, estas aquisições foram reforçando cada vez mais o elo existente entre o crescimento dos setores extrativistas e a concentração da propriedade da terra.

Bartra (2014) argumenta também que a compra de terras se tornou o maior negócio global nas últimas décadas. Segundo o autor, entre 2001 e 2011 foram 228 milhões de hectares negociados em todo o mundo, em 2.012 contratos de compra e venda. Um mergulho pelos dados nos mostra que os setores e projetos ligados ao agronegócio de grãos, de oleaginosas e forragens, além da produção de madeira e agroenergia lideram a corrida por aquisições de terra em todo o mundo. Dados de referências cruzadas do Land Matrix mostram que a produção de biodiesel é responsável por mais de 37% das terras adquiridas após 2006. Em comparação, culturas alimentares somam 25% do total de referências cruzadas, seguida de 3% para a criação de animais e 5% para outros cultivos não alimentares. A agricultura no sentido amplo, incluídos os cultivos alimentares e industriais, responde por 73% das aquisições que conhecemos a partir de referências cruzadas. Os restantes 27% de terras adquiridas são destinadas ao florestamento e ao sequestro de carbono, à extração mineral, à indústria e ao turismo (SASSEN, 2016, p.116).

Esta apropriação de terras ascendeu numa conjuntura propícia de crescimento dos setores extrativos, que passaram a protagonizar uma nova “disciplina global” na organização de terras. No computo geral dos acordos de compra e aquisição de terras, as empresas privadas lideram a lista de compradores, com aproximadamente 440 acordos fechados em todo o mundo, seguido de organizações públicas e estatais (175 acordos), fundos de

investimento (cerca de 40 acordos) e por fim as parcerias público-privadas, com cerca de 25 acordos (SASSEN, 2016)². Entre os anos 2000 e 2015, somente as empresas privadas, adquiriram 42,2 milhões de hectares em todo o mundo, sobretudo no Sul global – o número também inclui intenções de compra. Desse total, 26,7 milhões de hectares foram efetivamente comprados em um total de 1.004 transações. O Brasil está entre os cinco países com maior área envolvida nessas transações, junto com a Rússia, Indonésia, Ucrânia e Papua-Nova Guiné. Somadas, as áreas negociadas pelos cinco países no período representam 46% das compras de terra arável levantadas pela Land Matrix (BARROS, 2018).

Segundo relatório do Banco Mundial (SAUER, 2010), a crise cambial de 2008 teria sido também um fator significativo para o aumento na demanda por terras em todo o mundo nestes últimos anos, tornando a disputa territorial um fenômeno global. Anterior a 2008, as aquisições de terras eram da ordem de 4 milhões de hectares por ano. *“Só em 2009, mais precisamente entre outubro de 2008 e agosto de 2009, foram comercializadas mais de 45 milhões de hectares, sendo que 75% destes foram na África”* (SAUER, 2010, p.78).

No Brasil e Argentina, estima-se um montante de 3,6 milhões de hectares adquiridos no mesmo período (2008-2010). Dos 464 projetos de investimentos em 2010, 21% estavam nesses dois países (SAUER, 2010). Dados levantados pela Folha de São Paulo revelaram ainda que entre 2007 e 2010, 1.152 imóveis foram adquiridos no Brasil por estrangeiros, num total de 515 mil hectares (ODILLA, 2010). Os estados de Minas Gerais e Amazonas são os que concentram mais terras por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras, cerca de 60% das terras adquiridas em todo o país.

Atualmente, o Mato Grosso e o Matopiba (região de cerrado entre os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, considerada a última fronteira agrícola do país) são as regiões preferenciais de grandes aquisições, de acordo com Márcio Perin, coordenador da área de Terras da consultoria Informa Economics IEG/FNP, referência na análise dos preços e transações de terra no país (BARROS, 2018). Até 2018, o Brasil registrava 28.323 propriedades de terra em nome de estrangeiros, totalizando uma área de 3,617 milhões de hectares. Deste total, 2,324 milhões de hectares (64%) estão nas mãos de empresas privadas. Seria o mesmo que dizer que uma área do território nacional quase equivalente à do Estado do Rio de Janeiro está nas mãos de estrangeiros! A presença internacional é notada em 3.205 municípios, ou seja, em 60% dos municípios do Brasil (ESTADÃO, 2018).

Esta ampliação das aquisições de terra decorreu, essencialmente, do volume de investimentos estrangeiros aportado nos países, especialmente para financiar grandes

² A indústria tem também se beneficiado da corrida por terras a partir da criação de *zonas econômicas especiais* (ZEE), áreas exclusivas destinadas à instalação de atividades industriais e serviços associados. Na Índia já foram aprovadas 571 ZEEs, ocupando um total de 140 mil hectares. Já a China está criando na África oito grandes ZEEs.

obras e projetos globais. Estudo encomendado pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), ligado ao extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (SAUER, 2010) mostra um crescimento do montante de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) a partir de 2002 no Brasil. Os IED saíram de US\$ 4,33 bilhões em 2002 para US\$ 8,98 bilhões em 2008 (ALVIM, 2009). Já em 2011, segundo a série histórica disponibilizada pelo World Investment Report, o país teve seu ápice de IED quando registrou um total de US\$ 96,2 bilhões, sendo o quinto país a receber o maior montante de IED no mundo.

Em relação aos IED *greenfield*³ o Brasil também se destacou no período entre 2003 e 2014. O país recebeu investimentos de IED *greenfield* da ordem de US\$ 356 bilhões. Deste total, o setor de Mineração e Siderurgia foi o que mais recebeu aporte (US\$ 76 bilhões) o que corresponde a 21,4% do total. Já o setor de Carvão, Petróleo e Gás foi o quinto que mais recebeu investimentos, chegando a US\$27 bilhões, ou 7,6% do total. Somando com os investimentos relativos às Energias Renováveis – o sétimo maior aporte, com um total de US\$ 19,5 bilhões – com investimentos realizados em Alimentos e Tabaco (US\$ 26,4 bilhões) chegamos a um IED *greenfield* total de US\$ 148,9 bilhões, sendo 41,9% aportado no setor primário da economia (SILVA FILHO, 2015).

Ainda na América do Sul, segundo o Observatório do Pré Sal e da Indústria Extrativa, 42% de todo o território colombiano foi tomado pelas indústrias extrativas e 55% das exportações no Equador dependem do petróleo. No Peru, as concessões minerárias tituladas até 2012 ultrapassaram 17 milhões de hectares, mas se considerarmos aquelas que ainda estão em tramite legal, este valor pode ultrapassar 23 milhões de hectares. Mais de 30% do total de hectares estão sobre cinco regiões que concentram o maior número de comunidades indígenas do país (VITTOR, 2012). Já na Bolívia, 80% dos investimentos do Estado foram destinados às obras de infraestrutura e promoção da exploração de hidrocarbonetos e minerais, e no Brasil, mais de 70% da carteira de investimento do BNDES foi destinada ao setor extrativo e de energia nestes últimos anos, setores intensivos em área (VITTOR, 2012, p.28).

Toda esta movimentação do grande capital transnacional ligado aos setores extrativistas e do próprio Estado nos mostra como a apropriação do espaço agrário (da terra e da natureza) se tornou oportunidade para rendimentos maiores e como muitos governos passaram a regulamentar a produção para vender terras e riquezas naturais a investidores estrangeiros. A partir da apropriação da terra, as taxas de lucro se tornaram mais atrativas com a apropriação de bens primários e pela monopolização dos investimentos em poucos

3 “O chamado IED *greenfield* consiste no montante de investimento recebido pelo país cuja destinação é exclusivamente a criação ou expansão de capacidade produtiva das companhias estrangeiras no território nacional”. (SILVA FILHO, 2015, p.08).

setores (BARTRA, 2014). Os bens privatizados commoditizados permitiram grandes rendas diferenciais, especialmente com a apropriação de terras. Bartra (2014) afirma que tais rendas advêm de um capital global comum, especulador e parasitário, que permitiu com que os rentistas pudessem neutralizar as tendências decrescentes das taxas de lucro, mas também a volatilidade do mercado, forçando a concorrência dos capitais sobre recursos naturais favoráveis ao monopólio e à especulação por meio de atividades extrativas e serviços. Para evitar as quedas nos diferenciais de renda, se aprofundaram os “nichos monopólicos” de reprimarização, concentração e estrangeirização do circuito produtivo e da terra.

Estas mudanças, conseqüentemente, foram modificando o ordenamento e a distribuição da propriedade da terra em várias regiões do mundo, especialmente no meio rural, forçando novos modelos de partilha territorial, processos de desterritorialização e reclassificação de áreas a partir de interesses empresariais articulados com os interesses estatais de projeção econômica. Estas transformações trouxeram novos problemas quanto às formas de organização socioeconômica do meio rural e ao modo como se ordena o acesso, uso, posse e a distribuição da propriedade fundiária.

Mineração, território e a corrida por terras

As aquisições de terras e a corrida pela expansão do mercado de *commodities* ao redor do mundo servem para mostrar a centralidade que o espaço agrário (atributo espacial) teve e vem tendo na economia política global e no modo como o capitalismo se desenvolveu nestes últimos anos. As tendências de crescimento dos negócios de terra e de recursos naturais envolvendo os setores extrativistas incluíram como problema as formas capitalistas de organização do espaço e a desordem territorial vivida por inúmeras populações atingidas pelos projetos. De fato, a terra está no centro dos embates (ALENTEJANO, 2019).

Na mineração brasileira, a constatação deste fenômeno de apropriação de terras e recursos naturais pode ser verificada pelo aumento significativo da produção mineral puxada pela alta valorização das *commodities* em escala global e pelo aumento dos títulos minerários concedidos nestes últimos anos.

Segundo Sauer e Albuquerque (2015), o aumento da produção mineral no país foi de 873% entre 2002 e 2013, passando de US\$ 5 bilhões em 2002 para US\$ 53 bilhões em 2010, e US\$ 48 bilhões em 2013. Este aumento expressivo seguiu a lógica de crescimento econômico baseado na intensificação do extrativismo, especialmente pela valorização dos preços das matérias primas. No caso do minério de ferro, o preço da tonelada se valorizou

rapidamente, saindo de US\$ 12,60 em 2002 e chegou a US\$ 187,10 em janeiro de 2011, uma valorização de quase 15 vezes em 10 anos (WANDERLEY, 2017)⁴. A valorização internacional também afetou o preço de outros minérios e contribuiu para o aumento da demanda por terras: a tonelada de níquel aumentou em 1.072%; a tonelada de estanho em 897%; a tonelada de carvão sul-africano em 789%; a onça-troy de ouro em 665%; e a tonelada de alumínio em 239% (WANDERLEY, 2017).

O aumento expressivo da produção, decorrente desta valorização dos preços das *commodities* – valorização especulativa, já que os preços subiram acima da demanda – levou ao planejamento e implantação de novos projetos extrativos e de infraestrutura sobre novos (e velhos) territórios. Neste contexto de *boom* dos preços, a abertura de novos projetos em áreas (jazidas) antes consideradas improdutivas por conta dos baixos teores de minério e a intensificação da exploração em áreas já consolidadas, tornou-se rentável na estratégia de crescimento do setor, especialmente pelo aumento do volume requerido no mercado global. Com efeito, a aquisição e incorporação de novas terras a preços baixos passou a recentralizar os investimentos em projetos e mudou as formas de distribuição da propriedade nesta conjuntura recente de *boom* das *commodities*, beneficiada por incentivos governamentais, isenções fiscais, investimentos em infraestrutura, créditos, entre outros.

No Brasil, um olhar mais atento para esta ampliação da atividade mineral e a demanda por terras pode ser identificada se considerarmos o porte dos empreendimentos. A expansão da atividade mineral no Brasil (que triplicou seu papel no valor adicionado nacional de 1,6% para 4,15% entre 2002 e 2014) forçou a ampliação e instalação de novas infraestruturas produtivas e logísticas e o aumento do porte dos projetos.

Em 2003, as minas de grande porte representavam apenas 3,9% do total das lavras minerais no país, sendo 25,6% de médio porte e 70,5% de pequeno porte. Já as usinas de grande porte, também em 2003, representavam 16,4% do total de usinas de beneficiamento mineral no país e as usinas de médio porte 52,2% (AMB, 2003). Em 2009, as minas de grande porte subiram para 5,2% das minas brasileiras e as grandes usinas caíram para 12%, prevalecendo um aumento de usinas de pequeno porte neste ano (AMB, 2009).

Já em 2016, o perfil das minas e das usinas no país aumentaram em porte e capacidade instalada. As minas de grande porte expandiram-se rapidamente em tamanho e capacidade instalada e chegaram a representar 35,4% das minas brasileiras, enquanto que 47% das usinas de beneficiamento foram classificadas como de grande porte em 2016, ou seja, movimentaram volumes anuais acima de 1 milhão de toneladas (AMB, 2016). Somando as minas de grande e médio porte em 2016 isso representou 71,4% do perfil das

⁴ Em termos físicos, a importação global de minério de ferro passou de 500 milhões de toneladas em 2001 para 1,4 bilhões de toneladas em 2014 (elevação de 178%). A China foi responsável por 18% em 2001, e passou a importar 67% do minério de ferro mundial em 2014 (ITC, 2017 *apud* WANDERLEY, 2017).

minas brasileiras para os principais metais comercializados e 81% para as atuais usinas de processamento em 2016. No balanço, entre 2003 e 2016, percorrendo o *boom* e o pós-*boom* dos preços pode-se observar um crescimento das minas de grande porte, uma redução das minas de pequeno porte e um aumento das usinas de grande porte, quer dizer, os dados indicam que o setor, neste período, priorizou a implantação de projetos de escala no planejamento global, aumentando assim as áreas de influência da atividade mineral, a demanda por terras e por infraestruturas.

Ao mesmo tempo, isso implicou também no crescimento de outras estruturas, como as barragens de rejeito e a necessidade de mais áreas adquiridas para a alocação das instalações. Estima-se que as barragens estão crescendo em número e escala. “Estatisticamente a cada 30 anos, as barragens de rejeitos e as cavas de mineração aumentam em dez vezes em volume e dobram em altura ou profundidade” (WANDERLEY e SANTOS, 2016, p.88). Este aumento não só amplia o número de barragens, como também o volume armazenado. A expansão do volume de rejeito vem gerando barragens maiores em altura e em volume de reservatório. A altura máxima das barragens passou de 30 m para 240 m no último século, dobrando a cada 30 anos. “Já as áreas das barragens cresceram 5 vezes no mesmo período (...). Em um século passou-se de 100 ton/dia de rejeito, em 1900, para 100.000 ton/dia, em 2000. Hoje [2016] se gera 670.000 ton/dia” (WANDERLEY e SANTOS, 2016, p.91).

Este aumento do porte dos empreendimentos e da infraestrutura instalada acompanhou a tendência identificada por Sauer e Albuquerque (2015) que mostraram que o crescente número de títulos concedidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) (hoje transformado na Agência Nacional de Mineração - ANM) culminaram no crescimento de novos projetos e na expansão de áreas de concessão direcionadas à crescente demandas por recursos naturais.

Este crescimento do setor em área e o aumento da distribuição do número de títulos em todo o país pode ser visto no mapa 1. No longo período desde a década de 1990, é possível perceber o rápido aumento do “campo de cobertura” do interesse mineral sobre o território brasileiro. Pelo mapa abaixo, é possível observar o mosaico de áreas sob a ação de algum agente interessado na atividade mineral. O mapa mostra a evolução da cobertura dos títulos minerários no Brasil, a partir da distribuição do conjunto dos sete processos minerários previstos e avaliados pelo DNPM (ANM): (1) requerimentos protocolados, (2) relatórios de pesquisa aprovados, (3) concessões de lavra, (4) licenciamento outorgados, (5) permissão de lavra garimpeira, (6) registros de extração, (7) cessão de direitos aprovados e (8) alvarás de pesquisa.

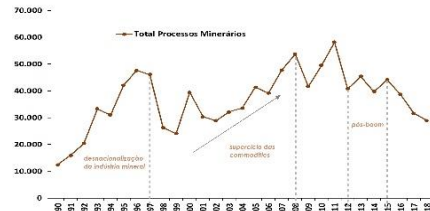
Mapa 1: Distribuição espacial dos processos minerários (áreas com interesse mineral) no Brasil (1990-2017)

COMO CONSULTAR OS PROCESSOS MINERÁRIOS?

O Sistema de Informações Geográficas da Mineração – SIGMINE, desenvolvido pela Coordenação de Geoprocessamento – CGEO/CGTIG, tem como objetivo ser um sistema de referência na busca de informações atualizadas relativas às áreas dos processos minerários cadastrados no DNPM, associadas a outras informações geográficas de interesse ao setor produzidas por órgãos públicos, proporcionando ao usuário uma consulta aos dados e análises relacionais de caráter espacial. Todas as informações disponibilizadas no SIGMINE pelo DNPM e pelos órgãos públicos são oficiais e atualizadas conforme a periodicidade disponibilizada por cada instituição, sendo que, pelo fato da base do DNPM ser dinâmica, os dados dos processos minerários são atualizados diariamente às 24h, apresentando em sua visualização a defasagem de um dia.

Fonte: SIGMINE/DNPM

EVOLUÇÃO ANUAL DOS PROCESSOS MINERÁRIOS (1990-2018)

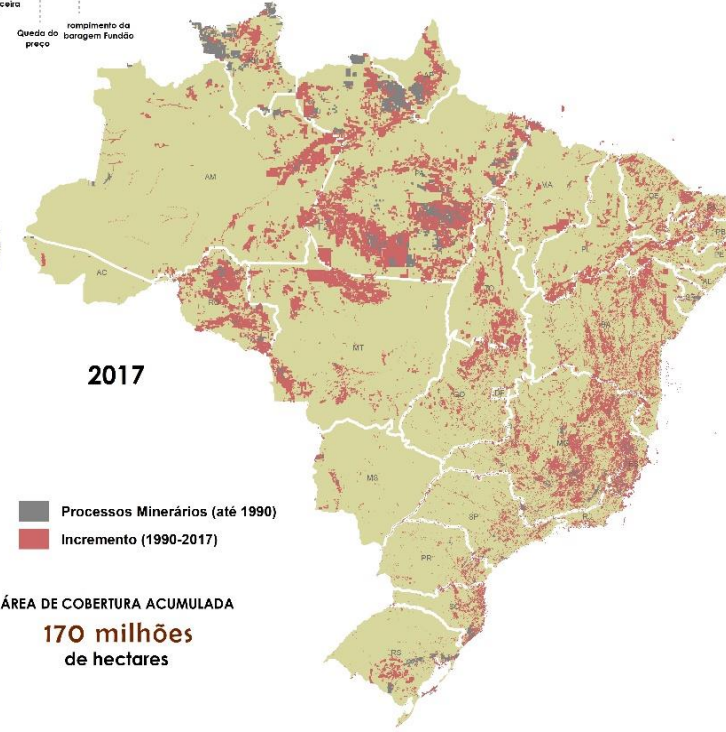


PROCESSOS MINERÁRIOS

Evolução e distribuição no Brasil

TIPOS DE PROCESSOS MINERÁRIOS

- REQUERIMENTOS PROTOCOLADOS
- LICENCIAMENTOS OUTORGADOS
- CESSÃO DE DIREITOS APROVADOS
- RELATÓRIOS DE PESQUISA APROVADOS
- PERMISSÃO DE LAVRA GARIMPEIRA
- ALVARÁIS DE PESQUISA PUBLICADOS
- CONCESSÕES DE LAVRA APROVADAS
- REGISTROS DE EXTRAÇÃO



Fonte: SIGMINE (DNPM) / Base Digital: IBGE / Datum: SIRGAS 2000 / Data: Janeiro 2018 / Atualização: Novembro 2019 / Elaboração: Eduardo Barcelos

Fonte: Elaboração própria; adaptado e atualizado de Barcelos (2018)

A evolução e distribuição espacial dos processos minerários indica uma profunda interiorização e intensificação da atividade mineral em todo o país, atingindo todos os estados brasileiros, sobretudo a Amazônia e o Nordeste, em parte do litoral Sul e Sudeste do país, depois dos anos 1990. A evolução dos títulos minerários concedidos, após a desnacionalização do setor ainda na década de 1990 e venda de ativos estatais e o aumento expressivo neste início de século, resultado do *boom* dos preços, mostra a expansão considerável do interesse mineral sobre novos territórios, juntamente de outros projetos necessários na cadeia produtiva, como as infraestruturas logísticas e portuárias.

Em 1990, 12.406 processos minerários foram protocolados ao longo dos 27 estados. Em 1996, antes da privatização da Companhia Vale do Rio Doce, alcançou-se um pico dos processos, totalizando 47.568 processos minerários protocolados naquele ano, um aumento de 383%. Após uma queda brusca em 1998 (26.300 processos), a retomada do crescimento do setor dispara a partir do ano 2000 (39.413 processos protocolados) e a partir de 2004 até 2011, os processos cresceram em ritmo acelerado, chegando em 2011 com 58.140 processos minerários protocolados em apenas um ano, um aumento de 468% em relação a 1990.

Para se ter uma ideia desta expansão conforme mostra o mapa, em 1990, o total estimado em área de cobertura em todo o país considerando todos os processos minerários estava em torno de 19,1 milhões de hectares, ou seja, 2,2% do território nacional. Já em 2017, após a desnacionalização do setor (década de 1990), o *boom das commodities* (2003-2012) e o *pós-boom*, os processos minerários cresceram rapidamente em todos os estados brasileiros e recobriram 170 milhões de hectares, totalizando 20% do território nacional! Isso mostra que em 27 anos o setor mineral expandiu 890% em área de cobertura, um incremento de 151 milhões de hectares! Atualmente, em 2019, esta área ultrapassa 192 milhões de hectares, ou seja, em apenas dois anos (2017-2019) obteve-se um incremento de 22 milhões de hectares em todo o país.

Apesar desta expansão não representar essencialmente a aquisição e o domínio direto sobre as terras, em termos de garantia da propriedade – já que nem todo processo minerário representa o uso direto do recurso mineral – o crescimento do interesse mineral por todo o território brasileiro não pode mais ser ignorado na compressão dos problemas agrários e dos conflitos sociais no campo. De fato, a mineração foi estabelecendo um modo particular de organização da terra, articulando múltiplas áreas e mantendo o controle sobre a propriedade agrária com diferentes dispositivos, sobretudo os de Estado. Isso de algum modo tem produzido, na síntese política e histórica do problema mineral brasileiro, uma complexificação da questão agrária e dos modos de partilha e organização da terra por meio da disputa da propriedade fundiária.

O Projeto Minas Rio e a formação do latifúndio minero-exportador

O *Projeto Minas-Rio* pode ser considerado o maior empreendimento de transporte mineral por dutos do mundo. Atingindo 32 municípios nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, o Minas-Rio é o principal e maior projeto extrativo da mineração de ferro fora do Quadrilátero Ferrífero e do Complexo Carajás (BARCELOS, 2018). Trata-se de um sistema integrado de extração, transformação e beneficiamento mineral (lavra e usina), acoplado a estrutura logística dutoviária – um mineroduto de 525 km de extensão, considerado o maior do mundo na mineração de ferro – que liga às frentes de lavra em Minas Gerais, nos municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, até o terminal logístico portuário do Açú no estado do Rio de Janeiro, município de São João da Barra.

O projeto integra a Unidade de Negócios Minério de Ferro Brasil, da gigante anglo-sul-africana Anglo American, com capacidade anual máxima de produção de 26,5 milhões de toneladas de minério de ferro concentrado (*pelledfeed*) a um teor médio de 68%. Trata-se do maior investimento da empresa no mundo, com um custo total estimado em US\$ 8,8 bilhões (SHOULZ e PORTELA, 2014).

A fase extrativa é organizada em duas frentes de lavra: a (1) primeira é composta por uma frente única e progressiva de 12 km de extensão sobre as serras do Sapo e Ferrugem e a (2) segunda, duas cavas na Serra de Itapanhoacanga, no município de Alvorada de Minas (BARCELOS, et. ali, 2014; SISEMA, 2008). O tempo de exploração mineral previsto, para ambas as frentes, será de 35 anos, podendo se expandir em mais 40 anos. Além das lavras, o projeto inclui uma planta de beneficiamento de minério, uma extensa área para formação de barragem de rejeitos (4 vezes maior que a rompida barragem do Fundão, em Mariana-MG), áreas para disposição de pilhas de estéril, linha de transmissão de energia independente e uma adutora de água, com captação no rio do Peixe, bacia do rio Doce, para fornecimento de água ao processo industrial.

No Rio de Janeiro, já no litoral, o projeto incluiu ainda um terminal portuário privativo de uso misto, o Porto do Açú, com capacidade para receber navios de grande porte (220 mil toneladas) e estrutura *offshore* para atracação de produtos como minério de ferro, granéis sólidos e líquidos, cargas em geral e produtos siderúrgicos. Ainda no terminal portuário, uma unidade de filtragem da polpa mineral escoada pelo mineroduto, pátios de estocagem com empilhadeiras e recuperadoras de minério e correia transportadora até o píer do Porto.

Dada a escala do projeto, a demanda por terras nos municípios diretamente atingidos e ao longo do trecho de passagem do mineroduto resultaram na reconcentração

fundiária, fragmentação territorial, isolamento de comunidades e a formação de um novo regime de controle e apropriação do território. As terras foram adquiridas entre 2007 e 2013 por meio de (1) contratos de compra e venda; (2) decretos desapropriatórios e; (3) servidões minerárias, em fase posterior aos pedidos de requerimento para autorização de pesquisa e lavra mineral.

Os requerimentos minerários do projeto foram adquiridos ainda em 2004, pela Vale e pela MMX inicialmente, e depois transferidos para a Anglo American. Ao todo, o Minas Rio requereu 21 direitos minerais sobrepostos aos municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, totalizando aproximadamente 14.882 hectares e 2 requerimentos adicionais para Alvarás de Pesquisa, totalizando 22,42 hectares (SRK, 2008). Os títulos minerários recobrem boa parte da extensão da Serra do Sapo e Ferrugem e uma parte da Serra de Itapanhoacanga, formando grandes domínios minerários.

Em Conceição do Mato Dentro/MG, as aquisições de terras foram feitas por meio da intermediação de uma empresa terceirizada, a Borba Gato Agropastoril S/A, criada pela MMX, de Eike Batista, para negociar e comprar terras na região. Mediante contratos de compra e venda, as aquisições pela Borba Gato começaram já em fevereiro de 2007, antes das licenças ambientais do empreendimento serem concedidas, sob o pretexto de que desenvolveria na região uma criação de equinos (Haras) e, num segundo momento, informou o plantio de eucaliptos (DIVERSUS, 2011). Esta estratégia foi tão bem orquestrada que conseguiu, durante algum tempo, atuar na região sem vincular qualquer interesse da mineração com a ação da empresa na compra de terras.

Sem considerar as comunidades, as formas tradicionais de uso da terra e as possibilidades de negociação coletiva, os corretores da Borba Gato – que na verdade é parte societária da AngloFerrous Minas Rio Mineração S/A – atuaram para pressionar a venda de terras na região e criar um estratagema empresarial para dissimular discórdia entre as famílias e disseminar falsas informações sobre as condições e direitos das comunidades. (BECKER, PEREIRA, WILDHAGEN, 2013). Há relatos, segundo o relatório da Diversus (2011), de forte pressão psicológica dos corretores sobre as famílias da região e de negociações açodadas, feitas sob um clima de tensão e muita insegurança. Os corretores, além de intimidar as famílias a aceitar os valores oferecidos “faziam de conta” que desconheciam as “*terras no bolo da família*”, forma tradicional de uso e partilha da terra na região⁵. São terras que nunca passaram por “formais de partilha” (terras formalmente divididas), e mesmo quando da presença desta figura jurídica, a organização social seguia uma ordem própria, daí ser tão comum a chamada terra no “bolo”, terra familiar onde

⁵Era tradição na região, sobretudo no entorno da Serra da Ferrugem, a presença de pequenos sítios familiares territorialmente articulados entre si, muitas vezes assentados sobre terrenos de herança mantidos em comum, localmente designados terras no bolo da família, ou *terra de herdeiros*

normas e valores são criados, regulados e respeitados pelos membros do grupo (DIVERSUS, 2011). Embora esta tradição fosse exercida por diversas famílias, os direitos dos “herdeiros ausentes” e dos “herdeiros presentes” foram tratados pelos corretores sob a lógica financista (terra como mercadoria) e, em alguns casos, os corretores, inclusive, acusaram a família de se “aproveitar” da negociação em benefício próprio.

Com a ação da Borba Gato a maioria das terras acabaram sendo vendidas entre 2007 e 2011 eo preço da terra passou a ser valorado fora dos parâmetros tradicionais da região, o que permitiu à empresa concentrar um estoque de terras para os interesses da mineração na região⁶. Há inclusive alguns relatos que mostram que a Borba Gato, até 2008, já detinha mais de 80% das terras de Conceição do Mato Dentro e região (CEZAR eUTSCH, 2008).

Além da compra direta, outra forma de aquisição de terras combinada às aquisições contratuais foi o uso de *dispositivos de exceção* previstos em lei específica que permitiram flexibilizar a posse da terra nos casos de negociações litigiosas. Em algumas situações judicializadas e sem acordo entre as partes envolvendo os proprietários de terra e o interesse da MMX/Anglo American, a empresa fez uso do instrumento da *servidão minerária* nas tratativas de negociação envolvendo o direito de posse das terras.

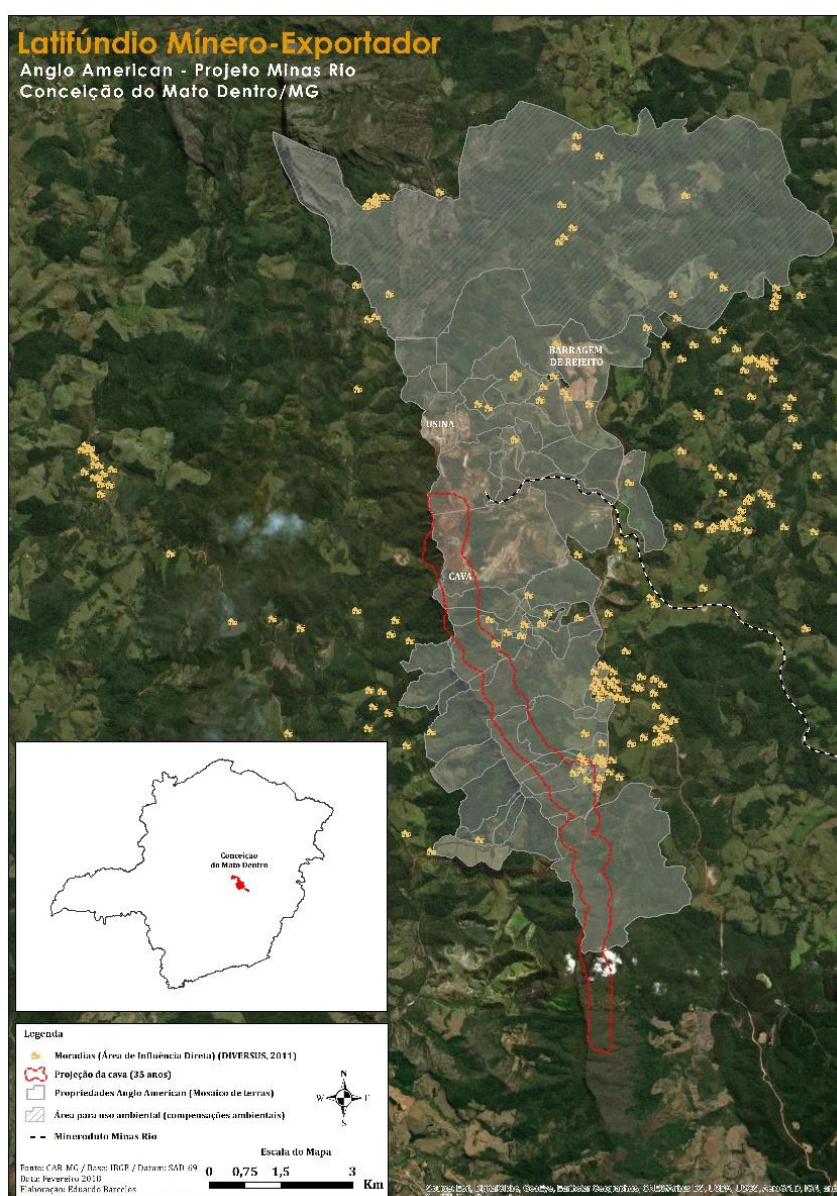
Diferentemente da expropriação causada pela imposição contratual, situação onde os grupos são forçados a venderem suas terras, na servidão minerária a aquisição das terras ocorre por “utilidade pública”. A servidão minerária é um direito real constituído em favor do título minerário, acessório a esse, motivo pelo qual também acopla a natureza de utilidade pública, que não pode ser confundido com as servidões previstas no Código Civil, em que predominam o interesse individual. É um instrumento previsto no artigo 59 do Código da Mineração Decreto Lei nº 227, de 28/02/1967. O fim último da servidão minerária é a utilidade pública conferida ao título minerário e não ao minerador. Na prática, a servidão minerária concede o direito real de superfície, ou seja, o título de domínio, a favor de quem mantém o título minerário, o que autoriza um regime especial de apropriação de terras sem a chance do contraditório. Isso avança em vários aspectos da chamada “atividade mineral”, não se restringindo a lavra de mina, ao local da jazida, mas a todo o complexo técnico de intervenções possíveis e necessárias ao empreendimento.

Ao todo, conforme Becker e Pereira (2011), este processo de aquisições fundiárias envolvendo compra direta, desapropriações e servidões minerárias resultou em 3.880 hectares para a implantação da mina e de parte do mineroduto. Somente o “ambiente construído” – ou as áreas que “ancoram” toda a estrutura produtiva – é superior a 2.700 hectares (SISEMA, 2008, p.10-11). Já o Programa de Negociação Fundiária da Anglo

⁶ Antes da mineração, o hectare custava entre R\$ 500 a R\$ 1 mil. Hoje, a Anglo colocou o preço da área que é prioridade para ela entre R\$ 12 mil e R\$ 15 mil (DIVERSUS, 2011).

American de 2010, elaborado pela Geonatura Serviços em Meio Ambiente Ltda define um total de 4.237 hectares, totalizando 32 propriedades adquiridas, dos quais 3.372 hectares destinados a instalação das estruturas do empreendimento (cavas, barragem de rejeito, depósitos de estéril, usina de beneficiamento) e 865 ha para as áreas do reassentamento (GEONATURA, 2010). Na primeira fase das remoções foram removidas 52 famílias, restando centenas de pessoas ao redor do empreendimento (FERRAZ, 2018). Além disso, a Anglo mapeou cerca de 50.000 hectares na região de Conceição e definiu os limites de 17 propriedades rurais para a execução dos projetos de compensação ambiental, totalizando cerca de 3.059 hectares para uso indireto (BARCELOS, 2018).

Mapa 2: Propriedades e terras adquiridas e sob supervisão da Anglo American, Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais



Fonte: Elaboração própria; adaptado e atualizado de Barcelos (2018)

Já no litoral de São João da Barra, as aquisições de terra para a instalação da planta de filtragem e do Porto do Açú se deram por dois processos: (1) pela compra direta de fazendas (contratos de compra e venda) intermediada pelo Grupo EBX, de Eike Batista, por meio da LLX Minas-Rio Logística Comercial Exportadora S/A e da LLX Açú Operações Portuárias S/A; e (2) pela publicação de decretos desapropriatórios a favor da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN), para a formação do Distrito Industrial de São João da Barra (DISJB). Essas aquisições também foram feitas anteriormente às emissões das licenças ambientais dos projetos do porto e da usina.

As primeiras tratativas de aquisição fundiária foram feitas já no ano de 2007 sobre as faixas de terra e fazendas litorâneas localizadas no 5º distrito de São João da Barra. Pouco depois do lançamento da “pedra fundamental” do porto, em 2007, Eike Batista adquire duas fazendas litorâneas, o conjunto Saco D’Antas (1.935 hectares) e Pontinha (1.141 hectares), para a instalação da primeira fase do projeto Minas Rio. Essas fazendas eram de propriedade desdobrada de massa falida da Companhia Agrícola Baixa Grande, uma antiga usina sucroalcooleira localizada no litoral do município. As áreas das fazendas, principalmente a Saco Dantas, foram ocupadas pelo MST, em 1999, mas não foram desapropriadas pelo Incra, sob argumento de serem áreas “inadequadas” para a criação de um assentamento rural devido aos “solos arenosos”. Entretanto, contrariando este argumento, várias famílias permaneceram na área das fazendas, vivendo como posseiros e agricultores e em 2008 (já por conta do Projeto Minas Rio) foram impedidos de entrar na área. Os que moravam foram transferidos para a Fazenda Pontinha, e os que só plantavam e/ou criavam animais nada obtiveram. Alguns destes entraram na justiça e há notícias de que parte deles conseguiu reintegração de posse com base no instituto legal dousucapião (AGB, 2011).

Estas duas fazendas foram estratégicas para Eike, pois desde junho de 1999, com o Decreto Estadual nº 25.455 de 28 de junho de 1999, a época na gestão de Anthony Garotinho (PR-RJ), parte destas terras já tinham sido desapropriadas por utilidade pública para construção, implantação e exploração de terminal marítimo e portuário (RIO DE JANEIRO, 1999). Esta desapropriação ocorreu junto aos interesses do governo do Rio de Janeiro de instalar no norte fluminense um grande projeto portuário (já reivindicado desde a década de 1940), e acabou sendo fortalecido no mesmo momento em que ocorria a quebra do monopólio e preparação de vendas das unidades de negócio da Petrobrás, ainda na gestão FHC (BARCELOS, et.ali, 2014). Além disso, o Decreto Estadual nº 40.456 de 22 de dezembro de 2006 concedeu tratamento tributário especial nas fases de construção, pré-operação e operação do Sistema MMX Minas-Rio no complexo minero-siderúrgico e unidades de apoio, a ser implantado no município de São João da Barra e para toda a

logística e infraestrutura de apoio no Estado. Este decreto facilitou também a incorporação de ativos de forma mais rápida e permitiu acumular mais recursos para o início das obras.

Neste momento, com as fazendas adquiridas no litoral, o projeto viabilizou as áreas para construção da planta de filtragem do minério, pátios de estocagem, sistema de recuperação de água e finos e retroárea do porto. Ainda naquele momento, Eike Batista adquire ainda a fazenda do Meio (382 hectares) e Palacete, com 945 hectares, local que seria mais tarde usado para o reassentamento das famílias.

Já as terras adquiridas por desapropriação via decretos governamentais totalizaram 7.036 hectares e incidiram sobre lotes, terrenos, faixas de terra e propriedades localizadas no 5º Distrito rural de Pipeiras. Esta desapropriação – que ocorreu em etapas – tinha o objetivo de liberar terras para a construção de um grande condomínio industrial próximo ao porto do Açú, o Distrito Industrial de São João da Barra. Esta área foi desapropriada pelo estado, para fins de utilidade pública, a favor da CODIN, através da publicação de cinco decretos governamentais.

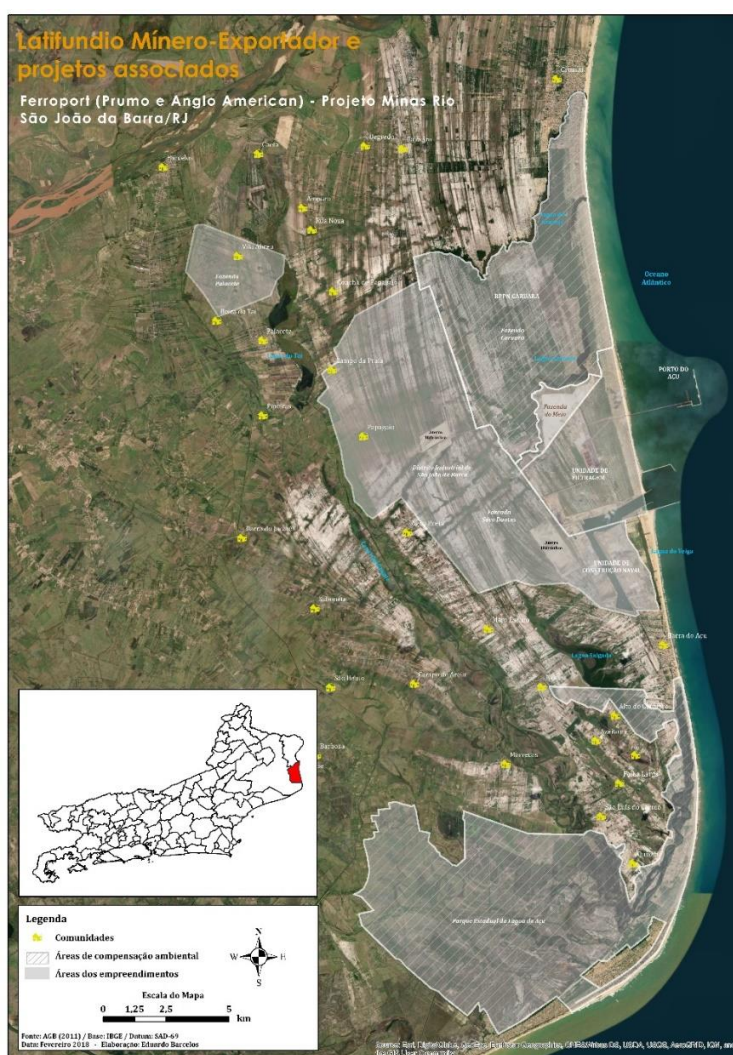
Os dois primeiros decretos, em 2008, Nº 41.584 de 05 de dezembro de 2008 e Nº 41.585 de 05 de dezembro de 2008 criaram uma área industrial limitada pela estrada do Figueira, que liga a comunidade de Barra do Açú a Água Preta, limitando-se pela estrada Saco Dantas. Em 2009, o decreto nº 41.915 de 19 de junho ampliou a área do distrito (decreto de ampliação) e, no mesmo dia, retificou a área proposta, com o decreto Nº 41.916 de 19 de junho (decreto de retificação), formando o grande distrito industrial, com 7.036 hectares, englobando desde a comunidade de Barra do Açú, Água Preta, Papagaio e Campo da Praia. Dois meses depois, ainda em 2009, um outro decreto, agora de supressão (Nº 41.998 de 19 de agosto de 2009), excluiu a comunidade de Água Preta e mantendo o distrito ampliado.

Nesta ordem/desordem territorial, a partir de 2010, o Estado deu início a diferentes atos de imissão na posse para “liberar” a área aos usos do projeto. As desapropriações foram conduzidas pela CODIN, seguindo um planejamento em duas fases. Na primeira fase das desapropriações, executada em 2010, foram 146 desapropriações em 151 propriedades e na parte da segunda, de 2011 a 2013, mais 250 propriedades em desapropriação (além de 1.403 lotes urbanos localizados no distrito de Barra do Açú) (BARCELOS, 2018).

A execução destas fases desapropriatórias como atos imperiais de Estado, revelaram-se ser, na origem do processo, um violento e desproporcional *regime de expulsão, medo e terror*. Os moradores relatam, desde 2011, o forte esquema de segurança e os abusos de poder, muitas das vezes com assédios e intimidações por parte de agentes do Estado e de empresas de segurança (AGB, 2011) e de posturas ostensivas de funcionários da CODIN que se recusavam a prestar esclarecimentos. Diferentes ameaças foram feitas aos moradores para eles abandonarem suas casas, principalmente aqueles que

se recusaram a aceitar as negociações propostas. Em 2012, houve casos de imissões de posse feitas logo nas primeiras horas da manhã, com a presença de forte aparato policial, oficiais de justiça e agentes da LLX, para a demolição de casas e lavouras (CDDHC, 2012). No rito das desapropriações, muitos mandatos judiciais foram executados sem o consentimento das famílias, intimidadas a deixarem suas terras de forma abrupta e normalmente coagidas pelas operações da Polícia e de agentes da CODIN, forçando-as a negociarem suas terras (BARCELOS, 2018).

Mapa 3: Conjunto de propriedades e áreas desapropriadas e adquiridas no contexto do Projeto Minas Rio, São João da Barra, Rio de Janeiro



Fonte: Elaboração própria; adaptado e atualizado de Barcelos (2018)

No conjunto das aquisições do Projeto Minas Rio, em ambos os estados, foram 11 propriedades para alocação da mina; 12 propriedades para a instalação da usina de beneficiamento de minérios; 3 para a formação da reserva legal; 6 para realocar famílias na

fase extrativa; e no litoral mais 2 propriedades para a instalação da unidade de filtragem e estocagem de minérios (BARCELOS, 2018).

Além destas aquisições, o Minas-Rio foi beneficiado por decretos governamentais em ambos os estados, além de contratos de compra e venda e servidões minerárias para a implantação do mineroduto. Ao todo, o projeto conseguiu o direito de passagem do mineroduto por meio de faixas de servidão em 10.700 propriedades, cruzando mais de 600 corpos d'água, ao longo dos 32 municípios. Isso significou aproximadamente 1.575 hectares ao longo dos 525 km de trecho (BARCELOS, 2018).

No computo geral, foram **8.888 hectares** anexados ao domínio do grande empreendimento, sendo 4.237 hectares na fase extrativa e transformativa (Mina e Usina), 1.575 hectares ao longo do traçado do mineroduto (Transporte), mais 3.076 hectares na fase de armazenamento e estoque (Porto). Estas propriedades estão registradas em nome de 5 empresas diferentes, apesar de todas elas manterem alguma ligação societária: **a)** a Borba Gato Agropastoril S/A; **b)** a Anglo American S/A; **c)** a Anglo Ferrous Minas Rio-Mineração S/A; **d)** a LLX Minas-Rio Logística Comercial Exportadora S/A e; **e)** a LLX Açú Operações Portuárias S/A.

Todas estas aquisições fundiárias representam as inversões diretas do sistema Minas Rio para seu funcionamento de ciclo completo, porém não contabiliza as áreas associadas ao projeto que foram planejadas e, posteriormente, anexadas ao conjunto maior de empreendimentos tendo em vista a disponibilidade de minério. São projetos associados e que se viabilizam mutuamente.

Se somarmos as aquisições diretas (8.888 hectares) com (1) a área desapropriada na retroárea do porto do Açú para a criação do Distrito Industrial de São João da Barra de 7.036 hectares; (2) a fazenda Palacete, de 935 hectares, área destinada ao reassentamento das famílias desapropriadas pelo DISJB; (3) a fazenda do Meio, de 382 hectares, destinada originalmente para a construção da unidade de tratamento de petróleo, porém hoje utilizada como aterro hidráulico de isolamento da unidade de filtragem; (4) a fazenda Caruara, de 4.234 hectares, destinada como medida ambiental compensatória na criação do DISJB, hoje a RPPN Caruara e; (5) o Parque Estadual da Lagoa do Açú, de 8.251 hectares, unidade de conservação também criada no contexto do licenciamento ambiental do distrito como medida de compensação ambiental; se somarmos todas estas áreas com as fazendas e propriedades adquiridas chegaríamos a um montante de **29.726 hectares** de terras imobilizadas para o funcionamento deste conjunto de empreendimentos.

Este *des-arranjoterritorial* movido pela ânsia expansiva da mineração aprofundou uma situação fundiária indefinida e conflitiva em ambos os municípios e resultou não só na reconcentração da propriedade da terra, mas no não reconhecimento de grupos atingidos, o deslocamento compulsório de famílias e a descaracterização das formas tradicionais de

posse da terra. Ao formar uma “grande propriedade extrativa-industrial-logística”, o Minas Rio passou a impor um novo modo de partilha e distribuição da terra, já que mudou radicalmente as formas de distribuição, acesso, uso e posse da propriedade. Tal mudança, essencialmente, transformou o empreendimento no *maior latifúndio* em ambos os municípios e estabeleceu novas funções e formas de controle do território (BARCELOS, 2018).

Ao contrário de muitos latifúndios, o “fator terra” na mineração assume outras funções na reprodução do capital e define vantagens e estratégias territoriais importantes para manter o monopólio do controle sobre o território. Mesmo que estejamos frente a uma “grande extensão territorial” e de um forte componente de exploração, há uma mistura de condições e arranjos sobre a propriedade que complexifica a análise. A terra, efetivamente, não se volta totalmente à produção mineral. Há uma trama fundiária que cria, na sua integração, múltiplas formas de domínio e poder.

No *latifúndio minero-exportadoras* terras também servem para formar um “efeito contenção” ao redor do empreendimento, como se fosse uma “zona tampão” às estruturas e instalações. É como se a terra fosse uma forma de “blindagem territorial” que circunda os projetos e se espalha ao redor das estruturas e instalações para isolá-las, criando uma zona de exclusão no entorno dos empreendimentos. Este entorno pode ser de quilômetros e o discurso mais recorrente para justificar este efeito contenção é o da “segurança operacional” dos projetos, ou seja, garantir a continuidade da operação em “ambientes críticos”. A terra, neste caso, torna-se um dispositivo de um discurso sobre o “risco” e sobre um suposto “inimigo” que ameaça o funcionamento do empreendimento. Assim, justifica-se a *contenção*.

Outra funcionalidade do controle da terra são as medidas de compensação ambiental. Por assumir esta condição específica, as terras destinadas para uso ambiental podem ou não serem adquiridas pelas empresas. Quando adquiridas, normalmente são áreas preservadas, com ampla diversidade e cobertura vegetal nativa e que podem servir como resposta às condicionantes previstas nos processos de licenciamento ambiental. Este é o caso das fazendas Caruara, Estiva, Palmital e Retiro da Prata. Já quando as terras não são adquiridas, as empresas exercem o controle da terra por via indireta, a partir de programas ambientais mantidos com comunidades ou por meio do financiamento de projetos individuais para os proprietários que aderirem aos programas. Nestes casos, as empresas não são titulares das terras, mas por ter que cumprir condicionantes ambientais obrigatórias, ampliam relações com diferentes proprietários e instituições na região para a execução dos programas que lhes são exigidos. Apesar deste estratégia não vincular a terra diretamente a posse da empresa, ele vincula a propriedade agrária ao circuito da mineração por meio de projetos de compensação e relações contratuais. Caso visto em Conceição do Mato Dentro, no Programa de implantação de corredores ecológicos de fauna,

em que a Anglo mantém o controle de cerca de 3.059 hectares na região. Neste caso, o controle que a Anglo mantém sobre a terra é indireto, mantido por meio de parceria com proprietários.

Todas essas transformações nos indicam novos sentidos para a questão da terra no âmbito dos projetos extrativos e outras possibilidades analíticas para pensarmos a questão agrária e as conflitividades no espaço agrário. De um lado, efetivamente, pelas estratégias territoriais usadas nesta nova geografia das aquisições; de outro pelo papel que a terra tem na acomodação de interesses estrangeiros; assim como pela possibilidade de complexificar categorias importantes que marcam a leitura dos problemas agrários, como a ideia de latifúndio, o conceito de grande propriedade, de extensão e exploração da terra, de sistemas agrários. Aqui, não se trata apenas de considerar o problema agrário clássico ligado ao uso, acesso e posse da “propriedade da terra” e os conflitos agrários ligados à reforma agrária pela redistribuição, democratização e limitação da propriedade. Efetivamente, o problema da propriedade concentrada não deixou de existir; pelo contrário, os GPDs aprofundaram a concentração da propriedade. Porém, a dinâmica do espaço agrário visto por meio da mineração se complexificou a partir dos GPDs, efetivamente pela incorporação de novas funções, protagonistas e questões nas disputas pela terra que vieram a ocorrer.

Considerações finais

O dinamismo da acumulação capitalista é impensável na ausência de apropriação de terras. É pela incorporação de terras que explicamos a natureza fundamental do capitalismo e a forma pela qual se constitui o espaço do capital: a dialética entre a expansão geográfica e a acumulação de capital (MOORE, 2013; HARVEY, 2005b). É pela apropriação da terra que o capitalismo consegue acessar e disponibilizar de forma barata bens de natureza (humana e não humana) para aqueles que dispõem de capital e poder. No ciclo da acumulação, a aquisição de terras sempre assume o espaço de renovação e expansão do capital, formando novos regimes de controle do espaço.

Efetivamente, o *boom* mineral que se impôs neste período recente parece ter reforçado a questão da propriedade da terra como elemento central na viabilização dos capitais produtivos e financeiros e, deste modo, a importância do espaço agrário não somente na reprodução do capital, como também nas políticas de estado. As transformações deste processo significaram uma especulação rentista da terra, onde o Estado jogou um papel central ao ser ao mesmo tempo um “credor de terras” aos capitais

nacionais e estrangeiros, seja transferindo/oferecendo/doando ou desapropriando terras, seja preparando as condições jurídicas das aquisições, como também permitiu uma reconcentração fundiária decorrente das necessidades de área dos projetos.

Assim, a agenda da mineração mostrou-se uma verdadeira agenda fundiária: uma *corrida por terras*. O aumento do porte dos projetos, exigindo cada vez mais áreas para a instalação das estruturas necessárias e a expansão de projetos para novos territórios considerados anteriormente “improdutivos” provocou distintos jogos de diferenciação e divisões espaciais, gerando novos modos de partilha da terra e processos conflituivos em diferentes territórios. Por isso mesmo, a atividade mineral se tornou uma atividade cada vez mais *intensiva em área*, ou seja, demanda grandes extensões territoriais para viabilizar não só as minas e usinas, as estruturas e equipamentos, mas também para conter, isolar e excluir fluxos locais e a população.

A partir da implantação do Projeto Minas Rio tornou-se possível perceber como a atividade mineral reconfigurou novas situações de fronteira, que envolve disputas por territórios e novos regimes de propriedade. A formação do *latifúndio minero-exportador* impôs distintos ajustes espaciais que complexificou a questão agrária local e regional, permitindo reconfigurar as *relações* e os *regimes de poder* por meio da terra.

Esta importância nos permite pensar como o “problema agrário da propriedade” se estabelece como *devir espacial*, quer dizer, como as novas frentes de expansão do capital reordenam/transformam as espacialidades (lugares e territórios) estabelecendo um novo regime de propriedade. Em outras palavras, de que maneira os grandes projetos da mineração transformam o uso, posse, acesso e domínio da terra. Isso abre reflexões importantes para pensar as dinâmicas de acumulação e os processos expropriatórios no espaço agrário. Além disso, permite pensar a temática da fronteira e a relação com o extrativismo.

Referências

AGB. *Relatório dos Impactos Socioambientais do Complexo Industrial Portuário do Açú*. Associação dos Geógrafos Brasileiros. Relatório Técnico. Rio de Janeiro, 2011.

ALENTEJANO, Paulo Roberto. *A terra no centro dos embates*. XVII Encuentro de Geógrafos de América Latina, EGAL, Quito. Equador. 2019

ALVIM, Augusto Mussi. *Investimentos estrangeiros diretos e suas relações com os processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil*. Projeto de cooperação técnica “Apoio às políticas e à participação social no desenvolvimento rural” (PCT IICA/NEAD), Brasília, NEAD, 2009 (relatório de pesquisa).

AMB. *Anuário Mineral Brasileiro 2003* Brasília: DNPM, 2003.

_____. *Anuário Mineral Brasileiro 2009* Brasília: DNPM, 2009.

_____. *Anuário Mineral Brasileiro 2016*: Brasília: DNPM, 2016.

BARCELOS, Eduardo Alvares da Silva. *Geografia e Grandes Projetos: ecologia, política e economia no capitalismo de fronteira*. 560 f. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2018

BARCELOS, Eduardo. (org); COSTA, Ana.; MILANEZ, Bruno.; ALENTEJANO, Paulo.; MORAES, Roberto. *O Projeto Minas Rio e seus impactos socioambientais: olhares desde a perspectiva dos atingidos*. Relatório Preliminar. Rio de Janeiro/Minas Gerais, 2014.

BARROS, Ciro. *Brasil é um dos cinco países do mundo que mais vende terra para estrangeiros*. El País, Brasil. 20 de mai. de 2018. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/19/actualidad/1526766954_914923.html. Acesso em: 10 de set. de 2019.

BARTRA, Armando. *Con los pies sobre la Tierra: Despojo y resistencia en los territorios*. México, 2014. No prelo.

BECKER, Luzia Costa & PEREIRA, Denise de Castro. *O Projeto Minas-Rio e o desafio do desenvolvimento territorial integrado e sustentado: a grande mina em Conceição do Mato Dentro*. In: FERNANES, F. R. C, ENRIQUEZ, M. A. R. S, & ALAMINO, R. C. J. (eds). Recursos minerais e sustentabilidade territorial. Brasília: MCT-CETEM, 2011.

BECKER, Luiza Costa; PEREIRA, Denise de Castro; WILDHAGEN, Raquel Oliveira. *Comunidades Atingidas por Mineração e Violação dos Direitos Humanos: Cenários em Conceição do Mato Dentro*. Revista Ética e Filosofia Política, Juiz de Fora, Nº 15, Vol. 1, Junho de 2013.

CDDHC. *Relatório de visita as famílias impactadas pela implantação do Projeto do Complexo Industrial-Portuário do Açú (CIPA), localizado do 5º Distrito do município de São João da Barra*. Rio de Janeiro: Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012. (mineo)

CEZAR Peter; UTSCH Marina. *Minas-Rio: investimento de mineradora no estado é questionado*. Blog Coluna Meio Ambiente, São Gonçalo do Rio das Pedras. Dez. 2008. Disponível em <http://colunameioambiente.blogspot.com.br/2008/12/minas-rio-investimento-de-mineradora-no.html>. Acesso em: 15 de ago. 2019

DIVERSUS. *Diagnóstico Socioeconômico da Área Diretamente Afetada e da Área de Influência Direta do empreendimento Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A. (Ex-MMX Minas-Rio Mineração S.A.) - Lavra a Céu Aberto com Tratamento a Úmido Minério de Ferro - Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim/MG - DNPM Nº: 830.359/2004 - PA/Nº. 00472/2007/004/2009 - Classe 06*. Agosto de 2011.

ESTADÃO. *Estrangeiros detêm um Rio de Janeiro em terras no país*. Estadão Conteúdo, São Paulo. 17 de dez. 2018. Disponível em <https://exame.abril.com.br/brasil/estrangeiros-detem-um-rio-de-janeiro-em-terras-no-pais/>. Acesso em: 08 de set. 2019.

FERRAZ Lucas. *À sombra da tragédia de Mariana*. Apublica. 23 de jan. 2018. Disponível em <https://apublica.org/2018/01/a-sombra-da-tragedia-de-mariana/>. Acesso em: 10 de set. 2019.

GEONATURA. *Plano de Controle Ambiental. Programa de Negociação Fundiária AngloFerrous Minas-Rio Mineração S.A.* GEONATURA Serviços em Meio Ambiente Ltda. Belo Horizonte. 2010.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Anna Blume, 2005b.

_____. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005a. (2ª edição)

MOORE, Jason W. *El auge de la ecología-mundo capitalista (I): las fronteras mercantiles en el auge y decadencia de la apropiación máxima*. Revista Labertinto N°38. 2013.

ODILLA, Fernanda. *Estrangeiros compram 22 campos de futebol por hora*. Folha de São Paulo, São Paulo. 02 de nov. 2010. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0211201002.htm>. Acesso em: 15 de ago. 2019.

PEREIRA, Denise de Castro, BECKER, Luiza Costa; WILDHAGEN, Raquel Oliveira *Mineração e Insustentabilidade do Desenvolvimento de Territórios: Fragilidades Institucionais e Conflitos Socioambientais*. VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social - ENAPEGS 2013. Eixo Governança Ambiental e Território Belém, Pará. 2013.

RIO DE JANEIRO. *Decreto nº 25455 de 28 de junho de 1999*. Declara De Utilidade Pública, Para Fins De Desapropriação, Os Imóveis Que Menciona, Situados No Município De São João Da Barra, No Estado Do Rio De Janeiro. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro, [1999]. Disponível em https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/230243/decreto-25455-99?ref=topic_feed. Acesso em: 10 de set. 2019.

SASSEN, Saskia. *Expulsões. Brutalidade e complexidade na economia global*. Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra, 2016.

SAUER, Sérgio e ALBUQUERQUE, Ralph de M. *Neoextrativismo, mineração e disputas por terra no campo brasileiro*. In: MITIDIERO, Marco Antônio. et al. (orgs.). *A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais*. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SAUER, Sérgio. *Demanda mundial por terras: landgrabbing ou oportunidade de negócios no Brasil?* Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, v. 4, p. 50-71, 2010.

SHOULZ, Cley; PORTELA, Marcelo. *De Minas ao Rio, por debaixo da terra*. O Estado de São Paulo, São Paulo. 06 de ago. 2014. Disponível em <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,de-minas-ao-rio-por-baixo-da-terra,1539667>. Acesso em: 20 de ago. 2019.

SILVA FILHO, E. B. *Trajatória recente do Investimento estrangeiro direto e em carteira no Brasil*. Boletim de Economia e Política Internacional | BEPI | n. 19 | Jan./Abr, 2015.

SISEMA. *Parecer Único SISEMA. Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A. n. 001/2008, P.A COPAM N° 472/2007/001/2007*. Sistema Estadual de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais. 2008.

SRK. *MMX Mineração e Metálicos S.A. Relatório Técnico NI 43-101. Projeto de Ferro Minas-Rio*. SRK Consulting Engineers and Scientists. Canadá. 2008.

VITTOR, Luis. *Perú: incompatibilidades de una apuesta extractivista*. Agencia Latinoamericana de Información. ALAI. Quito, Equador, p.22-25. mar 2012.

WANDERLEY, Luiz Jardim. *Do Boom ao Pós-Boom das commodities: o comportamento do setor mineral no Brasil*. Versos-Textos para Discussão PoEMAS, 1(1), 1-7.2017.

WANDERLEY, Luiz Jardim; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira. *Dependência de barragem, alternativas tecnológicas e a inação do estado: repercussões sobre o monitoramento de barragens e o licenciamento do Fundão*. Em TROCATE, Charles; ZONTA, Márcio. (org.) *Antes fosse mais leve a carga: Reflexões sobre o desastre da Samarco/ Vale / BHP Billiton*. Marabá: Editorial iGuana. Pará. 2016.

Sobre o autor

Eduardo Barcelos – Graduação em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) (2007); Mestrado e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) (2010 e 2018). Professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), campus Valença, Bahia. É membro do Grupo de Trabalho em Assuntos Agrários da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Seção Local Rio-Niterói. **OrCID:** – <https://orcid.org/0000-0001-8550-9583>

Como citar este artigo

BARCELOS, Eduardo. Mineração e questão agrária: grandes projetos, regime de terras e a formação do latifúndio minero-exportador no contexto do Projeto Minas Rio (2007-2014). **Revista NERA**, v. 24, n. 59, p. 62-87, Dossiê, 2021.

Recebido para publicação em 20/09/20
Aceito para a publicação em 10/05/21

As formas de produção e reprodução social nos assentamentos rurais¹

Elaine Aparecida Ramos

Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP, Brasil.

E-mail: elaineramos89@gmail.com

Ana Claudia Giannini Borges

Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP Brasil.

E-mail: ana.giannini@unesp.br

Resumo

A partir da década de 1990, foi observado no campo brasileiro transformações nos meios e modo de produção ao longo das décadas, bem como no tamanho e distribuição das propriedades rurais, impactadas pela nova lógica de reprodução do capital. Nesse contexto, crescem no país as mobilizações pela realização da reforma agrária, fato que contribuiu para a criação de política de assentamento rural realizado pelo Estado. Foi um período em que houve a ampliação no número de assentamentos criados no país. O objetivo do trabalho é caracterizar a relação dos sujeitos com o território e analisar o uso da terra por meio do que foi produzido. Para tal, realizou-se levantamento bibliográfico sobre reforma agrária, território e assentamentos rurais, seguido de coleta de dados primários (entrevistas e formulários) com os assentados dos Projetos de Assentamento (PA's) Chico Mendes, Divisa e Engenho da Serra. A partir disso, identificou-se que a relação de homens e mulheres com o território é resultante da intencionalidade desses, no qual se tem a constituição dos assentamentos, como espaço de vida e trabalho, e os meios e modos de produção adotados pelos sujeitos dos assentamentos rurais, no município de Ituiutaba (MG), o que tem possibilitado sua reprodução social.

Palavras-chave: Assentamentos rurais, terra, território, reprodução social.

The forms of production and social reproduction in rural settlements

Abstract

From the 1990s, transformations in the mediums and ways of production over the decades were observed in the Brazilian countryside, as well as in the size and distribution of rural properties, impacted by the new logic of capital reproduction. In this context, grown in the country as mobilizations to carry out agrarian reform, a fact that contributed to the creation of a rural settlement policy carried out by the State. It was a period in which there was an increase in the number of settlements created in the country. The objective of the work is to characterize the relationship of the subjects with the territory and to analyze the land use through what was produced. To this end, a bibliographic survey on agrarian reform, territory and rural settlements was carried out, followed by the collection of primary data (interviews and forms) with the people who lives in the settlement projects (PA) Chico Mendes, Divisa and Engenho da Serra. From this, it was identified that the relation of men and women with the territory its result by their intentionality, in the constitution of settlements, as a space for

¹Pesquisa realizada para a dissertação de mestrado intitulada "Espacialização e territorialização dos primeiros assentamentos rurais implementados na década de 1990, em Ituiutaba (MG), com bolsa de mestrado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

living and working, and the mediums and ways of production adopted by the subjects of rural settlements, in the municipality of Ituiutaba (MG), what has enabled their social reproduction.

Keywords: Rural settlements, land, territory, social reproduction.

Las formas de producción y reproducción social en los asentamientos rurales

Resumen

Desde la década de 1990, se observaron transformaciones en los medios y métodos de producción a lo largo de las décadas en el campo brasileño, así como en el tamaño y la distribución de las propiedades rurales, impactados por la nueva lógica de la reproducción del capital. En este contexto, las movilizaciones para llevar a cabo la reforma agraria están creciendo en el país, un hecho que contribuyó a la creación de una política de asentamiento rural llevada a cabo por el Estado. Fue un período en el que hubo un aumento en el número de asentamientos creados en el país. El objetivo del trabajo es caracterizar la relación de los sujetos con el territorio y analizar el uso de la tierra a través de lo producido. Con este fin, se realizó una encuesta bibliográfica sobre la reforma agraria, el territorio y los asentamientos rurales, seguida de la recopilación de datos primarios (entrevistas y formularios) con los pobladores de los Proyectos de Asentamiento (AP) Chico Mendes, Divisa y Engenho da Serra. A partir de esto, se identificó que la relación entre hombres y mujeres con el territorio es el resultado de su intencionalidad, en la cual los asentamientos se constituyen, como un espacio para la vida y el trabajo, y los medios y modos de producción adoptados por los sujetos de los asentamientos rurales en el municipio de Ituiutaba (MG), lo que ha permitido su reproducción social.

Palabras clave: Asentamientos rurales, tierra, territorio, reproducción social.

Introdução

No decorrer das décadas, foi observado no campo brasileiro as transformações nos meios e modos de produção, bem como no tamanho e distribuição das propriedades rurais, impactadas pela lógica de reprodução do capital. Essa contribuiu para a ampliação da concentração da posse da terra e a manutenção das contradições.

Nesse período, o Estado adotou políticas que integram a produção brasileira ao mercado internacional, gerando dependência e subordinação às demandas externas, o que contribuiu para o enfraquecimento das políticas de subsídios agrícolas destinadas à pequena produção e soberania alimentar. No país, esse contexto corresponde a um período de crescente mobilização social pela reforma agrária, com ações de diferentes grupos sociais e ação do Estado, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), viabilizando a criação de assentamentos rurais.

A adoção dessa política de reforma agrária, inicialmente, objetivava diminuir os conflitos e mobilizações no campo (OLIVEIRA, 2007). Os assentamentos rurais são resultado da materialização da luta de homens e mulheres por terra e território, sendo onde se dá a reprodução de diversos modos e meios de vida.

Além disso, o território é identificado também como elemento de investigação, em que parte dessa materialização se insere como resultado de uma política de reforma agrária no país e que, por conseguinte, permite a criação e recriação das relações de produção no campo (OLIVEIRA, 2007). É importante destacar que, a partir da década de 1990, tem-se o crescimento dos conflitos no campo e, no período de 1998 a 2006, observa-se a maior média de ocupações no país (DATA LUTA, 2015).

As ocupações de terras são as práticas de resistência e luta pela terra. Fernandes (2000) destaca que a ocupação é um meio importante de acesso à terra, de modo que os trabalhadores se somam ao processo político e econômico contra a expropriação, com a intenção de possibilitar sua criação e recriação em determinada espacialidade.

E com a conquista da terra, os assentados passam a ter outras demandas, tais como os meios de produção para iniciar a atividade econômica. Assim, o assentamento, além de ser um espaço para a moradia, produção agrícola, pecuária e/ou agroindustrial, é também lugar de debate político, visto que a conquista da terra possibilita aos assentados inclusão produtiva, social e política (FABRINI, 2002).

Em vista dessa conjuntura e a partir da criação dos assentamentos rurais, o objetivo do trabalho é caracterizar a relação dos sujeitos com o território e analisar o uso da terra por meio do que foi produzido. Para esse fim, fez-se necessário considerar como se deu o desenvolvimento do trabalho, as estratégias adotadas e a organização territorial, produtiva e social. Este trabalho tem como campo de estudo assentamentos rurais, criados na década de 1990, no município de Ituiutaba, no estado de Minas Gerais.

Para tal, fez-se revisão bibliográfica sobre reforma agrária, território e assentamentos rurais, seguido de coleta de dados primários (roteiro e formulário de entrevista) com os assentados dos Projetos de Assentamento (PA's) Chico Mendes, Divisa e Engenho da Serra. As entrevistas foram realizadas com um sujeito de cada assentamento, exceto para o PA Engenho da Serra que a entrevista foi concedida por duas pessoas. A escolha desses entrevistados considerou a relevância desses sujeitos nos assentamentos, como líderes, e a participação na ocupação até a consolidação do assentamento dessa fração do território. O processo de luta pela terra no município de Ituiutaba (MG) foi verificado a partir dos dados coletados nas entrevistas aplicadas por formulário aos assentados.

A aplicação de formulários teve como objetivo reunir e registrar dados sobre o perfil dos assentados e sobre os modos e meios de produção nos assentamentos. Esse instrumento foi aplicado às famílias assentadas dos PAs Divisa, Chico Mendes e Engenho da Serra, em que o universo é de 111 famílias cadastradas (INCRA, 2017c) e 136 de acordo com a pesquisa de campo, número que corresponde a capacidade total desses assentamentos. No entanto, foi possível aplicar o formulário em 72 lotes, visto que os demais não se encontravam no local, no momento da realização do trabalho de campo. A partir disso, foi possível identificar a organização social e produtiva das famílias residentes nesses assentamentos de Ituiutaba (MG).

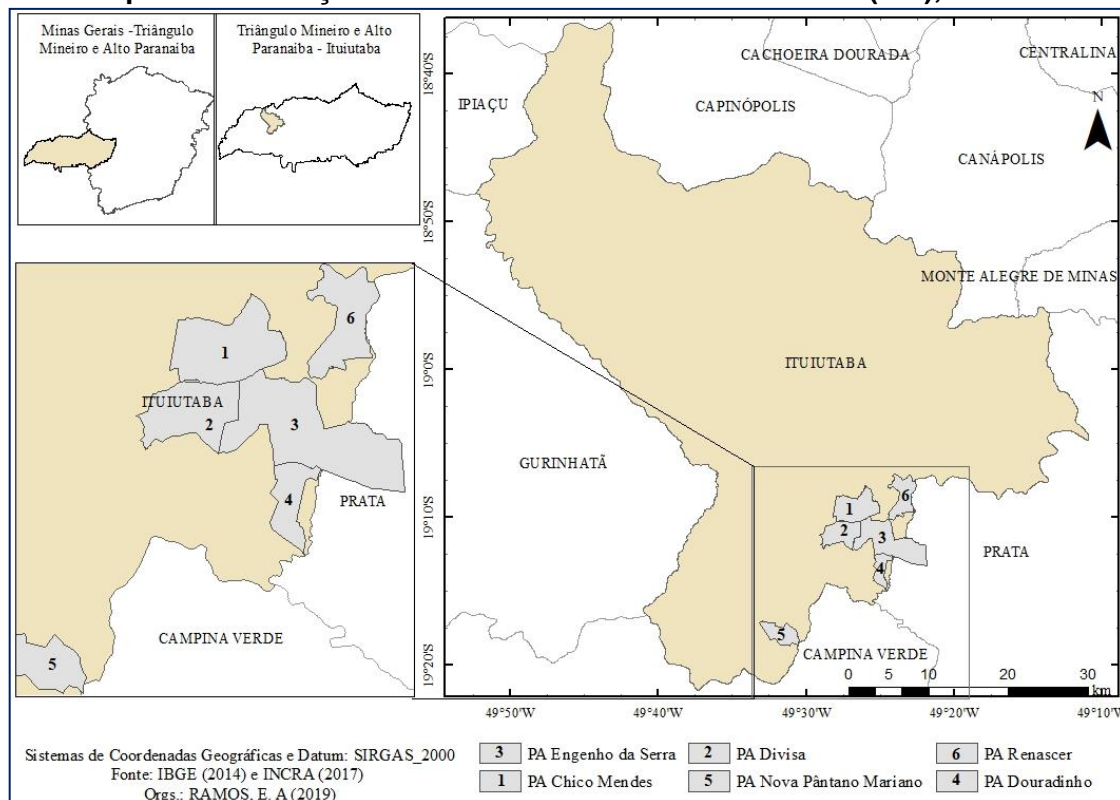
O trabalho de campo na área de estudo ocorreu nos meses de maio, novembro e dezembro de 2017 e janeiro e fevereiro de 2018. As entrevistas foram transcritas e os nomes dos entrevistados foram trocados por nomes fictícios, a fim de manter o sigilo.

Além disso, fez-se coleta de dados secundários do número de ocupações realizadas, no relatório Dataluta (2015), e do número e área dos assentamentos rurais e quantidade de famílias assentadas, no painel dos assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Área do estudo

No município de Ituiutaba, identificou-se a criação dos primeiros assentamentos rurais a partir da segunda metade da década de 1990 e, nesse período, é observada a crescente ocupação de terras. A ação de grupos e movimentos sociais no município expressa a intencionalidade de sujeitos do campo e da cidade, por meio da luta e resistência, com o intuito de ampliar o número de famílias com posse da terra para, com isso, produzir e gerar seu sustento.

Mapa 1. Localização assentamentos rurais em Ituiutaba (MG), 2017.



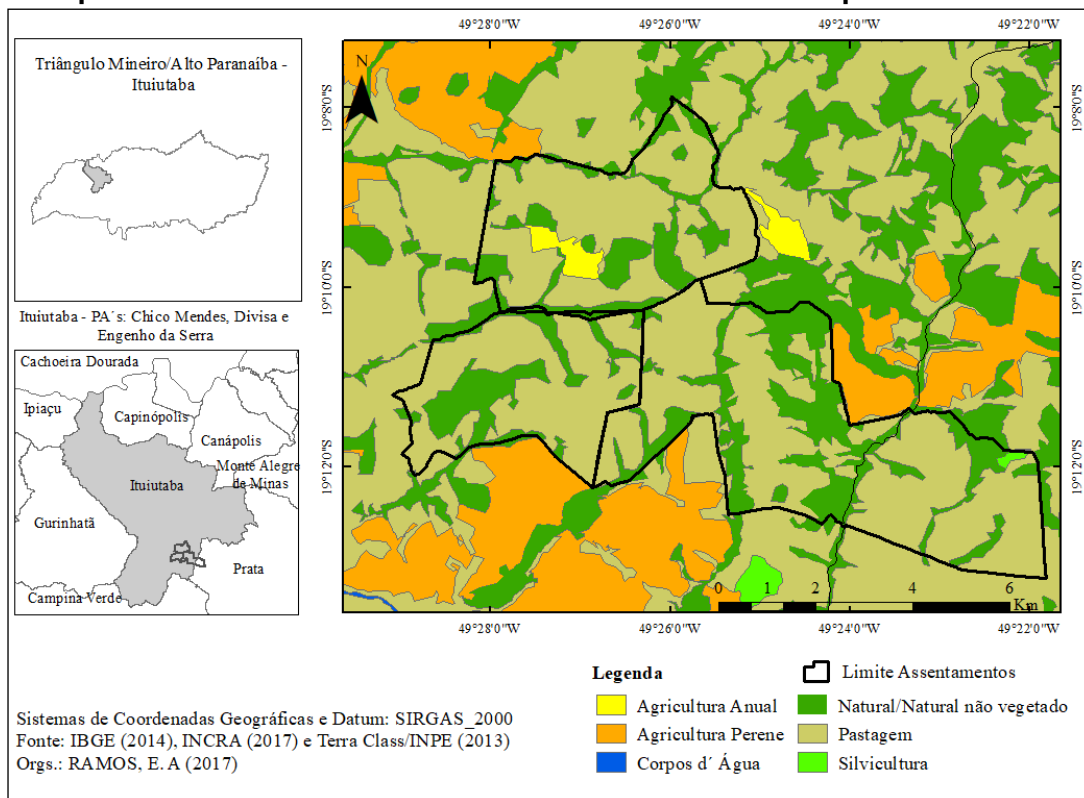
Org.: Elaboração própria.

Até 2018, identificou-se seis assentamentos rurais: PA Chico Mendes, PA Divisa, PA Douradinho, PA Engenho da Serra, PA Pântano Mariano e PA Renascer (MAPA 1). Os seis assentamentos do município correspondem a 6,40% da área e a 7,06% do número total de assentamentos da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (INCRA, 2017).

Dentre os assentamentos existentes no município, três foram criados na década de 1990: Chico Mendes, Divisa e Engenho da Serra. A área total desses assentamentos corresponde a 5.276,924 hectares, onde vivem o total de 136 famílias (INCRA, 2017).

O uso da terra nos assentamentos corresponde a áreas de pastagem e vegetação natural/natural não vegetado, entretanto, além desses usos, identifica-se áreas para o cultivo de agricultura anual no PA Chico Mendes e a silvicultura no PA Engenho da Serra (MAPA 2).

Mapa 2. Uso da terra nos assentamentos rurais do município de Ituiutaba.



Org.: Elaboração própria.

Predomina-se nos assentamentos o uso da terra por pastagem. Já no entorno desse território, há existência do uso da terra por agricultura perene. E, ao realizar trabalho de campo nessa área, foi possível verificar que essa cultura é a lavoura de cana-de-açúcar.

Caracterização e organização nos PA's Divisa, Chico Mendes e Engenho da Serra

Os assentamentos rurais correspondem a conquista da fração do território resultante da territorialização de homens e mulheres que, na segunda metade da década de 1990, impulsionado pela intencionalidade das ações desses sujeitos, resulta na ampliação no número de assentamentos rurais no país. “Assentar na terra é dominar, controlar e ter poder sobre o espaço, o que conforma o território”. (FABRINI, 2011, p. 103)

A implantação de Projetos de Assentamentos tem como plano de fundo as ações dos movimentos e grupos sociais exigindo o direito à terra, no qual as cobranças e os conflitos são acentuados no período. A partir do aprofundamento dessas lutas por reforma agrária, o Estado adota política pública de assentamento fundiário. (OLIVEIRA, 2007)

Fabrini (2011) ressalta que:

A realização dos assentamentos de reforma agrária geralmente é precedida pelas ocupações de terra. As ocupações e acampamentos sem-terra também possuem conteúdo territorial, pois implicam no solapamento do domínio dos latifundiários sobre um determinado espaço. (FABRINI, 2011, p. 103)

Conforme aponta Souza (2009, p. 108), “o território é a organização espacial da diferença. Ele não apenas reflete a realidade como também constrói o sentido desta realidade (objetivação e intencionalidade).”

A partir disso, identifica-se que constituição dos assentamentos, PA Chico Mendes, PA Divisa e PA Engenho da Serra, se deu a partir de diferentes grupos e movimentos sociais, resultado de resistência e luta desses sujeitos. Os homens e mulheres dos movimentos sociais e grupos sociais que compuseram a luta e resistência para a implantação desses projetos faziam parte dos seguintes: Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FEATAEMG). Ressalta-se que essas ações não se restringem ao momento de ocupação, pois é algo constante nas práticas das famílias, no território conquistado.

É importante destacar nessa luta que, mesmo depois de quase vinte anos, as famílias que ali vivem não têm o título de propriedade da terra². Condição em desacordo com o Art. 189. da Constituição Federal de 1988, que trata que “Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos”. (BRASIL, 1988) Frente a essa situação, quando perguntado a eles o porquê, eles respondem que o INCRA não o fez ainda. José aponta:

[...] nós já estamos com o contrato vencido, já quase há oito anos, segundo o contrato de posse, a partir de dez anos, essas parcelas eram para ser titularizadas, e até hoje elas não foram, [...] titularizada, o Inca já veio aqui um tempo desse, disseram que vão entrar no processo, mas a gente sabe que é muito demorado, [...] no ponto negativo que eu vejo, são muitas famílias desistem de sua parcela e repassam isso para outras pessoas.

Apesar dessas famílias não terem recebido seus títulos, a ausência da emissão dos documentos não as impede de produzir. Assim, ao longo dos anos, desde a criação dos assentamentos, foi produzida uma diversidade de produtos para o consumo interno e para a comercialização.

²Em Minas Gerais, foram expedidos 231 títulos de domínio, os beneficiários destes são de 8 municípios mineiros: Betim (PA Dom Orione), Governador Valadares (PA Oziel Alves Pereira), Janaúba (PA União), Mariana (PA Cafundão), Minas Novas (PA Adrião Capivari), Santa Vitória (PA Porto Feliz), Senador Modestino Gonçalves (PA Lagoa Bonita) e Uberlândia (PA Nova Tangará). (INCRA, 2018) O número de títulos expedidos é irrisório, diante da quantidade de assentamentos que foram criados e famílias assentadas. (INCRA, 2018)

Acampamentos e assentamentos constituem-se em novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto. A terra que vai permitir aos trabalhadores - donos do tempo que o capital roubou e construtores do território comunitário e/ou coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão – reporem- e/reproduzirem-se, no seio do território da reprodução geral capitalista. (OLIVEIRA, 2007, p. 137-138)

Apartir do acesso à terra, os assentados desses assentamentos realizaram diferentes produções em seus lotes e resgatam valores e conhecimentos, como ressaltado por Fabrini (2011, p. 103).

Nos assentamentos são recuperados e recriados um conjunto de saberes e conhecimentos que estavam perdidos no território latifundiário e do agronegócio. Assim, os valores comunitários, solidariedade, trabalho e ajuda mútua, produção de subsistência, por exemplo, não são varridos completamente do espaço agrário.

O assentado José relata, de certa forma, os caminhos utilizados por eles no uso da terra, que foram trilhados de forma incerta até se organizarem. Para José, os principais produtos no PA Divisa foram: “no início o abacaxi, arroz e algodão, e o leite é o mais produzido, algumas hortas, mas para consumo interno, frango, porco, milho, mandioca.” Ele afirma inclusive que tentou produzir o abacaxi, inicialmente, pois era a cultura que produzia antes de migrar para Ituiutaba, mas que “não deu certo, ficava difícil para vender, as vezes perdia, então o leite foi a melhor coisa para nós aqui”.

Complementando, a sua fala, ele destaca que concomitantemente a essas produções agrícolas, há a criação de gado leiteiro que ocorreu com a “aquisição dos primeiros animais, praticamente um ano depois.” A mesma tendência se verifica no Engenho da Serra e no Chico Mendes. Porém, vale ressaltar que os assentados do PA Engenho da Serra tentaram produzir leite orgânico e, conforme João, “o grupo caminhou bem, mas depois não tivemos apoio pra continuar, faltou orientação pra a gente continuar”.

Conforme apontam Souza, Gebara e Jorge (2009), a adoção de novos fazeres representa uma forma estratégica de sustentabilidade econômica e manutenção da estrutura familiar na unidade da produção. Portanto, a adoção de novas atividades no campo, constitui-se de uma alternativa ao desenvolvimento produtivo e social das famílias assentadas.

Desse modo, as estratégias escolhidas pelos assentados permitem o desenvolvimento da territorialidade, a partir das ações e práticas observadas nesses assentamentos. A territorialidade, portanto, vai além da relação do sujeito com o território, correspondem ao conjunto de elementos relacionados aos modos e meios de vida e representação no território. Segundo Raffestin (1993), a territorialidade compreende a

relação entre sociedade-espaco-tempo, ou seja, origina-se da relação entre elementos que variam ao longo do tempo.

O território desses assentamentos, por sua vez, é constituído a partir da “organização espacial da diferença, das diferentes formas de exercício e consolidação do poder sobre determinada espacialidade” (SOUZA, 2014, p. 4). Destarte, a partir das diferenças que possam vir a ter o território, compreende-se a realidade desse, baseado no desenvolvimento da territorialidade.

Em vista disso, as famílias que vivem, nesses assentamentos, são compostas por pessoas de diferentes procedências, em sua maioria da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, e é essa diversidade, com as mais diversas demandas, entre elas de terra e trabalho, que se constitui o território dos assentamentos.

A produção nos assentamentos de reforma agrária: organização produtiva e renda

Nos PAs foi identificado que, mesmo com atividades diversificadas, a principal atividade desenvolvida dos lotes é a pecuária leiteira. Segundo o extensionista do EMATER³, a aptidão agropecuária da área onde se localizam os assentamentos corresponde a pecuária, assim como indicado pelos laudos de avaliação dos imóveis rurais realizado pelo INCRA (1998) e EMATER (2018).

O leite é matriz produtiva e, portanto, a manutenção da pecuária, como principal atividade, contribui para a ampliação da produção leiteira nos assentamentos e no município. Isso é evidenciado na fala de José, ao contar sobre a atividade leiteira no PA Divisa

[...] mas o que a gente vê é que parte de produtividade avançou muito nas áreas de assentamento, [...] eu avalio assim, quando a gente chegou aqui o proprietário produzia 154 litros de leite por dia aqui, e hoje essa propriedade produz aqui cerca de 5 a 6 mil litros de leite dia, 10, 15 vezes mais, [...] aumentou a produtividade, fora outras coisas. Ele tinha na propriedade cerca de 500 animais, essa propriedade aqui hoje tem de 3 a 4 mil animais então tudo isso são pontos positivos [...], a terra realmente está produzindo, então se há mais propriedades disponíveis e são parceladas, com certeza vai haver um aumento de produtividade em todo sentido, isso é bom, pras famílias, isso é bom, [...] pro município que recebe mais renda, todo recurso que a gente recebe aqui é gasto dentro da cidade. Então, isso gera muito benefício, não só pras famílias, como pra sociedade em geral, pro governo, que tudo isso gera imposto. (JOSÉ, 2017)

³Contato realizado para identificação das características produtivas do município e dos assentamentos.

A partir dessa fala do entrevistado José e das informações obtidas nas demais entrevistas (TABELA 1), evidencia-se que a principal atividade desenvolvida para geração de renda nos assentamentos é a pecuária leiteira. O desenvolvimento dessa atividade praticada corresponde a 92,3% no PA Engenho da Serra, 90% no PA Divisa e 61,9 % no PA Chico Mendes (TABELA 1).

Tabela 1. Principais atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias, dos assentamentos, 2017/2018.

Principais atividades econômicas (%)				
PA's	Agricultura	Pecuária	Agricultura e Pecuária leiteira	Pecuária de corte e gado solteiro
Chico Mendes	14,29	61,90	23,81	-
Divisa	-	90,00	10,00	-
Engenho da Serra	-	92,30	-	7,70

Fonte: Trabalho de campo (2017 e 2018).

Assim, pode-se considerar que a pecuária é a atividade econômica principal em todos os assentamentos, visto que mais de 60% das famílias entrevistadas a destacam. A agricultura é observada como atividade econômica relevante, principalmente no assentamento Chico Mendes, sendo a única para 14,29% das famílias e conjuntamente com a pecuária para 23,81%. Neste assentamento, os principais produtos destinados para a comercialização são PA: cenoura, mamão, jiló, pimenta, hortaliças, manga, abóbora, batata, laranja, melancia, milho, limão e mexerica. Esses produtos são vendidos via PAA e PNAE para unidades da rede de ensino e a produção excedente é vendida a sacolões e/ou pessoas na cidade de Ituiutaba. Para o assentamento Engenho da Serra, a agricultura não é indicada por nenhuma família como atividade econômica. No entanto, 7,7% indicam que há outras atividades econômicas consideradas como principais, são elas: pecuária de corte e gado solteiro. A quantidade de gado criado pelas famílias nos assentamentos está apresentada na Tabela 2.

Tabela 2. Famílias com criação de gado (por quantidade de cabeças) nos PAs.

Famílias com criação de gado (%)			
PA's	Até 30 cabeças	De 31 a 50 cabeças	Acima de 50 cabeças
Chico Mendes	58,82	35,29	5,88
Divisa	10,53	26,32	63,16
Engenho da Serra	56,25	31,25	12,50

Fonte: Trabalho de campo (2017 e 2018).

A escolha por essa atividade, principalmente a leiteira, se deve a: segurança, facilidade, custos baixos de produção e garantia de renda. Razões também destacadas por

Paulino (2003). Além disso, os assentados evidenciaram dificuldades para a realização da atividade agrícola, como a preparação da terra (falta de instrumentos de trabalho, condições da terra e apoio técnico insuficiente) e de comercialização dos produtos agrícolas (estrada e transporte). No que se refere ao apoio técnico, conforme aponta o extensionista da Emater, o serviço oferecido não é suficiente para atender as demandas das famílias, devido ao reduzido número de profissionais.

A produção de leite pelas famílias nos assentamentos pode ser observada na Tabela 3, em que se identifica que mais de 50% das famílias tem a atividade econômica leiteira, produzindo mais de 50 litros dia, indicativo da relevância dessa atividade para a renda dos assentados.

Tabela 3. Famílias produtoras de leite (capacidade de produção) nos PAs.

Famílias produtoras de leite (%)			
PAs	Até 50 litros	De 51 a 100 litros	Acima de 100 litros
Chico Mendes	31,25	25,00	43,75
Divisa	-	33,33	66,67
Engenho da Serra	47,06	47,06	5,88

Fonte: Trabalho de campo (2017 e 2018).

Porém, é importante considerar que se observa a obtenção de outras rendas por essas famílias, que são as rendas não monetárias. Segundo Bellentani (2010), a renda não monetária corresponde a produção de animais e/ou vegetais produzidos para o consumo das famílias. Entende-se, assim, como a produção realizada para o autoconsumo e autoabastecimento. (BELLENTANI, 2010)

Dos produtos relacionados a renda não monetária, evidenciados nos assentamentos, destacam-se: mandioca, hortaliças, limão, jaca, guapeva⁴, pimenta, mexerica, laranja, milho, manga, cana-de-açúcar⁵, guariroba, goiaba, batata-doce, abóbora, jiló, banana, abacate, cajá-manga, melancia, feijão-macáçar, quiabo, jurubeba, abacaxi, manga, dentre a produção agrícola, e frango, ovos, leite, queijos, doces e suínos, da pecuária.

Outra fonte de renda é proveniente daquelas atividades que destinam sua produção ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). O PA Chico Mendes é o único, dos assentamentos analisados, que possui famílias cadastradas nesses programas (TABELA 4). Dentre aqueles que desenvolvem a agricultura, 75% estão inseridos nas políticas públicas de desenvolvimento rural.

⁴ Fruto típico do Cerrado.

⁵ A cana-de-açúcar existente é utilizada para a alimentação do gado.

Tabela 4. Produção e Renda das famílias vinculadas ao PAA e PNAE, no PA Chico Mendes.

	Produção destinada aos programas	Renda familiar proveniente destes programa
Até 50%	0	33,33
Mais de 50%	50	50
100%	50	16,67

Fonte: Trabalho de campo (2017 e 2018).

Na Tabela 4, das famílias cadastradas nos programas, 50% destinam toda sua produção ao PAA e PNAE (FIGURA 1) e 50% destinam mais da metade de sua produção. Isso indica a significância desses Programas para composição das rendas, visto que para 66,67% das famílias a renda tem essa origem.

Vale destacar que o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) é uma política pública do Governo Federal que viabiliza a compra de alimentos da produção familiar. E o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), instituído a partir da Medida Provisória nº 2.178, de 28/6/2001 (uma das reedições da MP nº 1.784/98), estabeleceu que 70% dos recursos federais fossem aplicados em produtos básicos, o que possibilitaria o fomento do desenvolvimento da economia local e alimentação nutritiva aos estudantes da escola básica. (FNDE, 2017)

Ao serem questionados quanto a importância dos programas na venda dos produtos, as respostas variaram em relação a conseguirem comercializar seus produtos, os preços, a melhoria nas condições de vida e renda, assim como a sobrevivência no lote. Todos esses assentados perceberam mudança a partir do cadastro nesses programas. Dentre as mudanças evidenciadas pelos assentados destacam-se: garantia de contrato, preço e renda. Assim, pode-se considerar que as dificuldades financeiras familiares foram diminuídas, bem como os prejuízos produtivos (garantia de venda e de recursos para investir na melhoria da produção). Desse modo, os produtos vendidos a partir da comercialização, via PAA e PNAE, possibilitou a garantia para que essas famílias mantivessem seu modo de vida nos lotes.

Figura 1. Produção agrícola destinada ao PAA/PNAE no PA Chico Mendes, 2018.



Fonte: Trabalho de campo (2017).

Observa-se que nos lotes onde as famílias são cadastradas nos programas públicos (PAA e PNAE), há uma diversidade produtiva (FIGURA 1). As famílias garantem sua reprodução por meio de sua inserção nessas políticas, permitindo a reprodução das famílias camponesas e, portanto, fortalecendo a produção de alimentos para o município e para a merenda escolar. Esse fato corrobora com a pesquisa apresentada por Arlindo e Almeida (2018) que, ao analisarem a luta dos assentados do Assentamento Primavera II em Mirandópolis (SP), constataram que a política pública do PAA contribuiu, sobremaneira, para a permanência do assentado na terra, caracterizando esse programa como “uma alternativa que se materializa em resistência”. (ARLINDO; ALMEIDA, 2018, p.104)

O que não significa dizer que essas políticas são suficientes para garantir a reprodução social das famílias no assentamento. Segundo Lopes e Almeida (2012), os recursos para o desenvolvimento do PAA, ainda são insuficientes, porém, demonstra resultados importantes aos ‘produtores da agricultura familiar camponesa’. Os autores afirmam que esses resultados revelam a dimensão das ações do Estado que, por meio de políticas como essa, possibilita a esses sujeitos vantagens em relação a comercialização de seus produtos e, também, no estabelecimento dos preços a serem praticados. Porém, há um baixo percentual de famílias inseridas nesses programas e isso permite inferir que

alternativas são tomadas pelas famílias, na busca por outros meios de garantir sua reprodução social.

Contraopondo esta lógica de funcionamento, tem-se a produção leiteira que é destinada para laticínios de Ituiutaba e de municípios próximos. O leite produzido é armazenado em tanques de expansão (FIGURA 2). Há assentados que armazenam o leite coletivamente e fazem o controle diário do volume de depósito nos tanques, para posteriormente calcular os rendimentos oriundos de sua produção. Nos assentamentos, há produção leiteira realizada manualmente, bem como por ordenha mecânica.

Figura 2. Pecuária leiteira nos assentamentos PA Divisa, PA Chico Mendes e PA Engenho da Serra.



Fonte: Trabalho de campo (2017).

A coleta do leite é realizada a cada dois dias, pela empresa responsável pelo transporte do produto. A produção leiteira, majoritariamente, é destinada a agroindústrias leiteiras. De acordo com o levantamento realizado, foi identificado o fornecimento de leite para três laticínios distintos: Alimentos Triângulo Mineiro, Laticínio Canto de Minas e Piracanjuba.

A empresa Laticínio Canto de Minas localiza-se no município de Ituiutaba e foi criada no ano de 1994. Tem unidades de produção, além do estado de Minas Gerais, nos estados de Goiás, Mato Grosso, Tocantins, Pará, Amapá e Maranhão. O leite utilizado na

produção é coletado a cada 48 horas, para após ser pasteurizado. A empresa produz diferentes tipos de queijo, requeijões e fermentados (CANTO DE MINAS, 2017). A outra empresa é a Alimentos Triângulo Mineiro que foi fundada no ano de 1985 e está localizada no município de Canápolis na BR-153. A atividade inicial da empresa consistia na produção de doces caseiros, passando a produzir exclusivamente leite condensado e leite UHT, que são distribuídos e comercializados nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Paraná e Mato Grosso do Sul (ALIMENTOS TRIÂNGULO MINEIRO, 2017). A empresa Piracanjuba faz parte do grupo Laticínios Bela Vista, que possui unidades de produção próprias e terceirizadas, em diferentes estados (Goiás, Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais). A unidade, a qual os assentados fornecem o leite, localiza-se no município de Santa Vitória - MG. (PIRACANJUBA, 2018).

O contrato com as empresas pode ser firmado de forma individual ou coletiva (Associações). As associações são importantes enquanto alternativa à produção e reprodução das famílias, visto que propicia a participação daqueles que tem baixa produção. Segundo o José, o contrato estabelecido por associação garantiu melhores condições de negociação, com o pagamento de preços mais justos aos fornecedores de leite. Além disso, garantiu uma previsão da renda, diminuindo as incertezas dos assentados. José aponta as mudanças que foram percebidas, a partir da criação da associação e o estabelecimento de contratos com laticínios:

Fez diferença, porque o leite quando tem muito, ele baixa o preço, quando tem pouco sobe, e nessa variação se você tem um preço estável, com contrato de um ano, você sabe programar toda a sua produção, o que você vai investir em ração pros animais, porque você já tem, mais ou menos a sua renda definida, né, você tem mais ou menos uma visão do que você vai ganhar. Então, antes de a gente se organizar nesse sistema, acontecia que a gente previa que o leite daqueles 2 ou 3 meses ia melhorar de preço e o que que acontecia, a gente acabava fazendo um investimento maior em ração, né em alguns produtos, pra aumentar o leite e acontecia que o leite baixava. Então acabava que as vezes a sua renda diminuía muito e isso gerava um desânimo no pessoal, isso aconteceu muito, de pessoas vender todo seu gado de leite por essa situação, né. Não, não compensa. E a partir disso, de uns 4 anos pra cá, que a gente começou a se organizar, nesse sistema, você não vê ninguém falar que quer vender o gado, que está desanimado, é pelo contrário, as pessoas querem investir mais, mais matriz, mais animais, pra aumentar a produção. Então, eu vejo que houve um avanço muito grande em relação a isso. (JOSÉ, 2017)

Por outro lado, percebe-se uma dependência das famílias aos laticínios, em que por mais que tenham a garantia de venda de seus produtos, estabelece-se a sujeição dos assentados aos laticínios da região. Identifica-se, portanto, a sujeição da renda da terra, a partir da integração dos assentados com os laticínios, transferindo a riqueza gerada pelos camponeses aos capitalistas do setor. É possível entender, a partir de Paulino e Almeida (2010), que esse fenômeno ocorre, pois, nessa integração, a exploração sobre o assentado

se dá de maneira indireta, em que a preservação da propriedade da terra e de sua força de trabalho aparecem ocultas ao seu produto. Consequentemente, tem-se a monopolização do território pelo capital do setor leiteiro.

Nesses assentamentos, seguindo a lógica apresentada por Paulino e Almeida (2010), a pesquisa de campo identificou que a maioria das famílias vende a produção do leite para laticínios, em destaque a empresa de Alimentos Triângulo Mineiro (TABELA 5). Esta está localizada em outro município, distando a 75 km da Capela Nossa Senhora Aparecida (PA Engenho da Serra).

Tabela 5. Laticínios de destino da produção do leite das famílias nos PAs.

PAs	Laticínios		
	Alimentos Triângulo Mineiro	Canto de Minas	Piracanjuba
Chico Mendes	60,00	33,33	6,67
Divisa	78,95	21,05	-
Engenho da Serra	81,82	9,09	9,09

Fonte: Trabalho de campo (2017 e 2018).

A fala de José ajuda a explicar esta escolha: “[...] houve uma modificação, os líderes se reuniram e procurou outro laticínio (Alimentos Triângulo Mineiro), dentro das condições, das propostas da comunidade, né o preço, o valor, contrato.”

No acordo estabelecido de compra e venda do leite, considera-se o índice CEPEA (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada) do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TABELA 6). O índice CEPEA utilizado como base para o cálculo do valor pago do leite é definido mensalmente, considerando os preços brutos do leite, que se referem aos valores pagos por laticínios/cooperativas e os preços líquidos dos valores recebidos pelos produtores (CEPEA, 2017).

Tabela 6. Preços pago ao produtor: Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - Preço Líquido (Abr/Mai), 2017.

	Máximo Líquido	Mínimo Líquido	Médio Líquido
Preço	1,4543	1,1507	1,3104

Fonte: Elaborada a partir de CEPEA/ESALQ (2017).

A determinação dos preços pagos aos assentados corresponde ao índice CEPEA e um adicional que varia de R\$ 0,08 a R\$ 0,12, de acordo com a qualidade do leite fornecido. Desse modo, para que os assentados consigam atingir melhor preço pago no litro do leite precisam garantir padrão de qualidade. Segundo Paulino (2003), ao analisar a instituição do Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNMQL), verifica que essa medida

faz com que a responsabilidade sobre a qualidade do leite seja dos produtores, beneficiando as indústrias em detrimento daqueles.

Assim, o setor leiteiro também é impactado pela liberalização econômica e isso amplia o poder das empresas frente ao produtor (PAULINO, 2003). Com essa liberalização, o Estado viabiliza o “fortalecimento dos oligopólios”, o que acarreta diminuição dos níveis de renda dos pequenos produtores.

De acordo com as informações coletadas, as atividades desenvolvidas no lote não são suficientes para a geração de renda de algumas famílias. Assim, algumas famílias, para garantir sua reprodução e permanência nos lotes, optam pelo trabalho na área urbana e em fazendas próximas, retornando para a relação capital/trabalho. Essa dificuldade é observada desde o início do acampamento, como relato de José,

Outras [dificuldades] por exemplo não tinha recursos pra permanecer, então teve alguns sindicatos ajudou pra que aquelas famílias permanecesse até vim os primeiros recursos. Pra poder ele começar a trabalhar normal, alguns de nós conseguimos é serviços em propriedades aqui, é vizinha, isso é que garantiu o sustento até a gente normalizar. (JOSÉ, 2017)

Assim, as rendas são complementadas por trabalho registrado (professoras e secretárias) e temporário (“bicos”) em fazendas próximas ou na cidade (corte da cana-de-açúcar, capina, construção civil, construção de cercas nas fazendas, plantio de milho e cana-de-açúcar, dentre outras). Destaca-se, também, a relevância das aposentadorias para a renda das famílias.

Para identificar o valor da renda das famílias assentadas, utilizou-se como parâmetro o salário mínimo nacional para o ano de 2017, dividido em quatro categorias: até 1 salário mínimo, até 2 salários mínimos, até 3 salários mínimo e mais de 4 salários mínimos (TABELA 7).

Tabela 7. Renda média mensal oriunda na produção no lote, 2017/2018.

PAs	Renda média das famílias (%)			
	Até R\$937,00	De R\$937,01 a R\$1.874,00	De R\$1.874,01 a R\$2.811,00	Mais de R\$2.811,01
Chico Mendes	23,81	47,62	19,05	9,52
Divisa	10,00	45,00	5,00	35,00
Engenho da Serra	61,54	23,08	15,38	-

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2017/2018).

Verifica-se que, no PA Chico Mendes e PA Divisa, as rendas médias estão principalmente dentro da faixa “De R\$ 937,01 a R\$ 1.874,00”, sendo de 47,62% e 45% respectivamente, e para PA Engenho da Serra na faixa de “até R\$ 937,00” (61,54%).

Frente a relevância da atividade leiteira, pode-se afirmar que essa é a principal geradora de renda. Assim, essa produção se justifica, visto que, segundo CLEPS JR. (1998), o setor do leite é o de maior tradição na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, além de ser o setor mais relevante para ocupação econômica e renda dos produtores da região. Os autores Souza, Gebara e Jorge (2009), também, destacam que o leite, como matriz produtiva nos assentamentos, consiste em uma importante atividade econômica e de subsistência. Assim como Almeida (2006, p. 286):

[...] para o campesinato o gado [leiteiro] tem função de garantir a reprodução do grupo familiar, porque, para ele, acumulação tem sentido de melhoria das condições de vida. Situação esperada por qualquer grupo social, caso contrário, seria idealismo. (p.286)

Portanto, essa atividade é a principal responsável por satisfazer as necessidades das famílias dos PAs. Paulino e Almeida (2010, p. 43) salientam que “A apropriação da renda aparece convertida em bem estar. Assim, ela é responsável por uma reelaboração do equilíbrio entre o esforço exigido para a realização do trabalho e o grau de satisfação das necessidades familiares.” Por isso, dentre outros, considera-se a importância do leite como matriz produtiva nos assentamentos. O desenvolvimento de práticas, durante a construção desse território e diante da busca por alternativas para garantir a reprodução do grupo familiar, possibilita a construção de uma diversidade de saberes a partir das realidades vivenciadas.

A produção dos PAs difere, portanto, da produção capitalista, pois não se observa nos assentamentos a utilização das rendas como capital, mas sim como meio para a subsistência. Para Marx (1985, p. 660), a lógica capitalista se dá quando “Uma pessoa só assume a feição econômica de capitalista quando seu dinheiro funciona continuamente como capital.”

Desse modo, verifica-se que a integração nos assentamentos permite possibilitar melhores condições de vida para as famílias. Essa integração caracteriza-se como uma lógica diferenciada, conforme Souza, Gebara e Jorge (2009), pois a inserção se dá a partir do princípio básico de reprodução e não de acumulação. Desse modo, a permanência dessas famílias se estabelece a partir das relações sociais, de suas práticas socioespaciais e de seus entendimentos sobre o trabalho, utilizando da terra como valor de uso e não de troca ou reserva (SOUZA, 2009).

Assim, a partir da materialização destes territórios e diante da integração com a agroindústria leiteira e dos programas públicos PAA e PNAE, os assentados conseguem garantir sua reprodução social, bem como a possibilidade de melhores condições de vida.

Isso posto, a territorialização e territorialidade são processos contínuos, no qual as práticas sociais inseridas, nessa espacialidade, são determinantes para se analisar as transformações oriundas do processo de espacialização dos assentamentos rurais em Ituiutaba. De modo que, a partir das relações de poder observadas, representam a materialidade e imaterialidade dessa fração do território, expressa pelas relações sociais e de produção na diversidade das características dos sujeitos, das habitações, dos movimentos e do modo de vida.

Considerações finais

Os assentamentos rurais correspondem a uma fração do território constituído a partir da conquista dos assentados que se organizam, a fim de alcançar melhores condições. Inicialmente, para garantir as necessidades das famílias, há várias tentativas de produção agrícola, porém isto resulta em custos e riscos decorrentes do desconhecimento da condição real da terra, do mercado local e da falta de recursos, problemas que poderiam ser reduzidos com a assistência técnica e apoio do Estado.

Com o desenvolvimento dos assentamentos estudados, observa-se a diversificação da produção para autoconsumo e comercialização. Há o predomínio da produção agrícola no PA Chico Mendes que se sustenta com a integração aos programas de desenvolvimento rural (PAA e PNAE). Nesse caso, observa-se a menor dependência a lógica de mercado e a garantia da reprodução das famílias.

Por outro lado, nos três assentamentos, a produção predominante é a leiteira que é negociada, principalmente, com laticínios. Para aumentar o poder de negociação, visto que a lógica é de mercado, os assentados formam associações. A partir dessa organização conseguem firmar contratos mais vantajosos quanto ao preço, visto que negociam volumes maiores de leite. Além disso, diminuem a incerteza quanto a produção, pois nos contratos estão estipulados a média da produção. No entanto, esses contratos aumentam a dependência dessas famílias quanto a relação com os laticínios. Assim, ao mesmo tempo que essa atividade e meio de comercialização garantem a manutenção dos sujeitos nos lotes, mantem parte do poder exercido, pelas empresas, sobre as relações sociais engendradas no espaço. Assim, conserva-se a situação de monopolização do território, que induzem formas de reprodução social subordinadas à lógica de mercado.

Isto posto, tem-se que os sujeitos desses assentamentos são parte integrante da contradição do capital no campo. E o modo de vida por meio de suas estratégias e sujeição da renda ao capital, garante seu modo de reprodução. Evidencia-se, portanto, que a

exploração do capital ocorre por meio da produção leiteira. E os laticínios/agroindústrias se valem dessas relações para conseguir a produção de capital. Logo, para garantir a reprodução social dos assentados, estes se inserem nessa lógica de produção.

Os sujeitos dessa espacialidade, de acordo com suas demandas, buscam estratégias a fim de garantir seu modo de vida e trabalho. Entretanto, a resistência nos lotes ocorre não só pela renda monetária obtida da relação mencionada, mas também, dos trabalhos realizados fora de seus lotes, aposentadorias, da renda proveniente de políticas públicas e da renda não monetária.

Ademais, com o acesso à terra, esses sujeitos se emancipam da relação capitalista de produção, tendo em vista que eram trabalhadores assalariados, parceiros, temporários e/ou volantes. Portanto, as políticas públicas possuem papel relevante frente ao desenvolvimento socioeconômico, de modo a possibilitar a emancipação e autonomia dos sujeitos frente à lógica de acumulação do capital.

Sendo assim, a realização de uma reforma agrária no país se faz necessária, pois, por meio de ações e políticas públicas, criam-se possibilidades para ampliar o acesso dos sujeitos às melhores condições de vida e trabalho.

Referências

ALIMENTOS TRIÂNGULO MINEIRO. Institucional. Disponível em: <https://www.docemineiro.ind.br/>. Acesso em: Jun. 2017.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo. Ed. Unesp, 2006. 377 p.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva.; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. O papel do programa de aquisição de alimentos (PAA) na luta contra a monopolização do território pelo capital. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 36, n. 3, p. 88-107, nov. 2018.

BELLENTANI, Nathalia. Freire. **Indicadores de desenvolvimento humano no campo e na cidade - Ribeirão Preto, SP**. 2010. 197 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: Jun. 2018.

CANTO DE MINAS. **A empresa**. Disponível em: <http://www.cantodeminas.com.br/>. Acesso em: Jun. 2017.

CEPEA. **Índice de Captação de Leite Cepea**. Leite ao produtor – mesorregiões. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br>. Acesso em: Junh. 2017

CLEPS JUNIOR, João. **Dinâmica e Estratégias do Setor Agroindustrial no Cerrado: o caso do Triângulo Mineiro**. 1998. 291f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de São Paulo/Rio Claro.1998.

FABRINI, João Edmilson. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do centro-oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. 2002. 294 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2002.

FABRINI, João Edmilson. Território, classe e movimentos sociais no campo. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 7, p. 97-112, jan./jul. 2011.

FNDE. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. 2017. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae?view=default>. Acesso em: Mai. 2020.

INCRA. **Titulação**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/titulacao>. Acesso em Ago. 2018.

LOPES, Dóri Edson, ALMEIDA Rosemeire Aparecida de. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios de Castilho e Andradina-SP. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, vol. 13, n.1 132 p. 132-148, jun. 2012.

MARX, Karl. **O capital. Crítica da Economia Política**. Livro Primeiro. Vol. II. 10ªed. Trad. Reginaldo Sant'anna. Ed. Difel. 1985.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo. FFLCH/Labur Edições. 2007. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Livro_ari.pdf. Acesso em: Mai. 2017.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e vida: a geografia dos camponeses no norte do Paraná**. 2003. 430 f. Tese (Doutorado em Geografia)–Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003. PAULINO, Eliane Tomiasi. Por uma Geografia dos camponeses. São Paulo: Unesp, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PIRACANJUBA. **História da empresa**. Disponível em: <https://www.piracanjuba.com.br/>. Acesso em: Ago. 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SOUZA, J.; JORGE, W. J; GEBARA, J. J. Política de Crédito: Condições de vida e resultados na produção. In: SOUZA, J. G, GEBARA, J. J e JORGE, W. J. (Orgs.). **Reforma agrária e crédito rural: os resultados de assentamentos rurais frente à inepta política de crédito para a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 132-179.

SOUZA, José Gilberto de. Limites do território. **Agrária**, São Paulo, n. 10-11, p. 99-130, 8 dez. 2009.

Sobre os autores

Elaine Aparecida Ramos - Graduação em Geografia - Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestrado em Geografia pela Universidade

Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Campus Rio Claro – SP. Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp) - Campus Rio Claro - SP. **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0003-3665-2054>

Ana Claudia Giannini Borges – Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Professora da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Campus Jaboticabal. Credenciada no Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Campus Rio Claro. **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0002-1079-2190>

Como citar este artigo

RAMOS, Elaine Aparecida; BORGES, Ana Claudia Giannini. As formas de produção e reprodução social nos assentamentos rurais. **Revista NERA**, v. 24, n. 59, p. 36-57, Dossiê., 2021.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelas autoras. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em conjunto. A autora **Elaine Aparecida Ramos** ficou responsável pela aquisição de dados, interpretação, análise e desenvolvimento teórico-conceitual; e a segunda autora **Ana Claudia Giannini Borges**, pela interpretação, análise, e orientação para desenvolvimento teórico-conceitual do artigo.

Recebido para publicação em 20/09/20
Aceito para a publicação em 18/02/21

O comportamento do Pronaf no Sudeste do Pará: um estudo de caso no Assentamento 26 de Março, Marabá-PA¹

Evandro Neves

Universidade Federal do Pará (UFPA) – Belém, Pará, Brasil
E-mail: evandronevez@live.com

Heribert Schmitz

Universidade Federal do Pará (UFPA) – Belém, Pará, Brasil
E-mail: heri@zedat.fu-berlin.de

Resumo

Este texto analisa o comportamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no Sudeste do Pará e as suas repercussões no Assentamento 26 de Março, localizado no município de Marabá. As perguntas que nos auxiliaram foram: o Pronaf fortalece o seu público em nível local? Se sim, de que modo isso acontece? Se não, quais são as repercussões do seu comportamento em nível local e os caminhos a serem seguidos? Baseamo-nos em dados da Matriz de Referência do Banco Central do Brasil e no método do estudo de caso. Realizamos levantamento bibliográfico-documental e pesquisas de campo realizadas entre 2017 e 2018 com a realização de entrevistas e observação participante. Concluímos que o programa se comporta de modo limitado e seletivo e, por consequência, não contempla a diversidade social da agricultura familiar em nível local. Como resultado dessa tendência, efeitos negativos no âmbito social, ambiental e econômico são recorrentes no assentamento.

Palavras-chave: PRONAF. Sudeste do Pará. Marabá. Assentamento 26 de Março.

Pronaf's demeanor in the Southeast Pará: a Case study in the Assentamento 26 de Março, Marabá (PA)

Abstract

This paper analyzes the demeanor of the National Program for Strengthening Family Farming (Pronaf, in Portuguese) in Southeast Pará and its implications on the Assentamento 26 de Março, located in the municipality of Marabá. These questions guided us: does Pronaf strengthen its audience at the local level? If so, how does it happen? If not, what are the implications of its demeanor at the local level and the possible paths? We based on data from the Matriz de Referência do Banco Central do Brasil and on the case study method. We have realized bibliographical-documentary survey and field research carried out between 2017 and 2018 by applying interviews and participant observation. We conclude that the pronaf's demeanor is limited and selective and, consequently, does not contemplate a social diversity of family farming at the local level. Because of this, negative social, environmental, and economic effects are recurrent in the settlement.

Key-words: PRONAF. Southeast Pará. Marabá. 26 of March Settlement.

El comportamiento de Pronaf en el Sureste de Pará: un estudio de caso en el Assentamento 26 de Março, Marabá (PA)

¹O texto é resultado da dissertação de mestrado do primeiro autor: O MST construindo a luta no cotidiano: a experiência do Assentamento 26 de Março, em Marabá (PA), defendida em 2018 no INEAF. Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que financiou a pesquisa.

Resumen

Este artículo analiza el comportamiento del Programa Nacional para el Fortalecimiento de la Agricultura Familiar (Pronaf, emPortuguês) en el Sureste de Pará y sus repercusiones en el Assentamento 26 de Março, ubicado en el municipio de Marabá. Estas preguntas nos guiaron: Pronaf fortalece su audiencia a nivel local? Si es así, cómo sucede? Si no, cuáles son las repercusiones de su comportamiento a nivel local y los posibles caminos? Nos basamos en datos de la Matriz de Referência do Banco Central do Brasil y en el método de estudio de caso. Hemos realizado encuestas bibliográficas y documentales e investigaciones de campo realizadas entre 2017 y 2018 mediante la aplicación de entrevistas y observación participante. Concluimos que el comportamiento del pronaf es limitado y selectivo y, en consecuencia, no contempla una diversidad social de la agricultura familiar a nivel local. Debido a esto, los efectos sociales, ambientales y económicos negativos son recurrentes en el asentamiento.

Palabras clave: PRONAF. Sureste de Pará. Marabá. Assentamento 26 de Março.

Introdução

Este texto refere-se ao tempo e espaço do Assentamento 26 de Março, localizado no município de Marabá, Sudeste do Pará. Supomos que nossa experiência empírica oferece ângulo sugestivo à análise do crédito rural, em particular do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em assentamentos de reforma agrária nessa porção do estado. Para tanto, partimos do seguinte problema de pesquisa: o Pronaf fortalece o seu público em nível local? Tal indagação nos orienta a outros questionamentos possíveis: se fortalece, de que modo isso acontece? Se não, quais são as repercussões de sua operacionalização e os caminhos a serem seguidos em nível local?

É fato que o crédito agrícola no Brasil ao menos até a década de 1990 associou-se exclusivamente à produtividade. A preferência por produtores rurais capitalizados, cuja produção era destinada principalmente à exportação deixa evidente tal assertiva. Em decorrência desse fato, a agricultura familiar ficou à margem do sistema agrícola instituído pelo Estado brasileiro, sobretudo no que diz respeito ao acesso ao crédito rural. Essa categoria não se beneficiava desses créditos por não atender as expectativas da produtividade econômica (GRISA, 2017). Por isso, foi por muito tempo “[...] bloqueado(a), excluído(a) do progresso social [...]” (MOREIRA, 1998, p. 191), porque a concepção de agricultura familiar no Brasil vincula-se à garantia de alimentos a partir de um núcleo interno² de produção e consumo cujo destino final do processo produtivo é, sobretudo, a família, não o mercado (SCHNEIDER, 2004).

² Agricultura familiar designa uma categoria sócio-profissional que tem reconhecimento político do Estado (NEVES, 2005). Outros autores usam o termo camponato como categoria analítica para enfatizar a sua dinâmica interna de produção e consumo (GRACIA JÚNIOR; HEREDIA, 2010) ou sua ordem moral (WOORTMANN, 1990).

O reconhecimento oficial dessa essa categoria social, antes alijada, ocorreu apenas com a criação do Pronaf em 1996³, cuja finalidade é fortalecer os agricultores familiares e as suas atividades econômicas. A sua criação foi um marco na política agrícola brasileira por assegurar reconhecimento social, cultural e econômico em nível nacional ao seu público. Sua operacionalização, todavia, tem suscitado muitas polêmicas ao longo dos anos (MATTEI, 2005), especialmente em assentamentos rurais.

À base disso, o objetivo central deste texto é analisar a operacionalização do Pronaf no Assentamento 26 de Março. Para o alcance desse intento, dividimos o texto em cinco partes, além desta introdução e das considerações finais. Primeiro, realizamos um levantamento da formação social e econômica do município de Marabá, onde o assentamento está situado. Na segunda sessão, apresentamos a área de estudo. Em seguida, expomos os procedimentos metodológicos. Adiante, analisamos a operacionalização do Pronaf no município de Marabá. Finalmente, associamos os efeitos da política pública no assentamento estudado.

Breve histórico da formação social e econômica de Marabá

No fim do século XIX, o Pará teve como objetivo suprir a decadência agrícola nas terras paraenses, em especial na porção que hoje concebemos como Sudeste Paraense. Para isso, o governador Lauro Sodré implementou uma política de ocupação de terras a fim de criar um projeto de colonização agrícola a partir do qual estabeleceu contrato de caráter comercial Carlos Gomes Leitão, comerciante e general oriundo de Goiás. Foi dessa maneira que teve início o Burgo de Itacaiúnas, cujo nome foi emprestado do rio onde foi criada (EMMI, 1987).

Inicialmente, o projeto teve sucesso mas esvaeceu com a descoberta de atividades econômicas novas. A colônia que era composta por 55 famílias, que viviam basicamente da agricultura, produção de farinha e extração da castanha-do-Pará, sucumbiu após a descoberta de árvores de caucho(Castillaulei)⁴ por um grupo conduzido por Carlos Gomes Leitão em 1987. O resultado: os interesses agrícolas iniciais foram conduzidos à atividade extrativista do látex em pleno contexto econômico da borracha na Amazônia. Assim, a população orientou-se às áreas onde havia os cauchos, o que desagregou a colônia e deu início a Marabá, conforme menciona Velho (2009).

³ O programa foi criado pelo Decreto 1.946, de 28 de junho de 1996 (BRASIL, 1996).

⁴Árvore da qual se extrai o látex para a produção da borracha. Diferentemente da seringueira (Hevea brasiliensis),ela é derrubada paraa extração. Essa atividade evidencia o modo pelo qual as primeiras áreas de mata nativa foram derrubadas.

Os interesses na atividade extrativista colidiram com a atuação do Estado do Pará – preocupado em formar uma colônia agrícola. Por isso, Lauro Sodré destituiu Gomes Leitão⁵ de sua função e empossou uma junta governativa para administrar o município, a qual operou uma nova forma de ocupação da terra. Constituída basicamente por agentes políticos e administradores, como o Capitão Afro Sampaio e o Coronel João Anastácio de Queiroz, tornou-se responsável por reocupar a área do Itacaiúnas e adquirir novas terras com o apoio do governador. Logo, essa nova forma de domínio fundiário baseou-se, também, na posição política que seus agentes ocupavam. Teve início a oligarquia agrária. Essa oligarquia agrária que se iniciou a partir do domínio político-fundiário viveu um período econômico novo após a queda do preço da borracha no mercado internacional. A atividade econômica que ganhou vitalidade no decorrer dos anos 1920 baseou-se na extração da castanha-do-Pará e apresentou processos novos. Um deles era o fato de os castanhais⁶ serem livres ao povo (EMMI, 1987).

Garantidos por lei, os “castanhais do povo” foram concedidos entre 1920 e 1960. Essa forma de apropriação coletiva, todavia, passou a ser disciplinada pelos sucessivos governos do Estado do Pará ao longo dos anos e favoreceu, gradativamente, os comerciantes – ou seja, os próprios agentes políticos, em muitos casos. A consolidação da dominação político-econômica desse grupo foi intensificada a partir de 1925 com a criação do sistema de arrendamento⁷, que se

[...] constituiu como arma usada pela oligarquia para exercer o poder político e econômico sobre alguns médios e pequenos produtores que se dedicavam à coleta da castanha. O arrendamento acabou na prática com a “extração livre” e interessou de modo especial para a oligarquia como forma de monopolizar o comércio da castanha (EMMI, 2002, p. 6).

O arrendamento controlou o domínio fundiário, já que os castanhais livres eram incompatíveis com os interesses econômicos dos comerciantes. Sua operação iniciava com o aluguel da terra pelo pretendente, cujo pagamento destinava-se ao Estado do Pará. Então, o comerciante era autorizado a explorar a castanha no período de uma ou mais safras. Esse sistema não apenas assegurou aos comerciantes o domínio dos castanhais, como deixou evidente a associação da oligarquia agrária ao controle político das terras. Assim, ele prolongou a vida aos políticos e comerciantes e enfraqueceu o caráter “livre” dos castanhais.

⁵Embora destituído de seu cargo, ele deixou repercussão importante em Marabá, pois foi decisivo para efetivar a mudança no valor de uso da terra: de uma lógica que atendia os interesses agrícolas das famílias situadas na colônia agrícola para uma que prosperava o valor de troca dos comerciantes.

⁶ Áreas que concentram grandes quantidades de castanheiras.

⁷ Os interessados pediam concessão às autoridades locais para explorar castanhais. Geralmente denunciavam irregularidades cometidas por proprietários anteriores como forma de legitimar seu pedido. Os pedidos eram encaminhados pelas prefeituras ao governador ou interventor do Estado (EMMI, 2002).

Nesse cenário, a oligarquia agrária presente em Marabá era constituída pelos seguintes grupos: os Chamon, irmãos de origem libanesa que chegaram em Marabá no início do século e controlaram grande parte da produção de castanha no município até 1925; A. Borges & Cia., uma firma de Belém representada em Marabá pela Casa Medeiros; A. Mourão e & Cia, empresa de comércio e transporte de castanha; Dias & Cia, representada pelo chefe político municipal João Anastácio de Queiroz. Com menos expressão inicial, aparecem a família Almeida, representada pelos comerciantes da castanha Nilo Alves de Almeida e Manoel Brito de Almeida, e a família Mutran, de origem sírio libanesa.

A partir dos anos 1960, as transformações políticas e econômicas em nível nacional interferiram na estrutura oligárquica de outrora, que se viu diante de concorrentes novos, representados pelo capital industrial e financeiro. Novas relações foram construídas e a terra, cujo controle anterior dava-se mediante ao extrativismo, passou a ser mercadoria. A atuação ativa do Estado também foi significativa para enfraquecer o poder local, mas algumas famílias como Almeida e Mutran permaneceram como principais latifundiários. Essas famílias permaneceram sobrevivendo de outras atividades econômicas associadas ao novo momento econômico: sobretudo da exploração da madeira e da pecuária bovina. A família Mutran, em especial, foi responsável pela reconversão de muitas áreas de florestas, antes destinadas à exploração da castanha-do-pará, a pastagens para a formação de fazenda de criação de bovinos (EMMI, 1987).

Face ao exposto, nota-se que a formação social e econômica de Marabá sempre foi constituída por grupos econômicos, muitos vinculados à atuação política, cujos interesses relacionaram-se diretamente com a exploração de recursos naturais e o domínio fundiário. Em razão disso, a história da área que conhecemos como Assentamento 26 de Março hoje resulta dessa dinâmica – em especial da atuação das famílias Almeida e Mutran.

Apresentação da área de estudo

O assentamento está localizado em Marabá, Sudeste do Pará. A formação social e econômica de Marabá e a trajetória do uso da terra no assentamento têm relação direta e são essenciais ao entendimento dessa área. A trajetória de uso da terra do assentamento caracteriza-se por ter sido diversa ao longo do tempo: inicialmente, foi

[...] uma área de floresta densa, com a presença de diversas espécies vegetais, composta de árvores frondosas e muito exploradas no mercado com o nome de madeira de lei é por conta dessa riqueza natural também tinha grande quantidade de castanheira, árvore muito explorada pelos seus frutos ricos como substância alimentar: a castanha-do-pará, como era conhecida até muito recentemente, hoje é Castanha do Brasil, produtor que

produziu muita riqueza para uma dezena de famílias. Em função disso, ficara meio século sob o domínio de duas oligarquias locais e a área ganhara o título de empresa. Utilizada via arrendamento e aforamento, com o passar dos anos e frente mudanças significativas na economia e na lógica de exploração econômica da Amazônia, a empresa Mutran procedeu a mudança de Castanhal Cabaceiras para Fazenda Cabaceiras, explorando a madeira existentes, substituindo a pastagem natural por pastagem para criação de gado (EMATER, 2013, p. 44).

A trajetória acima descrita resume-se em dois títulos de propriedade. O primeiro corresponde a uma área de 3,6 mil hectares concedida por aforamento a Nilo Alves de Almeida em 1959 para a extração da castanha-do-Pará e, sob a sua gerência, tornou-se o castanhal Cabaceiras, gerido pela empresa Nelito S/A. No mesmo ano, porém, Nilo de Almeida transferiu o castanhal aos Mutran, que se tornaram responsável pelo castanhal sob a anuência do Estado do Pará. O segundo título condiz a uma parcela de 6.406,4620 hectares que fora originada da compra de terra pública em 1942 pela A. Mourão & Cia. Posteriormente, essa firma repassou a área para Manoel Brito de Almeida, que a vendeu para a empresa Jorge Mutran Exportação e Importação Ltda. em 1989. Essa empresa desmembrou uma área de 232,057 hectares e permaneceu com 6.174,405 hectares. Portanto, somando as duas áreas, os Mutran detinham 9.774,405 hectares em 1989, que foram convertidos em pastagens para a criação de bovinos ao longo dos anos 1990. Em decorrência dessa mudança no uso da terra, a designação de castanhal foi alterada para a de fazenda, fazenda Cabaceiras (EMATER, 2013).

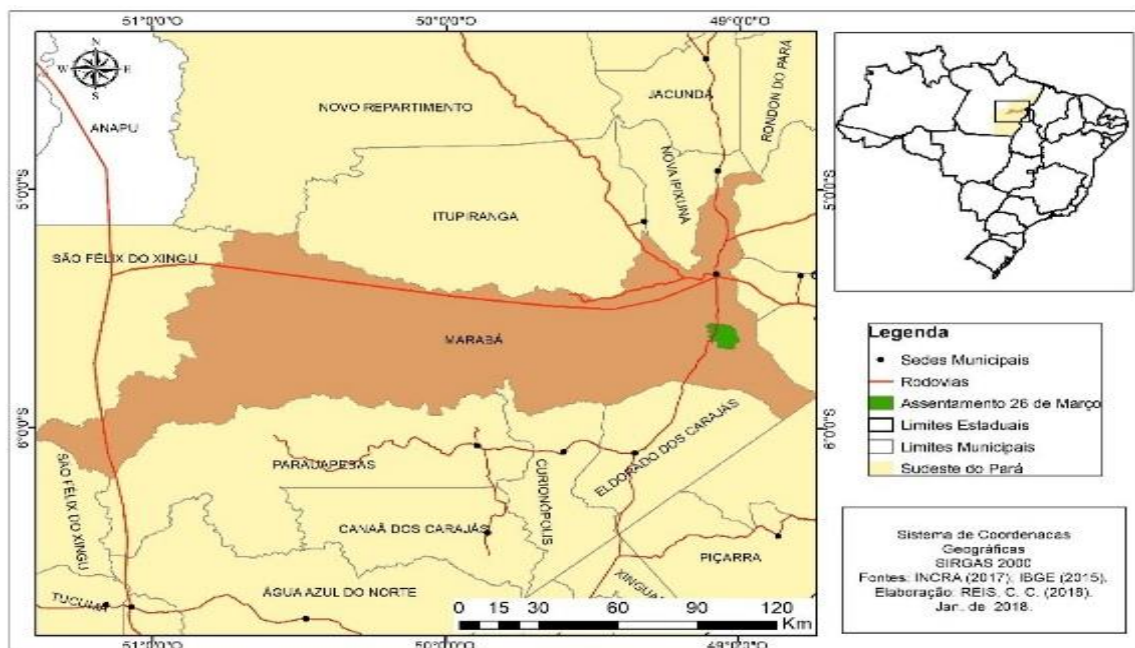
Entretanto, uma ocupação realizada pelo MST em 26 de março de 1999 na fazenda Cabaceiras desestruturou o domínio dos Mutran. 1.200 famílias orientaram-se à fazenda e montaram um acampamento às margens da PA-150; hoje BR-155. O acampamento durou nove anos e seis meses até a criação do Assentamento 26 de Março em 19 de dezembro de 2008 mediante portaria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Um aspecto importante que estava na pauta do MST e foi orientador daquela ocupação é a recuperação de áreas degradadas pela bovinocultura na Amazônia, presente no plano de reforma agrária desse movimento (MST, 1998). Logo, a justificativa da criação do assentamento baseou-se num aspecto socioambiental e refletiu a efervescência da ambientalização das lutas sociais naquele período. O movimento buscava novas diretrizes para a organização produtiva em suas áreas de influência; e a agroecologia adquiriu centralidade em sua agenda (BORGES, 2010).

Já no acampamento, os grupos de famílias foram formados e neles implementaram-se sistemas produtivos em consonância com a recuperação das áreas degradadas da antiga fazenda Cabaceiras (GOMES; SILVA, 2013). Após a criação do assentamento em 2008, porém, as famílias foram redistribuídas em lotes individuais e os

sistemas produtivos até então relativamente consolidados enfraqueceram. Algumas famílias receberam lotes onde predominavam as pastagens – muitas não conseguiram permanecer praticando a agricultura – outras assentaram-se em lotes com coberturas vegetais mistas (floresta-pastagens-capoeira) e conseguiram implementar sistemas produtivos mais ou menos diversificados.

Figura 1: Localização do Assentamento 26 de Março.



Fonte: Incra (2017) e IBGE (2015).

O assentamento é constituído por 206 famílias distribuídas em lotes com um tamanho médio de 48 hectares. Localiza-se a 25 km da sede municipal de Marabá, seu acesso é facilitado pela BR-155, que o atravessa no sentido Leste-Oeste, e possui 9.774,405 hectares. No âmbito educacional, possui uma escola municipal, Carlos Marighella, criada no segundo dia de acampamento e reconhecida no ano de 2000 pela prefeitura de Marabá, e o Campus Rural de Marabá, do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), criado em 2007.

Seu histórico de uso da terra formou um mosaico de paisagens com coberturas vegetais diferentes. Por isso seus sistemas de produção são constituídos por atividades distintas.

Tabela 1: Coberturas vegetais do Assentamento 26 de Março.

Tipologia das coberturas vegetais	Número de Famílias	Porcentagem
Áreas com florestas	60	30%
Área com pastagens	105	50%
Área com vegetação secundária (capoeira)	41	20%
Total	206	100%

Fonte: Emater (2013).

Como se observa, a maioria das famílias se encontram em áreas de pasto, herdadas dos Mutran. Nessas áreas, a pecuária bovina é predominante nos sistemas produtivos familiares. Como foi constatado pelo Projeto de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), os tipos de solo e as classes de aptidão agrícola da área são bons para a pecuária e impeditivos à agricultura, em decorrência, sobretudo, da deficiência de fertilidade do solo e suscetibilidade à erosão (EMATER, 2013). Nas áreas de capoeira, os sistemas produtivos são diversificados entre culturas de ciclos anuais, semiperenes e perenes.

Procedimentos metodológicos

Empreendemos a pesquisa entre março de 2017 e fevereiro de 2018. Realizamos levantamento bibliográfico-documental relacionado à operacionalização do Pronaf – cuja fonte principal foram as diretrizes de seus investimentos disponíveis no endereço eletrônico do Banco Central do Brasil – e à bibliografia acadêmica, em bibliotecas físicas e digitais. Conduzimos as pesquisas de campo a partir do método do estudo de caso para analisar em profundidade um único caso e da contribuição teórico-metodológica da observação participante (BRANDÃO; BORGES, 2007) e das entrevistas não diretivas (MICHELAT, 1987), que foram realizadas com famílias selecionadas previamente de acordo com os grupos de produção no assentamento, observados abaixo.

Quadro 2: Grupos dos sistemas de produção no Assentamento 26 de Março.

Grupos	Famílias
1) Prioridade pecuária bovina	35%
2) Prioridade agricultura	19%
3) Prioridade diversificação da produção	20%
4) Prioridade criação de animais de pequeno porte	17%
5) Produção agropecuária baixa	9%

Fonte: Emater (2013). Adaptado.

Nota-se que todos os sistemas produtivos envolvem a pecuária bovina. Os dados ilustram ainda que a diversificação produtiva é uma realidade às famílias, apesar das dificuldades pedológicas, como já constatado pelo PDA do assentamento. Diante desses grupos, selecionamos dois (grupo 1 e grupo 3) a partir destes critérios: acesso ao crédito rural, em particular ao Pronaf; e predominância da pecuária no sistema produtivo. O grupo 1 prioriza a pecuária bovina, possui mais de dez bovinos, menos de 1,0 hectare de produção agrícola e é representado por aproximadamente 35% do número total de famílias. O grupo 3 privilegia a diversificação da produção e associa a criação do gado bovino com culturas perenes e semiperenes.

Foram realizadas 17 entrevistas: 13 com as famílias assentadas de cada grupo selecionado, e quatro com lideranças locais do MST vinculadas ao setor de produção do assentamento.

Operacionalização do Pronaf em Marabá

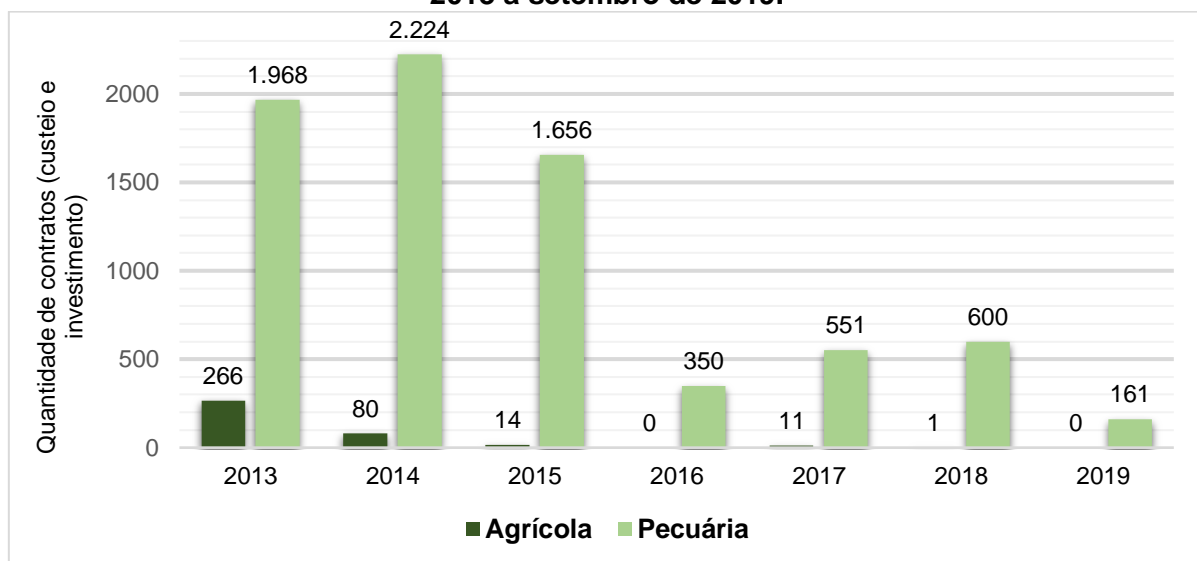
Os investimentos do Pronaf associam-se a uma suposta vocação do uso da terra em Marabá que motiva os investimentos do programa nessa mesorregião. A intenção do Estado do Pará em incorporar essas áreas à dinâmica regional a partir da atividade pecuária, especialmente a bovina, é constante em seus boletins agropecuários. O mais recente deles (BRASIL, 2017) é documento significativo para pensar políticas públicas ao meio rural do estado. Apresenta dados detalhados dos municípios, das mesorregiões e dos setores produtivos que detém bom desempenho econômico. Atribui ao município de Marabá “boa aptidão” à pecuária bovina e, por isso, tenta torná-lo palco de uma expansão fantástica do desenvolvimento rural, sobretudo no que se refere à produção de carne e leite. Essa atividade se torna, desse modo, uma aposta importante que, segundo o boletim, precisa de mais atenção – lê-se investimentos financeiros.

Alguns dados permitem relação sugestiva entre a operacionalização desse programa e o aumento dessa atividade produtiva no Pará. Costa (2012) analisou o primeiro ano de execução do programa e observou que a pecuária já era um real potencial econômico no estado em fins anos 1990. A partir do Pronaf, os fomentos do crédito rural passaram a ser maiores nessa atividade e, conseqüentemente, menores na agricultura. Entre agricultores com áreas menores que 200 hectares, por exemplo, 8,42% do Valor Bruto da Produção (VBP) animal e vegetação advinha de lavouras perenes, 42,5% resultava da pecuária. No mesmo sentido, pesquisa do Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins (Lasat) constatou que, no decênio 1995-2005, 78,5% dos 11.895 contratos do Pronaf apresentaram preferência à pecuária bovina no estado (BRASIL, 2010).

À base disso, é cada vez mais notório o movimento acentuado e concentrado do Pronaf em direção à pecuária, que se tornou atividade importante no setor de exportação do estado ao longo do tempo e hoje contribui com 54% do Produto Interno Bruto (PIB) do setor primário (BRASIL, 2017). Essa expressão econômica é particularmente percebida em Marabá.

Essa atividade produtiva tem sido bastante fomentada pelo Pronaf no município, segundo maior produtor de rebanhos bovinos no Pará hoje, além de compor o quadro dos 52 municípios paraenses que tem a bovinocultura como atividade econômica predominante.

Gráfico 1: Quantidade de contratos do Pronaf por atividade em Marabá de janeiro de 2013 a setembro de 2019.



Fonte: Banco Central do Brasil (2019). Elaboração dos autores.

Os dados acima ilustram que, entre janeiro de 2013 e setembro de 2019, os investimentos do programa de modo geral são expressivos quanto à sua preferência à pecuária, com destaque à bovinocultura. O valor total dos contratos a essa atividade foi de R\$ 5.822.028,41 (BRASIL, 2017), aproximadamente 97% do crédito rural em quase sete anos.

O fomento dessa atividade e a sua participação gradativa na produção agropecuária paraense tem sido uma das razões que justificam o desenvolvimento rural do estado, ao menos na retórica transmitida no boletim agropecuário mais recente (BRASIL, 2017). Diferente dessa perspectiva animadora, econômica e de caráter seletivo e concentrador, defendemos que ele repercute negativamente quando assentados da reforma agrária são considerados na análise. O Pronaf é o principal meio pelo qual esses sujeitos acessam o crédito rural nos assentamentos, seja pelo Pronaf A, Pronaf B ou Pronaf Mais

Alimentos. No decorrer dos anos, a especialização produtiva nessas áreas provocada pela preferência do programa produziu vários obstáculos, vistos adiantes.

Resultados preliminares

Para as instituições governamentais, os investimentos do Pronaf são tidos como propulsores do desenvolvimento rural paraense. Entretanto, os dados deste estudo revelam que eles repercutem negativamente quando agricultores familiares assentados da reforma agrária são considerados. Diversos fatores na execução do Pronaf levam a agricultura familiar do Sudeste do Pará a uma especialização da pecuária bovina e provocam, como consequência, a sua limitação, a evasão das terras da reforma agrária; bem como o desmatamento. É disso que trataremos a partir de agora.

É relevante mencionar novamente o quanto o Pronaf em Marabá, enquanto política de desenvolvimento rural, associa-se sobretudo a investimentos relacionados à atividade que está no cerne do crescimento econômico desse município, a pecuária. O meio rural, contudo, segundo Wanderley (2001, p.36), “supõe a existência de uma população que faça dele um lugar de vida e trabalho e não apenas um campo de investimento ou uma reserva de valor”. É relevante demonstrar, entretanto, que as políticas de desenvolvimento para essa área muitas vezes não incorporam e muito menos valorizam o potencial de forças sociais presentes no campo.

Essa lógica é especialmente válida para os assentamentos rurais que compõem não apenas Marabá, mas a sua mesorregião Sudeste como um todo. A quase exclusividade à pecuária em áreas reformadas intensifica o desmatamento, a perda da produtividade da terra, a evasão e a rotatividade das terras da reforma agrária. Além disso, serviços essenciais à sua prática, como a assistência técnica, é geralmente mal executada e produz obstáculos à prática agrícola (MELO e SILVA, 2008; MICHELLOTTI; RODRIGUES, 2004; MIRANDA, 2017; PEREIRA, 2012; TERENCE, 2013). Esses aspectos são os mesmos tidos, infelizmente, pelas famílias do Assentamento 26 de Março.

Citemos algumas consequências da preferência do Pronaf à pecuária no assentamento. Iniciemos pela questão produtiva. A base social dos entrevistados evidencia que esses sujeitos são migrantes que vieram sobretudo do Nordeste brasileiro em busca de terras para cultivar. A fala do agricultor Francisco Xavier confirma isso:

Eu vim do Maranhão no final da década de 1990 ao Pará. A gente teve muito problema com a terra lá. Na verdade, a gente foi perdendo aos poucos, porque era poucas condições para plantar lá. A gente tinha poucos recursos e um proprietário de uma fazenda grande lá *tava* dizendo que toda

a área que a gente *tava* era dele. Aí veio eu mais meu irmão pra cá conseguir terra, né? Entramos no movimento [MST], eu fiquei em Marabá ele foi pra Parauapebas [...] e conseguimos acampar e hoje somos assentados, graças a Deus (Francisco Xavier, entrevista cedida em julho de 2017).

O desejo de Francisco ao vir ao Pará, cuja família veio logo em seguida de sua chegada, era adquirir terras para que ele pudesse praticar agricultura e garantir a manutenção de sua família. A prática agrícola, portanto, esteve na base de suas motivações que o levaram a migrar. O assentado e sua esposa, Maria da Paz, puderam praticá-la de modo relativamente tranquilo no período da ocupação (1999-2008) no grupo de família onde acampavam. Após a criação do assentamento, porém, a família foi sorteada para ficar em um lote coberto quase exclusivamente por pastagens. Os anos iniciais foram muito difíceis à manutenção de ambos, habituados à agricultura. Os benefícios iniciais foram importantes para a permanência deles no lote. Em 2009, receberam o Crédito Instalação e acessaram a Modalidade Apoio para a aquisição de subsídios à pecuária de matriz leiteira. Em 2011, acessaram o Fomento para a aquisição de arames e outros subsídios. Em 2012, acessaram o Pronaf A, a partir do qual adquiriram os primeiros bovinos.

A pecuária bovina é a atividade principal dessa família e representa a garantia de alimento aos seus membros, obtenção de dinheiro extra a partir da venda do leite e de seus derivados e, sobretudo, permanência na terra. A família enquadra-se no sistema produtivo do grupo 1, descrito anteriormente. Porém, ainda que a pecuária seja a atividade predominante, a agricultura permanece enraizada na prática cotidiana de seus membros e reflete o desafio decorrente da preferência do crédito rural. Segundo Maria da Paz,

O crédito rural é muito direcionado aqui (no assentamento). Quando eu entrei no curso técnico de agropecuária (no IFPA) eu entendi muita coisa. Uma delas foi o fato de o Estado incentivar mais a pecuária que a agricultura aqui na região. E a gente sofre isso aqui todo santo dia, porque a gente já produz pouco leite por dia porque somos limitados (cerca de 20 litros diários) e vende a um preço muito barato (R\$ 2,00) em Marabá, que às vezes não paga nem a gasolina (da motocicleta) pra lá, porque tem dia que a gente nem consegue vender. [...] então a gente é muito limitado na pecuária aqui, porque a terra não ajuda, não, aí não tem a assistência técnica [...]. Aí por isso a gente não deixa a roça de lado. Mas se a gente pudesse plantar mais nossos produtos, com a mesma ajuda que a gente tem na pecuária, a gente não ficaria tão limitado. Teríamos outras alternativas. O que a gente mais produz aqui é leite. Faz o queijo, o iogurte. Mas também produzimos a banana, que deu muito ano passado, mas esse ano deu pouca. Se a gente pudesse continuar plantando em grande quantidade, não só a banana, né? mas outros cultivos também [...] tem o açai, o cacau, a castanha [...] a gente não teria tantas dificuldades na produção (Maria da Paz, entrevista cedida em julho de 2017).

É evidente a insatisfação da família em relação à preferência do Pronaf, que contribuiu para a limitação do sistema produtivo e negligencia a atividade agrícola, enraizada socialmente nesse núcleo familiar.

Essa realidade se estende a Edivaldo Silveira, cuja vivência no assentamento se dá desde a primeira ocupação. Dos sistemas produtivos existentes, Edivaldo compõe o grupo 2. Ele não desenvolve, porém, a pecuária bovina, ainda que seu lote as pastagens predominem. A sua atividade produtiva baseia-se exclusivamente na agricultura, com destaque às hortaliças: ele é considerado o maior produtor de hortaliças do assentamento. Possui a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), porém nunca acessou o programa pelo fato de não ter conseguido aprovação para assinatura de contrato que beneficiasse a sua horta. Após algumas tentativas, chegou a esta conclusão sobre o programa:

Isso (Pronaf) não ajuda a gente aqui não. A gente tem que começar a plantar *pra* fazer a terra criar nutrientes. O investimento *pra* pecuária, desse que tá hoje, só tá aumentado o desmatamento dentro do assentamento e piorando a condição da terra *pra* gente plantar. Esse lote aqui já foi só pasto, mas eu plantei mesmo assim. Cê pode ver aí (Edivaldo aponta à sua horta), lá atrás tem cacau, castanha, mandioca, feijão. Aí eu pergunto: eu preciso de financiamento *pra* pecuária ou *pra* minha horta? Eu sou agricultor, então preciso fortalecer a minha agricultura. Mas do jeito que a política da reforma agrária tá, isso é difícil (Edivaldo Silveira, entrevista cedida em fevereiro de 2018).

O enunciado revela o desafio proporcionado pelo Pronaf ao assentado na medida em que este programa não beneficia a sua atividade produtiva. Ainda assim, Edivaldo é um dos assentados responsáveis pela conversão das áreas de pasto. Seu lote era só pastagens quando o assentamento foi criado. Ao longo dos anos, a vegetação nativa da floresta ombrófila sub-montana (GAMA, 2016), conhecida por ele como capoeira, proporcionou a implantação de sua roça. Logo, se hoje a agricultura alcança um nível produtivo satisfatório às suas necessidades, é porque Edivaldo trabalhou com as possibilidades que o ambiente lhe ofereceu após alguns anos e não necessariamente com o apoio do crédito rural.

A localização de seu lote à beira da BR-15 facilita a venda de seus produtos. Só durante a entrevista cedida em fevereiro de 2018, três clientes seu chegaram no lote para receber produtos encomendados antecipadamente. Desse modo, sua experiência cotidiana revela não apenas um desafio, mas uma perspectiva: a de que a pecuária em si só não contempla a diversidade dos atores locais.

O então coordenador do setor de produção do assentamento explica que houve uma tentativa inicial para que a preferência à pecuária fosse evitada, antes mesmo a liberação dos primeiros contratos do Pronaf.

Nós sempre tivemos a preocupação com o crédito rural aqui, mesmo antes dele chegar pra gente. Porque a gente sabia que *tavana* área de uma antiga fazenda e que Marabá produz muito gado. Então nós juntamos algumas experiências aqui e auxiliamos a elaboração do projeto da Emater [trata-se do Projeto de Desenvolvimento do Assentamento] pra que a gente tivesse um horizonte, né? *Pra* que a gente pudesse dizer qual o caminho que o crédito rural devia tomar aqui (Antônio Cordeiro, entrevista cedida em fevereiro de 2018).

O programa mencionado por Antônio foi elaborado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (Emater-Marabá), com a contribuição do setor de produção do MST, e publicado em 2013. Dois objetivos orientaram a sua construção: prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) por intermédio da Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES) e elaboração do PDA e do Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). De modo geral, o documento reúne diretrizes para as atividades produtivas em busca da

[...] melhor organização e desenvolvimento dos sistemas produtivos atuais no sentido de trabalhar a diversificação combinada com a proposta da agroecologia, sustentabilidade econômica e ambiental contribuindo na consolidação das unidades produtivas das famílias, e na reprodução social camponesa (EMATER, 2013, p. 109).

Associados à bovinocultura de leite, sobretudo aos assentados em lotes cuja cobertura vegetal é de pastagens plantadas, o programa sugeriu a estruturação de sistemas produtivos diversificados por intermédio da adoção de práticas agroecológicas para maior atender satisfatoriamente as necessidades das famílias. O cultivo de leguminosas aparece no rol dessas sugestões como possibilidade de criar nutrientes em solos empobrecidos de potássio e fósforo. Percebe-se que há o reconhecimento da importância da pecuária pelo fato de ela compor as estratégias produtivas das famílias e das áreas cuja condição física do solo proporciona a prática dessa atividade. Mas recomenda-se que ela esteja associada à diversificação produtiva e a aspectos relativos ao seu funcionamento, como evidenciado abaixo.

A bovinocultura de leite é apresentada como alternativa viável haja vista que compreende aspectos ecológicos produtivos e sociais perfeitamente aplicáveis [...]. Se a atividade for desenvolvida sob as bases agroecológicas, realizando o manejo rotacionado das pastagens, regulando a taxa de lotação adequada, promovendo o sistema silvipastoril diversificado a partir das espécies de regeneração natural, do roço seletivo, e o enriquecimento com espécies de valor econômico, certamente os impactos ambientais negativos serão evitados ou minimizados (EMATER, 2013, p. 132).

As proposições acima não foram elaboradas sem levar em consideração o serviço de assistência técnica, realizado pela Empresa de Desenvolvimento de Projetos Agrícolas Ltda. (PROAGRI) em 2015. De acordo com as fontes do Incra, 77% das famílias receberam o serviço até 2016. No universo desta pesquisa, dez dos 17 entrevistados receberam a assistência técnica – cinco não estavam satisfeitos. Um deles é Valmir Pereira, que compõe o grupo 1 dos sistemas produtivos, cuja atividade principal é a pecuária bovina. Ele afirmou que “[...] o serviço da ATES não foi bom aqui não, rapaz. Eles (PROAGRI) vieram aqui, estudaram, fizeram perguntas. Eles não sabiam nada. Aí queriam dizer pra nós como tinha que fazer” (Valmir Pereira, entrevista cedida em julho de 2017). Os técnicos da empresa, com sede em Belo Horizonte (MG), conheciam pouco a realidade dos agricultores. No exemplo de Valmir, o laudo de um dos técnicos sugeriu o fortalecimento da pecuária com recursos financeiros que ultrapassavam a quantia que o assentado recebeu do Pronaf A.

A ineficácia da assistência técnica conduz problemas de outra ordem: o aumento do desmatamento e arrendamento ou venda dos lotes. As áreas de floresta nativa estão sendo afetadas tanto pela agricultura itinerante realizada pelos agricultores como pela expansão da pecuária bovina. É inegável a importância da agricultura itinerante nas áreas florestadas do planeta, sobretudo nos trópicos. Seu caráter diversificado e rotativo contribuiu ao aproveitamento do capital energético da floresta em recomposição (PEDROSO JÚNIOR; MURRIETA; ADAMS, 2008). Entretanto, as circunstâncias no assentamento vêm apresentando aspectos negativos à sua realização. O aumento do número de famílias nos núcleos familiares associado aos 48 hectares dos lotes, em muitos casos, torna a prática desse sistema inviável, se considerarmos as Áreas de Reserva Legal, que ocupam 80% dos lotes.

Em alguns contextos familiares, a permanência no lote foi impossibilitada pelo fato de a área ser relativamente pequena. Muitas famílias venderam ou alugaram para pessoas já interessadas, sobretudo pecuaristas de Marabá que usualmente visitam algumas famílias para saber se elas têm interesse na venda ou no aluguel do lote. Quando estávamos em campo, muitas famílias já haviam abandonado o lote. Endividaram-se, não conseguiram repor o crédito ao banco e abandonaram o lote em uma média de 7 anos após a criação do assentamento.

A evasão pela venda ou o aluguel do lote têm se tornado estratégia importante para algumas famílias. Muitos dos que vendem vão em busca de outras áreas. Muitos dos que ficam alugam parte do lote como forma de assegurar uma poupança que não é mais proporcionada pelo seu sistema produtivo. A fala de uma assentada e liderança do MST no assentamento revela alguns aspectos dessa dinâmica.

As famílias deixam o lote porque elas não estão conseguindo produzir, porque não têm uma boa estrutura pra escoar os produtos. Aqui, tem casos de gente que deixa a terra porque não produz, porque tem as áreas de pastagens, e teve também o pessoal que recebeu gado pelo Pronaf em 2013, mas não conseguiu uma produção boa, se endividaram... muitos deles nem receberam assessoria técnica. Então qual é a melhor alternativa pra essas pessoas? Infelizmente é a venda ou o aluguel da terra, que a gente chama de arrendamento. E infelizmente estamos presenciando essa situação aqui [...] A gente conversa (do MST) reúne, mas quem toma a decisão é a família (Isabel Rodriguez, entrevista cedida em fevereiro de 2018).

Às que permanecem no lote, o aluguel da terra tem sido a opção para permanecerem na condição de assentados. Além disso, acessam o Pronaf A ou Pronaf Mais Alimentos para a implantação da bovinocultura, tendo em vista a ausência do fortalecimento de sistemas produtivos diversificados que envolvam a agricultura. Desse modo, os casos de Maria da Paz, Francisco Xavier, Valmir Pereira, Antônio Cordeiro e Edivaldo Silveira refletem a urgência do reordenamento do programa.

Chamou-nos a atenção o fato de não ter havido a liberação de nenhum Pronaf Agroecologia ou Pronaf Floresta. Isso supriria minimamente as sugestões contidas no PDA, cujas diretrizes orientam os investimentos aos sistemas produtivos do assentamento, e satisfaria, em certa medida, as aspirações da agricultura familiar local. Desse modo, impactos de caráter ambiental, social e econômico são recorrentes em razão do direcionamento errado do Pronaf e da insuficiência de serviços essenciais ao real fortalecimento das famílias assentadas.

Considerações

O caráter da exposição realizada nos tópicos deste texto impede que sejam extraídas deles sínteses de confirmações. Nos permite, porém, que algumas assertivas sejam formuladas em torno das quais se poderá debater pesquisas futuras sobre o Assentamento 26 de Março. Consideramos pertinente pensar que as circunstâncias naturais que influenciam os sistemas produtivos dos assentados são consequências do uso da terra e antes da criação do assentamento e, por isso, a pecuária adquire respaldo como atividade principal. Porém, a pecuária bovina é uma atividade produtiva que em si só não contempla a diversidade das famílias observadas, embora seja essencial à manutenção e permanência da maioria delas no assentamento.

As experiências aqui reveladas evidenciam os anseios das famílias: conciliar essa prática à atividade agrícola e tornar os sistemas produtivos diversificados para que não fiquem limitados. Convém ressaltar que essas dinâmicas reveladas pelas experiências

locais são entendidas aqui como imprescindíveis para o real fortalecimento das famílias. Notamos, porém, que as aspirações dessas pessoas ultrapassam o que o Pronaf vem oferecendo: seletividade, especialização e limitação produtiva.

A aplicação do programa baseia-se numa premissa econômica limitada e seletiva; e documentos oficiais são influenciadores dessa dinâmica. Conduzido pelas premissas do desenvolvimento rural para fortalecer a capacidade produtiva e atender as demandas do seu público, o programa produz efeitos totalmente contrários aos pressupostos que justificam a sua criação. Como resultado dessa tendência, efeitos negativos no âmbito social, ambiental e econômico são recorrentes.

Finalmente, os argumentos aduzidos ao longo deste texto nos permitem considerar que a política de desenvolvimento rural, em particular o Pronaf, para o assentamento estudado depende de um amplo e heterogêneo conjunto de ações públicas, não apenas do crédito rural. A pecuária não está apenas na agenda da produção monetária do Estado do Pará, mas igualmente nas estratégias de reprodução dos assentados. Logo, a transferência de ativos e construção de capacidade a ela são fundamentais, mas a sua exclusividade não contempla o ideal almejado pelas famílias. Enquanto o Pronaf não for redirecionado, obstáculos à emancipação de seu público em nível local serão recorrentes.

Referências

Banco Central do Brasil – BACEN. **Matriz de dados do crédito rural**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>. Acesso em: 10 set. 2019.

BORGES, Juliano Luís. **MST: do produtivismo à agroecologia**. Goiânia: Terceira Margem, Editora da PUC de Goiás, 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento de educação popular. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, n. 1, 25, p. 51-62, 2007.

BRASIL. Decreto Nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 jun. 1996. Seção 1, p. 11854. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htmimpresao.htm. Acesso em 27 maio 2020.

BRASIL. **Boletim Agropecuário do Pará**. Belém: FAPESPA, 2017.

BRASIL. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do Sudeste do Pará**. Marabá, MDA/Secretaria de Desenvolvimento Rural, 2010.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: NAEA, 2012.

EMMI, Marília Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/NAEA/UFGPA, 1987.

EMMI, Marília Ferreira. Os castanhais do Tocantins e a indústria extrativa no Pará até a década de 60. **Paper do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)**, Belém, n. 166, p. 1-25, 2002.

EMATER. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento 26 de Março**. Marabá-PA, 2013.

GAMA, Andreza Angélica Frota. **Desmatamento no Assentamento 26 de Março em Marabá: em busca de alternativas agroecológicas aliadas à educação ambiental**. 2016. 80f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2016.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raúl; HEREDIA, Beatriz Alasia de. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias. Estratégias de reprodução social**. V. II. São Paulo: Editora Unesp; Brasília-DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 213-244.

GOMES, MARIA FERREIRA; SILVA, Murilo da Serra. Assentamento 26 de Março: resgatando e disseminando sementes crioulas. **Cadernos de agroecologia**, v. 8, n. 2, p. 1-5, 2013.

GRISA, Cátia. A agricultura familiar nas políticas para a agricultura familiar. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: MDA, 2017. p. 290-311.

MATTEI, Lauro. **Impactos do PRONAF: Análise de Indicadores**. Brasília, NEAD, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

MELO DA SILVA, Ducilene. **Significado do PRONAF “A” para famílias beneficiadas do Assentamento 1º de Março em São João do Araguaia, Pará – 2000 a 2002**. 2008. 93f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

MICHELAT, Guy. Sobre a utilização de entrevista não diretiva em sociologia. In: THIOLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5. ed. São Paulo: Polis, 1987. p. 191-212.

MICHELOTTI, Fernando; RODRIGUES, Francisca Nívea. Desafios para a sustentabilidade ecológica integrada a trajetórias de estabilização da agricultura familiar na Região de Marabá. **Novos Cadernos NAEA/UFGPA**, Belém, v.5, n.1, p.73-103, 2004.

MIRANDA, Rogério Rego. **(Contra) hegemonia e território do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) no Sudeste paraense**. 2017. 380f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MOREIRA, Roberto José. Agricultura familiar em assentamentos rurais: competitividade, tecnologia e integração social. In: FERREIRA, Ângela; BRANDENBURG, Alfio. (org.). **Para pensar a agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998, p. 157-180.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. **Programa de Reforma Agrária**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 1998.

NEVES, DelmaPessanha. Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n.7, p. 68-93, jul./dez. 2005.

PEDROSO JÚNIOR, Nelson Novaes; MURRIETA, Rui Sergio Sereni; ADAMS, Cristina. A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 3, n. 2, p. 153-174, 2008.

PEREIRA, TayñaZanderly da Silva. **Crédito e pecuária bovina leiteira em assentamento da reforma agrária em Marabá-Pará**. 2012. 164f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: **Políticas e participação social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 21-50.

TERENCE, Marcelo Fernando. **Avanços e limites da reforma agrária no Sul do Pará: um estudo a partir do Projeto de Assentamento Canarana**. 2013. 196 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frente de expansão de estrutura agrária: estudo comparativo de penetração numa área da Transamazônica**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, Norma (org.). **Una nueva ruralidade en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 31-43.

Sobre os autores

Evandro Neves - Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará. Doutorando do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF), Universidade Federal do Pará. **OrcID**: <http://orcid.org/0000-0003-4957-8244>

Heribert Schmitz – Mestrado em Grundlagen Des Maschinenwesens pela RWTHA Aachen University. Doutorado em Sociologia Rural pela Humboldt Universität Zu Berlin. Professor da Universidade Federal do Pará. **OrcID**: <https://orcid.org/0000-0002-8933-1484>

Como citar este artigo

NEVES, Evandro; SCHMITZ, Heribert. O comportamento do PRONAF no Sudeste do Pará: um estudo de caso no assentamento 26 de março, Marabá-PA. **Revista NERA**, v. 24, n. 59, p. 88-107, Dossiê, 2021.

Declaração de Contribuição Individual

Ambos os autores ofereceram contribuições científicas substanciais e intelectuais ao texto. A preparação, redação e revisão crítica do manuscrito foram realizadas em conjunto. O autor **Evandro Neves** ficou responsável especificamente pelo levantamento dos dados empíricos, pela interpretação e pelo desenvolvimento teórico-conceitual. Por sua vez, o autor **Heribert Schmitz** colaborou na elaboração dos procedimentos metodológicos para o levantamento dos dados, orientou o desenvolvimento teórico-conceitual e contribuiu com a discussão dos resultados.

Recebido para publicação em 20/09/20
Aceito para a publicação em 10/06/2021

O “novo caminho das águas” na Paraíba: despojo múltiplo e regimes de desapropriação em obras hídricas no semiárido nordestino

Hugo Belarmino de Morais

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) - João Pessoa, Paraíba, Brasil
Universidade Federal Fluminense (UFF) - Niterói, Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: hugobelmorais@gmail.com

Ana Maria Motta Ribeiro

Universidade Federal Fluminense (UFF) - Niterói, Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: anamribeiro@outlook.com

Oswaldo Bernardo da Silva

Coordenador Estadual do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) - Paraíba, Brasil
E-mail: osvaldobernardopoi@gmail.com

Resumo

Este artigo convida a uma reflexão crítica sobre a questão hídrica em contextos de semiaridez no Nordeste brasileiro, a partir de uma discussão teórica e empírica. O artigo interliga dados colhidos em pesquisa de campo desenvolvida no Estado da Paraíba com uma revisão teórica sobre o tema da “acumulação primitiva” na literatura marxista, com especial atenção às categorias “despojo múltiplo” (TRUJILLO, 2018, 2019) e “regimes de desapropriação” (LEVIEN, 2014). A segunda parte do artigo detalha alguns elementos teórico-metodológicos que orientaram o processo de pesquisa de campo, destacando a presença não só dos pesquisadores mas do próprio movimento social co-produzindo conhecimentos a partir da realidade analisada. Ao final, serão apresentados alguns achados da pesquisa empírica, que trata mais especificamente do Canal das Vertentes Litorâneas (Acauã-Araçagi) – considerada pelo próprio Governo da Paraíba a principal obra hídrica do Estado. Construímos, por fim, algumas sínteses parciais que apontam para: um cenário de ampliação da conflitividade hídrico-territorial naquela região a exemplo do que tem ocorrido em outros Estados da região Nordeste e a necessidade de complexificar as análises a partir de abordagens críticas e interdisciplinares.

Palavras-chave: Novos cercamentos; conflitos por água; canal Acauã-Araçagi; acumulação primitiva; Movimento de Atingidos por Barragens

The "new way of the waters" in Paraíba: multiple dispossession and expropriation regimes in water projects in the semiarid northeast

Abstract

This article invites to a critical reflection about the water issue in contexts of semiaridity in the Northeast of Brazil, based on a theoretical and empirical discussion. The article connects the data collected in field research developed in the State of Paraíba with a theoretical review on the theme of "primitive accumulation" in Marxist literature, with special attention to the categories "multiple dispossession" (TRUJILLO, 2018, 2019) and "expropriation regimes" (LEVIEN, 2014). The second part of the article details some of the theoretical and methodological elements that informed the field research process, highlighting the participation not only of researchers but of the social movement itself, co-producing knowledge from the context analyzed. At the end, some conclusions of the empirical research will be presented, which deals more specifically with the Water Channel (Acauã-Araçagi) - considered by the

Government of Paraíba itself the main water project of the State. Finally, we have developed some partial synthesis that point to: a scenario of amplification of the water-territorial conflictivity in that region following the example of what has occurred in other states of the Northeast region and the importance of complexing the analyses based on critical and interdisciplinary approaches.

Keywords: New enclosures; waterconflicts; Acauã-AraçagiChannel; primitiveaccumulation; Movement of DamsAffected

El "nuevo camino de las aguas" en Paraíba: despojo múltiple y regímenes de expropiación en obras hídricas en el noreste semiárido

Resumen

Este artículo invita a una reflexión crítica sobre la cuestión del agua en contextos de semiárido en el nordeste de Brasil, a partir de una discusión teórica y empírica. El artículo vincula los datos recogidos en las investigaciones de campo desarrolladas en el Estado de Paraíba con una revisión teórica sobre el tema de la "acumulación originária" en la literatura marxista, con especial atención a las categorías "despojo múltiple" (TRUJILLO, 2018, 2019) y "regímenes de expropiación" (LEVIEN, 2014). En la segunda parte del artículo se describe algunos elementos teórico-metodológicos que guiaron el proceso de investigación de campo, destacando la presencia no sólo de los investigadores sino del propio movimiento social coproduciendo conocimientos de la realidad analizada. Al final, se presentarán algunos resultados de la investigación empírica, que trata más específicamente del Canal de la Costa (Acauã-Araçagi) - considerado por el propio Gobierno de Paraíba como la principal obra hidráulica del Estado. Finalmente, hemos construido algunos resúmenes parciales que apuntan a: un escenario de amplificación de la conflictividad hídrico-territorial en esa región, siguiendo el ejemplo de lo que ha ocurrido en otros estados de la región Noreste y la necesidad de complejizar los análisis desde enfoques críticos e interdisciplinarios.

Palabras clave: Nuevos cercamientos; conflictos por el agua; canal de Acauã-Araçagi; acumulación primitiva; movimiento de los afectados por represas

Introdução

Neste artigo objetiva-se discutir os resultados parciais da investigação realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD/UFF), que discute os novos contornos e conflitualidades decorrentes da construção de grandes obras hídricas no Semiárido Nordeste, a partir de um estudo de caso no Estado da Paraíba.

Trata-se de um artigo que sistematiza dados coletados em campo, tendo sido coproduzido em parceria entre o primeiro autor, a sua orientadora de doutorado e o coordenador estadual do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) da Paraíba. Discutiremos os detalhes desta parceria que redundou na produção do artigo no tópico abaixo que trata sobre os apontamentos teórico-metodológicos desta investigação sobre o novo caminho das águas.

Tal trabalho partiu, inicialmente, dos conflitos socioambientais e das violações de direitos humanos desencadeados pela construção da Barragem Argemiro de Figueiredo –

conhecida como Barragem de Acauã – e da luta dos atingidos por Barragens no Estado da Paraíba. Identificava-se, primeiramente, que a situação da construção daquela Barragem – como em qualquer outro “grande projeto de investimento” (VAINER; ARAÚJO, 1992) – representava uma espécie de “cercamento das águas”, em virtude do processo de separação entre os camponeses e ribeirinhos de seus meios de existência¹. Além disso, apontávamos que, em virtude da construção de outros grandes projetos naquela região, um novo momento de cercamentos – das terras e águas – estaria por vir e necessitava de uma investigação mais profunda.

A pesquisa, assim, incorporou outros temas e ampliou o recorte territorial para compreender esse “novo caminho das águas” na Paraíba, entendido aqui como uma espécie de *planejamento hídrico-territorial que se justifica pelo paradigma da escassez* e que visa ao aproveitamento das águas do Eixo Leste da Transposição do Rio São Francisco, (re)direcionando-as para o litoral norte do Estado, viabilizado através de um outro grande projeto, o Canal das Vertentes Litorâneas, mais conhecido como Canal Acauã-Araçagi. Segundo o sítio oficial do Governo da Paraíba, a obra objetiva levar as águas do Rio São Francisco até a região do Litoral Norte da Paraíba, num percurso de mais de 120 quilômetros, para garantir uma “nova fase de desenvolvimento na Paraíba”, com abastecimento hídrico e irrigação².

Neste sentido, a pesquisa revelou diversas nuances, a começar por evidências de territorialidades e discursos conflitantes, em especial quando tratamos do tema das desapropriações – sua lógica e procedimentalização por parte do Estado – somadas às reflexões decorrentes da *experiência social* dos atingidos – no sentido que a emprega E. P. Thompson(1981) – quando são questionados sobre os sentidos e resultados desta “nova obra hídrica” e os impactos sobre suas condições de existência.

O artigo, pois, se divide numa parte mais teórica em que o centro do debate se dá em torno das configurações atuais sobre o processo de acumulação originária e/ou acumulação ampliada de capital, e uma etapa mais empírica onde apresentamos alguns dados coletados que serão trabalhados em confronto ou complemento aos debates teóricos, buscando, ao máximo, uma abordagem metodológica dialética, que evite: a) tanto o formalismo que caracteriza a “utilização” da realidade como um mero “por exemplo” para

¹A partir do aprendizado junto às Professoras Mina Navarro Trujillo, LucíaLinsalata e Raquel Gutiérrez Aguillar do Seminário Permanente “Entramados Comunitários y formas de lo Político” vinculado ao PósgradoenSociología da Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (BUAP), no México, incorporamos aqui o termo “meios de existência” ou “condições de existência”, em substituição ao termo “meios de produção” empregado por Marx. Ancoradas no debate crítico sobre a *produção do comum*, consideramos acertada a visão das autoras em *dar centralidade ao processo de reprodução material e simbólica da vida*, motivo pelo qual o termo e o sentido atribuído classicamente aos “meios de produção” pode ser significativamente ampliado, pois em verdade se tratam de meios de existência e não somente “de produção”. O antagonismo atual, em termos globais, é de tal maneira complexo e profundo que podemos caracterizá-lo como um conflito entre capital e vida e não somente entre capital e trabalho.

² Cf. <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/liberada-segunda-alca-do-desvio-da-br-230-para-obras-do-canal-acaua-aracagi>.

comprovar a adequação das categorias anteriormente formuladas; b) o empirismo acrítico e positivista que considere a realidade um dado “em si” e autoevidente, que não necessitaria de qualquer explicação e/ou mediações com as estruturas da totalidade social que a condicionam e definem.

Este processo de investigação social interdisciplinar valoriza, pois, tanto as chaves teórico-políticas do pensamento crítico latinoamericano e do marxismo quanto a necessidade da realização de pesquisas empíricas a fim de produzir conhecimento novo (e útil), que estamos chamando de *Sociologia Viva* (RIBEIRO et al., 2018; RIBEIRO, 2019).

Em nossa opinião, este processo atual reflete e reforça os desafios para compreendermos criticamente a questão hídrica no semiárido, evitando discursos (neo)desenvolvimentistas que ainda hoje perduram e hegemonomizam as leituras sobre o Nordeste – mesmo por parte do pensamento de esquerda. Não se pode esquecer que a ação estatal – ainda que possa se revestir de “boas intenções” e um discurso “modernizador” – fundamentalmente tem ampliado o controle sobre o acesso e o uso das águas em nome de um suposto “interesse público” que atua contra as populações e comunidades locais, em geral já afetadas e vulnerabilizadas por outros processos de exclusão, opressão e despojo.

Assim, nosso artigo objetiva compreender as afinidades e cumplicidades entre este discurso (neo)desenvolvimentista e as estratégias do agrohídronegócio na região, a fim de que, neste contexto obscurantista e conservador que vivemos, possamos levar adiante uma revisão séria (com suas consequências práticas) sobre o processo de acumulação direta e indireta de capital que está se desenvolvendo a partir da (ou junto com a) expropriação – ou o cercamento – das águas.

Os “velhos” e “novos” cercamentos: revisão crítica de um debate urgente

Dos diversos temas e questões cruciais dentro do pensamento marxista, seguramente a discussão sobre o que é e qual o caráter da “Assim chamada acumulação primitiva” é um dos mais controversos.

Basicamente, o termo acumulação primitiva é utilizado por Marx para caracterizar - após uma síntese sobre como ocorre o processo de acumulação capitalista pela valorização do valor (ou seja, o processo de composição orgânica do capital que extrai mais-valor a cada ciclo produtivo) – a “pré-história” do capital. Uma história violenta e sangrenta dos fatores sociais, econômicos, políticos e jurídicos que permitiram – ou determinaram – a origem do modo capitalista de produção no contexto europeu.

O alvo da crítica de Marx neste capítulo d’O capital é a economia política clássica que descreveu, em geral, o processo de separação dos produtores e seus meios de produção

de maneira quase que espontânea ou natural, como uma espécie de “progresso civilizatório”. Marx, no entanto, examina criticamente este processo (de acumulação primitiva) da seguinte forma:

[...] Na realidade, os métodos da acumulação primitiva podem ser qualquer coisa, menos idílicos. [...] *O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados.* A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. [...] Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo (MARX, 2011, p. 786–787 – grifos nossos).

Para nós, o importante deste processo é compreender que Marx, ao dar centralidade à acumulação primitiva em sua análise fornece um conjunto de pistas muito importantes para compreender o processo de acumulação de capital até hoje, como um *processo permanente e violento*. Entendemos que a preocupação do autor estava numa demonstração crítica: o processo de rompimento dos camponeses com laços feudais ou corporativos não ocorreu como “libertação”, mas como roubo e expropriação das condições anteriores, fato histórico importantíssimo e que era escamoteado pela economia política clássica.

Como se sabe, essa análise gerou e ainda gera diversas discussões e interpretações, sobretudo em relação a um eventual caráter “datado” da análise de Marx ao se referir à acumulação primitiva como a “pré-história” do capitalismo. Nesta leitura, o termo acumulação primitiva deve ser ligado rigorosamente ao violento processo no qual o capitalismo “surgiu”, e hoje este processo deveria ser renomeado pois estaria submetido a outras lógicas, já decorrentes da “integração” do corpo social ao modo capitalista de produção. Entretanto, na atualidade pode-se perceber que esta não foi uma condição necessária somente para a organização de uma tomada revolucionária do poder pela burguesia no contexto europeu. Tais processos se mantêm sobretudo em contextos de colonização dependente como é o caso da América Latina.

Não se trata, propriamente, de uma discussão “terminológica” ou de “marxologia”. O debate e a importância da caracterização da acumulação originária ou primitiva encontra ressonância na discussão, por exemplo, sobre o caráter inexorável e revolucionário do “desenvolvimento das forças produtivas” no capitalismo como “condição indispensável” para uma transformação radical, reproduzida durante algumas dezenas de anos como “etapa necessária” para implantação do socialismo e/ou do comunismo no pensamento crítico.

Ao caracterizar este processo como inevitável (e não como uma tendência histórica, como o faz Marx) poderíamos supor como resultante que todas as terras ou porções de terras “não-integradas” plenamente ao modo capitalista de produção – em especial as áreas rurais e camponesas dos países centrais e toda a periferia do sistema-mundo – estariam fadadas a uma integração conservadora realizada “de cima para baixo”. Nesta visão, os países necessitariam se “proletarizar” para desenvolver as suas condições de luta em favor de uma transformação radical, e só posteriormente revolucionar as forças produtivas e as relações de produção.

Já há uma longa história sobre esses equívocos de interpretação que não cabem no presente artigo³, mas tais divergências demonstram a importância de uma adequada atualização crítica sobre o debate da “Assim chamada acumulação primitiva”, sem que seja perdido o essencial: *o capitalismo necessita permanentemente separar os seres humanos dos seus meios de existência, e esse processo continua ocorrendo até os dias atuais com extrema violência; violência sem a qual o capitalismo não consegue garantir sua própria reprodução*. Como caracteriza Mina Navarro Trujillo:

Se trata de pensar la acumulación originaria más allá de su origen histórico – sin dejar de reconocer su particularidad fundante–, pero tratando de rastrear y reconocer las actualizadas tramas constitutivas y persistentes del capital hasta nuestros días y especialmente bajo el actual régimen de acumulación neoliberal. Desde nuestro punto de vista, este debate resulta fundamental para el reconocimiento de las formas del despojo inherentes al capital – como las que actualmente intervienen en América latina–, a contracorriente de la versión fetichizada que supone que después de su génesis, el capital ya no requiere de los métodos violentos y sanguinarios propios de la acumulación originaria (2018, p. 4–5).

Partindo desse pressuposto crítico e seguindo a merecida tendência de revalorização de Rosa Luxemburgo nos dias atuais, podemos afirmar que a “acumulação primitiva” é, na verdade, um processo permanente, essencialmente destrutivo, espoliador e violento do capitalismo; e se apresenta mesmo em suas fases mais avançadas. O Capital necessita, sempre, combater todas as formas não-capitalistas ou não-plenamente capitalistas de (re)produção social, agindo contra a economia camponesa e contra a economia natural, dizia Rosa Luxemburgo. Desta forma a revolucionária destacava que sempre há um caráter *dual e expansionista* no capitalismo, que reúne os meios propriamente “econômicos” de exploração (ligados à extração de mais-valor na relação capital-trabalho), com os meios “extraeconômicos”, caracterizados pela expropriação e violência.

³Cabe-nos apontar duas referências importantes sobre este tema. Por um lado, o debate realizado sobre os populistas russos e sobre a “periferia do capitalismo” em textos de Marx pós-Capital, presente no livro organizado por Theodor Shanin, com edição brasileira recente (2017); por outro, o compilado de artigos que realiza uma ampla revisão crítica sobre o tema da acumulação primitiva publicado na Revista argentina *Theoria*, n. 26 (2012), que nos influenciou fortemente para a tomada de posição neste artigo.

Rosa Luxemburgo afirmava, ainda na aurora do século XX, que “a violência política é também aqui somente o veículo do processo econômico; ambos os aspectos da acumulação do capital estão organicamente ligados pelas condições de reprodução do capital, apenas juntos fornecem a carreira histórica do Capital” (1984, p. 86–87). Consideramos que este enquadramento é extremamente importante para pensar os processos de expropriação e violência na atual quadra histórica. Tal contribuição, inclusive, continua dando seus frutos teórico-políticos nos atuais debates sobre ecologia política e pós-extratativismo na América Latina, por exemplo⁴.

Apontadas estas questões no pensamento de Marx e Rosa Luxemburgo, gostaríamos de apresentar duas categorias atualizam este debate sobre a acumulação primitiva: a categoria *despojo múltiple*, que traduzimos aqui como “despojo múltiplo”, formulada por Mina Navarro Trujillo (TRUJILLO, 2015, 2019) e a categoria *regimes de desapropriação* de Michael Levien(2014).

Parte-se, por óbvio, do pressuposto que vivemos num contexto conflitivo no qual a água assume uma centralidade inédita. No Brasil e na América Latina, multiplicam-se os casos de conflitos, que não podem ser dissociados das lutas por terra e território, embora assumam, em cada configuração e contexto, diferenças qualitativas importantes. O desafio é exatamente esse: compreender a tradição e tendência histórica a partir de uma boa análise de conjuntura mas apresentar e refletir de maneira criativa e inovadora a partir dos elementos e conflitos reais e concretos que nos desafiam a pensar o Brasil e o Nordeste em especial. Por isso optamos por utilizar conceitos que ampliem a visão dominante, dadas as repercussões para nosso trabalho empírico.

Partindo da caracterização marxista sobre a separação entre produtores e seus meios de existência em Massimo De Angelis (2012), e de uma abordagem dentro do campo da ecologia política, Mina Navarro Trujillo aponta a *separação* como condição essencial não só para a própria gênese, mas para qualquer processo de reprodução ampliada do capital. Afirma a autora mexicana que:

1) la separación es una condición necesaria del capital para intervenir el tejido de la vida; 2) la separación debilita el control de las y los productores sobre sus medios de existencia; 3) la separación oculta y deforma la red de relaciones de interconexión e interdependencia entre todas las formas de vida que, en conjunto habitamos el planeta; y; 4) los procesos de lucha contra las separaciones representan una alternativa para recuperar control sobre los medios de existencia, revertir y resarcir parcialmente los efectos y alteraciones que el capital produce sobre el tejido de la vida (TRUJILLO, 2019, p. 10).

⁴Para mais sobre estes temas, indicamos o conjunto de artigos reunidos no título “Descolonizar o imaginário” (2016), ver bibliografia.

Isto porque, continua a autora, “a reprodução de capital necessita sempre repetir-se, assegurar-se e ampliar-se a escalas cada vez maiores, incrementando a massa de material humano explorado sob a premissa da valorização do valor” (2019, p. 2 – tradução nossa). A partir desta síntese, Trujillo formula um conceito ampliado de expropriação, em nossa opinião extremamente fértil para os propósitos dos trabalhos que discutem conflitos envolvendo água e grandes projetos hídricos: *despojo múltiple*. Para caracterizar este processo – expansivo, permanente e único⁵ – ela aponta

que toda separación produce o conlleva a una serie despojos múltiples sobre los ámbitos de vida y medios de existencia. Esto es, en la medida en que el capital produce separaciones, es que cuenta con las condiciones para subsumir el tejido de la vida y por tanto, intervenir y reconfigurar las relaciones entre la vida humana y no humana, transformar la forma y contenido de los metabolismos, despojar medios de vida, pero también capacidades políticas de autodeterminación (TRUJILLO, 2019, p. 10).

É dentro deste contexto que pensamos uma caracterização mais ampla das obras hídricas no semiárido nordestino. Este processo está ligado a, pelo menos, seis elementos na nossa conjuntura: 1) a relação entre a demanda por água e a *produção de commodities* agrícolas; 2) a necessária *concentração e intensificação de capital em infraestruturas* interligadas à construção de qualquer grande projeto de investimento, como barragens, canais, portos, perímetros irrigados, etc; 3) a defesa – expressa ou tácita – da *prevalência do valor de troca em relação ao valor de uso das águas*, ou seja, a tendência de privatização e de mercantilização das águas; 4) a discussão sobre a *gestão dos recursos hídricos* no semiárido reproduzindo uma lógica economicista e gerencialista que, em geral, despreza a capacidade política e organizativa de camponeses e ribeirinhos sobre os seus meios de existência; 5) *os impactos ambientais resultado dessas intervenções sobre os próprios corpos hídricos* – rios, lagos, mananciais, fontes minerais, etc – em nome do “desenvolvimento” ou do “interesse público”; 6) em nível mundial, *o caráter abstrato e financeirizado* com que se tratam as águas nos meios urbanos e meios rurais.

Por outro lado, as entrevistas realizadas com alguns setores governamentais nos levaram a perceber a necessidade de produzir, no caso concreto, uma certa “sociologia das desapropriações”, como resultado da análise sobre as diferentes estratégias “micropolíticas” do ente expropriador – neste caso, o Estado da Paraíba – que acabam por materializar e concretizar o caminho de cercamentos das terras – preparando para o cercamento das águas – necessárias à obra.

⁵A autora afirma a importância de compreender exploração e despojo dentro de um mesmo processo: “El análisis de las variadas formas del despojo es útil para simplificar la complejidad del problema, pensando en los posibles niveles, estrategias y condiciones de la acumulación del capital; sin embargo, no debemos perder de vista que, en los hechos, todas ellas son parte de *un mismo proceso* (2018, p. 2).

Observar este papel do Estado de forma mais detalhada é central para compreender o processo mais amplo de *despojo* a que nos referimos. Resultou útil, portanto, retomar algumas reflexões sobre o que Michael Levien caracteriza como “regimes de desapropriação”, a partir de uma discussão teórica sobre as relações entre capitalismo e as desapropriações⁶. Vejamos o que explica o autor:

O aspecto mais significativo da desapropriação de terra é que ela envolve a intervenção direta e transparente do Estado no processo de acumulação. Do ponto de vista político, essa intervenção direta e extraeconômica na acumulação gera um antagonismo imediato entre o Estado e a população a ser desapropriada. [...] Impedidos de se apoiar na mistificação comum à exploração do trabalho no capitalismo, os Estados são normalmente compelidos a justificar essas expropriações de terra tão evidentes por meio de reivindicações ideológicas: de servirem a "um propósito público" ou ao "interesse nacional"; no século passado, eles costumavam fazê-lo por meio da linguagem do "desenvolvimento". A força de persuasão dessas reivindicações depende consideravelmente da capacidade de alinhar o propósito econômico dessas desapropriações com um conceito amplamente aceito de progresso nacional (LEVIEN, 2014, p. 36).

Aponta o autor, pois, para a importância dos meios políticos e ideológicos pelos quais, atualmente, as desapropriações são desenvolvidas. Por outro lado, sinaliza para a necessidade de compreender esse elemento diferenciador ligado à dependência do poder estatal para fazer valer o processo de acumulação em sentido ampliado (LEVIEN, 2014, p. 35-36). Em certa polêmica com o conceito de “acumulação por despossessão” de Harvey(2004), pois, Levien dá o nome de regimes de desapropriação a esses fatores diversos e específicos que configuram as expropriações no capitalismo contemporâneo:

Na acumulação por desapropriação, então, o Estado, a política e a ideologia são – como Perry [Anderson] argumenta no contexto de modos pré-capitalistas de produção (1974: 403-404) – aspectos internos e constitutivos da própria acumulação. Essa é a implicação de enorme importância do reconhecimento segundo o qual a coerção extraeconômica, concebida como algo que se ameniza com a transição para o capitalismo, é, na verdade, um aspecto intrínseco e contínuo da acumulação no capitalismo avançado. *Isso significa que o caráter e o resultado da desapropriação em momentos e lugares diferentes são formados por fatores políticos, econômicos e ideológicos heterogêneos e nacionalmente específicos que não podem ser deduzidos de circuitos globais do capital.* Sua configuração específica em determinado lugar e momento pode ser compreendida como um regime de desapropriação (LEVIEN, 2014, p. 36).

Assim, ensina o autor que os contextos e formações sociais específicas acabam por apresentar também configurações específicas – muito menos idílicas ou “objetivas” num sentido jurídico-legal, como veremos no próximo tópico – para compreender a complexidade

⁶A tradução do termo desapropriação nos parece que corresponde mais ao termo *despojo* ou *expropriação*. No entanto, manteremos a tradução do texto em português, ainda que consideremos que a reflexão trazida pelo autor indica exatamente uma dimensão extraeconômica ao processo de acumulação que, no caso brasileiro, estaria mais ligado ao termo expropriação do que ao termo desapropriação (que se revestiria de uma “abordagem legalista” em virtude da ação “legitimada” do poder estatal).

O “NOVO CAMINHO DAS ÁGUAS” NA PARAÍBA: DESPOJO MÚLTIPLO E REGIMES DE DESAPROPRIAÇÃO EM OBRAS HÍDRICAS NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

de fenômeno desapropriatório. Tais apontamentos são importantes para a caracterização do saber-poder colonial que vem sendo realizado pelo ente expropriador estatal. No estudo de caso que apresentamos a seguir, essa dimensão diferenciada do regime de desapropriação nos parece bastante relevante, pois apresenta configurações muito específicas e “flexíveis”, conforme os objetivos e andamento da obra e os sujeitos expropriados.

A partir das reflexões teóricas acima e suas possíveis consequências, iremos introduzir mais detalhadamente alguns aspectos do planejamento metodológico da pesquisa de campo ocorrida na Paraíba, localizando os leitores e leitoras na empiria e nos novos caminhos que estamos estudando.

Apontamentos metodológicos sobre a pesquisa de campo: o novo caminho das águas na Paraíba

Importante localizar o leitor ou leitora no que estamos chamando de “novo caminho das águas”. Primeiramente trata-se da *estratégia de integração hídrico-territorial* de grandes obras para o aproveitamento das águas do Eixo Leste da Transposição do Rio São Francisco, que sai da região do Cariri, passa pelo Agreste e chega ao Litoral Norte do Estado, conforme o mapa 1 a seguir.



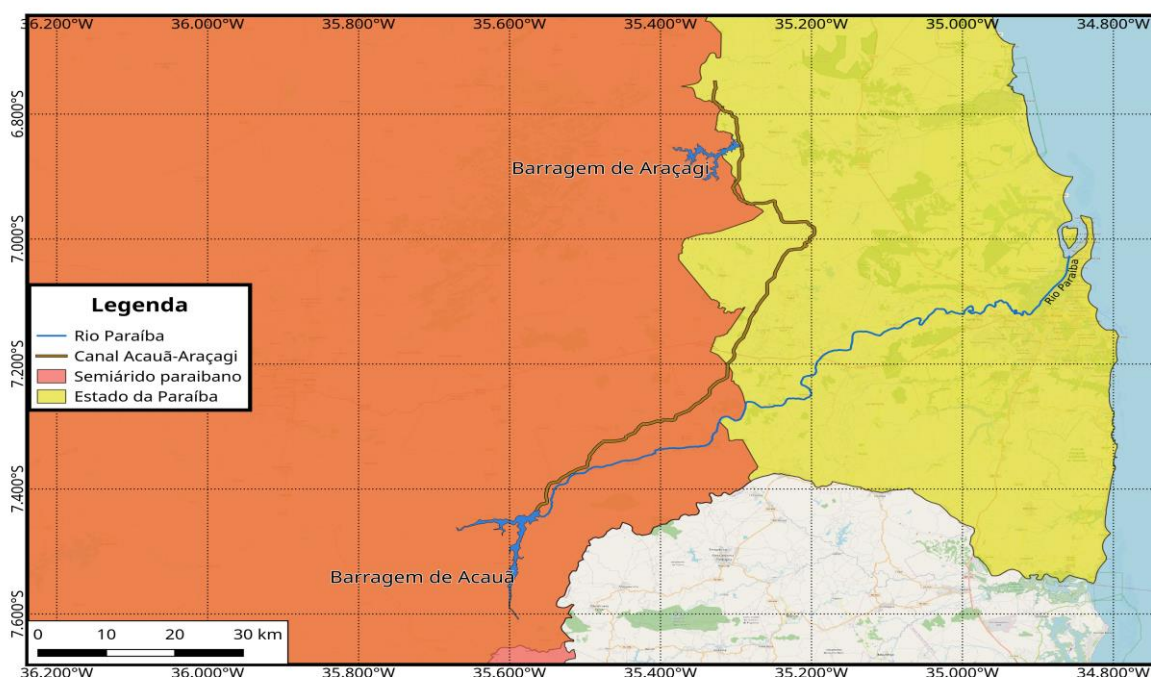
Fonte: Aesa, 2018.

O Mapa 1 indica a localização geográfica dos pontos de interesse. No caso do Eixo Leste da Transposição do Rio São Francisco, as águas entram na Paraíba a partir da cidade de Monteiro-PB (número 1 – seta de cor roxa) e seguem o curso pelo Rio Paraíba até o Açude Epitácio Pessoa (conhecido como Açude Boqueirão, número 2 – seta vermelha), que abastece Campina Grande-PB e toda a sua microrregião⁷. Após esta fase, o planejamento hídrico realizado pelo Estado é de que as águas entrem novamente na calha do Rio Paraíba até chegar à Barragem de Acauã (número 3 – seta preta) e, mais especificamente nas proximidades da comunidade de Melancia – uma das comunidades atingidas pela construção da Barragem de Acauã – está situada a tomada d’água do Canal Acauã-Araçagi. Este canal, chamado pelo Governo de a “Transposição da Paraíba” está situado no mapa dentro do traçado pontilhado de cor vermelha e pretende percorrer cerca de 130 quilômetros em direção ao Litoral Norte.

Chamamos esse trajeto de “novo caminho das águas” pois o território analisado está em processo de transformação decorrente da expectativa (e parcial concretização) da utilização dessas *novas águas* tanto para abastecimento humano quanto para atividades econômicas, vinculando-se, segundo o discurso oficial, a uma “*nova fase de desenvolvimento*” na Paraíba. Esta singularidade é tratada aqui como uma novidade empírica com repercussões sociológicas, econômicas, geográficas e jurídicas, sobretudo em virtude do direcionamento das “futuras águas” do Eixo Leste da Transposição para o litoral norte do Estado. No mapa a seguir apontamos mais detalhadamente o traçado do Canal em paralelo ao Rio Paraíba, bem como a delimitação da região semiárida no Estado da Paraíba:

⁷Antes de chegarem ao Açude Boqueirão, as águas da Transposição passam por dois outros açudes menores: os açudes Poções e Camalaú. Mas como ressalta o trabalho de Franklyn Brito (2013), a principal justificativa para o Eixo Leste da Transposição é o abastecimento da cidade de Campina Grande-PB, segunda maior cidade do Estado, ainda que este artigo aponte exatamente para o conflito entre a justificativa governamental e as determinações mais essenciais, não-aparentes, da obra.

Mapa 2 - O novo caminho das águas na Paraíba



Fonte: Elaboração própria(2019).

Desta forma, a intenção desta etapa da pesquisa foi percorrer, de carro, o caminho artificial das obras, realizando entrevistas e georreferenciando os pontos de interesse no mapa, obtendo também fotografias que revelassem os aspectos centrais tanto da própria obra como da situação das populações locais. Esse processo se deu após ter sido realizada uma rodada de entrevistas com órgãos públicos na capital do Estado, João Pessoa.

Assim, a pesquisa exigiu da equipe de campo a construção de estratégias diferenciadas que se impunham em cada passo do caminhar a fim de compreender melhor o que estava se passando. Primeiramente deve ser apontado o planejamento como resultado da parceria entre o pesquisador e sua orientadora de doutorado, seguindo o saber-fazer das experiências já consolidadas no âmbito do Observatório Fundiário Fluminense (OBFF) desde sua fundação no início dos anos 2000.

Neste saber-fazer, orientandos e orientadora partem juntos para a pesquisa de campo ao menos uma vez na condução da pesquisa empírica. Este fato pressupõe disponibilidade e compromisso fora do comum dentro da Academia. Tal experiência demanda uma organização e planejamento ainda mais refinados, haja vista a diversidade e intensidade das visões compartilhadas tanto na construção e coleta de dados quanto na sua sistematização. O *trabalho coletivo*, neste caso, não é somente um artifício retórico do exercício sociológico desenvolvido, mas o resultado vivo de uma experiência acumulada de pesquisa e extensão envolvendo a realidade rural e camponesa.

Por outro lado, tratando-se de uma pesquisa que se insere na perspectiva da pesquisa militante ⁸ (BRINGEL; VARELLA, 2016) decidiu-se coletivamente que era imprescindível a presença do movimento social organizado – no caso, do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) – durante todos os dias de percurso no campo. Desta forma dois militantes do movimento – um companheiro e uma companheira - participaram e co-produziram as informações e análises de campo.

Também decidiu-se que o percurso planejado levaria em consideração a existência (e o contato prévio realizado através de telefone) de áreas de assentamentos rurais ligadas aos dois principais movimentos do campo na Paraíba – a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) – que se disponibilizaram a fornecer informações e contactar as lideranças e comunidades por onde passam as obras do Canal supracitado. A própria informação sobre a passagem do Canal por áreas da reforma agrária foi um dado relevante obtido no campo que demandava maior detalhamento, pois descobriu-se que tal percurso tornava a obra “mais barata” em termos de indenizações em comparação com as grandes propriedades.

Estes apontamentos metodológicos são importantes para reforçar que nossas opções permitiram o entrecruzamento de olhares e percepções, já que o objetivo não era somente cartografar a situação. A realização das entrevistas e documentação das atividades visava contar com o olhar militante e a *experiência social* dos próprios movimentos na leitura desta realidade, numa espécie de *método especular* no qual a realidade dos atingidos pela Barragem de Acauã que viveram impactos e violações poderia também ser transmitida para outros sujeitos em luta. Ressalte-se que também os atingidos de Acauã não conheciam uma grande parte deste “novo caminho” do Canal.

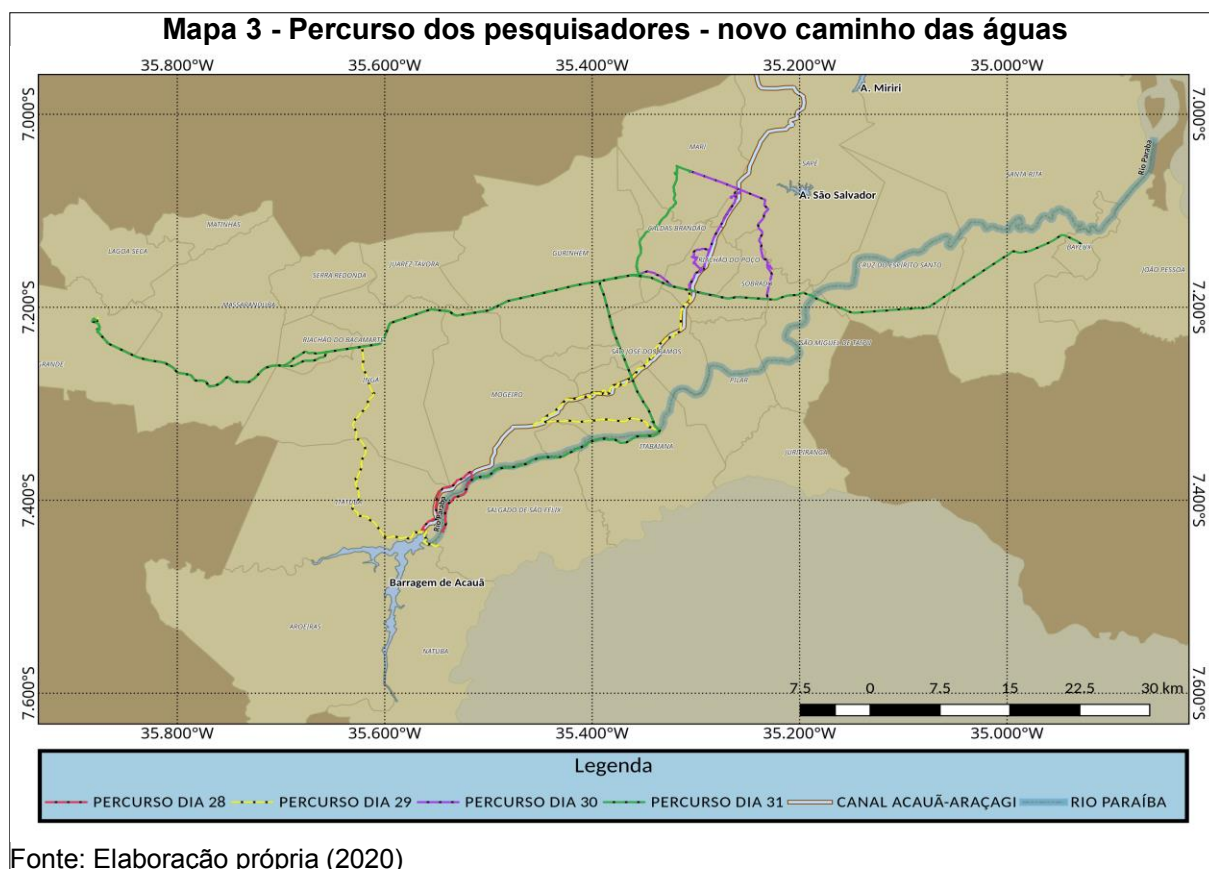
Reconhecere valorizar que o processo de pesquisa se dá no encontro de saberes e de experiências compartilhadas, portanto, foi uma das apostas desta estratégia metodológica para a etapa da pesquisa de campo.

Ademais, realizou-se um planejamento para percorrer sempre que possível as margens do Canal até onde as construções estavam prontas, com inspiração nas experiências de cartografia social(ACSELRAD, 2008). O objetivo foi documentar e obter o máximo de informações sobre as situações vivenciadas por aqueles e aquelas que estavam

⁸Conforme a proposta de conceituação de Bringel e Varella, o termo pesquisa militante “é utilizado aqui para contemplar as linhas de pesquisas associadas a diversas formas de ação coletiva, que são orientadas em função de objetivos de transformação social. Nesse sentido, militância seria o compromisso ético e político com a mudança social e que, por isso, implica posicionamentos e atuações proativas em várias áreas da vida, como a profissional e a acadêmica, envolvendo a inserção em espaços coletivos de discussão, articulação e mobilização com objetivo de viabilizar e potencializar lutas políticas que representem a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Portanto, considerando a impossibilidade de dissociação entre o científico e o político, a pesquisa militante recoloca, em um patamar digno e legítimo, as investigações que envolvam a produção de conhecimento, a ação política e a mudança da realidade social. Trata-se, em suma, de investigações socialmente engajadas e politicamente posicionadas, que buscam, a partir da produção do conhecimento, entender a realidade para transformá-la, vinculando-se com a ideia de práxis, tal como explicitado acima” (2016, p. 482).

O “NOVO CAMINHO DAS ÁGUAS” NA PARAÍBA: DESPOJO MÚLTIPLO E REGIMES DE DESAPROPRIAÇÃO EM OBRAS HÍDRICAS NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

“às margens” da obra, com a feitura de uma espécie de “diário de campo fotográfico”, tarefa que foi assumida pelo próprio militante do movimento, que se tornou o fotógrafo oficial da viagem.



Consideramos importante também realizar entrevistas e compreender como estavam sendo planejadas as obras por parte dos órgãos do Estado, a fim de identificar discursos que permitissem compreender as problemáticas apontadas pelos “de cima”. Assim, além do percurso de quatro dias pelas obras (de 28 a 31 de julho de 2018), foram realizadas diversas entrevistas um dia antes da viagem a campo na cidade de João Pessoa, em especial com servidores de Secretarias de Governo responsáveis pela obra, representantes de setores do agronegócio canavieiro (da Associação dos Plantadores de Cana da Paraíba – ASPLAN) e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal.

Como outro recurso metodológico utilizamos o aplicativo *LocusMap* para o georreferenciamento dos pontos visitados, conforme se pode observar no mapa abaixo com as cores representando cada dia de percurso:

Estas opções se revelaram decisivas no processo da pesquisa empírica, pois todas as discussões e reflexões foram devidamente gravadas, inclusive as conversas realizadas no decorrer do percurso, transformando-se o carro numa espécie de fórum de debate permanente (com o auxílio do gravador, foi possível recuperar esses debates para a

sistematização da pesquisa). E geraram um acervo importante de materiais que estão em fase de sistematização – degravação, seleção e análise – e que, neste artigo, serão apresentadas somente em linhas bastante gerais, a partir de alguns achados da pesquisa de campo.

Alguns achados da pesquisa de campo: impactos recorrentes das obras e o regime de desapropriação do Canal Acauã-Araçagi

Segundo as informações oficiais, o Canal é a maior obra de construção civil do Estado. Reconhecida como a “transposição da Paraíba” dada a sua magnitude em termos de investimento – é a maior obra do Programa de Aceleração do Crescimento – 2 (PAC-2) e a segunda maior obra hídrica do Nordeste⁹. Está sendo executada por um Consórcio de empresas intitulado Consórcio Acauã-Araçagi, a partir de um projeto da Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Ciência e Tecnologia (SEMARHCT), que realiza a sua supervisão técnica.

Como já apresentamos, o Canal Acauã-Araçagi promete “beneficiar 600 mil habitantes e garantir irrigação em 16 mil hectares de terras”. Recentemente o Canal foi “batizado” com o nome do economista paraibano Celso Furtado e suas obras estão em estágio avançado, percorrendo cerca de 130 quilômetros em direção ao litoral norte da Paraíba. Em geral, o Canal foi construído a partir da desapropriação por interesse social em todo o seu traçado, tendo as desapropriações a função não só de garantir a obra mas também cercar as suas margens – com recuos de tamanhos variáveis, mas que em geral tem entre 60 a 80 metros de cada lado:

⁹Esta segunda informação não foi confirmada em nenhum documento oficial, constando somente nos materiais informativos do próprio Governo estadual.

Imagem 1 - Foto das obras de construção do Canal Acauã-Araçagi



Fonte: Imagens feitas pela equipe de pesquisa (2018)

Dentre várias entrevistas, é possível identificar um padrão importante: os impactos da construção do Canal foram acompanhados em geral por um processo de desinformação sobre quaisquer direitos que as populações teriam. Desde o início das obras, em meados de 2013, relatos dos impactos são recorrentes.

Um caso emblemático é da Comunidade de Melancia, que fica localizada exatamente em frente a Barragem de Acauã e é uma das “agrovilas” – na verdade, uma comunidade rural com graves restrições de políticas públicas e sem acesso à terra e nem à água – dos atingidos por aquela Barragem e que tiveram como “indenização” pela construção da Barragem a oferta de uma casa “de placa”. Na casa de um dos atingidos ele e sua mãe fazem um relato da situação desde a Barragem e após a construção do Canal, apontando como a utilização de mão-de-obra da própria comunidade foi um dos artifícios da empreiteira para evitar questionamentos.

Entrevistado: A situação nossa não é fácil não. Você não vê perspectiva de nada. Tem quatro, cinco, seis famílias morando dentro de uma casa de placa.

Entrevistador: Como é que pode isso né? Não tem pra onde crescer. Mas piorou muito depois do Canal?

Entrevistado: Por causa do Canal piorou... aumentou né. [...]

Entrevistada: Eles pensavam que ia dar muito trabalho para as famílias, mas, assim, deu... passou um ano e depois demitiu essas pessoas.

Entrevistador: Quem que demitiu, não entendi.

Entrevistada: O Canal, pegaram muita gente aqui.

Entrevistador: Para trabalhar, pra fazer o Canal?

Entrevistado: Mas a conversa na verdade...

Entrevistadora: O canal ficou pronto todo mundo foi embora...

Mãe do Entrevistado: E num ficou pronto não.

Entrevistado: Não. Foi depois que esfriou... Depois que esfria aquela pressão do povo, depois daquela audiência... contrataram muita gente daqui, contrataram daqui para justificar que era bom, depois, pé na tábua pra todo mundo.

Entrevistadora: Mandaram embora? E contrataram da onde?

Entrevistado: De outro lugar mais pra frente.

Entrevistador: Do caminho?

Entrevistado: Do caminho... que é pra justificar o canal pro povo se acalmar aí você contrata quem tá às margens.

Entrevistadora: Dizendo que o canal também ia dar emprego a muita gente?

Entrevistador: Vai dando emprego no caminho?

Entrevistado: Emprego de quinta categoria né, porque os empregos bom são do pessoal de fora... nunca tem daqui em emprego bom.

(“ENTREVISTA. Atingido e Atingida pela Barragem de Acauã - Comunidade de Melancia”, 2018)

Por um lado, observa-se o impacto dos “tiros”, como são chamadas as várias detonações ocorridas no momento da tomada d’água e que eram imprescindíveis para fazer a obra. Por outro, observa-se a compreensão do entrevistado e sua mãe entrevistada sobre as dificuldades para conseguir qualquer reparação satisfatória (justa e prévia). Nas suas palavras, é “Decreto federal de novo, é o 433”, que trata em geral de compra e venda em imóveis rurais para reforma agrária mas que tem sido utilizado em casos de interesse público ou social.

Entrevistada: É porque num tem comunidade perto como aqui...

Entrevistado: Aqui o povo já caiu dentro da comunidade, o tiro, homi... a grande m... foi essa, que foi dentro da comunidade... você num foi lá com ela lá não, né? É dentro da comunidade, foi encostado à Igreja, o tiro.

Entrevistador: Entendi, ele me mostrou onde era a Igreja, mostrou a calha que foi feita a obra... mas assim, no caminho, todas as comunidades por onde o canal passa teve tiro?

Entrevistado: Teve, mas não pegou comunidade cheia, pegou áreas rurais.[...] No canal num faz sem tiro não. Até mesmo onde é tubulação tem tiro... [...] E eu disse a eles que num é uma coisa fácil, porque é decreto federal de novo, é o 433...

(“ENTREVISTA. Atingido e Atingida pela Barragem de Acauã - Comunidade de Melancia”, 2018)

As detonações, portanto, representaram um conjunto de novas violações, uma espécie de retorno à situação dos atingidos pela barragem após tantos anos. Como se pode observar na imagem a seguir tirada exatamente em cima do Canal, a quantidade de rochas detonadas foi realmente muito grande. A Comunidade de Melancia fica exatamente em frente a tomada d’água da obra, de forma que para este procedimento muitas casas tiveram sua estrutura comprometida.

Imagem



Fonte: Imagens feitas pela equipe de pesquisa (2018)

Foi constatado um outro padrão importante: a passagem do Canal por áreas de assentamentos rurais. Nossa hipótese, que depois foi confirmada em entrevista com órgão do Estado, era que essa estratégia configurava uma forma de baratear os custos da obra, já que não é possível realizar uma “desapropriação de uma desapropriação”. Nesses casos tão somente ocorre a cessão da área de um ente federativo a outro (no caso, cessão do INCRA para o Governo do Estado). Um assentado da Comissão Pastoral da Terra aponta em entrevista os impactos da obra em sua área rural e como foi a discussão com os órgãos sobre a indenização:

Assentado: E aí em 2012 é que, chegou [o Canal]. Em 2008 passou um cara medindo aí, dizendo que ia passar um Canal aqui, a gente nem botou nem isso na cabeça, né, "isso é conversa", e quando foi em 2012 chegou o cara aí já pedindo autorização... Uma coisa bem...

Entrevistador: Mas entrou lá para conversar com vocês?

Assentado: Primeiro chegou um cara aqui fazendo a topografia, né. Já marcando o local... Aí quando foi depois, isso foi no final de 2011, aí 2012 eles convidaram a gente pra uma reunião.[...] Aí convidaram a gente pra uma reunião, que ia passar o Canal aqui e tal. E que ia precisar de uma faixa de terra com 120 metros de largura.

Entrevistador: E essa terra já era do INCRA?

Assentado: Já era do INCRA. [...] Já tinha feito projetos, né...PRONAF, já.[...] Então, aí nós tinha feito investimento, né, tinha feito cerca, plantado capim, palma, barreiros, e aí esse *Canal ele pegou justamente os barreiros, foram doze. Doze barreiros.* E, que ainda tinha mesmo esse aqui na frente de casa... O canal passou mesmo em cima [...].

Entrevistador: Nós tamo aqui sentado na tua casa no Assentamento, e vendo o Canal ali.

Assentado: É, o Canal é dentro do Assentamento.[...]Então, aí nós sentamos com eles para ver, né, como ia ficar, né. Aí eles disseram logo [...] de que a terra a gente num ia receber... a terra num tinha indenização, indenizar só as benfeitorias.

Entrevistador: E qual era o argumento pra não indenizar a terra?

Assentado: É que tinha sido desapropriada e já era uma terra do governo federal, né.

(“ENTREVISTA. Assentado da Reforma Agrária - Assentamento João Pedro Teixeira - Mogeiro”, 2018)

Ao refletirmos anteriormente sobre a questão dos regimes de desapropriação e sua relação com o papel do Estado enquanto “ente expropriador” percebemos a importância da ação deliberada do Estado nas desapropriações, aliadas às atividades do Consórcio da Obra. No caso acima é possível tanto perceber o grau de impacto para uma área de assentamento rural, que num pequeno espaço teve doze barreiros destruídos para que o Canal pudesse passar, e que, neste caso, em se tratando de uma área já desapropriada não haveria discussão sobre a indenização da terra, mas tão somente das benfeitorias.

A referência dada pelo assentado de que as medições ocorreram em meados de 2008 pode fornecer uma pista sobre o planejamento específico para que a obra passasse pela maior quantidade de assentamentos possíveis ou foi “obra do acaso”: desde o projeto básico inicial, em 2008, o Canal já era planejado para percorrer um caminho com grande quantidade de assentamentos rurais, barateando os custos e garantindo um “regime de desapropriação” com maior grau de impacto junto a agricultores familiares e/ou camponeses, que não podem receber pela terra nua por produzirem suas condições de existência em uma área desapropriada para fins de reforma agrária. Com a obra, o que se desenha é que esta região terá outros usos, distintos do uso para função social da terra.

Outro dado importante mapeado na pesquisa de campo se relaciona com a projeção de quem poderá se beneficiar com as águas do Canal. É que, conjunta e paralelamente às obras, está sendo feito um grande levantamento de aptidão agrícola com base nos elementos solo e clima – o Zoneamento Pedoclimático da área do Canal das Vertentes Litorâneas da Paraíba (ZON-PB). Realizado pela Embrapa Solos em cooperação técnica com o Governo do Estado da Paraíba, este zoneamento se caracteriza por uma ampla pesquisa de campo a fim de levantar, na chamada “área de influência” do canal, cenários de produção agrícola. Perguntado sobre o motivo deste zoneamento específico, o entrevistado respondeu:

Entrevistado: Então, a gente espera desse trabalho [...] além dos mapas de solos que está sendo feito, os mapas de aptidão climática, né, para cenários de anos secos, anos regulares, anos chuvosos, né. Bem como manejo de média e alta tecnologia, certo? Para um leque de culturas, nós adotamos *neste trabalho um leque de culturas que são as principais da região já, então nós temos o abacaxi que é forte na região, a cana-de-açúcar que é forte nessa região, o milho, o sorgo...* Então, no caso, visando o desenvolvimento da produção de grãos também nessa região que tem um potencial fantástico, então com esse leque de culturas.

Entrevistador: E a agricultura familiar, tá prevista?

Entrevistado: **Assim, não tem um foco, o foco é agropecuária como um todo, o desenvolvimento das cadeias produtivas das culturas, e aí, no contexto, tá, independente do tamanho do produtor, se ele é mini, médio, grande, então...**

Entrevistador: Eu perguntei e eu vou te dizer porque... porque a agricultura familiar ela produz no varejo, é no varejo e na oportunidade de mercado, mas no varejo ela é biodiversificada então ela tem mandioca, milho, feijão... ela dá um sustento, ela tem uma dimensão que não é só do desenvolvimento regional mas também da reprodução da própria unidade familiar camponesa e é difícil você ver isso numa carta dessa, não é verdade?

Entrevistado: Sim, sim. [...] Mas assim a gente tem uma visão o seguinte: que a agricultura familiar ela tem esse contexto, essa característica, de diversificação de culturas, né, o que é natural e o que é bom. *Mas a gente tem o conceito seguinte, de que é preciso melhorar a sua forma de trabalho em termos de tecnologia, até para que ele tenha melhores resultados econômicos... possa evoluir também, não ficar estagnado no tempo...* Então ao mesmo tempo, por exemplo, nós temos uma empresa que se instalou aqui, vou citar um exemplo, aqui em Mulungu, em que ele fez um plantio de uma área de milho em sequeiro, né, não irrigado, em que utilizando tecnologia ele chegou a obter 7 toneladas de grãos por hectare, e agricultores bem próximos da propriedade dele não estava chegando a 1000 quilos por hectare, então o que é que tá faltando aí? *Não é solo, não é clima, é tecnologia, para melhorar a sua capacidade de produção dentro daquela mesma área, sem precisar a área de produção...*

(ENTREVISTA. Servidor da Secretaria de Agricultura e Pesca do Estado da Paraíba, 2018).

Estes dados apontam, pois, que tanto as obras do Canal quanto o planejamento de médio prazo buscarão privilegiar e incentivar algumas culturas agrícolas ligadas ao agronegócio do agreste e litoral norte da Paraíba, como o caso do abacaxi, cana-de-açúcar, o milho e o sorgo (este último sem muita tradição na Paraíba, mas que tem sido muito utilizado para produção de ração animal).

Assim, um cenário de ampliação os atingidos poderá ocorrer, agora não só pela construção da Barragem de Acauã e da construção do Canal, mas caso este novo planejamento hídrico-territorial ligado ao Zoneamento Pedoclimático¹⁰. Se nossa hipótese estiver correta, pode-se repetir na Paraíba, portanto, o modelo que foi desenvolvido na região da Chapada do Apodi nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte que produziu e produz diversas violações às populações camponesas e tradicionais (BRITO, 2016). A pesquisa até

¹⁰Os primeiros mapas de aptidão de solos, de aptidão climática para culturas agrícolas e de uso e cobertura das terras para irrigação foram divulgados no final do ano de 2019 e estão em fase de validação pela Secretaria de Agricultura e Pesca do Estado da Paraíba, com previsão para finalização até o fim do ano de 2020.

agora sistematizou somente uma parte dos dados de campo, cabendo agora uma ampla revisão dos dados para apresentação posterior, mas os relatos colhidos em campo já nos permitem afirmar que um novo cenário de cercamentos – das terras e das águas – se apresenta no futuro próximo no Estado da Paraíba, com potenciais novos atingidos e atingidas.

Considerações finais

O cenário acima descrito aponta para uma pesquisa ainda em curso e que está buscando comportar-se em termos teóricos e metodológicos com a dinâmica que a água exige: examinar a complexidade do tema e apontar as contradições muito mais do que “resolvê-las” em termos teóricos ou “fossilizá-las” em termos empíricos. Para estudos que envolvem a temática em termos jurídicos, sociológicos e geográficos, o desafio ainda é muito grande.

Por outro lado, os relatos obtidos durante as entrevistas praticamente impõem uma abordagem multi ou interdisciplinar para sua análise. Ressaltamos este aspecto metodológico no nosso trabalho, que antes de tudo busca compreender as novas fases de acumulação capitalista e sua conflitualidade no tema das águas, tarefa que não é possível de realizar sem um profundo reconhecimento das limitações das áreas do conhecimento compartimentalizadas, o que aponta para uma contribuição metodológica que gostaríamos de ressaltar: todo conflito socioambiental ou territorial exige, por excelência, a interdisciplinaridade.

No caso do Nordeste e do semiárido, considerada região-problema seja por abordagens (neo)desenvolvimentistas ou por leituras baseadas num certo determinismo geográfico ou climático, o desafio para pensar em alternativas é ainda maior. Isto porque lidamos não somente com as dificuldades inerentes aos conflitos socioambientais no Brasil em virtude da concentração de terras e do racismo ambiental. Mas também porque dentro da própria esquerda se produziu um discurso que reproduz as narrativas do capital que acaba por ampliar as situações de despojo múltiplo através de diversos e complexos *regimes de desapropriação*, que nos cabe compreender de forma mais complexa com o auxílio de pesquisas empíricas baseadas na teoria crítica. Exatamente por isso encaramos que o caminho da pesquisa necessita fazer-se no caminho, assim como o caminho das águas que realizamos e que ainda irão, por certo, nos trazer diversos outros dados importantes para entender essa complexa e dialética teia de realidade, que não se quer somente compreender, mas transformá-la.

Referências

ACSELRAD, H. **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR / UFRJ, 2008.

ANGELIS, M. D. Marx y la acumulación primitiva - El carácter contínuo de los “cercamientos” capitalistas. **Theomai**, p. 20, 2012.

BRINGEL, B.; VARELLA, R. V. S. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. **Revista Digital de Direito Administrativo**, v. 3, n. 3, p. 474–489, 18 ago. 2016.

BRITO, A. C. R. **Águas para que(m): grandes obras hídricas e conflitos territoriais no Ceará**. Curitiba: Editora CRV, 2016.

DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

ENTREVISTA. Assentado da Reforma Agrária - Assentamento João Pedro Teixeira – Mogeiro. 29 jul. 2018.

ENTREVISTA. Atingido e Atingida pela Barragem de Acauã - Comunidade de Melancia. 28 jul. 2018.

ENTREVISTA. Servidor da Secretaria de Agricultura e Pesca do Estado da Paraíba. 27 jul. 2018.

HARVEY, D. **O Novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LEVIEN, M. DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA AOS REGIMES DE DESAPROPRIAÇÃO. **Sociologia & Antropologia**, v. 4, p. 21–53, 1 jun. 2014.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1984. v. I e II

MARX, K. **O Capital [Livro I]. crítica da economia política. O processo de produção do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011. v. I

Revista Theomai. **Trazos de sangre y fuego: ¿continuidad de la acumulación originaria en nuestra época?**, v. 26, 2012.

RIBEIRO, A. M. M. et al. SOCIOLOGIA VIVA: Uma Proposta de construção de uma Rede Latino-americana de Observatórios Fundiários e Núcleos de pesquisa e extensão focados em situações de conflito agroambientais rurais e nas lutas por terra. **Retratos de Assentamentos**, v. 21, n. 1, p. 71–96, 27 set. 2018.

RIBEIRO, A. M. M. Prefácio Brasil: O Trabalho Coletivo do OBFF: Por uma sociologia “desde abajo”. **Confluências | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, Dossiê “Por uma sociologia desde abajo”. v. 21, n. 2, p. 9–31, 2019.

SHANIN, T. (ed.). **Marx Tardio e a Via Russa: Marx e as Periferias do Capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TRUJILLO, M. L. N. **Luchas por lo común: antagonismo social contra el despojo capitalista de los bienes naturales en México**. 1. ed. Puebla: México, D.F: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades “Alfonso Vález Pliego”; Bajo Tierra Ediciones, 2015.

TRUJILLO, M. L. N. **Claves para pensar el despojo y lo comun desde el marxismo crítico**. 2018.

TRUJILLO, M. L. N. Despojo múltiple sobre el tejido de la vida: impactos y resistencias socioambientales. **Revista Textual - Extractivismo y despojo en el campo latinoamericano: impactos socioterritoriales y respuestas campesinas e indígenas**, v. 73, 2019. Disponível em: <http://chapingo.mx/revistas/textual/contenido.php?id_articulo=2496&id_revistas=2&id_revista_numero=259>. Acesso em: 1 jun. 2019.

VAINER, C. B.; ARAÚJO, F. G. B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1992.

Sobre os autores

Hugo Belarmino de Moraes – Doutorando no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD/UFF). Professor do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba. Bolsista do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior da CAPES (PDSE/CAPES). Associado do Instituto de Pesquisa em direitos e movimentos sociais (IPDMS). Advogado e assessor jurídico popular. **OrCID** - <http://orcid.org/0000-0002-2733-5412>.

Ana Maria Motta Ribeiro – Professora Associada da Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD-UFF). Coordenadora do Observatório Fundiário Fluminense (OBFF-UFF). **OrCID** - <http://orcid.org/0000-0003-2761-3539>.

Oswaldo Bernardo da Silva – Especialista em Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). Graduação em História na Universidade Estadual Vale do Acaraú - Ceará. Coordenador Estadual do Movimento de Atingidos por Barragens no Estado da Paraíba (MAB-PB). **OrCID** - <https://orcid.org/0000-0002-8989-4682>

Como citar este artigo

MORAIS, Hugo Belarmino; RIBEIRO, Ana Maria Motta; SILVA, Oswaldo Bernardo. O “novo caminho das águas” na Paraíba: despojo múltiplo e regimes de desapropriação em obras hídricas no semiárido nordestino. **Revista NERA**, v. 24, n. 59, p. 109-132, Dossiê, 2021.

Declaração de Contribuição Individual

Ambos os autores ofereceram contribuições científicas substanciais e intelectuais ao texto. A preparação, redação e revisão crítica do manuscrito foram realizadas em conjunto. O autor **Hugo Belarmino de Moraes** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual e redação; a segunda autora **Ana Maria Motta Ribeiro**, pela discussão de dados, análise e tradução do artigo. O terceiro autor

O “NOVO CAMINHO DAS ÁGUAS” NA PARAÍBA: DESPOJO MÚLTIPLO E REGIMES DE DESAPROPRIAÇÃO EM OBRAS HÍDRICAS NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

Oswaldo Bernardo Silva, foi responsável pelo levantamento de dados e construção das sínteses.

Recebido para publicação em 20/09/20

Devolvido para a revisão em 08/06/21

Aceito para a publicação em 12/06/21

Do monocultivo da cana ao monocultivo do eucalipto, duas faces de uma mesma tragédia: considerações sobre o complexo madeira-papel-celulose em Alagoas

Lucas Gama Lima

Universidade Federal de Alagoas, campus Sertão – Delmiro Gouveia, Alagoas, Brasil
E-mail: lucas.lima@delmiro.ufal.br

Jéssica Lima Barbosa

Universidade Federal de Alagoas, campus Sertão – Delmiro Gouveia, Alagoas, Brasil
E-mail: jeslima92@gmail.com

Resumo

O texto tem como objetivo analisar a territorialização do capital no campo alagoano, através da expansão do complexo madeira-papel-celulose. Durante longo período, o monocultivo da cana-de-açúcar ocupou as melhores terras do estado, contudo, nos últimos anos, em face da crise do setor sucroalcooleiro, extensos hectares de terra, outrora destinados à gramínea, vêm cedendo espaço para o monocultivo do eucalipto. O fenômeno se insere como parte da acumulação mundializada de capitais, em que os capitalistas se apropriam de terras entre os trópicos para o monocultivo de árvores comerciais, articulando-o ao comércio de *commodities* e ao capital financeiro. Parte-se da hipótese de que as extraordinárias condições edafoclimáticas encontradas em Alagoas e o apoio oferecido pelo Estado servem como incentivo à substituição parcial da cana-de-açúcar pelo eucalipto. As contradições subjacentes ao fenômeno, a exemplo de fragilização da soberania alimentar do estado e de impactos ambientais, também são objeto da presente reflexão.

Palavras-chave: Capital; eucalipto; cana-de-açúcar; Estado; soberania alimentar.

From the monoculture of sugar cane to eucalyptus monoculture, two sides of the same tragedy: considerations about the wood-paper-cellulose complex in Alagoas

Abstract

The text aims to analyze the territorialization of the capital in Alagoa's agrarian space through the expansion of the wood-paper-cellulose complex. During a long period the monoculture of sugar cane occupied the best lands of the State, however within the last few years in the face of the sugar-ethanol sector crisis, extensive hectares of land, once designed to grasses, have been set as idle space to Eucalyptus monoculture. The phenomenon is inserted as part of the globalized accumulation of capitals context, in which capitalist stake possession of lands between the tropics for the monoculture of commercial trees, combining the trade of commodities, and to the financial capital. It is assumed that the extraordinary soil and climatic conditions found in Alagoas and the support offered by the State act as an incentive to the partial replacement the sugar cane for eucalyptus. The underlying contradictions regarding the phenomenon following the example of the State's food sovereignty weakening and of environmental impacts, also are objects in the present reflection.

Keywords: Capital; eucalyptus; sugar cane; State; food sovereignty.

Del monocultivo de la caña de azúcar al monocultivo del eucalipto, dos caras de la misma tragedia: consideraciones respecto al complejo madera-papel-celulosa en Alagoas

Resumen

El texto posee como objetivo analizar la territorialización del capital en el campo alagoano, a través de la expansión del complejo madera-papel-celulosa. Durante largo período, el monocultivo de la caña de azúcar ocupó las mejores tierras del estado, sin embargo, en los últimos años, a razón de la crisis del sector de azúcar y alcohol, hectáreas extensas de tierra, antes destinadas a la gramínea, han cedido espacio para el monocultivo del eucalipto. Se inserta el fenómeno como parte de la acumulación mundializada de capitales, en que los capitalistas acaparan tierras en la zona tropical para el monocultivo de árboles comerciales, vinculándolo al comercio de commodities e al capital financiero. Partimos de la hipótesis de que las extraordinarias condiciones edafoclimáticas subicadas en Alagoas y el apoyo ofrecido por el Estado sirven como incentivo para el reemplazo parcial de la caña de azúcar por eucalipto. Las contradicciones subyacentes al fenómeno, como el debilitamiento de la soberanía alimentaria del estado y los impactos ambientales, también son objeto de esta reflexión.

Palabras clave: Capital; eucalipto; caña de azúcar; Estado; soberanía alimentaria.

Introdução

A formação territorial alagoana esteve, desde a invasão portuguesa, durante o período colonial, soldada à cana-de-açúcar. Extensas áreas férteis de sua Zona da Mata e de seu Litoral foram apropriadas para o monocultivo da gramínea, forjando uma economia de base primária e altamente dependente do setor sucroalcooleiro.

Contudo, nos últimos dez anos, em face da crise que se abate sobre o mencionado setor, registra-se, por um lado, a diminuição da superfície cultivada e da quantidade de toneladas de cana-de-açúcar e, por outro lado, um crescimento vertiginoso dos hectares cultivados com eucalipto no estado.

Nesse sentido, a hipótese com a qual trabalhamos aponta para uma substituição parcial – dirigida pelo Estado e por corporações empresariais do agronegócio, sediadas ou não no estado – que tem paulatinamente removido o monocultivo da cana-de-açúcar em favor do monocultivo do eucalipto.

Em face do exposto, o trabalho tem como objetivo analisar a territorialização do capital no campo alagoano através da expansão do complexo madeira-papel-celulose. Parte-se da premissa de que se trata de um fenômeno em seu estágio inicial e inserido no contexto da mundialização da economia capitalista, em que se verifica a apropriação das terras situadas entre os trópicos para o cultivo de árvores comerciais.

Compreende-se que a expansão do complexo madeira-papel-celulose reforça a especialização da economia brasileira e, por conseguinte, alagoana, na produção de

commodities, que atendam às demandas do mercado mundializado, ao tempo que potencializa as contradições imanentes ao processo de acumulação do capital. O exercício analítico é guiado pelo materialismo histórico-dialético, por meio do qual os fenômenos sociais não podem ser explicados *per se*, senão como parte de uma totalidade contraditória, inscrita na história e em movimento.

Os dados e as informações aventados são de caráter primário e secundário, decorrentes de visita a um assentamento de reforma agrária e de consultas feitas aos documentos oficiais do Estado, dos grupos empresariais e de suas respectivas associações, além de fontes jornalísticas. Salientamos que a presente reflexão decorre dos estudos e das pesquisas em execução no âmbito do Observatório de Estudos sobre a Luta por Terra e Território (OBELUTTE) vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Análise Regional (GEPAR/CNPq/UFAL). Esperamos que o texto contribua para descortinar os meandros da acumulação de capital do complexo madeira-papel-celulose no campo brasileiro, notadamente, em Alagoas, identificando suas irreformáveis contradições.

O eucalipto como *commodity*: a participação do Brasil no complexo industrial madeira-papel-celulose.

O eucalipto foi introduzido no país há mais de um século, mas seu plantio comercial é somente galvanizado durante a ditadura civil-militar (1964-1985). A esse respeito, camponeses, povos originários e comunidades quilombolas foram expropriados de suas terras para darem lugar ao avanço da monocultura desse gênero arbóreo no norte do Espírito Santo, no extremo sul da Bahia e em parte do Cerrado dos estados de Bahia, Goiás, Maranhão e Minas Gerais (PICCOLI, 2006; SILVA e PORTO-GONÇALVES, 2006). O Estado foi essencial para essa empreitada, uma vez que ofertou incentivos fiscais e afiançou a apropriação de terras por parte das empresas (SILVA, 2018)¹.

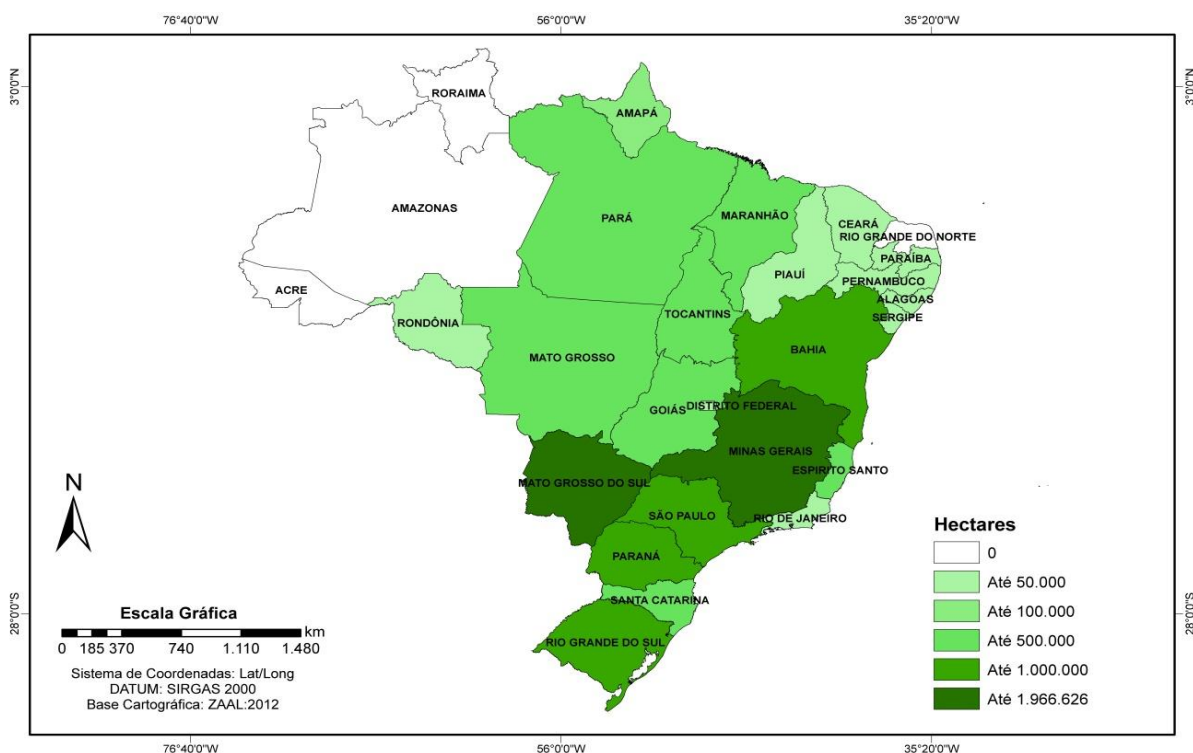
Atualmente, o Brasil possui papel de destaque no complexo industrial madeira-papel-celulose. De acordo com o IBGE (2018), o eucalipto (desconsiderando o pinus)² ocupa mais de 7,5 milhões de hectares e a produção de sua tora para papel, celulose, lenha e outras finalidades alcançou, aproximadamente, 150 milhões de m³ em 2018. Este desempenho converteu o país no segundo maior exportador de celulose do mundo, atrás, apenas, dos Estados Unidos, e à frente de países como Canadá, Suécia, Finlândia e Japão, notoriamente

¹ Situação semelhante também se verificou no Chile, quando a ditadura de Pinochet legitimou o cultivo de eucalipto no sul do país, resultando na usurpação de parte das terras dos indígenas Mapuche. Estes seguem resistindo até a presente data (CORREA, 2019).

² Apesar de integrar o complexo madeira-papel-celulose não analisaremos o cultivo do gênero arbóreo pinus, uma vez que ainda não se tem registro de sua presença no estado de Alagoas.

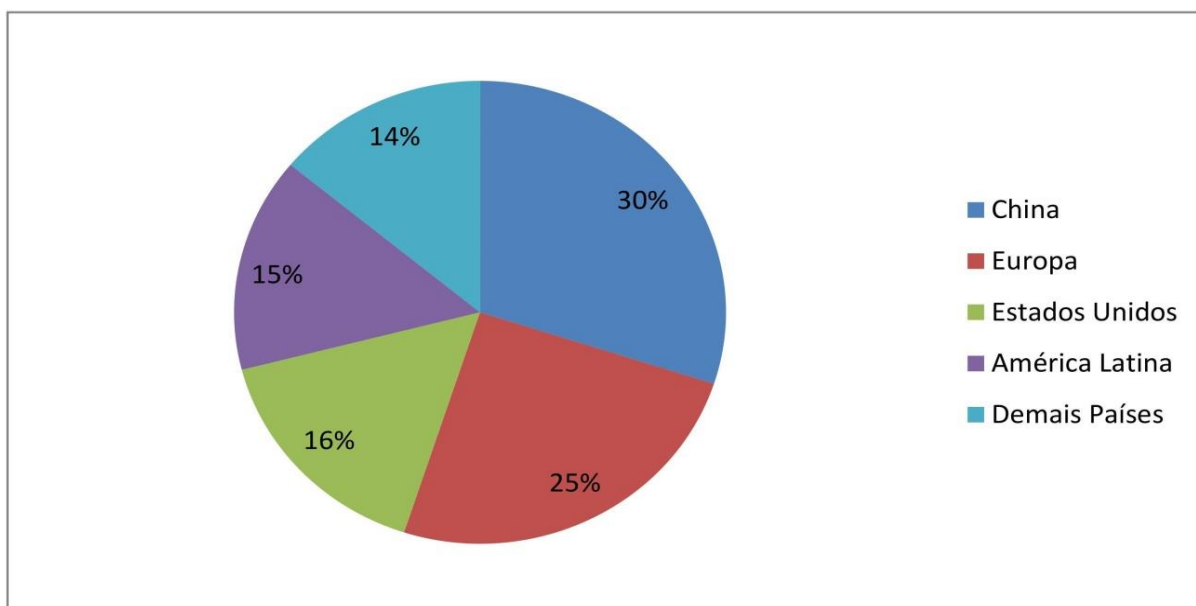
conhecidos produtores da pasta da madeira (IBÁ, 2019). As plantações de eucalipto estão presentes em todas as regiões do país, conforme mapa 1, radicadas principalmente nos estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul – os dois com mais de 1 milhão de hectares – e São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Bahia – os quais figuram com mais de 500 mil e menos de 1 milhão de hectares.

Mapa 1- Localização dos cultivos de eucalipto no Brasil (2018)



Fonte: PEVS/IBGE, 2019. Organização: Jéssica L. Barbosa e Lucas G. Lima, 2019.

Os principais destinos da exportação do eucalipto e de seus derivados produzidos no Brasil são, em ordem, China, Europa, Estados Unidos e América Latina (IBÁ, 2019), conforme pode ser observado no gráfico 1:

Gráfico 1- Destino da exportação brasileira de eucalipto e seus derivados

Fonte: IBÁ, 2019. Organização: Jéssica L. Barbosa e Lucas G. Lima, 2019.

Registra-se que as condições edafoclimáticas existentes no Brasil se constituem em forte atrativo para os investimentos de capitais do complexo industrial de madeira-papel-celulose. A particular combinação de incidência solar, solo e disponibilidade de água aumentam, extraordinariamente, a produtividade e diminuem a rotação média (tempo entre o plantio e a colheita) do eucalipto. Enquanto no Brasil a produtividade média é de 36,0m³/ha ao ano, países como EUA e Canadá alcançam 10 e 5 metros cúbicos por hectare ao ano, respectivamente (IBÁ, 2019). Por sua vez, a rotação média no Brasil é de, aproximadamente, 5 anos, nos EUA é de pouco mais de 20 anos e no Canadá atinge mais de 30 anos (IBÁ, 2019). Essa aguda vantagem da produção entre os trópicos tem engendrado a territorialização do capital, através de corporações empresariais sediadas no país e multinacionais, guiadas pela possibilidade de avultada renda da terra e de diminuição da rotação do capital (OLIVEIRA e SANTOS, 2016; OSORIO, 2019).

Além das corporações empresariais sediadas no país e multinacionais, o complexo madeira-papel-celulose tem atraído empresas de investimento de gestão florestal (TIMO³, sigla em inglês). São “grandes investidores institucionais, tais como fundos de pensão, seguradoras, doações de fundações e escritórios familiares, os quais convertem seu capital para a compra de áreas florestadas” (VIANA, 2016, p. 3). Em outras palavras, diz respeito a fundos que consideram o negócio com árvores plantadas, como o eucalipto, um ativo com enorme potencial de valorização especulativa. De acordo com Ibá (2019), as TIMO’s detêm 10% dos plantios de árvores (eucalipto e pinus) em território brasileiro. Essa movimentação

³TimberlandInvestment Management Organization.

revela o grau de financeirização do complexo madeira-papel-celulose no país. Entre as TIMO's com atuação direta e indireta no Brasil estão os norteamericanos: Timberland¹ GP, pertencente ao grupo Global Forest Partners; Inflor Forest (SGF) controlado pela Brookfield e; o Resource Management Services (RMS). Ambos com atuação em vários estados da federação, notadamente, na porção centro-sul.

Interessante observar que as corporações empresariais e investidores institucionais do complexo madeira-papel-celulose se valem da retórica do capitalismo verde⁴, difundida por seus signatários, a exemplo da Organização das Nações Unidas (ONU). Por meio desta foi criado o REDD+, um instrumento desenvolvido pelas Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC), que oferece incentivos aos países em desenvolvimento para reduzirem as emissões de CO₂ por meio, dentre outras medidas, da formação de estoques de carbono florestal (PNUD, 2019). Além do REDD+, o Acordo de Paris exorta seus participantes a adotarem medidas de redução de CO₂. Assim, por meio da retórica do capitalismo verde, o complexo madeira-papel-celulose vem obtendo e/ou reforçando polpidos incentivos fiscais, fornecidos pelo Estado, e legitimando a expansão de seus monocultivos sobre importantes parcelas de terras. O trecho seguinte, extraído da principal associação empresarial do setor – Ibá – ilustra esse movimento de modo cristalino:

Tema focal para as associadas e para a Ibá, as mudanças climáticas trazem risco e oportunidades. Em 2018, o estoque de CO₂ equivalente (CO₂eq) do segmento somou 4,2 bilhões de toneladas. O setor de árvores plantadas para fins industriais é um dos mais aptos a fortalecer os objetivos do Brasil no Acordo de Paris, que prevê reduzir as emissões dos gases do efeito estufa em 43% frente à realidade de 2005 [...] (IBÁ, 2019, p. 5;6).

Recentemente, a Suzano – empresa resultante da fusão da Suzano com a Fibria e uma das gigantes globais na fabricação de papel e celulose provenientes de eucalipto – anunciou o lançamento de um papel especial destinado à fabricação de canudos, denominado de Loop. O mencionado papel, derivado do eucalipto, é divulgado pelos porta-vozes do complexo madeira-papel-celulose como uma iniciativa que “vem para atender a carência do mercado em oferecer solução ecologicamente correta” (CEPEA, 2019, p. 10).

A despeito desse apelo à preservação do meio ambiente, consideramos que o complexo madeira-papel-celulose está assentado em infundáveis contradições. Seu apelo ambiental é um embuste e oculta que:

- a) As plantações de eucalipto se baseiam, majoritariamente, em monocultivos, ocupando parcelas consideráveis de terras que poderiam ser destinadas à

⁴ Wallis (2012) argumenta que os defensores do capitalismo verde buscam unir duas propostas antagônicas ao defenderem concomitantemente o capitalismo e a defesa dos ecossistemas, ignorando que a história do capitalismo é marcada pelo desprezo ao meio ambiente.

produção de alimentos (THOMAZ JUNIOR, 2010). Um fato que confirma seus rebatimentos sobre a soberania alimentar;

- b) A expansão do eucalipto impacta negativamente na oferta de empregos. Consoante DIEESE (2014) e Lima et al (2016), a contratação de trabalhadores para a silvicultura e o monocultivo de árvores é menor que o registrado em outros setores, em razão do uso intenso de máquinas e insumos químicos;
- c) O monocultivo de eucalipto afeta a disponibilidade hídrica, provocando desequilíbrios na recarga subterrânea de água (OLIVEIRA; MENEGASSE; DUARTE, 2002; SILVA e PORTO-GONÇALVES, 2006) e em outros corpos hídricos;
- d) Os plantios de eucalipto estão associados à contaminação das fontes de água pela deriva dos agrotóxicos. Adicionalmente, também é responsável pela diminuição da biodiversidade da fauna, da flora e dos solos (ESKINAZI e SOUZA, 2013).

As contradições mencionadas começam a aflorar no estado de Alagoas com o recente *boom* do eucalipto em terras outrora destinadas ao monocultivo da cana-de-açúcar. Buscaremos na próxima seção contextualizar a instalação do complexo madeira-papel-celulose no campo alagoano, identificando e considerando alguns de seus desdobramentos.

A instalação do complexo madeira-papel-celulose em Alagoas

A formação territorial alagoana ancorou-se na produção de cana-de-açúcar, para a qual foram destinadas grandes e férteis parcelas de terra da Zona da Mata e do Litoral, na Mesorregião Leste do estado (LINDOSO, 2000; ALMEIDA, 2018). Por meio da cana formaram-se os grupos empresariais do setor sucroalcooleiro, controlados, de modo geral, pelas oligarquias locais (LIRA, 1997).

Ao longo da história, o setor sucroalcooleiro do estado sempre gozou de robustos subsídios estatais, por meio de políticas de crédito e desoneração fiscal, devidamente examinadas por Lira (2007) e Carvalho (2009). Tal fato revela a hegemonia política exercida por essa fração da burguesia em Alagoas (COSME, 2019), capaz de soldar os rumos econômicos deste aos (dis)sabores daquela.

O controle sobre grandes e importantes parcelas de terra e a correspondente hegemonia política dessa fração da burguesia resultaram na marginalização da soberania alimentar em Alagoas⁵. Compreendida como “o direito de cada nação ou região a manter e

⁵ Esse é apenas um dos desdobramentos. Um outro, cujo propósito e alcance do presente texto não nos permite abarcar, é a superexploração dos trabalhadores canavieiros, conforme analisam Verçosa e Silva (2017).

desenvolver sua capacidade de produzir colheitas de alimentos básicos com a diversidade de cultivos correspondente” (ALTIERI, 2010, p. 24), a soberania alimentar sempre foi secundarizada pelas ações do Estado, o que fez de Alagoas um estado importador de parte de seus alimentos (LESSA, 2013), em especial, de hortifrutigranjeiros (LAGES et al, 2013).

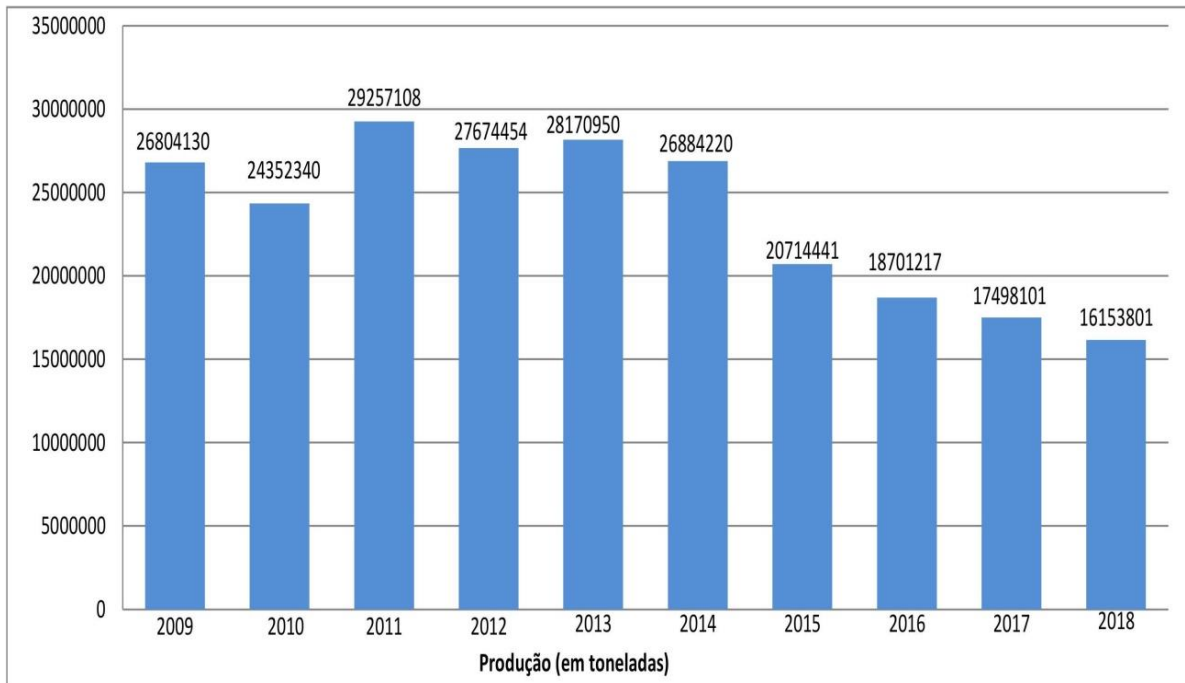
É importante observar que Alagoas tem grande dificuldade em produzir alimento suficiente para atender a demanda de sua população, tornando-se importador da maior parte dos alimentos consumidos dentro dos seus limites geográficos (SILVA JÚNIOR, 2014, p. 85).

Recentemente, em face da crise que se abate sobre o setor sucroalcooleiro em Alagoas, a Federação da Indústria do Estado de Alagoas (FIEA) em parceria com a Universidade Federal de Viçosa (Minas Gerais), através da empresa CLONAR, realizaram experimentos com clones de espécies de eucalipto, em alguns municípios das três regiões Mesorregiões do estado (SENAI, 2018). Esses experimentos apontaram a Mesorregião Leste como possuidora de viabilidade técnica para o plantio do eucalipto, “apresentando experimentos com produtividade acima de 80m³/ha” (SENAI, 2018, p. 111).

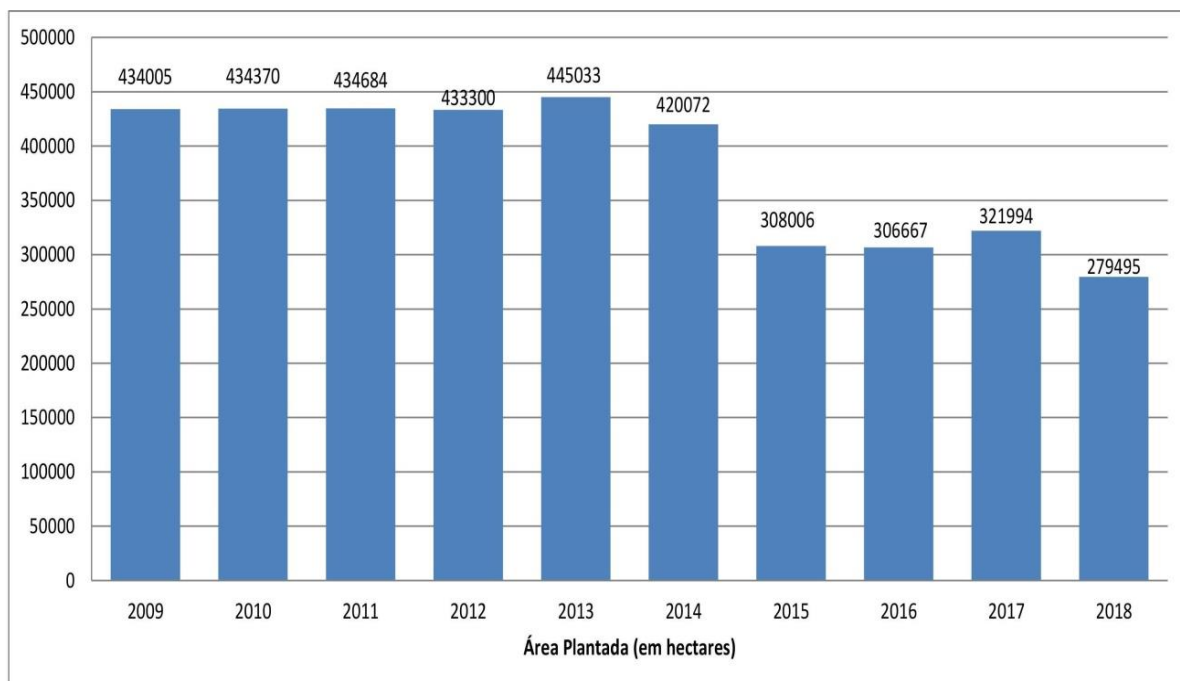
Assim, a FIEA tem defendido sistematicamente o investimento de capitais no eucalipto como uma realidade promissora. Por conseguinte, o governo de Alagoas, atendendo aos interesses da FIEA e dos poderosos grupos empresariais do setor sucroalcooleiro radicados no estado, fomenta a substituição parcial da cana-de-açúcar pelo eucalipto⁶ (SEDETUR, 2015a e b; SEPLAG, 2017). De acordo com o SENAI (2018), significativos plantios de eucalipto podem ser localizados em perímetros de conhecidas usinas cana-de-açúcar, como Serra Grande, Grupos Carlos Lyra e Usina Santo Antônio.

Os números oficiais já registram uma diminuição da produção e dos hectares de cana-de-açúcar em Alagoas. No gráfico 2 verifica-se uma diminuição da produção da gramínea nos último dez anos, alcançando uma queda de quase 40% em relação ao ano de 2009. No gráfico 3 consta a diminuição da área com cana-de-açúcar no último decênio. Essa regressão correspondeu a pouco mais 35% da superfície cultivada em 2009.

⁶ O governo de Alagoas também tem incentivado o monocultivo da soja.

Gráfico 2- Alagoas: produção de cana-de-açúcar (2009-2018)

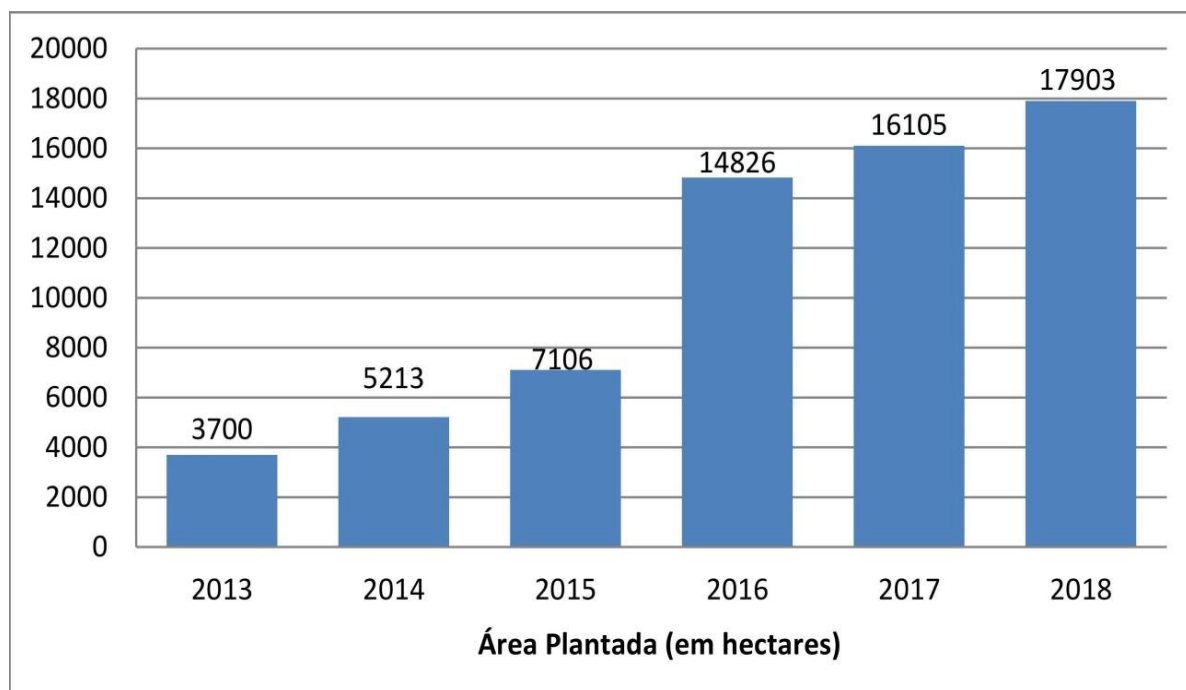
Fonte: PEVS/IBGE, 2019. Organização: Jéssica L. Barbosa e Lucas G. Lima, 2019.

Gráfico 3- Alagoas: área plantada com cana - de - açúcar (2009-2018)

Fonte: PEVS/IBGE, 2019. Organização: Jéssica L. Barbosa e Lucas G. Lima, 2019.

Por sua vez, a área plantada com árvores de eucalipto se elevou extraordinariamente. O gráfico 4 revela o impressionante crescimento de, aproximadamente, 384% da área plantada com eucalipto entre 2013 e 2018⁷. É visível a alteração da paisagem rural nas áreas dos municípios outrora destinadas à cana-de-açúcar, conforme se verifica no mapa 2. Neste consta a espacialização do eucalipto em Alagoas. Observa-se que o plantio do eucalipto ocorre no lócus espacial historicamente atrelado à gramínea. Destacam-se os municípios de Maceió, Atalaia, Flexeiras, Messias, Paripueira e Viçosa, todos na Mesorregião Leste, que possuem entre 700 e 8.000 hectares de eucalipto cultivado. É preciso salientar que o cultivo da mencionada árvore alcança municípios da Mesorregião Agreste como Arapiraca, Girau do Ponciano e Palmeira dos Índios.

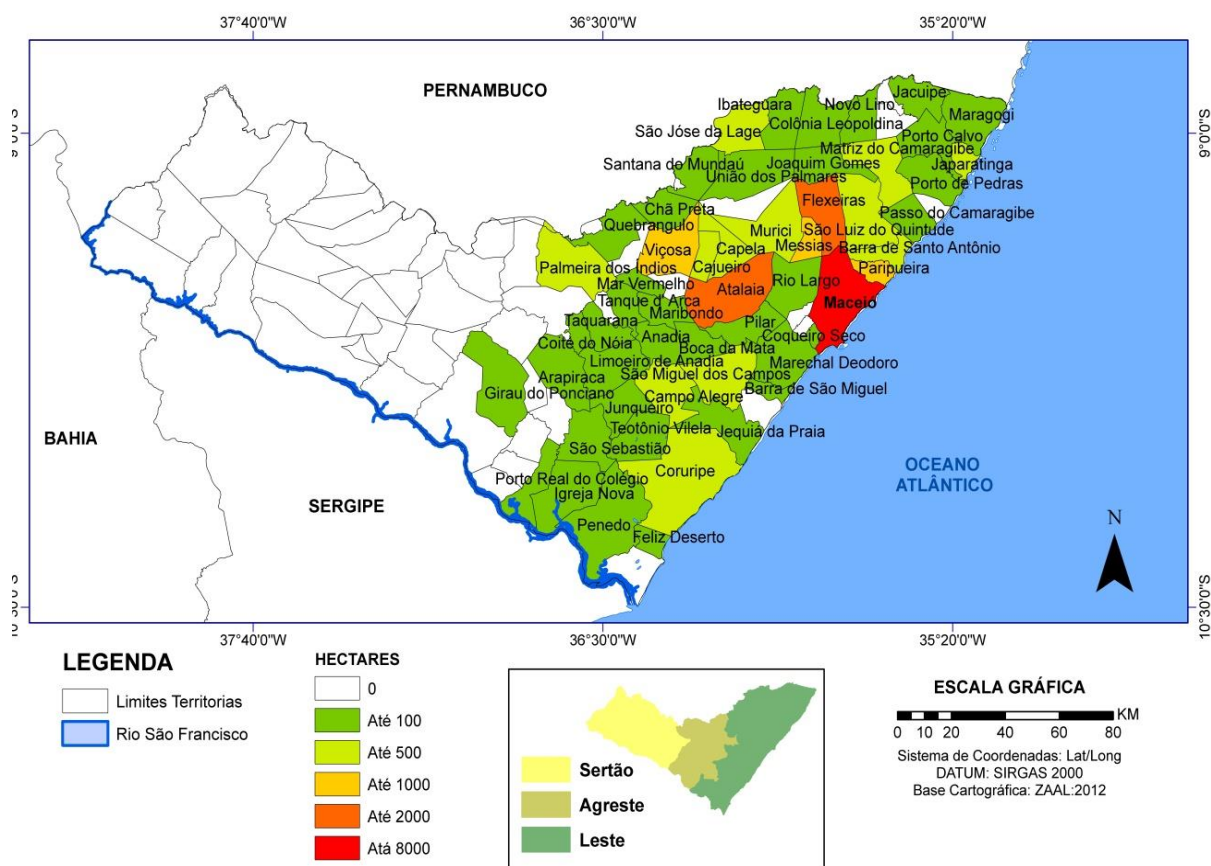
Gráfico 4- Alagoas: área plantada com eucaliptos (2013-2018)



Fonte: SEDETUR, 2015b; PEVS/IBGE, 2019. Organização: Jéssica L. Barbosa e Lucas G. Lima, 2019.

⁷ Não dispomos de dados sobre volume produzido de eucaliptos, pois as plantações no estado de Alagoas são recentes.

Mapa 2- Localização dos cultivos de eucalipto em Alagoas (2018)



Fonte: PEVS/IBGE, 2019. Organização: Jéssica L. Barbosa e Lucas G. Lima, 2019.

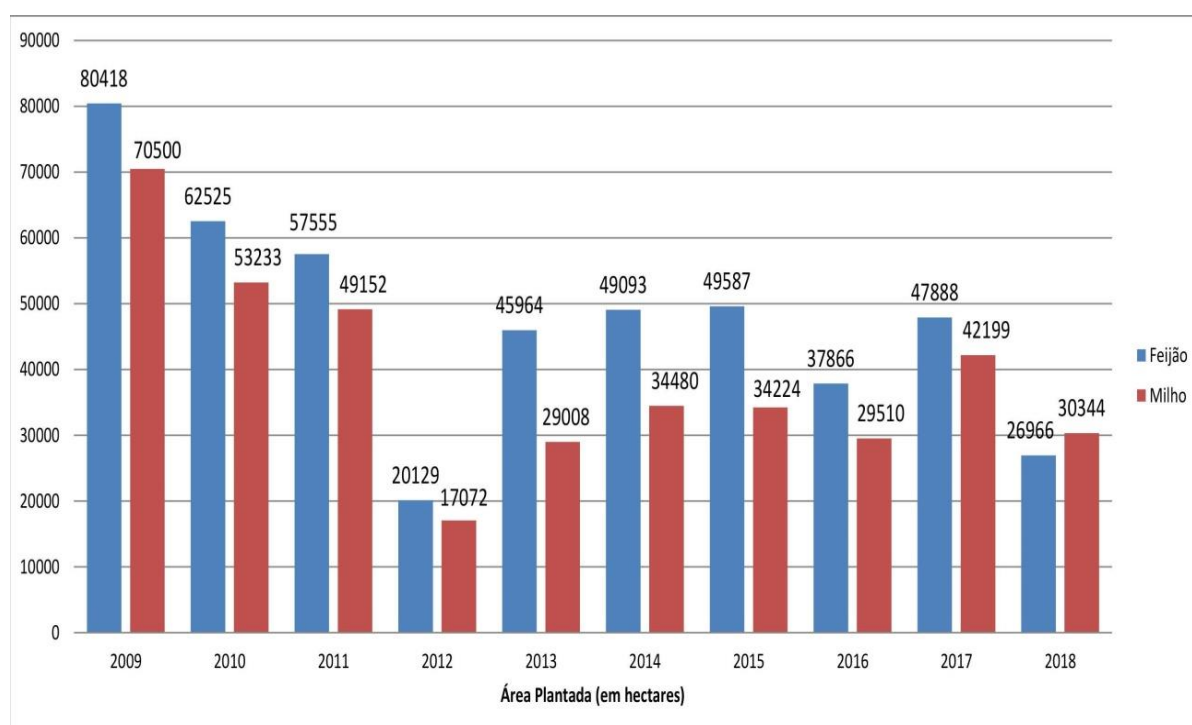
No tocante ao eucalipto, a narrativa do Estado tem se valido da condição edafoclimática para o fomento dessa árvore comercial e a atração das corporações empresariais. De acordo com o Atlas de Bioenergia de Alagoas, uma publicação conjunta da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR, 2015a) e da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), a produtividade média de eucalipto no estado é de 45 a 50 m³/ha/ano, superior à produtividade nacional, a saber: 36 m³/ha/ano⁸.

Trata-se de uma nítida tentativa de usar a extraordinária condição edafoclimática para estimular o monocultivo do eucalipto entre os grupos empresariais vinculados às oligarquias locais, bem como atrair corporações do complexo madeira-papel-celulose de maior verticalização e conectadas ao capital financeiro. Um dos exemplos de recente mobilidade espacial do capital é a Duratex Florestal S.A., que se instalou no estado por meio de uma *joint venture* com a Usina Caeté (cana-de-açúcar), pertencente ao Grupo Carlos Lyra, originando a Caetex Florestal S.A. (VALOR MERCADO, 2017).

⁸ Esse dado está em desacordo com a versão do SEBRAE. De acordo com este, os resultados experimentais apontam uma produtividade média de eucalipto em Alagoas de 60 m³/ha/ano (SENAI, 2018). De qualquer maneira, as duas versões preconizam uma produtividade superior à encontrada em âmbito nacional.

Contudo, as expectativas de êxito econômico presentes à narrativa adotada pelo Estado, oligarquias locais e corporações do complexo madeira-papel-celulose ocultam as contradições decorrentes da substituição parcial de um monocultivo por outro. A soberania alimentar fragilizada de Alagoas pode se agravar com o apoio ao eucalipto. Os dados oficiais indicam a diminuição da oferta de itens importantes da alimentação dos alagoanos como feijão e milho⁹. Nos gráficos 5 e 6 consta a inflexão para baixo dos dois itens. De acordo com a PAM/IBGE (2019), houve a regressão de 66% da superfície agrícola de feijão e de quase 57% de milho no último decênio. De igual maneira foi identificada a diminuição do volume produzido dos dois itens em 76% e 40%, respectivamente¹⁰, no mesmo intervalo temporal.

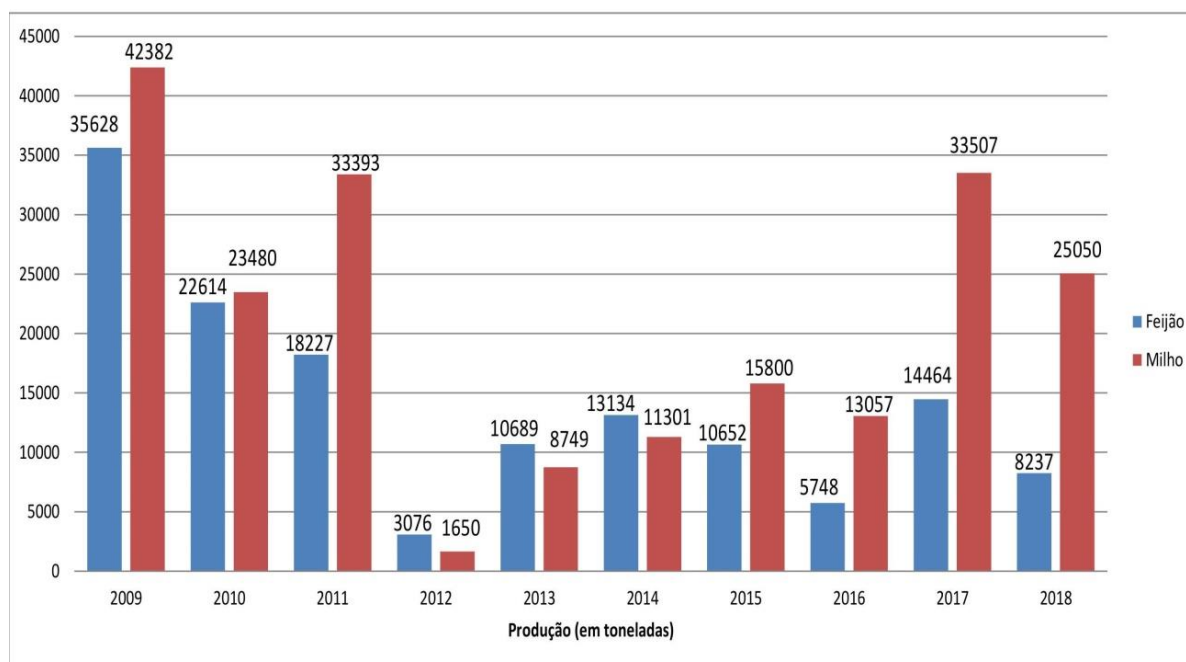
Gráfico 5- Alagoas: área plantada com feijão e milho (2009-2018)



Fonte: PAM/IBGE, 2019. Organização: Jéssica L. Barbosa e Lucas G. Lima, 2019.

⁹ É preciso reconhecer que a produção de raízes como batata doce e mandioca tem apresentado acentuado crescimento nos últimos anos, em Alagoas, de acordo com a PAM/IBGE (2019).

¹⁰ Há um agravante. Além da diminuição da superfície cultivada e da produção de feijão em Alagoas, os dados oficiais da CONAB (2019) indicam uma ausência de estoque da leguminosa no estado desde o ano de 2013.

Gráfico 6- Alagoas: produção de feijão e milho (2009-2018)

Fonte: PAM/IBGE, 2019. Organização: Jéssica L. Barbosa e Lucas G. Lima, 2019.

Salienta-se ainda que Alagoas ocupa o penúltimo lugar na área plantada e na produção de feijão entre os estados do Nordeste, à frente, apenas, de Sergipe, e ocupa o último e penúltimo lugar em área plantada e quantidade produzida de milho, respectivamente, à frente, unicamente, do estado do Rio Grande do Norte (PAM/IBGE, 2019).

Apesar desse quadro indiscutivelmente preocupante para a soberania alimentar de Alagoas, o Estado considera salutar o crescimento do monocultivo de árvores de eucalipto e vislumbra que a “eucaliptocultura [...] em um futuro muito próximo, virá a ocupar o segundo lugar entre as lavouras mais plantadas no estado, suplantando a mandioca, ficando somente atrás da cana-de-açúcar” (SEDETUR, 2015b, p. 116).

Vale mencionar a situação enfrentada pelos moradores do Assentamento Flor do Bosque, localizado no município de Messias, Mesorregião Leste do estado. No assentamento mais de 40 famílias produzem, há duas décadas¹¹, variados alimentos, como frutas, raízes e leguminosas, cujos excedentes são comercializados em feiras da região e de Maceió.

O assentamento sempre foi circundado por extensões de terra atreladas ao setor sucroalcooleiro, contudo, a partir de 2016, o monocultivo da cana-de-açúcar foi substituído pelo monocultivo do eucalipto, conforme é possível observar nas figuras 1 e 2.

¹¹ Foram dez anos de acampamento e já são 12 anos de assentamento formado.

Figura 1- Plantação de eucalipto em propriedade vizinha ao assentamento Flor do Bosque



Fonte: trabalho de campo, setembro de 2018. Organização: Jéssica L. Barbosa e Lucas G. Lima, 2019.

Figura 2- Roçado de um dos assentados do Flor do Bosque. Ao fundo, plantação de eucalipto.



Fonte: trabalho de campo, setembro de 2018. Organização: Jéssica L. Barbosa e Lucas G. Lima, 2019.

De acordo com os moradores do Flor do Bosque, os eucaliptos plantados nas terras que circundam parte do assentamento pertencem ao grupo Carlos Lyra que, conforme já mencionado alhures, integra uma *joint venture*, intitulada Caetex, com a corporação empresarial Duratex. A proximidade com o assentamento é mencionada pela própria Caetex,

em documento intitulado Plano de Manejo Florestal – Resumo Público 2019. Nele constam o assentamento (embora não faça menção ao nome do mesmo), uma fazenda e um vilarejo como “pontos com potencial de impactos sociais” (CAETEX FLORESTAL, 2019, p. 8).

Os camponeses do Flor do Bosque já identificam impactos sociais. Seguramente, o maior prejuízo para o assentamento foram as pulverizações aéreas realizadas nos primeiros anos do plantio. De acordo com os moradores, a deriva do agrotóxico se desprendia dos aviões agrícolas e alcançava seus corpos hídricos e plantações, resultando na perda de frutas e hortaliças. Algo que inspira preocupação, uma vez que a comunidade vislumbra obter o selo de certificação para produtos orgânicos. Recentemente, quando da visita do prefeito de Messias ao assentamento, os assentados reportaram o fato e exigiram que tal situação não voltasse a ocorrer.

Embora os assentados não atribuam a responsabilidade pela diminuição da disponibilidade hídrica de suas cacimbas ao eucalipto, reportam que o fato passou a ser notado após o plantio das árvores. A esse respeito, Gurgel (2018) adverte que os eucaliptos em Alagoas vêm ocupando áreas propensas à regeneração da Mata Atlântica, podendo acarretar regressão dos níveis de água. Ademais, Gurgel (2018) destaca que o impacto do plantio de eucalipto não apresenta “alteração positiva ou neutra para o ambiente de forma geral, mesmo já ocorrendo em uma área antropizada, com cana-de-açúcar” (Ibid, p. 7).

Por fim, os assentados do Flor do Bosque registram a diminuição da presença da força de trabalho na localidade. De acordo com os camponeses, quando predominava o monocultivo da cana-de-açúcar o número de trabalhadores empregados pelo setor sucroalcooleiro era bem maior, mesmo com o uso de máquinas. Fato que se alterou substancialmente com a substituição da gramínea por eucalipto em 2016.

Considerações Finais

O crescimento do cultivo de eucaliptos no país, como parte do complexo madeira-papel-celulose guarda íntima relação com a ação do Estado por meio de variados estímulos (SILVA, 2018). Em Alagoas não tem sido diferente, o Estado assume um papel de destaque para a substituição parcial da cana-de-açúcar pelo monocultivo de eucalipto, atendendo aos interesses de grupos empresariais pertencentes à oligarquia local e corporações mais verticalizadas, a exemplo da Duratex.

O campo alagoano – em especial, a Mesorregião Leste, na qual se encontram solos férteis, disponibilidade hídrica e radiação solar – tem se convertido num lócus do eucalipto, vide o crescimento da superfície cultivada de quase 400%, nos últimos seis anos. Numa economia capitalista de acumulação mundializada, a mobilidade do capital persegue a

possibilidade de lucros extraordinários e rápidos, por isso a mencionada condição edafoclimática se constitui em atrativo para a instalação de empresas do complexo madeira-papel-celulose, uma vez que fornece as condições objetivas mínimas para obtenção de maior produtividade e curta rotação.

Consideramos que a substituição parcial do monocultivo da cana-de-açúcar pelo monocultivo do eucalipto representa duas faces de uma mesma tragédia, qual seja: a ausência de soberania alimentar. O Estado em Alagoas negligenciou o abastecimento alimentar, fazendo dessa unidade da federação uma histórica importadora de variados alimentos, já que a prioridade das políticas públicas sempre se destinou a contemplar as demandas do setor sucroalcooleiro. Não obstante os dados oficiais apontarem que nos últimos dez anos parte considerável da superfície cultivada e do volume de produção de feijão e milho – itens importantes da alimentação do povo alagoano –diminuíram, o Estado segue seu curso, fomentando o monocultivo do eucalipto e reforçando a vulnerabilidade do abastecimento alimentar.

Acrescenta-se que a expansão do eucalipto na Mesorregião Leste além de ocupar as terras mais férteis do estado e de se apropriar de importantes mananciais de água, acarreta dificuldades para as pequenas propriedades e assentados de reforma agrária, como os camponeses do Flor do Bosque, vitimados pela deriva de agrotóxicos de um vizinho indesejado. Assim, avaliamos que a recente instalação do complexo madeira-papel-celulose no campo alagoano recrudescer as contradições da apropriação capitalista da terra e sinaliza uma iminente/eminente tragédia.

Referências

ALAGOAS. **Atlas de Bioenergia de Alagoas 2015**. Maceió: Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEDETUR; Universidade Federal de Alagoas, 2015a.

ALAGOAS. **Balanco Energético do Estado de Alagoas - BEAL (ano base 2014)**. Maceió: Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEDETUR, 2015b.

ALAGOAS. **Diversificação produtiva como alternativa para a área canavieira de Alagoas**. Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio –SEPLAG, 2017.

ALMEIDA, L. S. de. **A formação histórica de Alagoas (I): rotas de acumulação do açúcar**. Maceió: EDUFAL: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2018.

ALTIEIRI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 13, n.16, p. 22-32, 2010.

ANGEIRAS, G. J. de S. L. **Mapear a implantação de florestas energéticas em Alagoas**. Governo de Alagoas: Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Turismo, 2017. 30p.

BRASIL. CONAB. **Série Histórica de Estoques Públicos por UF - Feijão**. 2019. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/index.php/estoques/estoques-por-uf>> Acesso em: 20 out. 2019.

BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS) 2018**. IBGE: Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9105-producao-da-extracao-vegetal-e-da-silvicultura.html?=&t=resultados>. Acesso em: 19 out. 2019.

BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal (PAM) 2018**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 12 jul. 2019.

CAETEX FLORESTAL. Plano de Manejo Florestal. Resumo Público 2019. Maceió: CAETEX FLORESTAL, 2019. Disponível em: <https://www.usinacaete.com/wp-content/uploads/2019/04/ResumoPblicoPlanodeManejoCaetex20191-1.pdf>. Acesso em 25 out. 2019.

CARVALHO, C. P. de. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. Maceió: EDUFAL, 2009.

CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada- ESALQ/USP. Informativo Setor Florestal, nº 210, junho de 2019. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/revista/pdf/0641207001564076162.pdf>. Acesso em 23 out. 2019.

CORREA, V. G. A resistência florestal mapuchelavkenche ao modelo florestal chileno. **Boletim 245 WRM**, p. 30-32, 2019.

COSME, C. M. **A resistência do campesinato assentado em uma formação territorial marcada pela contrarreforma agrária: da luta pela terra à luta para permanecer no território dos assentamentos rurais no Sertão alagoano**. 2019. 522f. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro. DIEESE, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2014/estpesq74trabalhoRural.pdf>. Acesso em: 23 set. 2019.

ESKINAZI, B. G.; SOUZA, J. G. de. Especialização produtiva e homogeneização territorial: a monocultura de eucalipto no Vale do Paraíba Paulista e as transformações nas dinâmicas de produção. **Revista Pegada: A revista da Geografia do Trabalho, Presidente Prudente**, v. 14, n. 2, p. 194-211, 2013.

GURGEL, V. A. **Transformações nas dinâmicas espaciais no estado de Alagoas com a inserção da eucaliptocultura na mesorregião geográfica do Leste alagoano**. 2018. 102f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

IBÁ. Relatório Anual 2017. IBÁ: Brasília, 2017. Disponível em: http://iba.org/images/shared/Biblioteca/IBA_RelatorioAnual2017.pdf Acesso em: 14 jul. de 2019.

LAGES, A. M. G. et al. O abastecimento atacadista de hortigranjeiros em Maceió: uma análise introdutória. In: SILVA, A. M. A. da (Org.). **Economia de Maceió: diagnóstico e**

propostas para construção de uma nova realidade. Brasília: IPEA; Maceió: Edufal, 2013.p. 197-214

LESSA, G. L. Por um programa agrário para a esquerda alagoana. In: ALMEIDA, L. S. de; LIMA, J. C. da S.; OLIVEIRA, J. dos S. (Orgs.). **Terra em Alagoas**: temas e problemas. Maceió: EDUFAL, 2013.p. 309-324

LIMA, A. R.; GIRARDI, E. P.; MANCIO, D.; NUNES, D. da C. Impactos da monocultura do eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo. In: **Revista NERA**, ano 19, n. 34, p. 12-36, 2016.

LINDOSO, D. **Formação de Alagoas Boreal**. Maceió: Edições Catavento, 2000.

LIRA, F. J. de. **Crise, privilégio e pobreza**: Alagoas no limiar do terceiro milênio. Maceió: EDUFAL, 1997.

LIRA, F. J. de. **Formação da riqueza e da pobreza de Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2007.

OLIVEIRA, F. R. de; MENEGASSE, L. N.; DUARTE, U. Impacto ambiental do eucalipto na recarga de água subterrânea em área de cerrado, no Médio Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. **Revista Águas Subterrâneas**, São Paulo, s/n, p.1-10, 2002.

OLIVEIRA, J. T. de; SANTOS, J. de L. O monocultivo de eucalipto como expressão capitalista da busca de territórios de consumo. In: RAMOS FILHO, E. da S.; MITIDIERO JUNIOR, M. A.; SANTOS, L. R. S. **Questão agrária e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2016. p. 37-56.

OSORIO, J. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. Expressão Popular: São Paulo, 2019.

THOMAZ JUNIOR, A. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Revista Campo-Território**: revista de geografia agrária, Uberlândia, v. 5, nº 10, p. 92-122, 2010.

PICCOLI, D. Eucalipto, o (deserto) verde maldito: atos de uma disputa... com muitos perdedores! **Revista Cadernos do CEAS**: revista crítica de humanidades, Salvador, n. 222, p. 1-10, 2006.

PNUD. Um-reddProgrammeCollaborativeWorkspace. 2019. Disponível em: <https://www.unredd.net/about/what-is-redd-plus.html>. Acesso em: 20 out. 2019.

SILVA, C. E. M.; PORTO-GONÇALVES, C. W. Água, Cerrado, Eucalipto e Gente. **Revista Cadernos do CEAS**: revista crítica de humanidades, Salvador, n. 222, p. 1-4, 2006.

SILVA JÚNIOR, A. B. da. **Distorções e contradições no cinturão agrícola alagoano: aspectos da produção e comercialização agrícola entre 2008 e 2011**. 123f. Dissertação (Mestrado em Economia). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.

SILVA, T. L. A.da. A apropriação capitalista da silvicultura e sua lógica de produção no espaço. **Revista Terra Livre**, São Paulo, ano 33, v. 1, n. 50, p.159-199, 2018.

VALORMERCADO. Duratex vai investir R\$ 1,1 bilhão e transformar Alagoas no maior polo moveleiro do Nordeste. VALORMERCADO: Maceió, 2017. Disponível em: [.http://valormercado.com.br/destaque/2017/10/duratex-vai-investir-r-1-1-bilhao-e-transformar-alagoas-no-maior-polo-moveleiro-do-nordeste/](http://valormercado.com.br/destaque/2017/10/duratex-vai-investir-r-1-1-bilhao-e-transformar-alagoas-no-maior-polo-moveleiro-do-nordeste/). Acesso em: 14 jul. 2019.

VERÇOSA, L. V. de; SILVA, M. A. de MORAES. Cana, labor e adoecimento: a afirmação do nexu causal como uma forma de resistência. **Revista Século XXI: Revista de Ciências Sociais**, Santa Maria, v. 17, n.1, p. 216-256, 2017.

VIANA, C. M. Investindo fundos de capital institucional em florestas através das timos: conceituação, descrição do processo e cenário das timos no Brasil. 2016. Disponível em: <http://www.florestal.gov.br/documentos/informacoes-florestais/premio-sfb/iv-premio/monografias-iv-premio/graduando-3/2600-iv-premiosfb-1-lugar-categoria-graduando-camila-maciel-viana/file>. Acesso em: 20 out. de 2019.

WALLIS, V. Para além do “capitalismo verde”. In: GALVÃO, A. et al. **Capitalismo: crises e resistências**. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 21-48

Sobre os autores

Lucas Gama Lima - Docente da Universidade Federal de Alagoas, Campus Sertão. Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). **OrCID:** 0000-0003-4504-7753

Jéssica Lima Barbosa - Graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Alagoas, campus Sertão. **OrCID:** 0000-0002-8489-8684

Como citar este artigo

LIMA, Lucas Gama; BARBOSA, Jéssica Lima. Do monocultivo da cana ao monocultivo do eucalipto, duas faces de uma mesma tragédia: considerações sobre o complexo madeira-papel-celulose em Alagoas. **Revista NERA**, v. 24, n. 59, p. 133-151, Dossiê, 2021.

Declaração de Contribuição Individual

O artigo foi construído conjuntamente pelos autores. Ambos idealizaram e assumiram a redação do manuscrito. O autor **Lucas Gama Lima** se responsabilizou pelo desenvolvimento teórico-conceitual, interpretação dos dados e revisão textual. A autora **Jéssica Lima Barbosa** se responsabilizou pela coleta, análise e interpretação dos dados, bem como, construção de mapas e gráficos.

Recebido para publicação em 20/09/20
Devolvido para a revisão em 08/06/21
Aceito para a publicação em 12/06/21

Resistência à expansão da mineração no Rio Grande do Sul: reflexões a partir do Projeto da Mina Guaíba

Júlio Picon Alt

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: julio.alt@gmail.com

Daniela Dias Kuhn

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRSA) – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: daniela.kuhn@ufrgs.br

Ana Monteiro Costa

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Recife, Pernambuco, Brasil

E-mail: ana.mc98@gmail.com

Resumo

O Rio Grande do Sul tem sido visto como uma nova fronteira para a exploração minerária. Ainda que não se reconheça nenhuma novidade no processo de exploração minerária em si, as articulações produtivas atuais compõem um fenômeno do capitalismo contemporâneo reconhecido na literatura como a acumulação por despossessão, muitas vezes promovida através do *landgrabbing*, em meio a racionalidade neoliberal, que ameaça os bens comuns. O presente artigo visa descrever e analisar como tem ocorrido o processo de participação das populações atingidas pelo Projeto Mina Guaíba/RS, através da análise das audiências públicas. O objetivo geral é descrever e apontar as articulações impulsionadas pela população diretamente atingida pelo projeto. Como método de análise, foi utilizado a pesquisa-ação. Como resultado, identificou-se que, ainda que haja assimetria de poder e tentativas de obstrução dos fatos e das possíveis consequências da atividade produtiva a ser instalada, a organização da comunidade e de entidades e movimentos sociais têm surtido efeitos sobre o fortalecimento da resistência popular à implantação da Mina Guaíba.

Palavras-chave: Mina Guaíba; Acumulação por despossessão e *landgrabbing*; Neoliberalismo; Audiências públicas.

Resistance to mining expansion in Rio Grande do Sul: reflections from the Guaíba Mine Project

Abstract

Rio Grande do Sul has been seen as a new frontier for mining exploration. We consider this fact to be a phenomenon of contemporary capitalism, the accumulation by dispossession, promoted through land grabbing, amid neoliberal rationality that threatens the commons. This research aims to describe and analyze how the process of participation of the populations affected by the Mina Guaíba Project has occurred, through the analysis of public hearings. The overall objective is to describe and point out the articulations that are made by the population directly affected by the project. As a method of analysis we use action research. As a result, we identified that, even though there is power asymmetry and attempts to obstruct the facts and possible consequences, the organization of the community and social entities and movements has had an effect on the strengthening of popular resistance to the Guaíba Mine implantation.

Keywords: Mina Guaíba; Accumulation by dispossession and land grabbing; Neoliberalism; Public hearings.

Resistencia a la expansión minera en Rio Grande do Sul: reflexiones del Proyecto Mina Guaíba

Resumen

Rio Grande do Sul ha sido visto como una nueva frontera para la minería. Aunque no se reconoce ninguna novedad en el proceso de exploración minera en sí, las articulaciones productivas actuales constituyen un fenómeno del capitalismo contemporáneo reconocido en la literatura como acumulación por desposesión, a menudo promovida por el acaparamiento de tierras, en medio de la racionalidad neoliberal, que amenaza bienes comunes. Este artículo tiene como objetivo describir y analizar cómo se ha producido el proceso de participación de las poblaciones afectadas por el Proyecto Mina Guaíba/RS, a través del análisis de audiencias públicas. El objetivo general es describir y señalar las articulaciones impulsadas por la población directamente afectada por el proyecto. Como método de análisis, se utilizó la investigación de acción. Como resultado, se identificó que, aunque existe una asimetría de poder e intentos de obstruir los hechos y las posibles consecuencias de la actividad productiva que se instalará, la organización de la comunidad y las entidades y movimientos sociales han tenido efectos en el fortalecimiento de la resistencia popular a la implementación de la Mina Guaíba.

Palabras clave: Mina Guaíba; Acumulación por desposesión y acaparamiento de tierras; Neoliberalismo; Audiencias públicas.

Introdução

O Rio Grande do Sul tem sido visto com otimismo pelo setor minerário que já produziu 3.314 requerimentos de autorização de pesquisa mineral sobre o subsolo, entre os anos de 2013-2017 (ANM, 2019), que foram encaminhados ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). No estado gaúcho, quatro projetos se destacam, estando na fase de licenciamento ambiental: o Mina Guaíba, em Charqueadas e Eldorado do Sul, para mineração de carvão; o de Retiro, em São José do Norte, para extração de titânio; o Três Estradas, em Lavras do Sul, para exploração de fosfato e; o de Caçapava do Sul, para mineração de cobre, zinco e outros minerais (BRASIL DE FATO, 2019). No atual cenário de crise econômica, a promessa é que os empreendimentos citados apliquem R\$ 1,97 bilhão, com a criação de 2.277 vagas de emprego (ZERO HORA, 2019). Entretanto, os números sobre o impacto econômico divulgados omitem as atividades produtivas que serão atingidas, bem como os impactos negativos para os gastos públicos, devido aos danos à vida e à infraestrutura, assim como às economias locais já estabelecidas, que podem ser gerados com esses empreendimentos de mineração.

Dentre as promessas feitas pela empresa Copelmi, que propõe o Projeto Mina Guaíba, estão: i) a possível conquista da segurança energética do estado e ii) os benefícios

econômicos do empreendimento. A partir do site da Copelmi Mineração LTDA (2019), prometem-se 331 empregos diretos e 83 indiretos, ao longo de três anos de implantação da mina. Durante seu funcionamento, que recebe a promessa de perdurar por pelo menos 23 anos, seriam 1.154 empregos diretos e 3.361 indiretos. A estimativa de arrecadação anual de tributação da empresa é de R\$ 218 milhões. Entretanto, é fundamental apresentar que os municípios que se encontram na área de influência do projeto vulnerabilizam-se a partir da ameaça de danos socioambientais associados à mineração do carvão. Os estabelecimentos propostos ao Rio Grande do Sul compõem um fenômeno do capitalismo contemporâneo reconhecido como a acumulação por despossessão, através do *landgrabbing*. Isso significa dizer que o processo de “investimento” caracteriza uma valorização do capital por meio da ampliação do domínio do espaço ainda relativamente fora do circuito de valorização.

Segundo Svampa (2019), apesar do extrativismo ser um fenômeno que remonta a chegada dos europeus na América, no século XXI, adquire novas dimensões, não só em termos da quantidade e da escala dos projetos, dos diferentes tipos de atividades e de atores nacionais e transnacionais envolvidos, mas também pela emergência de resistências sociais, que questionam esse avanço sobre a terra, o território, os bens comuns e a natureza. Definida como (neo)extrativismo, essa nova fase se intensificou a partir de 2013, com o fim do superciclo das *commodities* e atualmente se consolida, conforme a autora, a partir da equação *mais extrativismo e menos democracia* em decorrência da flexibilização dos amparos de cuidados ambientais e da criminalização, das ameaças e dos assassinatos de ativistas ambientais (SVAMPA, 2019).

É a nova face do extrativismo em meio ao neoliberalismo. Gudynas (2011) incrementa o conceito de neoextrativismo relacionando-o ao período neodesenvolvimentista na América Latina. Nesse contexto, datado politicamente, as empresas mineradoras se relacionaram com os governos de centro esquerda, que por sua vez, passaram a defender a mineração como um dos elementos de redirecionamento de parte do lucro para políticas sociais. Conforme problematizado por Gonçalves, Milanez e Wanderley (2018), percebe-se que o contexto brasileiro dá sinais de afastamento desta política redistributiva a partir do governo liberal-conservador, pós golpe de Estado.

Conforme Komarcheski (2019), esse aspecto permite entender como a atividade minerária continua na pauta do discurso político e mantém um conjunto amplo de incentivos. Apesar do direcionamento da renda obtida com estas atividades deixar de ser destinado às políticas redistributivas, ele passa a pagar a dívida pública (KOMARCHESKI, 2019). De modo que, continua como um elemento importante para a política de gestão macroeconômica do país (e da unidade da federação). Entretanto, os aspectos mais amplos do (neo)extrativismo se mantêm também no contexto brasileiro como aqueles associados aos impactos ambientais de empreendimentos extrativistas trabalhados por Gudynas (2011), como a poluição, perda

da biodiversidade, supressão de territórios de populações tradicionais, desestruturando as economias locais.

O *landgrabbing* é o resultado do poder de controle de recursos naturais, não só de terra, mas de recursos a ela associada, como a água, a biodiversidade e os minerais. O fenômeno está vinculado a relações de conflito, negociação e atrito entre agentes do Estado e do setor privado, com alternância de poder. Historicamente, a terra, como recurso produtivo, vem sendo transformada em elemento de valorização do capital, revelando um distanciamento da sua função como elemento integrante do território. A lógica de reprodução do capital, ao mesmo tempo em que favorece o processo de concentração, acarreta um aumento dos riscos e da violência a que os países mais vulneráveis estão submetidos (PAULA; SANTOS e PEREIRA, 2015). Essa vulnerabilidade se refere prioritariamente a fatores econômicos, sociais e institucionais, no que tange direitos humanos e democracia, afetando, por sua vez, a população mais vulnerável entre aqueles países que se vulnerabilizam neste circuito.

Diante disso, é pertinente descrever e analisar como tem ocorrido o processo de participação das populações atingidas pelo Projeto Mina Guaíba. Foram analisadas as audiências públicas referentes à proposta do “empreendimento”, bem como o envolvimento de resistência no processo de construção da crítica. O objetivo geral deste trabalho é descrever e apontar as articulações que são feitas pela população diretamente atingida pelo projeto, que tem participado do processo de debate quanto à aprovação/reprovação da proposta. De modo específico, objetiva-se demonstrar como as audiências são promovidas, como são publicizadas, os atores que dela participam e os locais em que se realizam as audiências. Além disso, tem-se por objetivo específico analisar a expansão da mineração no Rio Grande do Sul à luz do capitalismo contemporâneo. Nesse sentido optou-se por acompanhar a tentativa de instalação da Mina Guaíba e das audiências públicas por meio da pesquisa-ação. Essa metodologia é desenvolvida com base na atuação constante do pesquisador na exposição da problemática e também construindo ativamente alternativas para transformar a sua trajetória.

A participação popular, através das audiências públicas tem por objetivo superar a imposição técnica oficial sobre o planejamento das cidades, por meio de participação direta da população que tem comparecido nas audiências. Essa participação está garantida pela Constituição Federal, pela Lei n. 10.257 de 10 de julho de 2001. No entanto, esse instrumento de inclusão democrática recebe vários meios de fraudes visto que nem sempre os questionamentos feitos pela sociedade civil são efetivamente respondidos pela empresa ou órgão público responsável e proponente da audiência pública, servindo, em boa parte, somente para cumprimento de requisito formal, ou seja, cumprimento do passo-a-passo para aprovação do projeto de desenvolvimento capitalista (HUYER, 2018).

No caso analisado, ocorreu que, a partir do anúncio da primeira audiência pública, novas resistências surgiram tanto na área proposta para o projeto, como nas cidades impactadas por outras iniciativas minerárias. Um dos elementos fundamentais dessa construção decorre da Mina Guaíba estar muito próxima da capital do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, o que garante visibilidade e interesse ao tema proposto na audiência.

Dentro da área afetada pela proposta de mineração há dois assentamentos da reforma agrária (Assentamento Apolônio de Carvalho e Assentamento Padre Josimo), que compõem na região metropolitana uma das maiores produções de arroz orgânico da América Latina, e um condomínio habitacional nomeado como “Guaíba City”. Além disso, há também uma aldeia indígena reconhecida pelo Estado na região afetada pelo projeto. A aldeia é considerada pela empresa como “acampamento supostamente indígena” (COPELMI, 2019, EIA, cap. 8.3).

Parte da área proposta para mineração se encontra na zona de amortecimento de unidade de conservação (Parque Estadual e a Área de Proteção do Delta do Jacuí), em decorrência disso, desde a primeira audiência, entidades ambientais uniram-se para o ingresso de ação jurídica com objetivo de impedir que a mesma ocorresse, alegando inúmeras irregularidades técnicas. Esta ação obteve vitória parcial.

A pesquisa identificou estratégias recorrentes operadas pelo empreendedor nas audiências públicas, que ocorreram nos municípios de Charqueadas e Eldorado do Sul. Estas foram marcadas por relações assimétricas no que tange a equidade de participação social, visto que a empresa garante financeiramente as condições da participação de pessoas engajadas na construção do empreendimento, por meio do fornecimento de transporte e alimentos. Essa estratégia resulta na manifestação favorável de parte de pessoas que se manifestam durante as audiências públicas, como será visto na primeira audiência pública, gerando inúmeras desconfianças por parte da sociedade civil, percebidas no momento das falas/perguntas nessas audiências.

Entendendo a celeridade do processo de licenciamento do Projeto e a forma como foi gestada a primeira audiência pública buscando contrapor a essa estratégia, o Comitê de Combate a Mega Mineração (CCM) organizou a participação de especialistas na segunda audiência pública a fim de contrapor os dados apresentados pela Copelmi.

O referido comitê é composto por entidades ambientais, sindicatos, movimentos sociais, indivíduos, técnicos e pesquisadores de diversas instituições. Hoje, o comitê conta com a participação de mais de 80 entidades, representando uma “coalizão de resistência” (BARCELOS, PEREIRA e SILVA 2017). Trata-se da reunião de diferentes atores da sociedade em resistência a um determinado projeto que os afetam, gerando encontros, eventos, projetos e alianças raramente vivenciadas.

Para cumprir com os objetivos proposto nesse texto, após essa introdução, na seção 2 do trabalho apresentam-se o referencial teórico sobre o processo de *landgrabbing* e despossessão, a relação entre comunidades e território, concluindo com breves apontamentos sobre a racionalidade neoliberal. Na seção 3 são apresentadas as audiências do Projeto Mina Guaíba e os procedimentos de método de análise. O artigo é finalizado com questões e considerações finais, além da apresentação das referências utilizadas.

Acumulação por despossessão, *landgrabbing* e neoliberalismo: os mecanismos por trás do (neo)extrativismo mineral

A retomada do extrativismo antecede a conjuntura atual brasileira, de intensificação do uso e da apropriação privada de recursos minerais, tendo por argumento de defesa para tal promoção o uso dos recursos arrecadados a ampliação de programas sociais. Marleba e Milanez (2014) desenvolveram a argumentação sobre a reformulação do papel do Estado na América Latina, após a onda neoliberal dos anos 1990. Neste contexto, no qual o Estado buscava conduzir as políticas de desenvolvimento através da ampliação e da intensificação do uso dos recursos naturais, bem como de um maior controle sobre os recursos financeiros obtidos através dessa exploração para a promoção de políticas desenvolvimentistas, surgem as propostas para a mudança dos marcos legais regulatórios da atividade extrativista de mineração.

A redução da pobreza e a promoção do desenvolvimento econômico se deparavam com a usurpação de territórios e a intensificação e a ampliação da dependência, em uma reprimarização da pauta produtiva. “O resultado é a expressão do que alguns autores têm chamado de ‘o paradoxo latino-americano’: em nome da superação da pobreza, governos impulsionam atividades extrativas cujos custos sociais e ambientais têm gerado exclusão e desigualdade” (MARBELA e MILANEZ, 2014, p. 2).

Farias (2018) ressalta o caráter neocolonial desse processo que intensifica a dependência ao capitalismo central. Segundo a autora, com a promoção do desenvolvimento econômico, os Estados passaram a facilitar a entrada de capital estrangeiro para a exploração extrativista através da flexibilização da legislação, do apoio financeiro e institucional, na permissividade da expropriação e na consolidação da infraestrutura necessária a esse capital. Esse contexto prévio é importante para entendermos aquilo que permitiu o estabelecimento do quadro atual. Para Rojas et al (2018), o (neo)extrativismo, formado por novos e velhos elementos que constituem o extrativismo tradicional, reproduz as contradições sociais do modelo extrativista. “A natureza mercantilizada sob a lente utilitarista projeta uma valoração dos recursos naturais apenas a condições econômicas, como se todas as condições e

aspectos naturais (e sociais e culturais que a natureza representa a muitos povos) pudessem ser reduzidas a preços de mercado, aos valores modernos” (FARIAS, 2018, p. 3).

Ainda que o extrativismo componha o nosso capitalismo periférico, vimos especificidades nesse processo. Assim como Traldi (2019), que vincula o fenômeno do *greengrabbings*¹ (conceito desdobrado do *landgrabbing*) com a acumulação por despossessão para analisar a exploração de energia eólica no semiárido nordestino, acreditamos haver um vínculo entre esses dois fenômenos para aquilo que acontece no Rio Grande do Sul. Harvey (2006), ao analisar o capitalismo em sua fase neoliberal, apresenta o conceito de acumulação por despossessão para embasar o movimento permanente do capital para se apropriar de bens comuns, fenômeno que já era descrito por Marx na acumulação primitiva do capital.

Acumulação por despossessão e o landgrabbing

Segundo Harvey (2006), é necessário analisar os ajustes espaço-temporais do capitalismo a partir das contradições internas da acumulação de capital, teoricamente postas por Marx na tendência de queda da taxa de lucro (aumento da composição orgânica do capital), em função das tendências do capitalismo de gerar crises de sobreprodução. Essas crises ocorrem quando há excedentes de mão-de-obra e de capital, que, se não produzirem desvalorizações sistêmicas, tais como guerras, terão de encontrar outras maneiras de serem absorvidas.

Então, para Harvey (2006), as expansões geográficas e a reorganização espacial, vinculada com os ajustes temporais, são as opções possíveis para a absorção desses excedentes. O autor vê uma dificuldade para o capitalismo realizar a absorção da sobreacumulação desde os anos 1970, que se relaciona com a fragilidade de manter a hegemonia norte-americana em meio à recessão e à desvalorização do capital na América Latina, nos anos 1980, e na Ásia, nos anos 1990. Desse modo, Harvey (2006) vê a acumulação por espoliação como uma alternativa para a incapacidade de acumulação através da reprodução ampliada. “Esta, segundo a minha conclusão, é a marca do que alguns chamam ‘o novo imperialismo’” (HARVEY, 2006, p. 96).

O tempo entra na análise de Harvey como uma variável que pode colocar no futuro os retornos de investimentos, absorvendo a sobreacumulação no presente, operando como uma suspensão temporal. Assim, investimentos de longo e médio prazo poderiam absorver

¹ “O conceito de *greengrabbings* é um desdobramento do conceito de ‘*landgrabbing*’ ou ‘apropriação de terras’, que vem sendo descrito, em linhas gerais, como novos cercamentos, em referência aos cercamentos descritos por Marx (2013)”. (TRALDI, 2019, p. 203).

excedentes em um tempo presente, recolocando a produção destes para tempo futuro, remediando a incapacidade de absorção da sobreprodução na reprodução ampliada.

Já o espaço aparece vinculado ao que as análises sobre imperialismo já apresentavam. Harvey (2006) lembra que Lefebvre, ainda que sem maiores explicações, já relacionava a existência prolongada do capitalismo a sua produção do espaço; Luxemburgo e Lênin denotavam ao imperialismo a face de promoção do espaço do capitalismo. Harvey (2006) aponta que essas duas absorções, tempo-espaço, podem se chocar.

Aqui, vamos concentrar nessa análise espacial, ligada ao fenômeno do *landgrabbing*² e a intensificação do extrativismo vinculada a este processo. Segundo Mehta et al (2012), o termo *grabbing* é usado como alusão ao modo injusto de apropriação violenta de terras que tem acontecido recentemente, ainda que a apropriação indevida de terras não seja um fenômeno novo.

Trata-se de uma prática que terá impacto sobre os direitos da população como um todo, mas principalmente sobre as populações locais, diretamente afetadas no seu modo de vida e nas relações sociais. É um fenômeno marcado pela assimetria entre capital e comunidades de poder se fazer ouvir acerca das relações de gênero, ambientais e econômicas. Trata-se do uso de recursos naturais, seja pela propriedade, seja pela posse como gestão ou investimento financeiro, que são tomados de pessoas pobres e marginalizadas por outros atores que possuem poder (MEHTA, et al, 2012).

Muitos dos negócios recentes são feitos em terras de uso comum ou de povos que não possuem titularidade legal. Há todo tipo de parcerias entre capital e agentes nacionais e estrangeiros, claras ou obscuras, especialmente para aqueles casos em que o capital estrangeiro não pode adquirir terras nacionais por questões normativas e legais. Assim, a origem do capital estrangeiro muitas vezes se “camufla” em empresas e organizações financeiras nacionais. Há, também, grupos nacionais que participam diretamente desse novo processo de territorialização do capital, através da expansão do agronegócio e do controle de recursos naturais, com a expulsão dos povos da terra³ e com a ameaça ambiental. É um processo que envolve exclusão, marginalização, ameaça dos serviços ambientais, ameaça a soberania dos povos, no qual os direitos ao exercício de modos de vida, humana e não-humana são usurpados.

A “corrida por terras⁴” não é um fenômeno novo, mas recentemente foi potencializada pela crise dos alimentos de 2007-8 e tem se mantido pela expectativa de ganhos econômicos

² The term grabbing raises disturbing memories of past enclosures and dispossessions (MEHTA, L at al p. 195, 2012).

³ Aqui chamamos de povos da terra indígenas, quilombolas, povos tradicionais e camponeses. Aqueles que têm suas vidas vinculadas ao território, que, através dessa expulsão, se transforma em território do capital.

⁴“The 2007/2008 spike in commodity prices marked the start of a media reports on farm land acquisitions that were soon referring to a new “global land rush”. (LAND MATRIX, p. 1, 2012)

voltados à produção e à especulação financeira (LAND MATRIX, 2012). Ainda que não seja recente a busca da expansão do capital pela conquista de novas terras, o processo de estrangeirização, que se intensifica nos anos 2000, tem características especiais. Por trás desse processo, para Sauer (2010), está a mudança da matriz energética e a diversificação do capital. O relatório da Land Matrix (2012) traz dados segundo os quais as aquisições permaneceram baixas até 2005 e que depois aceleraram fortemente, atingindo o pico em 2009, voltando a diminuir a partir de 2010. Essa queda pode relacionar-se a um melhor conhecimento por parte dos investidores de dificuldades técnicas e político-sociais, que tem decorrido para a implantação dos projetos.

Mais do que as aquisições, é interessante perceber o total do capital empregado. *Grabbing* é uma forma particular de acumulação que transforma os recursos naturais em *commodities*, que transforma recursos naturais em ativos financeiros. Conforme o Land Matrix (2012), as áreas de florestas são as mais afetadas pelo processo de aquisição de terras. O relatório ainda aponta para a preferência dos investidores: áreas com potencial para a produção de grãos, nas quais a adição de insumos como irrigação, fertilizantes, sementes, infraestrutura e *know-how* pode aumentar a produção. A acessibilidade (a maioria das áreas adquiridas fica a menos de 3 horas da cidade mais próxima) e a disponibilidade de mão-de-obra (a preferência pela aquisição se dá em áreas com densidade populacional superior a 25 pessoas por km²) também contam como critério de escolha. Além disso, na maioria dos casos, as autoridades locais e instituições responsáveis por esse controle têm interesses divergentes daqueles das comunidades locais que são afetadas pelas aquisições. Como agravante, afora a existência de processos obscuros, inclusive com a venda de terras de pequenos produtores por parte do Estado, as promessas de compensação, como ações sociais, empregabilidade, infraestrutura ou difusão tecnológicas, nem sempre condizem com a dinâmica local, nem sempre são cumpridas, ou o são de modo insatisfatório ou parcial (LAND MATRIX, 2012).

Esse processo não ocorre somente em um ambiente institucional fraco pré-existente. Em alguns casos, ele promove a fragilização da governança sobre as terras e outros recursos naturais. As legislações são modificadas, as regras são flexibilizadas, para que o processo possa se efetivar. Daí a importância de se compreender o que a fase do (neo)extrativismo trouxe como herança para o período atual. Também não se restringe ao controle da terra. Portanto, o *landgrabbing* se trata de um fenômeno com características que o diferenciam dos processos anteriores de expansão territorial. É um processo de expropriação violenta e privatização de recursos naturais, por parte de agentes nacionais ou estrangeiros. Muitas vezes é defendido através de um discurso de oportunidade de negócio, como analisa Sauer (2010), mas, assim como o autor, Mehtael al (2012) não verificam a ocorrência de cenários *win-win*, onde investidores e população ganhariam.

Aqueles que são diretamente afetados perdem, pois não tem mais liberdade de conviver com aquele elemento natural que faz parte do seu modo de vida, para além da esfera produtiva. As instituições locais nem sempre prevêem ações compensatórias por danos ou obstrução de acesso aos recursos naturais, mas mesmo onde isso ocorre, a vontade da população local sobre a venda ou posse da terra na maior parte das vezes é negligenciada. Ainda, em casos de extrema pobreza, as compensações são bem vistas pela população local, em função de contextos de profundas privações prévias e das promessas dos investidores. Há uma histórica ausência de cidadania. É um processo de privatização e desregulamentação que se defende em nome da eficiência econômica.

Modos de vida, dignidade e território: os danos da despossessão e do landgrabbing

Por trás da questão infração dos direitos dos povos da terra ou oportunidades a partir dos investimentos, paira uma divergência ética sobre a terra. Alguns analistas e organizações visualizam benefícios nesse novo arranjo. Ao submeter a ocupação da terra a outros interesses que não o respeito à vida e ao território, se incorre em infração aos direitos humanos e ao direito da natureza. Os números globais assustam, conforme o Land Matrix 2012, pelo volume de capitais empregado e pela quantidade de terra envolvida. No entanto, essa visão de um fenômeno mundial, não retira a necessidade de analisar cada processo em particular, verificando a medida em que as instituições locais são mais ou menos permissivas para tal ocorrência. Quanto maior a capacidade da lupa, mais graves parecem ser os casos de infração aos direitos humanos e à vida. As práticas envolvem violência psicológica, física, atuação frente a agentes do Estado, sejam os legisladores ou aqueles do poder executivo, que se pretendem fiscalizar e/ou impedir determinadas práticas. No Brasil, segundo o relatório "Conflito no Campo: Brasil 2018" (Conflito no Campo, 2019), entre 2009 e 2018 houve aumento na quantidade total de ocorrências envolvendo todas as formas de conflito no campo identificados no documento (conflitos por terra, conflitos trabalhistas, conflito por água e outros)⁵. Especificamente, é identificado que as ocorrências sobem de 197 para 276 em relação aos conflitos por água entre 2017 e 2018 (Conflito no Campo, 2019). O controle dos recursos naturais passa pelo controle das regras, das leis e das instituições locais. Tanto há uma inexistência como uma insuficiência de leis prévias, como um atual processo de desregulamentação e flexibilização para que o processo de grabbing se viabilize. Lobby e implantações de interesses no legislativo e executivo fazem parte desse universo.

⁵ A quantidade total de conflitos cresceu, entre 2009 e 2018, de 1.184 para 1.489 (Conflito no Campo, 2019).

Há uma ameaça à garantia de biodiversidade e dos direitos da humanidade. Assim, quando se consideram esses fins, o processo de usurpação de terras se configura como *grabbing*, pois trata-se de uma governança neoliberal do meio ambiente que garante a ampliação e a acumulação do capital expulsando os povos da terra. Ainda, quando se amplia a visão para além daqueles afetados diretamente, vemos uma infração, dado que os elementos naturais são essenciais para a vida e os mecanismos de mercado não são os meios adequados para regerem a gestão e a propriedade dos mesmos. Mas o apoio de parte da sociedade a esse processo advém de uma promessa de crescimento econômico e modernização, já que a defesa do território é muitas vezes vinculada às tradições, no sentido de uma oposição à modernidade, ao progresso.

Sauer (2010), a partir da noção de região de Bourdieu (1998) e das relações entre lugar e identidade de Augé (1994), visa expandir a discussão sobre a terra para além de um fator de produção. O autor parte do princípio que o Estado precisa garantir o direito humano ao território⁶ e que ao colocar a reforma agrária nos termos de ocupar terras improdutivas, reduz a dimensão dos camponeses que também estabelecem com esta uma relação para além da produção⁷. Augé (1994, apud SAUER, 2010) ressalta a questão espacial, a medida que define o lugar como identitário, relacional e histórico. Não se trata de qualquer terra, mas aquela sob a qual se estabelece uma relação. A questão identitária é fundamental para a conquista do direito territorial.

Segundo Mehta et al (2012), algumas condições podem impedir o processo de *grabbing*, como o debate público com informações transparentes sobre o projeto e suas implicações para a população e o ambiente onde se pretende instalar, de protesto e de resistências, com vistas a impedir ou promover mudanças na legislação, e uma imposição para a prestação de contas e maior transparência nos processos. Vale ressaltar que a restrição de acesso aos recursos naturais por povos que com eles estabelecem relações como modo de vida, de vínculo ambiental, produtivo, espiritual e reprodução social, representa uma grave violação aos direitos humanos, que, desse modo, se subordinam ao direito de expansão e acumulação do capital. O *landgrabbing* é, portanto, um debate eminentemente ético e, como pontua Gonçalves (2016), as implicações territoriais dessa retomada extrativista tem impacto sobre a apropriação de bens comuns, interfere na organização da estrutura fundiária e na expropriação de terras.

⁶ (...)“Essas ações são fundamentais, pois asseguram um direito humano fundamental de “apropriação territorial”, reprodução social e qualidade de vida no campo, face aos históricos processos de expropriação das populações do campo, ou do “landgrabbing” mais comumente conhecido no Brasil como “grilagem de terras” (SAUER, p. 74, 2010).

⁷ Ao tratar da legislação que rege o acesso à terra no Brasil, o autor pontua: (...)“O direito dos agricultores familiares camponeses não se justifica pelo direito de ser e de reprodução social, mas apenas pelo fator produção” (SAUER, p. 76-7, 2010).

Neoliberalismo e a racionalidade por trás da acumulação por despossessão

O neoliberalismo compõe uma metamorfose do capitalismo que transcende uma forma de ideologia ou tipo de política econômica⁸, se tornando um sistema normativo que estendeu a lógica do capital a todas as relações sociais, através de sua racionalidade governamental, ou governabilidade⁹. A governabilidade é vista, por Foucault, como a união das técnicas de dominação exercida sobre os outros e de si mesmo: “governar não é governar *contra* a liberdade ou a *despeito* da liberdade, mas governar *pela* liberdade, isto é, agir ativamente no espaço de liberdade dado aos indivíduos para que estes venham a conformar-se por si mesmos a certas normas” (DARDOT e LAVAL, p. 19, 2016).

Segundo Hamann (2012), Foucault analisou o liberalismo como uma forma histórica de governabilidade biopolítica, uma forma de racionalidade política que guia a conduta individual de acordo com a lógica interna da economia máxima. Investigou a origem do neoliberalismo e identificou duas correntes liberais, que estavam vinculadas ao liberalismo clássico, enquanto críticas ao Estado, quais sejam: o ordoliberalismo alemão (1942-1962) e o liberalismo da Escola de Chicago (desenvolvido posteriormente). A primeira combatia o poder excessivo dos nazistas e a segunda combatia a interferência nos mecanismos de mercado, por um Estado de Bem-Estar do New Deal, muito atuante. No entanto, é na sua diferença que paira a divergência chave entre liberais alemães e norte americanos, a medida que os últimos buscavam estender a racionalidade de mercado para campos outros, que não prioritariamente econômicos, como a família (HAMANN, 2012; DARDOT e LAVAL, 2016).

Contudo, ao reconhecer que a racionalidade de mercado não é natural, que a competição entre as pessoas não é algo intrínseco ao comportamento humano, e que há necessidade de haver, portanto, uma atuação ativa na construção, consolidação e perpetuação desses valores, o neoliberalismo tem o Estado como imprescindível. (...) “o ‘homem econômico’ é um sujeito que deve ser produzido por meio de uma forma de conhecimento e de relações de poder que buscam encorajar e reforçar práticas individuais de subjetivação” (HAMANN, 2012, p. 107). A economia de livre mercado, a partir do homem econômico, assume um comportamento humano em termos de uma racionalidade interna, o que, para Foucault (2008 apud HAMANN, 2012), faz com que a economia não seja mais vista

⁸ Segundo Dardot e Laval (2016), a partir dos anos 1970 e 1980 o neoliberalismo foi interpretado como se fosse uma ideologia, que via o mercado como uma realidade natural, como uma reabilitação do *laissez-faire*, e como política econômica como defesa da retirada de direitos sociais e desregulamentação sobre a renda e o capital.

⁹ “O termo ‘governabilidade’ foi introduzido precisamente para significar as múltiplas formas dessa atividade pela qual homens, que podem ou não pertencer a um governo, buscam conduzir a conduta de outros homens, isto é, governá-los” (DARDOT e LAVAL, p. 18, 2016).

como análise dos processos, mas como uma análise da programação estratégica das atividades dos indivíduos.

O neoliberalismo acaba por minar tudo o que é comum, como as heranças culturais e ambientais.

Ao produzir a identificação do ser humano com o homem econômico na vida prática do mundo contemporâneo, ao consagrar o auto interesse como a norma de vida de todas as esferas, o neoliberalismo passa a conspirar sistematicamente contra o 'comum' e, assim, contra a sociabilidade aglutinadora que preserva e desenvolve este 'comum', isto é, a própria democracia. Ele mina a possibilidade de uma democracia radical que se deseja, porque mina já a democracia formal e medíocre que hoje se tem (PRADO, 2016, p. 4).

E, até certo ponto, segundo Hartmann (2012), a estratégia neoliberal de incutir os valores de mercado nas relações sociais e transferir a responsabilidade dos resultados aos indivíduos foi bem sucedida. Os discursos de liberdade, de escolha, de autonomia, justificados pela meritocracia, acabam por omitir que os indivíduos estão subordinados as forças de mercado, ao poder econômico que isso envolve, e aos julgamentos que envolvem valores como cálculos de custo-benefício econômicos, eficiência, produtividade e responsabilidade financeira. No dispositivo do neoliberalismo, as formas de opressão social e econômica são invisibilizadas, assumindo o resultado de escolhas individuais e não resultado de uma condição social. O *homo economicus* assume uma postura diferente do cidadão, buscando responder por si, desprezando propostas coletivas, acabando por fragilizar o processo político. É nesse âmbito de racionalidade que surge o debate sobre as audiências públicas que abordam a proposta de nova exploração minerária de carvão no RS.

Projeto Mina Guaíba e o método de análise empregado: o caso das Audiências Públicas

A resolução de conflitos por interesses diversos sobre o mesmo espaço, com uma visão conciliatória, está pautada no conceito de desenvolvimento sustentável, que visa defender uma harmonização entre as dimensões econômica, social e ambiental (ROJAS et al, 2018). Dentro dessa visão, omite-se a relação de poder que permeia as interações sociais. No entanto, essa visão harmoniosa é fundamental para se defender a retomada de crescimento em meio às degradações econômicas e sociais, que ganham ainda mais força no contexto neoliberal, de um Estado mínimo que vai se isentando de seu papel de garantidor dos direitos sociais, respaldado pela disseminação de mecanismos de participação (ROJAS et al, 2018).

O Brasil tem aplicado e disseminado tecnologias de mediação de conflitos ambientais desde antes da democratização do país, e tem os mecanismos de participação consolidados com a Constituição de 1988. É um processo que estimula a participação da sociedade civil nas tomadas de decisão sobre implementos que tem impactos ambientais e econômicos. A crítica ao processo recai sobre a diferença entre direitos e interesses, que acabam por flexibilizar direitos constitucionais. A assimetria de poder é omitida e a aparente participação democrática oculta um atropelo nos direitos ao território (ROJAS et al, 2018). Diante disto, propomos a análise do processo de participação das comunidades atingidas pelo Projeto Mina Guaíba.

A Mina Guaíba está projetada para ser o maior empreendimento minerário do país, contando com aproximadamente 2.054 hectares de área (RIMA, p.16), promete a extração de carvão mineral¹⁰ (166 milhões de toneladas), areia (422 milhões de metros cúbicos) e cascalho (200 milhões de metros cúbicos) (COPELMI, audiência pública em Eldorado do Sul, 2019). Como método de análise das audiências da Mina Guaíba, e de outras iniciativas geradas a partir delas, utilizamos a pesquisa-ação que é, na definição de Thiollent (2011, p. 14): (...) “um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo operativo ou participativo”. No estudo de caso, o primeiro autor do texto participa do Comitê de Combate a Megamineração (CCM) representando o Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH), e o Grupo de Estudos e Pesquisas em Interculturalidades e Economias do Sul (GEPIES), do qual todos os autores participam¹¹.

Flexibilização legislativa no Projeto Mina Guaíba

Se entendermos *landgrabbing* como um processo de i) privatização de recursos naturais, por parte de agentes nacionais ou estrangeiros e que ii) pressiona a flexibilização das leis que regulamentam a instalação de empreendimentos minerários no RS, veremos que trata-se de um fenômeno em andamento no Estado. Com efeito, grande parte da população

¹⁰ Conforme gravação do áudio da audiência pública, ocorrida em Eldorado do Sul, o representante da empresa Copelmi, Cristiano Weber, afirma: “Esse carvão, ele é importante para fornecimento a um futuro polocarboquímico, pois ele tem baixo teor de cinzas e alto poder calorífico.”

¹¹ No crescente das críticas durante o processo de licenciamento ambiental, os autores acompanharam e fortaleceram a rede crítica, não somente durante as audiências públicas. Juntamente com outros membros do grupo de pesquisa, construíram um parecer técnico com o título “O Custo da mineração: estudo preliminar sobre a proposta de atividade mineradora nos municípios de Eldorado do Sul e Charqueadas”, tal estudo compõe uma publicação mais ampla, o “Painel de especialistas: análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental da Mina Guaíba” (PRATES et.al., 2019), organizado no âmbito da atuação no Comitê de Combate à Megamineração (CCM).

da região e também aquelas diretamente afetadas pelos impactos negativos da Mina, como o reassentamento compulsório e a contaminação da água, ar e solo, são contrárias ao empreendimento, mas não possuem um espaço político de decisão para manifestar suas críticas ao projeto. Portanto, iniciou-se uma organização coletiva, o CCM, visando reforçar o contraditório na construção desse projeto minerário e também para auxiliar a população contrária ao empreendimento na exposição do que está em jogo com a perda da convivência com aquele recurso natural que faz parte do seu modo de vida produtivo, cultural e ambiental.

A tentativa de flexibilização das leis que regem a viabilidade ambiental de empreendimentos minerários no estado se dá por meio de duas tentativas relativamente recentes ainda que em governos distintos. A primeira é o Projeto de Lei (PL) nº 191/2017 proposto sob o regime de urgência pelo governo do estado, sob a justificativa de que o Rio Grande do Sul possui aproximadamente 90% das reservas nacionais, propondo criar a Política Estadual do Carvão Mineral e o Polo Carboquímico. Com tramitação reduzida em decorrência do regime de urgência, em pouco mais de dois meses o PL já estava aprovado pelo poder Legislativo.

Assim, transforma-se na lei 15.047/2017 que, segundo a secretária de Minas e Energia do estado, prevê a geração de energia em dois complexos carboquímicos projetados: um deles, o polo carboquímico do Baixo Jacuí abrangeria o projeto Mina Guaíba¹² (GOVERNO RS, 2018), e o segundo, se instalaria na região da Campanha¹³.

A segunda tentativa de flexibilização refere-se a alteração no Código Estadual do Meio Ambiente, sob o argumento de “modernizar” a legislação vigente (GOVERNO RS, 2019), proposta no final do mês de setembro de 2019, igualmente sob o regime de urgência. Na prática, essa flexibilização gera alterações significativas no que tange os processos administrativos do licenciamento ambiental no Estado do RS, como agilização no mesmo. Hoje, essa flexibilização opera como Projeto de Lei 15.434/20 mesmo amplamente contestada por diversas entidades de classe, ambientais e de moradia. A flexibilização consiste em desregulamentar normas de controle a fim de facilitar e possibilitar empreendimentos privados com lógica predatória ao meio ambiente destinando recursos mínimos, com auxílio essas desregulamentações, gerando prejuízos às populações daquela região Trata-se, portanto, de flexibilizar as normas existentes pelo processo de “desregulação” (ACSELRAD, 2013) para criar normas que sustentam a prática do capitalismo neoliberal contemporâneo por meio de estratégias territoriais e econômicas baseadas na capacidade dessas empresas de: i) mobilidade locacional e ii) por meio da promessa de investimentos econômicos.

¹²Baixo Jacuí está identificado para mineração nos municípios Arroio dos Ratos, Barão do Triunfo, Butiá, Charqueadas, Eldorado do Sul, General Câmara, Minas do Leão, São Jerônimo e Triunfo.

¹³ A região do polo da Campanha abrange os municípios de Aceguá, Bagé, Caçapava do Sul, Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra, Lavras do Sul, Pinheiro Machado e Pedras Altas.

Esse processo de transformação das normas é entendido como uma “reorganização permanente do modo de funcionamento do sistema” (ACSELRAD, 2013, p.103), reduzindo normas importantes no cuidado com o ambiente e com as sociabilidades associadas a outras lógicas de referência, como a das empresas, por exemplo, que são distintas daquelas que produziram as leis ambientais em primeira instância. Essa transformação dos centros de referência nas normatizações ambientais gera efeitos diretos ao meio ambiente e meio social e cultural no qual se instala, aumentando fragilidade das populações locais, expondo-as ainda mais aos danos ambientais gerados pela degradação ambiental das atividades de acumulação deslocalizadas, visto que essas empresas passam a ditar as normas.

Audiências públicas

Dentre os espaços de participação existentes no processo de licenciamento ambiental se destacam as audiências públicas oficiais relativas ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da Mina Guaíba que ocorreram em dois municípios, Charqueadas (14/03/2019) e Eldorado do Sul (27/06/2019). Contudo, após pressão da sociedade civil organizada, audiências não oficiais foram pleiteadas em âmbito estadual (e realizadas em Porto Alegre) junto a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), ocorrida em 19 de agosto de 2019, com o Ministério Público Estadual (MPE), em parceria Ministério Público Federal (MPF), ocorrida dia 20 de agosto e também através do apoio de deputados, na Assembleia Legislativa do Estado (ALERGS), dia 30 de setembro, além de outras iniciativas em âmbitos municipais.

Na primeira audiência pública oficial¹⁴, ocorrida no mês de março de 2019 em Charqueadas, entidades ambientais¹⁵ contestaram sua validade na justiça, obtendo, inicialmente, sucesso nos seus anseios. Alegavam as entidades o descumprimento da empresa ao passo-a-passo necessário, como enviar todas as complementações solicitadas aos órgãos oficiais antes de propor uma audiência pública. Contudo, a decisão foi alterada em sede de recurso, visto que o Tribunal de Justiça do Estado entendeu pela validade da audiência, o que causou confusão para a mobilização dos setores atingidos pela mineração em Charqueadas.

Importante ressaltar que as comunidades residentes na área diretamente afetada pela proposta da Mina Guaíba foram surpreendidas (após cinco anos dos estudos socioeconômicos para a viabilidade ambiental serem realizados naquelas comunidades) com

¹⁴ Audiência pública durou três horas e vinte e cinco minutos, ocorrida no Clube Tiradentes no município de Charqueadas.

¹⁵ Ação Cautelar proposta pelo: Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais (INGÁ), Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente (AGAPAN) e União pela Vida (UPV).

a retomada do empreendimento com o avanço do licenciamento ambiental e com o início das audiências públicas obrigatórias. Na primeira audiência as participações sociais foram assim identificadas em termos quantitativos por Luz e Flores (2019): opiniões favoráveis (5); contrárias (7); indecisos (10). Essas manifestações refletem a celeridade do processo de licenciamento e a falta de informações adequadas sobre o projeto.

Nesse meio tempo, fruto da coalizão entre entidades ambientais, movimentos sociais, agremiações e associações de bairro, sindicatos, vislumbrou-se a necessidade de organizar o debate sobre essa mina de carvão (que planeja ser instalada a menos de 15 km da capital, somada às críticas técnicas e sociais aos outros empreendimentos minerários que estavam em vias de licença prévia no Estado. Assim, surge o Comitê de Combate a Megamineração no RS (CCM/RS)¹⁶, do qual se extrai parte da sua carta aberta:

(...) Em pleno século XXI, quando se acentua o debate sobre a crise climática e as ameaças à biodiversidade, às comunidades tradicionais, à qualidade de vida, e em suma ao futuro do planeta, transformar o Rio Grande do Sul em uma nova fronteira minerária e em um grande polo carboquímico nos posiciona na contramão da história! Existe uma tendência mundial de diminuição na exploração do carvão, porque a atividade coloca em risco tanto a saúde da nossa gente quanto o meio ambiente, já que o combustível é um dos maiores responsáveis por emissões de CO₂, que provoca o efeito estufa. (...) (RS EM RISCO, 2019).

Na data de 29 de maio de 2019, na sede da Caixa Econômica Federal de Porto Alegre, aconteceu a primeira reunião entre entidades, instituições e movimentos sociais diversos, que foi o encontro preparatório ao lançamento do CCM/RS em junho. Nessa ocasião, com o auditório do Sindicato dos Professores (CPERS) lotado¹⁷, foi formado o Comitê, referendado sob coordenação mista entre entidades ambientais, como a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente (AGAPAN), Associação Amigos do Meio Ambiente de Guaíba (AMA), Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul (APCEF/RS). Coube ao Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) a cota de representação dos movimentos sociais.

Com o amadurecimento dos debates do CCM/RS, foi visto que boa parte dos pedidos de pesquisa de lavra está em áreas próximas de assentamentos rurais, unidades de preservação, comunidades tradicionais. Gradativamente o grupo representativo foi aumentando, atualmente composto por mais de 110 entidades. A coordenação também cresceu com o ingresso do Movimento Sem Terra (MST) e a Associação dos Juizes pela Democracia (AJD), durante as reuniões que ocorrem, via de regra, semanalmente. O comitê é dividido em três frentes (técnica, mobilização e comunicação) de atuação sinérgicas e

¹⁶ Maiores informações podem ser acessadas no sitio oficial: <https://rsemrisco.org.br/>.

¹⁷ A fundação do CCM/RS contou com 200 presentes, e com a representatividade de 50 entidades gaúchas.

complementares, com o objetivo de levantar lacunas técnicas, sociais, jurídicas, ambientais, apontando para as inépcias e assimetrias dos processos que envolvem a construção desses projetos minerários no estado.

No dia 27 de junho de 2019 ocorreu a segunda¹⁸ e última audiência pública oficial dentro do licenciamento ambiental na cidade de Eldorado do Sul, no ginásio lotado de uma escola do município. As manifestações gerais foram contabilizadas por Luz e Flores (2019) e se dividiram assim: favoráveis (15); contrários (52); indecisos (12). A segunda audiência contou em sua maioria com pessoas críticas ao projeto minerário, principalmente referindo-se aos impactos ambientais (e sociais associados como perda da economia local da produção de arroz orgânico) da região com a extração de carvão. Marcou a audiência a presença de caciques das etnias Guarani e Kaingang, que afirmaram que suas aldeias localizadas próximas ao empreendimento sequer foram consultadas sobre a implantação do mesmo. Coube ao Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI) e o Centro Indigenista Missionário (CIMI) levantarem a falta do Componente Indígena, violando acordos internacionais e legislação nacional sobre a participação dos indígenas em todo o processo de licenciamento ambiental.

O plano de reassentamento proposto pela empresa gerou muita insegurança principalmente para as pessoas ameaçadas de perderem suas moradias por estarem na Área Diretamente Atingida (ADA), conforme o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) proposto pela empresa, entre eles os residentes do condomínio habitacional Guaíba City e os moradores no Assentamento Apolônio de Carvalho. Vale enfatizar que a partir da criação do CCM/RS, todas as atividades relativas ao Projeto Mina Guaíba passaram a ter maior transparência e publicidade, ocasionando interesse e participação da sociedade em geral, relativo ao tema da mineração no estado do Rio Grande do Sul.

Conquistadas pela sociedade civil organizada mais três audiências públicas foram realizadas. A primeira, ocorrida em agosto de 2019, foi organizada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RS) e pela Comissão de Direito Ambiental (CDA). A segunda, também em agosto/2019, foi assegurada pela participação do Ministério Público Estadual, através da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, em parceria com o Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul, por meio do Núcleo das Comunidades Indígenas e Minorias Étnicas (NUCIME). A última foi organizada pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, no final do mês de setembro de 2019.

¹⁸ Audiência pública com duração de oito horas e treze minutos, ocorrida no Ginásio da Escola Municipal de Ensino Fundamental David Riegel Neto em Eldorado do Sul.

Em comum essas audiências expõem a tentativa de ampliar a participação da população civil e também abrir espaço para estudos e apresentações técnicas que apontam para a inviabilidade ambiental do Projeto, tal como ele se apresenta. Elas também buscam desmascarar projetos associados à construção da Mina Guaíba como o polo carboquímico do baixo Jacuí, que pretende utilizar a produção de carvão para geração de energia térmica.

As manifestações da sociedade durante o processo do licenciamento ambiental (nas audiências públicas oficiais e extraoficiais e pareceres técnicos protocolados) foram contabilizadas em 274. “Destas, 191 são contrárias ao empreendimento (70%); 47 são favoráveis (17%); e 36 indefinidos (13%)” (LUZ e FLORES, 2019, p.1). Com base nesses dados, os autores afirmam que a Mina Guaíba “não possui licença social para operar” (LUZ e FLORES, 2019, p.2), sendo esta licença social, uma espécie de aprovação da comunidade, no que tange o apoio à construção de projetos de uma determinada empresa. O incremento da crítica ao projeto pela sociedade civil no processo de licenciamento fomentou o debate sobre os efeitos negativos do Projeto o que é evidenciado pela quantidade de manifestações contrárias ao empreendimento, após a primeira audiência pública.

Considerações finais

Conforme a proposta estabelecida para analisar o Projeto Mina Guaíba, avalia-se a hipótese de que se reúne no empreendimento o ideário neoliberal, marcado pela intensificação do extrativismo, através da despossessão e do *landgrabbing*, que ancorou-se na expansão espacial, através de um Estado que se coloca cada vez mais apartado dos direitos sociais. A proposta de participação civil para a avaliação do empreendimento tenta invisibilizar a assimetria de poder existente entre os atores envolvidos, da mesma forma a "solução" pela flexibilização dos direitos traz danos evidentes a muitos envolvidos. Assim, é possível analisar o contexto das audiências públicas oficiais e as conquistadas pelo esforço da população civil, a partir dessa percepção se reconhecem as assimetrias de poder envolvidas na tentativa conflituosa de viabilizar a construção da Mina.

Uma das táticas utilizadas para harmonizar a proposta de exploração minerária e a usurpação territorial ao interesse coletivo é a inclusão das comunidades atingidas no processo decisório para validar algo que as prejudicam. Portanto, é possível pensar as audiências oficiais na proposta de Rojas et al (2018), visto que a população é incorporada no processo de forma superficial, o que é chamado pelas autoras de “participação passiva” (Rojas et al, 2018). Ou seja, refere a uma situação na qual os cidadãos são apenas informados sobre o que já foi deliberado (como o projeto vai ser, qual o local de instalação, quais comunidades e ambiente serão afetados).

Como reação a esses fenômenos, pode-se dizer também que, no caso estudado, há uma tentativa de reação por parte da sociedade civil a essa forma de realizar as audiências públicas. Essa reação é composta por uma rede diversa (ainda que não tenha o mesmo peso de atuação da Copelmi e da política energética adotada pelo Estado) para tentar revelar essa inclusão mascarada proposta pela empresa e pelo processo administrativo vigente, para reforçar suas críticas e apontar as lacunas na tentativa de construção da Mina Guaíba.

A partir da literatura sobre *landgrabbing* e despossessão, analisamos algumas diferenças quanto aquilo que ocorre a partir da Mina Guaíba. Além de impactar povos da terra, como indígenas e camponeses assentados, o Projeto ameaça contaminar uma grande quantidade de pessoas que podem inviabilizar sua permanência territorial a partir da contaminação ambiental. A flexibilização da legislação ambiental ocorrida durante o período do (neo)extrativismo é fundamental para a compreensão daquilo que hoje ocorre, mas esse projeto não apresenta nenhuma contrapartida ou vínculo com o financiamento de políticas sociais por parte dos governos. Mesmo a promessa de geração de empregos não apresenta um contingente que a caracterize como uma promotora de política social. O contexto vigente, com a proposta neoliberal, corrobora para a defesa de crescimento econômico que coloca o Estado como seu aliado, a despeito dos direitos humanos e não-humanos.

A organização deste texto possibilitou a reflexão acerca dos fenômenos decorrentes da mineração em relação a terra, bem como a necessidade de maior efetividade nos instrumentos de consulta à sociedade, audiências públicas, na medida que esses empreendimentos geram alterações drásticas nos meios de vida das populações atingidas diretamente e também dos municípios no entorno. Por um lado, a audiência pública é vista como essencial para aclarar qualquer processo de licenciamento ambiental, contudo observa-se que nem sempre as dúvidas e questões levantadas são levadas em conta pelos representantes das empresas e do próprio poder público, gerando relação desigual entre os atingidos e a empresa mineradora. Ainda que se identifique a assimetria de poder e as tentativas de obstrução dos fatos e possíveis consequências, a organização da comunidade e de entidades e movimentos sociais tem sido o fortalecimento da resistência popular frente à implantação da Mina Guaíba.

Referências

ACSELRAD, Henri. **Desigualdade ambiental, economia e política**. Astrolabio: Buenos Aires, v. 11, p. 105-123, 2013.

AUGÉ, M. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas, Papiurus Editora. 1994.

BANCO MUNDIAL. **Rising global interest in farmland**: Can it yield sustainable and equitable benefits? 2010. Disponível em: <https://siteresources.worldbank.org/DEC/Resources/Rising-Global-Interest-in-Farmland.pdf>.

BARCELOS, Marcio ; PEREIRA, Matheus Mazzilli ; SILVA, Marcelo Kunrath. **Redes, campos, coalizões e comunidades**: conectando movimentos sociais e políticas públicas. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais- BIB** , v. 82, p. 13-40, 2017.

BOURDIEU, P.. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

BRACK, P. **Entrevista para a Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. Edição online. 10.06.2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/589885-mina-guaiba-um-empreendimento-de-altissimo-impacto-ambiental-e-lobby-da-industria-dos-combustiveis-fosseis-entrevista-especial-com-paulo-brack>. Acesso em: 20 jul. 2019.

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO. **Anuário Mineral Estadual - Rio Grande do Sul** / Coord. Técnica de José Eduardo da Costa Duarte et al.; Equipe Técnica por José Eduardo da Costa Duarte – Brasília: ANM, 2019.

CARNEIRO, Beatriz S. **A construção do dispositivo meio ambiente**. *Ecopolítica*. n. 3, p. 2-15. 2012.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**. Autêntica. Belo Horizonte. 2009.

Conflito no campo: Brasil 2018. Coordenação Centro de Documentação São Tomas Balduino. Goiânia: CPT Nacional, 2019.

COPELMI MINERAÇÃO LTDA. 2019. Site: <http://copelmi.com.br/mina-guaiba/>. Acesso em: 20 jul. 2019.

COPELMI. **EIA - Estudo de Impacto Ambiental do Licenciamento Prévio de lavra de carvão com recuperação de área degradada**. Disponível em: <http://www.fepam.rs.gov.br/eia-mina-guaiba/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

DARDOT, P.; LAVAL, C.. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Boitempo. São Paulo. 2016. 413p.

FERNANDES, B. M. **Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária**. *Conflitos no campo Brasil 2010*. CPT. Goiânia. p. 76-81. 2011.

FOUCAULT, Michael. **O nascimento da biopolítica**. Fontes Martins. São Paulo. 2008.

GOVERNO RS, 2018. **Edição online** - 18/12/2018. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/polo-carboquimico-e-apresentado-a-prefeitos-do-baixo-jacui-e-campanha>. Acesso em: 20 out 2019.

GOVERNO RS, 2019. **Edição online** - 27/09/2019. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos/codigo-estadual-do-meio-ambiente-resumo-alteracoes.pdf>. Acesso em 20 out. 2019.

GONÇALVES, R. J. de A. F.; MILANEZ, B.; WANDERLEY, L. J. Neoeextrativismo liberal-conservador: a política mineral e a questão agrária no governo Temer. **Revista Okara: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 348-395, 2018.

HAMANN, Trent H. **Neoliberalismo, governabilidade e ética**. Ecopolítica. n. 3, p. 99-133. 2012.

HARVEY, D. **O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação**. In. O novo desafio imperial. Org. PANITCH, L.; LEYS, C.. Biblioteca CLASCO. São Paulo. 2006. p. 95-125.

HUYER, A. Manipulação das audiências públicas. In E. A. Pagani (org). **Direito Urbanístico e Planejamento Urbano: avanços, retrocessos e desafios**. OAB/RS, Porto Alegre. v.4. 2018. p. 64-82.

KOMARCHESKI, Rosilene. **Expressões do (neo)extrativismo: uma leitura sobre a indústria da mineração em Adrianópolis (PR)**, Guaju, Matinhos, v.5, n.1, p. 235-261, jan./jun. 2019.

LAND MATRIX. **Trasnational land deals for agriculture in the global south: analytical reporter based on the Land Matrix Database**. Authors. ANSEEUW, W.; BOCHE, M; BREU, T.; GIGER, M.; LAY, J.; MESSERLI, P.; NOLTE, K. n. 1. April, 2012.

LUZ, P.; FLORES, R. Análise das manifestações nas seis audiências públicas sobre o empreendimento Mina Guaíba. **RS em Risco**, 2019. Disponível em: <https://rsemrisco.files.wordpress.com/2020/03/estudo-manifestacca7occ83es-mina-guaicc81ba.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2020.

MALERBA, J.; MILANEZ, B.. **Um novo código mineral pra quê?** Le Monde Diplomatique Brasil. Edição 07.07.2014. Disponível em:

MARX, K. **O capital: crítica da economia política. Tradução de Rubens Enderle**. São Paulo, SP. **Boitempo**, 2013.

MATAVEL, N.; DOLORES, S.; CABANELAS, V. **Os senhores da terra – análise preliminar do fenômeno de usurpação de terras em Moçambique**. Justiça Ambiental e UNAC. Maputo, 2011.

MEHTA, L.; VELDWISCH, G. L.; FRANCO, J.. Introduction to the special issue: watergrabbing? Focus on the (re)appropriation of finite water resources. **Water Alternatives**, v. 5, n. 2. p. 193-207. 2012.

PAULA, N.; SANTOS, V.; PEREIRA, W. A financeirização das *commodities* agrícolas e o sistema agroalimentar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, nº23. Rio de Janeiro. Outubro/2015. p.294-314.

PIMBERT, M.; PRETTY, J.. **Parks, people and professionals: putting “participation” into protect área management**. UNRISID-IIED-WWF. Discussionpaper. n. 57. Geneva. 1995.

PRATES, C; RAGUESE, E; FLEURY, L; ALT, J. **Painel os especialistas: Análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental da Mina Guaíba**. Ed: Relâmpago. Porto Alegre, 2019.

PRADO, E. F. S.. **Do que destrói o nosso futuro humano possível**. Texto apresentado em conferência na Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia em 24 de maio de 2016. Disponível em: <https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2016/06/do-que-destroi-o-nosso-futuro-humano-possc3advel.pdf>

ROJAS, C. M O.; PEREIRA, D. B.; DIAS, J. B.. **“Participação”, “Regulação Negociada” de conflitos e (neo)extrativismo no Brasil: o Parque Nacional da Serra do Gandarela (MG/Brasil)**. Revista de Estudos Andaluces, n. 36, p. 121-146. 2018.

RS EM RISCO. **Carta aberta do Comitê de Combate à megamineração, 2019.** Disponível em: <https://rsemrisco.org.br/2019/07/19/manifesto-do-comite-de-combate-a-megamineracao-no-rio-grande-do-sul/> Acesso em: 03 nov. 2019.

SVAMPA, M. **Las fronteras del neoextrativismo en América Latina: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias.** CALAS – MariaSibyllaMerian Center. Universidad de Guadalajara. 2019.

THIOLLENT, M. (2011). **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo. Cortez.

TRALDI, M. **Acumulação por despossessão: a privatização dos ventos para a produção de energia eólica no semiárido brasileiro.** Tese apresentada para a obtenção de título de doutora em geografia na área de análise ambiental e dinâmica territorial. Unicamp. 2019.

ZERO HORA, 2019. **Edição online** – 24.05.2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2019/05/rs-tem-projetos-para-investir-ate-r-2-bi-em-mineracao-cjvy77ywx06hz01pecrvfp024.html>. Acesso em: 19 jul. 2019.

Sobre os autores

Júlio PiconAlt- Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Integrante do Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH), pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Interculturalidades e Economias do Sul, GEPIES, PGDR/UFRGS. **OrcID:**0000-0002-1045-6859

Daniela Dias Kuhn – Professora Associada do Departamento de Economia e Relações Internacionais (DERI/UFRGS). Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Doutorado em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Pesquisadora coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Interculturalidades e Economias do Sul, GEPIES, PGDR/UFRGS. **OrcID:**0000-0003-4744-2036

Ana Monteiro Costa– Professora Adjunta do Departamento de Economia (UFPE). Doutorado em Economia (PPGE/UFRGS). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Interculturalidades e Economias do Sul, GEPIES, PGDR/UFRGS. **OrcID:**0000-0002-4495-8224

Como citar este artigo

ALT, Júlio Picon; KUHN, Daniela Dias; COSTA, Ana Monteiro. Resistência à expansão da mineração no Rio Grande do Sul: reflexões a partir do projeto da Mina Guaíba. **Revista NERA**, v. 24, n. 59, p. 152-175, Dossiê, 2021.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. As autoras **Daniela Dias Kuhn** e **Ana Monteiro Costa** ficaram especialmente responsáveis pela construção do aporte teórico sobre mineração, despossessão, land grabbing e neoliberalismo. Já o autor **Júlio Picon Alt** analisou o projeto Mina Guaíba e as audiências públicas acerca da implantação do mesmo.

Recebido para publicação em 20/09/20

Aceito para a publicação em 10/06/21

Acampamentos de luta pela terra: os lugares da resistência

Júnia Marise Matos de Sousa

Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, Minas Gerais, Brasil
e-mail: junia.sousa@ufv.br

Resumo

Este artigo teve por objetivo construir uma etnografia dos acampamentos, a partir das experiências do cotidiano das famílias, destacando aspectos da motivação para a luta pela terra, a caracterização do acampamento, suas regras e relações sociais estabelecidas, bem como os relatos mais marcantes. Os dados utilizados para esta etnografia foram construídos em Sergipe, no ano de 2008, a partir de visitas em 03 (três) acampamentos, a partir da observação participante, registros do “caderno de campo”, registros fotográficos e grupos focais, envolvendo 118 famílias. Os dados foram sistematizados e analisados usando a técnica de análise do conteúdo. Os resultados revelam que diversos autores descreveram os acampamentos como sendo os lugares de materialização da luta pela terra, comum em suas configurações e estratégias. Mas é inegável que todos convergem na luta contra a má ou nenhuma distribuição de terras, oriunda de um capitalismo excludente, na tentativa de sobrevivência entre as condições objetivas e as subjetividades da construção do ser social.

Palavras-chave: famílias; acampamentos; luta pela terra; reforma agrária; etnografia.

Land-fighting camps: the places of resistance

Abstract

This article aimed to build an ethnography of the camps, based on the daily experiences of families, highlighting aspects of motivation for the struggle for land, the characterization of the camp, its rules and established social relations, as well as the most striking reports. The data used for this ethnography were constructed in Sergipe, in 2008, from visits to 03 (three) camps, from participant observation, records from the “field notebook”, photographic records and focus groups, involving 118 families. The data were systematized and analyzed using the content analysis technique. The results reveal that several authors described the camps as the places where the struggle for land materialized, common in their configurations and strategies. But it is undeniable that everyone converges in the fight against bad or no distribution of land, derived from an exclusive capitalism, in an attempt to survive between the objective conditions and the subjectivities of the construction of the social being.

Keywords: families; camps; struggle for land; land reform; ethnography.

Campos de lucha: los lugares de resistencia

Resumen

Este artículo tuvo como objetivo construir una etnografía de los campamentos, basada en las experiencias diarias de las familias, destacando aspectos de la motivación para la lucha por la tierra, la caracterización del campamento, sus reglas y relaciones sociales establecidas, así como los informes más llamativos. Los datos utilizados para esta etnografía se construyeron en Sergipe, en 2008, a partir de visitas a 03 (tres) campamentos, de observación participante, registros del “cuaderno de campo”, registros fotográficos y grupos focales, que involucraron a 118 familias. Los datos fueron sistematizados y analizados utilizando la técnica de análisis de contenido. Los resultados revelan que varios

autores describieron los campamentos como los lugares donde se materializó la lucha por la tierra, común en sus configuraciones y estrategias. Pero es innegable que todos convergen en la lucha contra la mala o nula distribución de la tierra, derivada de un capitalismo exclusivo, en un intento de sobrevivir entre las condiciones objetivas y las subjetividades de la construcción del ser social.

Palabras-clave: familias; campamentos; lucha por la tierra; reforma agraria; etnografía.

Introdução

Para Sousa (2009), a questão agrária brasileira pode ser compreendida como um conjunto de processos históricos, de caráter político, econômico e social, que tem suas origens na colonização do país pelos europeus e que define basicamente pela concentração de terras nas mãos de poucos, pelo grande contingente de trabalhadores rurais que não têm acesso à terra e às condições dignas de sobrevivência. Segundo Oliveira (2005), todo este processo está vinculado ao desenvolvimento do capitalismo, que se faz de forma desigual e contraditória, que tem como parte constitutiva a concentração da propriedade da terra. Ao concentrar a terra, o desenvolvimento capitalista empurra uma parcela cada vez maior da população rural para as áreas urbanas, acentuando o êxodo rural e aumentando o contingente de pobres e miseráveis. Eis o sentido da luta pela terra.

Portanto, a luta pela terra é um tema relevante no espaço acadêmico e não acadêmico, que no Brasil assume caráter histórico e emblemático, tendo em vista a grande concentração fundiária e a reforma agrária, política pública ainda ineficiente. Milhares de trabalhadores do campo lutaram (e continuam lutando) para obterem acesso à terra, bem como às condições necessárias para que nela e dela possam sobreviver com dignidade. Em sua maioria, esta luta se processa com a organização destes trabalhadores nos acampamentos, espaços compreendidos como os lugares da luta e resistência.

Esta realidade também é observada em Sergipe, na Região Nordeste, que é marcada pela histórica concentração de terras e que se apresenta como palco de luta pela terra, tendo os movimentos sociais organizados como os atores principais, que se configuram em acampamentos espalhados por todo o estado.

Neste contexto, são vários os elementos e possibilidades para a compreensão deste lugar denominado acampamento. Para fins deste estudo, buscou-se construir uma etnografia dos acampamentos, a partir das experiências do cotidiano das famílias que nele vivem, destacando aspectos da motivação para a luta pela terra, a caracterização física do acampamento, suas regras e as relações sociais estabelecidas entre os acampados, bem como os relatos mais marcantes deste trabalho de campo.

Os dados utilizados para esta etnografia foram construídos em Sergipe, no ano de 2008, a partir de visitas em 03 (três) acampamentos localizados na região Leste, a partir da observação participante, registros do “caderno de campo”, registros fotográficos e Encontros Diagnósticos com base nos grupos focais, envolvendo 118 famílias acampadas. Os acampamentos foram: Amigos Para Sempre, localizado no município de Estância, organizado pelo Movimento Sem Terra (MST), com 46 famílias; D. Jose Brandão de Castro, em Brejo Grande, organizado pela Cáritas Diocesana, com 47 famílias; Mochila, em Japarutuba, organizado pela Federação dos Trabalhadores de Sergipe (FETASE), com 25 famílias. Os dados foram sistematizados e analisados, compondo assim este artigo.

Importante destacar que este artigo especificamente, é parte não publicada da pesquisa que deu origem à tese de doutorado intitulada “Do acampamento ao assentamento: uma análise da reforma agrária e qualidade de vida em Sergipe”, defendida em dezembro de 2009, no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – UFS, de autoria da pesquisadora Júnia Marise Matos de Sousa, onde podem ser extraídos maiores e aprofundados conhecimentos sobre o tema.

Para fins deste artigo, propõe-se foco na etnografia do lugar acampamento e o viver neste espaço de luta e resistência. Inicialmente se apresenta uma proposição teórica para a construção etnográfica e o olhar escolhido para a compreensão do acampamento. Posteriormente busca-se resgatar a origem da luta e motivação dos trabalhadores acampados, caracterizando de modo geral o lugar acampamento, suas regras e relações estabelecidas. Por fim, apresentam-se os relatos das mais marcantes experiências vividas pela pesquisadora durante o trabalho de campo, bem como as suas impressões sobre a realidade dos acampamentos e famílias acampadas.

O lugar acampamento e um olhar antropológico

Vários autores discutem os acampamentos enquanto categoria analítica, a exemplo de Maria Garcia Franco, Gonçalves Honório, EuardRelph, Mônica Iha, Ligia Sigaud, Loera e Maria Cecília Turatti, Júnia Marise Matos de Sousa e muitos outros. Como ponto de partida, estes autores nos proporcionam a compreensão dos acampamentos como os lugares de materialização da luta pela terra.

A discussão sobre a construção do lugar a partir das relações sociais é bastante vasta, sendo ancorada em diversos autores como Santos (1997); Bauman (2002); Agier (1998). Para estes, o lugar é construído a partir das relações sociais estabelecidas entre os indivíduos e das experiências cotidianas e espaços vividos, sendo repletos de sentimentos e

de representações, tensões e conflitos. Azevedo (2007) se refere ao lugar enquanto categoria espacial concebida a partir da noção/idéia de pertencimento a um determinado espaço ou sociedade. Ou seja, a identidade sob essa ótica se forja a partir da interação do indivíduo com a sociedade. Para o autor, a concepção de lugar está relacionada ao espaço em si, Capel associa este espaço às experiências vividas. Para Capel (1981, p.444), lugar “*el ámbito de la existencia real y de la experiencia vivida*”.

Com base neste aporte teórico, esta é a lente que se propõe para a compreensão dos acampamentos. Acampamentos que se originam de motivações que convergem e fazem a luta, da criação e recriação das relações singulares de convivência que se estabelecem neles, das percepções singulares que ultrapassa os limites do que é dito, mas que pode ser percebido naturalmente.

Nesta perspectiva, o olhar antropológico permite ao pesquisador conhecer as singularidades tão relevantes e que propiciam compreensão maior do fenômeno. De acordo com Oliveira (2000), cabe ao antropólogo o olhar acurado e domesticado que seja capaz de olhar, ouvir e escrever, processos estes permeados de conflitos e contradições que possibilitarão avançar rumo ao horizonte que lhe é próprio.

Para tanto, a etnografia que aqui se propõe, assim como qualquer outro método, deve ser bem estudado, detalhado e aplicável à realidade no sentido de dar respostas às questões. Becker (1999), ao discutir os métodos de pesquisa em ciências sociais, busca incentivar os pesquisadores a formularem seus próprios métodos de maneira que se adéquem aos seus próprios problemas e ambientes. Neste sentido, para compreender os acampamentos a partir de uma perspectiva qualitativa, optou-se pela construção desta etnografia, que conjugou espaços coletivos e individuais de diálogo, bem como de observação participante, que possibilitaram a leitura e compreensão desta realidade apresentada.

Para Sigaud (2005) ocupar terras e nelas montar acampamentos é, em nossos dias, a forma apropriada para reivindicar a reforma agrária no Brasil e dela se valem as organizações do mundo rural, como o MST e o movimento sindical. O Estado tem conferido legitimidade à pretensão dos movimentos ao desapropriar as terras ocupadas e redistribuí-las.

A autora realiza vários estudos sobre acampamentos em Pernambuco, estado grande número de ocupações de terras e onde se registra concentração expressiva de acampamentos, instalados em grandes plantações produtoras de cana-de-açúcar (SIGAUD, 2005). Acampamentos são portanto muito mais do que lugares de vida, que de acordo com a autora

Os acampamentos eram, portanto, muito mais do que a mera reunião de pessoas para reivindicar a desapropriação de um engenho. Compreendiam técnicas ritualizadas de realizar a ocupação, uma organização espacial, uma etiqueta para entrar no acampamento e nele se instalar, regras para ali conviver, um vocabulário próprio e elementos dotados de forte simbolismo, como a bandeira e a lona preta, que constituíam os marcos distintivos. Essa combinação de aspectos modelares constitui uma forma, a forma acampamento (SIGAUD, 2005, p. 260).

Para Sousa (2009), o acampamento é o lugar, singular em suas particularidades e objetivos, nas suas relações e estratégias de luta e conquista da terra. Não é apenas um espaço físico ocupado por lonas pretas, organizados em fileiras à beira das estradas. É o mundo que se reconfigura no imaginário daqueles que sonham com a reforma agrária.

Nesta perspectiva, importante compreender não apenas o acampamento como também o acampado, como um ser social, imbuído de subjetividades e objetividades na relação que se constrói com o seu lugar e com os demais que ali habitam. Eis o sentido da totalidade.

Na relação entre este ser social, a natureza e os demais homens, temos o trabalho enquanto mediação fundamental, que determina a atuação deste homem no mundo, tendo por base suas condições sócio-históricas, culturais e econômicas, numa relação dialética. Assim se constrói a maneira como agem e expressam não apenas as suas individualidades, mas também a sua totalidade. Para melhor compreensão desta relação de individualidade humana na perspectiva da totalidade, partindo ainda de sua vinculação com a classe social, as interpretações do antropólogo italiano Massimo Canevacci, que trata a individualidade humana na perspectiva da totalidade, sem desvinculá-la da noção de classe social.

Canevacci (1984) aborda a perspectiva da “totalidade”, tanto em termos das determinações sócio-político-econômicas, como na compreensão sobre o próprio indivíduo. O autor alerta para a necessidade de “evitar riscos”, ou seja, de não “alucinar a crítica da economia política” e de não absolutizar a classe social em detrimento do indivíduo, do homem concreto, em suas determinações específicas de raça, de sexo, de cultura etc. Como antropólogo, é fundamental a diferenciação para a qual nos chama a atenção: A dialética entre “autoconsciência do indivíduo” e “autoconsciência social”, possível na medida em que se tome consciência dos outros indivíduos e principalmente da “substância secreta que legitima o reconhecimento da individualidade para alguns e a exclui para outros: a propriedade” (CANEVACCI, 1984, p. 9).

Ao fazer suas críticas, Canevacci propõe a necessidade de incorporar a perspectiva da totalidade, dizendo que a “fundação materialista da subjetividade” deve passar por uma redefinição que considere tanto as análises de ordem estruturais quanto as de ordem naturais (ou culturais) da estratificação de classes, pois uma não anula e nem supera a outra.

Os apontamentos apresentados por este antropólogo nos remetem questões fundamentais, nas quais o indivíduo não pode mais ser considerado exclusivamente em função da determinação econômica, pois ele sofre, vivencia e se objetiva também em outras esferas da vida. E é nesta perspectiva que se propõe a analisar os diálogos e a realidade dos acampados em Sergipe.

A origem e motivação da luta nos acampamentos

De acordo com Sousa (2009) o lugar acampamento, singular em suas particularidades e objetivos, nas suas relações e estratégias de luta e conquista da terra, não é apenas o espaço físico ocupado por lonas pretas, organizados em fileiras à beira das estradas. É o mundo que se reconfigura no imaginário daqueles que sonham com a reforma agrária.

Loera (2006) corrobora ao mostrar os significados e motivos de pessoas que, embora coordenadas pela disciplina e pelos valores de uma organização social, ocupam terras para realizar sonhos e ter perspectivas de “ganhar a terra, manobrar ela”, “ter um pedacinho de terra e liberdade”.

Os diálogos com os acampados revelam que, em sua maioria, foram motivados para a luta a partir das condições difíceis de manterem nas cidades e suas periferias. Um fenômeno comum é relatado pelos acampados, que diz respeito ao primeiro contato com os organizadores da luta. Cada família, direta ou indiretamente, foi de alguma forma envolvida e mobilizado pelos movimentos sociais e a partir de então, ingressaram na luta. “Nestes casos, famílias relatam que ouviram um carro de som” chamando os trabalhadores para reunir e discutir sobre terra para trabalhar, terra para os trabalhadores. E a partir deste chamado participaram então de uma primeira reunião, na qual ouviram falar sobre o que era a tal reforma agrária e possibilidade de ter acesso à terra.

Sobre esta motivação, é evidente que o sonho da terra é a mola propulsora para que, mediante ingresso nos movimentos sociais diversos, o trabalhador decida ocupar uma determinada terra que é passível de desapropriação para fins de reforma agrária, junto com sua família, passando a integrar uma nova realidade, uma nova identidade: A de “sem terra”!

Os sonhos são muitos e mesmo diante de tantas dificuldades enfrentadas, entre elas a ameaça de morte por parte de fazendeiros e reintegração de posse, as famílias se instalam em barracos que normalmente são feitos de lona preta ou outros materiais e seguem numa nova rotina de vida. De todos os sonhos, receber a terra é o que viabiliza todos os demais e motiva a permanência numa longa fila de espera, que a exemplo dos acampamentos visitados, pode durar até 12 anos. Uma espera sem fim, mas que é o único

caminho possível a maioria deles. As histórias sobre a origem dos acampamentos são várias. Os locais para construção dos acampamentos são muitas vezes distantes de suas casas. Sim, ter casa não é impedimento para que se pleiteie a terra via reforma agrária, embora por este motivo muitos sejam duramente criticados pela sociedade, condenados pela mídia. Portanto, escolher ser acampado e lutar pela terra é uma escolha no mínimo pesada para aqueles que em muitos casos, a única oportunidade de mudar de vida para melhor. De acordo com Gonçalves Honório (2005)

[...] Ocupar uma área não é tarefa das mais fáceis. Antes de tudo, é preciso se convencer e convencer sua família que se vive uma situação de injustiça inaceitável contra a qual é necessário lutar. Em seguida, é preciso vencer um medo real da violência que poderá vir dos latifundiários e, ou, da polícia do Estado. É preciso ainda saber que se está ocupando uma área sem conhecer ao certo quais serão os desdobramentos (GONÇALVES HONÓRIO, 2005, p. 150).

Sousa (2009) verificou-se que as famílias acampadas se encontram em situação de risco, seja pelas condições precárias debaixo das “lonas” pretas, quentes e úmidas, seja pelas picadas de cobras e ataque de outros animais e insetos, pelo risco constante de acidentes, sobretudo para os que se encontram nas margens das rodovias, e até mesmo pela exposição às agressões verbais, aos preconceitos e aos objetos atirados pelos carros, além das privações, a exemplo da insegurança alimentar.

Entre os acampados, há os mais diferentes perfis. Mulheres que sozinha lutam com seus filhos pequenos, homens com tradição de trabalho no campo, mas que no momento, sem terra e sem condições de trabalho. Meeiros, parceiros, arrendatários ou trabalhadores volantes, que sonham com a sua própria terra. Trabalhadores desempregados, jovens. Não há um perfil único para aqueles que lutam pela terra, o que pode significar uma realidade perversa para a sobrevivência das classes menos favorecidas neste país. E para permanecer nesta luta é preciso coragem, persistência, paciência.

As regras, a organização e as relações sociais nos acampamentos

A primeira saga dos acampados é construir os acampamentos, a estrutura física que ao mesmo tempo simboliza a resistência e presença 24 horas por dia na luta, também representa um novo lar, a materialização da vida familiar e novas relações sociais que se estabelecem, regras que orientam o convívio, tudo a partir de diferentes olhares, diferentes culturas, percepções e histórias de vida. O acampamento pode ser provisório, mas pode durar quase uma eternidade.

A construção dos barracos segue um padrão típico, que se dispõe em fileiras e próximos uns dos outros. E não por acaso, mas pela necessidade de união e segurança do grupo. O material normalmente utilizado é a lona preta, por ser de baixo custo e que pode ser sustentada a partir de materiais encontrados gratuitamente como troncos, vigas de madeiras e outros. Nos acampamentos da Região Leste, outros materiais são utilizados conforme disponibilidade, tal qual a palha dos coqueiros (Figura 1), muito comum naquela região. Importa mesmo é criar um espaço que abrigue da chuva e do sol, o mínimo de conforto, embora esta palavra seja incompatível com o calor da região e o pequeno espaço.

Figura 1: Material de construção alternativo, palha de coqueiros.



Fonte: fotografia do acervo pessoal da pesquisadora (2008).

Mas os barracos não são apenas lugares de passagem. Ali moram e vivem a família inteira, homens, mulheres, jovens, sendo observados de bebês recém-nascidos a pessoas idosos. E a estrutura é mínima, sem nenhuma possibilidade de saneamento básico ou acesso à iluminação e água. Tudo improvisado, um eterno improvisado na esperança de que logo sairão dali. Mas enquanto não saem, vivem como podem. Recriam as suas possibilidades, refazem suas estratégias de sobrevivência.

Estas descrições estão alinhadas aos estudos de Sigaud (2005):

Do ato da ocupação tendiam a participar preferencialmente os homens adultos; mulheres e crianças chegavam depois. A montagem da barraca sinalizava a participação no acampamento. Os indivíduos não permaneciam ali todo o tempo, pois a maioria não interrompia as atividades destinadas à manutenção da família, saindo para trabalhar nos canaviais, fazer biscates na construção civil, atuar como vigias ou vendedores ambulantes, catar caranguejos nos mangues etc., enquanto as famílias ficavam cuidando das

barracas. Havia ainda aqueles que passavam longos períodos fora, deixando a barraca fechada, sozinha, ou um parente ou conhecido tomando conta. Periodicamente retornavam e assim reafirmavam seus laços com os demais (SIGAUD, 2005, p. 258).

Aspecto curioso é perceber que há uma grande contradição em ser provisório e ao mesmo tempo não ser. Os acampamentos seguem a mesma linha de uma casa comum, onde muitas vezes as famílias cultivam alguns alimentos básicos nos arredores, tais como olerícolas, mandioca e outros. E ainda ampliam a ideia do lar, plantando jardim em volta dos barracos, com flores e plantas ornamentais, o que dá vida aquele espaço sem vida da lona preta.

Além da parte externa, internamente os barracos são planejados e organizados de modo a reproduzir a casa, com decoração que traz vida ao lugar, e em sua maioria, com rádios ou similares, que normalmente tocam o tempo todo para se conectarem com os acontecimentos ou simplesmente alegrar com a música (Figura 2).

Figura 2: Acampamentos reproduzindo o cotidiano



Fonte: fotografia do acervo pessoal da pesquisadora (2008).

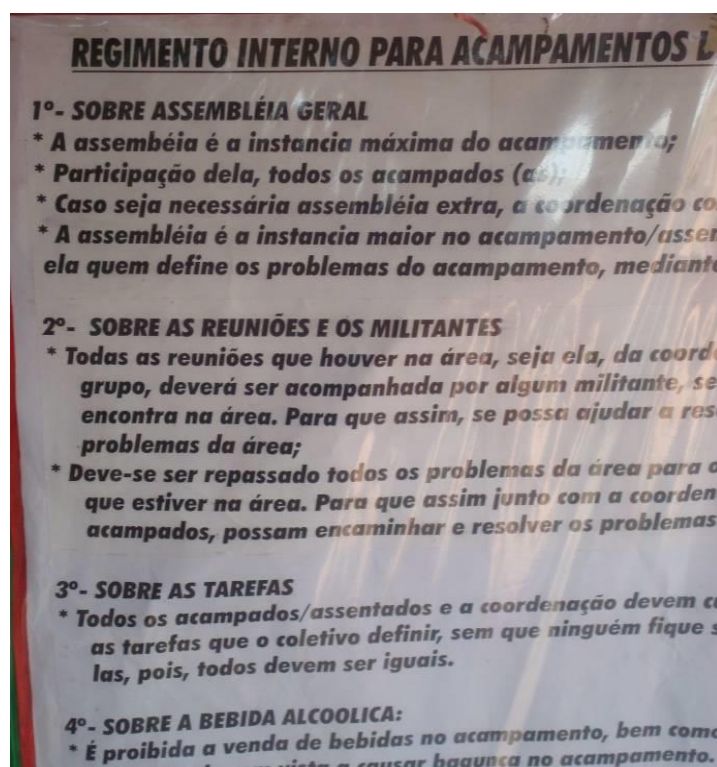
A vida diária no acampamento segue regras, regras estas que são apresentadas pelo próprio movimento social envolvido na organização do acampamento como também ampliadas pelos próprios acampados daquele lugar. Em um destes acampamentos, as regras e normas estavam visíveis a todos, como mostra a Figura 3.

Loera (2006) destaca que no acampamento e nas redes que nele se estabelecem, são observados compromissos e obrigações que se traduzem em atividades diárias dos acampados: “arrecadar alimentos, fazer trabalho de base e ocupações, participar de reuniões passeatas ou marchas”, além de compromissos individuais.

Um relato importante foi dado sobre as regras extras que são criadas. Entre estas, um acampado relatou que um colega foi expulso pela coordenação do acampamento porque estava sempre agredindo sua esposa, inclusive fisicamente. Mesmo diante das advertências ele não reagiu positivamente, não tiveram outra alternativa senão expulsá-lo do acampamento, passando a sua esposa então a ser a possível beneficiária da terra.

No acampamento há sempre reuniões não apenas para que discutam as estratégias de luta, espaço de formação, algumas vezes até escola, para receber visitantes do Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária - INCRA, realizar comemorações, entre outros. Os acampamentos sempre têm estes espaços de uso do coletivo (Figura 4).

Figura 4: As regras de convivência



Fonte: fotografia do acervo pessoal da pesquisadora (2008).

Figura 4: Espaço coletivo



Fonte: fotografia do acervo pessoal da pesquisadora (2008).

Para que possam sobreviver, estas famílias realizam atividades remuneradas por dia de serviço, quanto mais perto da cidade, maiores são as oportunidades. Os acampados recebem cestas básicas enquanto estão aguardando a reforma agrária, o que não é suficiente para a segurança alimentar destas. É importante esclarecer que há revezamentos com o objetivo de permitir que o acampamento fique sempre sob os cuidados de um grupo enquanto outros trabalham.

Sigaud (2005) destaca esta divisão de trabalho e rodízios na busca por sobrevivência nos acampamentos:

Em todos os acampamentos havia uma divisão do trabalho organizada em comissões, como as encarregadas da segurança, que zelava pelo acampamento, sobretudo à noite, e da alimentação, que administrava o provisionamento dos participantes. Os movimentos tratavam de conseguir dos órgãos governamentais, sobretudo o Incra, mas também das prefeituras, dos vereadores e das igrejas locais, alimentos para os acampados, além de promover pedágios nas estradas para arrecadar dinheiro e coleta de gêneros nos estabelecimentos comerciais (SIGAUD, 2005, p. 258).

Em um dos acampamentos, um grupo organizado de mulheres produziam e vendiam artesanato (objetos decorativos) feitos a partir de conchas e outros materiais recolhidos. Todas as formas de sobreviver são consideradas. Mas ainda assim, a dificuldade é grande, sobretudo com respeito com relação à alimentação que precisam garantir diariamente. As mesmas dificuldades também foram observadas nos estudos de Sigaud (2005) e Loera (2006).

Acampamentos: Histórias sem fim

Durante o trabalho de campo, acompanhar a rotina das famílias acampadas, ouvir as suas histórias e presenciar momentos importantes foi um grande aprendizado não apenas para o registro etnográfico, mas para a compreensão da vida, do outro e sua realidade tão diferente. Aqui descreveria histórias sem fim, mas que na impossibilidade de alongar demais o relato, resumirei em algumas experiências marcantes.

Presenciei uma ação de reintegração de posse, na qual as famílias receberam do oficial de justiça o mandado de reintegração, ordenando que desocupassem aquela área. Neste momento há um ligeiro tumulto, mas logo há o silêncio. Parece que naquele silêncio ecoa o grito de quem terá que recomeçar do zero, noutro lugar. Terá que juntar os poucos pertences e seguir em busca de outra oportunidade. Deixar para trás as plantas bem cuidadas, a horta repleta, os improvisos que deveriam ser refeitos noutro lugar. Esta experiência mostrava claramente a tristeza em cada olhar e para, além disso, a dúvida pairava sobre o fato de que em algum momento ainda daria certo este sonho de ter sua própria terra.

Numa destas visitas, como de costume, o grupo presente no acampamento correu para me receber. E diante de muitas alegrias por ter alguém ali, embora nem soubessem bem pra que e nem porque, o grupo se desligou do fogão de lenha que estava aceso com uma grande panela preparada para cozinhar algo coletivo. De repente ouço o grito de alguém: Pega o cachorro, pega o cachorro! E para tristeza de todos nós, enquanto se distraíram com a minha presença, esqueceram o único alimento disponível para aquele dia, que era um mocotó que seria preparado para todos. O cachorro chegou primeiro, e levou sozinho aquilo que seria o almoço de todos. Sinceramente a minha tristeza foi maior, pois me sentia culpada por tê-los distraído. Mas já não havia mais volta, o cachorro longe seguia sem que ninguém pudesse alcançá-lo.

Uma mãe relatou que teve cinco filhos. E que naquele momento estava se recuperando da morte de um deles, com apenas alguns meses de vida. O motivo da morte, que trazia aos olhos daquela mãe lágrimas quase contidas, teria sido o fato de tê-lo deixado dormindo no barraco em um dia muito quente, enquanto trabalhava no roçado coletivo, bem ali ao lado. A E não suportando o calor, a criança desfaleceu. Embora tivessem tentado na beira da estrada buscar ajuda, não houve carro que pudesse levar ao pronto socorro, de modo que ali mesmo faleceu e ali mesmo fora enterrada. Relato muito triste, sobretudo quando uma mãe ouve de outra tal tragédia.

Entre os relatos, sempre remetiam aos estereótipos que recebiam de desconhecidos, a visão equivocada que as pessoas tinham deles, ao estarem vestindo a camisa dos movimentos sociais. A luta pela terra é permeada de estereótipos e muito do que se

conhece em geral é bem distante do que estar lá e ver de perto, conhecer. Mas para o campo eles pareciam oferecer ameaça. E por isso eram também constantemente ameaçados. Um dos acampamentos sofreu uma tentativa de homicídio, em que carros transitaram pela Rodovia e atiravam contra o barraco durante a noite. Felizmente ninguém se feriu, mas o medo era uma companhia constante. Outro acampamento teve seus barracos queimados durante a noite enquanto dormiam. Atearam fogo e fugiram, as palhas do coqueiro seca queimaram depressa. As famílias conseguiram fugir a tempo, mas perdeu todo o pouco que tinham naqueles barracos.

Presenciei um momento de revolta de um acampado, que chorava em desespero por não aguentar mais esta espera sem fim, a ausência de tudo o que gostaria de prover aos seus filhos e a sensação de abandono e descaso, a tentativa de buscar algum salvador. Gritava em alto tom que o INCRA não se preocupava com eles, que até mesmo o movimento social que organizava o acampamento estaria enrolando ele. Sem êxito. Ninguém ali podia fazer nada ao não ser ouvir seus gritos. Inclusive eu, que ouvia impotente aquele clamor, que talvez tenha sido motivado exatamente pela minha presença.

E minha presença ali era da pesquisadora, que nada iria fazer de concreto em favor de suas vidas. Ao mesmo tempo, longe de ser incômoda, minha presença parecia novidade, era alguém ali para ouvir suas histórias, para conhecer a sua realidade. E talvez por isso ali estivesse sempre prontos para me contarem tudo e sempre com muita alegria, sorrisos e uma agrado, mesmo que nada pudessem oferecer. E mesmo na certeza de que ali estava impotente, de explicar com muito cuidado o objetivo da minha visita, eu também tinha esperança de que algo um dia pudesse mudar. E esta esperança encontrou amparo e aconchego na fala de um senhor acampado, que me disse assim: “Não importa se a senhora agora não veio aqui fazer e nem trazer nada pra nós. Importa que a senhora agora conhece nossa vida, nossa história. E quem sabe um dia pode contar pra todo mundo, pra todo mundo saber como nois vive aqui e precisa de dar um jeito na vida. E quem sabe aparece alguém que escute isso e pode então fazer alguma coisa pra nois!”.

Considerações finais

O acampamento é um lugar que se constrói a partir dos ideais de luta pela terra e possibilidade de uma vida melhor. É um lugar único, que por mais que seja teoricamente um lugar provisório, traz em si as configurações de um lar permanente, com toda a sua estratégia de sobrevivência, relações sociais, histórias e memórias, que como experiência humana, que representa muito mais do que a localização espacial.

A experiência de estar no acampamento, vivenciar a rotina, ouvir as histórias das pessoas e do lugar, é incomparável, altamente singular. É ainda desafiador enquanto pesquisadora ouvir relatos tão fortes, tão pesados, face aos sujeitos de direitos, que são desprovidos da dignidade de viver bem, se sujeitando às mazelas do acampamento, em troca de um futuro que pode chegar tarde, ou não chegar com a sonhada reforma agrária.

Conhecer de perto os acampamentos traz a certeza de que há discursos muito distantes da realidade, sobretudo se forem relacionados à desqualificação da luta, do sem terra, do acampado, do acampamento, que muitas vezes é o único discurso distribuído gratuitamente e diariamente à sociedade. Traz ainda a certeza de que é preciso revelar esta realidade, cada vez mais, não apenas na academia, mas em todos os lugares possíveis. Os diversos estudos que retratam a realidade dos acampamentos de luta pela terra, suas dinâmicas, têm em comum suas configurações e estratégias. Mas é inegável que todos convergem na luta contra a má ou nenhuma distribuição de terras, de um capitalismo excludente e na tentativa de sobrevivência, entre as condições objetivas e as subjetividades da construção do ser social.

Por fim, este artigo pode apresentar o lugar acampamento como sendo o espaço geográfico e o conjunto de experiências vividas, que dão sentido e constroem a identidade dos acampados com a luta pela terra. De acordo com Loera (2006) na finalização de sua obra, o acampamento é o lugar onde se namora, se troca, se fazem bicos, se recebe ajudas, mas, também, é um lugar liminar, de passagem, onde se espera, onde, segundo os próprios acampados, “se sofre debaixo da lona preta” em busca de uma vida melhor (LOERA, 2006, p. 131).

Referências

- AGIER, Michel. Lugares e redes – As mediações da cultura urbana. In: NIEMEYER, Ana Maria de & GODOI, Emília Piatrafesa de (orgs.). **Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os territórios urbanos**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998. p.41-59.
- AZEVEDO, Francisco F. de. **Entre a Cultura e a Política: uma Geografia dos "currais" no sertão do Seridó Potiguar**. Uberlândia: UFU/IG/Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2007. Sitiantes do Nordeste. São Paulo: HUCITEC, 336p. (Série Estudos Rurais 13).
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidad líquida**. 6. ed., Buenos Aires: Grafimor S. A., Fondo de Cultura Económica, 2002. 260p.
- BECKER. Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.
- CANEVACCI, Massimo. **Dialética do Indivíduo** . 2. ED. São Paulo : Ed. Brasiliense, 1984.

CAPEL, Horacio. **Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea: una introducción a la geografía**. Barcelona: Barcanova, 1981. 509 p.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O Trabalho do Antropólogo**. SP: Unesp 2000.

FRANCO, Maria Garcia. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. 2004. 227 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Julio de Mesquita Filho, Presidente Prudente-SP, 2004.

GONÇALVES HONÓRIO, R. C. Acampamentos: novas relações de gênero (con)fundidas na luta pela terra. **Lutas Sociais**, n. 13/14, 2005, p. 147-159.

IHA, Mônica Hashimoto. **Territorialidade da “posse” na luta pela reforma agrária: os Acampamentos do MST em Iaras (SP)**. 2005. 168 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2005.

LOERA, Nashieli. **A espiral das ocupações de terra**. São Paulo-SP: Polis; Campinas: CERES, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A geografia das lutas no campo**. 13 ed., São Paulo-SO: Contexto, 2005. 128p. (Coleção Repensando a Geografia)

RELPH, Edward. C. As bases fenomenológicas da Geografia. **Geografia**, Rio Claro, v. 4, n. 7, p.1-25. 1979.

SIGAUD, Lygia. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. **Novos Estudos Cebrap**, n. 58, 2000, p. 255-279.

_____. As condições de possibilidade das ocupações de terra. **Tempo Social**. vol.17 no.1 São Paulo June 2005. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-20702005000100011>. Acesso em: 26 de maio de 2020.

SOUSA, Júnia Marise Matos de. **“Do acampamento ao assentamento: uma análise da reforma agrária e qualidade de vida em Sergipe”**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE, 2009

TURATTI, Maria Cecília Manzoli. **Os filhos da lona preta: notas antropológicas sobre a sociabilidade e poder em acampamentos do MST no Estado de São Paulo**. 1999. 156 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 1999.

Sobre a autora

Júnia Marise Matos de Sousa. Graduação em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) (1999), mestrado em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) (2003), doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) (2009). Professora do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (UFV). **Orcid**: <https://orcid.org/0000-0002-4165-7055>

Como citar este artigo

SOUSA, Júnia Marise Matos. Acampamentos de luta pela terra: os lugares da resistência. **Revista NERA**, v. 24, n. 59, p. 176-191, Dossiê, 2021.

Recebido para publicação em 20/09/20
Aceito para a publicação em 10/06/21

Um breve histórico jurídico e as injustiças promovidas nos territórios extrativo-mineral no Brasil¹

Lucas Zenha Antonino

Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Salvador, Bahia, Brasil.
e-mail: lucaszenhas@gmail.com

Resumo

O presente artigo é um esforço para compreender parte da gênese e dos processos ocorridos na tutela do direito para acessar as riquezas minerais no passar do espaço-tempo. Além das legislações que interferiram diretamente no uso e na ocupação do solo/subsolo, e da forma como se produz o espaço, sendo a maioria das jazidas situadas no campo, este debate perpassa, também, pela ciência geográfica, pela questão agrária, pela reflexão sobre natureza e pela categoria território. O trajeto percorreu importantes períodos da história de formação do território brasileiro, chegando à implantação do Novo Código Mineral (2019). Assim, corrobora-se para a compreensão das injustiças nas proposições jurídicas na formação dos territórios extrativo-mineral, demonstrando a ausência popular nas decisões e nas formulações de políticas públicas minerais.

Palavras-chave: Mineração; Legislação; Territórios; Brasil.

A brief legal history and the injustices promoted in the extractive-mineral territories in Brazil

Abstract

This article is an effort to understand part of the genesis and of the processes that took place in the protection of the right to access mineral wealth over space-time. In addition to the laws that directly interfered with the use and occupation of the soil / subsoil, and the way in which the space is produced, with most of the deposits located in the countryside, this debate also runs through geographic science, the agrarian question, the reflection about nature and the territory category. The route covered important periods in the history of the formation of Brazilian territory, reaching the implementation of the New Mineral Code (2019). Thus, it corroborates for the understanding of the injustices in the legal propositions in the formation of the extractive-mineral territories, demonstrating the popular absence in the decisions and formulations of mineral public policies.

Keywords: Mining; Legislation; Territories; Brazil.

Una breve historia legal y las injusticias promovidas en los territorios de extracción de minerales en Brasil

Resumen

Este artículo es un esfuerzo por comprender parte de la génesis y de los procesos que tuvieron lugar en la protección del derecho de acceso a la riqueza mineral en el espacio-

¹ Pesquisa financiada pelo Ministério da Educação. Bolsa Capes de Doutorado (2015/2019).

tiempo. Además de las leyes que interfieren directamente con el uso y la ocupación del suelo / subsuelo, y la forma en que se produce el espacio, con la mayoría de los depósitos ubicados en el campo, este debate también se extiende a la ciencia geográfica, la cuestión agraria, la reflexión sobre la naturaleza y la categoría territorio. La ruta abarcó períodos importantes en la historia de la formación del territorio brasileño, llegando a la implementación del Nuevo Código de Minerales (2019). Por lo tanto, corrobora la comprensión de las injusticias en las proposiciones legales en la formación de los territorios extractivos-minerales, lo que demuestra la ausencia popular en las decisiones y formulaciones de las políticas públicas mineras.

Palabras-clave: Minería; Legislación; Territorios; Injusticia; Brasil.

Introdução

Toda extração mineral realizada neste território, hoje conhecido como Brasil, sempre esteve atrelada a algum arcabouço jurídico que especificasse as “regras do jogo” para tal procedimento. Seja no período colonial, imperial, republicano democrático ou ditatorial, esse setor despertou disputas na elaboração dos marcos legais e institucionais. Conhecer as regras do Regime Jurídico do Aproveitamento dos Recursos Minerais no Brasil é de suma importância para quem vai realizar qualquer extração. Obter o poder de alterá-las é tarefa primordial para a hegemonia exercer e ditar os rumos posteriores destes “territórios extrativo-mineral” (ANTONINO, 2019).

Segundo Marques Neto (2001, p 87), toda “elaboração normativa sofre fortes influências do sistema político e ideológico dominante em cada sociedade, às quais não está isenta, por seu turno, a própria elaboração teórico-científica, que não é absolutamente neutra”. O professor complementa dizendo que as normativas sofrem as mais diversas influências das variadas dimensões do espaço-tempo social, de onde brota e se transforma. O papel desempenhado pelo Direito Positivo fora indicado ainda por Marx (*apud* MARQUES NETO, 2001, p.113), sobretudo o fato de exercer claramente, ao longo da História, a manutenção e o agravamento da estrutura de dominação de uma classe sobre outra, escondendo, “sob o manto ideológico da legalidade e de uma, não raro pretensa, legitimidade, as contradições sociais, e contribuindo, dessa forma, para assegurar os privilégios que a si mesmas se conferem as classes dominantes”.

A complexidade da arquitetura jurídica da mineração fica a cargo de peritos e de escritórios de advocacia especializados no setor, longe da cognição de ampla maioria da população brasileira; quem dirá os que vivenciam esses conflitos no cotidiano, violência latente promovida nos territórios extrativo-mineral, ceifados de cidadania e ávidos pela atividade lucrativa da lavra, tudo isso respaldados pelo caráter formal jurídico que os

beneficiam. Para Santos (1982), se ainda não existe cidadão e cidadania no território brasileiro, é preciso construí-la na busca de uma verdadeira democracia, cujo modelo econômico se subordinaria a um modelo cívico cidadão e mais igualitário.

A única exceção da inexistência de um aparato estatal regulador, obviamente, foi o período anterior aos portugueses ancorarem neste território, quando do predomínio da população indígena que usavam os minerais em instrumentos necessários ao dia a dia, conforme estudos arqueológicos demonstram a não modificação drástica da paisagem. Diversos questionamentos e análises ainda estão em aberto, mas pode-se afirmar que os povos originários eram e são os que não têm um poder centralizador semelhantes à de um Estado e foram os que mais preservaram esse território e a natureza.

Desde a descoberta do ouro e dos diamantes, no período Colonial português, até a presente data (2020), o poder estatal esteve acoplado e definindo as regras desse setor lucrativo. Em cada período se alterou legislações da forma como melhor atendessem aos objetivos dos principais envolvidos no poder, aliados ao interesse internacional. Em qual momento do processo de formação do território brasileiro a população foi convocada ou estimulada a dialogar e a definir os rumos das extrações minerais? A completa inexistência desta ocasião é a regra, não se tem registro de algum momento em que houve grande discussão em nível nacional, muito menos pensando em aspectos da cidadania, dos direitos democráticos e da soberania popular. É importante lembrar que períodos democráticos foram exceções em toda a história e constituição desse Estado-Nação, bradado por ser “bonito por natureza”. Mesmo nestes curtos períodos não se registraram amplas participações cidadãos em assuntos de fundamental importância para a sociedade².

Considerações de Gomes ressaltam que lidamos com legislações em tempos de golpes, aliado a um “verniz ambiental”, quando relacionado à natureza. Isso não está relacionado apenas a algum período do passado, embora ainda se perpetue na atualidade na reformulação do Novo Código Mineral, que passou por novas modificações, justamente, em um período crítico e acirrado da política nacional brasileira – 2015/2018 (informação verbal)³. Intrinsecamente, são os próprios mandatários do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), novamente alterado para MDB, os maiores “responsáveis”, há décadas, por distribuir as “cartas do jogo mineral”. Segundo Oliveira (2014, p.24), “fica evidente o compromisso desses parlamentares com as mineradoras, reforçado pela sua

² Importante destacar a luta e campanha de Getúlio Vargas com a descoberta de petróleo na Bahia com a famosa frase “O petróleo é nosso”, que atingiu a escala nacional.

³ Diálogos na exposição da maquete da barragem de Mariana (UFBA, 2017). O período refere-se ao 2º mandato de Dilma (PT) derrubada com por “Pedaladas Fiscais”, cujo Senado comprovou, posteriormente, que Dilma não teria responsabilidade. O Vice Michel (PMDB) assume e permite em futuras execuções. Governadores realizaram essas manobras fiscais, nunca foram punidos.

atitude antidemocrática de levar à votação o novo código sem um amplo debate com os trabalhadores, suas organizações sociais e com as comunidades dos territórios que são ou serão atingidos pelos projetos de mineração”⁴.

Nos últimos dois séculos testemunhou-se uma reestruturação dramática do espaço geográfico, o meio natural foi dando espaço ao meio técnico-científico e informacional (SANTOS, 2004). A Geologia propõe uma nova Era, a do Antropoceno. Tornamo-nos uma “força geológica” capaz de “moldar” o planeta. Assim, também, as concepções de natureza foram “moldadas” hegemonicamente, estabelecendo os “territórios recursos” a partir de uma territorialidade utilitarista e, mais especificamente, em território extrativo-mineral, em que a natureza é conceituada como inorgânica, tornando-se uma coisa física e a esfera humana é simplesmente abandonada. Visões de mundo e visões de natureza reforçam a ideia de que a cada transformação das correntes científicas ou paradigmas dominantes, as próprias concepções dos pesquisadores são transformadas e, também, as visões de mundo e de natureza da própria sociedade, conforme Cidade (2001) debateu a temática.

Portanto, o debate sobre o arcabouço jurídico elaborado na história de formação territorial brasileira abrange todas as contradições e violações vivenciadas pelos povos do campo e pelas comunidades tradicionais nesse conflito entre desiguais.

Metodologia

O presente artigo foi elaborado com objetivo de compreender parte das questões jurídicas envolvidas na mineração ao longo dos séculos de formação geográfica brasileira. Por meio da construção e análise de um quadro-resumo denominado “Histórico dos Marcos Legais e Institucionais da Mineração no Brasil” (ANTONINO, 2019), foi possível visualizar a quem essas legislações sempre beneficiaram. O objetivo central foi o de contribuir para a compreensão da gênese e dos processos ocorridos na tutela do direito para acessar tais riquezas minerais no passar do tempo-espaço.

Por se tratar de legislações que interferem diretamente no uso e na ocupação do solo/subsolo, além da forma como se produz o espaço, maioria das jazidas situadas no campo, este debate perpassa, também, pela ciência geográfica e pela reflexão sobre a categoria território. Essa palavra, conceito e/ou categoria já foi centralidade nas pesquisas de inúmeros nomes da Geografia, destacando Gottmanm (1975); Raffestin (1993); Santos

⁴ Bancada com 196 membros: Edison L. Filho (MA); Romero J. (RR); José Sarney (AP); Eduardo Cunha (RJ); Leonardo Quintão (MG); Arthur Maia (BA), todos do PMDB na época, que ou possuem empresas, ou indicam os cargos, ou estão em comissões específicas e com as mãos na reformulação do Novo Código. Partidos como o PT e o PSDB foram os que mais receberam recursos de campanha (2014) do setor mineral.

(2007); Silveira (2011); Souza (1995); Souza. M (2017); Haesbaert (2007) e Moreira (2016). Todo esse arcabouço teórico geográfico serviu como referência na elaboração da presente análise sobre as características dos territórios extrativo-mineral (ANTONINO, 2019).

Sobre as legislações e os diferentes períodos perpassados, publicações do próprio Ministério de Minas e Energia (2013) e de Barbosa (1994) foram essenciais. A trajetória percorrida se inicia desde o Período Colonial, onde solo e do subsolo pertenciam ao Estado-monarca; o Brasil Império (1822), embora concebesse o direito pleno de propriedade, prevaleceu o Estado como dono do subsolo; a Lei de Terra, de 1850 (Lei nº 601), inviabilizando o acesso às terras pelos escravos recém libertos; a queda do Império, cuja propriedade do subsolo pertence ao dono do solo ou superficiário; o Regime de acessão (1891-1934); a era Vargas (1930); Ditadura 1967 – Código Mineral – que extingue a prioridade do proprietário do solo e instaura o princípio da precedência”; em 1988, na elaboração da nova Constituição Federal, que se iniciam debates sobre o meio ambiente e é incluso na legislação brasileira; a Lei Kandir de Fernando Henrique Cardoso no ano de 1996; e os debates mais recentes sobre o Novo Código Mineral (2013 / 2018) e atribuições da Agência Nacional de Mineração (ANM) na emissão de “declaração de utilidade pública”, além de novos valores e formas de distribuição da Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (CFEM)⁵. Portanto, esse foram os períodos analisados no presente artigo sobre a construção da legislação entorno do setor mineral brasileiro.

Marcos Legais da Mineração: o Período Colonial

O primeiro e mais duradouro marco legal foi o do Período Colonial, com duração de mais de 300 anos, cuja regulamentação do solo e do subsolo pertencia à Coroa Portuguesa, a propriedade era do Estado-monarca. A teoria predominante era a de um Estado Regalista, em que este não admite a responsabilização civil perante seus atos. Assim, ficou mais conhecida como a teoria da irresponsabilidade patrimonial. A historiografia sobre esse período é farta e revela que um verdadeiro saque mineral foi realizado nas entranhas das montanhas, vales, fundos e beiras dos rios deste enorme território. Baseados em um sistema escravagista, com altos lucros no comércio triangular entre Europa, África e América, a mão de obra negra africana foi demasiadamente usada nessas descobertas e extrações de metais preciosos, além de em outros ciclos econômicos.

⁵ CFEM é uma das principais fontes de arrecadação, ação compensatória pela extração. A base do cálculo era o faturamento líquido. Após Lei nº 13.540/2017, a base passou a incidir sobre a receita bruta da venda deduzindo os tributos sobre sua comercialização, pagos ou compensados (Dicionário crítico de mineração, 2018).

Rugendas (1954, p.47) destaca que o “produto de todas as lavagens de ouro” deveria ser entregue a fundição imperial, sua circulação no interior da província era proibida. Na casa de fundição purificava-se o ouro por fusão, faziam as barras de diversos tamanhos, submetiam-nas às necessárias experiências e eram devidamente marcadas. Depois de todo esse processo separavam-se os impostos dessas lavagens, o conhecido quinto. Posteriormente, era possível colocar o ouro no mercado ou exportá-lo, neste último caso era preciso uma autorização especial da Coroa, embora a maioria da produção fosse destinada a esse fim. Inúmeros e “magníficos” edifícios foram construídos em Lisboa apenas com recursos do quinto explorado nas terras coloniais.

Leis severas foram decretadas contra as fraudes e os contrabandos. Assim, para assegurar a sua aplicação, foram criados postos alfandegários e militares nas rotas das minas até o litoral do continente. Rugendas (1954[1940], p.48) reforça algo semelhante que também fora dito por Herberto Sales (1955) sobre esses objetos tão facilmente sonegáveis: “[...] num país como Brasil, os verdadeiros contrabandistas escapam a quaisquer medidas”. Mesmo com intensas vigilâncias sobre os escravos, na proporção de um fiscal para cada cinco ou seis escravos, e com penas extremamente severas, as fraudes e o tráfico nunca cessaram.

Ainda hoje, com toda técnica e tecnologia disponível, ainda existe contrabando dessas substâncias valiosas no mercado internacional, recheado de fraudes e de assassinatos. No caso dos diamantes, mesmo com a implantação do Sistema de Certificação do Processo Kimberley, em 2003, um relatório denuncia que estas atuais legislações do mercado internacional foram formuladas para não serem cumpridas, ou seja, apenas “para inglês ver”; ratificando o que se cunhou em 1830, quando o Brasil, sob pressão da Inglaterra, começou a aprovar leis contra o tráfico de escravos, mas na verdade somente aboliu várias décadas posteriores (PAC, 2006).

É possível aprofundar em diversas temáticas que envolvem a mineração e a Coroa Portuguesa durante esse período, porém o principal se refere ao Estado Regalista, cujo controle do solo e do subsolo era absoluto.

O Brasil Império

A partir do Brasil Império (1822), emancipado do colonialismo português, o Estado era constituído pela Monarquia que possuía poderes hereditários e eram fundamentados nos princípios do catolicismo apostólico romano. O sistema instituído da propriedade mineral foi o Dominial, cujas minas eram parte integrante do Estado e sua exploração dependia da

concessão imperial. Segundo Barbosa (1994), existiu muita controvérsia com relação à Constituição de 1824, na qual o direito pleno de propriedade implicava no domínio total sobre os bens existentes no solo e no subsolo. Contudo, prevaleceu os direitos sobre o subsolo a favor do Estado. A propriedade era do Estado-coletividade. Acrescenta-se que a referida Constituição tinha alguns princípios liberais, porém desvirtuados por um excesso de centralismo do imperador e estava longe de cumprir qualquer ideal de isonomia para a população brasileira.

É de suma importância ressaltar o marco institucional sobre esse período referente às terras brasileiras: com claros objetivos de perpetuar a desigualdade social e racial no País, a Lei de Terra de 1850 (Lei nº 601) definiu a propriedade da terra por meio de compra. O Brasil foi o último país americano a acabar com tamanha atrocidade, ocorrida apenas em 1888. Escravos libertos não conseguiram entrar nesta seara mercadológica de terras. É bem característico o racismo institucional nesta elaboração de legislação que, fatalmente, foi construída para a manutenção da segregação social, deixando a maior parte da população desprovida de meios básicos de sobrevivência autônoma.

Uma década antes da Lei Áurea, em 1876, tem-se a fundação da unidade acadêmica Escola de Minas de Ouro Preto, em Minas Gerais, importante instituição pública que veio para dar suporte e formar profissionais em território brasileiro para o setor mineral.

O Brasil República

Decorrendo no tempo, ocorre a queda da monarquia e a promulgação da Constituição Republicana em 1891, que decidiu vincular a propriedade do subsolo ao dono do solo ou superficiário. Constitui-se um território na sua integralidade material, alterando os marcos propostos anteriormente. Tratava-se de um aproveitamento mineral do tipo Regime Fundiário ou de Acesso. Os propósitos da individualidade eram pulsantes nesse período, os interesses particulares se sobrepuseram ao interesse coletivo, mas com fortes contradições internas, clamando que esse novo tipo de regime iria beneficiar toda a sociedade.

Mais adiante temos a criação do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (1907) como uma das referências institucionais brasileiras na pesquisa e no desenvolvimento mineral. Entre os variados objetivos desse órgão registra-se o intuito de buscar melhorias para questões hídricas na região nordeste, por exemplo, a construção do açude em Quixadá, no Ceará, neste mesmo período. Foram realizados estudos hidráulicos,

geológicos, climatológicos, entre outros, para fins de aproveitamento dos recursos minerais e das águas superficiais e subterrâneas, objetivando melhorias nos períodos de secas prolongadas (MOTOYAMA, 2004).

A efetivação de tais políticas públicas na redução dos problemas sociais causados pela seca não se concretizou até o presente momento. Essas obras se enquadraram em todo aparato construído para a “indústria da seca”, na região nordeste, como denunciou Antônio Callado décadas depois, em 1960. Têm-se hoje outros paradigmas da questão hídrica, que segundo entidades como o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), a convivência com semiárido, aliada a algumas tecnologias sociais, são algumas das saídas encontradas, contrariando a polêmica e faraônica obra da transposição do Rio São Francisco⁶. O problema do Nordeste, especificamente da região semiárida, nunca foi a seca, e sim a cerca do latifúndio, o que foi criticado por diversos autores, incluindo estudos do médico Josué de Castro em *Geografia da Fome* ([1946]:1983). A luta contra a subnutrição é uma luta contra o subdesenvolvimento. Qualquer paliativo, sem que procedesse a reforma agrária que libertasse as populações da servidão da terra, seriam meras ações vazias e ineficientes.

Em 1908, durante o Congresso Geológico Internacional de Estocolmo (Suécia), foi anunciada uma potencial reserva de minério de ferro em Itabira, Minas Gerais, atraindo ingleses que adquiriram grandes lotes de terra e fundaram a mineradora Itabira Iron Ore Company⁷. Diversos pesquisadores e empresas estrangeiras foram responsáveis por detectar e por produzir os territórios extrativo-mineral no Brasil, como Estados Unidos, Alemanha, Bélgica e França. Este exemplo de Itabira revela uma das primeiras amputações territoriais brasileiras de grande porte, amplamente denunciadas nos inúmeros escritos do poeta Carlos Drummond de Andrade (WISNIK, 2018). O território do quadrilátero ferrífero foi alvo de disputas entre concepções de modernização no País⁸. A primeira, na gestão do presidente Epitácio Pessoa (1919-1922), dava prioridade ao capital estrangeiro. Seu sucessor, Artur Bernardes (1922-1926), defendida a utilização dos recursos para a criação de uma siderurgia nacional.

⁶ O IRPAA é uma ONG sediada em Juazeiro (BA), que tem a Convivência com o Semiárido sua maior e mais importante meta. Soluções eficazes que respeitam as características do povo e das terras desta região oferecidas através de projetos há quase 30 anos.

⁷ Companhia inglesa de minério de ferro autorizada a funcionar no Brasil pelo Decreto nº 8.787, de 16 de junho de 1911. Foi dissolvido pelo Decreto-Lei nº 4.352, de 1º de junho de 1942, que aprovou os Acordos de Washington, transferindo ao governo brasileiro a posse das minas do município de Itabira (MG).

⁸ Localizado na região central do Estado de Minas Gerais, o Quadrilátero Ferrífero compreende uma área de aproximadamente 7.200 km², sendo considerado como uma das mais importantes regiões minerais do país.

A Era Vargas

A Era Vargas (1930) veio com ideias nacionalistas e com a criação de empresas estratégicas, com objetivos claros de desenvolvimento do setor industrial. Até então, a subordinação da recém-criada Diretoria-Geral de Pesquisa Científica ficou a cargo do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, depois passando a se chamar Instituto Geológico e Mineralógico do Brasil e a Diretoria-Geral de Produção Mineral ficou vinculada ao Ministério da Agricultura.

A Companhia Siderúrgica Nacional – CSN – (criada em 1941) e a Companhia Vale do Rio Doce – CVRD – (criada em 1942) são dois destaques do Governo Vargas, assim como a criação de uma vasta legislação trabalhista, a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT. Vargas recuperou os territórios explorados pela mineradora inglesa e recebeu quantias financeiras do governo estadunidense para aparelhar as minas. A permuta, é claro, era o Brasil se comprometer a fornecer minério de ferro ao país. A CVRD, hoje uma empresa de economia mista e chamada apenas de Vale, foi criada com a finalidade expressa de extrair e de exportar o minério itabirano para suprir a indústria da guerra, segundo Wisnik (2018), em sua obra que entrelaça Drummond e a mineração. No seu segundo governo (1951-1954), Vargas também fundou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), hoje acrescido da palavra Social, com a sigla BNDES, cujos investimentos são fortes impulsionadores do setor extrativo mineral até hoje.

Várias controvérsias ainda existem em torno dos dois mandatos de Getúlio Vargas, uma vez que dentro de seu próprio governo existiam posições político-ideológicas díspares entre proteger ideias nacionalistas ou expandir e seguir rumos do imperialismo estadunidense. Durante a segunda Guerra Mundial, o ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, sucessor de Vargas na presidência, entre outras importantes figuras, queriam apoiar o eixo Roma-Berlim. Do lado oposto ficaram o próprio Vargas e o ministro das Relações Exteriores, o chanceler Osvaldo Aranha, cuja decisão final ficou de combater ao nazi-fascismo na Europa. Receberam forte apoio dos comunistas e assim foi criada a Força Expedicionária Brasileira (FEB), cuja vitória trouxe mais popularidade ao presidente. Alternou entre momentos que cedeu aos setores das Forças Armadas, porta-vozes dos interesses militares estadunidenses, mas também enfrentou parte do imperialismo, criando uma lei de remessa de lucros para obrigar as empresas estrangeiras a investir no País.

Críticas sobre o regime de acessão (1891-1934), segundo Sarmiento (1976), revelaram certa estagnação da indústria no País, comparativamente ao período imperial. Para esse autor, “a razão do retrocesso constatado na mineração brasileira estava na

vinculação do solo à propriedade das jazidas nele encravadas, ficando ambas as propriedades – a mineral e a superficial – pertencendo ao proprietário do solo” (SARMENTO, 1976, p. 357). O autor ainda complementa, reafirmando a crítica de que o proprietário do solo não explora o mineral, pois não consegue fazê-lo, e acaba não permitindo que o um terceiro explore, atravancando o setor.

Sobre essa crítica, o que se pode dizer, minimamente, é que esta crise não teria apenas um e exclusivo motivo, sendo que a minoria da população brasileira tinha seus títulos de propriedades formalmente cadastrados. Muitos que possuíam vastas terras, certamente, teriam recursos para empreitadas mineralógicas. Soma-se a esse fator períodos de crise internacional e redução dos fluxos de capital externo, mesmo que embrionário no País.

Desde o início da segunda fase republicana (1934) até os dias atuais, nenhuma jazida ou mina pertenceu a um determinado proprietário superficial. O regime instituído foi o “*res nullius*”, ou “coisa de ninguém”. Na verdade, essas riquezas passaram a pertencer ao Estado, sendo possível explorá-las legalmente quem obtiver as Concessões Públicas ou as que possuíam atividades em andamento a partir de uma data estipulada. A nova Constituição (1934) distinguiu as propriedades do solo e do subsolo, sepultando o regime da acessão. O Código de Minas de 1934 (art.4º) define que a Jazida é bem imóvel, tida como coisa distinta e não integrante do solo ou subsolo em que está encravada. Legislação a parte, isso está na contramão da própria constituição dos elementos materiais solo e subsolo, uma vez que, do ponto de vista pedológico, na formação da terra, um depende automaticamente do outro e vice-versa, são inseparáveis. A jazida, ao ser explorada se torna um “território móvel”, pois será retirada do seu lugar de constituição e, por meio de seus fluxos externos, será transportada para outras terras e territórios.

Na nova modalidade foram inseridas restrições à participação de estrangeiros na exploração mineral e ressalvaram aos proprietários a preferência na exploração ou participação nos lucros. A Constituição de 1934 previa, no artigo 119, parágrafo 4º, que uma lei iria regular a nacionalização progressiva das minas, jazidas minerais e quedas d'água ou outras fontes de energia hidráulica, julgadas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar do País. Nesse mesmo período também se registra a criação do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), órgão responsável pela pesquisa, fiscalização e fomento do setor mineral que irá ser transformado apenas em 2017.

Uma nova ordem constitucional, em 1940, decretou a cobrança de um imposto único sobre os minerais e, em 1946, findada a Segunda Guerra Mundial, são revogadas as leis ordinárias que continham restrições à participação do capital estrangeiro na exploração mineral em território nacional. Ainda mantiveram a prioridade do proprietário das terras para

explorar os recursos minerais, mesmo solo e subsolo sendo considerados elementos diferentes. Foi uma solução conciliatória, mas que deixou claro que na ausência desse empreendimento, o dono da superfície não poderia reclamar qualquer compensação posterior frente à atividade mineral. Esse direito prioritário foi extinto apenas com a Carta de 1967, mas respaldado com valores a serem pagos caso existisse extração de terceiros. Repete-se a afirmação de que o fato de uma minoria possuir títulos de propriedades das terras, os privilegiados e resguardados por toda a legislação permaneceriam os mesmos.

A Ditadura de 1964

Na década de 1960, ocorre à criação do Ministério de Minas e Energia e o DNPM é incorporado a esta pasta. Em abril de 1964, em meio a algumas ações anteriores do Presidente progressista, João Goulart, acontece mais um golpe de Estado militar, com amplo apoio de parte da sociedade brasileira, incluindo a classe média, setores conservadores da Igreja Católica, grupos ruralistas e da elite industrial paulista. Um regime “nacionalista” autoritário foi instaurado, porém com fortes relações com a política estadunidense. Cinco militares encabeçaram a presidência desse regime ditatorial e o prometido governo transitório durou longos 21 anos na história desse País, com milhares de mortos, desaparecidos políticos e direitos sociais cerceados em todas as esferas da vida.

Sobre os povos indígenas, segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2014), que avaliou os dados do período entre 1964 a 1985, ao menos 8.350 indígenas foram mortos em massacres, houve esbulho de suas terras, remoções forçadas de seus territórios, contágio por doenças, prisões, torturas e maus tratos. Dois “campos de concentração” indígenas foram revelados em Minas Gerais, atrocidades foram cometidas com os considerados “rebeldes” e “vadios”. Muitos outros sofreram tentativas de extermínio mediante atuações de empresas do agronegócio, mineradoras e garimpeiros, interessados em explorar as jazidas destes territórios. Violência desenfreada que não cessou na atualidade, muito menos com os povos indígenas.

Não bastaram as atrocidades da escravidão para o sistema judiciário brasileiro, o período do regime militar ditatorial também foi “varrido para debaixo do tapete”, retirado dos olhos da sociedade e não foram sequer julgados pela tamanha barbaridade de atos terroristas praticados pelo poder do Estado. Fatos históricos que corroboram com a explicação contemporânea da estrutura territorial desigual erguida por este Estado coercitivo e predatório, que ainda hoje age com extrema violência perante os mais desfavorecidos

socialmente. Neste mesmo ano do golpe de 1964 é aprovada uma a Lei nº 4.425, estabelecendo um novo regime de tributação, o Imposto Único sobre Minerais (IUM), valores irrisórios frente às amputações e às calamidades provocadas.

O ano de 1967, da descoberta do minério de ferro na Serra dos Carajás, é também o ano da criação do novo Código Mineral, vigente em parte até a presente data (2020). O Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro/1967, denominado de Código da Mineração, regulou os direitos sobre as massas individualizadas de substâncias minerais ou fósseis, encontradas na superfície ou no interior da terra formando os recursos minerais do País; o regime de seu aproveitamento; e a fiscalização pelo Governo Federal, da pesquisa, da lavra e de outros aspectos da indústria mineral. Ao extinguir a prioridade do proprietário do solo, este novo Código criou uma compensação no valor equivalente a 10% do imposto incidente sobre a exploração mineral. A preferência foi substituída pela prioridade, que passou a ser o critério predominante para a concessão de direitos minerais. A prioridade é entendida, como já mencionado, como sendo a precedência de registro da jazida no protocolo do órgão responsável pela emissão dos títulos minerários. Tem-se, a partir desse momento, um lado “romântico” da questão legal da mineração, pois a jazida pertencerá a quem realizar seu registro primeiro. Quem irá registrar, primeiramente, as áreas cujas jazidas são viáveis economicamente? Os “homens lentos” (SANTOS, 2004) das populações do campo e das comunidades tradicionais, ou os agentes hegemônicos do capital estrangeiro, alicerçado pela elite nacional?

Decorridos os próximos cinco anos, alguns passos são dados no setor mineral e tem-se a criação da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), em 1969. Em 1970 começa a implantação do Projeto RADAM, um dos mais importantes projetos de cartografia geológica e de recursos naturais na Região Amazônica, o que acaba por despertar mais interesse de outros países nessa região. Em 1972, no plano estadual, é fundada a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), uma empresa de pesquisa e desenvolvimento do estado, indutora destes processos no setor mineral⁹. Ainda hoje, a Bahia é um dos poucos governos estaduais que conta com um órgão específico de mineração dentro das suas jurisdições política-administrativas. Todo o conhecimento geológico do território baiano, passando pela identificação e pela pesquisa de seus recursos minerais, assim como o fomento de seu aproveitamento é desenvolvido para atrair a iniciativa privada do setor mineral.

⁹ Lei Estadual de nº 3.093, de 18 de dezembro de 1972, regulamentada pelo Decreto de nº 23.354, de 09 de fevereiro de 1973 e Lei nº 12.825, de 04 de julho de 2013, e complementada pela Lei Estadual de nº 3.282, de 1º de julho de 1974.

Em 1978, voltando ao nível Federal, criam o Regime Especial para exploração e o aproveitamento das substâncias minerais – Regime de Licenciamento, pela Lei nº 6.567, de 24 de setembro, para fins exclusivos da construção civil. Necessário mediante o grande crescimento urbano brasileiro, porém implantada com menos restrições e fiscalizações nas extrações. A urgência local e regional na sua utilização e a consideração como menos devastadora, ambientalmente, potencializam problemas sérios que são negligenciados.

O Código Mineral elaborado ainda na época da ditadura militar (Decreto-Lei 227/1967) estabelece em seu artigo 42 que a autorização para lavra pode ser recusada se for considerada prejudicial ao bem público ou comprometer interesses que superem a utilidade da exploração industrial, mediante juízo do Governo Federal. Entretanto, Malerba (2014, p.10) descreve alguns exemplos no Brasil que demonstram que “tem sido recorrente a defesa, dentro do próprio Estado, da prioridade da mineração frente a outras atividades, mesmo aquelas que também devem ser exercidas, segundo a Constituição, em prol do interesse nacional, como é o caso da reforma agrária”. O que definem os critérios de escolha do Estado sobre qual setor irá ser beneficiado neste impasse de interesse nacional? A sobreposição dos interesses do capital financeiro e agro-minero-industrial explicaria, em parte, essas escolhas que priorizam as atividades extrativas sobre outros modos de produção social dos territórios.

A Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal vigente, de 1988, veio novamente estabelecer no art. 176 que as jazidas e os demais recursos minerais constituem propriedade distinta do solo, para efeito de exploração ou de aproveitamento e pertencem à União, a qual pode conceder, no interesse nacional (§1, art 176), o direito de pesquisa e de exploração, garantido ao concessionário a propriedade do produto da lavra e ao proprietário do solo a participação no seu resultado. Extinguiu-se o IUM e instituiu-se o pagamento de uma Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (CFEM), surge a ideia do *royalty* para mineração, estendendo uma participação financeira aos estados e municípios “produtores”. Também foram estendidos a esses novos entes governamentais, de escalas inferiores, a competência comum para registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios. Descentraliza-se em parte o setor, porém com recursos e capacidade técnicas incompletas ou insuficientes para as novas ações e finalidades propostas.

É neste momento constitucional que surgem os primeiros princípios de debates ambientais mais aprofundados dentro da mineração. Transcorridos séculos de atividade mineral, apenas em 1988 que se inicia algo concreto na legislação brasileira sobre o meio ambiente nessa atividade extrativista. O setor já era reconhecido por atuar com ações agressivas ao meio ambiente, com alto potencial poluidor, exigindo assim, algumas responsabilidades ambientais mais sérias como os Estudos de Impacto Ambiental e o de Recuperação ambiental (EIA/RIMA). Tudo isso veio a reboque de importantes eventos internacionais sobre meio ambiente nas duas últimas décadas, lembrando que essa preocupação ambiental é muito recente não somente na história brasileira, mas mundial. É, também, a primeira vez em que se estabelecem prazos para a realização da pesquisa mineral e para a própria lavra, embora essa última seja facilmente renovada *ad aeternum*.

Sobre a atuação do capital estrangeiro na atividade mineral, reside nesta legislação uma das maiores controvérsias das inovações da Constituição de 1988 quanto a sua restrição. Essa tal restrição não foi absoluta, sendo possível o investidor estrangeiro participar minoritariamente da empresa de mineração. Criou-se o conceito de “empresa brasileira de capital nacional”. De acordo com a Constituição Federal, art 171, é “aquela cujo controle efetivo esteja em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no País”. Ou seja, facilidades para estrangeiros se estabelecerem no Brasil e, assim, autorizadas suas negociações. Em 1995, algumas emendas constitucionais suprimiram alguns últimos impedimentos ao capital internacional também nas pesquisas e explorações de lavra minerais, momento de abrandamento do poder estatal.

Um ano depois, entra em vigor a Lei Kandir, cujos objetivos formais são a regulamentação de Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte, estimulando às exportações e atraindo mais capital externo. Precisamente sobre a mineração trata-se da isenção do pagamento de ICMS sobre as exportações de produtos primários e semielaborados. Os estados “produtores” sofreram e ainda sofrem grande perda financeira devido a essa isenção. Vieira e Cardoso comentam que a tributação sobre a mineração no Brasil é muito baixa se comparada aos demais países produtores, acrescido de que as empresas transnacionais ainda utilizam de manobras contábeis para pagar menos impostos (2017).

Empresas como a Vale e a Rio do Norte Mineração lucram milhões em suas explorações de ferro, manganês e bauxita na Amazônia e ainda são agraciadas com fartas isenções fiscais. Estimativas da INESC (2017), entre 1997 e 2013, o Pará perdeu R\$9,4 bilhões em arrecadação apenas com a Lei Kandir. Além das isenções para as empresas por 10 anos de até 82,5% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, houve benesses nos fretes

marítimos e na compra de equipamentos e máquinas, isso tudo somado às menores taxas de recolhimento de CFEM do mundo. No momento da exportação, a venda da produção acontece para empresas parceiras no exterior a preços mais baixos que o de mercado, objetivando diminuir o imposto que é proporcional ao valor da venda e, posteriormente, aumentam os valores antes de revenderem ao mercado internacional. Essas são algumas das manobras utilizadas, explicitando a distribuição dos proveitos do setor mineral brasileiro¹⁰.

Após a tragédia/crime da Samarco (Vale + BHP), em Mariana (MG), ficaram mais evidentes algumas das formas como grandes empresas mineradoras realizam contratos de parcerias chamados de *Joint Venture*, na quais realizam associações de empresas nacionais com outras estrangeiras, normalmente de países desenvolvidos. Essa modalidade é denominada de “contrato de risco” e junções como estas são realizadas na Europa desde a década de 1950 no setor petrolífero. Geralmente ocorrem negociações 50% - 50% (*fifty-fifty*) e no Brasil, embora já sejam comuns, não existe nenhuma regulação específica dessa modalidade no Direito, sendo possível qualquer modelo legal societário existente. Um dos objetivos claros é ampliar o mercado consumidor sem demandar grandes investimentos em infraestrutura e em transporte. É tido como uma cooperação econômica, cujas empresas não perdem nenhuma personalidade jurídica.

Entre as vantagens econômicas dessa modalidade de parceria está à diminuição de custos de produção, a expansão territorial da atuação de multinacionais, a aquisição de técnicas, conhecimentos e tecnologias; a diminuição da concorrência e a ampliação de mercados. Para os oligopólios, essa parceria é um excelente negócio, ainda mais sobre o cenário do mercado cada vez mais globalizado e com menos barreiras comerciais. Confere, também, uma extraordinária flexibilidade que antes não existia. Dentre algumas questões polêmicas, observadas no caso da Samarco, essa figura de empresa plurissocietária acaba por dificultar as alocações de responsabilidades jurídicas. Estamos diante de uma complexidade jurídica enorme que passa longe da compreensão da sociedade, em especial das famílias que perderam suas terras e casas em meio a enxurrada de lama e continuam alojadas em hotéis e/ou casas de familiares desde 2015.

Os elementos da nova proposta de lei foram encaminhados pelo Governo Federal ao Congresso Nacional, em caráter de urgência, no projeto de lei n.º 5807/2013, que associado ao projeto de lei n.º 37/2011, vem sendo chamado de “novo marco regulatório da

¹⁰ Para maiores esclarecimentos: Quiz show: a mineração no Brasil, disponível em: <http://emdefesadosterritorios.org/quiz-show-a-mineracao-no-brasil/> acesso em: nov.2018;

mineração”. As principais modificações dizem respeito ao regime de exploração; à taxa sobre a atividade mineradora (valores da CFEM); aos prazos para pesquisa e lavra; à gestão administrativa com a criação da Agência Nacional de Mineração; e à revogação, ainda não ocorrida, do Decreto-Lei n.º 227/67. Essa reformulação do Código Mineral começou a nascer ainda na gestão do governo Lula (2009), quando o MME realizou uma série de ações com vistas ao lançamento do Plano Nacional da Mineração 2030 (MILANEZ; COELHO; WANDERLEY 2018).

Segundo informações da nova proposta legislativa, existem mecanismos econômicos de salvamento de mineradoras em dificuldades financeiras, como se pode notar no art.8º, § 3º do Projeto de Lei n.º 5807/2013. Essa medida está associada à preocupação do Ministério das Minas e Energia em garantir o pleno aproveitamento do setor e reduzir a sua suposta ociosidade. O novo código proposto não aborda nenhum assunto relacionado ao meio ambiente, o que para Edison Lobão não é um problema, uma vez que a atividade já está contemplada na legislação ambiental em vigor; embora ele também reconheça que em outros setores como, por exemplo, o petrolífero, a legislação ambiental seja mais rígida.

Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2009) existiu demandas dos movimentos populares e dos grupos sociais atingidos por questões que não estavam inseridas na nova proposta de legislação mineral. Questões que diziam a respeito ao diálogo entre governo, empresas e grupos sociais em conflitos que, na maioria das vezes, não se realiza e que a nova lei não garante. Dessa forma, os grupos sociais não são ouvidos e suas questões são reduzidas à ideia de indenização, quando isso ocorre. O Brasil é signatário da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), cuja aplicabilidade é imediata e cabe, em empreendimentos desta natureza, uma consulta livre, prévia e informada junto às comunidades que irão sofrer as consequências do empreendimento. Segundo Malerba e Milanez (2012), ao criar mecanismos que garantem o aumento no ritmo de exploração mineral, o Estado, ainda que em nome da geração de divisas que viabilizem políticas de redução da pobreza e desigualdade social, impulsiona um processo de despossessão, muitas vezes autoritária e violenta, dos grupos sociais nos territórios.

Michel Temer, ao assumir a presidência após o golpe em Dilma Rousseff, logo tratou de beneficiar o setor mineral e sua bancada do PMDB. Em julho de 2017 lançou o Programa de Revitalização da Indústria Mineral Brasileira, momento que apresentou três Medidas Provisórias: a 789/2017 (sancionada na forma da lei 13.540/2017) que alterava a cobrança dos royalties da extração mineral, a 790/2017 que fazia modificações procedimentais no Decreto Lei 227/1967 e que não foi aprovada, e a 791/2017 sancionada na forma da lei (13.575/2017) criando a Agência Nacional da Mineração (ANM). Milanez (2018) destaca que, do ponto de vista processual, todas essas Medidas Provisórias abriam

menos margem para discussão do que seria possível no caso de um Projeto de Lei, seguem o mesmo rito de apenas reforçar os elementos autoritários e voltados para a expansão sem controle da atividade mineradora no país.

Questões ambientais quanto ao fechamento das minas (decreto 9.406/2018) são facilmente desmontadas por pesquisadores como Milanez (2018) e pelo Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração desde 2013, que já sugeriram inclusive alocações financeiras das empresas para esse fim ou mesmo a contratação de seguros nos casos de barragens. O que fora recentemente implantado na legislação é apenas um falso aprimoramento do controle ambiental, ou mais uma face do verniz ambiental já citado.

Sobre a nova repartição do recurso da CFEM, nenhuma grande modificação quanto aos valores ainda irrisórios pagos pelas mineradoras. O Brasil continua a ser um dos países que menos paga pela compensação mineral. Uma questão reformulada foi à participação de municípios não produtores, mas que convivem com os dilemas no beneficiamento, transporte e exportação da *commodity*, antes não atendidos. Logo, o que se tem de modificação é uma maior repartição dos recursos, que já eram escassos, para outros entes governamentais que antes não participavam dessa distribuição. Os municípios que não recebiam já pleiteavam essa justa demanda, porém, provavelmente, ocorrerá a pulverização de um recurso que já era baixo.

Outra questão muito polêmica e analisada por Milanez (2018) como um dos maiores retrocessos. Refere-se ao fato da recém transferência de “declaração de utilidade pública” para a Agência Nacional de Mineração, o que antes cabia aos órgãos do poder executivo (federal, estadual e municipal). O pesquisador faz a ressalva: por mais que entes públicos, na maioria das vezes, optem por beneficiar as empresas e as atividades mineradoras, ainda existem possibilidades de entidades e ou grupos de pessoas contrárias a essa declaração poderem se manifestar. O que não passa a existir na nova proposta, podendo potencializar novos conflitos territoriais decorrentes de novos processos de desapropriações, sem o mínimo de diálogo. Anteriormente, os trâmites corriam como uma “queda de braço” já desigual. Agora, o Decreto 9.406/2018, art. 41, normatizada e garante a hegemonia. Concorde-se com essas críticas, uma vez que o Decreto diminui o escopo de participação popular, logo, menos soberania para a sociedade brasileira.

Os valores de multas irrisórias devido a problemas causados ao meio ambiente e às populações ao redor da atividade mineral; as brechas para retorno do debate sobre a extração mineral na Reserva Nacional do Cobre e Associados (RENCA), localizada na Amazônia; bem como a manutenção do PMDB ainda na chancela da indicação dos novos diretores da Agência Nacional de Mineração são algumas das questões postas sem nenhum

diálogo com a sociedade (MILANEZ; COELHO; WANDERLEY, 2017). Este breve histórico das legislações relacionadas à mineração não teve o objetivo de esgotar o assunto. Requer outras análises e aprimoramentos. Serve de referência para o debate, ainda embrionário, sobre as injustiças socioambientais ocorridas no Brasil sobre a tutela jurídica implantada aos longos dos séculos nesse país ainda extremamente desigual.

A atuação do Estado tem sido, desde o início e majoritariamente, a de resguardar os interesses vinculados à territorialização das empresas mineradoras na busca dos recursos-empresendimentos, mesmo que isso tenha como “custo” a proliferação de conflitos e a violência nos “territórios abrigo”, prejudicando diretamente os chamados bens da União (a natureza) e do povo brasileiro. O Estado, portanto, é um agente-chave para a consolidação dos processos territoriais do capital mineral.

Considerações Finais

Debruçou-se no arcabouço jurídico legal do setor extrativista mineral brasileiro até o ano de 2020. A população brasileira e o real interesse nacional são deixados de lado, sem amplo debate, sem respaldo civil, sem transparência, beneficiando empresas mineradoras nacionais e estrangeiras, bem como o capital financeiro internacional que busca os fartos recursos minerais e a força de trabalho barata, deixando os territórios terra-abrigo cada vez mais vulneráveis e em segundo plano. Isso vai na contramão da soberania popular, debate urgente, porém ainda inexpressivo na sociedade brasileira.

Tendo ciência das conjunturas conflituosas envolvendo a mineração no Brasil, percebe-se que tais ações drásticas não irão cessar na atual estrutura mineral-capitalista. É notória a demonstração de um modelo econômico pujante subordinando o modelo cívico e de cidadania. Legislações e grandes aparatos jurídicos estão vigentes para proteger, primeiramente, o setor mineral. A luta de classes está posta nessa disputa por terras para sobrevivência na superfície e os minerais localizados no subsolo. Rejeitos e amputações ficam na escala local, enquanto os proveitos são compartilhados nos lucros e remessas para o exterior. O Brasil permanece em condição de dependência econômica das *commodities* em um quadro de injustiças sociais e racismo ambiental.

A operacionalização da categoria território serviu de forma contundente nessa análise da pesquisa que envolve, a princípio, relações de poder extremamente desiguais. O uso que se faz dos territórios não é igual para as populações do campo, comunidades tradicionais, empresas mineradoras e as negociações e privatizações realizadas pelo poder

público. Não se vê a titulação de terras para os assentamentos de reforma agrária ou a demarcação de terras tradicionais com o mesmo empenho e esforço dos poderes públicos. A questão agrária apenas tangencia todo o debate territorial brasileiro, no sentido mais amplo. O “interesse nacional” continua ancorado na exportação de matérias primas e não na produção consciente do território para sobrevivência e produção de alimentos para a população, com base na soberania alimentar.

O setor mineral não realiza nenhum debate sobre a noção de escassez, assunto muito dramático para as populações do campo, principalmente no semiárido brasileiro. Assim, o modelo de desenvolvimento econômico nacional ainda é focado no setor primário-exportador, comprovadamente predatório, seletivo e violento. O território extrativo-mineral desnudou a essência do homem-recurso, cujas ações estão voltadas para a produção individualista, em que a totalidade da natureza está disponível e a serviço da ampliação do lucro acima de qualquer noção da vida e da preservação da natureza.

Referências

ANTONINO, Lucas Zenha. **Territórios Extrativo-Mineral na Bahia: Violações de Direitos e Conflitos nos Territórios Terra-Abrigo**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia. Salvador.

BARBOSA, Alfredo Ruy. Breve panorama da legislação minerária. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, n. 197, 1994.

BRASIL, Ministério de Minas e Energia; Departamento Nacional de Produção Mineral. Sistema de Informação Geográfico da Mineração (SIGMINE), DNPM, 2016.

GOMIDE, Caroline Siqueira; COELHO, Tazio Peters; TROCATE, Charles; MILANEZ, Bruno; WANDERLEY, Luiz Jardim de (Orgs.). **Dicionário Crítico da Mineração**. Marabá: iGuana, 2018.

GEOGRAFAR – Grupo de Pesquisa GeografAR – A Geografia dos assentamentos rurais na Bahia CNPq/UFBA / Banco de Dados do Projeto Geografar, Mapeamentos dos Grupos Sociais da Bahia, 2005/2010.

GOTTMANN, Jean. **The evolution of the concept of territory**. Social Science Information, Paris, v.14, n. 3/4, p.29-47, 1975.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. **O Território em tempos de Globalização**. Etc, espaço, tempo e crítica. In: Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas. Nº 2 (4), vol1. 2007. p.39-52.

- MALERBA, Julianna. **Diferentes formas de dizer não** – Experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral. Ed: Fase, 2014.
- MALERBA, Julianna; MILANEZ, Bruno. **Um novo código mineral para quê?** In: Le Monde diplomatique, caderno DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO, 2012. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1317> acessado em 15/06/2016.
- MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. **A ciência do direito: conceito, objeto, método**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- MILANEZ, B.; COELHO, T. P. ; WANDERLEY, L. J. M. . **O projeto mineral no governo temer: menos estado, mais mercado**. Versos - PoEMAS, v. 1, p. 1-15, 2017.
- MOREIRA, Ruy. **A geografia do espaço-mundo: conflitos e superação no espaço do capital**. Rio de Janeiro: Consequência, 2016.
- OLIVEIRA, Clarissa Reis. **Quem é quem nas discussões do Novo Código da Mineração; Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração**, 2014. https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/quem_e_quem_-_comite.pdf acessado em 10/07/2016
- PAC – Parceria África-Canadá. **A falência das boas intenções - fraude, furto e assassinato na produção brasileira de diamantes**. Maio, 2006. Disponível em: http://www.pacweb.org/Documents/diamonds_KP/12_Failure_good_intentions_electr-Port.pdf acesso em: abril. 2017.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993 [1980].
- RUGENDAS, João Maurício. **Viagem pitoresca através do Brasil**. 5ª ed., São Paulo, Livraria Martins Editora, 1954
- SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. São Paulo: EDUSP, 2004.
- SANTOS, Milton. **Espaço, mundo globalizado, pós modernidade**. In: LEITE, Maria Ângela (Org.). Encontros. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2007.
- SARMENTO Daniel de Moraes. SARMENTO, Daniel de Moraes. **A propriedade mineral segundo o regime res nullius vigenteno Brasil**. In: Revista de Direito Administrativo (FGV), v. 124, 1976 p. 356-372.
- SOUZA, Marcelo. J. L. de. **O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org). Geografia: conceitos e temas. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995; 2003. p. 77-116.
- SILVEIRA, Maria Laura. **Novos aconteceres, novas territorialidades**. In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela. Territorialidades Humanas e Redes Sociais. Florianópolis: insular, 2011.

SOUZA, Maria Adélia. **Território brasileiro: usos e abusos**. 2. ed. Arapiraca AL: EDUNEAL, 2017. v. 1. 614p

CARDOSO, Alessandra; VIEIRA, Jarbas; **Sete pontos para entender a MP dos royalties da mineração e o que está em jogo**. Plataforma INESC, disponível em: <https://www.inesc.org.br/sete-pontos-para-entender-a-mp-dos-royalties-da-mineracao-e-o-que-esta-em-jogo/> acesso em: jan.2019.

WISNIK, José Miguel. **Maquinação do mundo**: Drummond e a mineração. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Sobre o autor

Lucas Zenha Antonino. Doutor em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (2019). Mestre em Geografia - Tratamento da Informação Espacial (2013) e Graduado em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2009). Vinculado ao Projeto Integrado de Pesquisa GeografAR (POSGEO/UFBA). Atualmente em Estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós Graduação da Universidade de Sergipe e vinculado ao Projeto PEAC/FAPESE/Petrobrás. **Orcid** - <https://orcid.org/0000-0002-7210-0858>

Como citar este artigo

ANTONINO, Lucas Zenha. Um breve histórico jurídico e as injustiças promovidas nos territórios extrativo-mineral no Brasil. **Revista NERA**, v. 24, n. 59, p. 192-212, Dossiê, 2021.

Recebido para publicação em 20/09/20

Aceito para a publicação em 10/06/21

A falácia do discurso de modernização e a apropriação da terra e da água no Baixo São Francisco

Mara Íris Barreto Lima

Universidade Federal de Sergipe (UFS), Itabaiana, Sergipe, Brasil

E-mail: mara21iris@gmail.com

Fernando Paixão Santos

Universidade Federal de Sergipe (UFS), Itabaiana, Sergipe, Brasil

E-mail: o-fernan_do@hotmail.com

Bruno Andrade Ribeiro

Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, Sergipe, Brasil

E-mail: ribeiro.pensador@gmail.com

Resumo

O presente artigo propõe analisar a falácia da modernização como simulacro da reprodução da pobreza e miséria no Baixo São Francisco, em Sergipe. Do Projeto Platô de Neópolis à realidade da Comunidade Brejão dos Negros, salienta-se o espectro da modernização como apropriação de terra e água e precariedade do trabalho. O agrohidronegócio como processo de expropriação é responsável pela intensificação de conflitos que fomentam a luta pela soberania e reprodução social. Como percurso teórico-metodológico estiveram as entrevistas, cujas falas dos sujeitos contribuíram para o embasamento de uma realidade caracterizada pela expansão de vastas terras para a produção de cana-de-açúcar, grama e frutas tropicais para exportação, ao mesmo tempo em que emerge como um dos territórios mais desiguais e miseráveis do estado. No devir que aponta o horizonte da realidade, concorda-se que o ser geógrafo deve se fazer como ser revolucionário, ao captar o singular/particular como totalidade, munido das categorias universais do pensamento crítico. Portanto, se a essência nos informa sobre a permanência dos camponeses, ribeirinhos e quilombolas, a luta é considerada como condição, meio e produto da resistência humana.

Palavras-chave: Capital; Trabalho; Terra; Modernização; Agrohidronegócio.

The fallacy of the modernization discourse and the appropriation of land and water in the Baixo São Francisco

Abstract

This article aims to analyze the fallacy of modernization as simulacrum of poverty reproduction simulation and misery in Baixo São Francisco, Sergipe. From the Plateau of Neópolis Project to the reality of the Brejão dos Negros Community, we highlight the spectrum of modernization as land and water appropriation and precarious work. The agribusiness as an expropriation process is responsible for intensifying conflicts that foster the struggle for sovereignty and social reproduction. As a theoretical-methodological course there were the interviews, whose subjects' speeches contributed to the foundation of a reality characterized by the expansion of vast lands for the production of sugarcane, grass and tropical fruits for exportation at the same time that it emerges as one of the most unequal and miserable territories in the state. In the future that points to the horizon of reality, it agrees that being a geographer should be doing to be revolutionary, to capture the singular / particular as a whole, equipped of the universal categories of critical thinking. Therefore, if the essence informs us about the permanence of

peasants, riversides and quilombolas, the struggle is considered as a condition, means and product of human resistance.

Keywords:Capital; Work; Land; Modernization; Agribusiness.

La falacia del discurso de modernización y la apropiación de tierra y agua en el Baixo São Francisco

Resumen

Este artículo propone analizar la falacia de la modernización como un simulacro de la reproducción de la pobreza y la miseria en el Baixo São Francisco, en Sergipe. Desde el Proyecto de la Meseta de Neópolis hasta la realidad de la Comunidad Brejão dos Negros, destacamos el espectro de la modernización como apropiación de tierra y agua y trabajo precario. El agrohidronegocio como proceso de expropiación es responsable de la intensificación de los conflictos que fomentan la lucha por la soberanía y la reproducción social. Como camino teórico-metodológico fueron las entrevistas, cuyas declaraciones de los sujetos contribuyeron a la fundación de una realidad caracterizada por la expansión de vastas tierras para la producción de caña de azúcar, pasto y frutas tropicales para la exportación, al mismo tiempo que emerge como uno de los territorios más desiguales y miserables del estado. En el devenir que apunta al horizonte de la realidad, se acuerda que el geógrafo debe ser revolucionario, capturando lo singular / particular como una totalidad, equipado con las categorías universales del pensamiento crítico. Por lo tanto, si la esencia nos informa sobre la permanencia de los campesinos, los habitantes de las riberas y las quilombolas, la lucha se considera como una condición, un medio y un producto de la resistencia humana.

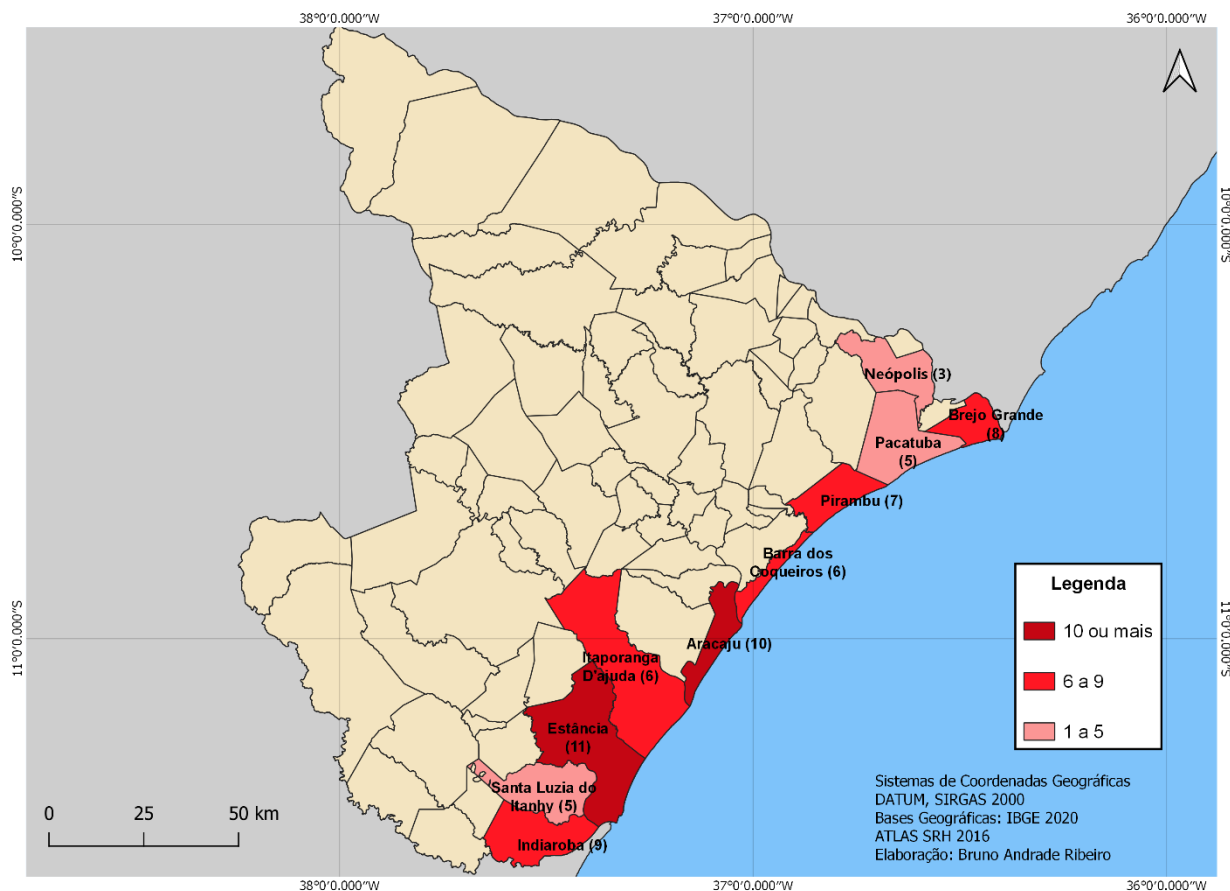
Palabras clave:Capital; Trabajo; Tierra; Modernización; Agrohidronegocio.

Introdução

O Relatório anual da Comissão Pastoral da Terra “Conflitos no Campo Brasil 2019” informa que todos os 69 conflitos mapeados em Sergipe, com impacto para 3.087 famílias, estiveram relacionados à água, principalmente à apropriação privada indevida e à poluição em áreas de conservação por vazamento de óleo (Figura 01). No Baixo São Francisco¹, onde se inserem os recortes analíticos do presente artigo, o espectro da modernização dissocia e subordina a terra e os sujeitos históricos que reproduzem a autonomia e soberania camponesas. As tensões que envolvem a apropriação privativa das terras por empresas monopolizadoras desvelam o caráter dilapidador do capital, cuja ordem sociometabólica espelha a destrutibilidade e o descontrole.

¹ Integra os municípios de Amparo de São Francisco, Brejo Grande, Canhoba, Cedro de São João, Ilha das Flores, Japoatã, Malhada dos Bois, Muribeca, Neópolis, Pacatuba, Propriá, Santana do São Francisco, São Francisco e Telha.

Figura01 – Conflitos por água em Sergipe, Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2019



Fonte: CPT, 2020
Elaboração: Bruno Andrade Ribeiro

Nos liames de uma modernização excludente fundamenta-se o conceito de agrohidronegócio como processo que envolve a apropriação da terra, da água e do trabalho camponês e que serve de fomento para projetos lucrativos e concentradores. Desse modo, o presente escrito objetiva analisar a apropriação da terra e da água no Baixo São Francisco, em específico, as facetas do agrohidronegócio no Projeto Platô de Neópolis e as tensões travadas entre camponeses, ribeirinhos, quilombolas e empresas capitalistas. Apreender o avanço do agrohidronegócio e as resistências camponesas via luta por terra e água se constitui em exercício de análise e compreensão de contradições no curso da produção e reprodução do espaço agrário sergipano, sem dissociá-lo da atualidade da questão agrária brasileira. O mapeamento de conflitos por água em Sergipe desvela uma realidade marcada pelo avanço do discurso de modernização como gerador de empregos e melhoria da qualidade de vida, cujos liames mascaram a precarização e precariedade através da perpetuação de concentração de renda e destituição da autonomia e soberania camponesas (CPT, 2020).

No Quadro 01 estão sistematizados os principais conflitos identificados no Baixo São Francisco (CPT, 2020):

Quadro01 – Conflitos por água no Baixo São Francisco, Sergipe, 2019

Município	Nome do conflito - CPT
Brejo Grande	Comunidade Carapitanga/DESO/ Vazamento de Óleo
Brejo Grande	Pov. Samarém/Saramém
Brejo Grande	Com. Quilombola Brejão dos Negros
Brejo Grande	Comunidade Resina
Brejo Grande	Colônia Z-16/Vazamento de Óleo
Brejo Grande	Com. de Foz do Rio São Francisco/ Vazamento de Óleo
Brejo Grande	Ilha da Costinha/Vazamento de Óleo
Brejo Grande	Praia do Cabeço/Vazamento de Óleo
Neópolis	Colônia Z-07/Vazamento de Óleo
Neópolis	Ilha das Flores/Vazamento de Óleo
Neópolis	Comunidade Pacatuba/Vazamento de Óleo
Pacatuba	Pov. Santana dos Frades
Pacatuba	Praia de Ponta dos Mangues/Vazamento de Óleo
Pacatuba	Povoado Tigre
Pacatuba	Povoado Junça
Pacatuba	Pov. Pontas dos Mangues

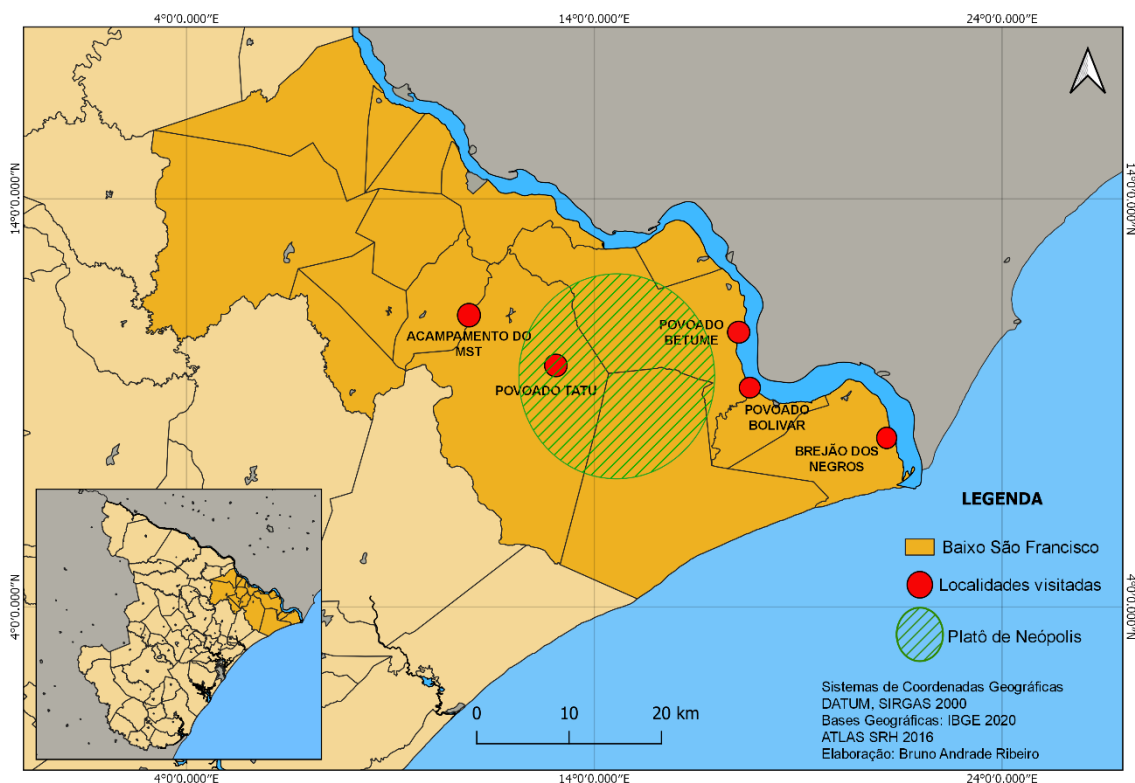
Fonte: Caderno “Conflitos no Campo Brasil 2019”

Elaboração: Bruno Andrade Ribeiro

As visitas técnicas ao Platô de Neópolis e a interlocução em comunidades do Baixo São Francisco, a citar: Povoado Betume, município de Neópolis; Povoado Tatu, município de Japoatã; Povoado Bolivar, município de Ilha das Flores; Comunidade Quilombola Brejão dos Negros, município de Brejo Grande e no Acampamento do MST “Maria Lindaura”, na divisa

dos municípios de Japoatã e São Francisco, embasam a análise sobre o avanço de relações capitalistas no campo, através da expropriação e exploração dos substratos essenciais à reprodução humana: trabalho, terra e água, conforme visualiza-se no mapa abaixo (Figura 02):

Figura 02 – Baixo São Francisco, Sergipe: localidades visitadas, 2019



Fonte: SRH (2016)
Elaboração: Bruno Andrade Ribeiro

A terra fornece os meios de subsistência e os de trabalho para o ser humano, porque ela “[...] é para o homem uma fonte originária de provisões, de meios de subsistência prontos, preexiste, independentemente de sua interferência, como objeto universal do trabalho humano” (MARX, 2017, p. 257). O substrato que prescinde o trabalho e a produção do espaço é, pois, a terra. A fala dos sujeitos pesquisados enfatiza a luta pela permanência e resistência da autonomia camponesa, ribeirinha e quilombola na contramão dos ideais burgueses de desenvolvimento e progresso que transportam o signo da acumulação e perpetuação da pobreza/miséria.

O conceito de agrohidronegócio em Thomaz Junior (2010) associa a monopolização da terra junto aos recursos hídricos, com viés essencialmente mercadológico a partir da destruição sem precedentes, sobretudo, ambiental, e à precarização das relações de trabalho. Na perspectiva do autor supracitado:

As ações que antepõem trabalhadores x capital, as fissuras inter-capital reveladas pela necessidade de terras planas, férteis e com disponibilidade hídrica – portanto apta à modernização – e entre os próprios trabalhadores são, por excelência, os exemplos das disputas por território que revelam o conteúdo e os significados do processo expansionista do agronegócio em geral (THOMAZ, 2010, p. 96).

Na munição teórica sobre o conceito e os temas que se desdobram, pensar o avanço do capital no campo, a falácia dos discursos ditos modernizadores e a apropriação da terra e da água é valer-se da categoria acumulação primitiva fundamentada em Marx (2017). No vigésimo quarto capítulo do Livro I, as bases teórico-históricas que constituem a “assim chamada acumulação primitiva” são elaboradas partindo do pressuposto de que a violência é parteira da história do sistema capitalista, em contraposição ao pensamento idílico da Economia Política Clássica. Enquanto categoria sob crítica, o caráter primitivo da acumulação deve ser entendido como processo histórico complexo e violento, caracterizado pela expropriação² do trabalhador direto (com o exemplo mais nítido do camponês) e a conversão dos seus meios de vida em capital. O controle da água, da reprodução vegetal e a intensificação de agrotóxicos potencialmente mortíferos integram as novas formas de conversão ao capital, ou seja, o des(controle) da vida para a reposição da taxa de lucro.

No exemplo do agrohidronegócio tem-se a premissa de que a mercantilização da terra, água e trabalho são os pilares responsáveis pela expansão do capital no campo: “A monopolização da propriedade privada da terra se apresenta como essencial estrutura para garantir a posse da água, seja ela subterrânea ou superficial, e para submissão do trabalhador” (CUNHA; CARVALHAL, 2014, p. 77). Todavia, em uma análise dialética, não se dissocia tal processualidade do movimento e da contradição, categorias universais que acompanham o pensamento marxiano, e, portanto, o devir. A atualidade da “assim chamada acumulação primitiva” é observada quando se sabe que a água e a terra, como todos os demais meios de produção são indissociáveis na relação sociedade-natureza, e a expropriação dos recursos naturais é condição *sui generis* da ordem sociometabólica do capital.

O suposto progresso da agricultura capitalista é responsável pelo empobrecimento dos camponeses em uma dispersão contínua e capaz de alquebrar sua capacidade de resistência:

[...] todo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade (MARX, 2017, p. 573).

² Como perda de propriedade/cisão do ser humano de seus meios de produção.

O discurso modernizador se configura no signo da dominação do capital, pois sua forma está permeada de um conteúdo: subsunção do trabalho vivo. Ao longo do século XX, racionaliza-se o trabalho sob o arcabouço taylorista-fordista, humanizando-o no sentido de transformar a exploração humana em mecanismo falseado de extração de mais-valor no contexto de sociedade de consumo em massa. Aos camponeses dissemina-se a ideia de superação da própria condição para transmutar-se em pequeno produtor/empreendedor, ao mesmo tempo em que a máquina aglutina terras, o espaço de reprodução do campesinato é diminuído. As relações não-capitalistas de produção são subordinadas ao mercado, pois revelam o porvir do sociometabolismo do capital enquanto avidez por mais terra e mais trabalho (RIBEIRO, 2020).

O moderno-capitalista é a destruição de qualquer tentativa de socialização dos meios de produção, da terra e do trabalho como concreção do desenvolvimento de cada um como princípio de transformação da realidade. Portanto, na negação humana afirma-se o regimento de regras e leis que sustentam as personificações do capital e os grilhões em forma de interesses dominantes e extração de lucro. No campo, o processo de reprodução ampliada do capital manifesta-se na subordinação direta e indireta do trabalho camponês ao mercado capitalista, seja na expansão do agronegócio, ou, no exemplo dos minifúndios, com a oferta da produção para a venda e aquisição de insumos tecnológicos para produzir (OLIVEIRA, 2012).

Na instrumentalização do trabalho e da natureza à lógica capitalista de mercado, o processo de apropriação do espaço passa a ser mundializado. A expansão da produtividade e, em seu bojo, da tecnologia informacional, se encontra concatenada ao aumento do trabalho vinculado à informalidade, com seres de baixo valor de uso, como mulheres, crianças e camponeses forçados a se inserirem no mercado para participarem do circuito de produção, circulação e consumo de mercadorias. Na reflexão de Oliveira (2012, p. 32) sobre a mediação homem-natureza através do trabalho, depreende-se que: “A tecnologia na perspectiva de valorização do capital é constantemente inovadora, revolucionária. Todo seu aprimoramento é acompanhado de um aumento da divisão social e territorial do trabalho, a qual é fonte de todas as alienações”.

Portanto, pensar a apropriação da terra e da água no Baixo São Francisco é partir de uma realidade marcada pela reprodução de bolsões de pobreza e miséria contraditoriamente em um *lócus* de disseminação de discursos de empreendedorismo rural, tecnificação e geração de empregos associados ao Projeto Platô de Neópolis. Na contramão do capital, a luta e a resistência se materializam nas falas dos acampados do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e nos quilombolas e ribeirinhos que integram Brejão dos Negros, em Brejo Grande.

Do Platô ao Brejão: o agrohidronegócio como condição da ofensiva do capital no campo

A princípio, o Projeto Platô de Neópolis foi implantado em 1992 por incentivos governamentais para a elaboração, planejamento e construção de infraestrutura e condições de operacionalização dos processos de produção e comercialização em diferentes escalas, além da fiscalização realizada pela empresa estatal Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe – COHIDRO. O Projeto integra os municípios de Neópolis, Japoatã, Pacatuba e Santana do São Francisco. A área do projeto soma 10.432 hectares, com 7.230 hectares irrigados e aproximadamente 50 km de canais que bombeiam as águas do Rio São Francisco em quatro estações para o abastecimento do Platô. As terras foram divididas em 40 lotes para empresários integrantes da Associação dos Concessionários do Distrito de Irrigação do Platô de Neópolis – ASCONDIR, vinculada à exportação da produção agrícola (ASCONDIR, 2019). Os solos da localidade apresentam baixa fertilidade e alta infiltração, o que corrobora para o uso de técnicas e pesquisas para promover a produtividade a partir do emprego de altas tecnologias, instrumentos de correção e manejo do solo, uso de fertilizantes, herbicidas e fungicidas contra possíveis pragas e doenças que acometem os diferentes cultivos, como o exemplo notório da produção de coco verde (Figura03).

Figura 03 – Produção de coco verde em lotes do Projeto Platô de Neópolis: territorialização do capital no campo



Fonte: Lima (2019)

O Platô está associado à construção ideológica e materializada pela ofensiva do capital que se exprime no campo como motor imprescindível da acumulação do capital, que tem o lucro como principal objetivo. A década de 1960 marca as dinâmicas das relações

sociais no campo e o amadurecimento do Complexo Agroindustrial (CAI), em um contexto que concentra as tensões no campo gestadas pelos movimentos sociais de luta pela terra e pela eufórica elite urbana, preocupada em abrir o mercado gradativamente (CAMPOS, 2009).

O agronegócio é a expressão macabra de uma elite que controla não apenas os setores agropecuário e agroindustrial, mas também o mercado, além de ser protegido pela grande mídia e exercer poder político através da Bancada Ruralista. De acordo com Vasconcelos (2015), este modelo está: “[...] associado a novos empreendimentos técnico-científicos, de ideias criativas e inovadoras para um Novo Mundo Rural, o agronegócio se consolida como anunciador de transformações” (VASCONCELOS, 2015, p. 91).

Em alusão à mundialização da agricultura, Oliveira (2016) argumenta que a produção camponesa é subordinada aos interesses do capital, que impõem o discurso de segurança em contraposição à soberania alimentar. A falácia da “Revolução Verde” e da modernização da agricultura é denunciada pelos dados: em 2014 contabilizaram-se 805 milhões de seres humanos em situação de fome crônica (OLIVEIRA, 2016).

O cenário catastrófico é gestado enquanto condição do sistema em reproduzir os interesses da classe burguesia a partir de grandes empresas que buscam o domínio dos territórios (CAMPOS, 2009). Essa ofensiva se projeta dentro das políticas públicas do Estado, responsáveis por favorecer a iniciativa privada, como se observa no Projeto Platô de Neópolis. Desde a sua idealização até a implementação, o capital se legitima contra a reprodução social das comunidades camponesas/ribeirinhas/quilombolas.

O controle de vastas porções de terra e o acesso à água para grandes empreendimentos de irrigação são monopolizados por empresários que personificam o agrohidronegócio no Baixo São Francisco, a exemplo do Grupo SAMAM. Esse modelo de apropriação escamoteia estratégias de dominação, que, sob o aval do Estado, dissemina discursos de geração de emprego e erradicação da pobreza e da miséria. Todavia, a realidade do território é marcada pela intensa concentração de renda, desemprego estrutural, informalidade e pobreza, conforme os dados sobre Índice de Gini e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Desde os anos 2010, todos os municípios do Baixo São Francisco apresentavam o índice acima de 0,45 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2010). Acima de 0,55 estavam os municípios de Ilha das Flores e Pacatuba e, nos valores de 0,52 a 0,55 estavam os municípios de Neópolis, Propriá, Cedro de São João e Canhoba. O Índice de Gini nos anos 2000 englobou a metade dos municípios do Baixo São Francisco com o valor de 0,55, o que representava/representa uma forte desigualdade e concentração de renda. Com relação ao IDH, nos anos 2000, o território possuía em sua maioria municípios que se enquadravam na classificação de muito baixo desenvolvimento humano (0,000 – 0,499) e baixo desenvolvimento humano (0,500 – 0,599). Em 2010, a maioria dos municípios se concentraram em baixo desenvolvimento humano e apenas cinco

municípios classificados como médio desenvolvimento humano (0,600 – 0,699) (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2010).

A pobreza como face da riqueza se revela nos lucros da SAMAM Agrícola, que se territorializa e monopoliza nas terras do Platô. A empresa inclui investimentos em distintos ramos, como veículos leves e pesados, máquinas agrícolas, indústria sucroalcooleira e produção de cocos. No endereço eletrônico³ oficial do Grupo, os investimentos no agronegócio são estimados em 70 milhões de reais, com destaque para a cana-de-açúcar e o coco. No Platô, os lotes de terras são destinados para os proprietários dos grupos corporativos que objetivam a exportação, que além da SAMAM Agrícola, inclui a FRUTEX, com produções em larga escala de frutas tropicais, a citar: coco verde, banana e manga e outras que estão sistematizadas no endereço eletrônico da ASCONDIR (Quadro 02):

Quadro 02 – Empresas que possuem lotes de terra no Platô de Neópolis

Empresa	Área irrigada	Nome do responsável
AGROINDUSTRIAL CAMPO LINDO	507 ha	Sem nome do responsável
COFARMA CENTRO INTEGRADO DE FRUTICULTURA LTDA	295 ha	Fernando (sem sobrenome disponível)
FRUTESE AGRÍCOLA LTDA	168 ha	Jorge Henrique L. Fonseca e Adonias Libório Fonseca
SÃO FRANCISCO CITRUS LTDAde Guaxupé (MG)	503 ha	José Francisco Baldini Elias
EZEQUIEL FERREIRA LEITE NETO (FRUTAL)	533 ha	Ezequiel Ferreira Leite Neto
SAMAM AGRÍCOLA LTDA	250 ha	Manoel de Aguiar Menezes Neto
Empresas variadas	1.481	Manoel de Aguiar Menezes Neto

Fonte: ASCONDIR (2020)

Elaboração: Bruno Andrade Ribeiro

³ Disponível em: <http://samam.com.br/novo/>. Acesso em: 26 mai. 2020.

Em uma das empresas beneficiadas com o Projeto Platô de Neópolis – a Empresa H. Dantas Comércio Navegação e Indústria LTDA – aglutina cerca de 30.000 pés de coqueiros, dos quais 25.000 pés estão em produção; além disso, o consumo de água somente nesta empresa chega a 3.750,000 litros por dia (ou 3.750 litros por m³) e, aproximadamente 112.500 litros por m³ de água mensalmente. Isto se explica porque são utilizados 150 litros de água por coqueiro diariamente, sem contar que outras empresas utilizam 300 litros de água por dia, mas nesta, o funcionamento do sistema de irrigação é operacionalizado por 20 horas, o que contabiliza uma cifra altíssima de consumo e controle das águas do São Francisco.

O território do Baixo São Francisco expressa o contraste de grandes extensões de terra com cana-de-açúcar e de grama irrigada a partir de pivôs (Figuras 04 e 05). O agrohidronegócio mina as águas do Rio para sustentar os lucros crescentes e perpetuar as marcas de desigualdades que assolam os municípios pesquisados:

Figura 04 – Produção de cana-de-açúcar no Platô de Neópolis, Sergipe



Fonte: Lima (2019)

Figura 05 – Irrigação de grama com uso de pivô central no Platô de Neópolis, Sergipe



Fonte: Lima (2019)

Os incentivos fiscais concedidos à atração de empresas para as instâncias municipais e a expansão do capital no campo sergipano, principalmente no limiar do novo século são processos que acompanham as transformações no território. Desde o período ditatorial, quando os órgãos estatais no campo foram emparelhados e envolvidos em uma ideologia empresarial que destinou os interesses econômicos ao mercado, observa-se a gradual espacialização de relações capitalistas às margens do Velho Chico. A Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), criada em 1947 e reformulada a partir de 1967, emerge como instância propulsora de políticas públicas que visam erradicar a pobreza na região. No Baixo São Francisco, a Companhia localiza-se no Povoado Betume, em Neópolis, e atua para a manutenção da população e o apoio técnico para a produção de arroz e a atividade pesqueira. De acordo com o relato do Engenheiro de Pesca da CODEVASFP. P. S., o Projeto Betume foi idealizado como política de cunho social referente aos impactos da construção de hidrelétricas do Vale do São Francisco na década de 1970. As ações mitigadoras forneceram os financiamentos necessários à construção de perímetros irrigados na década de 1980. Na perspectiva apontada em Sousa (2013, p. 47), os financiamentos devem ser considerados a partir do contexto histórico, em que o Brasil consolida sua posição na Divisão Territorial do Trabalho como agroexportador:

Nesse percurso, de forma imperativa, os países pobres, entre eles o Brasil, deveriam adquirir financiamentos como uma condição necessária ao desenvolvimento rural. De posse desses financiamentos, o Governo brasileiro passou a planejar e executar um “novo” modelo de agricultura para a Região Nordeste, sobretudo no Sertão Nordestino, tendo como base a irrigação possibilitada pelas águas do Rio São Francisco.

Nessa discussão, a ideia de espraiamento do capital-imperialismo para as chamadas “sociedades secundárias”, envolveu expropriações e enormes concentrações de capitais. No caso do Brasil, a segunda metade do século XX é caracterizada pelo avanço das expropriações originárias e a ocupação das fronteiras internas ao capital, através da apropriação de terras pela grande propriedade (FONTES, 2010). Oliveira (2008) argumenta que a centralidade da expansão capitalista no Brasil deve ser compreendida, em essência, através da simbiose moderno-arcaico, em que o pacto burguês-latifundiário foi responsável pela manutenção da exploração dos camponeses, negados enquanto trabalhadores no estatuto social.

Desse modo, a modernização brasileira sob o discurso de “Revolução Verde” que se espacializa nos vastos territórios em formações de fronteiras agrícolas com áreas superiores a extensões territoriais de países, significou a contínua cisão entre camponês, terra e trabalho. A terra como meio, movimento e fim para a perpetuação da condição social do campesinato é incontestável diante dos movimentos históricos de luta e enfrentamento contra o capital monopolista. Nessa luta, a moderna sociedade burguesa é a expressão de uma realidade em que, nas palavras de Berman (2007, p. 118): “Catástrofes são transformadas em lucrativas oportunidades para o redesenvolvimento e a renovação; a desintegração trabalha como força mobilizadora e, portanto, integradora”.

A chamada modernização conservadora, no âmbito da política econômica ditatorial brasileira, fomentou um arcabouço tecnológico de introdução de maquinário e venenos para o campo e se constituiu em formas de planejamento regional pensado desde os anos 1950, e que significou uma forma de racionalização da reprodução ampliada do capital (DELGADO, 2005). O suposto progresso representado pelo fomento ao maquinário, a disseminação de técnicas e insumos agrícolas e a constituição de uma base moderna emergem como mecanismos de perpetuação da desigualdade no campo brasileiro. A pobreza, a desigualdade e a precariedade do trabalho são intensificados, revelando a face oculta da falácia ‘civilizatória’.

Ao mesmo tempo em que a ofensiva neoliberal que se impõe ao campo brasileiro é defendida como “única alternativa” pelos representantes do agrohidronegócio, compreende-se que a história de subordinações dos sujeitos excluídos da apropriação da terra, água e trabalho concreto é a história de uma expropriação que, segundo Marx (2017, p. 787): “[...] está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo”.

Nessa discussão, Vasconcelos (2015) argumenta que o processo de expropriação da população da região que engloba o Baixo São Francisco “[...] deixou de fora a maioria dos trabalhadores e onde a pobreza continua inabalável sem alterar sua marca histórica da permanência da exploração” (VASCONCELOS, 2015, p. 53). No bojo dessas relações contraditórias tem-se dimensão da situação que se encontram os camponeses: uma extrema

subordinação aos ditames dos empresários capitalistas, assim como a dependência dos meios de trabalho como a única saída na busca pela sobrevivência. Logo, conforme depoimento do técnico L. R. de uma das empresas beneficiadas com lotes do Platô:

Aqui próximo tem um assentamento, que é o Pindoba, tem um outro que é o Betume. Assim, geralmente esses assentamentos é tudo legalizado pelo governo, o governo pega uma terra, não que eles entram e invadem, não ocorre isso, e a própria mão de obra deles é aproveitada aqui, é tanto que temos vários funcionários desses assentamentos aqui. (Entrevista concedida por L. R., Povoado Betume, em Ago./2019)⁴.

Desse modo, os camponeses se encontram imersos em uma realidade que não garante condições dignas de vida, subordinados à informalidade caracterizada por trabalhos temporários/parciais, ou como são conhecidos na localidade: “funcionários safra”. As comunidades visitadas se encontram permeadas por conflitualidades e tensões constituídas pela expansão do agrohidronegócio. Desde uma população que teve suas terras desapropriadas pelo Projeto e que ainda resiste, como o exemplo da comunidade do Povoado Tatu, nos limites do Platô, no município de Japoatã – SE, aos que se encontram acampados e assentados nas proximidades do Projeto (Figuras 06 e 07), na luta pela posse da terra em lotes ociosos:

Figuras 06 e 07 – Acampamento do MST “Maria Lindaura”, Japoatã, Sergipe



Fonte: Lima (2019)

As lutas incessantes de movimentos camponeses, entre eles, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – integrado à Jornada Mundial das Lutas da Via

⁴ Pesquisa de campo na disciplina de Geografia Agrária realizada em agosto de 2019, no Platô de Neópolis – SE. Entrevista com técnico de uma das empresas presente no Platô, no dia 23 de agosto de 2019.

Campesina, cobram e protestam por ações do Estado pela soberania e contra a expropriação do agrohidronegócio refletido nas grandes propriedades e na intensificação do uso de agrotóxicos e fertilizantes. Os trabalhos de campo desvelam a precariedade dos camponeses, submetidos à subordinação da produção agrícola e dos recursos pesqueiros das comunidades diante da expropriação das empresas. Além disso, as tensões se acirram com as perseguições às lideranças dos movimentos de luta. Portanto, o capital reproduz espaços da miséria, conforme análise de Conceição (2005, p. 169):

A leitura da miséria a partir da categoria totalidade não pode ser compreendida como uma demanda circunscrita em uma localidade, uma vez que ela é criada pela própria lógica da produção da riqueza, portanto, só é possível o fim da miséria com o fim da riqueza. Não é uma simples questão de aparência, de relação causa e efeito, mas uma questão processual, que está subsumida na perversidade do lucro.

A autora entende que ser geógrafo é ultrapassar os limites da aparência da paisagem e apreender as contradições que o tornam responsável pelo fim da sociedade do capital, da riqueza e do lucro. No caminho, as resistências devem ser consideradas e somadas ao campo de luta, a exemplo da Comunidade Quilombola de Brejão dos Negros, no município de Brejo Grande. Com 486 famílias pela luta da titulação, os quilombolas sobrevivem através da pesca e da agricultura de autoconsumo, que durante décadas são cerceadas por grupos econômicos dominantes⁵. Nessa realidade, vislumbra-se a agressividade dos representantes do agrohidronegócia tentativa de destruição do modo de vida, conforme fala de M. A. S:

A gente podia encostar um barco, podia saltar, chegava no muro, a gente fazia um fogo e podia assar um peixe, hoje em dia nem um barco você pode encostar, porque o cara chega com uma 12 e diz caia fora porque o dono não quer ver ninguém aqui não, aí você tem que sair, é uma coisa que no tempo de meu pai não existia, mas agora é isso que a gente está vendo. A comunidade se cria da luta e vive da luta. (Entrevista concedida por M. A. S., Brejão dos Negros, Ago. /2019).

Os relatos apontam para a importância da terra e da água como substratos essenciais à reprodução social da Comunidade. Um dos desdobramentos do cerceamento dos recursos hídricos no Baixo São Francisco, que releva a perversidade do capital no espaço agrário sergipano, é o acirramento das tensões no território, que opõem os camponeses e quilombolas aos representantes do empresariado urbano. Na legitimação das desigualdades sociais, revela-se a conflitualidade e a necessidade de transformação. Os termos agrohidronegócio ou hidroterritório têm forte peso no espaço em que se encontram disputas constantes pelo acesso e controle da água, em suas diversas expressões e formas de poder

⁵ Disponível em: <http://cpisp.org.br/brejao-dos-negros/>. Acesso em: 26 mai. 2020.

no território (TORRES, 2007). Agrohidronegócio e/ou agrohidroterritórios captam a territorialização e monopolização do capital sobre o campo, sobre a vida de milhares de trabalhadores e a natureza enquanto condição de vida.

A partir de variados relatos, a fala como signo dialético e expressão de um contexto de luta, acompanha o processo de resistência:

As comunidades quilombolas não era reconhecidas como público da Reforma Agrária, apesar da gente tá no plano, estava no plano, mas a gente não era reconhecido, o Incra não reconhecia as comunidades quilombolas, só reconhecia os assentados e aí foi uma briga, foi uma luta muito grande, começamos a reunir os dados, fazer os movimentos e nós tivemos que fazer isso quase que formando um grupo secreto pra discutir, isso partiu daqui de Sergipe, o menor estado, fomos os primeiros a fazer isso (Entrevista concedida por M. I. S. S, Brejão dos Negros, Ago./2019).

O movimento e a contradição como categorias do tempo histórico acompanham o ser geógrafo como ser revolucionário, e, desse modo, o presente não se fixa ou cristaliza como um fato consumado. A luta é entendida como um devir e um porvir: da realidade dos conflitos por água no Baixo São Francisco apreende-se o caráter depredador do capital, desde a perseguição e sua violência ao ataque à vida diante dos proprietários de viveiros de carcinicultura (cultivo de camarão), como revela a fala de A. O. S.:

Na época de pesca tem bastante peixe, como a tilápia, e elas conseguem entrar nos viveiros de camarões e se reproduzem com bastante facilidade, quando eles vão fazer a despesca tem um quantitativo muito grande, tem fazendeiro que consegue tirar até uma, duas ou três toneladas de tilápia, só o que eles fazem, como eles não vendem a tilápia, mas eles não dão para a comunidade, aí eles queimam porque apodrecem lá, tocam fogo lá, mas não distribui. E onde tão localizados os viveiros deles a gente não consegue mais entrar, porque antes a gente poderia pegar o peixe na lagoa, pegava o caranguejo, porque era aberta, mas hoje com o viveiro de camarão a gente não pode nem pescar, tanto por conta dos produtos que eles colocam tanto porque é proibido entrar, cada viveiro desse tem duas a três pessoas armadas vigiando. (Entrevista concedida por A. O. S., Brejão dos Negros, Ago. /2019).

Se no passado os esforços estiveram concentrados na luta pelo reconhecimento enquanto comunidade quilombola, no presente, os sujeitos se veem no contínuo movimento de resistência contra a apropriação privada da água por proprietários de fazendas de carcinicultura sem licenciamento ambiental e a expansão do uso da água para a irrigação em larga escala. De acordo com o Relatório da Agência Nacional das Águas (ANA, 2003), o uso em demasia de água para irrigações combinado ao aumento indiscriminado de agrotóxicos e fertilizantes impactam a qualidade de vida das comunidades do Baixo São Francisco. Além disso, somam-se também o uso inadequado do solo, salinização das águas do rio, a pesca

predatória e o declínio dos recursos pesqueiros, falta de água para o abastecimento de comunidades mais pobres e que corroboram para a miséria rural.

O território se insere, pois, dentro de conflitos que incluem desde o lançamento de efluentes industriais – advindos de empresas instaladas às margens do Rio São Francisco – aos conflitos de vazão do rio *versus* desaparecimento de lagoas naturais e áreas produtivas, instalação de tanques e redes contra a qualidade da água e as formas de resistências das comunidades locais expressas em uma das falas dos entrevistados:

Aqui no nosso rio a gente não encontra mais o peixe de água doce, é só peixe de água salgada, é robalo, a carapeba, o xaréu, é a vermelha, é o cabeça de coco, o baiacu, e por esses cantos aqui, beira de rio aqui... E pela lei, do rio para cima, a União tem direito não sei se é 100 metros ou é 50 metros, que é onde o pescador tinha a permissão de ficar, não podia passar, e hoje nem com essa permissão, com esse direito que tem dado pela União, a gente não pode. Hoje se a gente passa do muro tem gente armado, já fugimos da morte, ainda hoje eles entram mata a dentro para ter acesso aos viveiros deles, e a gente fica lutando para ter nosso pão de cada dia. (Entrevista concedida por A. O. S., Brejão dos Negros, ago. /2019).

Compreender a territorialização e monopolização do capital no espaço agrário engloba apreender as estratégias utilizadas pelo capital como ofensiva à existência humana, bem como, de sua integridade. Nestas lacunas, onde o agrohidronegócio almeja em interesses vorazes, ao domínio da terra e, principalmente, sobre a água como motor produtivo, se explica o pacto histórico entre os diferentes setores da sociedade, entre o moderno e arcaico. Thomaz Junior (2010, p. 03) argumenta que: “O capital tem à disposição elementos imprescindíveis para a marcha expansionista dos seus negócios”, o que une setores público e privado para o favorecimento dos representantes do agrohidronegócio. Os privilégios de oligarquias agrárias que estabelecem o controle da água e do solo são desnudados nas palavras dos sujeitos em luta:

Como tinha aqui um grupo forte de pessoas que viveu a vida toda manipulando as nossas famílias, os nossos pais, nossos avós, bisavós, eles manipularam a vida toda, então eles achavam que ia ser sempre assim, a partir do momento que você deixa de enxergar com os olhos deles, porque a gente enxergava com os olhos deles, e a gente pensava também da forma como eles queriam, porque era uma forma de achar que eram amigos, mas não eram amigos, era para usar a gente. Nós estávamos sendo escravizados e não éramos escravos, porque a gente trabalhava como meeiros dessas pessoas, que são nossos padrinhos... (Entrevista concedida por M. I. S. S., Brejão dos Negros, ago. /2019)

A apropriação desigual sobre a água e a terra desvela duas facetas: de um lado, os detentores de tecnologias suficientes para impor seu domínio através da subordinação ao controle da classe dominante em um movimento contínuo de expropriação e exploração, que

incluem a tomada de terras, o usufruto em demasia da água para irrigação e a subordinação da força de trabalho, em tendência à precariedade da vida (TORRES, 2007).; e, em contrapartida, uma camada social desprovida desses recursos, na linha de frente da luta e busca de alternativas de usufruto do bem essencial à vida. A permanência do modo de vida, a pressão das comunidades em instâncias políticas, como sindicatos dos trabalhadores rurais, além da manutenção da agricultura de autoconsumo e da atividade pesqueira nos municípios do Baixo São Francisco se constituem em contraponto ao discurso modernizador excludente e compreendem práticas emancipatórias e singulares destas comunidades na garantia da autonomia.

Considerações Finais

A análise como ponto de partida revela a importância em compreender e desconstruir discursos disseminados no/para o campo, como uma clara tentativa de destituir a maior arma de todas as comunidades: a capacidade de lutar. Os autores se apoiam na leitura que empreende o território como conflitualidade, cuja atualidade aponta para a apropriação voraz da terra e da água como expressões de uma “assim chamada acumulação primitiva”.

Portanto, no processo de modernização e mecanização, os relatos de luta e resistência, a busca pela autonomia e soberania são confrontados pelo lucro enquanto interesse único das empresas capitalistas. Nas entrelinhas do particular/singular não se dissocia da totalidade como categoria que apreende o movimento e da contradição no/do real. Se a água passa a garantir a vitalidade da produção – irrigação e energia – e o trabalho vivo, em sua força física e mental, como substrato que deve se subordinar à manutenção da propriedade privada, é porque o capital sobrevive da dilapidação de nervos, cérebros, músculos e meios de produção – terra e água (MARX, 2017). Os ditos "donos da água" se materializam no território na mercantilização, degradação ambiental, com a contaminação da água, detonação dos corpos d'água, das vegetações naturais, afastando a biodiversidade nativa e atraindo espécies exóticas.

Nessa configuração, expressões nítidas do agrohidronegócio no Baixo São Francisco se apontam nos empreendimentos do Platô de Neópolis e dentro do polo de irrigação: a piscicultura e rizicultura em Ilha das Flores (e nos demais municípios), além da carcinicultura e a pesca industrial em Brejo Grande, através da ampliação no número de empresários capitalistas que competem com as comunidades ribeirinhas. A denúncia que se constrói acerca das estratégias de atuação e formas de controle da terra e da água aponta para distintos empreendimentos que minam as águas do São Francisco e seus afluentes.

Nesse sentido, expõe-se o caráter falacioso e ameaçador da modernização; como também, defende-se a necessidade de fortalecimento da organização política para o confronto

e a universalidade da luta. Para tanto, os movimentos sociais, organizações sindicais e partidos políticos que se preocupam com a ofensiva do capital sobre o campo e a vida humana, perpetuam os históricos debates sobre a necessária Reforma Agrária e a construção de uma alternativa para a sociedade capitalista. A lógica do capitalismo em sua fase mais selvagem é a capturado trabalho (concreto) e das fontes naturais, como um rastro de destruição de necessidades fundamentais, como alimentação, moradia, acesso à terra e uso da água potável.

No horizonte de obscuridades a serem combatidas pelos trabalhadores em sentido universal, encontram-se os atuais retrocessos na política brasileira, com a escalada autoritária do ultraneoliberalismo responsável pelos desmontes da Legislação Ambiental. Desse modo, abre-se espaço para a iniciativa privada, sustentáculo do agrohidronegócio. Na contracorrente, o ser geógrafo como ser revolucionário, e, portanto, transformador, exige valer-se da Teoria Crítica como *práxis* para ressoar nos caminhos resistentes que acompanham a história do campo.

Referências

ANA. **Diagnóstico Analítico da Bacia do Rio São Francisco e da sua Zona Costeira. Brasília**, Brasília, DF: Governo Federal, 2003.

ASCONDIR. **Associação dos concessionários do distrito de irrigação Platô de Neópolis**. Disponível em: <http://www.ascondir.com.br/>. Acesso em 02 out. 2019.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL [digital]. **Base de dados**. 2010. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>. Acesso em: 12 abr. 2020.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. Agronegócio sob uma perspectiva territorial. In: CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **Pobreza e exclusão feminina nos territórios do agronegócio – O caso de Cruz Alta/RS**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2009, p. 22-61.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Caderno Conflitos no Campo Brasil, 2019**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/5167-conflitos-no-campo-brasil-2019>. Acesso em: 22 abr. 2020.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A Geografia do espaço da miséria. **Revista Scientia Plena**, vol. 1, n. 6, pp. 166-170, 2005.

CUNHA, Tássio Barreto; CARVALHAL, Marcelo Dornelis. Terra-água-trabalho: o agrohidronegócio e a transposição do Rio São Francisco. **Revista Pegada**, vol. 15, n. 01, julho/2014, pp. 70-95.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: **Questões sociais e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política, Livro I: o processo de produção do Capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MESZÁROS, István. **Para Além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A mundialização da agricultura capitalista no Brasil. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: laundé Editorial, 2016, p.123-390.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista**: O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Vanessa Dias de. **As tecnologias e suas interfaces no campo como estratégia de controle do capital**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

RIBEIRO, Bruno Andrade. **A condição camponesa sob o espectro da informalidade**. Dissertação (mestrado em Geografia), PPGEIO/Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2020. 165p.

SOUSA, Raimunda Áurea Dias. **O agrohidronegócio no Vale do São Francisco**: território de produção de riqueza e subtração da riqueza da produção. 2013. 356 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe – UFS, São Cristóvão, 2013.

THOMAZ JR, Antônio. Degradação Sistêmica do trabalho no agrohidronegócio. Revista **Mercator**, Fortaleza, v. 16,2017.

_____. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Campo-Território**, v. 5, n. 10, pp. 92-122, ago. 2010.

TORRES, Avani Terezinha Gonçalves. **Hidroterritórios (Novos Territórios da Água)**: Os Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos e seus Impactos nos Arranjos Territoriais. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2007.

VASCONCELOS, Jordana Santana de Oliveira. **Das Interfaces do Projeto de Irrigação Fruticultura Platô de Neópolis ao Agronegócio da Cana de Açúcar**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2015.

Sobre os autores

Mara Íris Barreto Lima—Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (DGEI/UFS). Pesquisadora no Programa de Educação Tutorial em Geografia (PET/FNDE) e no Grupo de Pesquisa Relação Sociedade-Natureza e Produção do Espaço Geográfico (PROGEO). Integrante da Diretoria Executiva da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – Seção Local Aracaju – SE. **ORCID** – <https://orcid.org/0000-0001-7701-6754>.

Fernando Paixão Santos – Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (DGEI/UFS). Pesquisador no Programa de Educação Tutorial em Geografia (PET/FNDE).
OrcID – <https://orcid.org/0000-0003-0719-4760>

Bruno Andrade Ribeiro – Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS/CAPES). Mestrado em Geografia (PPGEO/UFS/CNPq). Pesquisador no Grupo de Pesquisa Relação Sociedade-Natureza e Produção do Espaço Geográfico (PROGEO) e no Laboratório de Estudos Territoriais (LATER). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-7787-7682>

Como citar este artigo

LIMA, Mara Íris Barreto; SANTOS, Fernando Paixão; RIBEIRO, Bruno Andrade. A falácia do discurso da modernização e a apropriação da terra e da água no Médio São Francisco. **Revista NERA**, v. 24, n. 59, p. 213-233, Dossiê, 2021.

Declaração de Contribuição Individual

O artigo “A falácia do discurso de modernização e a apropriação da terra e da água no Baixo São Francisco” foi elaborado a partir de contribuições dos três autores. A primeira autora, **Mara Íris Barreto Lima**, desenvolveu a estruturação do artigo, bem como, os trabalhos de campo ao Platô de Neópolis, os registros fotográficos e entrevistas a camponesas e camponeses. O segundo autor, **Fernando Paixão Santos**, também participou da organização dos trabalhos de campo e entrevistas. O terceiro autor, **Bruno Andrade Ribeiro**, se responsabilizou pelo levantamento e sistematização de dados, elaboração de mapas e organização de quadros e a revisão crítica do manuscrito.

Recebido para publicação em 20/09/20
Devolvido para a revisão em 08/06/21
Aceito para a publicação em 12/06/21

Os processos de luta e resistência na terra camponesa frente aos imperativos do capital em Serra do Ramalho/BA

Maria lêda da Silva

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – Vitória da Conquista, Bahia, Brasil.
e-mail: iedasilvageo@gmail.com

Jânio Roberto Diniz dos Santos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – Vitória da Conquista, Bahia, Brasil.
e-mail: jandiniz@yahoo.com.br

Resumo

Segundo dados do INCRA (2019), no Brasil existem 9.443 mil assentamentos, e para muitos deles não há previsão de regularização fundiária. Inclui-se que muitos desses assentamentos rurais foram implantados como política de regularização fundiária, bem como forma de reassentamento de atingidos por grandes obras de desenvolvimento nacional. Neste contexto, se insere o Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho (PEC-SR), que nasce enquanto um projeto de assentamento fruto de uma política de desenvolvimento na década de 1970. Nesta direção, o objetivo da pesquisa consistiu em analisar o enfrentamento dos camponeses na luta na/pela terra para melhor compreendê-los como sujeitos sociais de resistência na terra de trabalho e vida, em sua maioria, “esquecidos” pelo discurso hegemônico do capital. Evidenciou-se que, com a expansão do capitalismo no campo, cada vez mais os camponeses são subordinados à sujeição da renda da terra e, em suma, enfrentam uma luta constante contra todos os meios de expropriação. A resistência é uma luta constante dos camponeses para que o acesso à posse e a permanência na terra sejam constituídos como direitos de uma política fundiária e agrícola suficiente para permitir ações concretas, a fim de romper historicamente com as práticas produzidas e reproduzidas no campo.

Palavras-chave: Estado; regularização fundiária; assentamentos rurais; luta pela terra.

The processes of struggle and resistance in peasant land against the imperatives of capital in Serra do Ramalho / BA

Abstract

According to INCRA data (2019), in Brazil there are 9,443 thousand settlements, and for many of them there is no forecast of land regularization. It is included that many of these rural settlements were implemented as a land tenure regularization policy, as well as a way of resettling those affected by big national development works. In this context, the Special Colonization Project of Serra do Ramalho (PEC-SR) is inserted, which was born as a settlement project resulting from a development policy in the 1970s. In this sense, the objective of the research was to analyze the confrontation of the peasants in the struggle in / for the land in order to better understand them as social subjects of resistance in the land of work and life, most of them “forgotten” by the hegemonic discourse of capital. It became evident that, with the expansion of capitalism in the countryside, peasants are increasingly subordinated to the subjection of land value and, in short, face a constant struggle against all means of expropriation. Resistance is a constant struggle by peasants to ensure that access to possession and permanence on land are constituted as rights of a sufficient land and

agricultural policy to allow concrete actions, in order to historically break with the practices produced and reproduced in the countryside.

Keywords: State; land regularization; rural settlements; struggle for land.

Los procesos de lucha y resistencia en tierras campesinas contra los imperativos del capital en Serra do Ramalho / BA

Resumen

Según los datos del INCRA (2019), en Brasil hay 9.443 mil asentamientos, y para muchos de ellos no se prevé la regularización de la tierra. Se incluye que muchos de estos asentamientos rurales se implementaron como una política de regularización de la tenencia de la tierra, así como una forma de reubicar a los afectados por las obras de desarrollo nacional. En este contexto, se inserta el Proyecto Especial de Colonización de Serra do Ramalho (PEC-SR), que nació como un proyecto de asentamiento resultante de una política de desarrollo en la década de 1970. En este sentido, el objetivo de la investigación fue analizar la confrontación de los campesinos en la lucha en / por la tierra para entenderlos mejor como sujetos sociales de resistencia en la tierra del trabajo y la vida, la mayoría de ellos "olvidados" por el discurso hegemónico del capital. Se hizo evidente que, con la expansión del capitalismo en el campo, los campesinos están cada vez más subordinados a la sujeción del valor de la tierra y, en resumen, enfrentan una lucha constante contra todos los medios de expropiación. La resistencia es una lucha constante de los campesinos para garantizar que el acceso a la posesión y la permanencia en la tierra se constituyan como derechos de una política agrícola y de tierras suficiente para permitir acciones concretas, con el fin de romper históricamente con las prácticas producidas y reproducidas en el campo.

Palabras clave: Estado; regularización de tierras; asentamientos rurales; lucha por la tierra.

Introdução

A geografia agrária traz consigo o desafio de entender um dos debates mais complexos da atualidade, o da estrutura agrária brasileira, processo que parte de várias análises estando este submetido a uma série de contradições políticas, econômicas, sociais e estruturais. Compreender a grande estrutura fundiária do Brasil é elemento importante para discussão e análise acerca da apropriação do território pelo capital, bem como do acirramento da violência no campo e, sobretudo, a necessidade de levantar questões fundamentais sobre a ausência de uma política efetiva de Reforma Agrária, desvinculada da lógica de produção capitalista.

Neste contexto, a regularização fundiária representa um fator determinante no campo da questão agrária, ao tempo que passa a ser instrumento da legitimação de posse e do uso das terras, assim como um meio de acesso às políticas sociais, econômicas e agrícolas.

Frente ao processo de regularização fundiária está o camponês, o pequeno agricultor, os sujeitos sociais, que não possuem títulos de terras que possam garantir-lhes

segurança, ou se encontram em situações irregulares, deixados às margens de uma acentuada desigualdade no campo. Além de exercerem grande influência sobre a economia local e nacional e ocupando ainda papéis decisivos na agricultura camponesa, esses sujeitos sociais são ainda abandonados à mercê de uma necessidade política, social e urgente da reforma agrária no Brasil.

Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), (2019), no Brasil existem 9.443 mil assentamentos e para muitos deles não há previsão de regularização. Evidencia-se que muitos destes assentamentos rurais foram implantados como política de regularização fundiária, bem como forma de reassentamento de atingidos por grandes obras de desenvolvimento nacional.

Nesta realidade, se insere o Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho (PEC-SR), no município de Serra do Ramalho/BA, que nasce enquanto um projeto de assentamento, fruto de uma política de desenvolvimento na década de 1970. O PEC-SR correspondeu ainda aos interesses do capital e se estabeleceu sob o papel desencadeado pelo Estado, como “alternativa” voltada para atender à população atingida de povoados e de sedes municipais, cujas terras seriam submersas pela construção da Barragem de Sobradinho.

Atualmente, há em Serra do Ramalho uma luta muito grande pela garantia dos direitos da titulação, pois a postura do Estado adotada frente à política agrária não tem sido, ao longo dos anos, eficiente para a regularização fundiária dos assentados. Nesta direção, o objetivo da pesquisa consistiu-se em analisar o enfrentamento dos camponeses na luta pela/na terra, para melhor compreendê-los como sujeitos sociais de resistência na terra de trabalho e vida, procurando ressaltar como tais políticas públicas aparelhadas pelo Estado estruturaram a manutenção do latifúndio e dos grandes capitalistas, ocasionando um agravante na distribuição desigual de terras, revelando um projeto “fracassado” de regularização fundiária do país.

O presente trabalho pautou-se na elaboração de uma matriz metodológica, com levantamentos bibliográficos sobre o surgimento das políticas públicas de acesso à terra no Brasil, bem como, o favorecimento das grandes e médias propriedades e a marginalização das pequenas propriedades, frente à lógica do desenvolvimento capitalista no campo.

Desse modo, é importante destacar que a trilha da investigação foi pensada e executada também através da pesquisa de campo, realizada por meio de entrevistas semiestruturadas e questionários abertos e fechados, tomando como referência alguns elementos da pesquisa qualitativa e quantitativa.

Entende-se que a prática da regularização fundiária é um desafio ao acesso à posse e à permanência na terra e, conseqüentemente, passa a representar aos camponeses uma luta árdua contra os interesses de grandes proprietários de terras e

capitalistas, demonstrando o quanto é difícil romper historicamente com as práticas produzidas e reproduzidas no campo.

As rupturas e permanências na política fundiária brasileira

Ao longo dos anos, a distribuição e regulamentação de terras no território brasileiro passaram por um conturbado processo histórico enraizado desde a colonização a uma luta nacional pela efetivação da reforma agrária na atualidade.

A apropriação concentrada da terra, no Brasil, originou-se com a ocupação do território pelos portugueses no século XVI. Neste período colonial, a divisão fundiária baseava-se em doação de grandes extensões de terras, ou seja, as concessões eram feitas através do sistema de sesmarias. De fato, o regime de sesmarias representou inicialmente o surgimento de concentração fundiária nas mãos de poucos com a formação de grandes latifúndios, ampliando o poderio e o enriquecimento da Coroa Portuguesa no país.

Em 17 de julho de 1822, através da resolução nº 70, o regime das sesmarias foi extinto e nada foi apresentado como proposta para regulamentar as concessões de uso e posse das terras brasileiras. Diante disso, o regime de posses foi adotado e passou a predominar o chamado “livre apossamento” sobre as terras públicas, através do qual as pessoas poderiam obter a posse dessas terras por meio da ocupação simples, feita através da prática e do cultivo da terra.

Com a Lei nº 601 de 1850, conhecida como a Lei de Terras, surgiram novos aspectos relacionados à regularização do acesso à terra, e, assim, caracterizava o novo momento para a questão agrária no Brasil. Visando direcionar juridicamente a aquisição de terras no país, a Lei de 1850 vedou qualquer outra forma de obtenção de terras a não ser pela aquisição de títulos de forma legal, ou seja, o acesso à terra só seria possível por meio da compra.

No entanto, a legitimação e a efetivação da lei nº 601/1850 acabou favorecendo a manutenção da propriedade concentrada, já que os grandes senhores, os donos do poder, se encontravam no domínio político, nas grandes fazendas e na alta classe, o que, entre outros aspectos, acabou por gerar a formação da propriedade privada. Ou seja, a terra tornou-se mercadoria, um instrumento de dominação “cativa”, visto que as grandes extensões de terras passaram a ser especuladas para a extração da mais-valia. Sobre o contexto, Ariovaldo Umbelino Oliveira destaca que:

No capitalismo, a terra, transformada também em mercadoria, tem um preço, mas não tem valor, porque não é produto criado pelo trabalho humano. A propriedade capitalista da terra é renda capitalizada; é direito de se apoderar de uma renda, que é uma fração da mais-valia social e, portanto, pagamento subtraído da sociedade em geral. Isso ocorre devido

ao fato de que uma classe detém a propriedade privada da terra e só permite a sua utilização por meio de produção (arrendada ou não), através da cobrança de um tributo: a renda capitalista da terra. É por isso que, sob o capitalismo, a compra da terra é compra de renda antecipada. Quando estamos diante da grilagem de terras, esse processo revela seu verdadeiro caráter: o caminho 'gratuito' do acesso à renda, do acesso ao direito antecipado de obter o pagamento da renda, sem mesmo ter sequer pago pra poder auferi-la (OLIVEIRA, 2007, p. 66).

Por outro lado, a Lei de Terras trouxe grandes dificuldades na privação do acesso à terra pelos trabalhadores, os escravos libertos e os demais camponeses viram-se impedidos de serem proprietários, pois faltava-lhes dinheiro para a compra de posse muitos deles, ao enfrentar vários empecilhos ao acesso à pequena propriedade, tornaram-se, compulsoriamente, a força de trabalho dos grandes latifundiários. Sobre esse assunto, Martins (1994) assevera:

É que, a Lei de Terras, longe de ter por objetivo a liberalização do acesso à terra, teve por objetivo justamente ao contrário: instituir bloqueios ao acesso à propriedade por parte dos trabalhadores, de modo que eles se tornassem compulsoriamente força-de-trabalho das grandes fazendas (MARTINS, 1994, p. 76).

Intui-se que a criação desta lei significou a primeira medida legal de consolidação das relações capitalistas dominantes acerca da propriedade privada. Estava ainda ligada às dificuldades nas aquisições de terras e na elevação dos preços, a fim de dificultar a compra de lotes pelos trabalhadores, privando-os do acesso à terra e conseqüentemente a venda de sua força de trabalho.

Com as crescentes ocupações ilegais que passaram a ocorrer após a Lei de Terras, o cenário de debates e reivindicações de medidas legais para efetivar a reforma agrária foi continuamente marcado pela luta incessante que se desenrolava no campo das forças políticas, econômicas e sociais. Esses debates foram acentuados a partir da década de 1950, quando em um contexto de efervescência nacional, os movimentos sociais passaram a pressionar intensas reivindicações e, por outro lado, existia uma emergência política cada vez mais notória na questão agrária, essencialmente concentracionista aos interesses burgueses.

Em decorrência das fortes reivindicações dos movimentos sociais, o governo do Regime Militar (1964-1985) constituiu-se como uma estratégia política para acalmar as pressões populares ao instituir a legitimação da posse, através da criação do Estatuto da Terra, definido na Lei nº 4.504, de 30 de setembro de 1964. Segundo Martins (1999), essa nova Lei tinha uma proposta de reforma agrária com critérios de desapropriação bastante precisos, em relação à classificação das propriedades e a gradual extinção das categorias latifúndio e minifúndio. Neste sentido,

[...] A Reforma Agrária visa implantar um sistema entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio (BRASIL, 1964, Art. 5).

Por sua vez, o Estatuto da Terra de 1964 ao mesmo tempo em que introduzia um conjunto de medidas de desapropriação que visavam promover a melhor distribuição da terra mediante modificação no regime de uso e posse, criava condições e favorecia a modernização da grande propriedade ao transformar o latifúndio em modelo de empresa rural, consolidando dessa forma as políticas de desenvolvimento da agricultura brasileira.

Neste sentido, a natureza da então proposta de reforma agrária e a origem do Estatuto da Terra surgem como um subterfúgio político do primeiro regime militar para desestabilizar e controlar as forças dos movimentos sociais presentes no país, como nos apresenta Martins:

O Estatuto revela assim a sua verdadeira função: é um instrumento de controle das tensões sociais e dos conflitos gerados por esse processo de expropriação e concentração da propriedade e do capital. É um instrumento de cerco e desativação dos conflitos, de modo a garantir o desenvolvimento econômico baseados nos incentivos à progressiva e ampla penetração do grande capital na agropecuária. É uma válvula de escape que opera quando as tensões sociais chegam ao ponto que podem transformar-se em tensões políticas. O Estatuto está no centro da estratégia do governo para o campo e se combina com outras medidas de cerco e desativação dos conflitos, das reivindicações e das lutas sociais (MARTINS, 1985, p. 35).

A fim de “amenizar” as fortes tensões sociais no campo, o Estatuto permitiu que a Reforma Agrária proposta pela nova Lei pudesse ocorrer somente em áreas de conflitos sociais e de disputas de terras ou através da criação de projetos de colonização, deixando de lado a possibilidade de efetivação de reforma no âmbito nacional, perfazendo ações para promover o desenvolvimento da agricultura com o ingresso do capital monopolista e estrangeiro no campo.

O estatuto faz, portanto, da reforma agrária brasileira uma reforma tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema se tornar tenso, oferecendo riscos políticos. O estatuto procura impedir que a questão agrária se transforme numa questão nacional, política e de classe (MARTINS, 1983, p. 96).

A Reforma Agrária, realizada de forma tópica e emergencial, conforme salienta Martins (1983) foi adiada ou realizada na tentativa de amenizar as pressões sociais e desmobilizar o campesinato. Postura adotada pela política agrária do Estado através das

tentativas em efetivar a Reforma Agrária foi fortalecer e ampliar a relação dos grandes capitalistas com a propriedade fundiária no país.

Cabe também destacar que os novos caminhos de uma suposta reforma agrária pelo regime civil-militar estavam cada vez mais orientados para um projeto de controle político, cujo objetivo pautava-se na proteção dos latifúndios e no processo da modernização conservadora, ou seja, do avanço das relações capitalistas e da financeirização da agricultura com a indústria, acentuando-se as contradições do campo e privando os camponeses da terra.

O processo de ampliação da “racionalidade” do capital na produção agrícola trouxe, nos anos seguintes, o agravamento das tensões sociais em decorrência da expulsão dos camponeses com o avanço da modernização da agricultura. Face a isso, as principais lideranças sindicais continuaram a pressionar o governo a fim de reascender o debate e a efetivação da realização da reforma agrária.

Nos anos pós-regime militar, o Estatuto da Terra foi modificado com a Constituição de 1988, que trouxe algumas alterações na legislação fundiária, em se tratando da definição de conceitos das propriedades para a desapropriação rural. De acordo com Martins:

A utilização dos conceitos de “propriedade produtiva” e de “propriedade improdutiva” introduziu uma ampla ambiguidade na definição das propriedades sujeitas a desapropriação para reforma agrária, praticamente anulando as concepções relativamente mais avançadas do Estatuto da Terra. Essa mudança refletia não só a reação dos grandes proprietários de terra que haviam organizado a União Democrática Ruralista [...]. Refletia um lado fundamental das alianças de classe na história brasileira (MARTINS, 1999, p. 90).

Devido a algumas mudanças na utilização dos conceitos e ampla ambiguidade na definição das propriedades, estava em campo mais uma vez, as lutas pelo acesso e permanência na terra que acabaram por se esbarrar na aliança entre capital e terra, onde de um lado, estava os camponeses e do outro, os ruralistas. Ou seja, há uma forte dinâmica perversa que estrutura historicamente as alianças dos grandes latifúndios, cujo produto é marcado pela exclusão dos camponeses e pelo acesso desigual à terra.

A partir da Constituição Federal de 1988, através do Art. 184, o processo de redistribuição de terras foi contemplado com uma nova fase, a qual passou a estabelecer o que competia a União e o poder Judiciário levar em consideração no cumprimento da função social da propriedade ao desapropriar terras para fins de Reforma Agrária.

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com

cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei (BRASIL, 1988, Art. 184).

Desta forma, caberia à União, através do INCRA, averiguar se os imóveis rurais estariam cumprindo os requisitos da função social da propriedade, a fim de garantir a sua desapropriação por interesse social, ou seja, para fins de reforma agrária, caso o proprietário descumprisse sua função.

Mesmo tratando-se de uma norma jurídica e constitucional, o direito ao acesso e a permanência na terra ainda é imbricado por um processo histórico e repleto de contradições nas diversas estruturas econômicas, políticas e sociais do Brasil. Para Oliveira (2007), a persistência pela reforma agrária é uma luta contínua contra o processo de dominação privada da terra, no qual “A reforma agrária constitui-se, portanto, em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo”. (OLIVEIRA, 2007, p. 68).

Os processos de luta e resistência na terra camponesa frente aos imperativos do capital

Como grande fomentador de intervenções, o Estado, ao impulsionar as ações governamentais para o desenvolvimento do campo no Brasil, ampliou políticas públicas como instrumentos das forças produtivas capitalistas, assim sujeitando o Nordeste brasileiro a intervenções planejadas. Para isso, se apresenta com um discurso de que as novas formas da apropriação na produção agrária brasileira deveriam constituir-se também no Nordeste, a fim de potencializar a lógica da modernização conservadora no país.

Com a modernização da agricultura, o Brasil passou a adotar políticas agrícolas mais intensivas de expansão, desenvolvendo condições que contribuiriam para a reprodução ampliada do capital. Para Martins (1994), é preciso considerar que a relação terra e capital no país ocorre como uma estratégia para expandir as relações capitalistas no campo.

Ao contrário do que ocorria com o modelo clássico da relação entre terra e capital, em que a terra (e a renda territorial, isto é, o preço da terra) é reconhecida como entrave a circulação e reprodução do capital. No modelo brasileiro o empecilho à reprodução capitalista do capital na agricultura não foi removido por uma reforma agrária, mas pelos incentivos fiscais. O empresário pagava pela terra, mesmo quando terra sem documentação lícita e, portanto produto de grilagem, isto é, de formas ilícitas de aquisição. Em compensação, recebia gratuitamente, sob a forma de incentivo fiscal, o capital de que necessitava para tornar a terra produtiva. O modelo brasileiro inverteu o modelo clássico. Nesse sentido, reforçou politicamente a irracionalidade da propriedade fundiária no desenvolvimento capitalista, reforçando conseqüentemente, o sistema oligárquico nela apoiado [...],

portanto, [...] comprometeu os grandes capitalistas com a propriedade fundiária e suas implicações políticas (MARTINS, 1994, p. 79-80).

Percebe-se que as novas relações de dominação ocorridas na propriedade fundiária brasileira, aparecem como meio para reforçar favoravelmente o desenvolvimento das relações capitalistas e não- capitalistas, implicando assim na existência e manutenção dos grandes latifundiários e, conseqüentemente, na histórica concentração de terra no país.

Por conseguinte, as marcas estruturais da perversa dinâmica agrária brasileira, geradas ao longo da sua história, foram acentuadas pelas questões políticas e econômicas desde a criação do Estatuto, através do qual muitos assentamentos rurais, sob a forte intervenção estatal, surgiram como política de regularização fundiária, assim como forma instituída para o reassentamento de famílias atingidas por grandes obras e projetos, apresentados com o discurso de desenvolvimento nacional e a expansão do capitalismo no campo.

Neste sentido, se insere o Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho (PEC-SR) no município de Serra do Ramalho/BA, que nasce enquanto um projeto de assentamento fruto de uma política de desenvolvimento nacional implantada na década de 1970, pelo INCRA, que teve como função atender e relocar a população atingida de povoados e de sedes municipais, como Pilão Arcado, Sento Sé, Remanso e Casa Nova, cujas terras foram submersas pela construção do reservatório da hidrelétrica de Sobradinho, atingindo uma população estimada em 72 mil pessoas (ESTRELA, 2004).

Seguindo uma divisão lote/agrovila, o PEC/SR foi criado com base em uma articulação urbano-rural com a construção de 6.267 casas, além do lote rural – onde se concentraria a atividade produtiva. A divisão territorial correspondia a uma área de 257 mil hectares divididos em quatro eixos regulares, conforme destaca Estrela:

Em linhas gerais, os 257 mil hectares desapropriados pelo INCRA – formando uma espécie de trapézio – foram divididos em quatro eixos latitudinais; a cada 6 ou 7 quilômetros construiu-se uma agrovila. O Eixo 1 abriga as agrovilas: 1, 3, 5, 7 e 9. O Eixo 2, as: 2, 4, 6, 8, 10, 11, 21 e 22. O Eixo 3 abriga as de números: 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18. O Eixo 4, as: 19 e 20. Ainda no Eixo 4, mas encravada no sopé do lado oriental da Serra, encontra-se a agrovila 23. As agrovilas 15, 16 e 23 estão localizadas no município de Carinhanha (ESTRELA, 2004, p. 137).

Por possuir infraestrutura administrativa, a Agrovila 9 sediará a administração do projeto, quando da emancipação do PEC e a conseqüente criação do município de Serra do Ramalho, tornou-se sua sede.

Desde o processo de colonização à emancipação política de Serra do Ramalho, a sua estrutura agrária foi marcada por sucessivas implicações sociais, políticas e econômicas

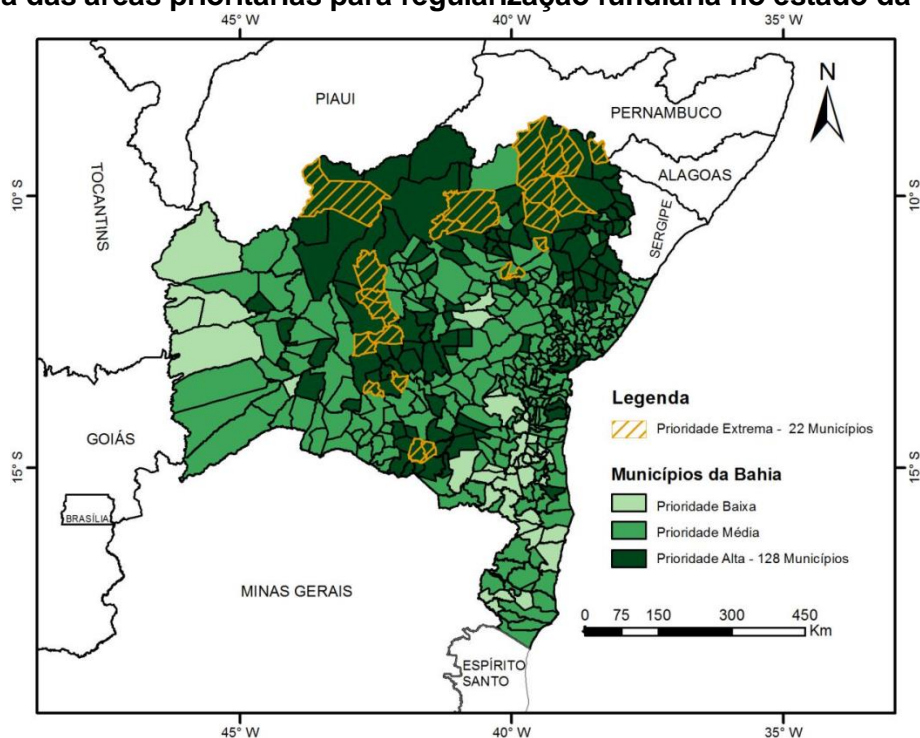
que perpassaram ao discurso de desenvolvimento nacional, expressando assim a reprodução ampliada do capital e a subserviência do Estado.

Para tanto, a postura do Estado adotada ao enfrentamento da reforma agrária tem sido ao longo dos anos representada pelas relações capitalistas de produção, ou até por uma reforma agrária de mercado. Por meio ainda dos projetos de desenvolvimento, os danos sociais de grandes obras nacionais possibilitaram ainda ao capital a exploração da força de trabalho e a apropriação dos recursos naturais do campesinato.

Neste sentido, a luta dos camponeses em Serra do Ramalho na/pela terra contra a expulsão e a expropriação do campo tem se tornado também uma luta contínua pela garantia dos direitos de permanecer na terra de trabalho, de se reproduzir socialmente, e de ter assegurada ainda a condição legítima da titulação, suficiente para a regularização fundiária dos assentados.

O problema da não efetiva regularização fundiária nos assentamentos rurais e as dificuldades encontradas com expedição de títulos definitivos coloca Serra do Ramalho hoje como um dos 128 municípios da Bahia com prioridade alta no que se refere às ações imediatas de regularização dos lotes rurais. Ou seja, há luta muito grande no enfrentamento aos detentores de capital pelo direito democrático ao acesso e permanência da terra neste território (figura 1).

Figura 1: Mapa das áreas prioritárias para regularização fundiária no estado da Bahia.



Fonte: Elaborado por Luís Antônio dos Santos, 2016.

Em pesquisa realizada nos assentamentos rurais do antigo PEC/SR constatou-se o conturbado contexto local, onde se evidencia uma luta histórica dos camponeses pelo acesso democrático à terra, bem como, uma concentração de terra nas antigas áreas do PEC, em detrimento da insegurança de um frágil projeto de ações governamentais que ocasionou danos sociais, distanciando cada vez mais os camponeses e os pequenos agricultores de serem beneficiários da reforma agrária.

Com base nas entrevistas realizadas nas agrovilas do município, percebe-se que o processo de implantação do projeto de colonização (PEC/SR) foi depreendido por uma estrutura agrária cheia de dinamicidade e múltipla com a presença dos posseiros-foreiros, ou seja, famílias ribeirinhas que viviam próximo ao rio São Francisco, em territórios que seriam submersos pela construção da Barragem de Sobradinho. Esse fato representou um processo perverso e violento, que a partir do Projeto Especial de Colonização passou a definir uma nova relação de terra-trabalho dessas famílias.

Aproximadamente 4 mil famílias viviam nas zonas rurais das áreas a serem submersas. Os camponeses atingidos, em sua maioria, eram posseiros-foreiros, que exerciam atividades subsidiárias como a pesca, a criação e o pequeno comércio. Muitos eram agregados. De modo geral, estes camponeses eram (e são) denominados de *beraderos*. O termo *beradero* designava (e designa) todo indivíduo que tirava do rio, diretamente ou indiretamente, o seu sustento. O *beradero* expressava um modo de *fazer* e de *saber* bastante peculiar e inconfundível. Em muitos aspectos diferenciava-se do ribeirinho e muito mais do caatingueiro (ESTRELA, 2009, p. 116).

Tal processo ocasionou ainda a expropriação de várias famílias as quais tiveram que desenvolver estratégias ao longo dos anos para garantir a sua autonomia camponesa. Muitos ribeirinhos/beraderos que foram assentados e contemplados com os lotes agrícolas encontraram dificuldades com a realidade do projeto, uma vez que, em sua maioria, eram pescadores, viviam de atividades ligadas ao rio e foram sujeitados às “novas” relações sociais e de trabalho com o desenvolvimento da produção agrícola. Ou seja, mais uma vez acabam por se tornar expropriados, restando-lhes a exploração da sua força de trabalho.

Acerca de uma importante constatação da formação de latifúndios e minifúndios na área do PEC, um dos antigos assentados relata sua experiência com a terra assim que chegou no projeto.

Assim que chegamos, fomos para um lote. Aqui as pessoas chegavam e logo procuravam um lugar para ficar, elas apropriavam-se das terras. Existiam na minha época muitas terras. Os fazendeiros já estavam ali com suas terras, criando suas criações, principalmente o gado. As terras eram boas, grandes e cheias de matas. O que achei diferente, foi a falta de chuva (Entrevistado A, Agrovila 2, 2018).

A fala do entrevistado A descreve a realidade de uma relação dominante no campo, na qual as grandes parcelas de terras estavam concentradas nas mãos dos grandes fazendeiros, enquanto um projeto de colonização era dirigido à formação de minifúndios sob o contexto ideológico de desenvolvimento nacional. Sobre esse assunto, Martins (1999) corroborou com uma análise sobre o espaço agrário, ao afirmar que o acesso à terra no Brasil é um processo altamente enraizado e marcado por um contexto histórico de concentração fundiária, o qual culmina com a expulsão e a expropriação de milhares de camponeses das suas terras.

A concentração fundiária e o desenvolvimento do capitalismo no campo passaram a criar obstáculos à pequena propriedade rural. A imprecisão no tamanho das propriedades, assim como a sua delimitação, fez também com que alguns conflitos/tensões fossem gerados e motivados no PEC/SR, conforme a fala do entrevistado B:

Cheguei aqui em 1973 comecei a trabalhar de vaqueiro para um fazendeiro. Cansei de ver a chegada de fazendeiros de “outras bandas”. Eles compravam a terra a preço baratinho e ia no cartório fazer um documento. Como eles tinham dinheiro, era tudo mais fácil e assim ficavam com muitas terras. Tinham também uns posseiros que chegavam e cercavam os lotes, não tinha nem precisão, mas estava lá fazendo isso para depois vender. Soube que antes da nossa chegada, existiam muitas brigas e confusão por causa dos lotes. Teve até conversas que fazendeiros mandaram matar alguns posseiros que estavam em suas fazendas (Entrevistado B, Agrovila 9, 2018).

Dessa forma, percebe-se que as tensões das forças locais nas disputas territoriais em Serra do Ramalho foram ampliadas pela presença dos grandes fazendeiros na região, visto que estes passaram a comprar os “direitos” de posse nas terras do antigo projeto a preços irrisórios. Neste sentido, a década de 1970 parece ter seguido a trajetória nacional no encaminhar de pressões e conflitos no campo.

A partir de então, as estratégias de luta pela terra e de luta na terra têm sido uma forma de resistência camponesa em Serra do Ramalho. Desde a criação do PEC/SR, a regularização da titulação dos lotes é frequentemente questionada por parte dos ocupantes ao INCRA, uma vez que existem ainda várias pendências em todas as agrovilas, como se observa na tabela 1.

Tabela 1: Percentual dos lotes não titulados em Serra do Ramalho/BA

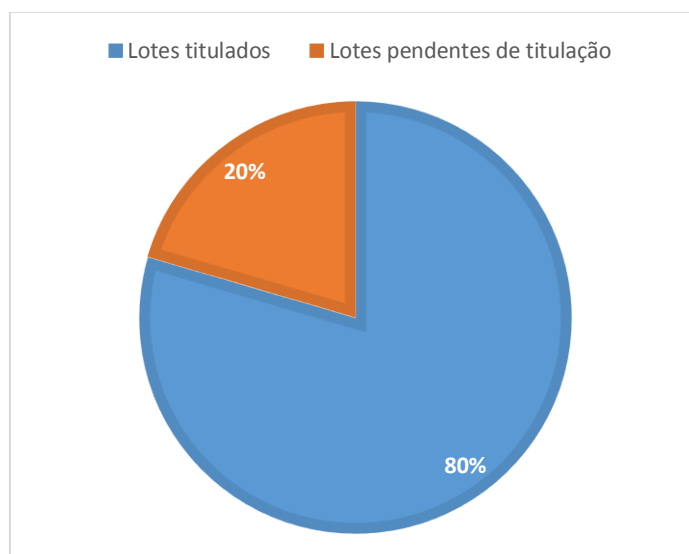
Lotes Pendentes de Titulação			
Agrovilas		Lotes Rurais	Lotes Urbanas
1		16	07
2		23	07
3		35	08
4		43	58
5		33	21
6		55	15
7		07	05
8		25	13
9		33	08
10		17	04
11		18	19
12		33	18
13		28	35
14		41	23
15		20	06
16		44	07
17		31	21
18		31	11
19		80	35
20		157	03
21		110	15
22		116	15
23		73	08
Água Fina		48	-
Água Fria		41	-
Campinhos		33	-
Cana Brava		162	-
Dois Irmãos		46	-
Lot. Roberto		14	-
Serra Solta		30	-
Total Geral		1443	362

Fonte: INCRA/ Pesquisa de campo, 2018.

Analisando os dados da Tabela I, constata-se que há vários lotes não titulados do antigo PEC/SR, verificando-se ainda que o município de Serra do Ramalho apresenta 7.048 lotes rurais e 6.400 lotes urbanos.

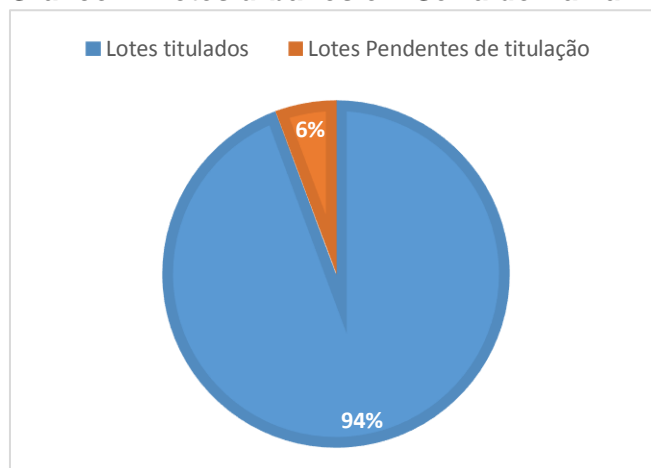
Relacionando os dados e conforme os gráficos 01 e 02, verifica-se pendências de titulação em 1443 lotes rurais (20%) e 362 lotes urbanos (6%). Tal situação ainda persiste e, possivelmente, pode estar sendo agravada pela dinâmica da compra e venda de lotes, junções e ainda o desenvolvimento da pecuária no município. E esse avanço da pecuária incorre não só nas agrovilas, mas também nos dois assentamentos pesquisados, em sua maioria na Companhia do Sudoeste Baiano (CBS) e em algumas áreas do Projeto de Assentamento Reserva Extrativista São Francisco (PAE-SF). Deste modo, da área total de lotes pesquisados no assentamento CSB, 58% é ocupada por pastagens com forrageiras para o consumo do rebanho de leite e de corte.

Gráfico 1: Lotes Rurais em Serra do Ramalho



Fonte: INCRA/ Pesquisa de Campo, 2018
Organização: SILVA, Maria Iêda da. 2019.

Gráfico 2: Lotes urbanos em Serra do Ramalho



Fonte: INCRA/ Pesquisa de Campo, 2018
Organização: SILVA, Maria Iêda da. 2019.

Na luta pela permanência na terra de trabalho, as famílias camponesas dos assentamentos pesquisados ainda não possuem títulos definitivos. Desde a criação dos assentamentos, essa realidade é preocupante entre os assentados que esperam até hoje a solução para a regularização de suas áreas. Os assentados da CBS possuem o Contrato de Concessão de Uso (CCU), instrumento que transfere o imóvel rural ao assentado em caráter provisório, e os ribeirinhos, por estarem em uma área de preservação permanente, têm o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU).

Em entrevistas, os camponeses relataram os problemas que se deparam quando pressionam o INCRA pela titulação definitiva dos lotes. Essa luta, segundo os assentados, é

uma luta que já dura décadas e está cada vez mais distante de uma solução. No entanto, existem muitas cobranças por parte dos assentados, dos sindicatos e também dos associados, em prol de que aconteça a regularização fundiária em Serra do Ramalho. Segundo alguns relatos por parte dos entrevistados, o abandono das agrovilas pelo INCRA acontece desde antes da emancipação do PEC/SR, ou seja, a preocupação dos assentados é até quando ficarão à mercê dessa excludente política agrícola e fundiária.

Além da luta pela regularização fundiária, muitos camponeses resistem e têm ocasionado lutas para que não sofram mais um processo de expropriação. Tal preocupação se revela pelo medo de perder suas terras com a construção da Ferrovia da Integração Oeste-Leste (FIOL). De acordo com os dados do INCRA¹(2013), os trilhos passarão em 120 lotes dos assentamentos da antiga fazenda da CSB e no PAE-SF, que ficam no município de Serra do Ramalho e em quatro lotes da área Curral das Vargues, em Bom Jesus da Lapa. A fala do camponês abaixo revela a angústia que tem passado.

Estou com muito medo de perder meu lote. Além do lote, essa linha de ferro vai passar dentro da casa que meu filho mora com minha nora. Ele acabou de construir e agora a gente fica preocupado, pois o medo de perder tudo isso é grande. A gente pega amor pelo lugar da gente e tudo que eu quero é ter direito de ficar aqui até quando Deus permitir. Mas enquanto eu estiver com saúde, eu vou lutar para que isso aqui eles não levam não (Entrevistado C, CSB, 2018).

A fala do camponês explicita a presença da hegemonia neoliberal, representada pela financeirização do capital relacionada à propriedade da terra, sob os grandes investimentos das empresas mineradoras. Mas, para além do discurso sociometabólico do capital, estão os camponeses que entram na luta pela terra, assim como o entrevistado C. A identidade de classe com seu local de pertencimento, o faz perpassar todo esse medo e angústia que acomete sobre seu lote e mesmo assim resistir a situação com muita vitalidade e vontade de superar tudo isso.

A presença das relações capitalistas evidenciou os processos de monopolização e territorialização estabelecidos nos territórios camponeses. A subordinação da produção camponesa frente à modernização e industrialização da agricultura também trouxe alterações na forma de produzir dos camponeses, inclusive através da inserção dos pacotes técnicos com a produção de *commodities* agrícolas, assim como a subalternidade dos camponeses ao desenvolvimento da pecuária.

Assim, vivenciamos o processo em que o capital ao aumentar sua capacidade produtiva tem cada vez mais expropriado os camponeses das suas pequenas propriedades,

¹Disponível em: <http://www.incra.gov.br/incra-ba-e-valec-discutem-aco-es-em-assentamentos-por-onde-passara-ferrovia-fiol-oeste-leste>

tornando-os empobrecidos. Martins (1999) relata que a disputa no campo ocorre pela sujeição da renda da terra por parte dos capitalistas, demonstrando que a propriedade da terra é uma relação social capitalista e que a apropriação privada é uma necessidade do desenvolvimento do capital.

Este cenário demonstra o descaso com as famílias que foram expropriadas e estão sujeitadas à ação monopolista do capital em Serra do Ramalho. Nesse sentido, evidencia-se que muitos camponeses passaram e estão a sujeitar sua força de trabalho ao assalariamento, em movimento crescente de subordinação ao capital. Como ressalta Oliveira:

[...] o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele, o capital, o cria e recria para que sua produção seja possível, e com ela possa haver também a criação, de novos capitalistas (OLIVEIRA, 1991, p. 20).

Diante destes condicionantes, é evidente que a expansão do capital se faz de forma desigual e contraditória, materializada pela transformação do camponês em trabalhador assalariado e a subordinação deles sem serem expulsos da terra.

Na agrovila 02 e 04 percebe-se que a maioria desses trabalhadores assalariados, são geralmente jovens que empregam sua força de trabalho em condições de temporários ou diaristas em um projeto de agronegócio próximo a essas agrovilas, o Projeto Formoso, pertencente a Bom Jesus da Lapa.

Faz muito tempo que o meu lote não produzia, passávamos por dificuldades para plantar, faltava água, até o gadinho morreu de sede...A minha vida não era fácil, hoje trabalho diariamente, mexendo com a terra, colhendo frutas, preparando o solo e lá o dinheiro é certo. Esse mês estou carregando caixas de bananas e mamão, lá eles me pagam por caixa o que dá para tirar uns 50 reais por dia (Entrevistado D, 2018).

A leitura da fala do camponês explicita a expropriação dos meios de reprodução dos camponeses e não da terra, quando por meio da venda da força de trabalho, o camponês passa a se submeter ao processo de mobilidade da força de trabalho pelo capital, frente aos incentivos do agronegócio na esfera da modernização do campo.

Assim, vivenciamos o processo em que o capital, ao aumentar sua capacidade produtiva, tem cada vez mais expropriado os camponeses das suas pequenas propriedades. Como destaca Dutra Junior:

Para o camponês o que antes significava fartura, como uma colheita vasta, sob a frieza das leis da oferta e da procura, passou a significar escassez e necessidade; a queda dos preços do seu produto. A perda da sua terra para o capital usurário para saldar as dívidas, a proletarização induzida deste e a dos filhos que eram enviados para a cidade, pois a sazonalidade do trabalho dificultava a manutenção dos mesmos na terra por conta do custo; tudo isto selado pela separação dos meios de produção que gera uma grande maioria camponesa na mesma condição geral de todo o trabalhador no modo de produção capitalista: vendedor de força de trabalho (proletarização do camponês) (DUTRA JUNIOR, 2008, p. 199).

Esse processo compreende a subordinação do camponês ao capital, sendo, em sua maioria, obrigados a inserirem-se na lógica produtivista, tornando-se força de trabalho do eixo agroindustrial e sem condições de resistência ao agronegócio.

Apesar de todos esses imperativos do capital, as relações dos camponeses em Serra do Ramalho continuam a constituir-se em mais uma estratégia de resistência. Mesmo estando sob a monopolização do território pelo capital financeiro, o campesinato possui suas características particulares e vínculos indissociáveis no que se refere às relações de trabalho e na renda da terra nos dois assentamentos em questão. São famílias que conseguem ainda realizar suas atividades como relações sociais, através de cultivo de uma horta comunitária, da criação de aves, da limpeza do roçado e da colheita realizada em família (Figuras 2 e 3).

Figura 2 :Pequena produção de feijão no CSB.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.
Organização: SILVA, Maria Iêda da. 2019.

Figura 3: Camponês no cultivo consorciado de milho e mandioca no PAE-SF



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.
Organização: SILVA. Maria lêda da.2019

A produção camponesa nos assentamentos rurais se realiza também sobre as relações de troca e de parceria agregando assim valores culturais, que vão de encontro com a fala da camponesa.

Aqui a gente sempre cuida um dos outros. Se um vizinho ou um amigo está com dificuldades, a gente ajuda. Quando a gente cultiva muita abóbora e não damos conta de vender, a gente negocia mais em conta e também trocamos com os vizinhos. É por um mamão, um quilo de farinha ou ainda só pela amizade mesmo. Aqui meu marido gosta muito de dar feijão verde para os vizinhos. Pois daqui a gente não vai levar nada e a terra está aí pra isso, para produzir e dar comida a quem não tem. (Entrevistada E, 2018).

A fala da camponesa revela as características sociais nas comunidades que adotam como tradição cultural as relações de troca e a reciprocidade dentro do modo de vida camponês. Tal realidade, pode ser corroborada pela análise de Bombardi (2004, p. 218) quando afirma que “a vida familiar no sítio é, por outro lado, marcada por um contato estreito entre seus membros: a generosidade e a troca de favores de todo o tipo entre todos do sítio é muito frequente”.

São essas relações de generosidade que vão caracterizando os vínculos das famílias camponesas nos assentamentos rurais. É preciso entender a reprodução camponesa como uma relação não-capitalista, que frente ao processo das contradições do capital se fazem presentes os processos sociais dos camponeses que vão de encontro com a sua cultura de luta e resistência contra o movimento de ofensiva do capital.

Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico –

esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro -, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais que ocorrem neste espaço e suas contradições (MARQUES, 2008, p. 58).

Desta forma, são nesses processos sociais que serão decifrados existência e permanência do campesinato ao se organizar, produzir e diversificar o seu processo de recriação. “Ou seja, os camponeses interferem, resistem, criam estratégias para escapar das necessidades do capital que tem na sujeição da renda da terra o seu filão de produção de capital”. (ALMEIDA, 2003, p. 21). Por esse motivo, as estratégias de luta pela terra e de luta na terra têm sido condição social para a resistência camponesa em Serra do Ramalho.

Considerações finais

É inegável e estarrecedor que no Brasil o pensamento elitista e dominante, desde a Lei de Terras, permanece até hoje impregnado na política fundiária e agrícola do país, mostrando verdadeiramente o poder do atraso ao instituir bloqueios ao acesso e a permanência à terra aos camponeses, a fim de preservar os mecanismos da produção capitalista no campo.

Ao longo dos anos, vários interesses e estratégias de classe foram criados e renovados como objetivo de não liberalizar o acesso à terra e não efetivar a Reforma Agrária no país. Este impasse social e político segue impossibilitando a resolução do problema da concentração de terras no Brasil e, principalmente, a efetivação da regularização fundiária, ou seja, o Estado oferecer segurança juridicamente aos camponeses e trabalhadores sobre a posse e domínio da terra.

Em consonância com os anseios do capital monopolista e financeiro, o Estado brasileiro intensificou a concentração fundiária, dificultando uma efetiva reforma agrária no campo. O crescente número da concentração de terras no município de Serra do Ramalho já denuncia o quanto esse processo se arrasta e esbarra no latifúndio como um dos principais causadores da desigualdade no campo. Ou seja, é notório que o Estado toma partido pela ciência da ordem dominante e cada vez mais passa a dificultar a ruptura do monopólio da terra, impedindo que transformações sociais profundas no campo sejam produzidas.

Estando a luta na/pela terra não apenas como parte de uma conquista do acesso democrático no campo, as lutas do campesinato brasileiro representam também um voo alçado pelo impulso de que é necessário se organizar socialmente a fim de resistirem à toda forma de expulsão e expropriação do campo, provocada também pela chegada das grandes obras de desenvolvimento nacional.

A voracidade das relações capitalistas no nosso território e a implantação dos projetos de colonização aliados ao discurso de desenvolvimento e das grandes obras nacionais, determinou a postura adotada pelo Estado frente à política agrária. Tal postura tem desvendado significativamente as contradições presentes entre terra e capital, revelando um conturbado processo político e social pela luta da efetivação da reforma agrária.

Neste contexto, entende-se que a prática da regularização fundiária é um desafio ao acesso à posse e a permanência na terra e, conseqüentemente, passa a representar aos camponeses uma luta árdua contra os interesses de grandes proprietários de terras e capitalistas, demonstrando o quanto é difícil romper historicamente com as práticas produzidas e reproduzidas no campo.

No entanto, os camponeses de Serra do Ramalho reconhecem seu papel como sujeitos sócio históricos de um processo que já dura anos e travam continuamente uma luta pela garantia de sua existência, enquanto sujeitos que precisam se reproduzir socialmente em meio a um projeto de desenvolvimento capitalista e de expansão do monopólio da terra.

Essas situações demonstram que a questão agrária brasileira não pode ser analisada sem levar em consideração a postura do Estado adotada no enfrentamento da reforma agrária, ainda que isso se faça frente à agricultura capitalista, representada pelo latifúndio e agronegócio, o que trava uma intensa e desigual disputa territorial com a agricultura camponesa, no intento de impor seu modelo de desenvolvimento para o campo.

A singularidade desse processo de resistência em suas terras de trabalho e vida revela que, mesmo estando sobre a sujeição do campo aos interesses da ação monopolista subsumida pelo capital, quer seja pela expansão do agronegócio, da apropriação do trabalho e dos lucros auferidos pelo capital financeiro com a extração do valor, os camponeses de Serra do Ramalho, mesmo diante às investidas do capital, continuam se fortalecendo na luta de classes, que “se expressa como produto contraditório desse modo de produção” (SOUZA, 2008, p. 89).

Referências

ALMEIDA, Rosimeire A. **Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no mato grosso do sul**. 2003. 390f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP.

BOMBARDI, Larissa. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponês**. São Paulo: Annablume Editora, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural**. Governo Federal, 2003. 40p.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. **Regularização fundiária**. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/sra/programas/regularizacao>. Acesso em: 14 mai. 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em: 18 mai. 2018.

BRASIL (1964). **Lei Federal 4.504**. Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 18 mai. 2018.

BRASIL (1976). **Lei Federal 6.383**. Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 18 mai. 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)**. Brasília: INCRA. Disponível em <http://www.incra.gov.br/>. Acesso em: 15 jan. 2019.

ESTRELA, Ely Souza. **Um rio de memórias: o *modus vivendi* dos beraderos sanfranciscanos antes da represa de Sobradinho (Bahia)**. História & Perspectivas, Uberlândia (41): 115-139, jul.dez.2009

_____. **Três felicidades e um desengano: A experiência dos beraderos de sobradinho em Serra do Ramalho-BA**. Tese de doutorado, PUC-SP, 2004.

JUNIOR, Dutra Wagner Valter. A reprodução do capital no campo e o território da resistência do campesinato: o movimento dos pequenos agricultores (MPA) na Bahia. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 3, n. 5, p. 195-213, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, ano 11, n. 12. Presidente Prudente. São Paulo, 2008. DOI: [10.47946/rnera.v0i12.1399](https://doi.org/10.47946/rnera.v0i12.1399)

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil: As Lutas Sociais no Campo e seu Lugar no Processo Político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **O Poder do Atraso: Ensaios de Sociologia da História Lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Reforma agrária - o impossível diálogo sobre a História possível**. Revista Tempo Social. USP. São Paulo, 11 (2): 97-128, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labor Edições, 2007.

SILVA, Maria Iêda. **Monopolização do território camponês pelo capital financeiro em Serrado Ramalho/BA: sujeição da terra de trabalho e subsunção do uso**. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo, Vitória da Conquista, 2018. 206f.

SOUZA, Suzane Tosta. **Da negação do discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro.** Camponeses em luta pelo/no território no Sudoeste da Bahia. (Tese de Doutorado). NPGAOU/UFES. Departamento de Geografia, São Cristóvão, 2008.

Sobre os autores

Maria Iêda da Silva – Possui graduação em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia (2012). Pós Graduada em Lato Sensu em Práticas Docentes Interdisciplinares, pela Universidade do Estado da Bahia (2013). Pós- graduada em Lato Sensu em Geografia, área de concentração em Análise do Espaço Geográfico, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2014). Membro do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais - Universidade Federal de Sergipe. Mestrado no Programa de Pós Graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2019). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-4792-9373>

Jânio Roberto Diniz dos Santos – Possui graduação Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (1984), Mestrado em Geografia Humana pela Universidade Federal da Bahia (2004) e Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2009). Professor Titular da UESB, atua nos cursos de Graduação e Pós-Graduação (Lato Sensu e Stricto Sensu) em Geografia. Coordenador do Grupo Trabalho, Mobilidade e Relação Campo-Cidade (UESB/CNPq). Pesquisador do Grupo Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais (GEPCT/UFES/CNPq) e do Grupo Ideologia e Luta de Classes (GEILC/UESB). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0003-4972-7684>

Como citar este artigo

SILVA, Maria Iêda da; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos. Os processos de luta e resistência na terra camponesa frente aos imperativos do capital em Serra do Ramalho/BA. **Revista NERA**, v. 24, n. 59, p. 234-255, Dossiê, 2021.

Declaração de contribuição individual

As contribuições científicas presentes no artigo: Os processos de luta e resistência na terra camponesa frente aos imperativos do capital em Serra do Ramalho/BA, foram construídas em conjunto pelos autores. A autora **Maria Iêda da Silva** ficou especialmente responsável pela aquisição de dados, interpretação, análise, desenvolvimento teórico-conceitual e redação do artigo; o segundo autor **Jânio Roberto Diniz dos Santos** orientou todas as etapas do trabalho e participou da revisão do artigo.

Recebido para publicação em 20/09/2020
Devolvido para a revisão em 10/10/2020
Aceito para a publicação em 15/03/2021

Regularização fundiária, mercado de terras e os conflitos territoriais no campo frente à mineração na Paraíba

Nielson Polucena Lourenço

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – João Pessoa, Paraíba, Brasil.
e-mail: nielson_nil@hotmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir acerca das implicações territoriais sobre os assentamentos rurais resultantes da nova regularização fundiária dentro do contexto de expansão da mineração sobre esses territórios. Para compreender a espacialidade desse processo realizamos uma discussão sobre a produção do espaço dentro da lógica de acumulação capitalista, bem como as noções de acumulação primitiva e acumulação por espoliação. Também utilizamos dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Agência Nacional de Mineração – ANM para identificar como se espacializa os títulos minerais sobre as áreas de assentamentos da Paraíba. Os resultados mostram que neste século XXI há um processo de expansão da mineração sobre os territórios camponeses que vem sendo legitimado pela ação do Estado, tal fato impulsiona o aumento dos conflitos territoriais no campo e coloca em risco a manutenção destes territórios.

Palavras-chave: Mineração; assentamento rural; regularização fundiária.

Land regularization, land market and territorial conflicts on the field in the face of mining in Paraíba

Abstract

The purpose of this article is to discuss the territorial implications of rural settlements resulting from the new land regularization within the context of expanding mining over these territories. To understand the spatiality of this process, we conducted a discussion about the production of space within the logic of capitalist accumulation, as well as the notions of primitive accumulation and accumulation by spoliation. We also used data from the Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) and the Agência Nacional de Mineração - ANM to identify how mineral titles are spatialized over Paraíba's settlement areas. The results show that in this 21st century there is a mining expansion process over the peasant territories that has been legitimized by the action of the State, this fact drives the increase of territorial conflicts in the field and puts the maintenance of these territories at risk.

Keywords: Mining; rural settlement; land regularization.

La regularización de la propiedad, mercado de tierras y los conflictos territoriales en el campo frente la exploración y extracción mineral de Paraíba

Resumen

El objetivo de este artículo es discutir sobre las implicaciones territoriales de los asentamientos rurales resultantes de la nueva regularización de la propiedad dentro del contexto de la expansión de la exploración y extracción mineral sobre dichos territorios. Para comprender la espacialidad de este proceso realizamos una discusión sobre la producción del espacio dentro de la lógica de acumulación capitalista; así como de las

nociones de acumulación primitiva y acumulación por expropiación. Además, utilizamos datos del *Instituto Nacional de Colonización e Reforma Agrária* (INCRA) y de la *Agência Nacional de Mineração* - ANM para identificar el espacio delimitado por los títulos minerales sobre las áreas de asentamientos de Paraíba. Los resultados muestran que desde el siglo XXI hay un proceso de expansión de la extracción mineral sobre los territorios campesinos que está siendo legitimado por la acción del Estado, este hecho impulsa el aumento de los conflictos territoriales en el campo y pone en riesgo la manutención de estos territorios.

Palabras claves: Extracción mineral; asentamiento rural; regularización de la propiedad.

Introdução

O processo de expansão do capital extrativo mineral no território nacional tem sido responsável pela intensificação da apropriação, mercantilização e degradação da natureza pela apropriação de terras agricultáveis e expropriação de comunidades tradicionais e camponesas, além da superexploração e precarização do trabalho. Os grandes projetos pautados na “construção de redes técnicas, aquisição de terras e apropriação do subsolo [...] exigem a inserção de novos territórios objetivando ampliar os lucros mediante exportação de commodities (agrícolas e minerais) (GONÇALVES e MENDONÇA, 2013, p. 97).

Em virtude disso cresce significativamente os números de conflitos no campo. Segundo os dados compilados pela Comissão Pastoral da Terra - CPT, entre os anos de 2014 e 2018 a mineração foi responsável por 1.123 conflitos e envolveram mais de 203.430 famílias, dentre elas quilombolas, posseiros, pescadores, indígenas, pequenos proprietários e assentados da reforma agrária. (WANDERLEY e GONÇALVES, 2019, p. 136).

O interesse sobre essas áreas de assentamento vem crescendo desde a década de 1990 até o presente momento. A pesquisa de Sauer e Albuquerque (2015) apontou que entre 1990 a área estimada com autorização de pesquisa mineral em assentamentos rurais correspondia a 379 km², no ano de 2011 essa área já alcançara 14.488,19 km², o que significou um crescimento médio da área estimada com autorização de pesquisa mineral em assentamentos de 700%. Isso é um demonstrativo do forte interesse do capital extrativista mineral naquelas áreas que poderiam ser consideradas “indisponíveis” para este tipo de exploração e apropriação.

Diante deste contexto, nosso artigo¹ tem como objetivo discutir acerca das implicações territoriais sobre os assentamentos rurais resultantes da nova regularização fundiária dentro do contexto de expansão da mineração sobre esses territórios. Em julho de 2017, o então presidente, Michel Temer sancionou a lei de nº 13.465 que promoveu mudanças no processo de regularização fundiária rural e urbana, essas alterações criaram

¹Este artigo faz parte das análises preliminares da pesquisa de doutorado em Geografia do autor que está sob orientação da Professora Doutora Emília de Rodat Fernandes Moreira e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB.

condições normativas que facilitaram a mercantilização desses assentamentos rurais, o que vem favorecendo a expansão do agronegócio e da mineração.

Referente à metodologia, efetuamos uma série de procedimentos metodológicos que deram suporte a nossa análise, os quais serão descritos a seguir: a) Pesquisa bibliográfica - realizamos um amplo levantamento bibliográfico junto aos bancos de teses e dissertações dos programas de pós-graduação em geografia e de áreas afins, de artigos dos periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), bem como de livros e obras que tratam, sobretudo, dos conflitos territoriais referentes à mineração em áreas de assentamentos rurais; b) Levantamento de Dados Secundários - efetuamos um levantamento de dados referentes à produção mineral junto à Agência Nacional de Mineração – ANM (antigo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM) e no Sistema de Informações Geográficas da Mineração – SIGMINE, com o objetivo de espacializar os dados referentes à apropriação mineral na área estudada. Também realizamos um levantamento documental junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA para ter acesso aos números de assentamentos presentes na área de estudo com o objetivo de sobrepor os dados com as áreas de interesses minerários das grandes empresas de exploração mineral; c) Pesquisa de campo – realizamos trabalhos de campo no assentamento João Gomes (Mucatu) , um dos territórios em conflito com a Indústria Elizabeth Cimentos, localizado no município de Alhandra, no litoral sul da Paraíba, em que entrevistamos assentados que estão sendo impactados pela chegada desta empresa e também membros da Comissão Pastoral da Terra – CPT que participam ativamente na resistência dos camponeses frente ao avanço das mineradoras na região.

Isso posto, estruturamos o artigo em três partes, além da presente introdução e das considerações finais. Primeiramente, realizamos uma discussão acerca do código mineral brasileiro e de como suas contradições ora facilita a expansão da mineração sobre os territórios camponeses, ora cria possibilidades jurídicas que impeçam tal ação. Em seguida, apresentamos dados da expansão da mineração sobre os assentamentos rurais no século XXI e de como isso está atrelado ao processo de acumulação do capital. Por fim, destacamos a Paraíba como lócus estratégico dessa expansão mineral e quais as implicações que isso vem ocasionando ao modo de vida dos camponeses assentados.

Considerações iniciais sobre os aspectos legais da regulação da mineração no Brasil

No atual código mineral, regido pelo decreto-lei 227/1967, não existe uma posição clara a respeito da execução de atividade minerária em áreas de assentamentos rurais. A

Constituição Federal de 1988 estabelece que as jazidas e demais recursos minerais constituem propriedade distinta do solo e pertencem à União, conforme descreve abaixo:

Art. 176. As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra (BRASIL, 1988).

A legislação também acrescenta que a exploração mineral deve ser feita com base no interesse nacional e pode ser permitida a empresas estrangeiras, conforme descrito na emenda constitucional de n. 6 de 15 de agosto de 1995 art. 176, parágrafo primeiro:

A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o "caput" deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas (Brasil, 1988, Art. 176 § 1º).

Para a realização da extração mineral as empresas têm que pedir autorização ao Ministério de Minas e Energia (MME) e realizar alguns procedimentos para que este órgão conceda a concessão. O código mineral (1967) regulamenta quais serão as etapas a serem realizadas para que as empresas obtenham o direito a lavra. Essas etapas são descritas a seguir:

a) requerimento de pesquisa: pode ser feito por qualquer pessoa ou empresa. Permite ao requerente realizar trabalhos voltados para a definição da jazida e a avaliação de sua viabilidade técnica e econômica. Ainda durante essa etapa, o minerador deverá avaliar se há limitações à exploração mineral da área;

b) autorização de pesquisa: após o requerimento, o DNPM avalia se outras pessoas já possuem o direito à pesquisa ou à lavra da área. Caso não seja identificado, a área é considerada "livre" para a realização da pesquisa;

c) relatório de trabalho de pesquisa: após a realização da pesquisa, o minerador deverá fornecer ao DNPM um relatório de pesquisa em que se comprove a viabilidade técnica da exploração da jazida;

d) requerimento de lavra: uma vez aprovado o relatório de pesquisa é identificado a viabilidade técnica da extração mineral, o minerador deve requerer o direito de lavra, ou seja, a autorização do MME para extrair os minérios identificados;

e) concessão de lavra: documento emitido pelo MME que permite o início das operações (MILANEZ, 2012, p. 61).

A regulamentação dos royalties é realizada pela lei de nº 13.540/2017 que institui o pagamento de uma Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Esta é uma forma do Estado se apropriar de parte do lucro resultante da exploração mineral. A variação da taxa de compensação varia de acordo com a substância

mineral explorada, mas em termos gerais a divisão é feita da seguinte maneira: 15% da arrecadação ficam nos estados onde há a extração; 60% no município produtor; 15% no município impactado pela mineração, 7% para a entidade reguladora; 1,8% para o Centro de Tecnologia Mineral (CETEM); 0,2 % para o Ministério do Meio Ambiente e 1% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) (BRASIL, 2017b).

Bittencourt (2013) ressalta que apesar de haver uma legislação que regulamenta a exploração mineral no Brasil, tais bens minerais pertencem à União apenas do ponto de vista formal, haja vista que quando se inicia a exploração mineral quem decide como, quanto e em que ritmo os minérios devem ser extraídos são as empresas privadas, levando em conta apenas a dinâmica do mercado. Sauer e Albuquerque (2015) ainda acrescentam que a Constituição de 1988 havia criado restrições à exploração mineral por empresas estrangeiras, mas a partir da Emenda Constitucional de n. 6 de 15 de agosto de 1995 foi retirada essa restrição, o que facilitou a abertura ao capital externo nesse setor.

Um dos pontos mais conflitantes na legislação minerária se remete a dualidade dos direitos sobre o solo e subsolo. Como esses são distintos, o que sempre prevalece no direito minerário é o conceito de “rigidez locacional”. Essa rigidez locacional tem relação com a sobreposição de interesses do subsolo em relação ao solo. Isto justifica a prática mineral onde se encontra o minério, sobrepondo-se aos interesses daqueles que usam o solo. Desta forma, essa premissa possibilita a eclosão de diversos conflitos territoriais ocasionando o avanço da mineração sobre áreas de assentamentos rurais, comunidades rurais, comunidades quilombolas, dentre outros. Para Milanez (2012) tal rigidez não pode ser restrita a mineração, pois:

[...] do ponto de vista físico, a beleza estética de montanhas, a riqueza espeleológica, a disponibilidade hídrica também são rígidas, uma vez que as montanhas, as cavernas e as nascentes somente podem ser aproveitadas onde se encontram. Sob uma perspectiva ecológica, o endemismo também é rígido, pois espécies adaptadas a um ecossistema têm grande chance de extinção quando transferidas para outros ecossistemas. Ainda adotando uma visão antropológica, pode-se argumentar que comunidades tradicionais sejam rígidas, pois sua identidade e seus laços sociais passam por vínculos históricos e culturais com o território: uma benzedeira somente pode curar as pessoas se souber onde encontrar determinadas plantas medicinais, o que envolve um conhecimento específico do território onde se localiza a comunidade. Sendo assim, o deslocamento forçado de uma comunidade pode simplesmente extinguir aquela sociedade (p. 82).

As indústrias de mineração usam o discurso do “interesse nacional” e da “utilidade pública” presentes na Constituição (1988) para justificar a sua expansão sem qualquer tipo de impedimento. Todavia, existem na legislação elementos restritivos que impedem tal prioridade. Por exemplo, o Decreto-lei n. 3.365/1941 afirma que em lugares onde há “criação

e melhoramento de centros de população, seu abastecimento regular de meios de subsistência” e “a preservação e conservação dos monumentos históricos e artísticos [...] e, ainda, a proteção de paisagens e locais particularmente dotados pela natureza” também são considerados de utilidade pública. Ao mesmo tempo, a Resolução 369/2006 também define como sendo de utilidade pública a pesquisa arqueológica e as instalações para captação e condução de água. Ela ainda estabelece como atividades de interesse social, aquelas imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa, além do manejo agroflorestal praticado na pequena propriedade ou posse rural familiar. Desta forma, a mineração não poderá ter prioridade sobre as demais atividades (MILANEZ, 2012, p. 48).

Esses são alguns pontos básicos do funcionamento atual do Código de mineração. Sublinha-se que devido ao amplo processo de comoditização dos recursos minerais, que vem transformando o país num território estratégico dentro da reprodução ampliada do capital em escala global, surge uma discussão para a criação de um novo marco regulatório da mineração. No período de 2012 a 2015 foi elaborada uma série de projetos de leis com propostas para a alteração desse código. As principais pautas orbitavam em torno de 3 grandes mudanças, quais sejam: a) alteração no código minerário para ampliar e intensificar a exploração mineral; b) eliminação das barreiras jurídicas que impedissem as atividades minerárias e; c) mudanças que fizessem aumentar a arrecadação tributária por parte do Estado (MILANEZ, 2012; MALERBA 2012; SAUER e ALBUQUERQUE, 2015).

A agenda de discussão sobre o novo marco regulatório não levou em consideração a criação de limites à expansão da mineração, a responsabilidade pelos impactos sociais da implantação dos projetos e o reconhecimento dos direitos dos proprietários superficiários. Perspectivas diferentes daquelas das empresas – tais como, participação pública na tomada de decisão, garantia dos direitos das comunidades tradicionais, controle social pelos grupos atingidos, limites às atividades minerais, desenvolvimento de uma economia pós-extrativista – são ignoradas pela proposta de novo marco regulatório (MILANEZ, 2012).

A discussão do novo marco teve alguns avanços em julho de 2017, quando o Governo Federal lançou o Programa de Revitalização da Indústria Mineral Brasileira, contendo um conjunto de três Medidas Provisórias que alterariam a legislação a que se submete a mineração nacional. As Medidas Provisórias foram a MP n. 789/2017 que regulamentava a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM); a MP 790/2017 que alterava o código da mineração e a MP n. 791/2017 que criava a Agência Nacional de Mineração em substituição ao Departamento Nacional de Produção Mineral. Em dezembro de 2017 as MPs n. 789 e n. 791 foram transformadas em leis: Lei n. 13.540/2017 e Lei n. 13.575/2017, respectivamente.

Para o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) (2017) as alterações feitas na regulamentação da CFEM, não constituíram melhorias significativas,

mas apresentaram um avanço a respeito das regiões atingidas pela mineração, na medida em que foi acrescentado na regulamentação dos royalties os municípios impactados por esta atividade. Anteriormente a arrecadação só abordava apenas os municípios produtores. Todavia, o movimento reafirma a necessidade do aumento dessas taxas. Além disso, os poucos recursos da CFEM têm sido historicamente gastos pelos estados e municípios sem diálogo com a população e sem definição de prioridade que busque superar a excessiva dependência da mineração e que vincula, de alguma forma, seu uso a investimentos públicos que ampliem os direitos dos cidadãos e que protejam o meio ambiente. Ao contrário, muitas vezes os recursos são gastos para melhorar a infraestrutura necessária à operação desta atividade.

A expansão da mineração sobre áreas de assentamento rurais

No atual código mineral não existe uma posição clara a respeito da execução de atividade minerária em áreas de assentamentos rurais. Como já foi discutido no item acima, a Constituição Federal de 1988 estabelece que as jazidas e demais recursos minerais constituem propriedade distinta do solo e pertencem à União. Devido a este fato, o reconhecimento de direitos territoriais dos assentamentos rurais, Comunidades Quilombolas e outras comunidades tradicionais, pode não ser o suficiente para impedir que o subsolo presente nesses territórios seja concedido a empresas mineradoras.

O estudo de Wanderley (2012) evidenciou que os impactos decorrentes do extrativismo mineral constituem uma ameaça à soberania alimentar. Ao analisar a apropriação mineral no sul do Pará, o referido autor constatou que parte da mina Salobo, de exploração de cobre, da Companhia Vale do Rio Doce se encontra dentro dos assentamentos rurais Carajás I, II e III, localizados no município de Paraubebas-PA. Os assentados apresentaram, em conjunto com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (Fetagri Regional Sudeste) à Procuradoria da República, em Marabá, uma representação contra a empresa reivindicando indenizações pela ocupação dos terrenos e/ou pelos danos e prejuízos causados pela exploração mineral, pelos crimes ambientais e os danos aos patrimônios públicos e particulares com a interrupção de estradas, demolição de todas as benfeitorias que existiam nos lotes. A pesquisa de Teixeira (2006), nesses mesmos assentamentos, já apresentava alguns desses impactos, a autora constatou que os empreendimentos minerais afetavam a agricultura camponesa a partir da expropriação de suas terras, seja limitando os recursos existentes nas áreas, seja pela troca do trabalho na lavoura pelo trabalho na empresa.

Os assentamentos rurais expressam a materialidade da luta dos camponeses em busca da terra para a sua reprodução social, são frações dos territórios conquistados num amplo processo de luta. Desta forma, tal conquista territorial do campesinato tornou-se um obstáculo frente à expansão do capital extrativista mineral, na medida em que há a resistência do campesinato na terra.

A impossibilidade de aquisição das terras cujos solos estão sob concessão das mineradoras, as obriga a ter de reconhecer e garantir os direitos previstos pela constituição aos superficiários, o que representa um impacto negativo sobre a sua lucratividade (MALERBA, 2015). Uma estratégia estabelecida pelas mineradoras para evitar pagamentos aos superficiários é tentar comprar lotes das famílias assentadas. Todavia, os lotes dos assentamentos rurais só podem ser comercializados após a sua consolidação e emancipação.

Como forma de facilitar tal processo foi criada em julho de 2017 a lei n. 13.465 que trata sobre a regularização fundiária rural e urbana (BRASIL, 2017a). Essa lei estabelece um novo prazo para a emancipação destes assentamentos conforme descreve o Art. 17. Parágrafo Sétimo: “Os assentamentos que, em 1º de junho de 2017, contarem com quinze anos ou mais de criação, deverão ser consolidados em até três anos.” Essas alterações criaram condições normativas que facilitaram a mercantilização desses assentamentos rurais, o que favorecerá a expansão do agronegócio e da mineração.

Para Sauer e Leite (2017) a mudança na regularização fundiária abriu a possibilidade concreta de inserir massivamente no mercado de terras 6.106 Projetos de Assentamento criados pelos programas de reforma agrária (79% do total criado após 1985, totalizando mais de 37 milhões de hectares). O que significa colocar um imenso estoque de terras à disposição do mercado, pois retira a assistência governamental e reduz os prazos de alienação dos lotes, abrindo o “balcão de negócios”.

A diminuição do prazo de consolidação dos assentamentos sinaliza a ausência do governo federal em relação às políticas de assistência técnica, de acesso ao crédito, de investimentos em infraestrutura nesses assentamentos. Tal mudança só agrava a situação desses territórios que poderão se tornar cada vez mais precarizados, o que poderá facilitar a venda dos lotes pelos assentados.

Essa ação do Estado revela seu posicionamento e seu protagonismo frente à desregulamentação, desestabilização e desestruturação das conquistas dos camponeses, uma tentativa evidente de subordinar cada vez mais esses territórios à lógica de acumulação do capital.

A subordinação desses territórios está umbilicalmente atrelada ao contexto de crise estrutural do capital que busca resolver suas contradições a partir de sua expansão. Marx

(2013) no livro *I d'O capital* já demonstrava que essa expansão é inerente às relações capitalistas, conforme descreve:

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização do seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. **A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre o produtor e o meio de produção.** Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (p. 786, grifo nosso).

Harvey (2005; 2012) ao analisar a contemporaneidade disso, afirma que o capital, diante das suas barreiras de sobreacumulação, expande geograficamente para lugares onde os excedentes de capital e de força de trabalho possam ser fluidos, criando novos mercados e novas oportunidades de investimentos. Esse fenômeno é denominado pelo autor de “expansão geográfica”. Nas palavras dele:

O capitalismo apenas consegue escapar de sua própria contradição por meio da expansão. A expansão é, simultaneamente, intensificação (de desejos e necessidades sociais, de populações totais e assim por diante) e expansão geográfica. Para o capitalismo sobreviver, deverá existir ou ser criado espaço novo para sua acumulação. Se o modo capitalista de produção prevalecer em todos os aspectos, em todas as esferas e em todas as partes do mundo, haverá pouco ou nenhum espaço restante para acumulação adicional (o crescimento populacional e a criação de novos desejos e necessidades seriam as únicas opções) (p. 64).

Ao discutir sobre essa questão Mézsáros (2011, p. 100), por sua vez, denominou esse processo de “deslocamento de contradições” demonstrando que na sua “determinação mais profunda, o sistema do capital é orientado para a expansão e movido pela acumulação.” E que “enquanto existir objetivamente espaço para a livre expansão, o processo de deslocamento das contradições do sistema pode avançar sem empecilhos” (p. 176).

Desta forma, concordamos com as concepções de Harvey (2005; 2012) e Mézsáros (2011) acerca do desenvolvimento expansivo do capitalismo como tentativa de progredir suas próprias barreiras de acumulação ao longo da história, isto é, como forma de escapar das suas contradições mais profundas que acabam por resultar em períodos de crises.

No bojo dessa conjuntura, a geografia dos recursos naturais em escala planetária aponta a América Latina e a África como territórios estratégicos à alocação do grande capital multinacional. No Brasil, com a permissividade do Estado, a efetivação intensificada do capital internacional via agronegócio é a exemplificação clara dos caminhos de privatização e mercantilização da natureza. (MITIDIERO JUNIOR, 2016).

Nessa trama, o subsolo aparece como um território em disputa, como um recurso a ser controlado, apropriado e se efetivando como um instrumento de poder (GONÇALVES, 2016). Assim, o território apresenta-se como categoria central para compreender a dimensão espacial dos conflitos e das relações de poder que deles emanam, em que a subsunção real do trabalho ao capital e a apropriação privada da natureza (no caso em estudo, em específico o subsolo) são os elementos centrais dentro do processo de acumulação do capital. É diante dessa conjuntura que os assentamentos da Paraíba se inserem nessa lógica expansiva do capital extrativista mineral.

A expansão da mineração sobre áreas de assentamento rurais da Paraíba

Na Paraíba até o início de 2018 existiam 314 assentamentos rurais, mais da metade deles resultantes de um amplo processo de luta pela terra movida pelos camponeses, desde os anos 70 do século XX, em plena ditadura militar. A luta pela quebra do controle monopolista da terra possui suas especificidades de acordo com a espacialidade em que ocorriam tais processos de resistência, que abrangem a Zona da Mata, Agreste e Sertão paraibano (MOREIRA e TARGINO, 2011).

Na Zona da Mata, foram criadas 53 Projetos de Assentamento (PA) entre 1986 e 1999 em que foram assentadas 4.171 famílias. Tais PAs surgiram no contexto de crise do Proálcool - Programa Nacional do Álcool, que teve impacto profundo sobre o latifúndio canavieiro. Nesse período houve a redução da área cultivada de cana, do período de sua colheita de 5/6 meses para 3/4 meses, fechamento de quase todas as Usinas de açúcar tradicionais e destilarias anexas, além da redução da oferta de emprego permanente e temporário, configurando uma profunda crise do emprego no campo.

Além disso, o processo recessivo desencadeado pelo Plano Collor e a seca que assolou o Estado em 1993, agravaram a miséria e a fome, com consequências dramáticas para os assalariados. Esses fatos impulsionaram a organização dos camponeses para a conquista da terra (MOREIRA e TARGINO, 2011, p. 152).

A crise do Programa Nacional do Álcool (Proálcool) também impulsionou a luta dos camponeses no Brejo Paraibano. Movidos pela luta por direitos trabalhistas, muitos trabalhadores (moradores, arrendatários ou assalariados) se organizaram junto com entidades sindicais e a CPT para exigir das usinas falidas que elas pagassem suas dívidas trabalhistas. Aos poucos, o discurso pelo pagamento das dívidas foi sendo substituído pelo discurso por pagamento com terra. Como resultado dessa luta, foram criados entre 1986 e 1999, no conjunto do Brejo, 31 Projetos de Assentamento em que foram assentadas 1.354 famílias. No restante do Agreste a luta pela terra foi a forma de resistência encontrada pelos camponeses à expansão da atividade pecuária. Assistido em grande parte pela CPT, por

paróquias locais e pela Diocese de Guarabira, o campesinato conquista parcela importante do território agrestino. De fato, entre 1986 e 1999, foram criados no Agreste (excetuando-se aqui o Brejo), 35 Projetos de Assentamento em que foram assentadas 1.715 famílias. (MOREIRA e TARGINO, 2011, p. 155).

No Sertão Paraibano, foram criados entre 1986 e 1999, 19 Projetos de Assentamento abrangendo 36.733,03 hectares de terra em que foram assentadas 1.300 famílias. Esses territórios foram criados no contexto do desmantelamento da atividade algodoeira e de sucessivas secas que provocaram a queda no preço da terra. Com isso, a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado da Paraíba - (FETAG-PB) e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região se articularam com o Incra que adquiriu terra de proprietários fundiários pelo preço de mercado e as transformou em Projetos de Assentamento. No Sertão do Piranhas a CPT atuou no sentido de acompanhar os trabalhadores sem-terra no processo de ocupação de latifúndios improdutivos que também deram origem a assentamentos (MOREIRA e TARGINO, 2011, p. 155).

Portanto, dos 314 assentamentos rurais da Paraíba, 200 (63,6%) foram criados entre os anos de 1984 e 2002, enquanto 114 (36,4%) destes entre os anos de 2003 e 2017. Pela nova regularização fundiária 63,6% encontram-se consolidados ou em vias de consolidação, isso significa que cerca de 180.027 hectares poderão ser inseridos no mercado de terras. (INCRA, 2017).

Do total de Assentamentos existentes no estado, 109 são de interesses das empresas mineradoras. Eles somam 129.506 hectares. Dos 109 PAs, 71 já estão consolidados ou em vias de consolidação e juntos agregam 83.869,9 hectares. Isso demonstra, em termos estatísticos, a possibilidade concreta de emergirem novos conflitos no campo e a conseqüente desestruturação destes territórios (INCRA, 2017).

Na microrregião do Litoral Sul, onde está situada a Província Geológica Fosfática-Carbonática que concentra cerca de 842.612.267 milhões de calcário lavrável e representa 97,9% de todo estado da Paraíba (DNPM, 2010, p. 260), encontra-se uma concentração significativa de títulos minerários sobre os assentamentos ali existentes. O gráfico 01 mostra que há 60 títulos minerários sobrepostos a 27 assentamentos rurais. Desses, 34 estão na fase inicial de autorização de pesquisa em que as empresas têm autorização de realizarem a pesquisa mineral para o seu aproveitamento econômico. Neste momento ainda não há a exploração mineral em larga escala, mas tais titulações sinalizam o forte interesse das mineradoras sobre essas áreas.

Gráfico 1: Fase atual dos títulos minerários sobrepostos em Assentamentos Rurais na Província Fosfática Carbonática da Paraíba – 2017.

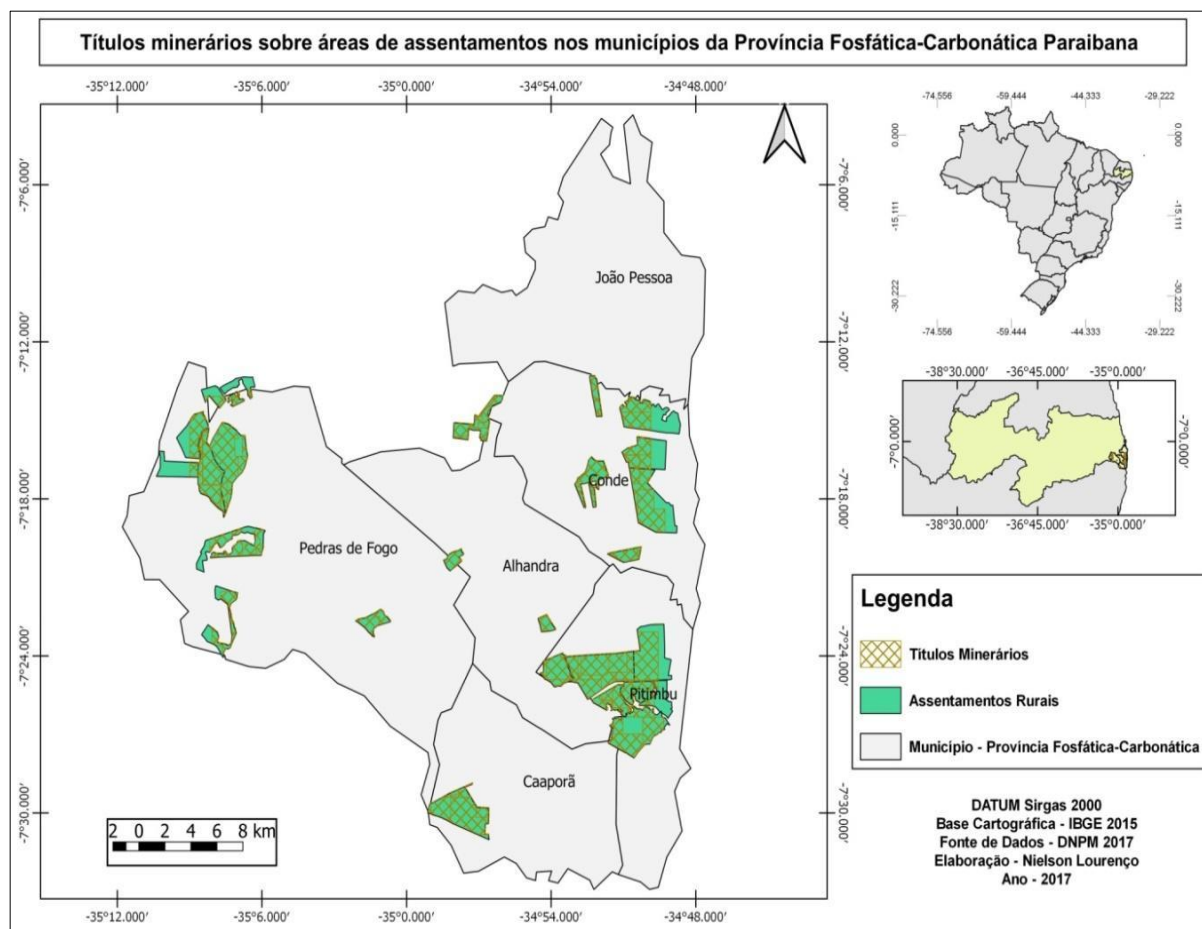


Fonte: Dados do DNPM – 2017; Elaboração: Nielson Lourenço.

O número de concessões de lavra nessa microrregião é de apenas dois títulos, um pertencente a empresa Elizabeth Cimentos que extrai Areia, Argila e Calcário para a sua indústria de cimento e que está sobreposta aos assentamentos João Gomes (Mucatu), Apasa e Subáuma. O outro título refere-se a extração das substâncias argila e calcário pertencente a empresa Mineração Nacional AS que está sobreposto ao Assentamento Camucim, localizado no município de Pitimbu.

Apesar do número de concessões serem baixo em relação ao total de títulos minerários, há 12 títulos de requerimentos de lavra já solicitados ao DNPM (atualmente Agência Nacional de Mineração), ou seja, poderá ocorrer, num curto prazo, um aumento das concessões minerárias nesses assentamentos dessa microrregião. Outro ponto a destacar é que são aproximadamente 13000 hectares de subsolo dessas áreas sob titulação das mineradoras, conforme demonstrado no mapa 1.

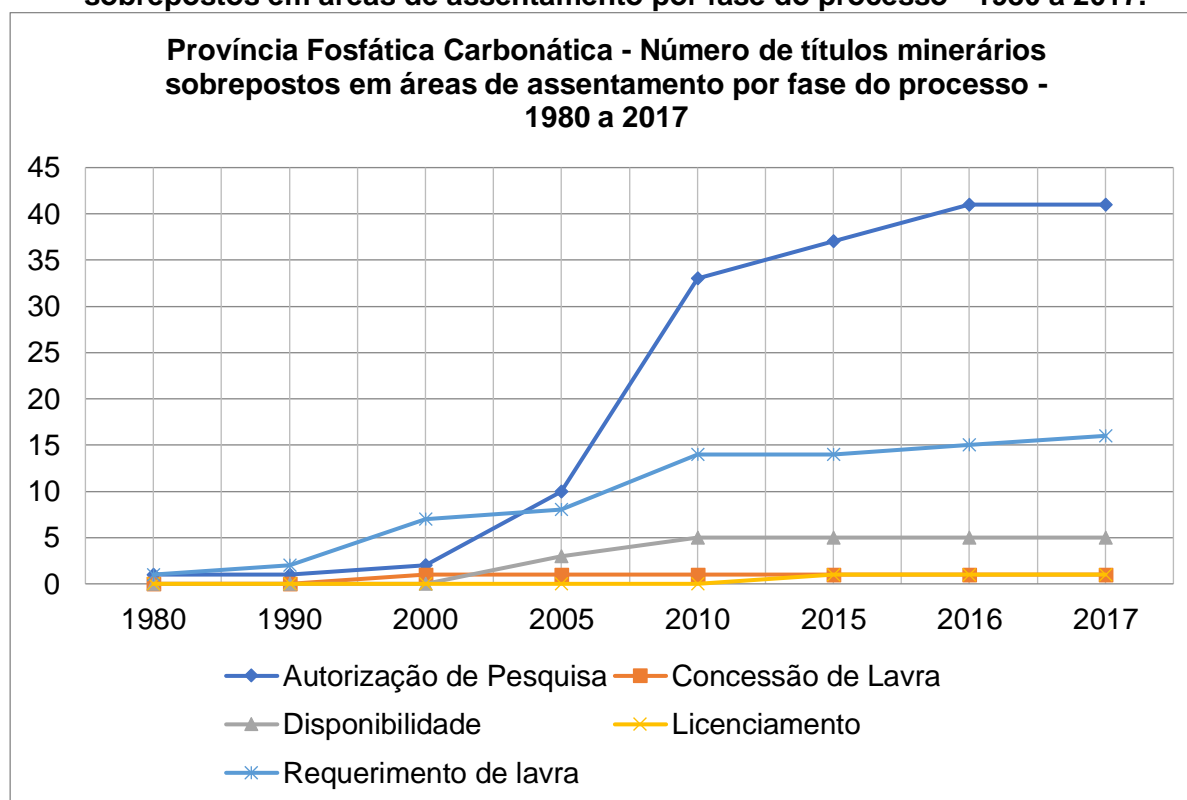
Mapa 1: Títulos minerários sobre áreas de assentamentos nos municípios da Província Fosfática-Carbonática Paraibana.



O gráfico 2 demonstra as fases dos processos minerários a partir da década de 1980 até o ano de 2017. Entre os anos de 1980 até finais de 1990 não havia uma quantidade significativa de títulos minerários sobre os referidos assentamentos. Todavia, no início dos anos 2000 até o ano de 2017 o número de títulos de autorização de pesquisa salta de dois para 41, destes um total de 16 são da substância fosfato para ser utilizada na Indústria de Fertilizantes e 25 de Areia, Calcário e Argila para a produção de cimento e construção civil, o que totaliza um crescimento da ordem de 1950% das áreas requeridas. Esse período coincide com a implementação do polo cimenteiro paraibano e a consequente demanda por recursos minerais das indústrias de cimento.

Dos assentamentos objeto de interesse das empresas de mineração, os assentamentos João Gomes (Mucatu), Apasa e Subáuma são os principais territórios envolvidos em conflitos com mineradoras na Paraíba. Sobre estes territórios há 9 títulos minerais registrados no DNPM, dos quais se destaca o da Empresa Elizabeth Cimentos que possuem 746,73 hectares de concessão de lavra.

Gráfico 2: Província Fosfática Carbonática - Número de títulos minerários sobrepostos em áreas de assentamento por fase do processo - 1980 a 2017.



Fonte: Dados do DNPM – 2017; Elaboração: Nielson Lourenço.

A chegada da Elizabeth Cimentos em 2011 ocasionou uma série de conflitos na região, naquele ano um grupo de assentados descobriu que 2 lotes do assentamento tinham sido vendidos para um policial militar e que este haveria comercializado junto a Empresa HC Administração e Participação Sociedade Simples LTDA pertencente ao grupo Elizabeth Cimentos para a instalação de uma fábrica de cimento.

A partir de então os assentados se uniram com os índios Tabajaras e a Comissão Pastoral da Terra - CPT e durante aquele ano realizaram ocupações nos lotes vendidos, atos públicos nas cidades de Alhandra-PB e Pitimbu-PB, audiência pública, ocupação em prédios públicos como tentativa de resistência a implantação da indústria no assentamento. Todavia, as forças políticas locais aliado à repressão policial contra a ocupação dos lotes e a legitimação da comercialização destes pelo INCRA foram fatores que favoreceram a empresa e contribuíram de maneira decisiva para que a resistência dos camponeses e indígenas fossem enfraquecida e, conseqüentemente, houve a implantação do empreendimento.

Desde o ano de 2012 que a fábrica foi instalada e produz 1,2 milhões de toneladas de cimento anualmente (GRUPO ELIZABETH, 2019). Sua jazida possui uma reserva

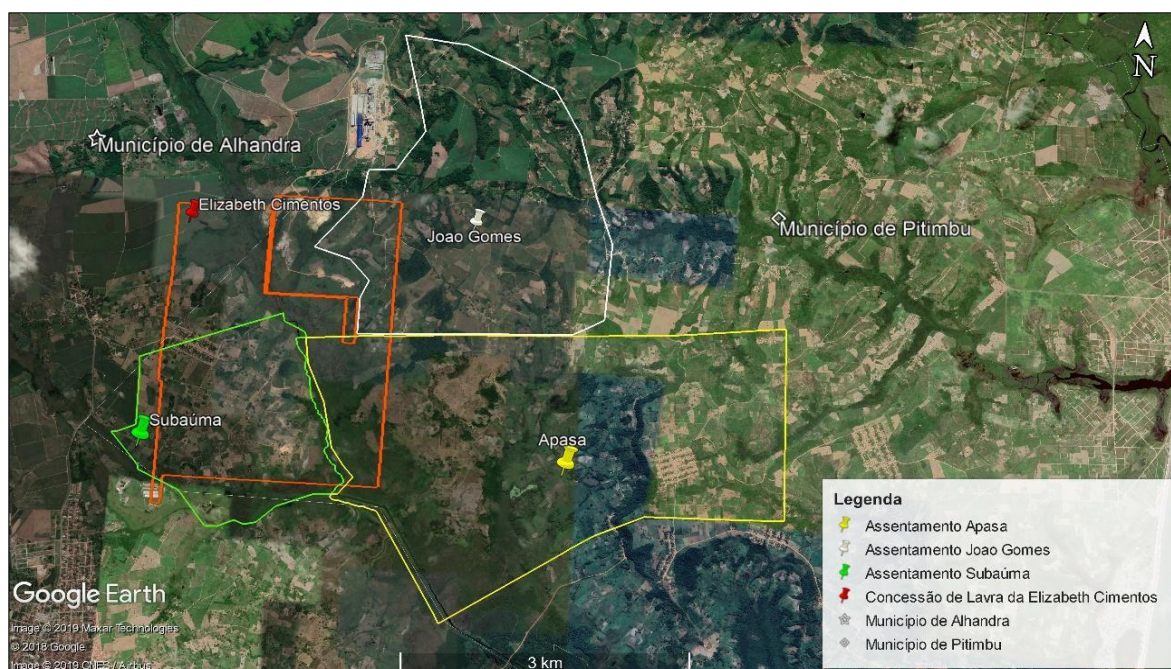
lavrável de calcário estimada de 53.633.600 toneladas, numa área de 746,73 ha hectares e possui estimativa de 44 anos de exploração (figura 1 e 2) (GEOCONSULT, 2011).

Figura 1: Área de extração de calcário da Empresa Elizabeth Cimentos circundado pelo assentamento João Gomes (Mucatu).



Fonte: Pesquisa de campo – janeiro de 2018.

Figura 2: Título de concessão de lavra da Empresa Elizabeth Cimento sobre os Assentamentos João Gomes (Mucatu), Apasa e Subaúma.



Fonte Dados do DNPM – 2017), do INCRA – 2017) e do Google Earth; Elaborado por Nielson Lourenço.

Com base nas atividades de campo realizadas em 2017 e 2018, na qual entrevistamos assentados que participaram ativamente daquele período do conflito e que ainda permanecem em suas terras. Desde o início da exploração mineral o modo de vida dos assentados vem se alterando de maneira significativa. Todos os dias há explosões na mina a céu aberto que abalam as estruturas das residências, o relato de um assentado que vive há 400 metros das explosões ilustra essa questão.

[...] Nessa casinha aqui eu já moro vai fazer 8 anos, depois disso aí minha vida acabou, eu deseja continuar minha vida aqui e nunca sair daqui, mas depois dessa empresa tudo acabou com eu, eu só tô aqui ainda porque não tenho pra onde ir, não sou aposentado, não tenho salário de nada, sou quase aleijado da coluna [...] teve um dia desses aí que o abalo foi tão forte que caiu foi tudo aqui em casa, as telhas tudo caindo, acabei perdendo minha garrafa de café que caiu da mesa e quebrou. (Entrevista concedida em janeiro de 2018 por um assentado de João Gomes (Mucatu) – Pesquisa de Campo).

Há também impactos socioambientais relacionados a processos erosivos e de assoreamento de rios o que vem impactando a produção de alimentos e a pesca de algumas famílias que residem mais próximas à mina de extração de calcário. Sobre essa questão, uma das fontes orais disse:

Aqui embaixo mesmo, os meninos que pescam camarão disse que aqui embaixo tá morrendo os peixes, tá morrendo os camarão... tá entendendo? Aí fica bem pertinho do rio principal, aí quando chove... aí a água escorre pra dentro do rio... tá matando os peixes... o camarão é bixo forte né... e camarão se passar de um dia pra o outro na água morre. Então, é um desastre ambiental enorme. E o que mais entristece a gente como ser humano é saber que outro ser humano autorizaram fazer um negócio desses, tá entendendo? A gente vai numa audiência pública, alguma coisa desse tipo, o cabra falando de meio ambiente... isso aquilo outro... natureza... é uma conversa muito bonita e quando a gente vai pra prática ver um negócio desse aí. (Entrevista concedida em janeiro de 2018 por um assentado de João Gomes (Mucatu) – Pesquisa de Campo).

Apesar dos impactos causados pela chegada da mineração a resistência dos camponeses se materializa na sua permanência forçada, pois mesmo diante do barulho ensurdecedor provocado pelas explosões, das rachaduras que abalam as estruturas das casas, das rochas que caem em seus lotes, da poluição dos rios pelos rejeitos da mineração, eles permanecem na terra. A fala de um camponês enfatiza a importância dessa resistência, dos laços simbólicos obtidos ao longo dos anos de vivência na terra e também da sua relação com ela ao considerar o lote enquanto terra de trabalho. Vejamos o que dizem dois deles:

Assentado 1: Pai não vendeu a terra porque gosta da terra, aqui também tem muita água, nós somos nascido e criado aqui, aí a gente vai sair da nossa terra e ir pra onde? Aqui o que nós plantar nasce, graças a deus.

Assentada 2: Se a gente sair daqui e vende a casa, o dinheiro num instante acaba, e quando for procurar emprego, cadê a qualificação? Pense aí o dismantelo de vida... Aqui a gente planta e come até aquilo que a gente planta, vou ali tem macaxeira, inhame... e na rua (cidade)? Lá tudo eu tenho que comprar, aqui não, aqui tenho tudo. Muita gente pensa que vender o lote vai ter muito dinheiro, fica abestalhado. (Entrevista concedida em agosto de 2017 por 2 assentados de João Gomes (Mucatu) – Pesquisa de Campo).

Por fim, esses assentamentos rurais como um todo expressam a base material da reprodução do camponês enquanto sujeito histórico, são neles que são (re)construídos o seu modo de vida, sua história, cultura, identidade, dentre outros e por isso seguem no processo de resistência ao caráter expansivo e destrutivo do extrativismo mineral que ocasiona consequências deletérias as suas condições de vida.

Considerações Finais

No século XXI há um processo de expansão do capital extrativista mineral sobre os territórios camponeses materializados nos assentamentos rurais. A expressiva quantidade de títulos minerais nesses territórios são evidências de que o capital tenta impor sua lógica expansiva e fundamentalmente irracional sobre esses assentamentos.

O fato da legislação minerária sobrepor os interesses da exploração do subsolo sobre o solo facilita uma prática mineral sobre as áreas de assentamentos rurais, comunidades rurais, comunidades quilombolas, dentre outros. Desta forma, os direitos territoriais desses sujeitos não são suficientes para impedir a expansão da mineração sobre suas áreas.

A regularização fundiária imposta pelo governo de Michel Temer legitimou ainda mais essa prática, uma vez que diminuiu o tempo de consolidação dos assentamentos rurais e facilitou a sua mercantilização. Tal mudança colocou a possibilidade concreta de inserir mais de 37 milhões de hectares no mercado de terras, conforme exposto na pesquisa de Sauer e Leite (2017).

Na Paraíba 109 (34%) assentamentos rurais estão com títulos minerais sobrepostos em suas áreas, o que engloba 129.506 hectares sobre interesse das mineradoras. A nova regularização fundiária facilitou a consolidação de 71 destes assentamentos, colocando, portanto, cerca de 83.869 hectares no mercado de terras (INCRA, 2017; DNPM 2017). Inevitavelmente essa expansão territorial ocasiona conflitos no campo e processos de resistência camponesa, um exemplo emblemático é o conflito entre os camponeses do assentamento João Gomes e a indústria Elizabeth Cimentos, no litoral sul da Paraíba, que desde da sua chegada vem ocasionando impactos socioambientais e a

consequente desestruturação do referido assentamento, conforme explicitamos ao longo do texto.

Desta forma, a questão mineral, no contexto atual de flexibilização institucional, consiste em uma das dimensões que inviabiliza qualquer tentativa de avanço dos direitos sociais conquistados a partir das lutas sociais pela reforma agrária configurando-se em sua praticidade numa verdadeira contra reforma agrária.

Referências

BRASIL. (2017a) **Lei n. 13.465, de 11 de julho de 2017**. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, p.1, 12, Jul. 2017a.

_____. **Lei n. 13.540, de 18 de dezembro de 2017**. Altera as Leis n.º 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e 8.001, de 13 de março de 1990, para dispor sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Brasília, 2017b.

_____. **Lei n. 8.001, de 13 de março de 1990**, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei n.º 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências. Brasília, 1990.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. **Decreto-lei n. 227 de 28 de fevereiro de 1967, que dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985 de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas)**. Brasília, 1967.

BITTENCOURT, C. **Código da Mineração: a urgência é do mercado**. 2013 – Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/521975-codigo-da-mineracao-a-urgencia-e-do-mercado-entrevista-especial-com-carlos>> acesso em outubro de 2015.

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral. **Anuário Mineral Brasileiro**. 2010. Disponível em: <<http://www.anm.gov.br/dnpm/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/anuario-mineral/anuario-mineral-brasileiro/anuario-mineral-brasileiro-2010>> acesso em março de 2017.

_____. **SIGMINE – Informações Geográficas Mineração**. Disponível em: <<http://sigmine.dnpm.gov.br/webmap/>> acesso em janeiro de 2017.

GEOCONSULT. **Estudo de Impacto Ambiental – EIA, Relatório de Impacto Ambiental – RIMA**: Elizabeth Cimentos – Alhandra/PB. 2011.

GONÇALVES, R. J. A. F.; MENDONÇA, M. R. Expansão da atividade mineradora e os conflitos socioambientais: as redefinições territoriais do cerrado. **Revista Territorial**, v. 2, p. 93-120, 2013.

GONÇALVES, R. J, de A. F. **No horizonte, a exaustão**: disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de extrativismo mineral em Goiás. 504f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Universidade Federal de Goiás. Goiânia. 2016.

GRUPO ELIZABETH. **Institucional – Onde estamos?** 2019. Disponível em: <<http://www.ceramicaelizabeth.com.br/pt/institucional>> acesso em outubro de 2019.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 6ª edição, 2012.

INCRA. **Relação das Áreas de Assentamento da Paraíba**. João Pessoa: Relatório do Incra, 2017.

KALIFE, K. R. **Mineração de calcário no município de Capanema, estado do Pará: uma análise a partir da percepção dos moradores do entorno da Jazida B-17**. 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado) - UFPA, NAEA, Belém, 2013.

MALERBA, J. **Para quê um novo código mineral?** In: JuliannaMalerba. (Org.). Novo marco legal da mineração no Brasil: Para que? Para quem? .1ed. Rio de Janeiro: FASE, 2012, v. 1, p. 9-16.

_____. **Mineração e questão agrária: as reconfigurações da luta pela terra quando a disputa pelo solo se dá a partir do subsolo**. Conflitos no Campo Brasil, v. 1, p. 78-84, 2015.

MAM – Movimento pela Soberania Popular da Mineração. **Sete pontos para entender a MP 789 e o que está em jogo**. 2017. Disponível em: <http://mamnacional.org.br/2017/10/20/conjuntura-no-pais-abre-possibilidade-de-discussao-sobre-qual-o-modelo-de-mineracao-que-queremos-e-qual-tributacao-e-necessaria-e-possivel/>>acesso em dezembro de 2017.

MARTINS, J. de S. **Expropriação e violência**. 1980. São Paulo: Hucitec.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política: Livro I: o processo de produção do capital**. Boitempo: São Paulo, 2013.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. Tradução de Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 1ª edição. Boitempo: São Paulo, 2011.

MILANEZ, B. O novo marco legal da mineração: contexto, mitos e riscos. In: Julianna Malerba. (Org.). **Novo marco legal da mineração no Brasil: Para que? Para quem?** 1ed. Rio de Janeiro: Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional, 2012, v. 1, p. 19-88.

MITIDIERO JR, M. A. Crise do Capital Global, Natureza e Agronegócio. In: RAMOS FILHO, E. da S.; MITIDIERO JR, M. A.; SANTOS, L. R. S. (Org.). **Questão Agrária e Conflitos Territoriais**. 1ed.São Paulo: Outras Expressões, 2016, v. 1, p. 17-37.

MONTEIRO, A. E. G.; ASSIS, W. S.; VIEIRA, A. C. C. Impactos socioambientais da expansão da indústria de cimento no território Nordeste I - Pará. In: **Simpósio Internacional e Nacional de Geografia Agrária (SINGA)**, 2015, Goiânia. VII SINGA, VII Simpósio

Internacional VIII Simpósio Nacional de Geografia Agrária - Jornada das Águas e Comunidades Tradicionais, 2015. p. 1811-1823.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. Espaço, capital e trabalho no campo paraibano. **Revista da ANPEGE**, v. 7, p. 135-146, 2011.

SAUER, S.; ALBUQUERQUE, R. de M. Neoeextrativismo, mineração e disputas por terra no campo brasileiro. In: MITIDIERO JR, M. A.; GARCIA, M. F.; VIANA, P. C. G. (Org.). **A questão agrária no século XXI: Escalas, dinâmicas e conflitos territoriais**. 1ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015, v. 1, p. 251-277.

SAUER, S.; LEITE, A. Z. Medida Provisória 759: descaminhos da reforma agrária e legalização da grilagem de terras no Brasil. **Retratos de Assentamentos**, v. 20, p. 14-40, 2017.

TEIXEIRA, S. do S. L. **A interferência da mineração industrial na estabilidade de assentamentos rurais: o caso de Parauapebas**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PDTU, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém (PA), 2006.

WANDERLEY, L. J. M. **Recursos minerários na Amazônia brasileira: impactos e perspectivas**. In: MALERBA, Juliana et al (org.) Novo Marco Legal da Mineração no Brasil: Para quê? Rio de Janeiro, 2012, p. 91-160.

WANDERLEY, L. J. M.; GONÇALVES, R. J. A. F. Mineração e as escalas dos conflitos no espaço agrário brasileiro. **Conflitos No Campo Brasil**, v. 35, p. 132-141, 2019.

Sobre o autor

Nielson Polucena Lourenço – Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal da Paraíba e Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG/UFPB. É Doutorando em Geografia pela mesma instituição e membro do Grupo de Estudo sobre Trabalho, Espaço e Campesinato - GETEC. Professor em Regime Estatutário da Educação Básica do Estado da Paraíba, tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária, atuando principalmente nos seguintes temas: Território, Mineração e Assentamento Rural. **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0001-8910-7522>

Como citar este artigo

LOURENÇO, Nielson Polucena. Regularização fundiária, mercado de terras e os conflitos territoriais no campo frente à mineração na Paraíba. **Revista NERA**, v. 24, n. 59, p. 256-275, Dossiê, 2021.

Recebido para publicação em 20/09/2020
Aceito para a publicação em 10/06/2021

Retrocessos ou continuidade? Questão agrária e a propriedade privada no Brasil e suas repercussões na Política Nacional de Reforma Agrária no Estado da Bahia

Paula Adelaide Mattos Santos Moreira

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – Salvador, Bahia, Brasil.
e-mail: paulagemeos@hotmail.com

Guiomar Inez Germani

Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Salvador, Bahia, Brasil.
e-mail: guio_ufba@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo objetiva tratar da questão agrária no contexto histórico das leis da propriedade privada no Brasil, numa visão panorâmica sobre alguns aspectos que a relaciona à Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Como metodologia, apropria-se do significado da permanência da questão agrária na atualidade e, a partir dele, faz-se um breve levantamento histórico da legislação relacionada à propriedade privada no Brasil, chegando-se aos dias atuais. Parte-se, para tanto, da utilização do conceito de campesinato, relacionando este ao estudo dos problemas vinculados à concentração da terra e suas consequências para o desenvolvimento das forças produtivas. Observa-se, a partir deste estudo, que a concentração de terras no Brasil convive, lado a lado, com o conceito de propriedade privada, constituindo-se, ambos, em construções históricas de ampla abrangência, sendo os mesmos trabalhados ideologicamente durante séculos e que na atualidade repercutem no sentido de dificultarem a aplicação prática do conceito de função social da terra, pelo fato desta função não estar absorvida pelo ideário do brasileiro.

Palavras-chave: Questão agrária; propriedade privada; Política Nacional de Reforma Agrária.

Setbacks or continuity? Agrarian issue and private property in Brazil and its repercussions on the National Agrarian Reform Policy in the State of Bahia

Abstract

This paper aims to address the agrarian issue in the historical context of private property laws in Brazil, in an overview of some aspects that relate it to the National Agrarian Reform Policy (PNRA). As a methodology, it appropriates the meaning of the permanence of the agrarian question in the present time and, from it, makes a brief historical survey of the legislation related to private property in Brazil, reaching the present day. Therefore, it is based on the use of the peasantry concept, relating it to the study of the problems linked to the concentration of land and its consequences for the development of the productive forces. It is observed, from this study, that the concentration of land in Brazil coexists, side by side, with the concept of private property, being both constituted in historical constructions of wide scope, being the same worked ideologically for centuries and that nowadays have repercussions in the sense of hindering the practical application of the concept of the social function of the land, for the fact of this function not being absorbed by the Brazilian ideology.

Keywords: Agrarian question; private property; National Agrarian Reform Policy.

¿Contratiempos o continuidad? La cuestión agraria y lapropiedad privada en Brasil y sus repercusiones en la Política Nacional de Reforma Agraria en el Estado de Bahía

Resumen

Este artículo tiene como objetivo abordar el tema agrario en el contexto histórico de las leyes de propiedad privada en Brasil, en una vista panorámica de algunos aspectos que lo relacionan con la Política Nacional de Reforma Agraria (PNRA). Como metodología, se apropia del significado de la permanencia de la cuestión agraria hoy y, en base a ello, se realiza una breve encuesta histórica de la legislación relacionada con la propiedad privada en Brasil, que llega hasta nuestros días. Por lo tanto, comienza con el uso del concepto de campesinado, relacionando lo con el estudio de los problemas relacionados con la concentración de la tierra y sus consecuencias para el desarrollo de las fuerzas productivas. Se observa, a partir de este estudio, que la concentración de tierras en Brasil coexiste, lado a lado, con el concepto de propiedad privada, constituyendo, tanto, en construcciones históricas de amplio alcance, el mismo trabajo ideológico durante siglos y que hoy tienen repercusiones en el sentido de obstaculizar la aplicación práctica del concepto de la función social de la tierra, debido a que esta función no es absorbida por las ideas del brasileño.

Palabras clave: Cuestión agraria; propiedad privada; Política Nacional de Reforma Agraria.

Introdução

Este artigo faz parte das reflexões oriundas da tese de doutorado de uma das autoras (MOREIRA, 2017), defendida em 2017 no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), inseridas no conjunto da problemática abordada pelo Grupo de Pesquisa GeografAR (PósGeo/UFBA), que atualmente desenvolve a pesquisa fomentada pelo CNPq denominada “Questão Agrária, Movimentos Sociais e Assentamentos Rurais nos Territórios do Velho Chico, Litoral Sul da Bahia e Sisal”.¹ Seu objetivo é compreender a questão agrária no contexto histórico das leis da propriedade privada no Brasil, observando alguns aspectos que a relaciona à Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA) no presente momento.

Como metodologia, apropria-se do significado da permanência da questão agrária na atualidade e, a partir dele, faz-se um levantamento histórico da legislação relacionada à propriedade privada no Brasil, chegando-se à conjuntura corrente. Parte-se, para tanto, da utilização do conceito de campesinato,² relacionando este ao estudo dos problemas vinculados à concentração da terra e suas consequências para o desenvolvimento das forças produtivas. Para exemplificar tais relações, utilizamos aspectos relevantes ao tema,

¹Artigo vinculado à pesquisa “Questão Agrária, Movimentos Sociais e Assentamentos Rurais nos Territórios do Velho Chico, Litoral Sul da Bahia e Sisal” apoiada pelo CNPq.

²No caso desta pesquisa, assume-se a posição de que o campesinato é uma classe social que apresenta padrões de relações sociais distintos, o que se pode dizer, modos de vida específicos. Conforme a definição de Shanin (1979), porque o camponês que aparece aqui assume seu papel de sujeito histórico.

vinculados à Política Nacional de Reforma Agrária, mostrando-se, para este caso, como a função social da terra vem sendo interpretada pelo Estado brasileiro.

Observa-se, a partir deste estudo, que a concentração de terras no Brasil convive lado a lado com o conceito de propriedade privada, constituindo-se ambos em construções históricas de ampla abrangência, sendo os mesmos trabalhados ideologicamente durante séculos, e que na atualidade repercutem no sentido de dificultarem a aplicação prática do conceito de função social da terra, pelo fato dessa função não estar absorvida pelo ideário do brasileiro. Assim, naturalizam-se todas as mazelas ligadas à alta concentração de terras, tais como a pobreza e a miséria do camponês e, conseqüentemente, viabilizam-se retrocessos, como na atual conjuntura, quando mesmo depois de conquistas sociais representativas, chega-se ao ponto da real possibilidade da propriedade privada ser considerada como um direito sagrado e não uma construção social estabelecida numa relação de poder.

A questão agrária e a propriedade privada no Brasil

Este artigo parte do pressuposto da atualidade da questão agrária e da utilização do conceito de campesinato. Stédile (2005) traz que a questão agrária está relacionada ao estudo dos problemas vinculados à concentração da terra e suas conseqüências para o desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade. Marcos & Fabrini (2010)³ tratam a questão de forma mais ampla, porém, trazem o mesmo sentido para o Brasil, já que afirmam que a questão agrária está relacionada à existência de um problema estrutural no campo e que nos países da América Latina, em geral, tal problema se relaciona diretamente com a elevada concentração de terras. Em ambos os casos, o que se coloca é a relação existente entre o poder e a propriedade privada no contexto da sociedade capitalista.

Segundo Herce (2015), a relação entre a formação dos grandes latifúndios rurais,⁴ a revolução tecnológica da agricultura (ocorrida no século XVIII) e a criação de instrumentos mercantis sobre a propriedade revelam a gênese de uma das lógicas liberais de dominação que é expressa a partir do direito à propriedade privada. A terra, nessa lógica, se converte num produto mercantil, onde o solo adquire valor de troca, relação fundamental para o sistema capitalista. A propriedade privada que se tem na atualidade é, então, o resultado do ideário burguês legitimado nos direitos constitucionais oriundos de suas revoluções e que

3 Os autores fazem um paralelo com Cuba e dizem que a questão agrária naquele país, ou seja, seu problema estrutural no campo, não está relacionado com a concentração de terra, mas com as dificuldades no processo produtivo.

4 Os latifúndios rurais, segundo o mesmo autor, surgiram após o fechamento de grandes propriedades rurais, com a ocupação das terras comunitárias dos camponeses, inicialmente na Inglaterra, expandindo-se por outros países.

tem como base a relativa democratização do direito à propriedade imobiliária, viabilizando-se sua extensão a todos os seres humanos que possam adquiri-la por mecanismos comerciais, segundo o mesmo autor.

Rolnik (2015) afirma que, nos últimos 250 anos, a relação social entre a humanidade, o território e a propriedade privada individual se sobrepôs às demais. A mesma autora diz que esse processo no contexto moderno teve início no cercamento das terras comunais (Europa, século XVIII), no sentido da separação da terra e do trabalho, e avançou na sua consagração jurídica política na estruturação do Estado liberal, se expandindo globalmente na atualidade com hegemonização das formas capitalistas de produção e consumo.

A construção do direito de propriedade brasileiro é histórica e herdeira dos processos europeus, porém, com percursos próprios. Segundo Luz (1996), na fase inicial, a de concessões de terras, feita através de doações a particulares, o objetivo era o do povoamento e da colonização da terra recém-descoberta; além disso, era fundamental se ter segurança quanto ao domínio do território conquistado. Complementando, segundo Germani (1993), a ocupação também teve o sentido do processo de expansionismo comercial europeu, cumprindo um papel de instrumento de acumulação primitiva que antecedeu o advento do capitalismo industrial.

Em 1530, afirma Germani (1993), Portugal adotou providências que marcaram a efetiva ocupação das terras brasileiras no início de sua colonização: a implantação das Capitanias Hereditárias.⁵ O instrumento legal utilizado para tal distribuição era o das sesmarias, que, segundo a mesma autora, se colocou como o núcleo de onde se originou o direito agrário brasileiro (GERMANI, 1993 *apud* GARCEZ; MACHADO, 1985). Segundo Luz (1996), as sesmarias brasileiras, implantadas por Martim Afonso de Sousa, a partir de 1530, por delegação de D. João III, nada se assemelham às doações de terras feitas aos camponeses de Portugal anteriormente, haja vista as diferenças socioeconômicas e políticas existentes entre as duas situações colocadas, fatores esses que geraram, conseqüentemente, regimes jurídicos resultantes das demandas de cada situação.

Luz (1996) traz que, até 1549, as cartas de doações, concedidas às pessoas ligadas à Corte, não tinham outra exigência a não ser a do aproveitamento econômico da área. Depois desse ano, entretanto, passou a ser exigido para a validade das doações, além do aproveitamento da terra, o registro da mesma perante a Providência, no prazo de um ano a contar da data da concessão. Isso se deu, segundo Germani (1993), com a criação do Governo Geral, diante do fracasso econômico da maior parte dos donatários.

⁵ Sistema já semelhantemente utilizado por Portugal na ilha de Madeira, segundo Germani (1993), consistiu em dividir a costa brasileira em 12 setores lineares com extensões variantes entre 30 e 100 léguas (equivalente a 5.572 metros) com limite na linha imaginária determinada pelo Tratado de Tordesilhas.

Em 1695, de acordo com Luz (1996), a Carta Régia passou a limitar em cinco léguas a área máxima de terras que poderia ser doada. Porém, em 1699, tal Carta instituiu a revisão real dos atos de doação, exigindo a confirmação das doações pelo monarca. Em 1795, além das exigências anteriores, passou a ser cobrada, também, a medição e demarcação das terras doadas, fato que aumentou a inviabilidade da legalização das terras, já que na Colônia não havia agrimensores ou topógrafos suficientes para executar tal tarefa. Germani (1993) destaca nesse contexto que existiam inúmeros e insolúveis problemas relacionados à demarcação de terras concedidas, já que muitas cartas de sesmo eram dadas com base em informações imprecisas ou falsas, tendo como resultado, por exemplo, a concessão da mesma terra a mais de uma pessoa. Em última instância, o que definia o regime de doação e suas dimensões era a condição social do que recebia a terra, e não tinha limites para os poderosos.

Em 1822, entretanto, a Resolução nº17, de 17 de julho, reverteu todo o quadro fundiário presente, segundo Luz (1996), quando suspendeu todas as doações de sesmarias até a convocação da Assembleia Geral Constituinte. Iniciou-se, daí, a partir dessa falta de política fundiária, da impossibilidade de acesso às terras pela forma legal (compra, venda ou doações), uma fase de livre ocupação das terras. O mesmo autor afirma que essa situação favoreceu àqueles que eram agricultores e que tinham como único patrimônio o braço para trabalhar: os que nunca haviam sido favorecidos pela Coroa. Germani (1993) indica quem seriam os beneficiários: famílias, ocupantes informais – que trabalhavam na agricultura em pequenas unidades (existiam casos de grandes extensões) localizadas nas brechas das grandes fazendas ou em terras de ninguém, normalmente em solos menos férteis e bem distantes das cidades; ou, ainda, em sesmos abandonados e em latifúndios semiexplorados. Assim, apesar de no Brasil Colônia a terra se constituir num privilégio de uma classe, segundo a mesma autora, os processos sociais haviam criado mecanismos para a liberdade de acesso a terra, e as posses que se estabeleceram nesse período iam desde pequenas áreas até imensos latifúndios.

O Sistema de Posses vigorou de 1822 a 1850. Na primeira metade do século XIX, o número de posses igualava-se ou superava o número de propriedades obtidas por outros meios de ocupação. Porém, em 1850, com a Lei nº 601, de 18 de setembro – denominada Lei de Terras –, a terra passava formalmente a ser uma mercadoria, ou seja, um objeto de comércio e especulação no país. A Lei de Terras estabeleceu a discriminação das terras públicas daquelas do domínio particular, proibindo, segundo Luz (1996), a aquisição de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra e venda. Criminalizava, assim, a ocupação de terras que não fosse pelo instrumento de compra. Além disso, legitimava somente as posses mansas e pacíficas oriundas de ocupação primária, medida estratégica que impediu a ocupação por posses de terras por ex-escravos negros, fato que os deixou

sem possibilidades formais de reconstrução da vida no meio rural, após a abolição da escravatura.

Em 1889, o Brasil passou a ser uma República Federativa e, nesse contexto, a propriedade da terra é mantida, segundo Germani (1993), em sua plenitude, exceto em casos de necessidade pública. Além disso, ficou estabelecido que os bens nacionais que não fossem necessários para a União passariam para o domínio dos Estados. Assim, as terras devolutas, em geral, saíram do escopo do interesse nacional. Importante destacar que, conforme a mesma autora, cada estado estabeleceu sua política de concessão de terras, sendo, porém, predominante a transferência de propriedades de terras a grandes fazendeiros e empresas colonizadoras interessadas na especulação imobiliária.

O Código Civil de 1916 estabeleceu a via judicial para discriminação de terras, não permitindo a revalidação dos sesmos nem a legitimação das posses, que só poderiam ser regularizadas na forma de usucapião, segundo afirma Germani (1993). Essa limitação não estancou a ação dos estados em beneficiar as oligarquias locais em relação à gestão de terras: estas passaram a regularizar suas propriedades em conjunto com os interesses da especulação imobiliária, gerando, conseqüentemente, um estado de conflito constante no campo brasileiro. Segundo Germani (1993), foi em consequência desse contexto que aconteceram as primeiras lutas camponesas no Brasil: a Guerra de Canudos (1896 a 1897), na Bahia; e a do Contestado (1912 a 1916), no Paraná e Santa Catarina.

Assim, no Brasil, a propriedade privada se torna o direito real de maior extensão e conteúdo e o mais amplo, segundo Leite (2017), já que os outros direitos reais são mais restritos. O proprietário é titular da faculdade de usar, gozar, dispor e reivindicar, podendo exercer com plenitude esses direitos, utilizando a coisa da forma mais plena possível. Além disso, ele é exclusivo, assim, o proprietário não precisa considerar a interferência de terceiros. Ele também é perpétuo, permanecendo no seu patrimônio titular, sem prazo definido, justificando o direito de sucessão.

Apesar de sua amplitude, o direito à propriedade não garante poderes absolutos ou ilimitados. Ele pode ser utilizado em toda sua essência, porém, conforme o bem-estar social, os bons costumes e não de forma arbitrária ou incondicional. A função social, como destaque, traz uma conciliação entre os poderes e deveres do proprietário. Segundo Germani (1993), as Constituições de 1934 e 1946 já levantavam a função social da terra, sendo que a segunda condicionava o uso da propriedade ao bem-estar social e indicava a desapropriação, via indenização, para garantir tal bem. Porém, os obstáculos institucionais para o pagamento de tais indenizações inviabilizavam qualquer tentativa de distribuição de terras.

É somente em 1964, no governo militar de Castelo Branco, que as amarras institucionais são “afrouxadas”. A Emenda Constitucional nº 10, de 9 de novembro,

especificou diferenças entre propriedade urbana e rural, permitindo que, para a segunda, se vinculasse o pagamento das indenizações aos títulos da dívida pública. Além disso, foi nesse governo que, em 30 de novembro de 1964, se instituiu a Lei nº 4.504 – o “Estatuto da Terra”. O Estatuto da Terra, entre outros assuntos, regula os direitos e deveres concernentes às propriedades rurais e estabelece critérios para a execução da reforma agrária e da política agrícola. Porém, a reforma agrária proposta pelo Estatuto da Terra era limitada, deveria ser executada por medidas complementares, tais como a tributação, a colonização e, em último caso, pela desapropriação onde houvesse situação de conflito social. O objetivo, nesse sentido, segundo Germani (1993), era resolver as tensões sociais sem prejudicar os interesses da burguesia ou oligarquias rurais. E esse foi o eixo norteador de toda a legislação e ação do período de ditadura militar.

Em 1988, com a abertura política, foi promulgada uma nova Constituição Federal, atualmente em vigor. Os trabalhos para sua formulação e aprovação foram tensos no que se refere à questão agrária. Mesmo assim, apesar do conceito de “latifúndio produtivo” ter sido inserido em um Ato Complementar, a função social da terra se consolidou. A realidade, porém, mostra que apesar da Constituição Federal trazer o conceito da função social da terra, muitos obstáculos se colocam para efetivação da justa distribuição de terras no solo brasileiro pela falta de regulamentação complementar, fato que manifesta a vontade política hegemônica em se manter a situação como está. Esse fato mostra que apesar da conjuntura atual ser mais desfavorável do que a dos últimos 20 anos, não é exagero afirmar que em nenhum regime ou governo o conteúdo excludente da propriedade da terra foi, sequer, abalado, no contexto brasileiro. A concentração de terras no Brasil, que é uma construção histórica, tem uma abrangência tão profunda que extrapola até mesmo a própria legislação.

Repercussões sobre a dinâmica da política de reforma agrária

A Política Nacional de Reforma Agrária, aplicada através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), desde 1985, vem se constituindo no principal instrumento de aplicação da função social da terra no meio rural brasileiro. Conforme mostra a Tabela 1, no Brasil, de 1985 a 2015, foram implantados 9.374 Projetos de Assentamento de Reforma Agrária (PAs). Analisando-se esses números distribuídos pelos mandatos do governo federal, percebe-se um tímido início nos governos Sarney, Collor e Itamar, quando foram implantados 868 PAs. Nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), onde as ações dos movimentos sociais eclodiram, esses números quase quintuplicaram, chegando a 4.307 PAs criados, mantendo-se essa proporção nos dois mandatos de Luís Inácio Lula da Silva (Lula), apesar de um leve declínio nos números de PAs implantados, 3.607 unidades (Tabela 1).

Os resultados dos mandatos de Dilma revelam uma drástica redução na criação de PAs, tendo sido criados apenas 592, em escala nacional. Importante destacar que o número de PAs implantados por Temer foi bastante reduzido (menos de 50 unidades) e o governo Bolsonaro não tem a intenção de implantar nenhum Projeto de Assentamento.

Tabela 1: Número de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária implantados no Brasil 1985/2015.

Governos	Nº de PAs
Sarney, Collor e Itamar	868
FHC	4.307
Lula	3.607
Dilma	592
Total	9.374

Fonte: INCRA, elaborado por Moreira, 2017.

Na Bahia, conforme mostra a Tabela 2 e o Mapa 1, foram implantados entre 1985 e 2015 (em 30 anos), 524 projetos de assentamento.⁶ Quanto a distribuição de PAs criados por governos, nota-se que ela se aproxima da proporção nacional.

Entre os governos de Sarney e Itamar foram criados 50 PAs. Sobre este período, é importante destacar que, os processos de desapropriação estudados mostram que todos foram iniciados depois de denúncias de violência, principalmente feitas por sindicatos, em áreas de posseiros.

Tabela 2: Número de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária implantados na Bahia 1985/2015, por períodos.

Número de projetos de assentamentos de Reforma Agrária implantados na Bahia 1985/2015 por governos					
Governos	Sarney, Collor e Itamar	FHC	Lula	Dilma	TOTAL
Nº de PAs	50	235	199	40	524

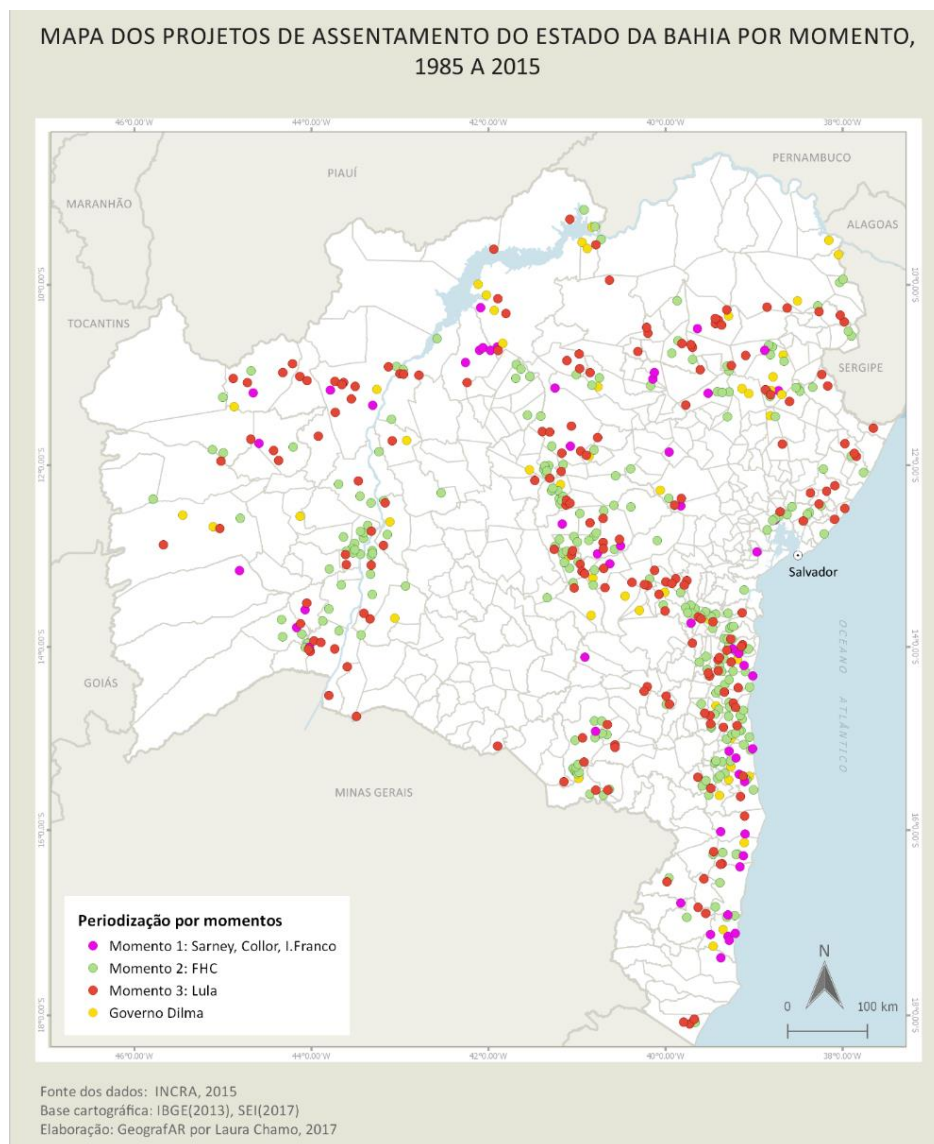
Fonte: GeografAR, 2015. Elaboração: Paula Moreira, 2017.

Nos governos de FHC foram criados 235 PAs. Estes foram resultados de pressão e conflito no campo, relacionados a ocupação de fazendas improdutivas. Surge, no cenário baiano, com força, os processos de territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais

⁶O Grupo de Pesquisa GeografAR utiliza uma metodologia para chegar a estes números, considerando nestes os com origem em desapropriação de terras ou compra, para fins de Reforma Agrária e não considera os casos de regularização fundiária.

Sem Terra (MST) e, em conjunto com este, porém em escalas menores, os processos de outros movimentos.

Mapa 1: Projetos de Assentamento do Estado da Bahia.



Os mandatos de Lula vão revelar na Bahia, assim como na escala nacional, um número menor ao período anterior com a criação de 199 projetos de assentamento. Porém, este momento é caracterizado pela ação articulada entre os movimentos sociais e o Estado, nos processos de negociação das demandas e dos ajustes de políticas e nos investimentos para melhorias na infraestrutura dos assentamentos e para as moradias.

Nos governos de Dilma evidencia-se o enfraquecimento da política de reforma agrária. Na verdade, o cenário se torna mais complexo, visto o protagonismo das lutas organizadas das comunidades tradicionais que, agora, buscam o reconhecimento de seus territórios e, no passado, tinham suas demandas misturadas com a dos trabalhadores rurais

sem terra. Porém, isto não explica a diminuição de assentamentos criados. Muitas amarras foram processualmente sendo colocadas, tanto do ponto de vista legal, como técnico, dificultando e burocratizando a desconcentração de terras via reforma agrária, revelando um caminho de não mais investir nesta política.

Como desfecho deste processo de decadência da política de Reforma Agrária, o Governo Temer criou somente 11 PAs na Bahia, sendo que o último PA foi criado em abril de 2018.

Nesse contexto, é importante ressaltar que o fato de não existir uma regulamentação ampla e clara para atuação do Estado na obtenção de terras que não cumprem sua função social, faz com que as ações do INCRA se coloquem somente como resposta à ação dos movimentos sociais que lutam pela terra, fato relativizado pela aderência de cada governo à causa de tais movimentos. Na atual conjuntura, por exemplo, tal aderência é nula e, por isso, o problema vem tendendo a se ampliar, visto que o próprio Estado está abandonando, gradativamente, sua ação na área de reforma agrária.

Para agravar tal questão, a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, se coloca como um importante instrumento gerador de empecilhos para obtenção de terras por parte do Estado, a partir do processo de desapropriação. Além disso, diminui a obrigação do INCRA em relação à infra estruturação e apoio técnico aos beneficiários do programa de reforma agrária, incorporando o tempo de 15 anos de criação como a principal referência para a consolidação dos projetos de assentamento. Assim sendo, a partir dela, a dinâmica da Política de Reforma Agrária não parte mais da priorização da criação de novos projetos de assentamento para minimizar a concentração de terras e atender à demanda dos camponeses por terra, mas, sim, da titulação dos lotes individuais, significando isso reverter terras públicas (nesse caso, do INCRA e ocupada por assentados) ao mercado imobiliário, e desobrigar o Estado a investir nos projetos de assentamento criados pelo INCRA. Quanto a referida Lei, é importante destacar que ela nasceu de uma medida provisória (MP 759), num momento de crise política, sem o devido debate com a sociedade, além de desconsiderar o arcabouço normativo anterior, fato que demonstra um oportunismo do poder hegemônico, característico da questão agrária brasileira.

Os dezesseis primeiros meses do governo Bolsonaro vêm acentuando a ação do Estado no sentido do desmonte da Política de Reforma Agrária. Assim sendo, num primeiro momento do corrente mandato, o INCRA – através de uma ordem do general João Carlos de Jesus Corrêa, seu presidente até o início do mês de outubro –, suspendeu, por tempo indeterminado e em todo o Brasil, as vistorias nas propriedades indicadas como improdutivas. É importante destacar que sem as vistorias não é possível desapropriar os imóveis e, conseqüentemente, criar novos projetos de assentamento.

Consolidando a perspectiva da não ação em aquisições de novas terras para a reforma agrária, em março de 2020 o INCRA publica um novo Regimento Interno (a Portaria nº 531 de 23 de março). Neste Regimento extingue-se a Diretoria de Obtenção e Implantação de Projetos de Assentamento, submetendo esta função –

crucial para a implementação da função social da terra em latifúndios improdutivos, prevista pela Constituição Federal –, à Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento. A partir daí a criação de novos assentamentos e seleção de novas famílias passam a ser subordinadas a uma Coordenação Geral de Implantação. Além desta Coordenação, está sob a gestão da nova Diretoria duas outras coordenações: a de Infraestrutura e a de Desenvolvimento. Esta nova estrutura organizacional enfraquece e dificulta qualquer ação no sentido da obtenção e implantação de Projetos de assentamentos de reforma agrária.

Não se pode deixar de considerar que a paralisação das ações no âmbito de obtenção de novas áreas de reforma agrária está diretamente ligada à não concordância do atual governo federal com o conceito de função social da terra, por sua assumida ligação com o setor do agronegócio. Como já mencionado, o significado constitucional da função social da terra arrefece a abrangência da propriedade privada e, por isso, cria precedente social para a continuidade da Política de Reforma Agrária. Tal precedente social vem acompanhado de ações de criminalização dos sujeitos sociais que lutam pela terra, fato este que vem sendo sistematicamente combatido, tanto pelo governo Bolsonaro como pelos setores mais conservadores da sociedade, com apoio da mídia e dos grandes meios de comunicação. Nessa perspectiva, a ação dos movimentos sociais que lutam pela terra não é vista como uma luta legítima por direitos adquiridos, apesar do amparo legal dado pela Constituição de 1988.

Vive-se hoje no perigoso momento onde o Estado se propõe a ocultar e ignorar a função social da terra e dar título de propriedade aos assentados, sem continuar o processo de obtenção de terras para combater a concentração fundiária, tentando, publicamente, seduzir os sujeitos sociais através de ícones valorizados na lógica do poder hegemônico, num processo inserido claramente na luta de classes característica da realidade brasileira.

Para estancar de vez a luta pela terra, e conseqüentemente calar os sujeitos sociais que tentam operacionalizar o direito vinculado à função social da terra, o senador Flávio Bolsonaro (RJ), filho do presidente da República, liderou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 80/2019. É importante ressaltar que tal PEC é subscrita por 27 membros do Senado (um terço da casa), fato que já garante sua tramitação formal. Com base no entendimento de que a propriedade privada se constitui em um “bem sagrado”, a PEC tenta modificar os artigos 182 e 186 da Constituição Federal que dispõe sobre a função social da propriedade urbana e rural. Em síntese, o texto reduz as exigências para que um imóvel

urbano ou rural cumpra sua função social, além de dificultar possíveis desapropriações. Para tanto, condiciona a desapropriação de propriedades à autorização do poder legislativo ou de decisão judicial, observando-se, em ambos os casos, o valor de mercado da propriedade para a indenização. Atualmente, a PEC 80/2019 encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Secretaria de Apoio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) aguardando designação do relator.⁷

No momento, na contramão dos interesses dos assentados da reforma agrária e de povos e comunidades tradicionais rurais (indígenas, quilombolas, entre outras), coloca-se em evidência o Projeto de Lei (PL) nº2633/2020, conhecido como “PL da grilagem”, que trata da regularização fundiária de imóveis da União, incluindo os assentamentos. Este PL – que substitui a Medida Provisória (MP) 910/19, basicamente com o mesmo teor⁸–, determina que as regras para a regularização fundiária serão aplicadas em áreas com até seis módulos fiscais,⁹ ocupadas até julho de 2008. Este dispositivo facilita a regularização de terras griladas e é considerado ofensivo porque considera a auto declaração do requerente, dispensando a vistoria previa pelo INCRA para a regularização fundiária de áreas de até seis módulos fiscais, passando este processo a ser realizado simplesmente por meio de sensoriamento remoto, não há comprovação de confrontantes, amplia-se o prazo de comprovação da ocupação, facilitando imensamente a ação de grileiros e a regularização das terras ocupadas irregularmente.

Em síntese, na atual conjuntura, ações para o benefício da formalização da propriedade privada para o poder hegemônico estão ocorrendo de forma bastante agressiva, assim como para o arrefecimento da abrangência do conceito de função social da terra. Possivelmente, a tal PECnº80 busca ir muito mais além do que beneficiar especuladores imobiliários ou donos de latifúndios improdutivos. Ela, em conjunto com a Lei nº13.465/2017 e o PLnº2633/20, coloca em xeque as conquistas legais relacionadas à função social da terra e às políticas públicas ligadas ao campo e à reforma agrária, fato que poderia causar graves repercussões para a população camponesa, o que inevitavelmente aproximaria mais o país a momentos mais penosos de violência e exploração no meio rural.

Considerações finais

Estudar a questão agrária no contexto histórico das leis da propriedade privada no Brasil, numa visão panorâmica sobre alguns aspectos que a relaciona à Política Nacional de

7 De acordo com o *site* do Senado, desde 04 de maio de 2020.

8 Em maio de 2020, a MP chegou a ser incluída na pauta de votação, mas não houve acordo e a proposta foi retirada de pauta. Na ocasião, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) anunciou que o texto do projeto seria colocado na pauta posteriormente.

9 O módulo fiscal é uma unidade fixada Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para cada município, de acordo com as condições edafoclimáticas, e varia de 5 a 110 hectares.

Reforma Agrária no presente momento é, sem dúvida, desanimador. Isso porque os fatos históricos mostram que os avanços foram poucos nos 519 anos de existência do Brasil. A legislação em poucos momentos abriu possibilidades para a formalização de posses ou acesso a terra para as populações camponesas. Ao contrário disso, o compêndio legislativo vem sendo minunciosamente construído para dificultar tal acesso e manter uma estrutura fundiária concentrada nas mãos de um seletivo grupo, através dos latifúndios. Os avanços tão duramente conquistados vêm sofrendo ameaças constantes, podendo ser destruídos como um castelo de areia.

A permanência da questão agrária na atualidade é latente, visto que é notório que os aspectos que mantêm a estrutura fundiária concentrada vêm se perpetuando, através das ferramentas oriundas de uma sociedade de classes extremamente desequilibrada em relação ao poder econômico e político. A Política de Reforma Agrária mostra um aspecto desse poder, haja vista que o pouco que se implantou é questionável diante da baixa eficácia no sentido de alterar a concentração de terras no campo. Sua oscilação é também um aspecto relevante, visto que poucos governos conseguiram manter um ritmo de desapropriações condizente com a demanda social por terra e, atualmente, vive-se na conjuntura de seu total retrocesso.

Não obstante, apesar dos 9.734 PAs implantados não terem conseguido nem mexer na estrutura da propriedade da terra, e apesar de todas as mazelas que enfrentam em seus cotidianos, não se pode desconsiderar que é justamente nesses territórios conquistados pela luta camponesa que se apresentam possibilidades de existência de sujeitos que constroem suas vidas e história em outros marcos, com repercussões em uma sociedade diferentemente melhor.

Por fim, estas reflexões permitem observar que a concentração de terras no Brasil convive lado a lado com o conceito de propriedade privada, constituindo-se ambos em construções históricas de ampla abrangência, sendo os mesmos trabalhados, ideologicamente, durante séculos, e que, na atualidade, repercutem no sentido de dificultarem a aplicação prática do conceito de função social da terra, aproveitando-se do fato desta não estar absorvida pelo ideário do brasileiro. Assim, naturalizam-se todas as mazelas ligadas a alta concentração de terras, tais como a pobreza e a miséria do camponês e, conseqüentemente, viabiliza-se retrocessos, como na atual conjuntura, mesmo depois de conquistas sociais representativas.

Referências

GERMANI, G. I. **Cuestión Agraria y Asentamiento de Población em el Área Rural: La Nueva Cara de La Lucha por La Tierra.** Bahia, Brasil (1964 – 1990). (Tese de Doutorado) Barcelona: Universidad de Barcelona, 1993.

HERCE, M. **O Negócio da Cidade: Evolução e Perspectivas da Cidade Contemporânea.** Tradução de Salvador Antônio Bernardino Pane Baruja. Rio de Janeiro: Mauad X: Inverde, 2015.

LEITE, G. **Propriedade em Geral em Poucas Palavras.** Leitura & Artigo, Caderno 7, Id. 4556. Disponível em [HTTP://ambilatoriojuridico.com.br](http://ambilatoriojuridico.com.br). Acesso em 3 jan. 2017.

LUZ, V. P. da. **Curso de Direito Agrário.** Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1996.

MARCOS, V. de; FABRINI, J. E. **Os Camponeses e a Práxis da Produção Coletiva.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MOREIRA, P. A. M. S. **Resistência e Territorializações: a Moradia Camponesa, com ênfase nos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária do Estado da Bahia.** (Tese de Doutorado) PPGAU-FAUFBA, Salvador, 2017.

ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares: A Colonização da Terra e da Moradia na Era das Finanças.** São Paulo: Boitempo, 2015.

SHANIN, T. **Campesinos y Sociedades Campesinas.** México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

STÉDILE, J. P. **A Questão Agrária no Brasil: o Debate Tradicional: 1500-1960.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Sobre as autoras

Paula Adelaide Mattos Santos Moreira – Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Licenciatura em Desenho e Plástica, ambas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (1998 e 2014, respectivamente). Especialização em Gestão Informatizada em Recursos Hídricos pela UFBA (2001). Mestrado em Geografia pela UFBA (2004). Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA (2017). É servidora pública, atuando no cargo de Analista de Reforma e Desenvolvimento Agrário no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0003-0095-0121>.

Guiomar Inez Germani – Graduação em Administração de Empresas pela Universidade Estadual de Maringá (1975). Mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1982) e doutorado em Geografia pela Universidad de Barcelona (1993). Atualmente é professora aposentada e vinculada ao corpo permanente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-6583-6429>.

Como citar este artigo

MOREIRA, Paula Adelaide Matos Santos; GERMANI, Guiomar Inez. Retrocessos ou continuidade? Questão agrária e a propriedade privada no Brasil e suas repercussões na Política Nacional de Reforma agrária no estado da Bahia. **Revista NERA**, v. 24, n. 59, p. 276-290, Dossiê, 2021.

Declaração de contribuição individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelas autoras. Assim, todas as tarefas, que envolvem desde a preparação, passando pela redação e, concluindo-se na revisão, foram desenvolvidas pelas mesmas de forma plena e harmoniosa. Destaca-se que o material desenvolvido foi fruto das reflexões oriundas da tese de doutorado da autora **Paula A. M. S. Moreira**, onde a professora **Guiomar I. Germani** foi coorientadora. Além disso, ambas vem desenvolvendo a temática na pesquisa fomentada pelo CNPq denominada: “Questão Agrária, Movimentos Sociais e Assentamentos Rurais nos Territórios do Velho Chico, Litoral Sul da Bahia e Sisal”, desenvolvida junto ao Grupo de Pesquisa GeografAR, vinculado ao POSGEO UFBA.

Recebido para publicação em 20/09/2020
Aceito para a publicação em 01/06/2021

A dinâmica demográfica das famílias camponesas ampliadas nos assentamentos rurais da reforma agrária

Rômulo Luiz Silva Panta

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – João Pessoa, Paraíba, Brasil.
e-mail: romulospanta@yahoo.com.br

Ivan Targino Moreira

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – João Pessoa, Paraíba, Brasil.
e-mail: ivantarginomoreira@yahoo.com.br

Resumo

O programa de Reforma Agrária, apesar de todas suas limitações do ponto de vista estrutural e econômico, como uma política de territorialização, viabilizou o acesso à terra e o processo de reprodução do campesinato. A esta reprodução do campesinato, chamamos do processo de reprodução social ampliada do campesinato, ou seja, a capacidade de permanência e reprodução intergeracional, representada pelo segmento populacional dos agregados. Ela conforma uma moldura familiar ampliada caracterizada pela anexação das diversas células familiares, compostas pelas famílias agregadas, à unidade nuclear. Essa moldura familiar ampliada, composta pelos agregados, retroalimenta, tanto os processos reprodutivos da estrutura de produção camponesa, quanto alimenta os processos reprodutivos da estrutura capitalista, estando atrelado diretamente aos mecanismos de acumulação via assalariamento e espoliação desses trabalhadores. Na perspectiva metodológica, elegemos o método do materialismo histórico dialético, por ele nos dar possibilidade de leitura das contradições e dos movimentos contidos nas relações sociais. Como instrumento metodológico, utilizamos a pesquisa de campo realizada em seis assentamentos rurais da Reforma Agrária no município de Sapé (PB). Como resultados preliminares, verificamos que a composição das famílias, como já mencionado anteriormente, representa um congregado mais flexível no que se refere à disponibilidade das capacidades de trabalho, a ser dispendida no processo de produção e reprodução nos lotes, bem como, é subsumida no processo de acumulação, pois, ao passo que a população se reproduz, amplia-se também, a oferta da força de trabalho, pressionando para baixo os salários, bem como, constituindo-se em contingente de consumo de bens gerados pelo setor capitalista.

Palavras-chave: Dinâmica demográfica; campesinato; famílias ampliadas; reforma agrária

The demographic dynamics of the peasant families expanded in rural settlements of agrarian reform

Abstract

The Agrarian Reform program, given all its limitations from the structural and economic point of view, as a policy of territorialization, enabled access to land and the peasantry reproduction process. This reproduction of the peasantry, we call, from Oliveira (1987), the process of enlarged social reproduction of the peasantry, that is, the capacity for permanence and intergenerational reproduction, represented by the population segment of the aggregates, and it forms an enlarged family frame characterized by annexation of the various family cells, composed of the aggregated families at the nuclear unit. This family frame enlarged, composed of the aggregates, feeds back, both the reproductive processes of the structure of peasant production, and feeds the reproductive processes of the capitalist structure, being directly linked to the mechanisms of accumulation via wage and plunder of

these workers. In the methodological perspective, we chose the method of dialectical historical materialism, which gives us the possibility of reading the contradictions and movements contained in social relations. As a methodological instrument, we used field research carried out in six rural agrarian reform settlements in the municipality of Sapé (PB). As previous results, we verified that the composition of the families, as already mentioned above, represents a more flexible group in what concerns the availability of work capacities, to be spent in the production and reproduction process in the lots, as well as, it is subsumed in the accumulation process, because, as the population reproduces, the supply of labor power also expands, controlling wages downwards, as well as constituting a contingent of consumption.

Keywords: Demographic dynamics; peasantry; extended families; land reform

La dinámica demográfica de las familias campesinas ampliadas en asentamientos rurales de reforma agraria

Resumen

El programa de Reforma Agrária, apenar de todas sus limitaciones desde el punto de vista estructural y económico, como una política de territorialización, posibilitó el acceso a tierra y el proceso de reproducción del campesinado. A esta reproducción la llamamos de proceso de reproducción social ampliada del campesinado, es decir, la capacidad de permanencia y reproducción inter-generacional, representada por el segmento poblacional de los “agregados”. Ella conforma un marco familiar ampliado caracterizado por la anexión de diversas células familiares, compuestas por las familias “agregadas” a la unidad nuclear. Este marco familiar ampliado, compuesto por los “agregados”, retroalimenta tanto los procesos reproductivos de la estructura de producción campesina, como alimenta los procesos reproductivos de la estructura capitalista, y está vinculado directamente a los mecanismos de acumulación por el camino de la contratación y expropiación de esos trabajadores. Desde la perspectiva metodológica, escogimos el método del materialismo histórico y didáctico, por posibilitarnos leer las contradicciones y los movimientos contenidos en las relaciones sociales. Como instrumento metodológico utilizamos la investigación de campo en seis asentamientos rurales de la Reforma Agraria en el municipio de Sapé (PB). Como resultados preliminares, verificamos que la composición de las familias, como ya mencionado, representa un aglomerado más flexible a lo que se refiere a la disponibilidad de las capacidades de trabajo, a ser gastadas en el proceso de producción y reproducción de las parcelas, así como, es sub-sumida en el proceso de acumulación, pues al paso que la población se reproduce, se amplía también la oferta de fuerza de trabajo, presionado hacia abajo los sueldos, así como, constituyendo un contingente de consumo generado por el sector capitalista.

Palabras clave: Dinámica demográfica; campesinado; familias extendidas; reforma agraria

Introdução

O programa de Reforma Agrária, apesar de todas suas limitações do ponto de vista estrutural e econômico, como uma política de territorialização, viabilizou o acesso à terra ao campesinato. A partir da terra, que se constitui como o processo de materialização do campesinato enquanto sujeito social vivo diante das contradições do modo de produção capitalista, ele passou a decidir sobre os problemas, sobre suas dinâmicas reprodutivas, e desenvolveu, mesmo que de forma subordinada, sua autonomia.

No processo de reprodução, o campesinato orientou, além de sua produção, o processo de conformação do segmento intergeracional, ou seja, a permanência das famílias formadas pelos filhos. A este processo chamamos, a partir de Oliveira (1987), de reprodução social ampliada do campesinato, a capacidade de materialização da permanência dos filhos, ainda em condição camponesa.

O processo de permanência intergeracional nos assentamentos remete-se à conformação de um segmento populacional representado pelas famílias dos agregados que se anexam à unidade nuclear, conformando uma moldura familiar ampliada do campesinato. A conformação e permanência desta moldura familiar remetem à dinâmica contrária ao seu par oposto, isto é a expropriação, e ressignifica a compreensão clássica ortodoxa sobre o desaparecimento do campesinato.

O segmento populacional intergeracional, por sua vez, retroalimenta tanto os processos reprodutivos da estrutura de produção camponesa, quanto alimenta os processos reprodutivos da estrutura capitalista, estando atrelado diretamente aos mecanismos de acumulação via assalariamento e espoliação desses trabalhadores. Desse modo, este segmento está envolto em duas dinâmicas geográficas: a da permanência, caracterizada pelos mecanismos de resistência e reprodução social interna, e a da mobilidade, caracterizada pelo movimento da mobilidade territorial do trabalho.

Na perspectiva metodológica, elegemos o método do materialismo histórico dialético, por ele nos dar possibilidade de leitura das contradições e dos movimentos contidos nas relações sociais. Como instrumento metodológico, utilizamos a pesquisa de campo que foi realizada nos assentamentos rurais da Reforma Agrária: Santa Helena, Rainha dos Anjos, Boa Vista, Nova Vivência, XXI de Abril e Padre Gino, todos localizados no município de Sapé (PB), região canavieira da Zona da Mata Paraibana.

Foram pesquisadas 68 (sessenta e oito) famílias, das 227 (duzentas e vinte e sete), que continham a dinâmica de ampliação do contingente demográfico e compunham a moldura familiar ampliada. As áreas de assentamentos do município supracitado foram eleitas tendo em vista que, após alguns estudos exploratórios, verificamos que o acesso à terra, via lotes, se constituía o primeiro passo para o processo reprodutivo das famílias camponesas, entre eles o processo de reprodução demográfica, caracterizada pela ampliação das famílias. Contudo, o fato das famílias estarem assentadas não arrefeceu as contradições capital versus trabalho, pelo contrário. Ao passo que as estruturais sociais, não necessariamente capitalistas, desenvolvem suas forças produtivas em seu processo de reprodução social, reproduz concomitante a estrutura dominante.

Compreender quais os mecanismos contidos neste processo e as contradições inerentes ao mesmo, se torna objeto desta investigação. Este trabalho, que se refere a parte de nossa tese de doutorado, tem como objetivo analisar o processo da reprodução

intergeracional do campesinato a partir das dinâmicas da permanência e da mobilidade territorial do trabalho. A seguir, apresentaremos as intersecções teóricas que possibilitam a leitura eleita deste processo.

Referencial teórico e discussões

A família camponesa é compreendida não somente como um conjunto de pessoas que vivem na terra, mas, como um composto demográfico de racionalidade econômica e social centrada a partir de sua dinâmica interna da coletividade vivida. Assim, é impossível dissociar o conceito e o conteúdo do campesinato, como um sujeito impessoal, um trabalhador isolado. Ele, enquanto coletivo demográfico, é formado por um conjunto de famílias, que, a partir do trabalho, conduz o processo produtivo e reprodutivo da unidade de produção sobre uma base territorial. Sobre isto Costa e Carvalho comentam:

O campesinato é o conjunto de famílias camponesas existentes em um território. As famílias camponesas existem em territórios isto é, no contexto de relações sociais que se expressam em regras de uso (instituições) das disponibilidades naturais (biomas e ecossistemas) e culturais (capacidades difusas internalizadas nas pessoas e aparatos infraestruturais tangíveis e intangíveis) de um dado espaço geográfico politicamente delimitado (COSTA, CARVALHO, 2016 p. 23).

Desse modo, as famílias camponesas possuem uma dinâmica singular, que nos permite compreender o processo de composição e reprodução do campesinato. Chamamos de famílias camponesas ampliadas, o desenho demográfico caracterizado pela capacidade da reprodução socioterritorial de caráter intergeracional. A primeira geração é composta pelos assentados, beneficiários da Reforma Agrária, e a segunda geração, é composta pelos agregados, que são famílias que estão atreladas do ponto de vista socioterritorial e reprodutivo à unidade de produção.

As famílias camponesas ampliadas se constituem células produtivas e protetivas, para seus integrantes, bem com os e caracterizam como um contingente potencial que produz sua própria socioterritorialidade. Uma socioterritorialidade concreta, construída a partir do acesso à terra, que se caracteriza como espaço de trabalho, de morada e de vida. Neste sentido, o contingente familiar ampliado, a partir do uso coletivo da terra, das técnicas peculiares de produção e aproveitamento do solo, e da quantidade de trabalho coletivo dispendido nela, capacitam a unidade de produção camponesa em suas feições econômicas e sociais. Essa moldura familiar se constitui em um contingente de força de trabalho utilizada para regular as tensões socio-reprodutivas. Destacamos que a coletividade produtiva, a capacidade ampliada de captação de rendas, interna e externamente, estabelecidas pela quantidade ampliada de trabalho contida e desenvolvida pelas famílias,

resulta em mecanismos unificadores do campesinato e promove sua reprodução socioterritorial em caráter intergeracional

Para amplificar nossa compreensão sobre o processo de reprodução camponesa intergeracional e a dinâmica socioterritorial que está contida neste processo, trazemos o referencial de Oliveira (1987). O autor compreende a dinâmica intergeracional pelo campo reprodutivo, ou seja, pelo processo orientado a partir do atendimento das necessidades de razão social e econômica das gerações que compõem o campesinato a partir do uso integrado do território e do conjunto articulado de estratégias internas, que lhes permitirão condições financeiras mais estáveis, possibilitando assim, a reprodução e permanência camponesa em uma perspectiva intergeracional.-se. Nas palavras do autor:

Em geral, o processo de reprodução da produção camponesa é simples, o que significa dizer que o camponês repõe, a cada ciclo, a atividade produtiva, os meios de produção e a força de trabalho para a repetição pura e simples dessa atividade produtiva. E esse processo de reposição pode se dar por meios da produção direta ou por meio da troca monetária. Quando o camponês já está em situação privilegiada no mercado, ele pode acumular dinheiro, como produto do trabalho familiar, e assim procurar garantir para os filhos a possibilidade de também reproduzirem-se como camponeses, e, com isso, assegurar o processo de reprodução ampliada do camponês (OLIVEIRA, 1987, p. 71).

Na compreensão do autor, estamos diante do processo de reprodução ampliada do campesinato. Este processo decorre da reunião das atividades desenvolvidas pelos camponeses na sua atividade econômica doméstica, combinadas com outras atividades, que possam gerar maior volume de recursos em dinheiro e assim ser capaz de possibilitar a permanência intergeracional da população no campo.

A (re)produção familiar camponesa é determinada, de um lado, pela quantidade disponível de força de trabalho e, por outro lado, pela necessidade de consumo da unidade familiar. Assim, o tamanho populacional da família é elemento chave para o entendimento da racionalidade do seu processo reprodutivo. Este por sua vez, é conduzido pelo balanço estabelecido entre trabalho e as necessidades de consumo.

Esse processo se insere entre os mecanismos internos na busca de sempre reestabelecer o equilíbrio entre a quantidade de trabalho contida na unidade familiar e as suas necessidades de consumo. Esta perspectiva possui alinhamento com as teses da dinâmica da economia interna do campesinato de Chayanov (2014), cujo fundamento basilar é a racionalidade interna da diferenciação demográfica, o que tributa à unidade de produção ocupada pelas famílias ampliadas uma razão produtiva e econômica própria.

Neste sentido, as famílias camponesas ampliadas possuem uma dinâmica singular, o que nos permite compreender o processo de composição do campesinato enquanto coletivo demográfico e social de produção e de consumo e como força de trabalho coletiva

em potencial. As famílias camponesas ampliadas, em suas estruturas de relacionamento com as esferas sociais, territoriais e produtivas, se apresentam como categorias para as análises propostas por este trabalho.

Nos assentamentos pesquisados, 42% dos lotes possuem a dinâmica da reprodução e anexação das famílias agregadas à célula nuclear, que compreende o desenho familiar ampliado. Das 545 (quinhentas e quarenta e cinco) famílias assentadas, 227 (duzentas e vinte e sete) famílias possuem a moldura ampliada. Essas famílias ampliadas são constituídas, em média, por 4 (quatro) células familiares, contendo 11 (onze) pessoas em sua formação, entre parentes consanguíneos ou não.

A fertilidade deste contingente populacional é determinada pela sua naturalidade social. “Ela visa a produção doméstica de valores de uso para rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho”. Assim, “o tamanho da família é um resultado do seu padrão reprodutivo” (OLIVEIRA, 1977, p. 159). Desse modo, acrescenta Oliveira:

No campo, ali onde a penetração do capital não submeteu ainda totalmente a esfera da produção, [...] o aumento da fertilidade da força de trabalho desempenhará o papel de fazer crescer a oferta de trabalho. Se as condições de acesso à terra não estiverem bloqueadas, a reprodução da família camponesa ou semicamponesa se dará na forma tradicional: seja pelo aumento das extensões cultivadas na mesma unidade, seja pela cissiparidade das famílias com a constituição de novas unidade produtivas (OLIVEIRA, 1977, p. 157).

A ampliação populacional intergeracional se deu de acordo com as necessidades peculiares de transformações sociais, históricas e econômicas vividas nos próprios assentamentos pelos beneficiários da política agrária. Essas unidades socioterritoriais requeriam, na época de sua constituição, uma maior disposição de força de trabalho para fomentar o processo de desenvolvimento da produção e suprir as necessidades estruturais do período de territorialização, a exemplo da construção da moradia, do preparo da terra, do plantio e dos tratamentos culturais.

Do mesmo modo, a incorporação desse excedente da força de trabalho, formado pela reprodução social intergeracional camponesa, atendeu também, estrategicamente, as necessidades de braços para o trabalho durante o processo de desenvolvimento dos projetos de fomento à produção dos assentamentos, a exemplo do PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar), e posteriormente, com o surgimento dos programas de comercialização e abastecimento na década dos anos 2000, como PAA e PNAE (FIGUEIREDO e MOREIRA, 2019).

Essa forma de organização social das famílias, de certo modo, representa “a garantia de sobrevivência no presente, as relações no interior da família camponesa têm como referência o horizonte das gerações, isto é, um projeto para o futuro”. Um dos aspectos essenciais da organização camponesa entre as famílias, “é a expectativa de que

todo investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção, pelas gerações anteriores e atual, possam vir a ser transmitido à geração seguinte” (WANDERLEY, 1996, p. 4). Contudo, dado o tamanho da terra (lotes) limitados, e a pressão demográfica exercida pela ampliação familiar e do número de bocas para alimentar, a alternativa, para colocar a unidade de produção e a família em equilíbrio, é lançar a força de trabalho ampliada na captação de rendas.

Neste sentido, para realizarmos uma leitura que pudesse compreender as contradições do processo de reprodução social ampliada do campesinato, trazemos as intersecções da teoria da população de Marx (2008), tendo em vista sua construção se alicerçar sobre a compreensão das peculiaridades das relações de produção que dinamizam a reprodução populacional. Assim, a partir do movimento dialético se estabelece uma totalidade de relações de produção que se conformam no composto populacional necessário ao momento histórico. Desse modo, não existe uma dinâmica, uma lei, ou padrão para o processo reprodutivo populacional, este se dá mediante as necessidades centrífugas atreladas às exigências centrípetas que são determinadas pelo grau de desenvolvimento econômico e social.

Já comentava Marx (2008), que “as leis que as ciências históricas – todas as ciências não naturais- podem chegar são leis históricas, porque cada período rege suas próprias leis”. Ou seja, as leis econômicas são produtos históricos e multáveis, “manifestam-se enquanto duram as relações que exprimem”. (MARX, 2008, p. 23). Nessa mesma direção situa-se a crítica de Marx à teoria populacional de Malthus ao afirmar que não existe uma lei geral da população, mas que cada modo de produção tem uma lei populacional que lhe é peculiar (MARX, 2008).

Assim, a partir da compreensão das peculiaridades da reprodução populacional citada por Marx (2008), efetuamos as leituras sobre a conformação e a dinâmica populacional das famílias ampliadas erigida a partir da anexação das famílias agregadas. Por tratar-se de uma forma de produção não necessariamente capitalista, as famílias ampliadas possuem particularidades próprias, ou seja, possuem suas próprias condutas organizativas, mesmo que sejam articuladas e subordinadas às estruturas dominantes do modo de produção capitalista.

Assim, “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Em certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas matérias da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes” (MARX, 2008, p. 47). Ou seja, as formações sociais são construções históricas, não uma magnitude autônoma, elas são constituídas por uma articulação de modos e formas de produção diferentes em suas dinâmicas e estruturas, mas subordinada a um modo de produção

dominante. À medida em que os modos de produção vão se modificando, a formação social também vai se alterando.

Resgatamos para fundamentar esse entendimento as contribuições de Luxemburgo (1985), onde a autora coloca que não existe no curso histórico da humanidade uma forma de produção capitalista unânime, ou seja, de funcionamento exclusivo. O que existe é uma coexistência entre as sociedades capitalistas com as sociedades não capitalistas, porém, a condição de existência destas é garantir, primeiramente, o processo de acumulação do capital.

O composto populacional ampliado em epígrafe, possui uma dialética em seu processo reprodutivo capaz de congrega um novo desenho populacional ampliado na mesma fração do território, composto pelos lotes dos assentamentos rurais da Reforma Agrária, que também atende as necessidades do grupo. Ou seja, a dinâmica populacional das famílias camponesas é conduzida por suas regras próprias, e diferentes das condicionantes capitalistas. Daí se explicar as mudanças na taxa de fecundidade de acordo com a racionalidade peculiar do processo produtivo e do uso da terra, que não estão sujeitas, em primeiro momento, às exigências do mercado, mas são subordinadas ao atendimento das necessidades da unidade familiar e, em última instância da coletividade camponesa.

As famílias podem empregar sua mão de obra de diferentes maneiras, agregando os resultados de seu trabalho para manterem-se unidas e protegerem-se de maiores danos. Em certas situações, onde a composição demográfica é elevada, e não há condições de injetar recursos externos à produção, nem equiparem-se tecnologicamente, bem como, não há possibilidade de aquisição ou acesso a mais frações do território, para reproduzirem-se, restam os mecanismos do solo (lavouras consorciadas, pousio curto), as relações de trocas de sociabilidades entre parentes e vizinhos, e venda de força de trabalho. Entre outras, são estratégias que convergem para processo de reprodução da unidade camponesa ampliada e da sociabilidade camponesa.

A composição das famílias, como já mencionado anteriormente, representa um congregado mais flexível no que se refere a disponibilidade das capacidades de trabalho, sejam elas realizadas na produção familiar para a obtenção do sustento, sejam na disposição da força de trabalho para o trabalho externo na perspectiva de obter mais renda, para a manutenção de um certo equilíbrio entre população, trabalho e renda.

Estamos diante de um processo dialético da organização produtiva camponesa. O equilíbrio que foi desestabilizado pelo processo de diferenciação demográfica, será novamente alcançado pelo próprio montante de trabalho dispendido, contido a partir do desenho ampliado da família, sendo este problema e solução para as contradições geradas

a partir da ampliação das famílias, do seu consumo e da sua capacidade de força de trabalho.

Neste sentido, a ampliação populacional é regida pelo controle social e econômico interno, onde o campesinato por possuir uma economia familiar, necessita de mais filhos, que representam mais braços do que boca. Para Costa (2014), quando a disponibilidade de terra e capital não puder ser alterada (a relação trabalho/terra+capital) por insuficiência de terra e de capital, varia apenas a partir de unidades adicionais de trabalho, visto que o grau do sofrimento do trabalho se eleva de forma mais que proporcional à variação do orçamento familiar. Segundo o autor, nesse caso, uma ampliação da força de trabalho da família conduzirá à redução do sofrimento.

Tal compreensão se aproxima aos argumentos desenvolvidos por Esther Boserup (1987) no que se refere à intensidade de trabalho dispendido pelos camponeses quando se rebatem com a questão da elevação demográfica. Para a autora, a intensidade do montante de trabalho por ano dispendido por cada trabalhador é uma correspondente queda na produtividade de trabalho medida por hora aplicada, isto é, ao lado do crescimento da produtividade por unidade de área, proporcionado pela agricultura de maior intensidade, reduzir-se-ia a produtividade por unidade de trabalho (BOSERUP, 1987).

Chayanov (1966) atenta que “o volume de trabalho das famílias depende inteiramente do número de consumidores e não de todo, do número de trabalhadores, sendo aqui considerados os idosos e as crianças”. Quanto maior a razão consumidores/produtores tanto mais alta será a intensidade do trabalho dos produtores (eles também são consumidores) (CHAYANOV, 1966, p.78).

Assim, incorporação ao processo produtivo de uma adicional força de trabalho familiar, ao passo que irá reduzir o esforço coletivo, também, convergirá na diminuição das possibilidades de ver o seu produto aumentado dada a ampliação dos consumidores. Esta compreensão é colocada por Chayanov (2014), a partir da teoria dos rendimentos decrescente, onde à medida que um “novo membro for adicionado ao conjunto da mão de obra familiar, a fração de produto suplementar que ele obtém como seu trabalho tende a zero,” e a parcela correspondente à renda individual decresce (CHAYANOV, 2014, p. 168).

Neste ponto, as famílias ampliadas enfrentam suas tensões e contradições internas resultantes da pressão demográfica exercida pelo aumento populacional. A princípio, as tensões possuem resolubilidade interna, podemos citar: a ampliação de suas capacidades produtivas, como aumento da jornada de trabalho; uso intensivo da terra; uso de mais frações de terra de parentes. Outrossim, encontram soluções externas caracterizadas pelo processo de migração, seja ela pendular, sazonal ou definitiva, caracterizando assim, o processo de subordinação da força de trabalho camponesa ao capital.

Quando as áreas rurais, não se transmutam eficazmente do ponto de vista do desenvolvimento do capital, ou seja, permanecem utilizando majoritariamente a força de trabalho familiar, elas dependem dos elementos naturais e possuem pouca capacidade de ampliação técnica em decorrência de sua limitada estrutura fundiária, como por exemplo os lotes dos assentamentos da Reforma Agrária. Nesse caso, ocorre o processo de desvio do contingente populacional excedente, que não consegue ser absorvido na unidade de produção.

Assim, comentam Moreira e Targino (1997, p. 225), que a dominação do capital sobre a agricultura torna excedente uma parcela significativa da população de trabalhadores rurais, “em decorrência da composição orgânica do capital, das mudanças nas relações sociais de produção e das transformações no uso do solo requerido pela sua metamorfose em mercadoria”. Desse modo, o desvio deste contingente se torna inevitável. E assim, a produção do valor pelo trabalho da população rural amplia o valor do trabalho não retribuído.

Neste sentido, o contingente populacional representado pelas famílias camponesas ampliadas nos assentamentos rurais da Reforma Agrária, que são objeto deste estudo, se encontra diante de um conflito direto resultante, de um lado, da pressão demográfica interna e ampliação das suas necessidades de consumo e, de outro lado, de sua limitada capacidade produtiva. O saldo originado desta tensão é o processo de migração/mobilidade da força de trabalho excedente.

Oliveira (1977, p. 149) coloca que: “os trabalhadores coabitam o coração da contradição entre sua estrutura social e econômica e o capital, como estrutura capaz de absorvê-los”. Neste sentido, “eles se submetem às férreas determinações do processo de valorização do valor”, embora em sentidos radicalmente distintos, pois, o aumento da população implica também no aumento do custo de sua reprodução.

Desse modo, o contingente populacional analisado, assume uma posição estratégica para o processo de reprodução do capital, que dada a natureza da composição familiar do trabalho, não implica, necessariamente, no processo direto de assalariamento, mas sim, no processo direto de sujeição real ao capital. Desse modo, as áreas de assentamento, se constituem, como bem coloca Singer (1973, p. 197), em “viveiros populacionais”, ou seja, fração de terras com excedente demográfico disponível ao capital a partir das relações de subsunção e da subordinação direta, como por exemplo na migração.

A migração para o campesinato é um processo “natural”, ou pelo menos naturalizado por sua constância histórica. Autores do mundo agrário como Kautsky (1986), Oliveira (1999 Garcia Junior (1989) e Batra (2011) sinalizam para o dinamismo que tem o tema no processo de recriação e reprodução do campesinato. É o veículo utilizado por ele desde condições pretéritas para equalizar as distorções do seu processo reprodutivo, que sofre influência de sua dinâmica interna e das tensões externas. É um recurso capitaneado

quando as necessidades e as condições de vida se tornam pesadas para o sustento mantido a partir de sua produção na terra

Singer (1973) vincula o processo de migração, de forma majorada, ao processo de industrialização. Esta, iniciada em sítios urbanos, atrai populações de áreas próximas, entre elas, a área rural, movidas pelo progresso técnico, pelas vantagens do ponto de vista salarial, do abastecimento e do uso dos bens e serviços. Ou seja, constituem fenômenos históricos condicionados pela manifestação das condições específicas do momento de desenvolvimento social e econômico.

Contudo, o autor coloca que, no capitalismo, as teorias sobre o processo migratório levam em consideração a magnitude dos mecanismos de mercado, ocultando a considerável manipulação política, ou seja, ela é parte do processo institucionalizado pelo capital de acelerar a acumulação (SINGER, 1973, p. 34). Este processo cria um composto demográfico cada vez mais dependente e subordinado, ou seja, se constitui como expressões humanas cada vez mais orientadas para a dependência ao capital, para se reproduzir e consumir.

Segundo o Singer (1973), as migrações podem se dar de maneira interna e externa, o que irá determiná-las será o grau do processo de desenvolvimento das forças produtivas nas frações do território. As “migrações internas são meros mecanismos de distribuição espacial e territorial das populações que impelem determinados grupos a pôr-se em movimento, inserissem no rearranjo espacial das atividades econômicas” (SINGER, 1973, p. 32).

Fazemos destaque para o movimento de migração interna, desempenhado pelos componentes das famílias agregadas, que se referem aos trabalhadores mais novos, os filhos dos assentados titulares. Assim, sinalizamos que há uma certa seletividade objetivada pelas necessidades de sustento da família agregada. Por constituírem certo número de trabalhadores que não são ocupados, e que precisam gerar renda para prover a família, dada a pressão demográfica e limitação produtiva da terra, tendem a migrar. Assim, seus membros se inserem nos processos de venda do adicional da força de trabalho em atividades paralelas e acessórias.

O movimento de migração interna corresponde ao processo de trabalho sazonal, em épocas de safra da cana de açúcar ou do abacaxi (no caso específico de Sapé), considerado como período de assalariamento regular. Pode também ocorrer de forma pendular no próprio assentamento, nas fazendas, nos sítios circunvizinhos, ou mesmo, nas cidades. Isso imprime ainda mais a insegurança no processo de reprodução, visto que se constitui uma força de trabalho volante, disponível, em oferta para o capital, sem regularidade, ou seja, flutuam na insegurança das relações de trabalho. Contudo, este

movimento garante maior flexibilidade onde os trabalhadores podem combinar os diferentes trabalhos na obtenção de mais renda.

No que se refere ao processo migratório externo, este assume um caráter mais radical, do ponto de vista da estrutura socioeconômica na qual os trabalhadores estão inseridos. Ele ocorre quando as condições de combinação entre os arranjos internos e externos não conseguem mais materializar a sustentação das famílias. Após verificação em pesquisa de campo, este processo é encabeçado pelos trabalhadores mais novos das famílias agregadas, o que é uma característica quase total do fenômeno observado. Vale salientar que, neste processo, a moldura da família ampliada é energicamente modificada, visto que a migração que se dá em primeira leva, por um filho, que é componente da família nuclear. Só depois do seu estabelecimento, irá sua família, contudo, ainda ficam as demais famílias, já que esta moldura familiar é composta em média por três células familiares.

Em primeiro momento, esta fração populacional migra para as cidades circundantes, geralmente de pequeno porte. Singer (1973) coloca que este processo remete à conformação de um proletariado com pouquíssimos recursos, que os leva à incorporação em atividades de baixa remuneração, e assim, acentuando o processo de estagnação do desenvolvimento econômico das cidades menores que pelo fato de pressão baixista dos salários locais, não tributa vigor ao processo de acumulação. Ressaltamos que, neste processo, o laço com a terra e com a produção não foi rompido, nas épocas de safra, ou de demanda de trabalho essa fração da população volta a se incorporar ao processo produtivo da unidade familiar, mesmo que nos hiatos do seu tempo disponível.

Contudo, a decadência econômica, do ponto de vista produtivista do capital nas cidades pequenas, limita e sua capacidade de absorção do contingente populacional supracitado, inaugura-se o segundo momento do processo de migração, que se refere à migração para os centros urbanos maiores, industrializados, que possuem fluxos produtivos capazes de maiores rendimentos, o que atrai/suga essa fração populacional. Neste processo, o capital atrai fluxos de força de trabalho a espaços que possibilitam uma maior taxa de acumulação.

Assim, estes camponeses estão imersos em um movimento de acumulação primitiva permanente do interior dos territórios rurais, que dada a incapacidade de sustento das famílias ampliadas, estas são de certo modo, obrigadas a deixar a terra, nem que seja por um período médio de tempo, e inserirem-se nas atividades da economia urbana. Esse processo de inserção não implica necessariamente no assalariamento em ocupações formais, já que nem toda a oferta de trabalho é aproveitada formal e estrategicamente pelo sistema dada a fulcral necessidade capitalista de manutenção do exército de reserva. Contudo, em sua maioria, o impulso para o processo de migração externa implica no

aniquilamento dos seus meios e seus modos de vida. Neste movimento, a expropriação é fenômeno inevitável.

Assim, como este processo de migração externa, em maioria, assume um caráter permanente, o movimento afetará diretamente o processo produtivo na parcela rural, aqui em específico, os lotes da Reforma Agrária¹. Com a diminuição da disponibilidade da força de trabalho, que foi migrada, e, devido às limitações técnicas e financeiras, a produtividade na área rural tende a cair, não sendo capaz de gerar um excedente comercializável. Toda a produção, como já sinalizada antes neste trabalho, é vertida ao autoconsumo.

O consumo das famílias é diretamente determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas, pela sua capacidade de gerar renda. Assim, o movimento de migração irá rebaixar o valor do seu produto pela sua aliança com o fundo de subsistência da família camponesa que se acentua, sendo assim, necessária a recomposição orçamentária. Neste momento, temos a característica peculiar do fenômeno, a migração dos próprios assentados titulares, cujos componentes, ainda em idade produtiva é propícia ao trabalho (neste caso, não se inserem os aposentados, mesmo porque já tem obtenção de renda fixa), mesmo sendo possuidores dos meios de produção, dada a cadência produtiva e a pressão demográfica exercida pelo composto populacional das famílias, estes retomam as atividades laborais paralelas às atividades agrícolas de forma combinada ao seu processo reprodutivo.

Neste sentido, compreendemos que os camponeses e suas famílias estão inseridos em uma cinemática social constante, compreendida pelos movimentos de expulsão com o processo de desenvolvimento do capitalismo. Quando esse processo de exploração atinge um nível acentuado, os movimentos socioterritoriais e de luta por terra e Reforma Agrária se insurgem e se territorializam, a partir dos assentamentos rurais o que possibilita a reprodução camponesa. Contudo, dadas as condições centrípetas do desenvolvimento capitalista, a força de trabalho contida no processo de reprodução social camponesa, é seguida subordinada e absorvida pelo capital, o que leva novamente à expulsão, a partir da migração caracterizada pela mobilidade espacial do trabalho.

Desse modo, diante do que já foi explanado e da própria dialética do movimento populacional do campesinato, compreendemos que a população camponesa, aqui evidenciada pelas famílias agregadas que compõem a moldura ampliada, é um saldo para o capital, apropriado tanto por sua permanência como por sua mobilidade.

¹ A força de trabalho migrada exigirá, que no período de produção, seja contratada uma força adicional de trabalho, o que resultará em despesas a serem descontada do valor da produção, bem como, comprometerá a organização interna e realização dos programas de comercialização, a exemplo do PAA, que necessita da constância de força de trabalho. Outro aspecto, de ordem demográfica, decorre do fato de que com o envelhecimento da população titular, beneficiária do programa de Reforma de Agrária, a migração do segmento intergeracional pode levar ao processo de descampesinação.

As famílias agregadas estão envoltas em uma dinâmica econômica e social, que retroalimenta as estruturas produtivas camponesa e capitalista, sendo esta última, grande beneficiada por esta moldura, pois se apropria dela para ampliar sua taxa de acumulação a partir dos diversos mecanismos, sejam eles, pela absorção do resultado do trabalho familiar, pela migração ou pelo próprio processo de assalariamento.

Considerações finais

Em suma, compreendemos que a unidade camponesa de produção familiar, tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas, sua própria dinâmica, e seu próprio significado primordial que não desaparece, a exemplo do caso abordado da ampliação das famílias. Por isso, sob certas condições, a economia camponesa parece ser mais eficiente do que economias não-camponesas.

Os membros da família e o modelo familiar básico de bem-estar econômico estão envolvidos de forma particular, num sistema de uso do trabalho. Daí a sua capacidade para resolver problemas que outros tipos de economias não resolveriam de uma maneira tão eficaz e pouco dispendiosa, o que para o capitalismo seria uma contradição.

Entretanto, no capitalismo, a própria elevação de um determinado contingente populacional, seja ela ocorrida em formas sociais não capitalistas, ou não, representará ou convergirá ao seu processo de acumulação, pois, ao passo que a população se reproduz, se amplia também a oferta da força de trabalho, pressionando para baixo os salários, bem como, constituindo-se um contingente de consumo adicional para a produção capitalista. A ampliação das famílias, da mesma maneira que amplia a capacidade de recreação e permanência do campesinato, igualmente amplia a oferta de trabalho e seu custo de consumo, resultando no acréscimo da taxa de mais valia.

Assim, mesmo em sociedade de economia “natural”, ou seja, de reprodução simples, a exemplo dos camponeses, a reprodução crescente da população contribuirá para o processo de acumulação capitalista. Estes, apesar de formas sociais diferentes da formação social capitalista, não estão descolados da sociedade, pelo contrário, encontram-se subordinados, mesmo com toda sua criatividade para superar as cercas impostas pelo capital. Contudo, suas territorialidades devem ser reconstruídas diariamente, na luta pela sobrevivência e na busca de sua autonomia. Esta luta se dá em coletividade, desse modo, o desenho ampliado do campesinato, mesmo que subordinado, também pode apontar para o processo de emancipação construído pelas mãos dos que trabalham.

Referências

BATRA, Armando. **Os novos camponeses**: leituras a partir do México profundo. São Paulo: Cultura Acadêmica, Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

BOSERUP, Ester. **Evolução agrária e pressão demográfica**. São Paulo: Editora Hucitec, Editora Polis, 1987.

CHAYANOV, Alexander V. **The Theory of Peasant Economy**. Homewoods- Illinois: The American Economic Association, 1966.

CHAYANOV, Alexander V. Teoria dos sistemas econômicas não capitalistas (1924). In: CARVALHO, Horácio Martins de. **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

COSTA, Francisco de Assis. Chayanov e a especificidade camponesa. In: CARVALHO, Horácio Martins de. **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

COSTA, Francisco de Assis. CARVALHO, Horácio Martins. Campesinato. In: Stedile, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**: interpretações sobre o camponês e o campesinato. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

FIGUEIREDO, Nayana Ruth Manguiera de; MOREIRA, Ivan Targino. Estado, políticas públicas e territórios rurais. **Okara**: geografia em debate. João Pessoa, v. 13, p. 76-95, 2019 Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/article/view/29899> Acesso em: 27 de dezembro de 2019.

GARCIA JUNIOR, Afrânio. **Sul**: Caminho do roçado. São Paulo: Editora Marco Zero, 1989.

KAUTSKY, Karl. **A questão Agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de capital**. Contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **Território e Migração**: discussão conceitual na Geografia. São Paulo: USP, (mimeo), 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **Anais do XX Encontro anual da ANPOCS**, Caxambu, 1996.

Sobre os autores

Rômulo Luiz Silva Panta – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba (2007); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (2015). Atualmente é professor efetivo da rede pública do estadual do Estado da Paraíba. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0001-5600-640X>.

Ivan Targino Moreira – Graduação em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (1974); Graduação em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (1974); Mestrado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (1978); Doutorado em Economia pela Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne (1982); Pós-doutorado em Economia pela Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne (2004); Professor Titular da Universidade Federal da Paraíba. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-2948-2926>

Como citar este artigo

PANTA, Rômulo Luiz Silva; MOREIRA, Ivan Targino. A dinâmica demográfica das famílias camponesas ampliadas nos assentamentos rurais da reforma agrária. **Revista NERA**, v. 24, n. 59, p. 291-306, Dossiê, 2021.

Declaração de contribuição individual

Declaro para os devidos fins, na condição de primeiro autor, que o artigo intitulado: “a dinâmica demográfica das famílias camponesas ampliadas nos assentamentos rurais da reforma agrária”, submetido a esta revista, trata-se de uma pesquisa a nível de pós-graduação, sob orientação do professor Dr. **Ivan Targino Moreira**. A construção do artigo foi realizada em parceria. A mim, **Rômulo L. S. Panta** coube a pesquisa bibliográfica, o desenvolvimento teórico-conceitual e escrita, ao **Ivan Targino Moreira**, coube a orientação do referencial teórico, a pesquisa dos dados numéricos e tabulação dos resultados.

Recebido para publicação em 20/09/2020
Aceito para a publicação em 03/06/2021

Agricultura marginal e vulnerabilidade camponesa: um estudo de caso com trabalhadores acampados às margens da BR-104, entre as cidades alagoanas de União dos Palmares e Murici

Ronaldo Rodrigues de Melo Junior

Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) – União dos Palmares, Alagoas, Brasil.

e-mail: ronaldorodriguesdemelojunior@hotmail.com

Leandra Lourenço Domingos

Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) – União dos Palmares, Alagoas, Brasil.

e-mail: leandrajufra@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho propõe um debate em torno da questão agrária em Alagoas, a partir de um estudo de caso com as famílias acampadas às margens da BR-104, entre as cidades de União dos Palmares e Murici. Trata-se do resultado de uma pesquisa realizada por intermédio do Programa de Iniciação à Pesquisa Científica – PIBIC, da Universidade Estadual de Alagoas, com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL. O estudo foi realizado sob a orientação do Prof. Dr. Reinaldo Sousa, coordenador do Grupo de Estudos Territoriais – GETERRI. A opção de método, aqui compreendida como uma forma particular de como enxergamos a realidade, foi o materialismo histórico-dialético. Enquanto por metodologia, optamos por uma pesquisa do tipo bibliográfica acompanhada do trabalho de campo. A categoria geográfica utilizada em nosso trabalho foi o território. E, por fim, os resultados apontaram para uma grande vulnerabilidade social dos sujeitos envolvidos nesta pesquisa.

Palavras-chave: Questão agrária; vulnerabilidade; camponeses.

Marginal agriculture and peasant vulnerability: a case study with workers camped on the banks of BR-104, between the Alagoas cities of União dos Palmares and Murici

Abstract

This paper proposes a debate on the agrarian issue in Alagoas, based on a case study with families camped along the banks of the BR-104, between the cities of União dos Palmares and Murici. This is the result of a research carried out through the Scientific Research Initiation Program - PIBIC, from the State University of Alagoas, with funding from the Research Support Foundation of the State of Alagoas - FAPEAL. The study was carried out under the guidance of Prof. Dr. Reinaldo Sousa, coordinator of the Territorial Studies Group - GETERRI. The method option, understood here as a particular way of seeing reality, was historical-dialectical materialism. While by methodology, we opted for a bibliographic research accompanied by fieldwork. The geographical category used in our work was the territory. And, finally, the results pointed to a great social vulnerability of the subjects involved in the research.

Keywords: Agrarian question; vulnerability; peasants.

Agricultura marginal y vulnerabilidad campesina: un estudio de caso con trabajadores acampados a orillas de la BR-104, entre las ciudades alagoanas de União dos Palmares y Murici

Rev. NERA	Presidente Prudente	v. 24, n. 59, pp. 307-323	Dossiê – 2021	ISSN: 1806-6755
-----------	---------------------	---------------------------	---------------	-----------------

Resumen

Este documento propone un debate sobre el tema agrario en Alagoas, basado en un estudio de caso con familias acampadas a lo largo de las orillas de la BR-104, entre las ciudades de União dos Palmares y Murici. Este es el resultado de una investigación realizada a través del Programa de Iniciación de Investigación Científica - PIBIC, de la Universidad Estatal de Alagoas, con fondos de la Fundación de Apoyo a la Investigación del Estado de Alagoas - FAPEAL. El estudio se realizó bajo la guía del Prof. Dr. Reinaldo Sousa, coordinador del Grupo de Estudios Territoriales - GETERRI. La opción del método, entendida aquí como una forma particular de ver la realidad, era el materialismo histórico-dialéctico. Mientras que por metodología, optamos por una investigación bibliográfica acompañada de trabajo de campo. La categoría geográfica utilizada en nuestro trabajo fue el territorio. Y, finalmente, los resultados apuntaron a una gran vulnerabilidad social de los sujetos involucrados en la investigación.

Palabras clave: Cuestión agraria; vulnerabilidad; campesinos.

Introdução

O debate em torno da questão agrária em Alagoas não é uma tarefa das mais simples. Trata-se de uma discussão complexa, que envolve diversos fatores e os mais variados problemas. Um desses problemas diz respeito à ausência de uma ampla reforma agrária, o que contribui para numerosos casos de marginalização no campo brasileiro. E no estado em questão, não é diferente. Afinal, estamos diante de um sistema perverso, que se consolidou ao longo do processo de formação econômica e territorial pela subjugação dos mais fracos, por uma oligarquia agrária e uma intensa concentração fundiária.

Desta forma, conhecer o processo histórico da formação social e o uso da terra em Alagoas é fundamental para a compreensão de um importante debate da atualidade: a desigualdade social no campo, materializada na produção e no uso desigual do espaço agrário. Ali, uma minoria concentra a maior parte das terras agricultáveis, objetivando a sua apropriação para fins especulativos ou para abastecimento do mercado internacional. E, conseqüentemente, contribuem para a marginalização dos desprovidos do capital de possuírem um pedaço de terra para prover a sua própria subsistência, restando assim a ocupação de “territórios marginais”. Dentre esses, os próximos das rodovias federais.

Este problema está presente não apenas no estado de Alagoas, mas também em outras unidades da federação, a exemplo do estudo de caso de Alves (2015), titulado Agropecuária de beira de estrada em Sergipe: um estudo da BR-235, sob a orientação do Prof. Dr. Marco Antônio Mitidiero Junior, que aborda a questão no estado de Sergipe. Para a autora,

[...] a produção agropecuária nas faixas de domínio da União sob tutela do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT) e da Polícia

Rodoviária Federal (PRF) ou a chamada “agricultura de beira de estrada”, revela a necessidade de acesso a terra por sujeitos pobres e sem terras do campo e da cidade. A explicação para tal fenômeno não pode ser buscada apenas na modernização e tecnificação de parte das grandes propriedades, mas, principalmente, na aquisição das terras por latifundiários que visam utilizá-las como reserva de valor, como instrumento de especulação e como recurso do poder político (ALVES, 2015, p. 17).

Destarte, o presente trabalho propõe analisar como se dá o acesso e o uso das terras nos acostamentos da rodovia na BR-104, entre as cidades de União dos Palmares e Murici, no estado de Alagoas. O trabalho foi resultado de uma pesquisa realizada por intermédio do Programa de Iniciação à Pesquisa Científica – PIBIC, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL, sob a orientação do Prof. Dr. Reinaldo Sousa, coordenador do Grupo de Estudos Territoriais – GETERRI, da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. É importante ressaltar que a presente pesquisa foi inspirada na dissertação da Prof.^a Me. Renata Bastida Alves (2015), da Universidade Federal de Sergipe – UFS, como citada anteriormente, a qual analisou o uso do recorte espacial de quatro municípios sergipanos ao longo das margens da BR-235 neste estado.

A opção de método, entendida aqui como uma forma particular de como enxergamos a realidade, foi o materialismo histórico-dialético, por acreditarmos ser o mais eficaz para compreensão das contradições da estrutura agrária alagoana. Conforme Lakatos e Marconi (2003, p. 107), o materialismo histórico-dialético busca:

[...] investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. Seu estudo, para uma melhor compreensão do papel que atualmente desempenha na sociedade, deve remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações.

Enquanto metodologia, optamos por uma pesquisa do tipo bibliográfica. Isto porque a nossa compreensão é a de que “[...] o correto uso de teorias, conceitos ou categorias explicativas, ainda que já usadas numa dada realidade, pode sugerir novas possibilidades em outra dada realidade histórica ou espacial” (SOUSA, 2017, p. 31). Por ser a agricultura de beira de estrada um tema pouco abordado no estado e, conseqüentemente, com pouco referencial disponível, optou-se, também, por uma investigação quantitativa, com dados colhidos a partir de um trabalho de campo.

Para tanto, foram aplicados 39 questionários semiestruturados que permitiram a coleta de informações sobre a realidade do objeto de estudo. É importante, pois, lembrar que “[...] o trabalho de campo é uma ferramenta de suma importância para o

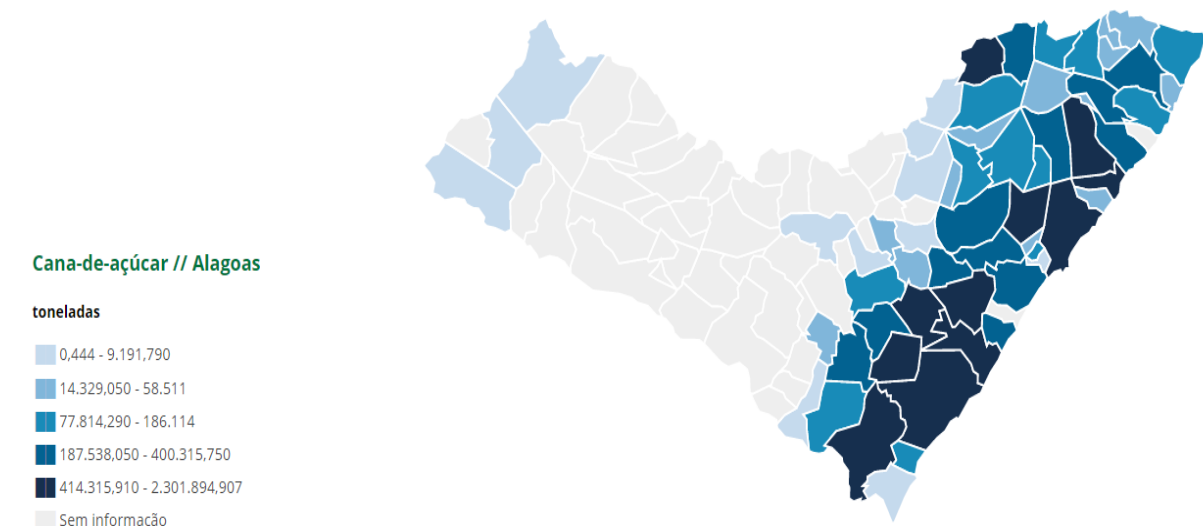
desenvolvimento das pesquisas de caráter geográfico e é através dessa ferramenta que se chega aos resultados dos dados empíricos coletados em campo” (ALVES, 2015, p. 19).

A categoria geográfica utilizada no trabalho foi o território. Essa categoria, mais do que um espaço físico determinado, “[...] é formado por un conjunto complejo de relaciones sociales, de producción [...] que se establecen entre los hombres, y entre estos y la naturaleza, con un grado mayor o menor de integración a entidades sociales más amplias hasta la sociedad en su conjunto.” (ALBELO, 2005 apud SOUSA, 2017, p. 33).

Uma breve contextualização da estrutura fundiária e as consequências para o campesinato em Alagoas

A historiografia do estado de Alagoas se entrelaça com a própria história do cultivo de cana-de-açúcar. Afinal, “[...] a colonização e posterior povoamento desta parte do Brasil sempre esteve ligado a esta cultura agrícola” (SOUSA, 2017, p. 2). A economia alagoana desenvolveu-se baseada na exploração da mão-de-obra escrava para o plantio da cana-de-açúcar em latifúndios para a exportação. Assim, a sua formação socioeconômica não difere dos outros estados nordestinos, onde predominou uma forte concentração fundiária (CARVALHO, 2009). A figura 1 possibilita uma visão espacial deste domínio.

Figura 1: Espacialização da produção de cana-de-açúcar em Alagoas



Fonte: IBGE/Censo Agro 2017.

A consolidação da estrutura fundiária em Alagoas, marcada historicamente pela concentração, definiu os donos e os excluídos da terra ao longo da história. As políticas fundiárias, elencadas com o passar do tempo, sempre beneficiaram os grandes latifundiários

em detrimento de outras categorias, dentre elas o campesinato. Assim, estabeleceu-se uma divisão de classes sociais: “[...] os proprietários, que lucram com a produção das terras, e os trabalhadores, que cumprem ordens e recebem um salário pelo serviço que prestam.” (CARVALHO E GONÇALVES, 1998, p. 20).

Com o advento do Neoliberalismo, no final do século passado, muitos estados brasileiros se viram obrigados a reestruturarem o seu sistema produtivo para a nova lógica capitalista, uma verdadeira desregulamentação do Estado no mercado (SOUSA, 2017). Em Alagoas, isso vai culminar na desativação de muitas pequenas usinas, além de provocar uma maior concentração na produção canavieira nas mãos de poucos grupos empresariais. Verificou-se, assim, uma concentração natural do capitalismo, ou seja, o “[...] capital maior engole o do capital menor” (REZENDE FILHO, 1995). Desta forma, as pequenas usinas e propriedades camponesas foram adquiridas pelos grandes grupos empresariais e latifundiários.

Com a mercantilização da terra, observou-se uma luta pela posse e pelo controle desse bem tão essencial para a vida humana. De um lado, o grupo dos que necessitam da terra para prover sua própria subsistência. De outro, aqueles que desejam a sua apropriação para fins meramente especulativos (MELO JUNIOR et al., 2019).

Segundo Alves (2015, p. 12):

[...] a terra é um bem natural e não foi criada pelo trabalho humano. Ela não se configura enquanto uma mercadoria produzida pelo homem. Porém, no modo de produção capitalista, a propriedade privada da terra torna esse bem natural e originário em uma mercadoria especial. A partir desse momento, a terra passa a ser apropriada com fins lucrativos, possibilitando a extração da renda da terra, bem como a especulação imobiliária, constituindo, também, reserva de valor.

Contudo, o sistema capitalista vem desestruturando as formas camponesas de produção e destinando a terra para a monocultura comercial de exportação. Assim, a produção de alimentos é deslocada para a lógica mercantil de lucro, e não para a subsistência dos camponeses (MELO JUNIOR et al, 2019). Essa nova configuração da dinâmica socioespacial, com a implantação de novas racionalidades produtivas, provoca a subordinação do campesinato, através de sua incorporação no mundo assalariado, ou mesmo a sua migração para as cidades em busca de emprego. Assim,

[...] no campo a pobreza é mais agudizada tomando como referência a expropriação massiva dos camponeses, pois esses são expulsos de suas terras pela forte pressão do capital e acabam ficando sem o seu principal meio de trabalho, que é a terra. Com isso, muitos desses partem para a cidade em busca de alguma ocupação e outros resistem no campo mesmo que sejam tornando-se assalariados para os grandes complexos agroindustriais e/ou grandes latifúndios, muitas vezes, os mesmo que os expropriou (ALVES, 2015, p. 80).

O campo vem perdendo, ao longo do processo de consolidação e expansão do sistema capitalista, a sua idiossincrasia para um território cada vez mais “maquiado” pelo discurso progressista do “Agro é Pop, Agro é Tech, Agro é Tudo”, que prioriza o crescimento da receita do Estado, e de uma pequena elite de exportadores e investidores. Enquanto isso, a população mais pobre sofre em busca de uma reforma agrária que garanta o mínimo de direito à terra. Assim, impera a lógica perversa do mercado. Neste contexto, o campesinato é negligenciado pelo Estado e, por conseguinte, vulnerável ao sistema capitalista.

Para Porto (2007 Apud SANTOS 2017, p. 139-140),

[...] o conceito de vulnerabilidade está referido a grupos sociais específicos que se encontram em um dado território, expostos a um determinado fenômeno e fragilizados quanto a sua capacidade de compreender e enfrentar esses riscos. Ainda, segundo o autor, essa característica torna a vulnerabilidade um conceito-chave para uma análise integrada e contextualizada dos riscos, por trazer à tona, simultaneamente, questões éticas, políticas, físicas e técnicas que conformam a distribuição espacial dos riscos e a capacidade das populações em enfrentá-los.

Nesse sentido, a ocupação dos camponeses nas margens da BR-104, entre as cidades de União dos Palmares e Murici, é um exemplo específico de um grupo social marginalizado e exposto ao fenômeno da vulnerabilidade, onde o uso e a ocupação da faixa de domínio da rodovia federal podem ser entendidos como uma forma de resistência diante da injustiça social no território alagoano. A ocupação caracteriza-se por moradias inadequadas e a ausência de serviços básicos, como energia elétrica, o saneamento e a água encanada.

O Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte - DNIT e a Polícia Rodoviária Federal – PRF são os responsáveis por todo arcabouço jurídico de uso e ocupação das faixas das rodovias federais. Conforme Alves (2015), a principal funcionalidade das faixas de domínio é a de estarem desocupadas, como uma faixa de segurança e, também, como um distanciamento entre o acostamento e as cercas das propriedades privadas alocadas às margens das rodovias. Porém, o Manual de Procedimentos para Permissão Especial de Uso conduzido pelo DNIT, permite o uso e a ocupação das margens com as suas respectivas instalações, como a energia elétrica, a tubulação de gás, água e esgoto, os abrigos de passageiros, os pontos de parada de ônibus, dentre outros estabelecidos pelo DNIT. Assim,

[...] percebe-se a inexistência de legislação no que diz respeito às práticas agropecuárias desenvolvidas nessas faixas, pois é uma ocupação ilegal de terras públicas. [...] Desta forma, a prática agropecuária e extrativista às margens das rodovias é terminantemente proibida segundo as leis vigentes. Além de ser bastante perigosa, principalmente devido ao fluxo intenso de automóveis e também por se tratar de uma faixa de segurança, sua função

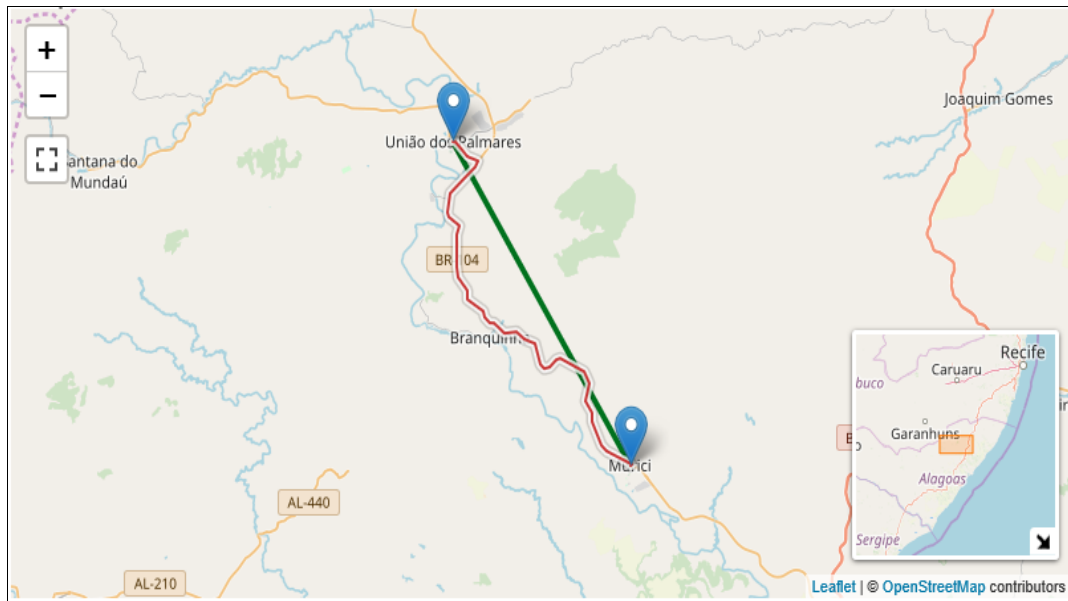
é estar desocupada para fins fixados nas normas vigentes (ALVES, 2015, p. 110).

A agropecuária de beira de estrada é fruto da falta de acesso à terra por parte dos sujeitos sociais sem-terra. Isso tem acontecido às margens da BR-104 entre os municípios de União dos Palmares e Murici, em Alagoas. Essa ocupação se dá com o intuito de garantir a subsistência desses sujeitos despossuídos de terra que, mesmo sofrendo pressão da lógica mercantilista, persistem em manter a sua identidade com a terra. Cabe lembrar que, diferentemente do alimento produzido pelo agronegócio, cuja lógica é a reprodução do capital, o alimento camponês tem como objetivo a reprodução familiar. Assim,

[...] O excedente de produção que chega ao mercado, embora podendo gerar lucro financeiro, continua sob a lógica de reprodução social da família. Ainda, nas áreas de produção camponesa, nos bairros rurais ou regiões marcadas por pequenas produções familiares, a divisão, doação, compartilhamento de alimentos com os vizinhos (podendo ser parentes ou não) é uma realidade. Vale enfatizar que é uma realidade notável diante de uma sociedade cada vez mais marcada pelas relações mediadas pelo dinheiro, medidas pelas relações de compra e venda (ALVES, 2015, p. 122).

A prática agropecuária, desenvolvida nas margens da BR-104 pelas famílias camponesas, depende da ocorrência da chuva. Ou seja, se realiza, sobretudo, nos meses mais chuvosos. Durante a estiagem são compelidos a buscarem outras formas de subsistência, mas aproveitam ao máximo do que a terra pode lhes oferecer. Dela retiram macaxeira, batata, feijão, milho, maracujá, inhame, melancia, abóbora e amendoim, dentre outros cultivos. Além da criação de pequenos animais como galinhas, porcos e cabras. Na figura 2 é possível observarmos a localização do trecho em estudo.

Figura 2: Trecho da BR-104 entre as cidades de União dos Palmares e Murici, Alagoas.



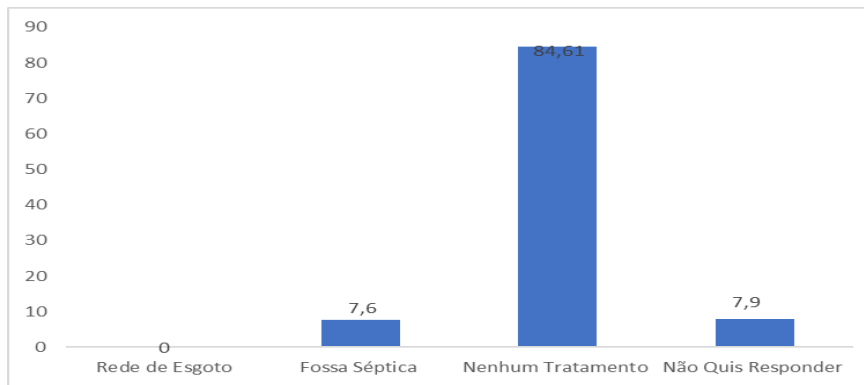
Fonte: Google, 2019

Analisando alguns dados da prática de uma agricultura marginal às margens da BR-104 entre União dos Palmares e Murici - AL

Para consecução deste trabalho, foram aplicados 39 questionários, conforme apontamos inicialmente. A partir da coleta destes dados, foi possível fazer uma análise da vulnerabilidade dos camponeses das margens da BR-104. Ao todo, foram visitados 5 (cinco) acampamentos, todos localizados às margens da referida BR. Os dados, tabulados e transformados em gráficos, permitem a percepção da fragilidade socioeconômica a que estão todos submetidos. Os resultados demonstram uma classe social destituída de garantias fundamentais. Pelo menos 84,61% (33 dos entrevistados) não possuem tratamento de resíduos em suas residências, e somente 3 (7,6%) possuem fossa séptica (gráfico 1). Um fato preocupante, pois a falta de saneamento básico pode facilitar a proliferação de doenças nos acampamentos, como a diarreia, esquistossomose, leptospirose, dengue, zika e chikungunya.

Gráfico 1: Tratamento de resíduos das Famílias acampadas às margens da BR-104 entre União dos Palmares e Murici-AL (%).

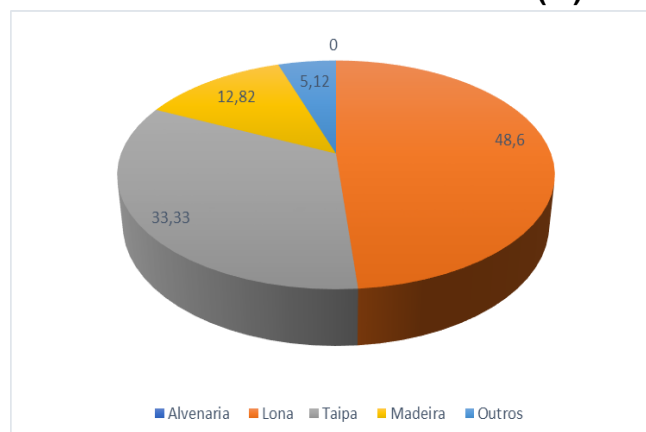
AGRICULTURA MARGINAL E VULNERABILIDADE CAMPONESA: UM ESTUDO DE CASO COM TRABALHADORES ACAMPADOS ÀS MARGENS DA BR-104, ENTRE AS CIDADES ALAGOANAS DE UNIÃO DOS PALMARES E MURICI



Fonte: elaborado pelos autores, 2018.

Os entrevistados também relataram que sofrem, constantemente, com a falta de água, apagões de energia elétrica e inexistência da coleta de lixo. De forma geral, reclamaram da infraestrutura precária e da ausência de assistência social em saúde, educação e transporte. Em sua maioria, as moradias são de lona (48,6% ou 19), taipa (33,33% ou 13) ou madeira (12,82% ou 5). Pouco menos de 6% são constituídas de outros materiais, como alvenaria (gráfico 2).

Gráfico 2: Tipo de moradia das Famílias acampadas às margens da BR-104 entre União dos Palmares e Murici-AL (%).



Fonte: elaborado pelos autores, 2018.

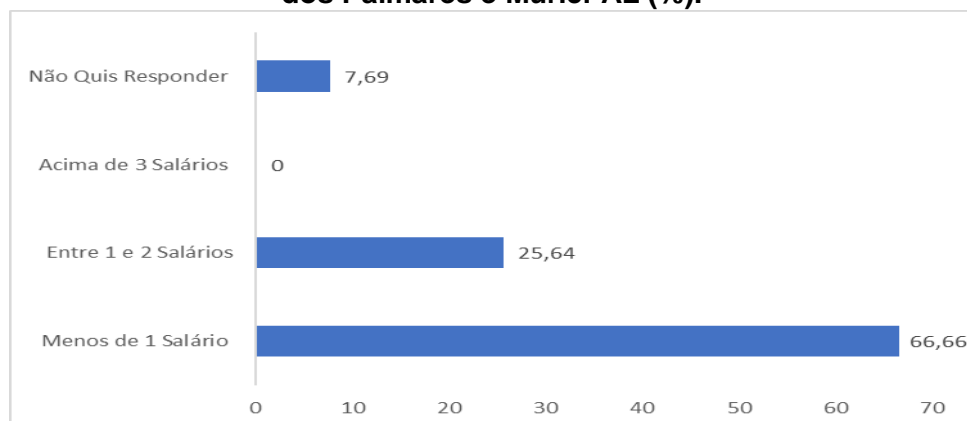
Fotografia 1: Casa construída de madeira na beira da BR 104, em União dos Palmares.



Foto: dos autores, 2018.

A renda média das famílias que ali vivem é muito baixa, o que dificulta sensivelmente a qualidade de vida. Além disso, as moradias são consideradas pelo Estado como “ilegais”. Um fato que agrava, ainda mais, a situação dos moradores. São pelo menos 66,66% (26 das famílias entrevistadas) sobrevivendo com somente 1 (um) salário mínimo. Outros 25,64% recebem entre 1 e 2 salários mínimos (gráfico 3).

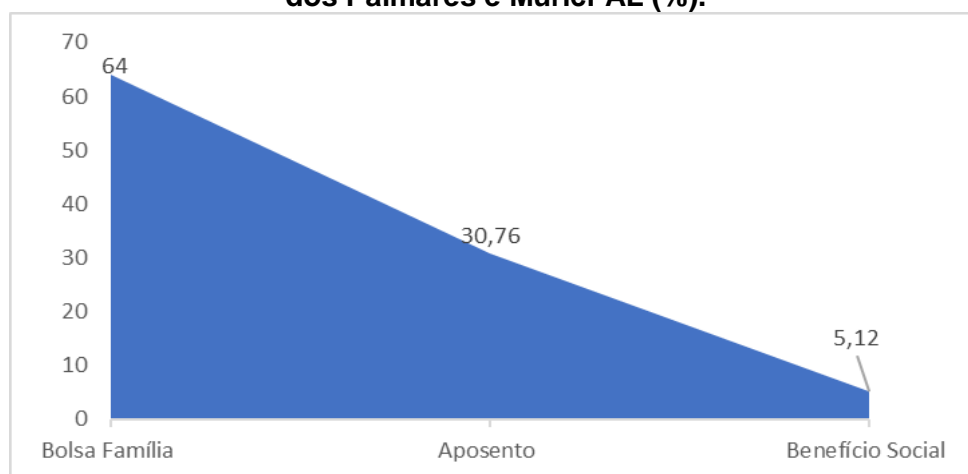
Gráfico 3: Renda Média das Famílias acampadas às margens da BR-104 entre União dos Palmares e Murici-AL (%).



Fonte: elaborado pelos autores, 2018.

Além de possuírem um rendimento mensal baixo, 25 famílias disseram que dependem do Programa Bolsa Família para a sobrevivência. Além disso, outras 12 famílias dependem da aposentadoria, e outras duas de algum outro benefício social. Ou seja, há naquele espaço de vida, uma grande dependência dos programas de transferência de renda do Governo Federal (gráfico 4). No geral, há um complemento de renda com a produção agropecuária. Ou seja, de tudo que produzem para a sua subsistência, uma parte é destinada ao mercado para garantir esse complemento de renda. Esses produtos e os pequenos animais, quando não são negociados às margens da BR, são levados às feiras livres dos municípios vizinhos de União dos Palmares, Branquinha e Murici.

Gráfico 4. Tipo de renda das Famílias acampadas às margens da BR-104 entre União dos Palmares e Murici-AL (%).



Fonte: elaborado pelos autores, 2018.

Além das dificuldades enfrentadas no cotidiano destes moradores, eles ainda têm que lidar com os conflitos derivados do poder público local. A título de exemplo, no dia 3 de outubro de 2019, na cidade de União dos Palmares, os integrantes dos movimentos Sem Terra e Via do Trabalho, ao tentarem realizar uma feira para venda de seus produtos, foram surpreendidos por uma ordem do poder público da cidade, afim de que mudassem de local. Ou seja, não poderiam mais revender os seus produtos na antiga Estação Ferroviária, o local previamente combinado para a ação.

Segundo relatos dos integrantes destes movimentos socioterritoriais, a Prefeitura tinha permitido alguns dias antes, que armassem as barracas neste local. Como resposta, os trabalhadores instalaram seus estandes de venda na calçada da Prefeitura da cidade (fotografia 3). Esse acontecimento demonstra a falta de apreço pela vulnerabilidade socioeconômica dos sujeitos sem-terra. A negligencia não ocorre apenas na esfera estadual, mas, também, na esfera municipal.

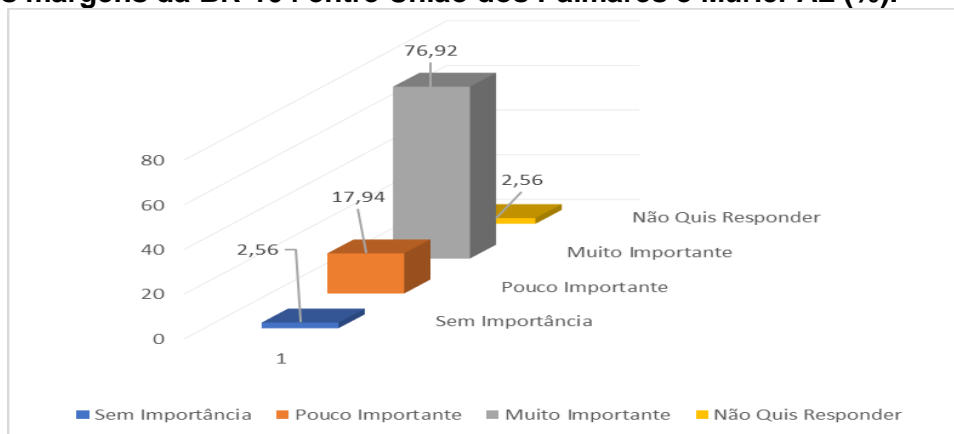
Fotografia 3: MST e Via do Trabalho 'acampam' na calçada da prefeitura.



Foto: Alyson Santos, BR104, 2019

Entretanto, apesar das contrariedades a que estão submetidos, estes sujeitos não perdem de vista o sentido político de classe social. Quando questionados, por exemplo, sobre a importância dos movimentos socioterritoriais, 76,92% responderam que consideram muito importante essa forma de organização social. Apenas 17,94% consideram pouco importante ou sem importância (gráfico 5). Todos os entrevistados se afirmam como integrantes de movimentos socioterritoriais. Dentre eles, os mais atuantes são: o Movimento pela Liberação da Terra, Terra Livre, Movimento Sem Terra, Movimento Unidos pela Terra e Movimento Terra Livre.

Gráfico 5: A importância dos movimentos socioterritoriais para as famílias acampadas às margens da BR-104 entre União dos Palmares e Murici-AL (%).



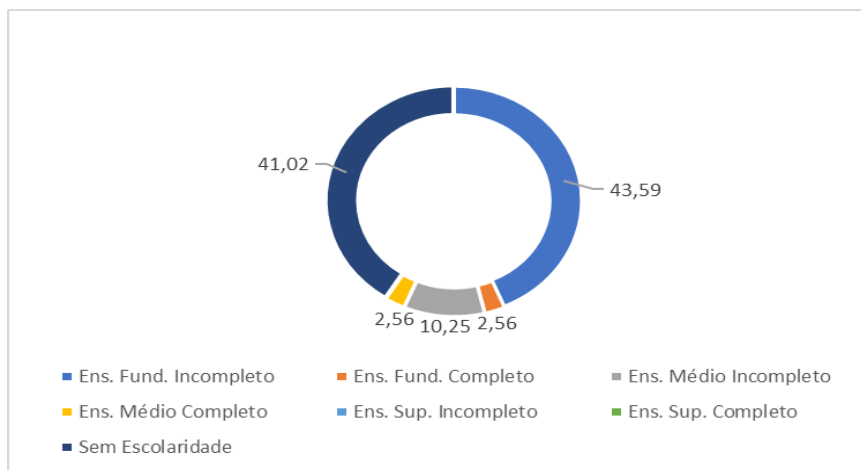
Fotografia 4: Acampamento do MST em Branquinha.



Foto: dos autores, 2018

Em relação à escolaridade, 41,02% não sabem ler ou escrever. Questionados do por que da não escolarização, a maioria afirma que nunca entraram em uma escola devido à moradia distante ou por questões ligadas a trabalho para ajudar no sustento da família. Ao menos 43,59% possuem o ensino fundamental incompleto. Questionados sobre a evasão, alegam ter abandonado a escola por terem que fazer a difícil escolha entre trabalhar, cuidar da família ou estudar. Ao total, apenas 2,56% possui ensino fundamental completo, e 2,56% o ensino médio completo. O baixo nível de escolaridade dos entrevistados revela a falta ou ineficácia de políticas públicas para a população rural. O trabalho precoce é um dos problemas a serem combatidos pelo Estado para tentar minimizar essa evasão escolar.

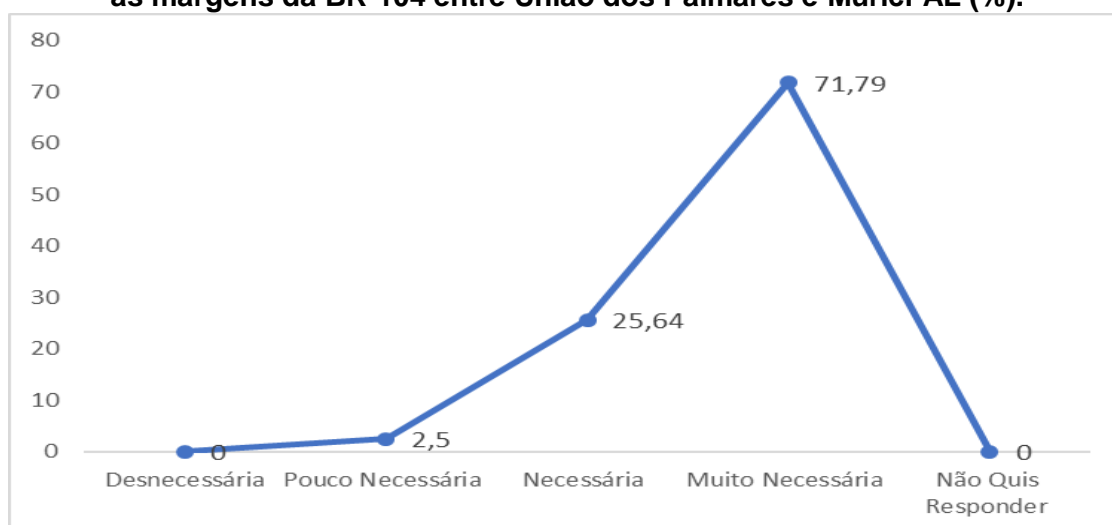
Gráfico 6: Escolaridade das Famílias acampadas às margens da BR-104 entre União dos Palmares e Murici-AL (%).



Fonte: elaborado pelos autores, 2018.

Ao serem questionados sobre a importância da reforma agrária, pelo menos 71,79% dos entrevistados responderam que a consideram “muito necessária” contra 25,64% que a consideram “necessária”, e apenas 2,5% que a consideram “pouco necessária” (gráfico 7). Isso demonstra o quanto de esperança eles têm, de que um dia a reforma agrária seja, de fato, implementada. Questionados também sobre o que compreendem por reforma agrária, notou-se entre eles uma certa dificuldade em conceituarem. Entretanto, as suas falas revelam um grande conhecimento prático sobre o tema. Algumas falas como “[...] a reforma agrária para mim é a distribuição de terras para quem deseja plantar e dela sobreviver” ou “[...] a reforma agrária é a valorização da agricultura e da família do campo” revelam um pouco disso.

Gráfico 7: A percepção da importância da reforma agrária para as Famílias acampadas às margens da BR-104 entre União dos Palmares e Murici-AL (%).



Fonte: elaborados pelos autores, 2018.

A reforma agrária, portanto, aparece como uma possibilidade de minimização dos efeitos perversos desta questão, bem como da vulnerabilidade social a que estes sujeitos estão submetidos. Conforme Carvalho e Gonçalves (1998, p. 17) a reforma agrária é:

[...] tomar as terras que estão nas mãos de alguns, improdutivas, e dá-las a quem possa torná-las produtivas. Há pessoas que têm terras apenas para se sentirem donas delas, esperando que possam valer mais e mais dinheiro. Ali, não há uma planta que alimente, nem animais. São apenas quilômetros e quilômetros de terras vazias. E, porque nada produzem, são chamadas improdutivas. Tornar uma terra produtiva é extrair dela o que pode nos dar: muitas plantas que nos alimentem, ou o pastoreio que torna os bois e cabras e carneiros e cavalos úteis aos homens.

Sendo assim, a reforma agrária não atinge todas as propriedades privadas, apenas as propriedades consideradas improdutivas ou latifundiárias. Por ela, é possível pensar numa estrutura fundiária menos excludente. A reforma agrária é, por assim dizer, a tábua de salvação de milhares de camponeses que, tal qual os das margens da BR-104, sofrem, Brasil afora, as agruras de viverem à margem da sociedade.

Considerações finais

A perpetuação da estrutura fundiária alagoana, destinada a monocultura canavieira do período colonial aos dias atuais, continua a expulsar da terra os desprovidos do capital. Porém, nota-se, uma resistência diante deste processo de usurpação, legalizada pelo sistema capitalista, do acesso às terras. Essa resistência se faz presente através dos movimentos socioterritoriais, que lutam pela distribuição igualitária das terras no Brasil. A prática agropecuária nas margens da BR-104 é, também, uma forma de manifestação desta resistência.

É necessária a compreensão de que a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários impulsiona vários problemas socioeconômicos para a sociedade como um todo. Um deles, derivado da vulnerabilidade dos camponeses, é a própria produção de alimentos. Portanto, acreditamos que, a importância deste trabalho está na sua relevância em oferecer dados relacionados à atual situação vivenciada por essa classe social nas margens da BR-104, entre as cidades de União dos Palmares e Murici – AL. Estes dados podem apontar caminhos para a superação ou minimização dos problemas agrários ligados a nossa questão agrária.

Precisamos pensar na reestruturação da produção agrícola de beira de estrada, com um novo olhar geográfico, onde o sistema técnico agrícola inerente à irrigação pode ser uma mola propulsora para a inserção desse espaço agrário na economia local. Outras variáveis que deveriam ser discutidas são as distribuições, o transporte, o armazenamento,

o consumo etc. Mas, infelizmente, essa inserção está longe da realidade; isto é, excludente. Uma vez que a agricultura do estado alagoano é espacialmente concentrada na monocultura da cana-de-açúcar, e a de beira de estrada só atinge apenas uma pequena parcela da economia alagoana.

O mundo do capital nos revela que ele é perverso, centralizador, paralelo a uma enorme expansão de pobreza, desigualdade social e territorial. Entretanto, os ambientes que aqui foram pesquisados, são o que chamamos de um novo espaço luminoso para a solidariedade, a socialização e a sustentabilidade com o meio.

SOBRE OS AUTORES

Ronaldo Rodrigues de Melo Junior – Discente em Geografia pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Membro do Grupo de Estudos Territoriais (GETERRI) e do Grupo de Pesquisa do Laboratório de Estudos Sobre Vulnerabilidade Socioambiental (LEVSA). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0003-4184-9417>.

Leandra Lourenço Domingos – Discente em Geografia pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Membro do Grupo de Estudos Territoriais (GETERRI) e do Grupo de Pesquisa do Laboratório de Estudos Sobre Vulnerabilidade Socioambiental (LEVSA). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-1788-0548>.

Referências

ALVES, R. B. **Agropecuária de beira de estrada em Sergipe: um estudo da BR 235** (Dissertação). São Cristóvão, 2015.

BR104 (Site). Disponível em <<https://www.br104.com.br/uniao-dos-palmares/trabalhares-rurais-ocupam-calcada-da-prefeitura-recolhimento-barracas/>> Acessado em 29 de outubro de 2019.

CARVALHO, C. P. **Análise da Reestruturação Produtiva da Agroindústria Sucoalcoleira Alagoana**. Maceió: Edufal, 2009.

CARVALHO, A.; GONÇALVES, J. **Reforma Agrária** – Belo Horizonte, MG: Ed. Lê, 8ª edição, 1998.

IBGE. Censo Agropecuário 2017. Disponível em <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/agricultura.html?localidade=27&tema=76434> Acessado em 30 de agosto de 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas 2003.

MELO JUNIOR, R. R. et al. **Estrutura fundiária e resistência camponesa no Brasil: breves considerações**, 2019. Disponível: <<https://doity.com.br/anais/geterri2019>> acesso em 27 de Agosto de 2019

REZENDE FILHO, C. B. **História econômica geral**. São Paulo. Contexto, 2 edição, 1995.

AGRICULTURA MARGINAL E VULNERABILIDADE CAMPONESA: UM ESTUDO DE CASO COM TRABALHADORES ACAMPADOS ÀS MARGENS DA BR-104, ENTRE AS CIDADES ALAGOANAS DE UNIÃO DOS PALMARES E MURICI

SANTOS, J. O.. **Fragilidade e riscos socioambientais em Fortaleza - CE**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.

SOUSA, R. **Da luta por acesso à terra aos desafios da permanência**: uma contribuição ao estudo da questão agrária no Brasil e Cuba / Reinaldo Sousa – São Cristóvão/ Sergipe, 2017.

_____. **Questão agrária e Reforma Agrária parcial em Alagoas**, 2017: Disponível em:

<https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/qt06_1502999880_arquivo_questaoagrariae_reformaagrariaparcialemalagoas.pdf> acesso em 27 de Agosto de 2019.

Sobre os autores

Ronaldo Rodrigues de Melo Junior – Discente em Geografia pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Membro do Grupo de Estudos Territoriais (GETERRI) e do Grupo de Pesquisa do Laboratório de Estudos Sobre Vulnerabilidade Socioambiental (LEVSA). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0003-4184-9417>.

Leandra Lourenço Domingos – Discente em Geografia pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Membro do Grupo de Estudos Territoriais (GETERRI) e do Grupo de Pesquisa do Laboratório de Estudos Sobre Vulnerabilidade Socioambiental (LEVSA). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-1788-0548>.

Como citar este artigo

MELO JUNIOR, Ronaldo Rodrigues de; DOMINGOS, Leandra. Agricultura marginal e vulnerabilidade camponesa: um estudo de caso com trabalhadores acampados às margens da BR-104, entre as cidades alagoanas de União dos Palmares e Murici. **Revista NERA**, v. 24, n. 59, p. 307-323, Dossiê, 2021.

Declaração de contribuição individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. O **Ronaldo Rodrigues de Melo Junior** ficou especialmente responsável pela aquisição de dados, interpretação, análise e desenvolvimento teórico-conceitual; a segunda autora **Leandra Lourenço Domingos**, interpretação, análise, procedimentos técnicos e tradução. A revisão crítica foi desenvolvida em equipe com integrantes dos grupos de pesquisa LEVSA (Laboratório de Estudos Sobre Vulnerabilidade Socioambiental) e do GETERRI (Grupo de Estudo Territoriais) ambos da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL.

Recebido para publicação em 20/09/2020
Devolvido para a revisão em 10/10/2020
Aceito para a publicação em 17/04/2021

Desterritorialização e novas vulnerabilidades na construção do canal da transposição do rio São Francisco: território do povo Pipipã, Floresta, Pernambuco¹

Glaciene Mary da Silva Gonçalves

Instituto Aggeu Magalhães (IAM)/Fiocruz – Recife, Pernambuco, Brasil.
e-mail: glaciene.mary@cpqam.fiocruz.br

Claudio Ubiratan Gonçalves

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Recife, Pernambuco, Brasil.
e-mail: biragrario@gmail.com

André Monteiro Costa

Instituto Aggeu Magalhães (IAM)/Fiocruz – Recife, Pernambuco, Brasil.
e-mail: andremc@cpqam.fiocruz.br

Resumo

Reflete-se sobre os processos de desterritorialização e as novas vulnerabilidades em saúde na implantação da transposição do rio São Francisco, no povo Pipipã, semiárido, em Floresta, Pernambuco. A abordagem teórico-metodológica do trabalho foi a reprodução social e a saúde, formulada pelo epistemólogo Juan Samaja. Realizou-se um estudo analítico de caráter qualitativo, utilizaram-se entrevistas e observação participante. Os resultados evidenciaram um caráter desterritorializador produzido na implantação da transposição do rio São Francisco. Território cortado ao meio, aberto, destruído e transformado rapidamente, onde se conectaram com novas vulnerabilidades socioambientais, expressas como fragilização sociopolítica e cultural, negação de direitos territoriais e de saúde, potencialidade de conflitos por terra e água, violência em geral no povo Pipipã.

Palavras-chave: Índios no Nordeste; Pipipã; saúde indígena; saúde e ambiente.

Desterritorialization and new vulnerabilities in the construction of the canal crossing the São Francisco river: territory of the Pipipã people, Floresta, Pernambuco

Abstract

It reflects on the processes of deterritorialization and the new health vulnerabilities in the implementation of the transposition of the São Francisco River, in the Pipipã people, semiarid, in Floresta, Pernambuco. The theoretical-methodological approach of the work was social reproduction and health, formulated by the epistemologist Juan Samaja. A qualitative analytical study was carried out, interviews and participant observation were used. The results showed a deterritorializing character produced in the implementation of the São Francisco River transposition. Territory cut in half, opened, destroyed and rapidly transformed, where they were connected with new socio-environmental vulnerabilities,

¹ Este texto faz parte de resultado de tese de doutorado inserido em projeto de pesquisa maior finalizado. Financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Chamada Universal: Edital MCT/CNPq n.º 14/2013, processo 485403/2013-7).

expressed as socio-political and cultural fragility, denial of territorial and health rights, potential for conflicts over land and water, violence in general in the Pipipã people.

Keywords: Indians in the Northeast; Pipipã; indigenous health; health and environment.

Desterritorialización y nuevas vulnerabilidades en la construcción del canal que cruza el río São Francisco: territorio del pueblo Pipipã, Floresta, Pernambuco

Resumen

En este trabajo reflexionamos sobre los procesos de desterritorialización y las nuevas vulnerabilidades de salud en la implementación de la transposición del río São Francisco, en el pueblo Pipipã, semiárido, en Floresta, Pernambuco. El enfoque teórico-metodológico del trabajo fue la reproducción social y la salud, formulado por el epistemólogo Juan Samaja. Se realizó un estudio analítico cualitativo, se utilizaron entrevistas y observación participante. Los resultados mostraron un carácter desterritorializador producido en la ejecución de la transposición del río São Francisco. Territorio cortado a la mitad, abierto, destruido y rápidamente transformado, donde se conectaron con nuevas vulnerabilidades socioambientales, expresadas como fragilidad sociopolítica y cultural, negación de derechos territoriales y de salud, potencial de conflictos por la tierra y el agua, violencia en general en el pueblo pipipã.

Palabras clave: Indios del noreste; Pipipã; salud indígena; salud y ambiente.

Introdução

A destruição dos territórios decorrentes dos desejos da globalização, no mundo, mesmo de forma temporária, é compreendida como desterritorialização (CHELOTTI, 2010; HAESBAERT; BRUCE, 2002). As populações estão vivendo um movimento de desterritorialização, pois os “territórios originais se desfazem ininterruptamente”. O “movimento de desterritorialização é seguido por outro movimento de reterritorialização” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 224).

Mais recentemente, segundo Haesbaert, a desterritorialização tem sido abordada e relacionada com a “efetiva apropriação e ao domínio do espaço”. Trata-se, também, “da perda do acesso a terra – terra vista no papel de reprodução material e simbólica”. Conforme esse autor, pode-se relacionar com “essa noção de desterritorialização a concepção mais integradora de território, ao mesmo tempo espaço de apropriação/reprodução concreta e simbólica” (HAESBAERT, 2003, p. 17-18). Com esse último enfoque associando desterritorialização e exclusão social, fica evidente que, embora “privilegiemos uma noção de território que vincule indissociavelmente as dinâmicas, política e cultural, os processos de desterritorialização estão sempre atrelados”, em maior ou menor intensidade, à dinâmica econômica. Que transforma os territórios, “subordina poderes políticos e condiciona (quando não direciona) a reformulação de muitas estratégias identitárias” (HAESBAERT, 2003, p. 18).

A desterritorialização pensada por Haesbaert (2010, p. 194) foi associada à globalização da economia uma vez que se constitui um mercado mundial com “dinâmicas comerciais, financeiras e de informações cada vez mais independentes de bases territoriais”. A perspectiva política da desterritorialização adquiriu grande importância na geografia política, no diálogo com a ciência política. Isso decorreu em razão das citadas ciências defenderem a relação entre poder político *versus* espaço, na discussão de território. Por isso, é uma concepção mais difundida e aceita.

O Estado, em si, é um “desterritorializador desde seu aparecimento”. Pois a “divisão da terra pela organização administrativa, fundiária e residencial” foi imposta, por exemplo, no caso da “desterritorialização ocorrida com as comunidades pré-capitalistas”; quando ocorrem “as transformações em suas formas de negociações e sentidos próprios de vida em seus territórios”, que implicou a produção de uma territorialidade, aquela que depende fundamentalmente “dos meios ou recursos produzidos pela terra” (HAESBAERT, 2010, p. 194-195).

Em 2007, visando ao “progresso”, o Estado brasileiro lançou o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que incorporou grandes empreendimentos desenvolvimentistas, entre outros, a transposição do rio São Francisco, empreendimento de infraestrutura social (VERDUM, 2012).

Conforme estudo realizado em área de abrangência da transposição do rio São Francisco envolvendo população camponesa (DOMINGUES, 2016), esse grande empreendimento desenvolvimentista produziu desterritorialização, afetando a autonomia dessas populações; agravando condições de vida e negando direitos territoriais, portanto, inserindo novas vulnerabilidades.

A vulnerabilidade se constitui “como indicador da iniquidade e da desigualdade social” e relaciona-se com a busca da compreensão dos processos de saúde e de doença, abrindo possibilidades maiores para seu enfrentamento (NICHATA *et al.*, 2011, p. 1.770). Deve ser pensada de forma ampliada em razão das questões próprias inerentes aos humanos, por exemplo, existenciais, éticas, da diversidade cultural, políticas e econômicas implicadas, que se configuram como complexos (PORTO, 2011).

Este artigo objetivou refletir sobre a desterritorialização e a produção de outras vulnerabilidades na implantação da transposição do rio São Francisco no povo Pipipã em Floresta.

Procedimentos metodológicos

Realizou-se um estudo de caso de caráter sistêmico e usou-se a abordagem qualitativa de pesquisa. Os dados primários obtidos por meio de entrevistas e oficinas. O estudo realizou-se no período de 2016 a 2018, no território Pipipã, em Floresta, semiárido de Pernambuco. Em Floresta, iniciou-se o chamado eixo leste da transposição. O território indígena foi diretamente afetado pelo projeto, onde estão implantadas as estruturas físicas do empreendimento: canais, reservatórios, estações de bombeamento entre outros (BRASIL, 2004).

O estudo de caso realizou-se entre o povo Pipipã, que totaliza 1.391 pessoas, segundo o Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (Siasi) e a Secretaria Especial de Saúde Indígena – Sesai (QUADRO, 2018).

O território constitui-se de 10 aldeias, coordenadas por dois caciques. Registram-se, ainda, os seguintes aspectos ambientais: território ainda não demarcado, em processo de regularização fundiária, presença de posseiros/fazendeiros; presença do Assentamento Serra Negra regularizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) há 20 anos; presença de Unidade de Conservação – Reserva Biológica (Rebio) Serra Negra (ALMEIDA *et al.*, 2010).

As amostras foram do tipo “intencionais”, coletadas nas três aldeias cortadas pelo canal do eixo leste, a saber, Tabuleiro do Porco, Caraíbas e Pedra Tinideira. As entrevistas foram do tipo semiestruturadas (YIN, 2015, p.114), totalizando 27. Seguiram um roteiro básico, com os temas abordados em profundidade, o que permitiu a análise dos dados considerando as falas dos entrevistados por meio de focos temáticos, conforme Víctora, Knauth e Hassen (2000).

A observação participante realizou-se em todo o território Pipipã, finalizada em dezembro de 2017, conforme exigência da Fundação Nacional do Índio (Funai). Realizou-se na categoria Participante-como-observador, ou seja, restrita ao tempo de pesquisa. O plano de análise incluiu a Matriz de Dados da Reprodução Social e a Saúde (SAMAJA, 2000). O nível de ancoragem do estudo foi o da comunidade, ou seja, o território ocupado pelos Pipipã onde a organização social e relações de produção ocorrem no nível comunal.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto Aggeu Magalhães (CEP- IAM/Fiocruz), pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) e autorizada o ingresso na área indígena pela Funai. CAAE: 13474513.4.0000.5190. Parecer n.º 1.406.919 de 14 de fevereiro de 2016.

Resultados e discussões

Os Pipipã: afirmação étnica

O nome Pipipã remete aos ancestrais e à Serra Negra. Trata-se de uma área rica em olhos d'água, que concentra no entorno muitas fazendas com gado de terceiros não indígenas. A Serra Negra ocupa uma área de 1.044 ha (6,24 km²) nos municípios de Floresta, Inajá e Tacaratu com a altitude de 1.065 metros. É considerada pelos Pipipã um lugar sagrado onde se concentram os Encantados de Luz, espíritos dos ancestrais. A Rebio de Serra Negra abrange os citados municípios, estando subordinada ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Parte da população Pipipã reside em território homologado como Kambiwá e autodemarcado como Pipipã, isto é, em território interétnico, que corresponde às aldeias Travessão do Ouro, Faveleira e Capoeira do Barro (ALMEIDA *et al.*, 2010). Os estudos históricos evidenciaram que, entre as décadas de 1970 e 1980, os povos indígenas emergentes no Nordeste brasileiro, a exemplo dos Pipipã, buscaram reconhecimento étnico que incluiu a exigência de direitos territoriais e diferenciados de saúde e educação. Para isso, estabeleceram relações sociais mais estreitas com atores externos, particularmente com a Funai e os Ministérios da Saúde e de Educação (ARCANJO, 2003; OLIVEIRA, K., 2013).

O ressurgir Pipipã tem como “pressuposto a resistência e significa se fazer ver ou aparecer de novo, rompendo o silêncio e o anonimato” (ARCANJO, 2003, p. 20). O reconhecimento oficial pela Fundação Nacional do Índio em 1998, dez anos depois da Constituição de 1988; e a partir 2002, foram incluídos (beneficiados) pelas ações da Política Nacional de Atenção aos Povos Indígenas da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), Ministério da Saúde.

Na etnia, existe um Conselho de Líderes constituído pelo cacique, pajé e líderes das aldeias. O pajé cuida especificamente dos “poderes da tradição”, da cura e dos “costumes” do povo (ARCANJO, 2003, p. 57).

O conselho de professores indígenas Pipipã representa outro ente participante da organização sociopolítica cultural Pipipã. Esse conselho administra e coordena uma rede escolar no território Pipipã, que, por sua vez, se relaciona com atores externos da Secretaria de Educação do estado de Pernambuco, instância responsável pela implementação do Ensino Escolar em todas as áreas indígenas em Pernambuco.

Outro ente participante da organização sociopolítica e cultural Pipipã é o Conselho de Saúde Indígena local, a instância responsável pelo planejamento, avaliação da atenção integral à saúde dos indígenas; além de fiscalizar o cumprimento da implementação das ações da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Povos Indígenas, nas relações com outro ator externo, o Dsei/Sesai/Ministério da Saúde. Esse conselho busca garantir e

fazer cumprir o controle social indígena, isto é, a participação dos líderes no apoio ao cumprimento de ofertas das ações de saúde no território.

Do ponto de vista da rede de controle social indígena, além do conselho de saúde local, existem os Conselhos Distritais de Saúde Indígena (Condisi) e o Fórum de Presidentes de Condisi (FP/Condisi). A Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime), fundada em 1990, outra instituição parceira e participante da territorialidade indígena em relações externas.

Entre as expressões socioreligiosas marcantes, no povo Pipipã, destacamos o “Aricuri”, o Segredo, a Mesa da Jurema e o Toré. O Aricuri é o ritual sagrado onde o povo Pipipã vai buscar fortalecimento espiritual. Ocorre anualmente na Serra Negra, durante 10 dias no mês de outubro, e apenas pessoas convidadas participam. A denominação Aricuri vem dos antepassados, sendo um ritual praticado por grande parte dos povos indígenas no Nordeste (ARCANJO, 2003, p. 67).

No ritual da Jurema, os Pipipã chamam os antepassados para curar as doenças do corpo e do espírito, cantam os toantes, dançam o Toré e bebem a jurema. Existem vários “significados envolvidos no processo de dispersão da Jurema”. Trata-se de uma planta de poder, que “compõe um tipo de vegetação muito comum em todo Sertão nordestino [originária] que o gado consome sossegadamente nas longas tardes secas” (MOTA, 2005, p. 219). Representando a “ciência do índio” no Nordeste do Brasil, pois é considerada sujeito fundador do conhecimento xamânico sobre a planta e a bebida, a jurema é uma das principais vegetações da caatinga (MOTA, 2005).

O Toré, dançado nos terreiros, é como um momento de conexão com os Encantados de Luz. Segundo a indígena Adália em entrevista à pesquisadora:² “No Toré a gente se fortalece espiritualmente, fica mais animado, a gente tem muitos toantes.” A dança do Toré, anteriormente ao projeto da transposição, ocorria no território de 22 a 24 vezes durante o ano, e “todos os sábados, a cada quinze dias, quando o sol está se pondo” (ARCANJO, 2003, p. 65). O Toré não significa apenas divertimento, mas também serve para a socialização de aspectos culturais.

As relações cosmológicas e o compartilhamento coletivo da terra, o respeito pelo ecossistema caatinga, no uso sustentável das plantas nativas e o convívio no semiárido, a produção da “ciência” do índio pelo uso de extratos vegetais e plantas de poder nos rituais (MOTA, 2005), além de ter significado uma afirmação da territorialidade, legitimou o povo Pipipã no sentido da garantia do direito de posse da terra; conforme preceitua a Constituição federal de 1988 (BRASIL, 1988/2016), a OIT (2011) e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Povos Indígenas (BRASIL, 2002).

² O nome dos entrevistados é fictício.

A utilização de plantas nativas recorrente entre os Pipipã diz respeito ao direito de autodeterminação dos povos indígenas (BRASIL, 1988/2016; OIT, 2011). Esse povo utiliza no cotidiano diversas plantas sagradas para curar e prevenir doenças.

A desterritorialização

A transposição do rio São Francisco, por se tratar de um grande empreendimento de viés econômico, inserido no modelo global, em que há crescente integração dos mercados, da produção e das finanças, principalmente de interesse do agronegócio, “traz em si um caráter desterritorializador” (FUINI, 2014, p. 22); pois é um projeto que se encontra atrelado a processos destrutivos (BREILH, 2006), conforme evidenciado no planejamento da Área Diretamente Afetada do Relatório de Impacto Ambiental que atingiu diretamente o território Pipipã (BRASIL, 2004).

A implantação desse grande empreendimento desterritorializou os Pipipã (HAESBAERT, 2010) nos aspectos de produzir violentas e grandes transformações territoriais, perda das melhores terras por parte dos moradores, saída compulsória do lugar de origem, uso de explosivos para escavar o canal, por ter cortado o território ao meio, por ter provocado nos moradores o pressentimento da ocorrência de uma guerra, em que ficaram sem saber como tudo ocorreria.

Famílias Pipipã da aldeia Caraíbas, como em uma sequência, quase simultânea, tiveram de “buscar reconstruir vínculos de inserção e reestruturação em outros espaços que não os de origens” (FUINI, 2014, p. 23), isto é, reconstituir a reterritorialização; ou resistir fortemente no espaço de origem estruturando-se para o enfrentamento das mobilizações pelos direitos afirmados pelo Ministério da Integração Nacional no Plano Básico Ambiental 12 (PBA 12).

Os tratores das empreiteiras começaram a destruir recursos naturais, entre outros, relacionados com flora, fauna, lagoas, poços, barreiros, serrotes, pontos históricos e os baixios, que são as melhores terras para a agricultura, conforme relata o indígena Moisés em entrevista à pesquisadora: “Pessoas saíram das terras, na Lagoa Rasa, pessoas que tinha casa, terreno cercado e teve que deixar tudo por causa do desmatamento teve que ir morar em Petrolândia.”

Já o indígena Samuel, residente em outra aldeia cortada pelo eixo leste da transposição, enfatizou tristemente sobre o avanço do desmatamento no território Pipipã. Na percepção desse indígena, configurava-se uma ação errada administrada pelo Estado, por meio das empreiteiras responsáveis, pois iriam atingir um Cruzeiro muito alto e antigo e um

Serrote denominado de Large de Boiadeiro, ambos de muita importância cultural e simbólica para o povo Pipipã:

A exploração é muito errada, eles vão destruir agora mais dois Serrotes inclusive tem um Cruzeiro muito alto [...]. Eles estão destruindo agora dois Serrotes um se chama Large de Boiadeiro, tem outro serrote onde tem um Cruzeiro muito alto e antigo, eles vão destruir lá. Eles prometeram plantar mudas. Disseram que iam trazer plantas nativas. Eles iriam recuperar o que destruíram, árvores do Sertão e de sombra. (Samuel em entrevista).

Todos esses processos destrutivos foram previstos, planejados, e descritos no Relatório de Impacto Ambiental (Rima) da transposição do rio São Francisco (BRASIL, 2004), inclusive assumindo compromissos de realizar ações mitigadoras específicas que não foram cumpridas ainda no 11.º ano de implantação desse grande empreendimento.

A desterritorialização iniciada concretamente em 2007 determinou o corte do território Pipipã, 100 metros de cada lado e aproximadamente 50 km de desmatamento do ecossistema caatinga. Para o povo Pipipã, o território sagrado sofreu uma violência no sentido de que o grande empreendimento violou os direitos da Natureza e, conseqüentemente, dos indígenas. Na cosmologia dos povos indígenas, a Mãe Terra deve ser considerada um organismo vivo, digno de tutela constitucional. Sobre isso, na Constituição do Equador, artigo 71: “a Natureza [...], onde a vida é reproduzida e realizada, tem direito de ser respeitada integralmente em todos os seus ciclos vitais, na sua estrutura como um todo, nas funções e processos evolutivos.” (ECUADOR, 2008/2011, art. 71, tradução nossa).

O desmatamento ampliado desse bioma durante a implantação do grande empreendimento violou o artigo 2.º da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, que reconhece o valor das práticas da medicina indígena por promover, proteger e recuperar a saúde dos povos por meio da promoção do equilíbrio biopsicossocial (BRASIL, 2002). Nesse sentido, a transposição do rio São Francisco, ao não realizar o replantio da caatinga, introduziu novas vulnerabilidades em saúde, no território Pipipã, ao negar o direito às citadas práticas.

Os processos de desterritorialização implicaram a produção de pressões, rupturas e transformações na territorialidade Pipipã, por exemplo, nas relações com a medicina indígena, a arte, o Toré, a Mesa da Jurema, o Aricuri, a alimentação humana e a criação de caprinos conforme o relato da indígena Fernanda em entrevista à pesquisadora:

Estragou o terreno, cortou nosso caroá, ficou difícil pra gente; onde o canal passou levou tudo e nosso caroá. As abelhas foram embora, a gente comia o mel, fazia uma garapa para os filhos, está muito difícil. Não temos comida e a Funai não nos ajuda [...]. Os pés de pau que fazia medicamento, lambedor, aqui tinha muito isso, o bonome é bom, o chá de casca da aroeira

para inflamação, o pé do umbuzeiro pra gente se alimentar. Outras plantas como o marmeleiro, foi destruindo tudo.

A desterritorialização, ao determinar esses processos, conforme refletiu Fernanda, produziu vulnerabilidades ao negar direitos socioambientais, e com a inauguração do eixo leste da transposição, vulnerabilidades em saúde foram acentuadas no povo Pipipã. A vulnerabilidade articula relações entre sujeitos e contexto “numa via de mão dupla”. É fundamental a compreensão das diversidades contextuais, mas “também olhar com atenção para as práticas sociais, para a atuação dos sujeitos e até entender como é que eles estão referenciando, interpretando esses contextos em que eles mesmos procuram atuar”, conforme comenta o entrevistador Marcelo Eduardo Pfeiffer Castellanos na entrevista concedida pelo professor titular do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, José Ricardo Ayres (2018, p. 55).

As novas vulnerabilidades

Os indígenas Pipipã habitam o semiárido, território marcado pelo colonialismo europeu, concentração de terra, água e poder por oligarquias tradicionais. Na condição de vulnerável socioambientalmente, o povo Pipipã tem sofrido exploração dessa condição pela ausência do Estado, ao enfrentar condições precárias de saneamento, no acesso à água para consumo humano e subsistência, por oferta de políticas públicas desiguais nos campos da educação e atenção à saúde; mesmo com o avanço da oferta dessas políticas observado desde 1998 quando houve o reconhecimento étnico pela Funai.

Os contextos insalubres, produtores de vulnerabilidades, estão presentes onde as pessoas moram, trabalham, divertem-se, circulam de forma geral; podem ser pouco ou muito grave. No entanto, a maior ameaça configura-se quando a comunidade ou toda a sociedade, que se encontra vulnerável, não sabe compreendê-los, não reconhece sua determinação nem conhecem meios de intervir adequadamente (PORTO, 2012).

As vulnerabilidades encontram-se conectadas com “as dinâmicas globais da sociedade e os espaços mais locais, onde os processos insalubres ocorrem”. Essas dinâmicas “introduzem e multiplicam processos ambientais danosos à saúde dos povos e determinantes da acumulação de poder e de riquezas materiais” (PORTO, 2012, p. 44).

Novas vulnerabilidades determinadas pela implantação da transposição do rio São Francisco foram refletidas por líderes políticos Pipipã e expostas por eles como elementos produtores de fragilidades da organização sociopolítica e cultural indígena. O não cumprimento da promessa de acelerar a demarcação da terra, no PBA 12, configurou-se

como a maior vulnerabilidade em saúde no território. Os Pipipã concebem como elementos dificultadores da demarcação da terra, onde residem, os fortes interesses econômicos locais e regionais associados ao desinteresse político e à lentidão da lei que regula a política de demarcação: “Culpo a Lei. A Lei é lenta, pois temos grandes empresários por trás da coisa, se tivesse um esforço... Há uma ausência de força de vontade política nos três âmbitos.” (Indígena Jacó em entrevista à pesquisadora).

Os povos indígenas enfrentam dificuldades em comprovar que tradicionalmente habitam determinados espaços territoriais; o que tem provocado muitas questões na justiça, como no caso de práticas ancestrais em que os índios deixam as terras por 20, 30, 40 anos em descanso enquanto aguardam a recuperação da Natureza. Essa prática torna as terras vulneráveis porque “configura para fazendeiros, colonos, madeireiros, garimpeiros e outros que nelas pretendem se estabelecer, como se as terras estivessem abandonadas, o que não é o caso” (LOUREIRO, 2010, p. 517).

Considerando a situação de vulnerável inerente aos Pipipã, no período anterior à transposição, o estudo evidenciou que o projeto da transposição representou uma iniciativa governamental que inseriu novas vulnerabilidades no território Pipipã. Negou o direito à saúde, trouxe a doença. Foi percebida pela indígena Alberta como a maior doença: “A transposição já foi a maior doença que já passou por aqui. [...]. Não existe doença mais grave do que essa.” (Alberta em entrevista)

Ela relatou ter nascido na Aldeia Caraíbas, lugar de forte vínculo de pertencimento (ESCOBAR, 2005), onde viviam os antepassados, e sempre residiu com seus familiares. Trabalhava na agricultura de autoconsumo e na criação de caprinos. Alberta foi desterritorializada (HAESBAERT, 2003) e, residindo na Aldeia Travessão do Ouro, lamentava dia a dia a experiência vivida e a saída de Caraíbas.

Evidencia-se que a desterritorialização afetou o modo de vida tradicional dos Pipipã, especificamente a territorialidade, que fragilizou a etnia em sua totalidade. A territorialidade efetiva-se em todas as nossas relações cotidianas, ou melhor, ela corresponde às nossas relações sociais cotidianas em tramas, no trabalho, na família, na rua, na praça, na igreja, no trem, na rodoviária, enfim, na cidade, no campo e nas relações urbanas-rurais de maneira múltipla e híbrida (SAQUET; SPOSITO, 2009).

Considerações finais

O processo de implantação da transposição do rio São Francisco, no território Pipipã, reproduziu um padrão típico desterritorializador conforme os processos sociais evidenciados.

A desterritorialização e as novas vulnerabilidades decorreram de uma trama de processos decisórios coordenados pelo Estado brasileiro: a) a decisão política em afetar diretamente o território Pipipã com a criação da Área Diretamente Afetada (ADA); b) a não priorização pelo Estado dos projetos de vida dos indígenas; c) a negação do direito dos Pipipã de participação nas discussões sobre a transposição do rio São Francisco; d) o desmatamento extenso associado ao não reflorestamento do ecossistema caatinga; e) a falta de providência política no sentido de ofertar o abastecimento de água aos Pipipã, para consumo humano e produção, mesmo diante da inauguração do eixo leste em 2017; f) a destruição das melhores terras, baixios, para a agricultura de autoconsumo praticada pelos Pipipã; g) o descumprimento de acordos e de promessas estruturadoras e contidas no PAB 12 indígena.

As medidas mitigadoras propostas pelo Estado não beneficiaram em coisa alguma a população indígena citada, além de terem sido disponibilizadas de forma equivocada, ou seja, confundidas intencionalmente com ações propostas ou apresentadas por outras políticas públicas/benefícios em uso pelos Pipipã. Os indígenas foram submetidos a anos de espera pelos benefícios estruturadores prometidos pelo Estado no PAB 12, benefícios que ainda não ocorreram no 10.º ano de implantação.

Essa reflexão interdisciplinar, que utilizou a abordagem teórico-metodológica da reprodução social, compreensão ampla da vulnerabilidade e categorias da Ciência Geográfica, permitiu compreender e poder afirmar o agravamento da situação de vulnerabilidade que, hoje, os Pipipã vivenciam.

Evidenciaram-se a complexidade e os desafios de realização da reparação integral dos danos decorrentes da implantação desse grande empreendimento de desenvolvimento no território Pipipã. Os desafios ampliam-se quando consideramos os diversos projetos de natureza semelhante que atualmente se encontram em fase de implantação/implementação nos territórios indígenas em todo o Brasil.

Referências

ALMEIDA, A. W. B. *et al.* (coord.) **Nova cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: povo indígena Pipipã**. Manaus: UEA Edições, 2010. (Povos Indígenas do Nordeste, 5). Disponível em: <http://juracymarques.com.br/site/wp-content/uploads/2017/08/05-Pipipa.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2019.

ARCANJO, J. A. **Toré e identidade étnica: os Pipipã de Kambixuru, índios da Serra Negra**. 2003. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

AYRES, J. R. Entrevista com José Ricardo Ayres. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 51-60, 2018. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/sausoc/2018.v27n1/51-60/pt>. Acesso em: 15 nov. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão n.ºs 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais n.ºs 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo n.º 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 27 nov. 2017.

BRASIL. **Portaria n.º 254 de 31 de janeiro de 2002**. Dispõe sobre a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e integra a Política Nacional de Saúde. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 46-49, 6 fev. 2002. Disponível em: http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/files_mf/Pm_254_2002.pdf. Acesso em: 30 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Relatório de impacto ambiental (Rima)**: Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Brasília, 2004.

BREILH, J. Bases para uma epidemiologia contra-hegemônica. *In*: BREILH, J. (org.). **Epidemiologia crítica**: ciência emancipadora e interculturalidade. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006. cap. 6, p. 165-189.

CHELOTTI, M. C. Reterritorialização e identidade territorial. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 1, p. 165-180, abr. 2010.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997. v. 5.

DOMINGUES, R. C. **A vulnerabilização camponesa no contexto da transposição do rio São Francisco**: o desterro na vila produtiva rural baixio dos grandes (junco). 2016. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2016.

ECUADOR. Asamblea Constituyente. Constitución. **Constitución de la República del Ecuador 2008**. Última modificación: 13-jul-2011. Disponible em: https://www.oas.org/juridico/pdfs/mesicic4_ecu_const.pdf. Acesso em: 30 ago. 2018.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? *In*: Lander, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. (Colección Sur Sur). p. 69-86. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/35174090.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2018.

FUINI, L. L. A territorialização do desenvolvimento: construindo uma proposta metodológica. **Interações**, Campo Grande, v. 15, n. 1, p. 21-34, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/inter/v15n1/v15n1a03.pdf>. Acesso em: 14 out. 2016.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 29, n. 1, p. 11-24, jan. 2003.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, R.; BRUCE, G. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari.

GEOgraphia: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói, v. 4, n. 7, 2002. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13419/8619>. Acesso em: 21 ago. 2018.

LOUREIRO, V. R. Desenvolvimento, meio ambiente e direitos dos índios: da necessidade de um novo Ethos Jurídico. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 503-526, dez. 2010.

MOTA, C. N. Jurema e identidades: um ensaio sobre a diáspora de uma planta. *In*: LABATE, B. C.; GOULART, S. L. (org.). **O uso ritual das plantas de poder**. Campinas: Mercado das Letras; Fapesp, 2005. p. 219-238.

NICHIATA, L. Y. I. *et al.* Potencialidade do conceito de vulnerabilidade para a compreensão das doenças transmissíveis. **Revista da Escola de Enfermagem**, São Paulo, v. 45, n. 2 especial, p. 1769-1773, dez. 2011.

OLIVEIRA, K. E. Mobilizando o Nordeste indígena. *In*: OLIVEIRA, K. E. **Diga ao povo que avance!**: movimento indígena no Nordeste. Recife: Massangana, 2013. cap. 3, p. 103-165.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção n.º 169 sobre povos indígenas e tribais e resolução referente à ação da OIT/Organização Internacional do Trabalho**. 5. ed. Brasília: OIT, 2011. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2018/09/convencao-169-OIT.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2020.

PORTO, M. F. S. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: um ensaio de epistemologia política. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 93, p. 31-58, jun. 2011.

PORTO, M. F. S. **Uma ecologia política dos riscos**: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

QUADRO geral dos povos. **Povos Indígenas no Brasil**, 2018. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Quadro_Geral_dos_Povos. Acesso em: 19 jan. 2020.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/PENSAMENTO%20GEOGR%20C1FICO%202017/2-LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf>. Acesso em: 12 maio 2018.

SAMAJA, J. **A reprodução social e a saúde**: elementos teóricos e metodológicos sobre a questão das “relações” entre saúde e condições de vida. Salvador: Casa da Qualidade, 2000.

VERDUM, R. As obras de infraestrutura do PAC e os povos Indígenas na Amazônia brasileira. **Observatório de Investimentos na Amazônia**, set. 2012. Disponível em: https://indiosnonordeste.com.br/wp-content/uploads/2012/10/INESC_2012_IndiosePAC.pdf. Acesso em: 12 mar. 2020

VÍCTORA, C. G.; KNAUTH, D. R., HASSEN, M. N. A. **Pesquisa qualitativa em saúde**: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Ed. Tomo, 2000.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução de Cristhian Matheus Herrera. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

Sobre os autores

Glaciene Mary da Silva Gonçalves – Graduação em Medicina pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (1986). Mestrado em Saúde Pública pelo Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (IAM), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) (2008). Doutorado em Saúde Pública pelo Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (IAM), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) (2019). Docente do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (IAM), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-7792-4610>

Claudio Ubiratan Gonçalves – Graduação em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) (1999). Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) (2001). Doutorado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (2005). Docente da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-0777-4506>

André Monteiro Costa – Graduação em Engenharia de Minas pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) (1986). Mestrado em Saúde Pública pelo Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (IAM), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) (1994). Doutorado em Saúde Pública pelo Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (IAM), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) (2003). Docente do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (IAM), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0001-6043-129X>

Como citar este artigo

GONÇALVES, Glaciene Mary da Silva; GONÇALVES, Claudio Ubiratan; COSTA, André Monteiro. Desterritorialização e novas vulnerabilidades na construção do canal da transposição do rio São Francisco: território do povo Pipipã, Floresta, Pernambuco. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 324-337, dossiê, 2021.

Declaração de Contribuição Individual

Declaro para os devidos fins, na condição de primeiro autor, que o artigo “Desterritorialização e novas vulnerabilidades na construção do canal da transposição do rio São Francisco: território do povo Pipipã, Floresta, Pernambuco”, submetido a esta revista, trata-se de uma pesquisa a nível de pós-graduação, resultado de tese de doutorado sob orientação do Professor Dr. André Monteiro Costa. A construção do artigo foi realizada em parceria. A mim, **Glaciene Mary da Silva Gonçalves** coube realizar a pesquisa de campo, análise e sistematização dos resultados, revisão bibliográfica, o desenvolvimento teórico-conceitual e escrita, ao professor **Claudio Ubiratan Gonçalves** coube a orientação do referencial teórico e aprovação da versão final, ao Professor **André Monteiro Costa** coube, também, a orientação do referencial teórico e aprovação da versão final do artigo.

Recebido para publicação em 20/09/2020
Aceito para a publicação em 10/06/2021

A reforma agrária e o surgimento das ligas camponesas no estado de Goiás entre 1960-1964

Saimon Lima de Britto

Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Porto Nacional, Tocantins, Brasil.
e-mail:

Elizeu Ribeiro Lira

Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Porto Nacional, Tocantins, Brasil.
e-mail:

Resumo

Entre os anos de 1960 e 1964 o Estado de Goiás vivenciou grandes acontecimentos políticos e sociais de nível local e nacional. Com a vitória de Mauro Borges para o governo do estado em 1961, o Estado de Goiás viria a experimentar um novo modelo de reforma agrária, baseada nas comunidades agrícolas dos kibutzim de Israel. O projeto foi nomeado por Mauro Borges de Combinado Agro – Urbano, seria realizado em terras públicas e num modelo de cooperativa familiar. Concomitantemente a isso, a uma distância média de 100 km, mais especificamente no município de Dianópolis e no seu povoado Rio da Conceição, inicia-se a implantação de um núcleo revolucionário de treinamento guerrilheiro das Ligas Camponesas, providas de Pernambuco e sob a orientação de Francisco Julião e Clodomir Santos de Moraes. O principal objetivo da pesquisa é saber se houve alguma relação direta ou indireta entre esses dois acontecimentos simultâneos e se as Ligas Camponesas foram atraídas pelo projeto agro – urbano de Mauro Borges ou se o projeto agro – urbano foi implantado para acalmar os ânimos exaltados dos camponeses da referida região.

Palavras – chave: Reforma agrária; ligas camponesas; estado de Goiás; Mauro Borges; combinado agro – urbano.

Agrarian reform and the emergence of peasant leagues in the state of Goiás between 1960-1964

Abstract

Between the years 1960 and 1964 the State of Goiás experienced major political and social events at the local and national level. With the victory of Mauro Borges for the state government in 1961, the State of Goiás would come to experience a new model of agrarian reform, based on the agricultural communities of Israel's kibbutzim. The project was named by Mauro Borges de Combinado Agro - Urbano, it would be carried out on public lands and in a family cooperative model. Concomitantly to this, at an average distance of 100 km, more specifically in the municipality of Dianópolis and in its village Rio da Conceição, the implantation of a revolutionary guerrilla training nucleus of the Peasant Leagues, coming from Pernambuco and under the guidance of Francisco Julião and Clodomir Santos de Moraes. The main objective of the research is to know if there was any direct or indirect relationship between these two simultaneous events and if the Peasant Leagues were attracted by the agro-urban project of Mauro Borges or if the agro-urban project was implemented to calm the exalted spirits of the peasants of that region.

Keywords: Agrarian reform; peasant leagues; Goias state; Mauro Borges; agro - urban combined.

Reforma agraria y surgimiento de ligas campesinas en el estado de Goiás entre 1960-1964

Resumen

Entre los años 1960 y 1964, el Estado de Goiás experimentó importantes acontecimientos políticos y sociales a nivel local y nacional. Con la victoria de Mauro Borges para el gobierno estatal en 1961, el Estado de Goiás experimentaría un nuevo modelo de reforma agraria, basado en las comunidades agrícolas de los kibutzim de Israel. El proyecto fue nombrado por Mauro Borges de Combinado Agro - Urbano, se llevaría a cabo en terrenos públicos y en un modelo cooperativo familiar. Concomitantemente a esto, a una distancia promedio de 100 km, más específicamente en el municipio de Dianópolis y en su pueblo Rio da Conceição, la implantación de un núcleo revolucionario de entrenamiento guerrillero de las Ligas Campesinas, desde Pernambuco y bajo la guía de Francisco Julião y Clodomir Santos de Moraes. El objetivo principal de la investigación es saber si hubo alguna relación directa o indirecta entre estos dos eventos simultáneos y si las ligas campesinas fueron atraídas por el proyecto agro-urbano de Mauro Borges o si el proyecto agro-urbano se implementó para calmar los espíritus exaltados de los campesinos. de esa región

Palabras clave: Reforma agraria; ligas campesinas; Estado de Goias; Mauro Borges Agro - urbano combinado.

Introdução

Na década de 1960 o Brasil vivia um momento em que a reforma agrária estava entre as principais pautas discutidas nos mais diversos setores da sociedade. Em Goiás, Mauro Borges foi eleito governador do Estado no ano de 1961, e tinha em seu plano de governo a implantação de uma Reforma Agrária que segundo ele era “simples e objetiva”, utilizando dos modelos de *kibutz* que conheceu em sua visita a Israel (BRITTO; LIRA, 2019).

No ano seguinte, em 1962, surge no município de Dianópolis um núcleo das Ligas Camponesas, que ao comando de Clodomir Santos de Moraes, tinha como objetivo a luta armada e a revolução socialista nacional através da Reforma Agrária, tendo como exemplo a recente revolução cubana de 1959, recrutando camponeses, mineiros, estudantes, intelectuais, donas de casa e tantos outros, homens e mulheres destemidos, que sofriam com a exploração capitalista das altas concentrações de terras e assim buscavam justiça social (BRITTO; LIRA, 2018).

As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas em 1955 em Pernambuco e autodenominou-se Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP). Coube a Imprensa e a Assembleia Legislativa de Pernambuco batizar a Associação de "Ligas", vinculando os erroneamente as “Ligas” de 1945 organizadas pelo Partido Comunista Brasileiro e logo extintas em 1947 com a entrada do Partido à ilegalidade. A partir de 1959 as Ligas Camponesas se expandiram também

rapidamente em outros estados, aumentando o impacto político do movimento, como no caso do Estado de Goiás (MORAES, 1997).

O objetivo da pesquisa é analisar como se deu esse projeto de reforma agrária do então governador do Estado de Goiás Mauro Borges bem como a “coincidência” de surgir concomitantemente um núcleo de guerrilha das Ligas Camponesas à aproximadamente 100 km de distância do referido projeto de reforma agrária. Esses e outros questionamentos vão se desdobrando no decorrer da pesquisa. Para a realização da mesma foi efetivado a pesquisa bibliográfica bem como a pesquisa e trabalho de campo na referida região.

Referencial teórico metodológico

Conforme Margarida Moura (1988, p. 12) “Podemos descrever o camponês de diferentes maneiras. Uma delas é defini-lo como cultivador de pequenas extensões de terra, às quais controla diretamente com sua família.” A autora define de forma sucinta o camponês, mas afirma haver outras definições, ela trás conceitos e definições sobre o campesinato que foram de grande valia para nossa pesquisa.

Manoel Correia de Andrade trás seu entendimento sobre os camponeses e afirma que “O termo camponês, geralmente usado na Europa e no Oriente para indicar a grande comunidade de habitantes do campo que se dedica à exploração agrícola, visando precipuamente o auto-abastecimento.” (ANDRADE, 1989, p. 6). Vemos o ponto chave na fala de Andrade e Moura da comunidade campesina, o auto-abastecimento e o trabalho familiar, são características bases para se reconhecer o camponês.

De acordo com Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1991, p. 14) “No centro das lutas tem estado à luta contra a apropriação privada da terra. O fim da propriedade privada da terra coloca em questão o fim da propriedade dos meios de produção.”. Vemos que Oliveira relaciona e condiciona diretamente a propriedade privada com os meios de produção, a fala do professor Ariovaldo vai ao encontro da essência de terras coletivas do projeto implantado por Mauro Borges na década de 1960, o autor é essencial para o entendimento de nossa pesquisa.

Sobre a implantação do sistema de reforma agrária copiado dos *kibutzim* de Israel por Mauro Borges, vamos trazer duas obras de sua autoria, o livro Plano MB (1987) onde ele descreve na teoria como deveria ser o seu projeto de reforma agrária. O outro livro usado foi a sua autobiografia (2002) onde ele relata toda sua vida pessoal e política que foram essenciais para entender seu projeto.

Elide Rugai Bastos em seu livro **As Ligas Camponesas** nos apresenta a origem do movimento.

A mobilização camponesa do Nordeste, que assume a denominação de “Ligas Camponesas”, inicia-se no Engenho Galileia, em Pernambuco, no ano de 1954. O movimento expande-se rapidamente. Esse crescimento deve-se às condições políticas e sociais favoráveis e explica-se pelo fato de sua social – o foreiro – representar uma categoria social ameaçada de extinção. (BASTOS, 1984, p. 18)

A autora é de extrema importância para o acompanhamento de expansão geográfica das Ligas tal como sua movimentação política a nível nacional.

Britto e Lira (2018, 2019) trazem à tona um fato pouco estudado sobre a referida região, a presença das Ligas Camponesas no norte do Estado de Goiás, mais especificamente no município de Dianópolis, que data de 1962, e desvendam acontecimentos através de entrevistas e relatos de camponeses e envolvidos da época, bem como documentos, além de fotos e mapas que retratam o que aconteceu naquela remota região, hoje sudeste do Estado do Tocantins.

Os autores ora citados, bem como outros, fazem parte da pesquisa bibliográfica realizada para a efetivação de nossa pesquisa e como elementos norteadores que embasaram e deram rumos aos resultados através dos conceitos juntamente com o trabalho de campo que trouxe a materialidade da pesquisa trazendo embasamento bibliográfico, empírico e documental.

Também foram utilizados sites de órgãos públicos oficiais no intuito de levantar as informações necessárias que vão desde dados geográficos a fatos históricos. A pesquisa segue os conceitos e análises do materialismo histórico dialético para o entendimento dos processos geográficos sociais em questão.

A reforma agrária em Goiás entre 1960 - 1964

A Reforma Agrária era vista pelo então Governador do Estado de Goiás Mauro Borges como uma solução contra a pobreza e o desenvolvimento do Estado “A Reforma Agrária se coloca, então, como elemento chave na aceleração do desenvolvimento econômico, social e político.” (TEIXEIRA, 1987, p.12). Mauro Borges via na reforma agrária um retorno positivo para a sociedade e peça chave para o desenvolvimento econômico e social.

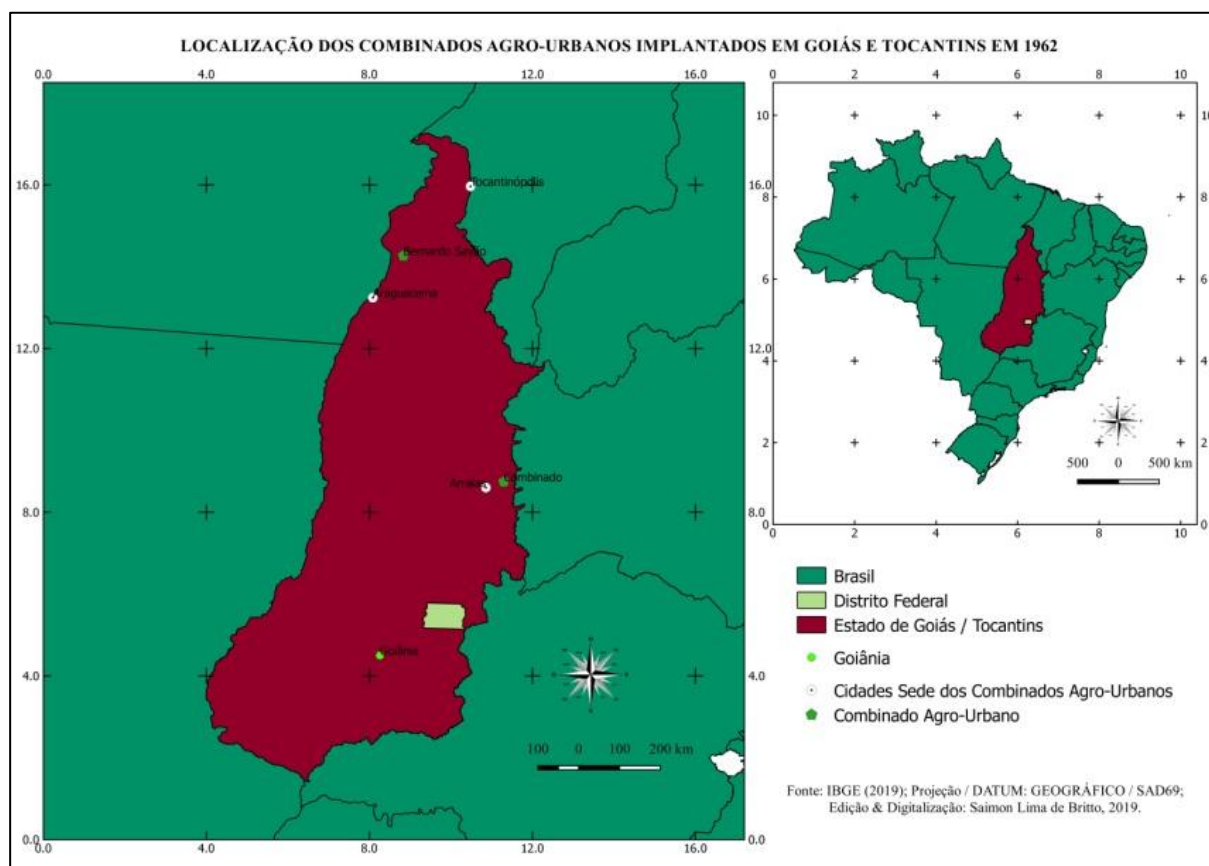
Eleito para o mandato que deu início em 1961, Mauro Borges fez uma viagem a Israel em 1962 e por 20 dias observou e estudou o modo de produção coletiva familiar dos Judeus, a qual eles chamam de *kibutz*. O modelo trata de um sistema de cooperativa agro-urbana onde a produção e a distribuição dos alimentos, e os lucros de seu excedente, são

distribuídos entre todos da comunidade de maneira proporcional ao tamanho de cada família. Dessa experiência de agricultura coletiva em Israel Mauro Borges teve a ideia de criar no Estado de Goiás as Rurópolis, ao seu projeto deu o nome de Combinados Agro – Urbanos (BRITTO; LIRA, 2019).

Mauro Borges empenhou suas forças no que acreditava ser a chave para a solução dos problemas do povo pobre que o elegeu governador pelo Estado de Goiás, a reforma agrária era além de tudo uma promessa de campanha, um de seus carros chaves na “corrida eleitoral” para o Palácio das Esmeraldas, apoiado por seu pai o então Senador Pedro Ludovico Teixeira, político influente no cenário nacional.

Em uma de suas falas, Mauro Borges (2002, p.194) afirma que “Sou mais favorável a que se dê a terra ao trabalhador que não a possua e que possa trabalhá-la, sem ser proprietário, do que a distribuição pura e simples (...)” Ele era contrário ao sistema de reforma agrária de distribuição de títulos de terras, pregava em seus discursos o trabalho coletivo e cooperado familiar em terras públicas.

Mauro Borges não tinha em seus planos distribuir terras, mas sim, algo como um empréstimo, um aluguel, ou uma cessão de usufruto, para que os camponeses pudessem trabalhar e retirar os frutos da terra e de seu trabalho sem serem explorados pelos pagamentos de foros e arrendamentos abusivos. O projeto de reforma agrária em Goiás era para ser implantado de norte a sul do território goiano no intuito de atender as regiões mais longínquas do estado. Segue mapa 1 com a localização dos Combinados Agro – Urbanos implantados pelo governador Mauro Borges no ano de 1962.

Mapa 1: Localização dos Combinados Agro – Urbanos Implantados em 1962

Fonte: TEIXEIRA (1987) Org. Saimon Lima de Britto (2019)

Três foram os Combinados Agro – Urbano implantados pelo governador Mauro Borges no ano de 1962, esses núcleos foram instalados todos no antigo norte goiano, atual Estado do Tocantins. O Combinado Agro – Urbano de Arraias, localizado no município de Arraias, a Frente de Colonização do Norte do Estado, com sede no município de Tocantinópolis e o Núcleo Colonial Bernardo Sayão, localizado no município de Araguacema (TEIXEIRA, 1987).

O Combinado Agro – Urbano de Arraias era seu projeto piloto, pois além de ser o primeiro, foi implantado a partir do zero, sem nenhuma estrutura ou organização que lhe pré-antecedesse, ao contrário do Núcleo Colonial Bernardo Sayão, projeto iniciado pelo governo federal e encampado pelo governo de Goiás para dar continuidade, e da Frente de Colonização do Norte do Estado, que já tinha a organização social da Cooperativa dos Babaqueiros do Norte Goiano demandando o projeto (BRITTO; LIRA, 2019). Aqui, iremos nos atentar somente ao Combinado Agro – Urbano de Arraias, o maior e mais importantes dos projetos de reforma agrária implantados por Mauro Borges.

De acordo com Mauro Borges (1987, p.30) “O primeiro e mais importante empreendimento do Governo de Goiás, no setor da política de desenvolvimento agrário a que se propõe, é o Combinado Agro – Urbano de Arraias”. Vemos nessa fala certa

empolgação do então governador com o início do projeto, colocando-o como o mais importante de seu governo na área do desenvolvimento agrário. Borges escolheu o município de Arraias, para a implantação do projeto piloto que ficou denominado de Combinado Agro – Urbano de Arraias. O projeto fora implantado na zona rural do município ficando a uma distância média de 60 km em linha reta da zona urbana da cidade de Arraias.

Segundo Teixeira (2002), o projeto consistia de quatro núcleos coloniais idênticos e de uma área urbana, cada núcleo com cerca de 1.300 alqueires geométricos, ou seja, 6.300 hectares. Por sua vez, cada núcleo seria subdividido em 200 lotes agrícolas de 25 hectares, destinando-se um lote para cada família. No centro geométrico de cada um dos quatro núcleos, designados pelas letras A, B, C e D, seria construída uma pequena vila de 200 casas residenciais para as famílias dos camponeses, prédios para cooperativa mista, unidade de assistência técnicas, escola primária e um posto de saúde, além de uma patrulha mecanizada, armazéns e silos, templo religioso, centro social e uma praça de esportes.

O projeto tinha o intuito de realizar a reforma agrária em terras públicas, mas também tinha como objetivo colonizar as áreas remotas do imenso território goiano da década de 1960. Observamos nas entrevistas que os camponeses que chegavam ao projeto eram chamados de colonos e o Combinado Agro – Urbano de colônia, ou colônia agrícola, ou apenas de Combinado. Baseados nas informações oficiais e nas entrevistas realizadas com pessoas da época fizemos um croqui do que foi relatado. Segue figura 1 do que seria a ideia inicial estrutural do projeto Combinado Agro – Urbano de Arraias.

Figura 1: Ideia inicial do projeto Combinado Agro – Urbano de Arraias

<p style="text-align: center;">CAU / 1</p> <p style="text-align: center;">Total da área: 6.300 hectares 200 lotes agrícolas de 25 hectares Vila com 200 casas residenciais</p>	<p style="text-align: center;">R 2</p> <p style="text-align: center;">Total da área: 6.300 hectares 200 lotes agrícolas de 25 hectares Vila com 200 casas residenciais</p>
<p style="text-align: center;">R 3</p> <p style="text-align: center;">Total da área: 6.300 hectares 200 lotes agrícolas de 25 hectares Vila com 200 casas residenciais</p>	<p style="text-align: center;">R 4</p> <p style="text-align: center;">Total da área: 6.300 hectares 200 lotes agrícolas de 25 hectares Vila com 200 casas residenciais</p>

Fonte: Trabalhos de Campo e Pesquisa Bibliográfica (2019). Org. Saimon Lima de Britto (2020)

O croqui apresenta de maneira simples o que seria o projeto de reforma agrária tutelado pelo governo do Estado de Goiás. Em entrevista realizada com o senhor Arcelino de Souza na atual cidade de Combinado – TO, ele confirma as informações sobre a organização e o planejamento estrutural do projeto. O senhor Arcelino chegou ao projeto Combinado Agro – Urbano de Arraias em 1962 aos 21 anos de idade, carpinteiro, era servidor público estadual do IDAGO – Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás, autarquia criada por Mauro Borges para viabilizar o projeto de reforma agrária. O senhor Arcelino nos conta que trabalhava na construção das casas provisórias dos camponeses, ele relata que:

Um 300 famílias, R1, R2, R3 e R4 todos tinham gente. O R1 era o Combinado, com o nome de CAU/1 e R2, R3 e R4 eram Rurópolis. Todos cheios de gente, eu to falando em 300 famílias, mas tinha muito mais. Eram 4 Rurópolis cheias de gente, agora no CAU/1 era onde tinha mais, já tinha energia a motor, tocava serraria, marcenaria, e outras coisas, o governo ainda não tinha puxado energia para as outras Rurópolis. A ideia do governo é que todas as Rurópolis ficassem como a CAU/1 a ideia era juntar elas, unir elas em uma cidade só. Tinha uma vila de casas, cada família tinha sua casa na vila e seu pedaço de terra pra plantar. (Entrevista com o senhor Arcelino de Souza em março de 2019)

O CAU/1 significa Combinado Agro – Urbano / 1 e R2; R3; e R4 são as Rurópolis 2, 3 e 4. Chamava-se Combinado Agro – Urbano e Rurópolis, pois seria a mistura do rural com

o urbano, onde haveria a gleba de terras para o trabalho e a vila de casas para moradia com uma estrutura pública mínima de escola, hospital, prédios administrativos e comércio. Ao todo, somando a área das quatro glebas de 6.300 hectares cada, o projeto tinha uma área total de 25.200 hectares.

O senhor Arcelino continua relatando que:

Aqui tudo era fartura, o governo não deixava faltar nada, tinha hospital, aeroporto, rádio, escola, apoio técnico, aqui tinha agrônomos, engenheiros, tinha todo tipo de gente. Aqui tinha uma vila que abrigava só os funcionários do governo, chamava “acampamento” e chama até hoje “acampamento”, “povoado acampamento”. Tinha um galpão do governo onde os colonos depositavam sua produção para de lá ser distribuído de forma proporcional para as famílias e o excedente da produção já tinha a compra garantida pelo governo. (Entrevista com o senhor Arcelino de Souza em março de 2019)

O senhor Arcelino nos revela sobre o fim do projeto com a saída do governador Mauro Borges do poder através do golpe civil-militar de 1964. Segundo ele os militares não estiveram em Combinado, eles simplesmente abandonaram o lugar, houve prejuízo de toneladas de sacas de milhos, muitos camponeses foram embora, os funcionários foram embora e poucos, como ele, resistiram. De acordo com Arcelino as terras que eram uma cessão do Estado e era proibida a comercialização, logo começaram a serem vendidas pelo próprio IDAGO acabando de vez com a essência do projeto de produção coletiva e cooperativa familiar em terras públicas.

No emancipado município de Combinado – TO também entrevistamos a senhora Celina da Silva Ramos, hoje aos 79 anos, professora aposentada, trabalhou no Projeto Combinado Agro – Urbano de Arraias. Ela nos conta que:

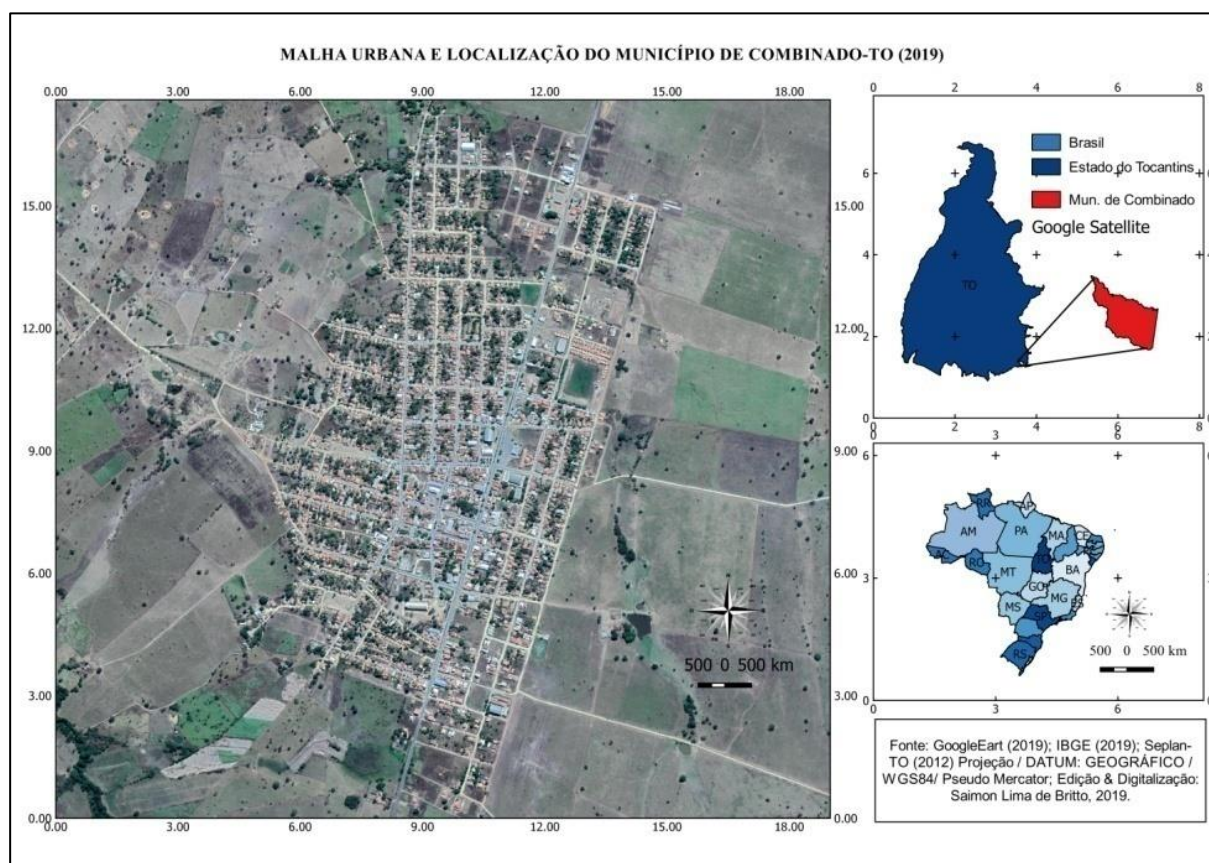
Sou natural de Arraias, mas formei em magistério na cidade de Morrinhos, depois fui mandada pra trabalhar aqui no Combinado. Quando eu cheguei aqui a educação era precária, mas foi melhorando, aqui tinha R1, R2, R3, R4 e Acampamento, em todas as Rurópolis tinha gente morando, e todas tinham escolas, tinham 4 escolas e ainda tinha uma escola no Acampamento, era muita gente né. Eu trabalhava na escola da R1, que é o Combinado hoje, e era professora da Secretaria de Educação de Goiás, a escola pertencia a Delegacia Metropolitana de Goiás, em Goiânia, de lá as provas já vinham prontas. (Entrevista com a professora Celina Ramos em março de 2019)

Ao ser perguntado se ouviu falar sobre as Ligas Camponesas ou algum movimento Comunista na região ela afirma que “Sim” ouviu algo sobre, mas que não sabe dar mais detalhes. Continuamos a indagação e afirmamos que o então governador Mauro Borges havia sido acusado de práticas comunistas pelos militares em 1964, ela saiu em sua defesa e afirma que Mauro Borges nunca falou em Comunismo em Combinado.

Mauro Borges apesar de ter apoiado o golpe civil-militar de 1964, foi destituído do cargo de governador por intervenção federal pelo então Presidente Castelo Branco. Borges foi acusado de práticas comunistas por seus opositores devido a sua ideia de realizar uma reforma agrária em terras públicas baseado no modelo de cooperativa familiar (TEIXEIRA, 2002).

Após a saída de Mauro Borges o projeto foi abandonado e no ano de 1987, o Combinado Agro – Urbano de Arraias foi desmembrado da cidade de Arraias, tornando-se um município independente pela força da Lei Estadual nº 10.402 e instalado em 1989. Hoje, o município de Combinado – TO possui uma população de 4.669 habitantes, com gentílico de combinadense, em uma área territorial de 209, 572 km² e está localizado a sudeste do Estado do Tocantins a uma distância de 68,7 km da cidade de Arraias – TO pela rodovia TO-110 (IBGE, 2010). Segue mapa 2 de localização do município e da atual malha urbana da cidade de Combinado – TO.

Mapa 2: Malha Urbana e Localização do Município de Combinado – TO



Fonte: Seplan-TO (2012) Org. Saimon Lima de Britto (2019)

Em análise a imagem de satélite verificamos uma malha urbana organizada predominantemente quadriculada, com um eixo central formado pela principal rodovia que corta a cidade do início ao fim, essa organização urbana vai sendo dada continuidade à

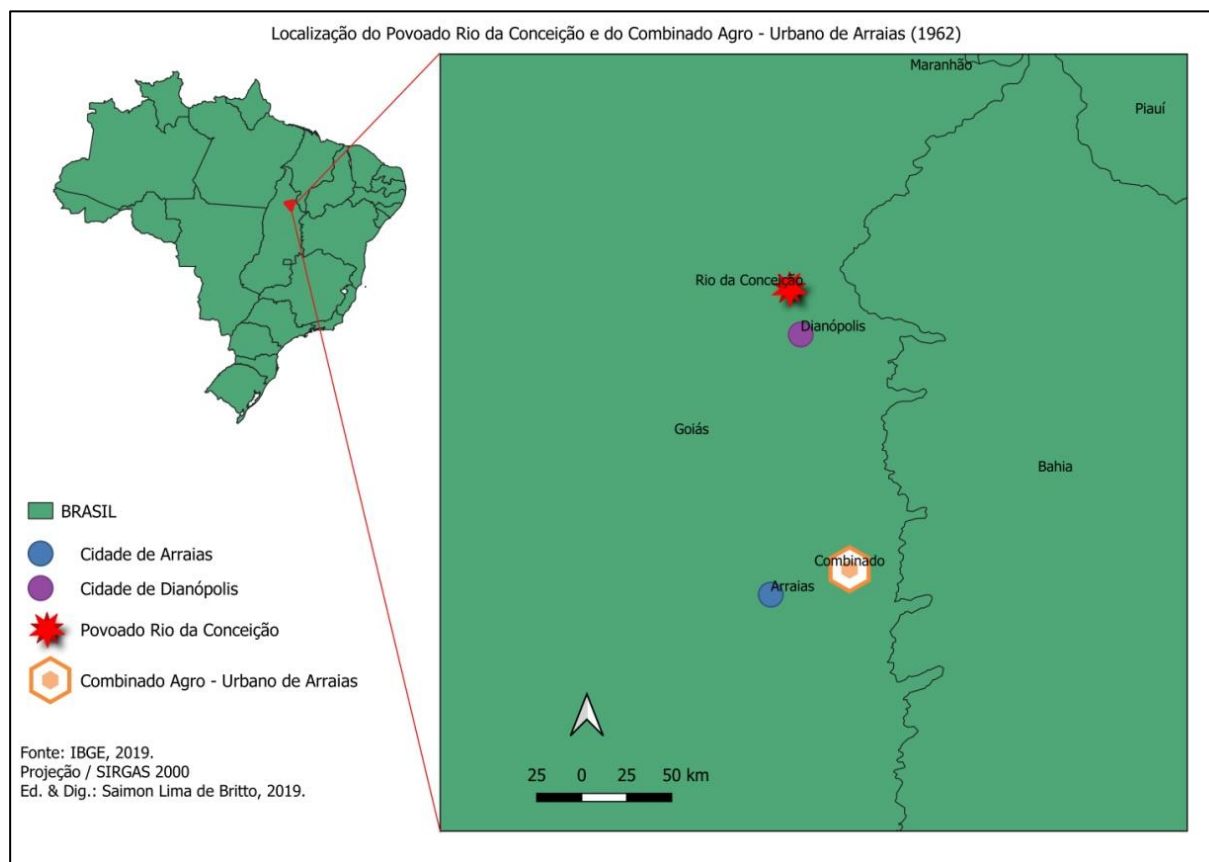
medida em que a cidade vai se expandindo. Em volta da cidade, observa-se campus de plantações de silviculturas e pastos, além de estradas vicinais e propriedades rurais, é o que se transformou o projeto de Combinado Agro – Urbano de Arraias, uma pequena cidade que vive do campo, mas não mais como foi projetada inicialmente, pois as relações com o campo agora são outras com a inserção e o aparecimento de novos agentes sociais e novos elementos econômicos.

O surgimento das Ligas Camponesas em Goiás

As Ligas Camponesas deram início em 1955 no município de Vitória de Santo Antão – PE com a fundação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco – SAPP no engenho Galileia, sob o comando de José dos Prazeres e Francisco Julião. Logo depois se expandiu para o interior do Brasil, como um movimento unificado em prol da reforma agrária nacional. Após o congresso nacional dos camponeses realizado 1961 em Belo Horizonte, foi decidido pela maioria dos presentes pela reforma agrária radical, na lei ou na marra. As Ligas Camponesas passaram a implantar núcleos guerrilheiros no interior do Brasil, motivados pela revolução cubana de 1959, e o Estado de Goiás foi um dos escolhidos (JULIÃO, 1961).

Enquanto Mauro Borges implantava seu projeto de Reforma Agrária no antigo norte goiano, atual do Estado do Tocantins, surgiu concomitantemente na mesma região, no município de Dianópolis, no então povoado Rio da Conceição, um núcleo guerrilheiro das Ligas Camponesas, inicialmente disfarçados de Companhia Agropecuária, porém com uma proposta de reforma agrária através da revolução socialista nacional. Projetos distintos, porém com a mesma finalidade, a reforma agrária. Segue mapa 3 de localização do Combinado Agro – Urbano de Arraias e do Povoado de Rio da Conceição, então zona rural do município de Dianópolis, onde se instalou um núcleo de guerrilha das Ligas Camponesas em 1962.

Mapa 3: Localização do Povoado Rio da Conceição e do Combinado Agro – Urbano de Arraias (1962)



Fonte: Pesquisa bibliográfica (2019) Org.: Saimon Lima de Britto (2019)

O povoado de Rio da Conceição e o projeto Combinado Agro – Urbano de Arraias eram coincidentemente próximos, a uma distância em linha reta de aproximadamente 100 km, seria essa proximidade uma silenciosa contrarrevolução por parte do Governador do Estado de Goiás em acalmar os ânimos na referida região, ou uma forma de apoio indireta para incentivar a reforma agrária nacional? Essa resposta fica um pouco obscura em nossas entrevistas realizadas nas cidades de Dianópolis – TO, Rio da Conceição – TO e Combinado – TO, com pessoas que viveram àquela época.

Em entrevista realizada em março de 2019 na cidade de Dianópolis – TO como parte da nossa pesquisa de campo, o camponês Gesílio Carvalho afirma que:

As Ligas Camponesas chegaram disfarçados de empresa e diziam que iriam desenvolver o lugar, deram trabalho remunerado aos camponeses, ofereciam escola, promoviam festas, tratavam dos doentes e prometiam produzir grandes plantações e criação de gado. Havia rumores que eles recebiam dinheiro em espécie provindos de Cuba de avião através de um comerciante da cidade de Dianópolis. (Entrevista com o senhor Gesílio Carvalho em março de 2019)

Perguntamos para o camponês Gesílio Carvalho se ele sabe ou soube na época sobre alguma ligação entre as Ligas Camponesas em Dianópolis / Rio da Conceição e o Combinado Agro – Urbano de Arraias implantados pelo então governador Mauro Borges. O senhor Gesílio nos revela que Mauro Borges esteve em Dianópolis e se hospedou na casa do senhor Hagahús Araújo, na época Hagahús era um homem muito influente na região.

De acordo com o senhor Carvalho, o governador Mauro Borges conversou diretamente com as lideranças das Ligas Camponesas e segundo ele “conversou bem conversado” o conteúdo detalhado dessa conversa ele afirma não saber, mas afirma que “sem dúvida falaram sobre a reforma agrária”. Ao ser perguntado quem atraiu quem sobre as Ligas Camponesas e o Combinado – Agro – Urbano de Mauro Borges, o senhor Gesílio Carvalho acredita que ambos se atraíram.

Ainda em Dianópolis – TO, tivemos a oportunidade de conversar com o senhor Hagahús Araújo que aos 90 anos, nos concedeu uma entrevista. Em uma de suas falas, ele nos relata que era muito próximo do governador Mauro Borges e conta que ao recebê-lo em sua casa:

Eu fui convidado pelo Mauro para ser o diretor chefe do Combinado Agro – Urbano de Arraias, mas quando cheguei lá recusei o convite, era uma bagunça, não tinha ordem nem critérios para a aquisição das terras, qualquer um poderia chegar, então não aceitei o cargo. (Entrevista com o senhor Hagahús Araújo em março de 2019).

O senhor Hagahús não nos conta mais detalhes sobre a conversa com Mauro Borges, nos relata apenas que foi convidado a participar do projeto de reforma agrária. Dando continuidade a pesquisa de campo, entrevistamos o senhor Hastrogildo de França, camponês e primo do senhor Gesílio Carvalho, também teve contato direto com as Ligas Camponesas, aos 82 anos de idade e residente na atual cidade de Rio da Conceição – TO, ele nos relata que:

Os integrantes das Ligas Camponesas não falavam claramente suas intenções para o povo, o povo não sabia de fato seus objetivos. Meu pai tinha um comércio e os rapazes das Ligas Camponesas eram bons clientes, pois pagavam bem e pagavam a vista. As pessoas que se relacionavam com eles não eram com intenções ideológicas, eram bons fregueses e faziam caridades para as pessoas, só isso. (Entrevista com o senhor Hastrogildo de França em março de 2019)

Ao ser questionado se havia alguma ligação entre as Ligas Camponesas e o Combinado Agro – Urbano de Arraias, ele diz acreditar que sim, devido à coincidência da proximidade e da ideia inovadora do projeto de reforma agrária de Mauro Borges, ceder

terras públicas para os pobres que queriam trabalhar, mas também não nos dá certeza sobre nenhum tipo de relação entre os dois acontecimentos.

As Ligas Camponesas já se figuravam como um movimento comunista de nível nacional, e era vista como uma grande ameaça contra a estrutura latifundiária do país bem como dos privilégios da classe dominante, ao mesmo tempo em que viam um presidente da república disposto a realizar as reformas de base. Para Ariovaldo U. Oliveira (1993):

O movimento das Ligas Camponesas tem que ser entendido, não como um movimento local, mas como manifestação nacional de um estado de tensão e injustiças a que estavam submetidos os trabalhadores do campo e as profundas desigualdades nas condições gerais do desenvolvimento capitalista no país. (OLIVEIRA, 1993, p. 27)

Pouco antes do golpe militar de 1964, ainda no ano de 1962, o núcleo guerrilheiro das Ligas Camponesas da região de Dianópolis e Rio da Conceição foi dissolvido pelas Forças Armadas e pela Polícia Federal apoiadas por juizes e políticos locais conservadores da época, seus integrantes fugiram, uns de avião rumo a Goiânia, outros a pé e a cavalo, pelos sertões da Bahia. De acordo com Ariovaldo Umbelino de Oliveira:

Inevitáveis e históricas, as Ligas Camponesas sacudiram o campo nordestino nos anos cinquenta e sessenta. A violência do golpe militar de 64 sufocou o anseio de liberdade do morador sujeito dos latifúndios armados do Nordeste brasileiro. Caçaram e cassaram as lideranças dos camponeses em lutas. Muitos “fugiram”, fingindo, sumiram, foram assassinados. (OLIVEIRA, 1993, p. 17)

Foi o fim das Ligas Camponesas em Goiás, assim como de qualquer intenção de reforma agrária no país, o golpe civil-militar de 1964 também foi chamado de revolução de 1964, de acordo com seus apoiadores contra a implantação do comunismo no Brasil, como acontecera recentemente em Cuba em 1959 através da revolução camponesa de Fidel Castro.

Em 1988, com a retomada da democracia e a promulgação da Constituição Federativa do Brasil, criou-se o Estado do Tocantins a partir do paralelo 13º S e os referidos municípios da pesquisa que faziam parte do Estado de Goiás passaram a fazer parte do Estado do Tocantins. Ainda em 1987, o Combinado Agro – Urbano de Arraias foi desmembrado do município de Arraias, porém, instalado apenas em 1989 como município autônomo e com o nome de Combinado – TO. Já o povoado de Rio da Conceição foi emancipado pelo Estado do Tocantins através da Lei Estadual nº 251 de 1991 onde se criou o município de Rio da Conceição – TO e instalado somente em 1993 (IBGE, 2019).

Considerações finais

Na década de 1960, surge Mauro Borges no Estado de Goiás com a proposta de um novo modelo de reforma agrária, baseada nos *kibutzim* de Israel, no formato de cooperativas familiares em terras públicas e custeadas pelo Estado. Seu projeto chamara Combinado Agro – Urbano, uma mistura de urbano e rural. Ao mesmo tempo em que se instala um núcleo guerrilheiro das Ligas Camponesas na mesma região, no entanto, com uma proposta de reforma agrária através da revolução social.

Tanto o projeto de Mauro Borges como a ação dos camponeses pelo seu direito a terra, foram desfeitos pelos militares e pelas forças conservadoras da época. Acredita-se através de relatos e fatos coincidentes que havia uma forte ligação entre os dois acontecimentos, não se sabe ao certo se a reforma agrária de Mauro Borges surgiu para frear as ideias revolucionárias dos camponeses ou se como forma de apoio indireto, encorajando trabalhadores a se unirem para um bem comum a nível nacional.

Atentamo-nos a duas características relevantes em nossas entrevistas, os camponeses entrevistados em Rio da Conceição – TO e Dianópolis – TO sabiam da existência e de uma possível relação entre o Combinado Agro – Urbano de Arraias e as Ligas Camponesas, já os entrevistados da atual cidade de Combinado – TO mostraram pouco ou nenhum conhecimento sobre as Ligas Camponesas, algo que pode ter sido proposital ou mera coincidência, pois quando se trata de tempos remotos e de assuntos políticos delicados existe uma linha tênue entre “não saber” e “não querer saber”.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas camponesas no nordeste**. Série Princípios. 2ª Edição. Editora ática: São Paulo, 1989.

AZEVEDO, Fernando Antonio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Mauro Borges: Biografia. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/1535/biografia> Acesso em: 18 de janeiro de 2020.

BRASIL. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/combinado/panorama> Acesso em: 10 de outubro de 2019.

BRITTO, Saimon Lima De.; LIRA, Elizeu Ribeiro. **As Ligas Camponesas na Região de Dianópolis – TO: Uma proposta de Reforma Agrária na marra**. In: LIRA, E. R. (Org.). Geografia Agrária do Tocantins: Campesinato, Latifúndio e Conflitos. Goiânia: Kelps, 2018. P. 245-259.

_____. **O Projeto de Reforma Agrária de Mauro Borges em Território Tocantinense em 1962.** In: V SIMPÓSIO NACIONAL: CIDADES, FRONTEIRA E TERRITÓRIO TRADICIONAL E VIII SIMPÓSIO DO NURBA. Porto Nacional: UFT, 2019. Anais Eletrônicos. Disponível em: <https://simposionurbaaft.wixsite.com/nurba/anais-eletronicos> Acesso em: 05 de julho de 2019.

FONSECA, Gondin da. **Assim Falou Julião.** São Paulo: Editora Fulgor, 1962.
JULIÃO, Francisco. **Que são as Ligas Camponesas?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

LIRA, Elizeu Ribeiro. (Org.). **Geografia agrária do Tocantins: campesinato latifúndio e conflitos.** Goiânia: Kelps, 2018.

MORAIS, Clodomir Santos de. **História das ligas Camponesas do Brasil.** Brasília: IATTERMUND, 1997.

MOURA, Maria Margarida. **Camponeses.** Série Princípios, 2ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1988.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil.** – Coleção Caminhos da geografia. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. Arioaldo Umbelino de. **A Geografia das Lutas no Campo.** 5ª Ed. São Paulo: Contexto 1993.

_____. Arioaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura.** 3ª Ed. São Paulo: Ática, 1990.

_____. Arioaldo Umbelino de, e outros. **Território em Conflito, Terra e Poder.** Goiânia: Kelps, 2014.

OPÇÃO, Jornal. **O humanista Ruy Rodrigues lutou pela educação em Goiás, África, França e Tocantins.** Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/morre-ruy-rodrigues-o-humanista-que-lutou-pela-educacao-em-goias-africa-franca-e-tocantins-78693/> Acesso em: 26 de outubro de 2019.

TEIXEIRA, Mauro Borges. **Estrutura agrária do governo Mauro Borges.** Brasília: Cegraf, 1987.

_____, Mauro Borges. **Tempos idos e vividos: Minhas experiências.** 2ª Ed. Goiânia: Ed. do autor: 2002.

Sobre os autores

Saimon Lima de Britto – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) (2017). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) (2020). Fiscal Ambiental do Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins). **ORCID** – <https://orcid.org/0000-0001-5168-8747>

Elizeu Ribeiro Lira – Graduação em Geografia pelo Centro Universitário de Brasília (1987). Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) (1995). Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de

Mesquita Filho (UNESP) (2004). Docente da Universidade Federal do Tocantins (UFT).
OrcID – <https://orcid.org/0000-0003-2190-9646>

Como citar este artigo

BRITTO, Saimon Lima de; LIRA, Elizeu Ribeiro. A reforma agrária e o surgimento das ligas camponesas no estado de Goiás entre 1960-1964. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 338-354 , Dossiê, 2021.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica, foram desenvolvidas em conjunto. O autor **Saimon Lima de Britto** ficou responsável pelo levantamento das informações em trabalho de campo na região sudeste do Estado do Tocantins, bem como trabalho de campo no município de Vitória de Santo Antão – PE, e trabalho de campo na cidade de Goiânia – GO. O segundo autor **Elizeu Ribeiro Lira**, cuidou da interpretação, análise e orientação para desenvolvimento teórico-conceitual do artigo.

Recebido para publicação em 20/09/2020
Aceito para a publicação em 10/06 2021

Trajetórias camponesas no Acampamento Reduto do Caraguatá: processos migratórios e resistência ao latifúndio no estado do Paraná

Silas Rafael da Fonseca

Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Campus de União da Vitória, Paraná, Brasil.
e-mail: silasfonseca2@gmail.com

Resumo

O artigo busca analisar as trajetórias de luta das acampadas e dos acampados no Acampamento Reduto do Caraguatá, localizado no município de Paula Freitas/PR. Também são destacados os diferentes processos de migração pelo qual passaram ao longo do processo de enfrentamento ao latifúndio. Metodologicamente foram realizados trabalhos de campo e doze entrevistas com famílias acampadas. Destaca-se a importância do uso das fontes orais para os estudos em Geografia Agrária, assim, nos utilizamos de questionários semiestruturados que serviram de apoio para as entrevistas e possibilitaram compreender não apenas as trajetórias das famílias entrevistadas, mas também o processo de organização do acampamento e como as famílias tomaram conhecimento destas lutas. Deste modo, as entrevistas não apresentam apenas os lugares onde os camponeses e as camponesas passaram, mas, sobretudo, as dificuldades desse processo, as pessoas que migraram junto e aquelas que ficaram pelo caminho. Conclui-se que o acampamento é a materialização da luta contra o latifúndio, em defesa da autonomia do trabalho e pela manutenção da família camponesa.

Palavras-chaves: Campesinato; família; migração; latifúndio; autonomia do trabalho.

Peasant Paths at the Camp Stronghold of Caraguatá: migratory processes and land property resistance in Paraná state

Abstract

The article aims to analyse the struggling paths of campers in Caraguatá Stronghold Camping, located in Paula Freitas/PR. It is also highlighted the different migration processes which they have been through land property confrontation process. Methodologically, it was done a field work and twelve interviews with camping families. It is highlighted the importance of oral sources for the Agrarian Geography studies, thereby, it was used semi-structured questionnaires that worked as a support for the interviews and enabled to understand, not just the paths of interviewed families, but also camping organizational processes and how the families got to know those struggles. That way, the interviews did not present only the venues where the peasants went through, but, overall, those difficulties processes, the people who migrated with the ones that got in the way. It was concluded that camping is the struggling materialization against land property, in defense of working autonomy and peasant's family maintenance.

Key-words: Peasantry; family; migration; land property, working autonomy.

Trayectorias campesinas en el Campamento Reducto do Caraguatá: procesos migratorios y resistencia al latifundio en el estado de Paraná

Resumen

El artículo busca analizar las trayectorias de lucha de las encampadas y los encampados en el Campamento Reducto do Caraguatá, situado en el municipio de Paula Freitas/ PR. También se destacan los diferentes procesos de migración por los que pasaron durante el proceso de enfrentar a los latifundios. Metodológicamente, se realizaron trabajos de campo y doce entrevistas con familias acampadas. Se destaca la importancia de utilizar fuentes orales para estudios en Geografía Agraria, por lo que utilizamos cuestionarios semiestructurados que sirvieron de apoyo para las entrevistas, sino también el proceso de organización del campamento y cómo las familias se dieron cuenta de estas luchas. Siendo, así, las entrevistas no solo presentan los lugares por donde pasaron los campesinos, sino, sobre todo, las dificultades de este proceso, las personas que emigraron juntas y las que se quedaron en el camino. Se concluye que el campamento es la materialización de la lucha contra los latifundios, en defensa de la autonomía del trabajo y para el mantenimiento de la familia campesina.

Palabras clave: Campesinado; familia; migración; latifundio; autonomía laboral.

Introdução

Este artigo é resultado das reflexões realizadas na tese de doutorado em geografia intitulada “Latifúndio (im)produtivo e impasses à recriação camponesa no Sudeste paranaense”, na qual buscou-se compreender como o latifúndio constitui-se no Paraná através do monopólio e da extração da renda da terra, expressos no não cumprimento da função social da propriedade, e de seus impactos econômicos, sociais e ambientais, a partir da territorialização da silvicultura no Sudeste Paranaense. Durante os trabalhos de campo realizados para a elaboração da tese o Acampamento Reduto do Caraguatá foi um dos espaços de enfrentamento ao latifúndio no qual realizamos entrevistas com os sujeitos da luta, a análise, sobretudo das trajetórias camponesas são apresentadas neste artigo.

O Acampamento Reduto do Caraguatá é organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) e localiza-se no município de Paula Freitas, Paraná. Desde 2005 os acampados lutam pela conquista do assentamento e pela garantia do direito à terra e à vida. O acampamento insere-se no território da Guerra do Contestado (1912-1916) uma das maiores guerras camponesas da América Latina, como nos indica Galeano (2014, p. 282) “uma das mais intensas páginas de fúria popular de toda a história do Brasil”, e leva o nome em homenagem a um dos redutos da guerra. Atualmente conta com 34 famílias, distribuídas em três áreas diferentes, sendo duas organizadas em agrovilas e uma disposta em lotes individuais onde residem 4 famílias

No acampamento Reduto do Caraguatá as famílias permanecem na condição de acampadas há 15 anos, sem a definição de que o acampamento será ou não um assentamento de reforma agrária. Nessa situação de incerteza que atinge as famílias, a ação do Estado vem sendo postergada, atualmente o conflito não se apresenta de forma direta, mas as famílias convivem com as ameaças de despejo e com a possibilidade de que

as áreas possam ir a leilão, isso faz com que vivam uma situação de insegurança constante sem que o Estado atue de forma a solucionar o impasse.

Essa situação de passividade do Estado beneficia os grandes proprietários, ou seja, o latifúndio, que pressiona para que as terras voltem para o mercado, enquanto camponeses e camponesas vivem no limite da insegurança e das ameaças.

O artigo busca compreender as trajetórias de luta das acampadas e dos acampados, os diferentes processos de migração pelo qual passaram e os processos de enfrentamento ao latifúndio, para tanto foram realizados trabalhos de campo e 12 entrevistas com famílias acampadas. As entrevistas que compõem o artigo foram coletadas durante os trabalhos de campo realizados no decorrer do curso de doutorado, mas não foram utilizadas na tese supracitada, assim permitindo as reflexões presentes neste artigo. Destaca-se que a identidade dos entrevistados e das entrevistadas se encontra preservada, muito embora todas as entrevistas tenham sido realizadas com o consentimento e autorização dos camponeses e das camponesas

Cabe ressaltar a importância do uso das fontes orais para Geografia Agrária, assim nos utilizamos de questionários semiestruturados que serviram de apoio para as entrevistas e possibilitaram compreender não apenas as trajetórias das famílias entrevistadas, como também apreender como se deu a organização do acampamento e como as famílias ficaram tiveram conhecimento da existência dos Acampamentos do MST. Assim, as entrevistas não apresentam apenas os lugares onde os camponeses e as camponesas passaram, mas as dificuldades desse processo, as pessoas que migraram junto e aqueles que ficaram no caminho, são compadres e comadres, mães, pais, irmãos e irmãs, que fizeram/fazem parte da busca por uma fração do território para a reprodução do modo de vida camponês. Para tanto, realizamos questionários fechados e entrevistas semiestruturadas, aplicados a camponeses e camponesas.

No que se refere às fontes orais nos utilizamos da amostragem por contraste.

Cada entrevista – se ela tiver sido bem realizada e bem analisada, e particularmente, relacionada com o que é (socialmente, culturalmente, etc.) a pessoa entrevistada – representará bem mais do que uma entrevista com uma pessoa: o que nos importa no que ela veicula é muito mais do que atitudes ou representações “pessoais”, as atitudes e as representações dos grupos sociais que pertence ou se vincula a pessoa. Se for mais sobre o indivíduo se exprimindo que se baseia a coleta de informações, será sobre ele, quando membro de múltiplos grupos sociais, enquanto expressão do seu multipertencimento, enquanto “modelo” das estruturas da vida social, que recairá a análise (FICHELET, FICHELET; MAY, 1970, p. 2 apud PIRES et al., 2008, p. 200).

Destarte, as entrevistas expressam não apenas as realidades de uma família, mas as relações presentes no grupo, ou seja, ao fazer a entrevista estamos compreendendo o grupo social ao qual a família está inserida.

Na sequência apresentamos um mosaico de figuras do Acampamento Reduto do Caraguatá, com destaque para a produção, no caso as bananeiras, para a Escola Itinerante Paulo Freire e para as bandeiras do MST, uma disposta no acesso à uma das áreas do acampamento e outra na parede de casa de uma família de camponeses acampados.

Mosaico de figuras 1: Acampamento Reduto do Caraguatá



Fonte: Trabalho de Campo, 2019. Org: Silas Rafael da Fonseca.

As trajetórias de migração e luta das famílias pela terra e território no acampamento Reduto do Caraguatá

Concordamos com Martins (1981) quando assinala que o campesinato brasileiro é desenraizado, migrante e itinerante, para o autor o deslocamento dos camponeses tem como elemento determinante o avanço do capital sobre a terra, isso tem feito com que a história dos camponeses-posseiros seja marcada pela perambulação e a dos camponeses-proprietários pelas migrações. Nas entrevistas realizadas percebemos que muitas famílias

migraram de diferentes municípios, estados e mesmo de outro país, três famílias de brasiguaios (irmãos) vieram do Paraguai, ainda constatamos que todas as famílias entrevistadas migrarem por mais de um município e a maioria já passou por processos de luta pela terra em outros acampamentos antes de chegar ao Acampamento Reduto do Caraguatá.

A entrevista a seguir corrobora com Martins (1981) e contribui para analisarmos os processos de migração dos acampados “nasci no Paraguai. [...] Eu vim de Cascavel, de Cascavel eu vim pra Lapa, fiquei cinco anos lá na Lapa, daí da Lapa eu vim pra cá (ENTREVISTA 4, 2019, Acampamento Reduto do Caraguatá, Paula Freitas). A busca pela terra passa por uma trajetória de migração que começa com a saída do Paraguai e a ida para um acampamento do MST em Cascavel e a posterior inserção em outros acampamentos de luta pela terra. A família entrevistada expõe os motivos que os fizeram migrar do Paraguai para o Brasil em busca de um pedaço de terra.

Nós morava no Paraguai [pai, mãe e irmãos] então daí foi uma pessoa do movimento, foram lá no Paraguai e fizeram uma conversa com nós, entendeu? Ó tem lá o tal do movimento sem terra e tal né, daí fizeram uma conversa com nós lá, nós participamos da reunião, então como nós nunca tivemos nosso terreno próprio, sempre morando no terrenos dos outros, cuidando pros outros, daí apareceu essa oportunidade, daí como apareceu essa oportunidade nós ficamos bem ansioso pra vim né. Falamos, não, mas é a oportunidade única né, daí viemos, eles mesmo o povo do movimento trouxeram nós. [...] Daí viemos pra aquele acampamento [em Cascavel], daí ficamos um bom tempo lá, daí lá no caso também foi feito uma conversa lá em Cascavel, estamos precisando de tantas famílias lá pra Lapa e tal, foi a época que nós viemos pra Lapa, daí viemos e ficamos cinco anos ali, ali nós mexia com projeto da CONAB [Companhia Nacional de Abastecimento], entregava pra CONAB essas coisas né, e daí ficamos ali um tempão e dali nós mesmo decidimos vim pra cá, falaram do acampamento aqui e daí nós decidimos vim pra cá e estamos aqui e daqui eu não pretendo sair [risos], pretendo ficar aqui (ENTREVISTA 4, 2019, Acampamento Reduto do Caraguatá, Paula Freitas).

Como podemos perceber a família buscava a possibilidade de ter a sua própria terra, de não morar mais na terra dos outros, o desejo pela terra e pela autonomia do trabalho marca as entrevistas feitas no acampamento. Marques (2003) contribui para analisarmos as estratégias de luta das famílias camponesas frente ao processo de expansão das relações de produção capitalistas.

Ao longo do século XX, ao mesmo tempo em que a expansão capitalista cria e recria condições para a produção camponesa em determinadas áreas do país, em outras o avanço do processo de privatização e valorização das terras se dá paralelamente à difusão das relações de produção capitalista na agricultura, em detrimento de diferentes formas de existência camponesa. Nestes casos, a reprodução camponesa é cada vez mais ameaçada e as principais estratégias adotadas para enfrentar esta situação têm sido

historicamente as seguintes: a migração para novas áreas e a resistência à expropriação por meio da luta. Estas duas alternativas têm na questão do acesso à terra o seu principal motor (MARQUES, 2003, p. 184-185).

Outro elemento a se refletir é que esse processo não ocorre de forma isolada, famílias inteiras migram, a irmã do entrevistado 4 teve uma trajetória de migração passando por outros espaços até chegar ao Acampamento Reduto do Caraguatá.

Eu nasci no Paraguai daí eu fui direto pro acampamento do Zé Rainha em São Paulo, daí eu sai do Paraguai eu tinha dezesseis anos, [...] daí [no Pontal do Paranapanema] eu já tinha o meu piá [filho] com vinte dias de nascido [...] daí de lá eu voltei pra Salto do Lontra, de Salto do Lontra eu fui pra Cajati – Cascavel que é um acampamento também, daí de lá vim pra Curitiba, que é assentamento na Lapa, da Lapa eu fui pra Porecatu, eu fiquei dois anos acampada em Porecatu, daí de lá de Porecatu eu voltei pro assentamento da Lapa, daí lá eu fiquei mais ou menos dois anos de novo ali, daí foi que eu vim pra cá (ENTREVISTA 9, 2019, Acampamento Reduto do Caraguatá, Paula Freitas).

Como percebemos a acampada passou por diversos espaços de luta pela terra antes de chegar ao acampamento Reduto do Caraguatá, isso contribui com o que nos aponta Martins (1981) quando diz que o campesinato no Brasil é um campesinato migrante e com Marques (2003) quando aponta como estratégia a migração e os processos de luta, que se materializa nos acampamentos do MST em busca da recriação camponesa. Essa característica marca todas as famílias entrevistadas, isto é, nenhuma delas nasceu em Paula Freitas, todas vieram de outros municípios para o acampamento.

O primeiro acampamento meu foi em Teixeira Soares, [...] tinha uns dez anos, se tivesse [acampou junto com pais. De Teixeira [Soares] nós fomos pra Cerrito que era na Lapa, uma fazenda que foi ocupada, daí dali dois anos e pouco deu despejo, daí daquela área nós viemos direto pra cá. [Você falou que nasceu em Rebouças, o que os seus pais faziam lá?] lavoura, era terra alugada, tipo tinha um pedaço do pai era trinta e quatro litros de chão [um litro equivale a 605 metros quadrados], quase um alqueire, daí era de herança dele né, daí ele conseguia ainda com a mãe, alugava uns pedacinhos lá, pedacinho de capoeira, porque daí o resto os caras pegam com trator e fazem tudo, daí alugava e plantava os pedacinho, dava pra viver, daí ele trabalhava com [colheita de] batatinha também, tempo de safra né, dava pra viver né. Era trinta e quatro litros e daí hoje nós somos em três irmãos, o pai dava mais um pedacinho alugado pra nós se nós ficasse lá dava uma quarta, dá malmente uma horta, da uma horta praticamente e a moradia então, nós três pra viver lá é inviável, não tem como [um dos irmãos está no Assentamento Emiliano Zapata em Ponta Grossa e o outro no Assentamento Contestado na Lapa] (ENTREVISTA 11, Acampamento Reduto do Caraguatá, Paula Freitas).

Eu participei lá no Primeiro de Maio¹ primeiramente, daí depois do Primeiro de Maio eu fui pra Lapa no Assentamento [Contestado] fiquei lá por quase três anos, fiquei trabalhando na escola, fiquei quase três anos lá, depois saímos de lá voltei aqui ficamos uns três meses, daí saímos fomos bater cabeça, voltamos pra Curitiba fomos trabalhar em chácaras, passou, passou o tempo [cerca de três anos] voltamos aqui de volta, daí que eu fiquei dois anos ali em cima [outra área do acampamento], daí fomos embora de novo, bate cabeça né, porque tava sossegadinho, daí fiquei de novo quase uns três anos lá fora daí voltamos pra cá (ENTREVISTA 1, 2019, Acampamento Reduto do Caraguatá, Paula Freitas).

Para Fernandes (2000) a necessidade de migrar constantemente continuou sendo uma marca do campesinato brasileiro após o cerco à terra promovido pela Lei de Terras de 1850. O cercamento das terras promovido por coronéis, latifundiários e grileiros levou ao cativo da terra, ao mesmo tempo que, chegando ao fim o cativo humano, após deixarem as fazendas, os escravos não tinham um lugar para ir, assim, vagavam pelas estradas e acampavam. Soma-se a isso a chegada ao Brasil, sobretudo para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo de imigrantes europeus em grande medida expulsos de suas terras de trabalho, de modo que os filhos, netos e bisnetos destes continuam migrando para outras regiões em busca da terra. Sendo assim, o desenraizamento é uma marca histórica dos camponeses no Brasil, “do Sul para o Nordeste e para o Norte. Do Nordeste para o Sudeste, Sul e Norte. Do Norte para o Sudeste. Do Sudeste para o Nordeste, esta é uma história de perambulação e resistência” (FERNANDES, 2000, p. 28).

Durante as entrevistas foi possível compreender como as famílias tiveram conhecimento da existência dos acampamentos do MST

[...] tinha tanto vizinho meu e eu falava mas cadê fulano? Uma amiga minha falou, o seu Zé foi lá prosem terra. [Pensava] Mas o que querem com o sem terra, nessa época nós morava na COHAB [Companhia de Habitação Popular de Curitiba], com casa tudo aí né, aposentado e vai pro sem terra, são maluco, e assim foi indo, cada um que eu perguntava que eu não via, porque a gente era acostumado ver vizinho, tinha amizade com tudo mundo, mas cadê fulano será? Tá pros sem terra. Um dia eu falei pro seu Zé, o seu Zé apareceu lá, daí eu falei, seu Zé eu queria conhecer o sem terra, o acampamento dos sem terra. [...] Daí fui pra lá [era uma quarta-feira], quando foi quinta-feira eu me inventei de perguntar se poderia fazer a comida, tinha o fogãozinho [...] e lá eu fazia comida o dia inteiro, daí fiquei, [...] já fiquei como cozinheira deles, até, inclusive, eles me chamam de mãe do acampamento, mãe do movimento, daí quando fomos despejados lá fomos pra Lapa, daí me trouxeram pra cá (ENTREVISTA 10, 2019, Acampamento Reduto do Caraguatá, Paula Freitas).

¹O Acampamento Primeiro de Maio se formou em 2003, em Bituruna, porém não se tornou assentamento tendo sido desarticulado por pressão política, por ação de empresários e madeireiros e pela desmobilização do movimento.

A entrevistada indica que conheceu o MST quando parte dos vizinhos começa a ir para um acampamento de reforma agrária próximo a região metropolitana de Curitiba, curiosa, pede para conhecer o acampamento e desde então está nas trincheiras da luta pela terra.

Outra família conhece o MST através de palestras e debates realizados pela frente de massa do movimento que é responsável por encontrar e organizar pessoas dispostas a participar dos acampamentos de reforma agrária, “tinha o falecido Keno, ele ia fazer palestra nos barracão, nas igrejas, sobre o movimento, e a gente sempre escutando no rádio” (ENTREVISTA 9, 2019, Acampamento Reduto do Caraguatá, Paula Freitas).

Muitas famílias vão para o acampamento por terem parentes e amigos que eram acampados ou assentados da reforma agrária e que os convidavam para fazer parte dos acampamentos do MST, como indicam as entrevistas a seguir.

[Como sua família resolveu ir pro acampamento] olha, tinha uns parentes nossos, um padrinho meu na verdade que acampou lá em Teixeira Soares e pegou um lote, daí veio o interesse né, o pai sabia que o terreno pra nós não ia ter como nós trabalhar em três mais ele no caso, daí surgiu o interesse de ir acampar lá pra ver se pegava um pedacinho maior né, no caso pra ele né, meu irmão mais velho já era de maior, daí foi indo, foi indo, casamos também agora o interesse é nosso mesmo (ENTREVISTA 11, 2019, Acampamento Reduto do Caraguatá, Paula Freitas).

A gente morava lá em Bituruna, [...] em 1992 a gente foi pra Campina Grande do Sul, [...] e bem na época que a gente foi morar de aluguel abriu o Primeiro de Maio [acampamento], [...] o tio Miguel tava no acampamento, [...] o meu primo, sobrinho do meu pai [...] ele ligou pra nós e falou – ó tio Luiz vocês estão morando de aluguel, vocês não querem vir pra cá abriu um acampamento do MST, mas a gente não tinha ideia assim do que era o MST, mas assim como a gente não tinha pra onde ir [...] aí o meu pai resolveu de vir, os meus irmãos ficaram em Curitiba (ENTREVISTA 12, 2019, Acampamento Reduto do Caraguatá, Paula Freitas).

As famílias conheceram o MST através de parentes que faziam parte da luta e falavam sobre o movimento e convidavam para que as famílias fossem para os acampamentos, essa relação entre as famílias permanece até o hoje no acampamento, assim estão acampados irmãos, pais, compadres, comadres, tios e tias. Ainda é possível constatar a marca da expropriação nas trajetórias de lutas apontadas nas entrevistas, por exemplo, na terra insuficiente para a manutenção de toda a família ou no pagamento de aluguel da moradia na cidade.

Também assinalamos que são vários os motivos que levam as famílias a fazerem parte dos acampamentos do MST

Eu acho que a nossa convivência aqui no mato, na reforma agrária é bem mais melhor do que lá na cidade, tipo, os filhos da gente já são mais livres

aqui no mato do que lá na cidade, os estudos aqui, eu tenho dois filhos estudando lá fora [na cidade de Paula Freitas] eles só estão lá porque não tem mais estudo aqui, porque se não eles estariam aqui dentro. [...] A gente livra as crianças de muitas coisas que nós sabemos que tem lá fora, que aqui dentro não tem. Eu gosto de ficar aqui no mato, eu não gosto de cidade de jeito nenhum, eu gosto do mato (ENTREVISTA 9, 2019, Acampamento Reduto do Caraguatá, Paula Freitas).

A primeira vez que a gente foi pro MST a gente foi por não ter lugar pra ir, que eu fui com o meu pai e a minha mãe [...] a gente não tem pra onde ir, no acampamento do MST é uma expectativa de você ganhar um lote e depois quando eu resolvi voltar pra cá em 2015 foi porque a gente morava num terreno urbano [...], a gente morava numa casa de fundo, no meu sogro, não existia espaço, a água e a luz muito caras, a gente não tinha condições de sair dali pra uma casa, pagar aluguel. Em Curitiba eu paguei muitos anos de aluguel, era muito caro, [...] você trabalhava, trabalhava, trabalhava, tudo que você ganhava no mês era pra gastar com gasto da casa, você tinha que pagar aluguel, água e luz, e compra [mercado], você gastava muito dinheiro, e daí a gente tava ali, a casa era cedida pelo meu sogro, mas você não tinha o mínimo de espaço, você não conseguia plantar, você não conseguia produzir tua comida, as crianças não tinham liberdade, não poderiam sair pra rua porque tinha muita questão de roubo, do lado de casa tinha gente vendendo droga, daí um dia a gente sentou e falou – não, vamos voltar pro MST [...] então a gente veio por uma questão de segurança e por uma questão de gasto, porque na cidade se você ganhar três mil reais o que você ganha no mês vai tudo, e aqui você consegue produzir teu alimento, você consegue ter teu espaço sem você gastar tudo que você gasta na cidade. Pra quem nunca teve um lote, pra quem nunca teve uma casa sua, hoje eu posso dizer que eu tenho um espaço que é meu, embora haja a insegurança do despejo, embora ainda haja alguma ameaça e a gente tem uma certa incerteza quanto ao governo de hoje [refere-se ao governo Jair Bolsonaro], mas é muito melhor estar aqui do que na cidade (ENTREVISTA 12, 2019, Acampamento Reduto do Caraguatá, Paula Freitas).

Eu vim pra cá pra poder ganhar minha terra, pra ter minhas coisinhas, meu cantinho. [...] Pra você ter um sossego, pra ter onde plantar, pra ter seus bichinhos, ter uma criação, na cidade não dá pra ter isso. Comprar um terreno assim já não tenho condição, então o movimento me deu essa chance, então foi que tô aqui agora esperando pra poder liberar essa terra. Mas estamos aqui sossegado, agora temos nossas galinhas, a minha horta que eu pretendo aumentar que agora não temos tempo, é por isso, plantar, tem que plantar né, morar em cima da terra e também não plantar não adianta (ENTREVISTA 8, 2019, Acampamento Reduto do Caraguatá, Paula Freitas).

Como podemos perceber as entrevistas mostram os motivos que os levam a lutar por um pedaço de terra, tais como, a educação dos filhos, a questão da insegurança nas áreas urbanas, a vontade de ter um lugar para plantar e de ter a criação, além das condições financeiras. Assim, os camponeses e as camponesas do Acampamento Reduto do Caraguatá buscam através da luta pela terra conseguir a reprodução da família e de seu modo de vida.

Nesse contexto, o campesinato sustenta-se na tríade terra-família-trabalho. Deste modo, “para o campesinato, o lugar de morada está intrinsecamente relacionado com o lugar de trabalho” (ALMEIDA, 2006, p. 258) que sirva para a manutenção e reprodução da família, além da garantia do modo de vida e da sociabilidade. Os acampados e as acampadas também nos revelam que, embora lutem pela terra para produzir alimento, não aguardam a efetivação do assentamento para plantar e criar os animais. O mosaico de figuras a seguir ilustra a produção, sobretudo para o autoconsumo no Acampamento Reduto do Caraguatá.

Mosaico de figuras2: Produção Camponesa no Acampamento Reduto do Caraguatá – Paula Freitas/PR



Fonte: Trabalho de Campo, 2019. Org: Silas Rafael da Fonseca.

Ainda sobre o processo de organização do acampamento Fabrini (2011) indica que essa ação permite o reconhecimento, por parte dos sujeitos, do lugar social que ocupam, condição que leva a formação da consciência política.

A participação nos movimentos sociais permite ao sujeito enxergar a sua condição de oprimido e “excluído” da apropriação dos meios de produção, principalmente a terra. A partir da consciência política, se mobilizam e lutam, não somente para garantir o seu direito e cidadania, mas também por

transformações sociais advindas da igualdade na distribuição da terra. Enfim, a partir dos movimentos sociais os sujeitos do campo se emancipam social, política e economicamente (FABRINI, 2011, p. 108).

O acampamento é o momento em que as pessoas que ingressam no MST, compreendem como se organiza o movimento e como este pode possibilitar a busca por direitos historicamente negados às famílias. O acampamento e os acampados e as acampadas se tornam um símbolo da luta camponesa pela terra e evidenciam o conflito de classes entre o latifúndio e o campesinato

Se, de um lado, o território se constitui numa expressão e trunfo para as relações capitalistas, [...] de outro, serve à resistência dos camponeses nos movimentos sociais. Por isso, há que se abordar e compreender o território como uma construção social sujeita aos interesses de classes, como dos latifundiários e camponeses, por exemplo (FABRINI, 2011, p. 110).

Assim, o território se expressa enquanto um território em disputa entre os camponeses e latifundiários, ou seja, o par contraditório do latifúndio se explicita na territorialização do campesinato. Isso se evidencia na discussão sobre terra de negócio e terra de trabalho, como nos indica Martins (1980).

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio em terra de exploração do trabalho alheio, quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem. Por isso, nem sempre a apropriação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista de se dedicar a agricultura (MARTINS, 1980, p. 60).

A conversão de terra de negócio para terra de trabalho é o que faz do campesinato, que luta pela terra no Brasil, ser algo tão incômodo para os latifundiários, pois a criação de assentamentos de reforma agrária significa que as terras não estão mais no mercado, ou seja, a organização das famílias que lutam pela terra inviabiliza a expansão do latifúndio.

Luís Fernando Veríssimo certa vez escreveu um artigo em que diz que o maior crime que a direita tem para acusar os sem-terra é que eles são sem-terra. É um perigo neste país um cara ser pobre e organizado. Os pobres existem por aí dispersos e ninguém se queixa deles. Se se organizam e fazem uma ocupação ela é tão evidente e tão contundente que obriga a sociedade a se manifestar. [...] Ou como diz o professor Plínio de Arruda Sampaio. “A elite pode até aceitar que os pobres peçam favores ou mendicâncias, mas jamais aceitará que eles se organizem para exigir seus direitos” (STEDILE; FERNANDES, 2005, p. 113).

Os acampamentos são o símbolo dessa população pobre que se organiza para buscar seus direitos. Em um país onde as populações pobres sempre foram excluídas ao direito a terra, os movimentos sociais surgem como uma possibilidade concreta de organização e de luta, essa afronta ao latifúndio faz com que parte da sociedade se volte contra os sujeitos que lutam pela terra.

Quem luta pra ter um pedaço de terra é quem não tem condições pra comprar, mesmo que trabalhe, mas não tem condição de comprar um pedacinho, tem que ganhar muito bem pra ter um dinheiro pra comprar um lote, depois compra um lote e não tem dinheiro pra construir uma casa. [...] Você não vê a dificuldade de serviço, ainda mais se souber que era do movimento, esse aí é da cambada de vagabundo, porque o sem terra nunca é bom, sem terra aonde for vai ser um bando de vagabundo, vadio e tudo, então se souber que era do movimento esse daí não dá pra pegar pra trabalhar. [...] E também é a mesma coisa, vai alugar uma casa daí não tem o serviço pra trabalhar pra pagar a despesa, acaba sem ter como pagar aluguel, pagar água, pagar luz, já é despejado também da casa (ENTREVISTA 10, 2019, Acampamento Reduto do Caraguatá, Paula Freitas).

A luta das famílias camponesas no Acampamento Reduto do Caraguatá é marcada por processos de preconceito e violência por pertencerem ao MST e por lutarem por um pedaço de terra. Essa é a marca da criminalização relegada aqueles que ousam lutar por uma sociedade e que as estruturas desiguais sejam rompidas.

Mesmo diante de todas as dificuldades e incertezas o acampamento permanece há quinze anos buscando a efetivação do assentamento de reforma agrária, e as famílias já imaginam o que vão fazer quando tiverem a garantia de que a terra a elas pertence.

Pois olha, acho que vai ser uma expectativa bem enorme. De você pensar que tá em cima da terra, que nem hoje a gente já pensa que o que você planta tá ali, mas você tem aquele medo dum despejo alguma coisa, o que tem aqui é pouca coisa, mas sai tudo né e você sabendo que tá em cima da terra, você sabe que ali é um futuro teu, que a gente já não tá numa idade muito nova, mas você sabe que até o final da tua vivência se Deus der saúde, você vai viver e vai ficar pra alguém da tua família, vai ficar né pra sobreviver. Acho que isso né (ENTREVISTA 1, 2019, Acampamento Reduto do Caraguatá, Paula Freitas).

Quero fazer minha casa, quero plantar, limpar o terreno e plantar o que a gente puder, o que eu aguentar, [...] minha vontade é essa, de ter minhas criação, criar, plantar. [...] Plantar feijão, batata, mandioca, o que der pra plantar, o que eu vou achando eu vou plantando, que nem aí ó [horta], tem pimentão, tem pimenta, tem cebola, tem berinjela. (ENTREVISTA 3, 2019, Acampamento Reduto do Caraguatá, Paula Freitas).

Eu sei lá, o meu sonho, eu imagino, até já tô começando, não tô lutando com leite ainda meio valendo porque não veio a luz, a luz como você viu tá aí os postes, estão tudo aí, mas teve um vizinho nosso aí que ele entrou

com um documento lá e acabou meio que cancelando essa luz, tá parada a energia, não conseguiu ligar, mas eu tenho ideia de lutar com leite, leite e já digo horta né, hortaliça, coisa pequena. (ENTREVISTA 6, 2019, Acampamento Reduto do Caraguatá, Paula Freitas).

Como podemos perceber a condição de acampamento não impede que as famílias façam planos do que pode vir a ser quando o acesso à terra for permitido pela criação do assentamento. Vislumbram a casa melhor, a produção de alimentos possibilitada pela existência da criação dos animais e das plantas que podem ser utilizadas para venda e para a alimentação da família. Nesse sentido, “há uma esfera do consumo doméstico que pode ser abastecida diretamente do *roçado* para a *casa*, de produtos que podem ser autoconsumidos ou vendidos” (GARCIA JUNIOR, 1989, p. 117), condição que é desejada pelas famílias quando se efetivar o assentamento de reforma agrária.

Por fim, a produção para autoconsumo se coloca no centro da estratégia de manutenção das famílias camponesas, já que a produção de alimentos garante que a família não sentirá fome, algo que muitas famílias passaram e ainda passam na condição de acampados, além de permitir que uma quantidade menor de recursos seja utilizada para a compra de alimentos no mercado, podendo ser destinada para outros usos como a melhoria da moradia, investimentos na produção ou mesmo para aquisição daquilo que a família não consegue produzir.

Considerações finais

O processo de luta dos camponeses e das camponesas pela terra revela a presença do latifúndio no estado do Paraná, como escreve Fabrini (2011), o par contraditório do latifúndio se expressa na territorialização do campesinato, ou seja, quando se efetiva um acampamento de reforma agrária, o latifúndio é desmascarado, e se evidencia um território em disputa, revelando para a sociedade o não cumprimento da função social da propriedade (MARÉS, 2003), leia-se, o descumprimento da função social da terra pelo latifúndio.

Contudo, no caso do Acampamento Reduto do Caraguatá mesmo com quinze anos de formação do acampamento as famílias não têm a segurança de que o acampamento se tornará um assentamento de reforma agrária, com isso a insegurança permanece, bem como o medo de novamente terem que migrar em busca da terra de trabalho e da moradia.

Mulheres, homens, jovens e crianças lutam pelo o direito à terra de trabalho e moradia, ou seja, a terra representa a reprodução da vida, do modo de vida do campesinato sem terra e, portanto, é a expressão da luta contra o latifúndio, a concentração da terra e os significados da terra enquanto mercadoria. Conclui-se, que as trajetórias de migração dos

entrevistados, bem como o desejo de ter terra para o trabalho e para a família são elementos que indicam que a terra para o campesinato significa a reprodução do modo de vida e da família camponesa.

Portanto, lutar por terra significa lutar pela autonomia do trabalho, como indica Paulino (2008) isso lhe permite escapar à alienação, pois o trabalho é realizado tendo o controle dos meios de produção. Nesse contexto a autora ainda adverte que aquilo que o camponês vende é fruto do seu trabalho e não de uma relação capitalista de reprodução constantemente ampliada, de modo que ao passo em que há o controle dos meios de produção e das condições de realização de trabalho o produto do trabalho camponês não é propriedade capitalista, isso lhe é primaz para a manutenção do modo de vida, para o processo de recriação camponesa e, conseqüentemente, para a recusa à exploração capitalista.

Referências

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: Editoria UNESP, 2006.

FABRINI, João Edmilson. Território, classe e movimentos sociais no campo. **Revista da ANPEGE**, v. 7, p. 97-112, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2014. Tradução de: Las venas abiertas de América Latina.

GARCIA JUNIOR, Afrânio. **O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: MCT-CNPq, 1989.

MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da terra**. Porto Alegre: SAFabris, 2003.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Campesinato e luta pela terra no Brasil. In: BERTONCELLO, R. e CARLOS, A. F. (orgs.), **Procesos territoriales em Argentina y Brasil**. Buenos Aires, 2003.

MARTINS, J. D. S. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura camponesa no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

PAULINO, Eliane Tomiasi.; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PIRES, Alvares et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

STEDILE, João Pedro. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente – a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 3ª reimpressão. São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

Sobre o autor

Silas Rafael da Fonseca – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (2010). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (2014). Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (2019). Docente da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-0167-2832>

Como citar este artigo

FONSECA, Silas Rafael. Trajetórias camponesas no acampamento Reduto do Caraguatá: processos migratórios e resistência ao latifúndio no estado do Paraná. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 355-369, dossiê, 2021.

Recebido para publicação em 20/09/2020
Aceito para a publicação em 10/06/2021

Conflitualidades territoriais na Microrregião da Campanha Ocidental: territórios camponeses *versus* territórios do agronegócio

Vagner Guimarães Ramos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) – Alegrete, Rio Grande do Sul, Brasil.

e-mail: vagner.ramos@iffarroupilha.edu.br

Resumo

A Geografia busca compreender de forma contundente o conceito de Território, abordando-o em sua totalidade. Neste trabalho, dar-se-á ênfase as conflitualidades que se apresentam entre os territórios do agronegócio e os territórios camponeses, na Microrregião, onde é crescente a ampliação da dominação dos territórios do agronegócio em relação ao território camponês. Dentre os procedimentos metodológicos utilizados, destacam-se: a) revisão bibliográfica; b) levantamento de dados secundários, e; c) saída de campo. As pastagens naturais e a localização geográfica, bem como fatores históricos, contribuíram para a consolidação do latifúndio nesta Microrregião. Compreendemos que o agronegócio e o campesinato compõem um processo constante, onde indivíduos perdem seus territórios, ou seja, são desterritorializados, para que outros indivíduos se territorializem naquele espaço. Cabe aos indivíduos desterritorializados, a busca por um novo território. O MST atua como um movimento social capaz de promover a reterritorialização de agentes sociais. Em acordo com dados do INCRA, a Microrregião possui atualmente, treze Assentamentos, totalizando 528 famílias, em uma área de 12.696 ha. Conflitualidades na Campanha Ocidental estão apenas começando, mas sabe-se que é possível sim, a construção de um “outro” rural.

Palavras-chave: Território; Campanha Ocidental; reforma agrária; agronegócio.

Territorial conflicts in the Western Campaign Microregion: peasant territories versus agribusiness territories

Abstract

Geography tries to comprehensively understand the concept of Territory, approaching it in its entirety. In this work, the conflicts between the agribusiness territories and the peasant territories, in the Microregion, where there is a domination of agribusiness territories in relation to the peasant territory is increasing. Among the methodological procedures used, the following stand out: a) bibliographic review; b) collection of secondary data, and; c) field trip. Natural pastures and geographical location, as well as historical factors, contributed to the consolidation of the latifundium in this micro-region. We understand that agribusiness and peasantry make up a constant process, where individuals lose their territories, that is, they are deterritorialized, so that other individuals are territorialized in that space. It is up to the deterritorialized individuals, the search for new territory. The MST acts as a social movement capable of promoting the re-territorialization of social agents. According to INCRA data, the Microregion currently has thirteen Settlements, totaling 528 families, in an area of 12,696 ha. Conflicts in the Western Campaign are just beginning, but it is known that it is possible to build a rural “other”.

Keywords: Territory; Western Campaign; agrarian reform; agribusiness.

Conflictus territoriales en el Microrregión de Campanha Occidental: territorios campesinos versus territorios de agronegocios

Resumen

La Geografía busca comprender de manera integral el concepto de territorio, acercándose a él en su totalidad. En este trabajo, se hará hincapié en los conflictos que surgen entre los territorios de agronegocios y los territorios campesinos en la microrregión, donde la dominación de los territorios de agronegocios en relación con el territorio campesino está aumentando. Entre los procedimientos metodológicos utilizados, se destacan los siguientes: a) revisión bibliográfica; b) recopilación de datos secundarios, y; c) excursión. Los pastos naturales y la ubicación geográfica, así como los factores históricos, contribuyeron a la consolidación del latifundio en esta microrregión. Entendemos que los agronegocios y los campesinos constituye en un proceso constante, donde los individuos pierden sus territorios, es decir, son desterritorializados, de modo que otros individuos se territorializan en ese espacio. Depende de los individuos desterritorializados buscar un nuevo territorio. El MST actúa como un movimiento social capaz de promover la reterritorialización de los agentes sociales. Según los datos del INCRA, Microrregión cuenta actualmente con trece asentamientos, con un total de 528 familias, en un área de 12,696 ha. Los conflictos en la Campanha Occidental apenas comienzan, pero se sabe que es posible construir un "otro" rural.

Palabras clave: Territorio; Campanha Occidental; reforma agraria; agronegocios.

Introdução

A Geografia, bem como as demais ciências ao longo de seu desenvolvimento epistemológico, formulou teorias e conceitos, para uma compreensão mais ampla e fiel a respeito de seu objeto de estudo. Após um amadurecimento teórico e conceitual, a ciência geográfica, bem como a Sociologia, Antropologia, Biologia, etc., passou a fazer uso do conceito de Território.

Não são escassos os esforços dentro da Geografia, para que esta consiga “manusear” de forma mais contundente o conceito de Território. Dentre os diversos autores que se empenham em esclarecer o verdadeiro sentido do uso da abordagem territorial, há um ponto de convergência: a necessidade da compreensão do Território em sua totalidade, considerando sua multiescalaridade e sua multidimensionalidade.

Portanto, buscar-se-á neste trabalho, dar ênfase as conflitualidades que se apresentam entre os territórios do agronegócio e os territórios camponeses, na Microrregião da Campanha Ocidental – RS, onde é crescente a ampliação da dominação dos territórios do agronegócio (voltados à pecuária de corte e ao cultivo de commodities como o milho, o trigo, o arroz, o eucalipto e principalmente a soja), em relação ao território camponês, que em muitos dos casos, se “reorganiza” a partir de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária. Esta realidade é claramente observada a partir do momento em que o Estado passa a gerir

o Território, de acordo com os interesses do capital, ou seja, de um grupo restrito de indivíduos e instituições, proporcionando assim, as devidas condições para a expansão e territorialização do modelo produtivo dominante¹.

Instituições públicas, tais como Universidades, Institutos Federais, órgãos de assistência técnica, dentre outros, são protagonistas no processo de luta em defesa daqueles muitas vezes não amparados pelas políticas públicas, ou, simplesmente, “descartados” pelo capital. Nesse contexto, à Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, por meio dos Cursos de Graduação (bacharelado e licenciatura plena) e Pós-graduação (mestrado e doutorado) em Geografia, bem como sua interlocução com outras áreas do conhecimento, proporciona o processo de construção do conhecimento acerca de temáticas relacionadas ao espaço rural, agricultura familiar e o Pampa Gaúcho. Devemos aqui, destacar o protagonismo do Grupo de Pesquisa em Educação e Território – GPET, que há mais de 20 anos, desenvolve atividades de Pesquisa e Extensão no rural latino-americano, mas, principalmente no Rio Grande do Sul, acompanhando e atuando de modo bastante próximo aos Movimentos Sociais e povos tradicionais.

Procedimentos metodológicos

Este trabalho resulta de um compilado de ideias e reflexões - emergidas ao longo dos cursos de Licenciatura e Mestrado em Geografia, por mim realizados junto à UFSM, crescidas de experiências e vivências, profissionais e acadêmicas, posteriores. Todavia, ao longo da disciplina de “Territórios Rurais: Dinâmicas e Conflitos”, ofertada pelo Programa de Pós-graduação em Geografia e Geociências – PPGGEO, torna-se possível, um novo olhar acerca de algumas questões inerentes ao Pampa Gaúcho, mais especificamente à Microrregião da Campanha Ocidental.

Nesse processo de amadurecimento de ideias, no decorrer da referida Disciplina, tornou-se necessário o uso de diferentes procedimentos metodológicos, para tornar viável, a compreensão do Território, em sua totalidade, multidimensionalidade e multiescalaridade. Dentre tais procedimentos, destacam-se:

- a) Revisão bibliográfica, abordando conceitos e temáticas, com destaque para: território, espaço rural, agricultura familiar, agronegócio e reforma agrária;
- b) Levantamento de dados secundários, obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande

¹No entanto, corroborando com Fernandes, não podemos negligenciar o Território plural, que abrange aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos e ambientais.

do Sul – FEE, e, Conselho Regional de Desenvolvimento Fronteira Oeste – COREDE;

- c) Desenvolvimento de atividades em grupo (leituras, apresentações de seminários e discussões teóricas) ao longo da Disciplina de Territórios Rurais, onde, o coletivo e a diversidade de ideias, permitem novas abordagens e novos olhares no que tange àquelas temáticas já familiares;
- d) Realização de saída de campo em direção ao município de Manoel Viana, em conjunto com profissionais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul – EMATER, e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Iffar, Campus Alegrete.
- e) Por fim, ocorre o processo de organização e revisão conceitual, sistematização de dados e aprofundamento de reflexões acerca do rural na Microrregião da Campanha Ocidental.

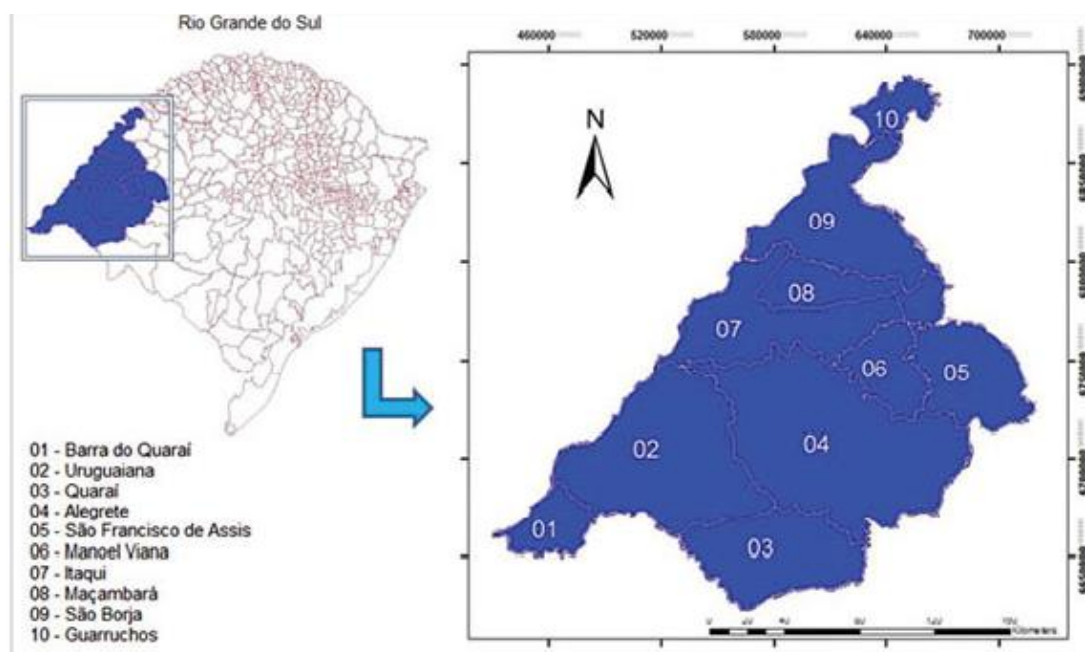
A Microrregião² da Campanha Ocidental/RS

A Microrregião da Campanha Ocidental ocupa a porção Oeste do estado do Rio Grande do Sul (Fig. 1). De acordo com dados do IBGE, este recorte espacial possui uma área de mais de 31.000km², onde habitam aproximadamente 365 mil pessoas, distribuídas ao longo de dez municípios. Boa parte desta área situa-se sob a Cuesta de Haedo, que se constitui em um prolongamento do Planalto Meridional, em direção ao Oeste do Rio Grande do Sul, onde as formações basálticas apresentam-se intensamente erodidas, resultando em um relevo bastante aplainado, dominado por suaves ondulações, as quais são denominadas coxilhas. Os municípios de Manoel Viana e São Francisco de Assis situam-se em uma área de transição entre a Cuesta de Haedo e a Depressão Periférica, o que torna comum nestes municípios, a presença de solos arenosos bem como a formação de areais que também se apresentam em outros municípios desta Microrregião, porém com menor frequência.

Boa parte desta Microrregião situa-se dentro da Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí, caracterizada pelo significativo número de rios, arroios, sangas e córregos, o que proporciona uma considerável disponibilidade de recursos hídricos, alimentados pelas chuvas, típicas de clima subtropical, ou seja, bem distribuídas ao longo do ano.

² Utiliza-se aqui, o termo “Microrregião” para fins de orientação de um raciocínio, no entanto, compreende-se que demarcações político-administrativas representam espaços de governança, porém, os territórios devem ser compreendidos a partir de uma multiescalaridade e multidimensionalidade, ou seja, em sua totalidade.

Figura 1 - Mapa de Localização da Microrregião da Campanha Ocidental



Fonte: Uso de imagens orbitais no geoprocessamento algébrico da microrregião da Campanha Ocidental, Rio Grande do Sul.
Org.: RAMOS, V.G.

Os aspectos físicos, brevemente citadas acima, sugerem que esta área seja uma prolongação do Pampa Argentino e Uruguaio, em território brasileiro. Este Bioma é caracterizado pela cobertura vegetal composta de gramíneas, que foram e ainda são bastante utilizadas como pastagem natural para o rebanho de bovinos e ovinos (Fig. 2).

Figura 2 - Pecuária Bovina nos Campos do Pampa



Fonte: Sociedade Nacional de Agricultura

Org.: RAMOS, V.G.

As pastagens naturais, a localização geográfica desta área, encravada entre as fronteiras do Brasil, Argentina e Uruguai, bem como fatores históricos (presença de gado selvagem, “abandonado” pelos Guarani), contribuíram para a consolidação do latifúndio nesta Microrregião, ocupado inicialmente com a pecuária extensiva (bovinos e ovinos), mas que posteriormente, descobriu os caminhos da agricultura comercial, ou melhor, talvez por ela tenha sido descoberta.

O latifúndio, amplamente constituído a partir de Sesmarias, trouxe consigo uma série de reflexos sociais, culturais, econômicos, políticos e ambientais, que produziram “o modo de vida” das populações ali instaladas, e que dificilmente poderemos compreender, analisando separadamente as dimensões acima citadas. Como mero exemplo, podemos citar dois aspectos demográficos bastante interessantes:

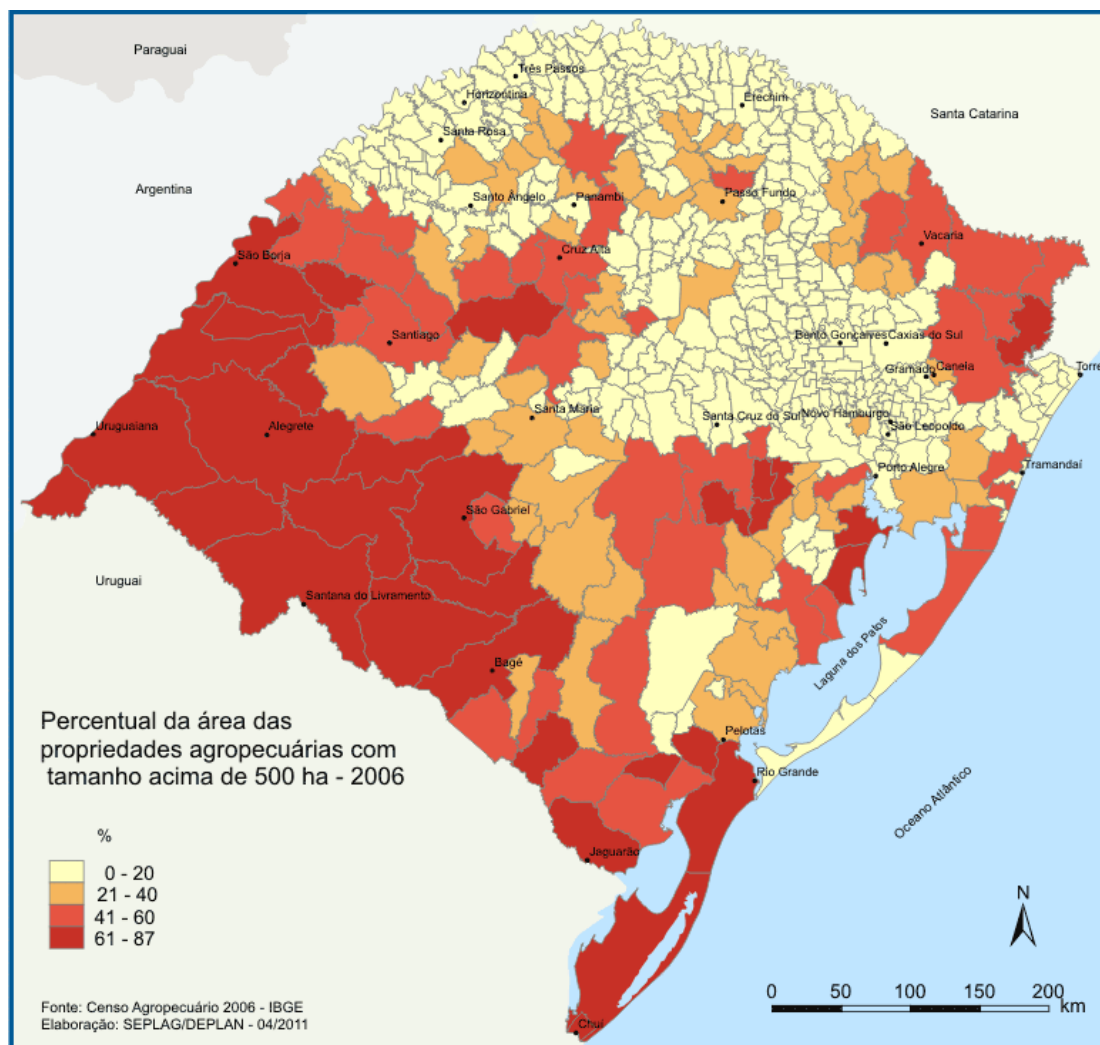
- a) a urbanização, que é um fenômeno bastante intenso na Microrregião da Campanha Ocidental, onde, seguindo critérios estabelecidos pelo IBGE, mais de 88% da população reside em áreas consideradas urbanas;
- b) a densidade demográfica deste recorte espacial é de aproximadamente 12hab/km², bastante abaixo da média do Rio Grande do Sul (42hab/km²) e do Brasil (24,5hab/mk²), mesmo que, o Oeste do Rio Grande do Sul possua localização geográfica privilegiada no que se refere a clima, relevo, hidrografia, etc.

Estes dois aspectos, são realidades, são contextos, construídos ao longo de décadas e séculos, em virtude de estratégias territoriais passadas e presentes. Podemos materializar tal afirmativa, a partir da análise da estrutura fundiária do Rio Grande do Sul (Fig. 3). A Microrregião da Campanha Ocidental é constituída por municípios onde propriedades rurais de 500 hectares ou mais, ocupam entre 61 e 87% das áreas. Historicamente, estas áreas estiveram voltadas a pecuária extensiva, no entanto, recentemente a agricultura comercial faz concorrência forte frente às antigas atividades hegemônicas desta área. Se, atividades agropastoris seculares, já não empregavam mão de obra, em índices significativos para à manutenção do homem no campo, agora, a territorialização da agricultura comercial, altamente mecanizada, fortalece a tendência de construção daquilo que Porto Gonçalves chama de “uma agricultura sem agricultores”.

Mesmo que, não seja aqui nosso objetivo, não podemos negligenciar os reflexos urbanos do esvaziamento do campo e a falta de dinâmica econômica dos centros urbanos da Microrregião da Campanha Ocidental. Isto proporciona um cenário de bastante preocupação, principalmente nas cidades mais numerosas (Uruguiana e Alegrete), onde periferias crescem marcadas pelo déficit habitacional, desemprego se mantém elevado,

índices de criminalidade são notórios e, o mais preocupante, tratamos aqui, de uma área fronteiriça, considerada estratégica na logística do narcotráfico.

Figura 3 - Estrutura Fundiária do Rio Grande do Sul



Fonte: Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul: Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul.

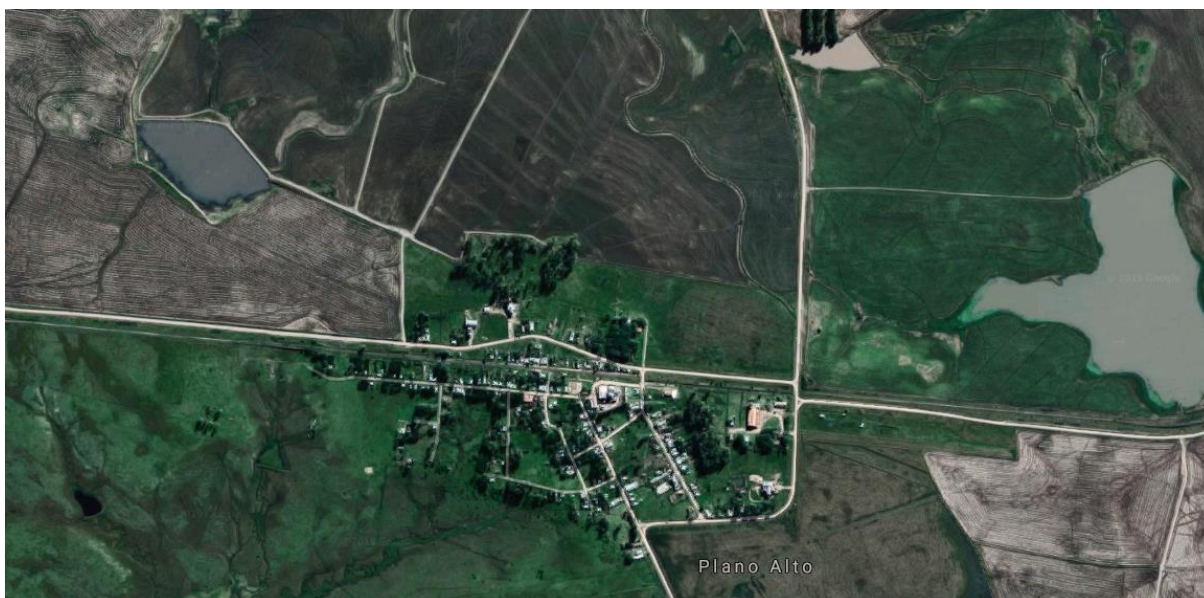
Org.: RAMOS, V.G.

A estrutura agrária bem como as atividades ali desenvolvidas, contribuíram para moldar o cenário urbano destes municípios, no entanto, devemos fazer algumas ressalvas, conforme nos propõe Veiga (2003 apud VILLA VERDE, 2004, p. 12)

Urbano e rural são ideias territoriais, isto é, de espaços apropriados pela espécie humana. Os territórios mais rurais são aqueles em que os ecossistemas estão menos artificializados; já os mais urbanos correspondem ao máximo de artificialização ecossistêmica. Entre esses extremos a uma infinidade de situações intermediárias, e ambivalentes, que deixaram de ser redutíveis à simples dicotomia rural/urbano.

Desta forma, somos levados a considerar diferentes graus de urbanização, mesmo que estes não sejam assim considerados pelo IBGE, que define como urbanas todas as sedes administrativas, bem como sedes distritais dos municípios brasileiros.

Figura4 - Vila do Plano Alto - Uruguaiiana



Fonte: Google Maps.
Org.; RAMOS, V. G.

A (Fig. 4) Vila do Plano Alto, localizada no município de Uruguaiiana (mais populoso no recorte espacial aqui proposto), considerada, dentro dos critérios de análise do IBGE, urbana. No entanto, o que efetivamente há nessa localidade, além de algumas dezenas de casas, pequenos comércios e uma mínima infraestrutura de saúde e educação?

Somando-se a isso, se faz necessária uma abordagem acerca das pequenas cidades desta microrregião, tais como: Manoel Viana, Barra do Quaraí, Maçambará e Garruchos, todas com sete mil habitantes ou menos. Até que ponto, estas cidades podem ser consideradas urbanas? Poderíamos considera-las como tal, mesmo quando percebemos a forte presença de aspectos culturais e atividades econômicas relacionadas direta ou indiretamente com o meio rural (Fig. 5)?

No entanto, para que não tenhamos distintas interpretações, se faz importante uma contribuição de Rúa, uma vez que

[...] não se trata do fim do rural destruído pela urbanização homogeneizadora, pois, desde o início, chamamos atenção para o processo de desenvolvimento do capitalismo que se dá de maneira desigual no espaço. Desse desenvolvimento do capitalismo, a urbanização e as “urbanidades” são uma verdadeira “ponta de lança” [...] O rural, ao guardar especificidades das práticas espaciais de suas populações garante (e, em alguns casos, fortalece) a identidade territorial que, mesmo submetida às

lógicas difundidas a partir da cidade, ainda permite a essas populações uma certa autodeterminação (RUA, 2002, p. 34).

Figura 5 - Centro de São Francisco de Assis/RS



Fonte: Blog Nova Pauta
Org.: RAMOS, V.G.

Talvez, a historicidade da Microrregião da Campanha Ocidental, tenha criado e fortalecido uma identidade territorial, capaz de manter aspectos rurais. Conforme aponta Alentejano, o meio rural não desapareceu, apenas adquiriu novas funções e significados, o que lhe permite estar presente até mesmo em áreas ditas urbanas. No entanto, este rural que está presente até mesmo em áreas urbanas, está a cada dia mais ameaçado, diante à expansão dos territórios do agronegócio (globalizado e homogêneo), que avançam desterritorializando camponeses, que representam ou representavam a verdadeira essência do meio rural, com suas especificidades culturais, econômicas, políticas, sociais e ambientais típicas do meio rural.

Conflitualidades territoriais

Quando buscamos estudos, a partir de uma abordagem territorial, percebemos que predominam pesquisas com ênfase na dimensão econômica e social do território (Fernandes, 2004).

O Território necessita ser compreendido e analisado em toda a sua amplitude, com sua totalidade, multidimensionalidade e sua multiescalaridade. Em muitos dos casos, propositalmente, algumas das dimensões e escalas do território são ignoradas para que desta forma este seja usado como uma ferramenta de controle social (Fernandes, 2004), atendendo aos interesses e intencionalidades de determinados grupos.

No início do século XXI, é o conceito de Território que articula e da “sustentação para a discussão do desenvolvimento rural”, conforme propõe Villa Verde (2004, p. 7). No entanto, concomitantemente a isso, o discurso neoliberal tomou para si este conceito, e passou a utilizá-lo para legitimar a hegemonia do capital. Para isso, muitas destas análises fazem uso da definição de Território, empregada por entidades governamentais bem como agências multilaterais, que não consideram a presença de conflitualidades entre os diversos tipos de territórios que se apresentam dentro do território de um projeto de desenvolvimento territorial. Neste sentido,

O conceito de território passa a ser instrumentalizado para atender aos interesses de instituições e expressa então sua mais cara propriedade: as relações de poder. Por essa razão, parece-nos que a multidimensionalidade, embora presente na significação do conceito de território em muitos artigos e documentos, não se realiza, porque implicaria na socialização das tomadas de decisão. Assim também a multiescalaridade é completamente desprezada, porque significaria reconhecer os territórios das diferentes classes sociais. (FERNANDES, 2004, p. 5).

Conforme aponta Fernandes, é por meio destas relações de poder, que o Espaço se fragmenta, originando diferentes Territórios. No entanto, ao longo deste processo, percebemos a intensificação das conflitualidades, proporcionando a criação e a perpetuação de grupos hegemônicos, bem como de grupos sociais submissos que ainda não “conhecem” seu poder.

É por meio da intensificação da conflitualidade, que de acordo com Villa Verde (2004, p.3), “O rural brasileiro é redescoberto e emerge em meados dos anos 80, com a redemocratização do Brasil e o acirramento das lutas sociais no campo, que culminam na criação do [...] MST, em 1984”. Esse ressurgir veio a contribuir com a renovação da Geografia Agrária, que, de acordo com Anjos e Caldas (2009), passa a dar início ao processo de consolidação de novas temáticas de discussão, tais como: a agricultura familiar como categoria de análise e objeto de políticas públicas, bem como as discussões entorno da sustentabilidade. Desta forma, intensificam-se às “conflitualidades entre modelos de desenvolvimento que disputam territórios, condição essencial para a sua expansão” (Fernandes, 2004, p. 14).

Apresentam-se aqui, de modo bastante claro, duas formas diferentes de pensar, organizar, projetar, interpretar e propor diretrizes, de acordo com as intencionalidades de diferentes grupos e classes organizadas. Fernandes (2004) refere-se aos dois modelos de desenvolvimento que se apresentam: o modelo do agronegócio e o modelo do campesinato ou agricultura familiar³. São territórios construídos a partir do conflito. Desta forma, para que um ou ambos possam se desenvolver, se faz necessária a expansão de novas áreas agrícolas e/ou a destruição do modelo concorrente.

É nesse cenário de expansão, proporcionado pela mecanização agrícola e pelo Estado, que o modelo de desenvolvimento do agronegócio se expandiu, e continua a expandir suas atividades em direção à Amazônia, ao Cerrado, e ao Pampa Gaúcho, permitindo o avanço dos ideais neoliberais e a consequente da

“[...] minimização do Estado e a maximização do capital na tomada de decisões a respeito das políticas de desenvolvimento e por conseguinte dos territórios. O capital maximizado determina ainda mais os rumos das políticas de desenvolvimento, enquanto o Estado minimizado assiste, muitas vezes passivo, a criação de leis e políticas que beneficiam muito mais os interesses das empresas capitalistas nacionais/transnacionais do que os interesses da sociedade.” (FERNANDES, 2004, p. 12)

Apesar da conivência do Estado, no processo de expansão do modelo de desenvolvimento do agronegócio, por meio de leis e políticas públicas com a clara intenção de “empoderamento”, não do povo, mas sim do capital e das grandes corporações internacionais, a conflitualidade fortaleceu-se, e em grande medida a partir do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

Na Microrregião da Campanha Ocidental⁴, o modelo do agronegócio se territorializou com maior veemência, por meio da expansão do cultivo da soja, enquanto o modelo camponês ganhou sobrevida a partir da implantação de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária. A conflitualidade aí estabelecida, como em qualquer território, apresenta-se de modo bastante desigual onde

“[...] o conhecimento produzido em laboratórios de grandes empresas em associação cada vez mais estreita com o Estado e, deste modo, passível de apropriação privada, a propriedade intelectual individual (patentes) se coloca em confronto direto com o conhecimento patrimonial, coletivo e comunitário característico das tradições camponesas, indígenas, afrodescendentes e outras matrizes de racionalidade distintas da racionalidade atomístico-individualista ocidental”. (GONÇALVEZ, 1998, p.3)

³ Não é objetivo desta breve reflexão, mergulhar nas concepções teóricas acerca dos conceitos de campesinato e agricultura familiar.

⁴Esta Microrregião foi historicamente ocupada pela pecuária extensiva, baseada em grandes propriedades rurais, voltadas para produção de gado de corte, com pouca utilização de mão de obra, com baixos investimentos financeiros e baixa produtividade, que era compensada pelas grandes extensões de terras.

É por meio da tecnologia, que o modelo do agronegócio se estabelece e passa a predominar, diante às relações de produção não capitalistas, comunitárias e familiares, na Microrregião. Deste modo, os saberes tradicionais perdem espaço, mediante as imposições do capital, proporcionando aquilo que Fernandes (2004, p. 1), chama de “relações de subalternidade e resistência do campesinato ao agronegócio”. Neste momento, somos conduzidos a pensar o

“[...] desenvolvimento, no seu sentido preciso, ou seja, é mais do que desenvolvimento econômico e pressupõe cidadania, o que implica trazer para a análise o território – o espaço onde o diverso e o conflitante são a própria condição do desenvolvimento conquistado. (VILLA VERDE, 2004, p. 2)

A expansão do modelo do agronegócio em direção à Microrregião da Campanha Ocidental deu-se em meio a um discurso neoliberal, baseado na “promessa de desenvolvimento” (Fig. 6). Seria este modelo, com seus moldes, capaz de promover o real desenvolvimento territorial, em suas múltiplas dimensões?

Figura 6 - Dia de campo promovido pelo agronegócio, em Manoel Viana – RS



Fonte: Cooperativa de Agricultores Parceiros da Região Centro-oeste do Estado.
Org.: RAMOS, V.G.

O cenário observado na imagem acima é bastante instigante: que tipo de desenvolvimento está sendo promovido no Pampa (na área da Microrregião da Campanha Ocidental)? O cultivo de Soja, eucalipto e os pacotes tecnológicos, são elementos comuns aos mais diversos territórios do agronegócio espalhados pelos diversos continentes.

Caminhamos no sentido da homogeneização, proposta pelas grandes transnacionais, absorvida pelo Estado e imposta ao povo, ao camponês.

Este processo exclui toda e qualquer forma de especificidade local/regional. A exemplo disso, temos o próprio cultivo de soja no Rio Grande do Sul

A produção de soja no Rio Grande do Sul, até os anos 60, estava associada à produção de trigo, de milho e a pastagens para gado bovino, além da criação de porcos e todos os seus derivados (banhas e linguiças). Desde os anos 70 esse sistema de uso da terra, e toda a cultura a ele associado, vêm sendo substituído por um sistema que tende ao monocultivo sobretudo da soja, com todas as implicações que daí deriva. (VILLA VERDE, 2004, p. 6).

Esta sucessão de transformações não caminha no sentido de beneficiar à população de modo geral, ou ainda beneficiar ao povo. Trabalha única e somente no sentido de abastecer ao sistema capitalista, por meio da produção de commodities. Desta forma, consideramos que

[...] todo esse processo de expansão da fronteira agrícola, possível graças a toda uma complexa logística de transportes, mesmo tendo contribuído para diminuir os preços dos produtos agrícolas, deixou de beneficiar parcelas importantes da população por sua própria estrutura socialmente injusta. (VILLA VERDE, 2004, p. 21)

Ao mesmo instante em que infraestruturas são construídas, com aporte financeiro do Estado e a produtividade se eleva, cresce também o grupo de indivíduos que são excluídos, pela própria expansão do modelo do agronegócio, e que mesmo com a crescente oferta de alimentos, a um custo reduzido, não consegue atingir um padrão mínimo de dignidade e satisfação de suas necessidades básicas de alimentação, bem como saúde, educação, habitação, saneamento, trabalho, etc., devido à falta de renda.

Na contramão deste processo, temos a luta pela terra e a atuação de Movimentos Sociais, buscando recriar territórios do campesinato e da agricultura familiar.

Um fator importante da territorialização do campesinato é, sem dúvida, a luta pela terra e as políticas de reforma agrária que possibilitaram a expansão dos territórios camponeses [...] o capital tem o poder de se territorializar mais rápido que o campesinato por causa das desigualdades geradas pelo modo de produção capitalista, que expropria o campesinato de seus territórios. A territorialização do campesinato ocorre predominantemente por meio da luta popular e de políticas públicas. (FERNANDES, 2004, p. 17)

Conforme proposições de Haesbaert, compreendemos que o agronegócio e o campesinato compõem um processo constante, onde indivíduos perdem seus territórios, ou seja, são desterritorializados, para que outros indivíduos (modelo) se territorializem naquele

espaço. Cabe aos indivíduos desterritorializados, a busca por um novo território, para que se reterritorializem. O MST, quando propõe à luta pela terra, atua como um movimento social capaz de promover a reterritorialização de agentes sociais previamente desterritorializados.

No caso de trabalhadores rurais e/ou produtores rurais, excluídos pela expansão do agronegócio, nem todos buscarão uma reterritorialização através da luta (reforma agrária). Muitos poderão migrar para zonas ditas urbanas, se reintroduzirem como mão de obra no campo, mas independentemente do caminho a ser seguido, trata-se de indivíduos desterritorializados pelo agronegócio, em busca de um novo território, uma reterritorialização. Sendo assim,

Uma classe não se realiza no território de outra classe. Por essa razão, os territórios do agronegócio e os territórios camponeses e indígenas são distintos. Os territórios do campesinato e os territórios do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes relações sociais. Um exemplo importante é que enquanto o agronegócio organiza seu território para produção de mercadorias, o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro, para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida. (FERNANDES, 2004, p. 10)

Podemos colocar esta situação em forma de questionamento: estariam então, os territórios camponeses, constituindo verdadeiramente o Território, em sua totalidade, multidimensionalidade e multiescalaridade, tecendo realmente um modo de vida, enquanto os territórios do agronegócio estariam a cada dia mais restritos ao âmbito econômico e produtivo?

Nesse cenário de contradição, destacamos aqui, a luta pela terra e, consecutivamente, a criação de novos territórios do campesinato no estado do Rio Grande do Sul. Buscamos estabelecer um comparativo (Figuras 7 e 8) da Reforma Agrária no Rio Grande do Sul, entre os anos de 2001 e 2010. Neste comparativo, é perceptível o processo de expansão dos Assentamentos Rurais de Reforma Agrária, em todo o estado. No entanto, no que se refere ao recorte espacial aqui proposto, em 2001, assentamentos rurais eram restritos aos municípios de São Borja e Manoel Viana.

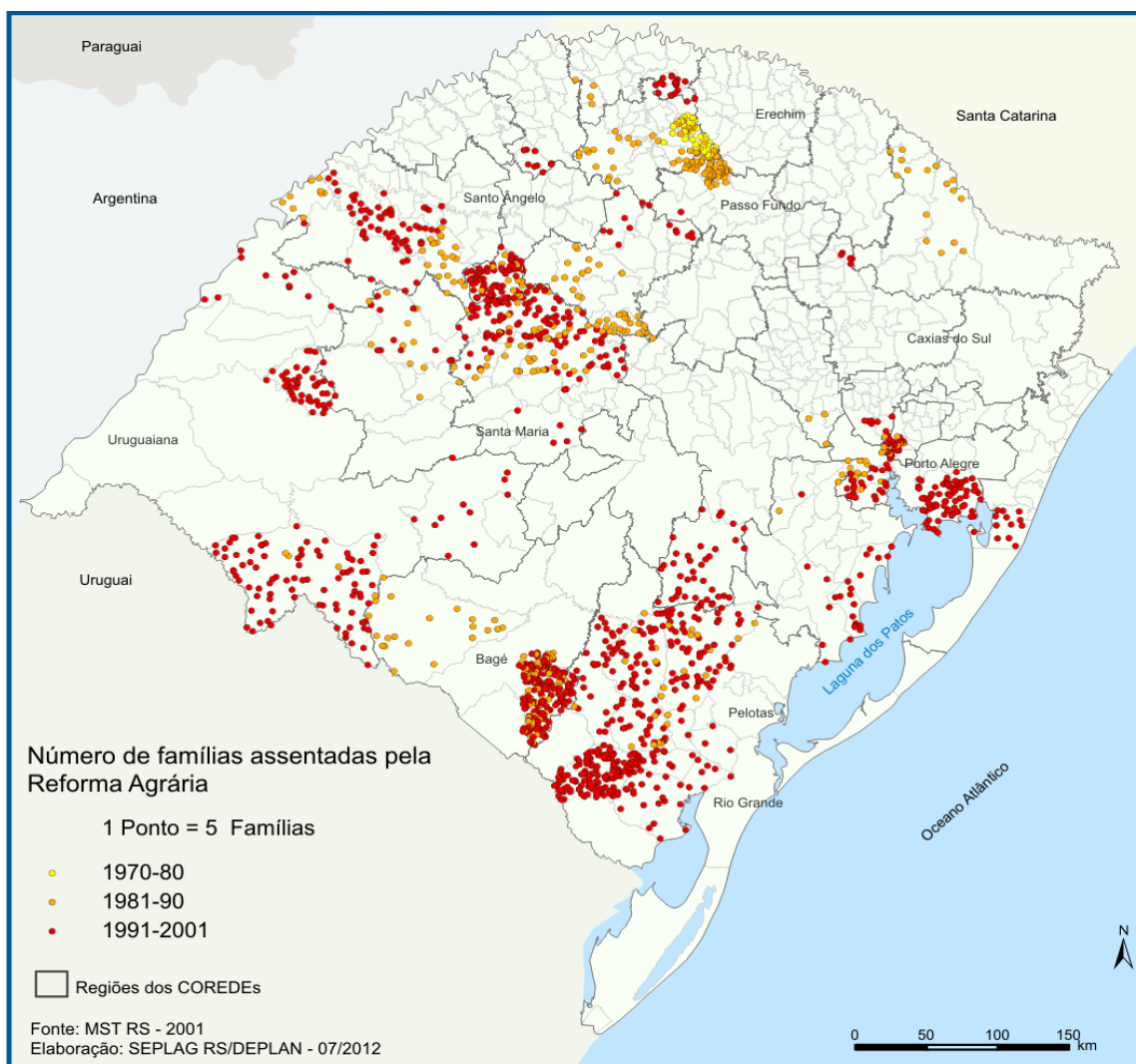
No período entre 2001 e 2010, ocorre a expansão dos territórios do campesinato, nos municípios de Garruchos, Uruguaiana, São Francisco de Assis e, principalmente, Alegrete.

Na segunda metade da década de 1990, intensificam-se as movimentações e lutas em prol da Reforma Agrária no Oeste do Rio Grande do Sul (Ramos, 2012), fato que se intensifica na primeira década dos anos 2000 e, por uma conjuntura não local, mas sim nacional, passa por um processo de enfraquecimento na última década.

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra – CPT, tivemos duas situações de luta pela terra entre 2011 e 2019, uma no município de Alegrete, sendo um acampamento,

desmontado de forma pacífica e, resultando no assentamento das famílias ali estabelecidas, em lotes ociosos em assentamentos já existentes. Outra situação deu-se em São Borja, onde, nos anos de 2011 e 2013, aproximadamente 400 famílias passaram por processo de reintegração de posse da Fazenda Palermo. Atualmente, não há nenhuma estrutura/representação do MST na Microrregião, a não ser aquelas estabelecidas junto aos Assentamentos.

Figura 7 - Número de famílias assentadas pela Reforma Agrária no RS – 2001



Fonte: Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul: Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul.
Org.: RAMOS, V.G.

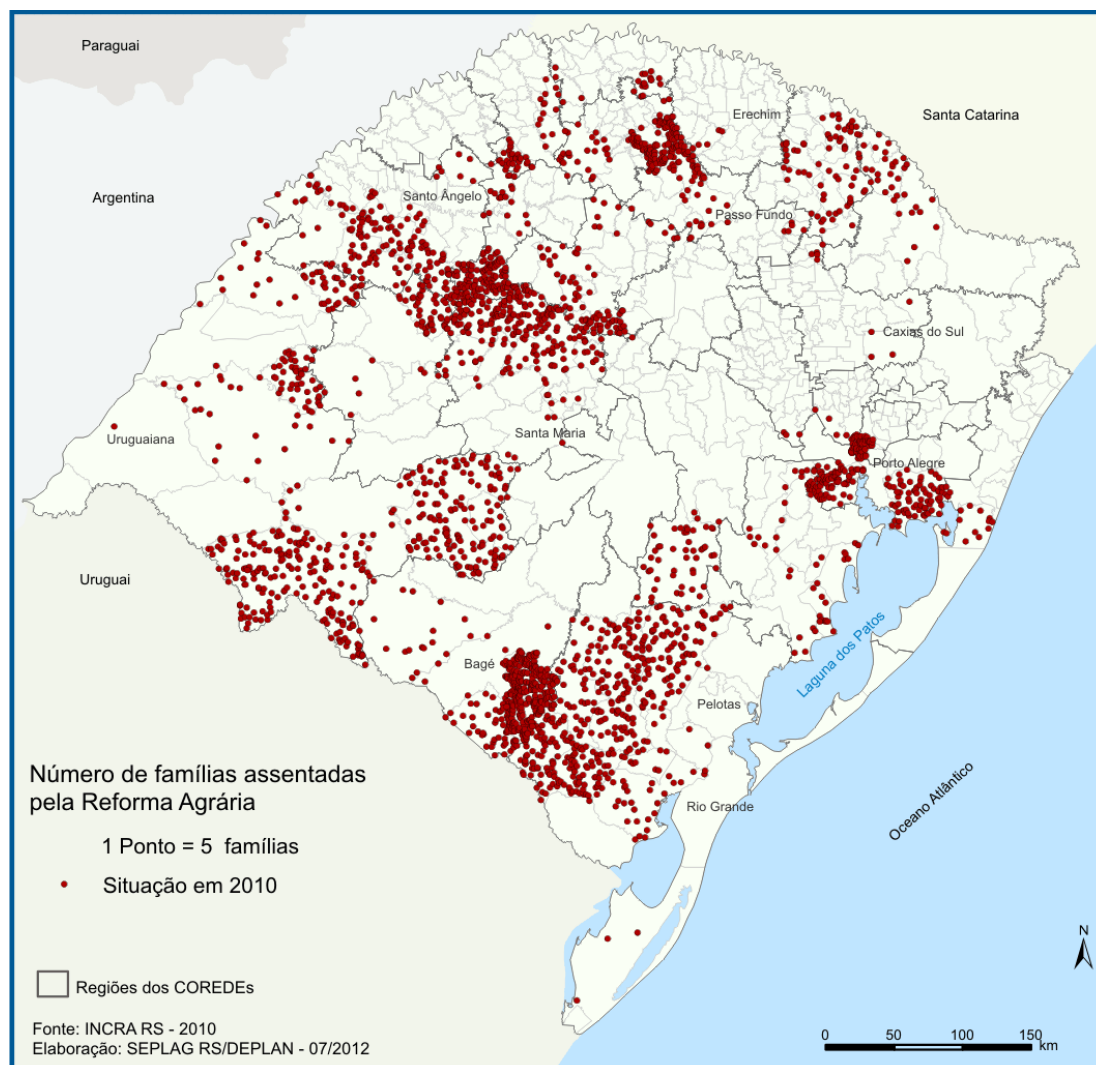
Dentro do contexto contraditório das realidades estabelecidas na Microrregião da Campanha Ocidental, podemos, em resumo, visualizar de um lado, os espaços ocupados pelo Agronegócio, com intensa capacidade técnica e financeira, com todo um suporte prestado pelo Estado. Do outro, encontram-se pequenos redutos de Reforma Agrária, com

menor acesso ao conhecimento técnico e ao capital, mas, com a capacidade de promover novas práticas e estratégias produtivas.

O Assentamento Santa Maria do Ibicuí, por exemplo, com seus 21 anos de existência, passou por vários estágios produtivos, indo desde a monocultura da soja e milho e, arrendamento de terras para cultivo de arroz (conjuntura que promoveu endividamento e evasão), passando pela profunda dependência da pecuária de leite (entrega do leite as empresas do setor), até chegar aos moldes atuais, onde, em 6.100 hectares existe: a) um dos maiores cultivos de arroz orgânico do estado, realizado por assentados, estruturados a partir de uma Cooperativa própria, em cooperação com outros rizicultores de diversos assentamentos do RS; b) crescente número de agroindústrias (as primeiras do espaço rural de Manoel Viana) que transformam frutas e leite (principalmente), entregando seus produtos diretamente aos consumidores (feiras livres) e comércio local; c) produção e entrega de leite às empresas do setor de transformação; d) cultivo de hortaliças; e) pecuária de corte; f) criações de aves e suínos, dentre outras (Ramos, 2012). Todavia, se faz necessário o destaque às dificuldades de inserção social e política dos Assentados, que em mais de duas décadas, ainda não superaram preconceitos e desconfianças, originadas ao longo de décadas de dominação do latifúndio agropastoril.

Figura 8 - Número de famílias assentadas pela Reforma Agrária no RS – 2010

CONFLITUALIDADES TERRITORIAIS NA MICRORREGIÃO DA CAMPANHA OCIDENTAL: TERRITÓRIOS CAMPONESES *VERSUS* TERRITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO



Fonte: Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul: Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul.

ORG.: RAMOS, V.G.

Em acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a Microrregião da Campanha Ocidental possui atualmente, treze Assentamentos Rurais de Reforma Agrária (Tab. 1), totalizando 528 famílias, em uma área de 12.696 hectares. Para que tenhamos uma dimensão mais ampla desse contexto, se faz necessário que estabeleçamos algumas correlações, uma vez que: a) essa área corresponde à 0,41% da área total; b) representa 4,65% dos estabelecimentos rurais, sejam eles considerados familiares ou não familiares, e; c) contempla 8,12% dos estabelecimentos familiares existentes na Microrregião.

Dentre todos aqueles municípios onde ocorrem Assentamentos, dentro da área de estudos, Manoel Viana é aquele em que há maior representatividade, graças aos Assentamentos Santa Maria do Ibicuí (RAMOS, 2012), segundo com maior número de famílias assentadas no Rio Grande do Sul e, Santa Mercedes/Gleba B, que juntos possuem 236 famílias, fazendo com que representem 47,2% dos estabelecimentos rurais do

Município e, 62,27% dos estabelecimentos de agricultura familiar. Além disso, somam juntos, mais de 10% da população de Manoel Viana (RAMOS, 2012).

Tabela 1 – Assentamentos Rurais de Reforma Agrária na Microrregião da Campanha Ocidental/RS

Assentamento	Município	Número de Famílias Assentadas	Área em hectares	Criado em
Acaue	Alegrete	13	328,85	30/08/2004
Novo Alegrete	Alegrete	63	1.197,15	09/12/2008
Unidos pela Terra	Alegrete	46	1.224,23	22/07/2009
São Domingos	Garruchos	44	722	02/12/1999
Santa Maria do Ibicuí	Manoel Viana	227	6.118,48	03/12/1999
Santa Mercedes/Gleba B	Manoel Viana	9	394,02	24/09/2009
São Marcos	São Borja	17	402	03/12/1997
Cambuchim	São Borja	30	600	14/12/1998
Cristo Redentor	São Borja	15	255	12/12/1999
Fazenda Cassacan	São Borja	15	395,31	16/04/2002
Conquista das Missões	São Borja	16	434,1	13/06/2014
Jaguari Grande	São Fco de Assis	26	544	03/07/2009
Imbaá	Uruguaiana	7	80,74	11/11/1996
TOTAL		528	12.696	

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
Org: RAMOS, V. G.

O município de Alegrete é outro importante exemplo nesse processo de territorialização do modelo do campesinato, com a implantação dos Assentamentos Acaue, Unidos pela Terra e Novo Alegrete. Este talvez seja o município de maior tensão entre os dois modelos, dentro da Microrregião. O campesinato, desprovido do capital e da tecnologia, usa a luta para se fazer ouvir e consolidar a conquista de seus direitos básicos. Em, aproximadamente uma década de implantação, as comunidades destes Assentamentos ainda travam constantes lutas com o poder público (Fig. 9), em busca dos direitos mais básicos os quais podemos imaginar, tais como: água potável, energia elétrica, transporte escolar para suas crianças e jovens, assistência técnica, construção e manutenção de estradas e pontes, além, é claro, da luta pela inserção social, econômica e política, cerceada pelo preconceito e discriminação. No entanto, mesmo em um cenário teoricamente

desfavorável, parcerias com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, Campus Alegrete, bem como, Assentados de Manoel Viana, conseguem promover resultados positivos, tanto no âmbito econômico quanto social e cultural.

Figura 9 - Protestos do MST na RST 377, entre Alegrete e Manoel Viana



Fonte: www.g1.com/rs

Org.: RAMOS, V.R.

A conflitualidade aí presente torna-se mais intensa, por que se sabe que não se trata de alguns hectares de terras, em meio aos imensos latifúndios, predominantes na Microrregião. A conflitualidade torna-se mais intensa, porque o MST, a reforma agrária e o campesinato, demonstram que podemos sim, constituir novos territórios, e não por meio do capital, mas sim através da luta e da resistência. Mostrar que, por meio da luta pela terra, também é possível a construção de saberes e vivências culturais, sociais, políticas, ambientais e econômicas, no Pampa Gaúcho.

Figura 10 - Atividades Produtivas no Assentamento Santa Maria do Ibicuí



Fonte: Banco de Imagens do Autor.
Org.: RAMOS, V.G.

O campesinato evidencia a importância da presença do homem no campo, por meio de seu trabalho, seu modo de vida, enquanto no modelo do agronegócio, os pacotes tecnológicos e o capital trabalham para minimizar ao máximo os vínculos empregatícios. Enquanto um é espaço de mercadorias, o outro é espaço de pessoas.

Que a reforma agrária continue a se territorializar e levando consigo, pessoas, para que estas demonstrem que sim, é possível a concretização dos territórios camponeses, mesmo que a contra gosto do Estado e do Capital.

Considerações finais

A Geografia ainda terá um longo caminho, até que se compreenda a essência do conceito Território, construído acima de tudo, por meio das relações de poder, tanto na forma material, quanto na forma imaterial, mas que nos remetem diretamente às condições de dominadores e dominados.

O campo brasileiro seguirá seu caminho de reconstrução e reinvenção, em um enfrentamento entre dois modelos de desenvolvimento territorial, e será nesta conflitualidade que se buscará o real desenvolvimento, aquele que considere a diversidade, seja ela cultural, política, social, econômica e ambiental. Mas, para isso, precisamos de um Estado mais atuante, não em prol do Capital, mas em favor do Povo e das grandes massas, e, conseqüentemente, dos indivíduos que buscam na reterritorialização um propósito de vida, seja ele novo, ou “apenas”, renovado.

O enfrentamento na Microrregião da Campanha Ocidental está apenas começando, mas sabe-se que é possível sim, a construção de um novo modelo diante aos padrões que historicamente lá se estabeleceram. São algumas poucas centenas de Assentados, no

entanto, com significativa capacidade de promover novas dinâmicas e novas feições aos territórios.

A discussão neste breve texto, bem como as leituras e vivências para tal, foram de grande importância, no entanto, diante à complexidade da temática, fica um sentimento de impotência, e de certeza: certeza de que estas discussões não se esgotarão tão cedo na Geografia.

Referências

ALENTEJANO, P. R. R. O que há de novo no rural brasileiro? **Terra Livre**: publicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo, n. 15, p. 87-112, 2000.

ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. A propósito do debate sobre pluriatividade e multifuncionalidade na agricultura: o surgimento de uma nova formação discursiva. **Revista The omai/The omai Journal**: Estudios sobre Sociedad y Desarrollo/Society and Development Studies. Buenos Aires, v. 20, p. 22-33, 2009.

BLOG NOVA PAUTA. **Prefeito vai ao trabalho a cavalo**. São Francisco de Assis, 2015. Disponível em: www.novapauta.com. Acesso em 15 Nov. 2016.

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra – CTP, 2011-2019 – ISSN 1676-661X versão online. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>. Acesso em 24 mai 2020.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO FRONTEIRA OESTE. **Perfil Socioeconômico COREDE Fronteira Oeste**. Porto Alegre, 2015. Disponível em: www.planejamento.rs.gov.br. Acesso em 20 Mai 2019.

COOPERATIVA DE AGRICULTORES PARCEIROS DA REGIÃO CENTRO-OESTE DO ESTADO. **Dia de campo Cooparcentro em Manoel Viana/RS**. Santa Maria, 2015. Disponível em: www.cooparcentro.com.br. Acesso em 02 Dez 2016.

FERNANDES, B. M. Entrando nos Territórios do Território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, Cap. 01, p. 273-302.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. Presidente Prudente, SP: UNESP, 2004.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2019. Disponível em: www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/assentamentos-rurais. Acesso em 19 Jun. 2019.

GONÇALVES, C. W. P. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. **Revista Interdisciplinar Interthesis**: Revista da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 01-55, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: Território e multitransterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Divulgação Mensal**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadcm>. Acesso em 10 Ago. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Incra nos Estados – informações sobre os assentamentos da Reforma Agrária**. Brasília. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em 10 Mar 2020.

MOREIRA, Igor A. G.; COSTA, Rogério H. da. **Espaço & Sociedade no Rio Grande do Sul**. 4. Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

PAULINO, Eliane T.; ALMEIDA, Rosemeire. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo.1**. Ed São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PORTAL G1. **MST faz protesto na RSC-377 em Alegrete/RS**. Uruguaiana, 2016. Disponível em: www.g1.globo.com/rs. Acesso em 20 Ago. 2016.

RAMOS, Vagner Guimarães. **A cadeia produtiva do leite no Assentamento Santa Maria do Ibicuí, Manoel Viana – RS**. 2012. 112 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

RUA, J. Urbanidades e novas ruralidades no Estado do Rio de Janeiro: algumas considerações teóricas. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. F. (Org.). **Estudos de Geografia Fluminense**. Rio de Janeiro: Infobook, 2002.

SILVA, Emanuel Araújo, et al. Uso de Imagens Orbitais no Geoprocessamento Algébrico da Microrregião da Campanha Ocidental, Rio Grande do Sul. **Revista Floresta e Ambiente**. Santa Maria, 2014.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. **Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: www.sna.agr.br/. Acesso em 12 Out 2016.

VILLA VERDE, V. Territórios, Ruralidade e Desenvolvimento. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**, Curitiba, n. 01, p. 01-35, 2004.

Sobre o autor

Vagner Guimarães Ramos – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (2009). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (2013). Doutorado em Geografia em andamento na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFfar), Campus Alegrete. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0003-1741-0383>

Como citar este artigo

RAMOS, Vagner Guimarães. Conflitualidades territoriais na Microrregião da Campanha Ocidental: territórios camponeses *versus* territórios do agronegócio. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 370-392, dossiê, 2021.

Recebido para publicação em 20/09/2020
Aceito para a publicação em 10/06/2021

“Nas minas, a terra vale ouro” questão agrária e mineração no Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais, Brasil)

Aline Weber Sulzbacher

Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) – Diamantina, Minas Gerais, Brasil.

e-mail: aline.weber@ufvjm.edu.br

Leonardo Cesar Fernandes

Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) – Diamantina, Minas Gerais, Brasil.

e-mail: leonardocsar@yahoo.com.br

Clebson Souza de Almeida

Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) – Diamantina, Minas Gerais, Brasil.

E-mail: clebson.almeida@ufvjm.edu.br

Resumo

Este texto tem por objetivo apresentar reflexões sobre a formação sócio-espacial e a constituição política do Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais, Brasil) e, a partir dela, discutir sobre a relação entre a questão agrária, a mineração e os grandes projetos de desenvolvimento, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. A história dessa região registra uma formação social subordinada à ação de agentes externos pautados na apropriação dos recursos minerais e da terra. Essa configuração está colocada desde a colonização e ocupação, empreendida pela coroa portuguesa (séc. XVII até XIX) e, com outras roupagens, vem se destacando com a chegada de grandes projetos de desenvolvimento (minerários, agrários e hidrelétricos) através da intervenção e regulação do Estado (séc. XX e XXI), reproduzindo lógica da acumulação primitiva de capital e do lugar ocupado por esta região na divisão internacional do trabalho. Disto, a formação social deste território apresenta contradições e espaços de resistências principalmente protagonizadas pelos povos e comunidades tradicionais, que serão indicados na análise.

Palavras chaves: Estado; desenvolvimento; comunidades tradicionais

“In the mines, the land is worth gold” agrarian issue and mining in the Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais, Brazil)

Abstract

This text aims to present reflections on socio-spatial formation and the political constitution of the Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais, Brazil) and, from there, discuss the relationship between the agrarian issue, mining and major projects development, especially from the second half of the twentieth century. The history of the region registers a social formation subordinated to the action of external agents based on the appropriation of mineral and land resources. This configuration has been in place since colonization and occupation, undertaken by the Portuguese crown (17th to 19th centuries) and, in other guises, has been standing out with the arrival of major development projects (mining, agrarian and hydroelectric) through intervention and regulation the State (20th and 21st centuries), reproducing the logic of primitive capital accumulation and the place occupied by this region in the international division of labor. From this, the social formation of this territory presents

contradictions and spaces of resistance mainly led by traditional peoples and communities, which will be indicated in the analysis.

Keywords: State; development; traditional communities.

"Enlas minas, la tierra vale oro", problema agrario y minería en el Vale de Jequitinhonha (Minas Gerais, Brasil)

Resumen

Este texto tiene como objetivo presentar reflexiones sobre la formación socioespacial y la constitución política del Vale de Jequitinhonha (Minas Gerais, Brasil) y, a partir de ahí, discutir la relación entre la cuestión agraria, la minería y los grandes proyectos de desarrollo, especialmente de la segunda mitad del siglo XX. La historia de la región registra una formación social subordinada a la acción de agentes externos basada en la apropiación de los recursos minerales y la tierra. Esta configuración ha estado vigente desde la colonización y ocupación, realizada por la corona portuguesa (siglos XVII al XIX) y, en otras formas, se ha destacado con la llegada de grandes proyectos de desarrollo (minería, agraria e hidroeléctrica) a través de la intervención y la regulación. El Estado (siglos XX y XXI), que reproduce la lógica de la acumulación primitiva de capital y el lugar que ocupa esta región en la división internacional del trabajo. A partir de esto, la formación social de este territorio presenta contradicciones y espacios de resistencia liderados principalmente por pueblos y comunidades tradicionales, lo que se indicará en el análisis.

Palabras clave: Estado; desarrollo; comunidades Tradicionales

Introdução

A relação entre a questão agrária e a mineração é um tema que tem suscitado provocações e debates, inclusive na realidade das bacias hidrográficas dos rios Jequitinhonha e Pardo (em especial, da porção do alto rio Pardo). Se, por um lado, essas duas regiões apresentam formação sócio-espacial estruturada historicamente em diferentes formas de realização da mineração (garimpo tradicional à grandes empreendimentos) ainda que articuladas ao mercado externo e cumprindo papel na divisão territorial do trabalho internacional, por outro lado, resta evidente que há uma significativa intensificação dos processos de expropriação dos povos, comunidades e bens comuns em prol da instalação de grandes projetos de desenvolvimento (GPD), conforme Alentejano e Tavares (2019, p. 194):

Os GPDs podem ser entendidos como atividades e empreendimentos de proporção (econômica e física) significativa e que são extensivamente e intensivamente impactantes a uma dinâmica regional. Entre esse conjunto de atividades e empreendimentos podemos destacar: mineração, exploração de petróleo e gás, monoculturas, obras de infraestrutura e geração de energia (hidrelétricas, termoelétricas, portos, barragens, etc.), indústrias pesadas (siderúrgicas, refinarias, complexos industriais, etc.).

A bacia hidrográfica do Jequitinhonha, um dos polos de maior riqueza mineral (ouro e diamante) explorada pela coroa portuguesa até meados do século XIX, paradoxalmente,

desde a década de 1960 entra nos índices e nos discursos governamentais como uma das regiões mais pobres do país, considerada de maneira pejorativa, porém estratégica para os planos siderúrgico e minerário, como um “bolsão de miséria”. (ALMEIDA, 2018).

No contexto econômico do período entre 2002 e 2011 o Brasil e outros países da América Latina experimentaram o que na economia mineral chamamos de *boom ou superciclo das commodities*, isso se deu devido especialmente à rápida elevação no preço de alguns minérios no mercado global. O Brasil participou de maneira ativa neste período, com grandes implicações territoriais por meio da intervenção estatal para a abertura de novas minas, duplicação de ferrovias, ampliação de portos, pressão para venda de terras, para exportar minério, etc.

Tais processos estão no bojo geopolítico, na reprodução histórica neocolonial de uma economia primária, portanto, a expropriação de terras para a implantação dos GPDs é uma das principais origens de graves e variados conflitos sociais, ambientais e, sobretudo, territoriais – pois, afinal, envolvem determinados grupos sociais cuja relação com o espaço é basilar para forjar seu modo de vida, cultura e valores, debate proposto por Ricardo Jr. Fernando Gonçalves da Universidade Estadual de Goiás para o I Encontro de Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri com a discussão sobre o tema: “O rural, questão agrária e mineração”. Portanto, conforme discute Sampaio Júnior (2001, p. 03), a questão agrária continua sendo um “nó estratégico do processo histórico de formação do Brasil contemporâneo, ressaltando a importância estratégica do latifúndio como uma das bases fundamentais do padrão de acumulação e dominação do capitalismo dependente”.

Considerando estas questões, este artigo tem por objetivo apresentar reflexões sobre a formação sócio espacial e a constituição política da região do Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais) e, a partir dela, discutir sobre a relação entre a questão agrária, a mineração e os grandes projetos de desenvolvimento, sobretudo a partir da segunda metade do século XX.

As questões, reflexões, dados e provocações apresentadas ao longo deste texto têm por base projetos de pesquisa que fizeram/fazem parte das atividades desenvolvidas pelo Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro¹ - grupo interdisciplinar de pesquisa, extensão e ensino vinculado à UFVJM. Indicamos, principalmente, três: 1) pesquisa de mestrado (2016-2018) intitulado “Território da água, território da vida: comunidades tradicionais e a monocultura de eucalipto no alto Jequitinhonha” vinculado ao Programa de

¹Agradecemos as contribuições da equipe de pesquisadores populares (cerca de 60 jovens vinculados à educação básica ou tecnológica ou superior) do Projeto Veredas Sol e Lares que tem produzido dados a partir da análise da realidade das comunidades dos vales do rio Jequitinhonha e do rio Pardo, bem como as sistematizações e análise desses dados por parte da equipe (10 jovens vinculados ao ensino superior) vinculada ao Observatório dos Vales do Semiárido Mineiro. Em especial, apoio de Natália Faria de Moura e as sugestões do Prof. Dr. Marcelino Moraes.

Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER) com concessão de bolsa pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); 2) pesquisa de iniciação científica (2018-2019) “Questão Agrária, mineração e desenvolvimento no Vale do Jequitinhonha” com concessão de bolsa pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG); 3) Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (P&D) (2018-2022) “Veredas Sol e Lares - Desenvolvimento econômico e social no semiárido mineiro a partir da mobilização capacitação e participação das populações para o emprego da geração híbrida fotovoltaica distribuída na revitalização de empreendimentos hídricos” aprovado no chamamento público para o Programa P&D da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), executado pela Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS) com apoio de parceiros, em especial o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). (SULZBACHER E STEFFENS, 2019).

Em todos os casos, os procedimentos metodológicos têm abordagem qualitativa, considerando processo de investigação progressivo de dados e a produção de análises e reflexões que possam subsidiar a novas indagações e pesquisas. Ou, ainda, conforme define Triviños (1987, p. 131): “a pesquisa qualitativa não segue sequencia tão rígida das etapas assinaladas [...]. As informações que se recolhem, geralmente, são interpretadas e isto pode originar a exigência de nova busca de dados”. Também têm como referência a Pesquisa Participante (BRANDÃO, 1985), prezando pela inserção e interação do pesquisador/a no grupo/comunidade dos sujeitos pesquisados, de forma que ambos interajam numa participação mútua, considerando a concretude, a totalidade e a dinâmica dos fenômenos sociais que não são definidos à priori, mas construídos historicamente, buscando promover a produção coletiva de conhecimentos como patrimônio dos grupos historicamente invisibilizados. Tal estratégia de ação tem por horizonte contribuir com as comunidades em suas lutas sociais, na identificação das principais demandas e no apontamento de caminhos possíveis.

Ademais, podemos mencionar outras fontes de pesquisa: a pesquisa documental e bibliográfica; o levantamento de dados secundários em a partir do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais (CODEMIG) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dentre outros; e, imbuídos dos valores da pesquisa participante, consideramos fundamental a participação em eventos promovidos por organizações populares e sociais em que as temáticas foram abordadas, como a exemplo a participação no III Encontro dos Povos do Espinhaço em 2018 (distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras, Serro, MG), em específico, na roda de conversa sobre o tema “Conflitos Socioambientais e a Mineração nas comunidades tradicionais (quilombolas) do município do Serro (MG)”.

Por fim, cabe registrar que os crimes ocorridos em Mariana (MG) e em Brumadinho (MG), tem relação direta com a forma como a mineração é acionada pelas empresas e Estado, cuja centralidade é a remuneração do capital. Este cenário, catastrófico e previsível, pode ser somado a outros que ocorrem cotidianamente, em diferentes escalas.

Por isso, é urgente e necessário os debates em torno dessa temática, principalmente os impactos que ela comete sobre a vida, aos modos de vida e ao meio.

Do rio ao vale: a formação sócio-espacial e as diferentes valorações do Jequitinhonha

Nesta sessão, temos por objetivo apresentar algumas reflexões sobre a formação sócio espacial e a constituição política da região do Vale do Jequitinhonha com base no enunciado “nas minas, a terra vale ouro”.

A contribuição de Martins (2004, p. 708 – grifos nossos) ajuda a situar histórica e geograficamente:

Entre os anos de 1780 e 1781, José Joaquim da Rocha escreveu sua *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais*, na qual se refere ao Rio Jequitinhonha nos seguintes termos: “O Rio Jequitinhonha, que tem o seu nascimento ao norte das serras de Santo Antônio e Itambé da Vila do Príncipe, é o tesouro mais precioso destas Minas; não só o Jequitinhonha, mas todos os mais rios e ribeiros que nele se metem, desde o seu nascimento”. O competente cartógrafo referia-se, é claro, aos depósitos de ouro, diamantes e pedras preciosas explorados no Jequitinhonha, Araçuaí, Piauí e Itacambiruçu, que motivaram a ocupação inicial do nordeste das Minas Gerais e garantiram, pelos séculos posteriores, **o lugar destacado do rio Jequitinhonha no cenário provincial e estadual.**

Esta provocação inicial procura chamar atenção à própria história de constituição do estado de Minas Gerais, como um território que agrega tanto as “minas” como os “gerais”, ambos nominados a partir da visão do colonizador e forasteiro. A expropriação dos recursos minerais, durante o ciclo econômico do ouro e de outras pedras preciosas, foi um marco da ocupação territorial e do povoamento em Minas Gerais. A formação das regiões de mineração ao longo de afluentes e do rio Jequitinhonha não foge da construção histórica do próprio estado, visto que, segundo o Diagnóstico do Jequitinhonha elaborado pela Fundação João Pinheiro, essa região “só participa da história econômica brasileira a partir da descoberta do ouro e do diamante nos séculos XVII e XVIII, quando então se verificou o início do povoamento do Serro (1700), Diamantina (1713), Grão Mogol (1759) e Capelinha (1809)”. Portanto, estes e outros locais que apresentavam grande potencial para instalação de “minas” foram o grande mote para intensivas campanhas de colonização (ou, mais

sutilmente, de ocupação) financiadas e impulsionadas pelas riquezas minerais que a formação geológica e geomorfológica levava milhões de anos para gerar e trazer a superfície. Antes mesmo que as minas virassem lavras e com elas a formação de sistemas sociais, culturas e crenças, redes e relações econômicas para exploração, o diamante e o ouro estavam presentes em abundância nos ambientes por força dos processos naturais de modelagem das paisagens (intemperização, erosão etc.).

A colonização pela exploração de atividades de mineração é impulsionada pela “cobiça e a esperança, irmanadas no sentido do encontro das legendárias esmeraldas, das minas de prata, do ouro, do diamante, conduziram às plagas mineiras centena, milhares de indômitos aventureiros europeus e nacionais” (BRANDÃO, 1974, p. 19). A busca pela exploração dos recursos minerais e a ocupação de novas terras, foram as peculiaridades que atraíram diversos bandeirantes para a região, que ao longo da história, foram surgindo diversos exploradores que organizavam as expedições com a finalidade de desbravar o sertão mineiro.

Um deles foi o bandeirante Sebastião Leme do Prado, que atravessou os chapadões da margem direita do Jequitinhonha, chegando aos seus afluentes Itamarandiba, Araçuaí e Fanado. “Por ter encontrado num afluente deste último uma surpreendente quantidade de ouro [...] as terras foram repartidas e para lá se dirigiu grande quantidade de mineradores” (SOUZA, 2010, p. 28-29). Este local recebeu o nome de Vila das Minas do Fanado em 1729, e após mudanças no decorrer do século, adotou em 1840 o seu nome atual, Minas Novas (SEABRA, 2010).

Para tomarmos como exemplo, no início do século XVIII estima-se que em Minas Novas tenham sido extraídas enormes quantidades de riquezas do solo. Souza (2010) relata que até o ano de 1736, em apenas 09 anos de garimpo, foram enviados à Bahia 435 arrobas (6.525 quilos) de ouro. Tendo como referência a cotação do ouro no Brasil, que é vinculado às bolsas de valores de Nova York e Londres, esta quantidade valeria em 2018, algo em torno de R\$ 900 milhões de reais (ALMEIDA, 2018). Porém,

Essa fase de euforia, entretanto, durou pouco tempo. A diminuição gradativa da exploração da atividade mineradora contrapôs-se a afirmação da agricultura como principal ocupação dos moradores locais. Era uma atividade de subsistência, que consolidou, ao longo do tempo, **uma agricultura de tipo familiar, explorada principalmente nas margens cultiváveis dos rios, ribeirões e córregos**. Isso constituiu um processo de lenta ocupação de grotas, já que as chapadas, por serem muito áridas, não se prestavam ao cultivo sem um tratamento especial da terra. Essas chapadas ficaram como reserva natural, lugar do qual se lançava mão para a coleta de frutos silvestres e para a criação do gado vacum (SOUZA, 2010, p. 58 – grifos nossos).

Assim, é recorrente encontrar no modo de vida das comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha uma associação entre garimpo artesanal e práticas agrícolas ou pesqueiras. Em se tratando das ocupações atuais, em diferentes locais do rio Jequitinhonha é possível encontrar populações que passam a se autodeclarar como quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos ou vazanteiros. Estas populações transitam pelas mais variadas atividades, incluindo a lida com a lavoura, o quintal (ambiente extensivo ao espaço doméstico voltado para produção de víveres vegetais e pequenos animais), com a criação extensiva de animais, a pesca e o garimpo. Para Ribeiro (2017), em pesquisa etnográfica na comunidade de São João da Chapada (distrito do município de Diamantina) que toma como ponto de partida a experiência de mulheres garimpeiras para falar sobre resistência à colonialidade, afirma: “O garimpo braçal, tal como a roça e a *panha* de flores, todas atividades sazonais e de pequena escala, sustentadas pela mão de obra disponível na família, não pressupõem nenhum tipo de ascensão socioeconômica ou acumulação de riqueza”. (RIBEIRO, 2017, p. 03). Esta combinação entre as diferentes atividades faz parte do que a autora identifica como “existência e persistência desses coletivos sob a modernidade”:

Na região de Diamantina é muito comum que as pequenas comunidades rurais combinem diferentes atividades sazonais na base de sua manutenção material: o garimpo braçal (conhecido na legislação e políticas públicas como artesanal), a agricultura e a coleta de flores para o mercado de ornamentação são as principais em São João e Quartel. Em linhas gerais, o garimpo braçal corresponde a explorações em pequena escala, sem uso de mercúrio ou qualquer outro implemento químico ou maquinário. É por isso também que o garimpo braçal é sazonal, ele depende do clima, do regime de chuvas e volume dos cursos d’água para extração. No lugar de máquinas e insumos químicos há numerosos instrumentos e apetrechos de metal e madeira. As mesmas técnicas e instrumentos correntes no garimpo braçal podem ser encontradas na literatura e iconografia da mineração colonial desde os primeiros descobertos de ouro e diamantes em Minas Gerais, a partir do final do século XVII (literatura de viajantes, religiosos, memorialistas, artistas e cientistas), algumas vezes atualizadas com adaptações de materiais ou usos. Esse conhecimento se mantém e se atualiza ao longo do tempo através da oralidade e do engajamento prático desde a infância, pelo aprendizado com as pessoas de casa ou com outras pessoas da mesma comunidade. (RIBEIRO, 2017, p. 03).

A estruturação de uma dinâmica regional, cuja base econômica é centrada na mineração ainda que com diferentes arranjos sociais, foi tão marcante que Martins propõe uma periodização no século XIX:

A extração de diamantes nas lavras do Alto Jequitinhonha apresentou, no século 19, fases bastante distintas que variaram da euforia ao desalento. Se tomamos os volumes de produção e os preços do diamante, as mudanças na legislação minerária e os padrões de organização das lavras, podemos propor a seguinte periodização para a atividade no Oitocentos: a) 1808 a

1832 – Primeira crise do diamante; b) 1832 a 1870 – *Boom* da atividade garimpeira; c) 1870 a 1897 – Segunda crise do diamante e; d) 1897 a 1930 – Reanimação da atividade mineradora. (MARTINS, 2012, p. 612)

Com as lavras, a estrutura social e econômica de exploração vai criando hierarquias baseadas no trabalho e principalmente na cor/raça. O controle das lavras exige infraestrutura e investimentos que geram regras e repartição dos resultados, que passam a estar associados também ao controle da terra. Diferentemente do garimpo artesanal que normalmente tem uma característica itinerante e com menor impacto na paisagem, há casos de garimpos empresariais que estabeleceram estruturas que expressam longo período de exploração. É principalmente nestes casos que a propriedade privada da lavra e seu entorno assume centralidade, inclusive com impacto nas relações de trabalho.

Há outro elemento importante nessa progressiva apropriação das terras para controle da produção mineral que é a expectativa e a especulação sobre novas áreas de garimpo. Essa relação promiscua com o vislumbre do rápido enriquecimento, deixou legados tanto na paisagem (com áreas devastadas por escavações de grande impacto em estruturas de solo frágil), quanto nas relações sociais. Martins (2008, p. 611) explica parte desse processo ao analisar o impacto da crise da mineração no período de 1870 a 1890:

Outra faceta da crise da mineração está associada ao **aumento dos conflitos pela posse das lavras**, bem como às incertezas decorrentes das ambiguidades e modificações da legislação brasileira, na transição da Monarquia para a República. O regime de livre exploração possibilitou o **avanço contínuo do processo de concentração dos terrenos diamantinos nas mãos de poucos proprietários**, que frequentemente **especulavam com os lotes de terras minerais**. Este processo alimentou disputas às vezes dramáticas pelas áreas de extração mineral. (Grifos nossos).

Portanto, na medida em que a mineração é a principal atividade econômica que se projeta a ocupação e colonização de novas áreas com potencial de recursos, aumentam os conflitos também relacionados à terra. E, nesta disputa, coloca-se em questão também a finalidade social da terra, sobretudo para a produção de alimentos que pudessem garantir a manutenção de força de trabalho exclusivamente dedicada ao garimpo (em suas diferentes escalas de produção). É imprescindível reconhecer também os conflitos com os povos originários e toda violência relacionada, inclusive com genocídio das populações – estas, nem sempre mencionadas nas obras ou quando citadas, as mortes são mencionadas como que *por ordem natural* a exemplo das doenças. O front dessa fronteira agrária e mineral deixa como legado a morte às várias formas de vida.

Como característica da mineração à época, a força de trabalho dos povos negros escravizados, era a principal mão de obra em Minas Novas e com a decadência do ouro, muitos cativos foram comprados pelos fazendeiros para trabalhar na agricultura do algodão,

para desbravar as terras para a pecuária ou mesmo para aventurar à procura de ouro em leitos de ribeirões dentro das fazendas. Ou, ainda, muitos sujeitos escravizados se aglutinaram em quilombos, a exemplo do município de Chapada do Norte, em que o espaço urbano é considerado o maior quilombo urbano do Vale do Jequitinhonha (90% da população) e a área rural abriga 13 comunidades quilombolas certificadas, conforme a Fundação Cultural Palmares (2019). Por fim, a expropriação da terra vai impondo situação, afinal aqueles “que não estavam aglutinados em quilombos se dispersaram em busca de um local, o mais distante e de difícil acesso possível, em que pudessem obter os meios e as condições de manutenção de suas vidas”. (FÁVERO, 2013, p. 04).

Assim, o espaço agrário foi sendo produzido numa disputa aberta entre negros descendentes de etnias africanas, brancos descendentes de etnias europeias e os nativos com grande variação étnica, sendo geralmente mencionados os povos Mocunins, Malalis, Aranãs e Boruns, como se autodenominavam (SOARES, 2010). Tendo como referência as condições que o meio geográfico oferecia, de maneira geral os processos de ocupação passaram a priorizar como lugar de morada a *Grota* ambiente este que é complementar e intrínseco à *Chapada*. Ambos se constituem como um complexo produtivo, extrativista, de moradia e de sociabilidade, ou seja, como um único território, que é característica própria da região do Alto Jequitinhonha (ALMEIDA, 2018).

Assim, já no final do século XIX, após uma sangrenta derrota das tribos locais, esta “partição” foi se estabelecer de maneira mais evidente. Ao analisar esse processo histórico, Souza (2010, p. 58-59) identifica quatro tipos diferentes de sistemas agrários que tem em comum a progressiva ocupação de terras devolutas e a constituição de modos de vida em consonância com o meio:

- 1) Grandes extensões de terra devolutas, que funcionavam como propriedade coletiva [quilombos e chapadas];
- 2) grande quantidade de pequenos e médios proprietários de terra que nela trabalhava com a família e/ou na base do sistema camarada pago ou dia trocado [grotas];
- 3) grandes fazendas tocadas à base do trabalho escravo ou “assalariado” e que foram, por muito tempo, o ponto de sustentação de uma vasta estirpe de coronéis de patentes variadas e de diversos tipos de poder de mando [fazendas];
- 4) vasta rede de agregados que trabalhavam a terra de outros em função do pagamento por produto ou simplesmente para doar terras virgens para o plantio de pastagens [agregados].

Assim, pode-se concluir que a região atraiu grandes levas de população em função de seu potencial mineral, implicando no confronto com os grupos nativos e, após o fim da disponibilidade para mineração, muitos permaneceram, dando origem a comunidades e a modos de vida adaptados às condições do meio geográfico. Após esse ciclo de pujança da mineração, seguem as atividades do garimpo artesanal (restrito a alguns locais e grupos, de

forma esporádica), a agricultura, o extrativismo e a pecuária extensiva em áreas comuns (ALMEIDA, 2018).

A disputa pelo uso e acesso à terra tende se acentuar: se antes o garimpo tradicional disputava áreas com os médios e grandes empreendimentos, a partir de meados do século XX serão descobertos depósitos de quartzo, manganês e cromo (SCLIAR, 1995) que passam a manter interesse de exploração mineral sob viés capitalista: “O diamante e o ouro, mas também as rochas ornamentais, a cianita, o feldspato, a mica, as gemas, o manganês, o caulim e o quartzo, são muitas vezes lavrados a partir de **acordos entre os garimpeiros, os donos da terra e os financiadores do serviço**”. (SCLIAR, 1995, p. 70 – grifos nossos).

Assim, as redes que ligam o Vale do Jequitinhonha ao mundo sempre foram múltiplas, mas centradas na expropriação de tudo que nesta terra se apresentasse como possível riqueza traduzível em valoração monetária.

Em contraposição, os povos originários tinham outras referências. Os povos que foram se conformando no encontro de etnias, de modos de vida, de crenças e valores, apresentam hoje um enlace de várias origens e que passam a reivindicar outras formas de relação com o rio Jequitinhonha, instituindo uma defesa ao Vale como um todo – valorizando a diversidade de territórios, a partir de legados como a resiliência, a espiritualidade (presente em formas variadas) e valores comunitários tecidos por necessidades e ameaças permanentes à sobrevivência. Assim, esses territórios da vida marcam o enfrentamento ao processo opressor e expropriatório ligado às atividades econômicas que sustentam a estrutura econômica regional submissa aos mercados internacionais.

Assim, traduzir a identidade cultural e política que se forja a partir do povo dessa região e que passa a se reconhecer na ideia positiva de “Vale do Jequitinhonha” em contraponto às imagens criadas pelo Estado e pela mídia para implementar políticas desenvolvimentistas (miséria, pobreza, vazio demográfico etc.), é um enorme desafio que se arrisca à incompletude.

Nas minas, a terra vale ouro: questão agrária, mineração e desenvolvimento

É sempre fundamental ter presente que a disputa pela terra é central na consolidação da propriedade privada e, portanto, para reprodução do capital. Hobsbawn (2016), ao analisar o período entre 1789 e 1848, indica que foram necessárias três mudanças para transformar as relações sociais do campo e os sistemas agrários tradicionais, sendo: 1) a transformação da terra em mercadoria – com proprietários privados

e passíveis de negociação; 2) a terra passou a ser propriedade “de uma classe de homens desejosos por desenvolver seus recursos produtivos para o mercado e estimulados pela razão, isto é, pelos seus próprios interesses e pelo lucro”. (HOBBSAWN, 2016, p. 236) e; por fim, 3) a população rural tinha que ser transformada em trabalhadores assalariados (seja no campo, seja na cidade). Estas mudanças contribuem para compreender a questão agrária, pois se refere diretamente ao processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo e que implica na disputa classista pelos meios de produção (capital, trabalho e terra).

Ao analisar as origens agrárias do capitalismo, Wood (1998, p. 13/14 – grifos nossos) apresenta de forma muito clara:

Por muitos milênios, os seres humanos proveram suas necessidades materiais por meio do trabalho da terra. E provavelmente durante um período mais ou menos similar estiveram divididos em classes sociais, constituídas por aqueles que trabalhavam a terra e aqueles que se apropriavam do trabalho dos outros. Essa divisão entre produtores e apropriadores tem assumido diversas formas dependendo do tempo e do lugar, mas possuindo uma característica geral, qual seja, a de que os produtores diretos têm sido camponeses. Esses produtores camponeses permaneceram na posse dos meios de produção, especialmente a terra. [...] [...] a diferença essencial entre todas as sociedades pré-capitalistas e as capitalistas [...] tem tudo a ver com **as relações de propriedade entre produtores e apropriadores**, seja na agricultura, seja na indústria.

Portanto “a relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. **Tão logo a reprodução capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior**”. (MARX, 2015, p. 786 – grifos nossos). Entende-se, assim, que ainda há muito a compreender e debater sobre a questão agrária brasileira, pois ela atualiza desafio de compreender a disputa classista sobre o acesso e a propriedade privada dos meios de produção no campo e as relações sociais implicadas nos processos produtivos, que indicam também sobre a reprodução social dos sujeitos, seus vínculos familiares e comunitários; provoca a problematizar a análise sobre as diferentes atividades realizadas e a produção do espaço agrário brasileiro, bem como sobre a função social das riquezas geradas (produzimos o que? Para que? Para quem?).

A partir destas considerações, entendemos que embora a aparência suponha já superada, a questão agrária segue pulsante e exerce centralidade na expansão e produção do capital em áreas como o Vale do Jequitinhonha – isso fica evidente quando provocamos uma correção com o modelo de mineração!

A relação entre questão agrária e mineração tem sido discutida por alguns autores e, em especial, trazemos aqui a contribuição de Gonçalves et. al. (2018, p. 351 e 355):

Os primeiros anos do século XXI representaram um período de crescente expansão do **setor extrativo mineral e agropecuário** na América Latina. Com isso, **terra, energia, água, minérios, grãos e espaço territorial** passaram a situar-se presentes, direta ou indiretamente, na **gama de mercadorias** que fazem os países desta região **atuantes no comércio internacional**.

[...] a proximidade entre o setor mineral e a questão agrária também expõe exemplos concretos da “incorrígível lógica do capital” (MÉSZÁROS, 2007) e **seus impactos na natureza, no trabalho e na vida de milhares de sujeitos em seus espaços de existência coletiva**. (Grifos nossos)

A intensificação dos processos de transformação dos bens naturais (e bens comuns) em mercadorias tenciona a fronteira de mercantilização da natureza e dos territórios da vida. Gonçalves et. al. (2018, p. 350) aponta como estratégias das empresas que atuam na mineração “a usurpação de bens comuns, reconfigurações espaciais, expulsão de comunidades tradicionais de seus espaços de existência, corrosão de ecossistemas, estrangulamento do campesinato, exploração do trabalho e violação de direitos humanos”.

Todos esses processos já foram e ainda são vivenciados por sujeitos e comunidades no Vale do Jequitinhonha pois, afinal, as políticas continuam alinhadas com a implementação de grandes projetos de desenvolvimento. Na década de 1950 e 1960, estes projetos se basearam em levar o progresso para uma região dotada de estigmas sociais que foram disseminados através da produção de diagnósticos estaduais que buscavam interpretar uma série de características socioeconômicas sobre a região. A obra de Mateus de Moraes Servilha, “Quem precisa de região? O espaço (dividido) em disputa” (2015), apresenta análise histórica sobre as questões econômicas, políticas e sociais que foram utilizadas para justificar as ideias desenvolvimentistas, sendo o principal produto a criação dessa região a partir de determinadas características. Um dos instrumentos para impulsionar o desenvolvimento no período de 1960 a 1980 foi a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE). Assim, “a “descoberta” do Vale do Jequitinhonha em 1964 não significou a “descoberta” de uma pobreza “ímpar”, mas sim a “descoberta” de uma área rural ausente de um projeto de desenvolvimento regional estatal (SERVILHA, 2015). E, portanto, era urgente que estivesse alinhada com transformações voltadas para integração e modernização do estado de Minas Gerais: “Muito desse processo se deve ao nacional-desenvolvimentismo articulado em escala estadual e nacional por, entre outros, Juscelino Kubitschek” (SERVILHA, 2015, p. 41). Diversos estigmas e estereótipos foram disseminados para classificar o Vale do Jequitinhonha:

Há quatro classificações valorativas negativas centrais a partir das quais **a região do Vale Jequitinhonha é inventada, significada e estigmatizada**. 1- enquanto uma **região tipicamente rural**, sofrendo estigma “urbano etnocêntrico” que a qualifica como atraso, resíduo a ser superado pelo desenvolvimento e progresso 2 - enquanto região inserida (em parte) no

semiárido nordestino brasileiro, recebendo a valoração de “sertão”, estigmatizada socialmente negativamente enquanto área a ser incorporada, **dominada, transformada e civilizada** 3 - enquanto região interiorana, sofrendo, simultaneamente, todas as valorações produzidas pelo processo de ocupação territorial brasileiro, que possui como uma de suas marcas centrais a litoralização do poder político em detrimento do interior do país (que se estruturou em grande parte através de elites e oligarquias regionais) espaços antagônicos aparentemente desarticulados, mas partes de um mesmo sistema econômico, político e cultural 4 - é o título de Vale da miséria, ainda atribuído, por muitos, à região, recebido, como vimos, na década de 1970 e construído, em especial, através de representações socioespaciais presentes em diagnósticos governamentais e reportagens jornalísticas (SERVILHA, 2015, p. 135-136 – **grifos nossos**).

Nesse sentido, o desenvolvimento econômico da região esteve bastante voltado para o mercado internacional e com a anunciação do desenvolvimento, a partir da década de 1970, por grandes empreendimentos, reforçou o foco na exploração *in natura* dos recursos naturais, **projetos esses que só se efetivam a partir do controle da terra**, sobretudo, pela forma com que o Vale do Jequitinhonha mineiro inseriu-se na divisão internacional do trabalho e, portanto, no circuito internacional da produção a partir do extrativismo.

Em outras palavras, a instalação de grandes empreendimentos minerários com foco na exportação dos recursos extraídos, traz sérios impactos em determinados grupos sociais, pela desapropriação de terras das comunidades e dos camponeses, cujos modos de vida, valores e cultura, são diretamente afetados. Assim enfatiza Servilha (2015): “muitos dos programas de desenvolvimento realizados na região contribuíram, na verdade, para a expulsão e a invasão das terras camponesas e para o conseqüente aumento da concentração fundiária” (SERVILHA, 2015, p. 146). Isso tudo se dá pelo interesse de exploração econômico das empresas comprometidas com o processo de desenvolvimento pautado na viabilidade econômica. Neste sentido, o processo de desenvolvimento da região sempre ficou nas mãos de grandes empreendimentos, sobretudo internacional, voltadas para a exportação dos recursos naturais e sem o devido resguardo dos interesses da população impactada e da soberania nacional:

A mineração era proposta como uma possibilidade de desenvolvimento econômico regional, ainda pouco aproveitado, que geraria renda para a população do Vale do Jequitinhonha. Muitos foram os grandes empreendimentos minerais instalados na região, legitimados pelo discurso da redenção da pobreza. Os discursos de pobreza regional e de sua superação geraram, mais do que políticas que objetivavam a minimização de tal pobreza, a possibilidade de diversos grandes empreendimentos econômicos na região (SERVILHA, 2015, p. 139).

É exemplar a situação apresentada por Scliar (1995, p. 66):

A fundação da Tejucana S.A, em 1962, com a instalação de dragas de grande porte no Rio Jequitinhonha para a mineração do diamante e ouro modificou o patamar da atividade mineral na região. Em 1988, a Rio Novo

Mineração, do Grupo Andrade Gutierrez, também iniciou a extração de diamante e ouro dos alúvios do Rio Jequitinhonha, utilizando dragas alcatruzes.

E a disponibilidade de recurso mineral enseja também outros tipos de exploração, como o garimpo tradicional, embora muitas vezes invisibilizado e historicamente criminalizado (embora muito funcional ao sistema), tem relevância significativa tanto para a reprodução social de muitos sujeitos do campo quanto na forma como a transferência de renda é apropriada pelos circuitos superiores do capital internacional:

Para alguns conhecedores do comércio de diamante na região [Diamantina] a produção dessa gema no período que vai de 1985 a 1993 girou em torno de 200.000 ct/ano, dos quais por volta de 120.000 ct/ano são produzidos pelos garimpeiros. Quanto ao ouro, ninguém se arrisca a quantificar o porte da produção. [...]

Em 1990 o DNPM promoveu um levantamento nacional de garimpeiros (Brasil 1993), cadastrando os trabalhadores dos garimpos de todo o país. Segundo informações de técnicos do DNPM que participaram dessa campanha, **no Rio Jequitinhonha foram encontradas 300 bombas registradas no IBAMA, envolvendo o trabalho de 6.756 garimpeiros. A previsão é que esse número se situava, na realidade, em torno de 3.000 bombas.** A relação econômica predominante era a seguinte: 5% para o titular do direito minerário; **5% para o dono da terra**; 25% ao fornecedor de alimentação e moradia no local; 25% para dividir entre os trabalhadores que atuavam no garimpo (meia praça); 40% para o proprietário das bombas de sucção (dragas). (SCLAR, 1995, p. 70 e 71 – grifos nossos).

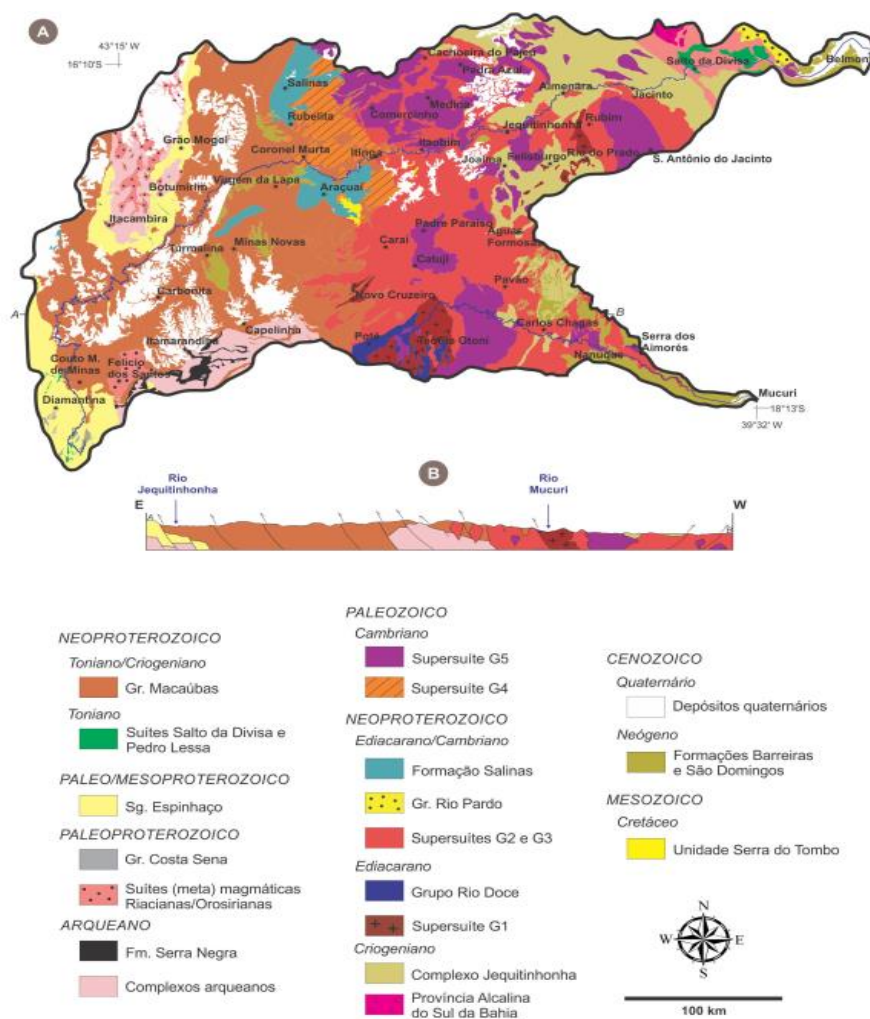
Seja qual for a escala da produção, de garimpeiros a grandes empreendimentos, não significa que esses processos estejam registrados conforme recomenda a legislação vigente, tal como fica explícito na proporção entre as 300 bombas registradas e a realidade estimada em 3000 bombas. Ou seja, há uma realidade da exploração mineral que passa pelos circuitos informais da economia.

A região apresenta grande riqueza mineral, conforme apresenta a Figura 01 e a indicação de Brandão (1974, p. 67-71):

- GRUPO A: abrangendo os Municípios do Serro, Datas e Rio Vermelho: ouro, diamantes, platina, bauxita, crisoberilo, cromita, cristal de rocha, pedras preciosas, columbita, cobre e amianto;
- GRUPO B: abrangendo os Municípios de Diamantina, Couto Magalhães de Minas, Felisberto Caldeira, Felício dos Santos e Senador Modestino: ouro, diamantes, platina, ferro, manganês, bauxita, columbita, rubelita, grafita, tantalita, cristal de rocha, euclásio, amianto e calcário.
- GRUPO C: abrangendo os Municípios de Itamarandiba, Capelinha, Carbonita e Malacacheta: ouro, ferro (em grande quantidade e de excelente teor), mica, grafita, calcário, argila, caulim, água-marinha, berilo, citrino, ametista, feldspato, cristal de rocha, carvão de pedra (grafitoso) e amianto.
- GRUPO D: abrangendo os Municípios de Bocaiúva e Itacambira: ouro, diamantes, calcário, grafita, cristal de rocha (em abundância) e pedras coradas.

- GRUPO E: abrangendo os Municípios de Turmalina, Minas Novas, Chapada do Norte, Berilo e Francisco Badaró (região especificamente aurífera): ouro, diamantes, crisoberilo, columbita, euclásio, topázio, mica, grafita, granadas, cristal de rocha, calcário, berilo, ametista, turmalina, caulim e amianto.
- GRUPO F: abrangendo os Municípios, de Botumirim, Cristália e Grão-mongol: ouro, diamantes, ferro, mica, grafita, cristal de rocha e pedras coradas.
- GRUPO G: abrangendo os Municípios de Novo Cruzeiro, Caraí e Padre Paraíso: água-marinha, berilo, mica, grafita, feldspato, cristal de rocha e pedras coradas.
- GRUPO H: abrangendo os Municípios de Virgem da Lapa, Araçuaí, Coronel Murta, Itinga e Itaobim: ouro, diamantes, prata, crisoberilo, mica, feldspato, calcário, berilo, topázio, cassiterita, ambligonita, ametista, turmalina, cristal de rocha, columbita, grafita, caulim e amianto.
- GRUPO I: abrangendo os Municípios de Rubelita, Salinas, e Rio Pardo de Minas: cassiterita, grafita, mica, morganita, tantalina, ametista, topázio, citrino, turmalina, berilo, água-marinha, ambligonita, cristal de rocha, feldspato e caulim.
- GRUPO J: abrangendo os Municípios de Riacho dos Machados, Porteirinha e Taiobeiras: ferro, berilo, grafita, cristal de rocha, calcário e pedra coradas.
- GRUPO K: abrangendo os Municípios de Comercinho, Medina, André Fernandes e Pedra Azul: água-marinha, citrino, topázio, morganita, feldspato, caulim, grafita, tantalita, cassiterita, turmalina, berilo, mica, ambligonita, apatita, cristal de rocha e columbita.
- GRUPO L: abrangendo os Municípios de Jequitinhonha, Joáima, Felisburgo, Rubim e Rio Pardo: diamantes, crisoberilo, água-marinha, turmalina, grafita, mica, ametista, topázio, citrino, quartzo róseo, cristal de rocha e bismuto.
- GRUPO M: abrangendo os Municípios de Almenara, Santo Antonio do Jacinto, Santa Maria do Salto e Jacinto: berilo, grafita, mica, cristal de rocha, pedras coradas e bismuto.
- GRUPO N: abrangendo os Municípios de Bandeira, Jordânia e Salto da Divisa: berilo, grafita, cristal de rocha, pedras coradas e topázio azul.

Figura 01 - Mapa geológico simplificado dos vales do Jequitinhonha e Mucuri



Fonte: KUCHENBECKER, Matheus (2017)

Legenda: (A) Mapa geológico simplificado dos vales do Jequitinhonha e Mucuri, baseado em Pinto e Silva (2014) e Dalton de Souza et al. (2003). As estruturas tectônicas foram omitidas; (B) Perfil geológico E-W, esquemático, dos vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Em toda a sua porção territorial, o Vale do Jequitinhonha tem sido alvo de grandes empreendimentos de mineração. No médio Vale do Jequitinhonha, precisamente no município de Araçuaí-MG, está presente incidência muito grande de empresas para extração de lítio (Figura 02).

Figura 2 – Mapa de Minas Gerais com jazidas ou ocorrências de minerais de lítio



Fonte: CHAVES, Mario et. al. (2018, p. 06).

Observação: 1) Araçuaí-Itinga; 2) Conselheiro Pena-Divino das Laranjeiras; 3) Santa Maria do Suaçuí; 4) São João del Rei

Na obra “Avaliação do potencial do lítio no Brasil: área do médio rio Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais: texto explicativo e mapas” Paes (2016, p. 25) indica que a região “compreende a principal região produtora de lítio do Brasil, situada nos municípios de Itinga e Araçuaí, que detém 100% das reservas oficiais do metal, segundo o Anuário Mineral Brasileiro (AMB) considerando ano base 2009 (DNPM, 2010)”. A obra apresenta o Projeto Avaliação do Potencial do Lítio no Brasil que “tem como objetivo principal a melhoria do conhecimento sobre os depósitos de lítio (e demais elementos/minerais associados) relacionados a pegmatitos, com respeito à sua distribuição regional, seus aspectos descritivos e genéticos, seus guias prospectivos e modelos exploratórios.” (PAES, 2016, p. 09). Foi proposta pelo Departamento de Recursos Minerais (DEREM) da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), em resposta a uma demanda estratégica do Governo Federal do Brasil.

O lítio tem sido um dos motivos de conflitos no Vale do Jequitinhonha, conforme Lage (2019, s/p):

A exploração do Lítio, que já é chamado de “petróleo branco”, tem sido usada como argumento para a “salvação” do “Vale da Miséria”, forma como é conhecida a região do Vale do Jequitinhonha, no nordeste de Minas Gerais. A mineradora Sigma, que está em processo de licenciamento para

exploração em uma APA - Área de Preservação Ambiental da Chapada do Lagoão, alega investimentos na ordem de R\$230 milhões para geração de 200 empregos na região entre os municípios de Itinga e Araçuaí.

As riquezas minerais, culturais e sociais do Vale costumam ser subjugadas por interesses de uma minoria que concentra renda e posses na região, justificando investimentos que favorecem grandes fazendeiros e mantém a desigualdade [...].

A APA da Chapada do Lagoão é uma importante reserva de biodiversidade sertanista, reduto de plantas medicinais e frutos do cerrado que ajudam a complementar a renda das famílias que moram no entorno. Em época de pequi, uma iguaria da culinária local, os coletores vão à Chapada em busca dos frutos para serem vendidos nas feiras. Assim fazem também as tradicionais raizeiras e raizeiros do Vale. É na Chapada do Lagoão que buscam ervas, raízes e folhas para produzirem medicamentos naturais, para consumo ou para serem vendidos nas feiras da região. [...]

A Chapada do Lagoão é conhecida como a caixa d'água da região, à época da criação da APA em 2007 foram catalogadas 130 nascentes na área. Essas nascentes são responsáveis por abastecer tanto as famílias, quanto os córregos da região que vão desaguar nos rios Araçuaí e Jequitinhonha. (LAGE, 2019, s/p).

Apresentamos na sequência (Figura 03) quatro registros do fotojornalista Nilmar Lage, realizadas no município de Araçuaí, em 2019, e retratam cenários que envolvem a mineração de lítio.

Figura 03 – Fotografias referentes à mineração de lítio no município de Araçuaí







Fonte: Nilmar Lage, 2019.

A partir da Pesquisa Social em andamento, vinculada às atividades do Projeto Veredas Sol & Lares, no que tange a realização de diagnóstico social em 21 municípios do vale do rio Jequitinhonha e do alto do rio Pardo, dentre as 80 comunidades atualmente vinculadas ao processo de estudo da realidade a partir de metodologias participativas identificamos situações de conflitos vinculados à atividade de mineração realizadas por empresas em cerca de 20 comunidades. Na linha dos grandes projetos de desenvolvimento, cabe citar o caso do Projeto Bloco 8 cujo impacto regional compromete várias comunidades:

A empresa Sul Americana de Metais S/A (SAM), controlada pela Honbrigde Holdings Ltda. sediada em Hong Kong, pretende transformar a região Norte de Minas Gerais em um Distrito Ferrífero, isto é, **um novo polo minerário** a exemplo do que hoje ocorre nas regiões de Conceição do Mato Dentro, Brumadinho e do Quadrilátero Ferrífero, onde se encontra, dentre outros, o município de Mariana.

Tendo adquirido direitos minerários em vários municípios do Norte de Minas, desde 2006, quando iniciou os estudos geológicos, a SAM tenta viabilizar a exploração de minério de ferro na região. O alvo da mineradora são os municípios de Grão Mogol e Padre Carvalho, onde pretende implantar o Projeto Bloco 8. (MAB, 2019, s/p)

As comunidades tradicionais geraizeiras do Vale das Cancelas são as mais ameaçadas e historicamente enfrentam problemas com expropriação territorial e outros tipos de violências:

Em inquérito civil, o Ministério Público Federal aponta apropriação privada de terras públicas de uso das comunidades geraizeiras a cinco empresas: a Florestas Rio Doce – empresa que Lurdes nomeia como responsável pela expulsão de sua família –, a Norflor Empreendimentos Agrícolas, a Floresta Minas Reflorestamento e a Rio Rancho Agropecuária. Essa última é de propriedade do ex-governador e ex-deputado federal por Minas em três legislaturas, Newton Cardoso, e seu filho Newton Cardoso Júnior, também deputado federal (PMDB-MG). (MOTA, 2018, s/p).

Em publicação realizada pelo Jornal Brasil de Fato (2019 s/p),

O Bloco 8 construiria a maior barragem de rejeitos de todo o Brasil e uma das maiores da América Latina. O projeto estará localizado nos municípios de Grão Mogol, Padre Carvalho, Fruta de Leite e Josenópolis. Segundo estudo do MAB e da Comissão Pastoral da Terra (CPT-MG), seriam 2596 hectares de barragem e aproximadamente 1,5 bilhão de toneladas de rejeito de minério armazenadas. Já o mineroduto só perderia em extensão para o maior do mundo, o Minas-Rio da Anglo American, que tem 529 km. Além disso, o complexo minerário consumiria 6,2 milhões de litros de água por hora na região, que sofre com a seca.

A Sul Americana de Metais já possui uma outorga – ou seja, o direito de uso – da Agência Nacional das Águas (ANA) que lhe permite retirar 54 milhões de m³ de água por ano da barragem de Igarapé, construída no rio Jequitinhonha, para utilizar no projeto. Essa quantidade seria suficiente para abastecer por dois anos a cidade mineira de Montes Claros, onde moram mais de 400 mil pessoas.

A chegada desses grandes empreendimentos traduz um cenário de disputas territoriais e, sobretudo, demonstram também o aval das políticas de estado que regula o acesso as terras e a esses recursos minerais, sobretudo, pautada na especulação minerária e interesses próprios baseado na acumulação do capital.

Portanto, estes relatos e imagens trazem uma breve contextualização da realidade regional e, principalmente, indicativos de que a disputa pela apropriação dos recursos minerais vai acirrar os conflitos e violências no espaço agrário do vale do Jequitinhonha e do alto rio Pardo. A disputa está colocada e coloca em evidência que a questão agrária brasileira ainda está latente e enraizada na estrutura desigual produzida historicamente pela luta de classes no campo.

Considerações finais

Apresentamos várias questões que merecem aprofundamento analítico, seja com pesquisas complementares, seja com debates teóricos. É evidente, para nós, que é preciso compreender as profundas relações entre a questão agrária, mineração e os grandes projetos de desenvolvimento.

O Vale do Jequitinhonha apresenta relações profundas com a questão agrária, o desenvolvimento e a mineração, no que refere o uso do território pela chegada de grandes empreendimentos que afetam os modos de vidas, influenciam na divisão sexual do trabalho e na divisão internacional do trabalho e no controle a terra. O tema da mineração é uma área de pesquisa que tem uma enorme demanda de trabalhos científicos e engajamento da academia, pois, gera grandes polêmicas, contradições e disputas. Este assunto passa

também por compreender o desenvolvimento, geração de emprego, renda, sustentabilidade, interesse social etc. Essas perspectivas são fundamentais para o entendimento da dinâmica regional e os estigmas sociais

Neste sentido, atualmente estamos debruçando a compreender sobre o garimpo tradicional como modo de vida. E neste texto apresentamos em linhas gerais uma análise que abre várias possibilidades de pesquisa sobre o tema questão agrária, a mineração, desenvolvimento e questão energética.

A lógica hegemônica do desenvolvimento com viés economicista já encontra seus limites e, de modo geral, não gera mais encantamento entre sujeitos, povos e comunidades tradicionais. Ao contrário, os sujeitos do campo e organizações sociais – em especial os movimentos sociais como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), entre outros – tem demonstrado capacidade de organizado e atuado na resistência com enfrentamento aos discursos e projetos. Cabe, também, às instituições de ensino superior públicas da região, assumir seu compromisso social e político no que tange a problematização e análise da realidade, a produção de conhecimentos e de atividades de extensão em diálogo com os povos e comunidades, de modo que seja possível avançar em outras propostas, com outras referências, e que superem as monoculturas da mente (SHIVA, 2003).

Referências

ALENTEJANO, P. R. R. e TAVARES, Eduardo. Os grandes projetos de desenvolvimento (GPDs): uma análise crítica a partir da Geografia. **Terra Livre**, n. 521, v. 1, 2019, p. 190-233.

ALENTEJANO, P. R. R. Questão agrária no Brasil do século XXI: uma abordagem a partir da Geografia. *Revista Terra Livre*, São Paulo, ano 27, v. 1, n. 36, p. 69-95, 2011. Disponível em <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/viewFile/426/403>

ALMEIDA, C. S. de. **Território da água, território da vida**: comunidades tradicionais e a monocultura de eucalipto no Alto Jequitinhonha. 2018. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVM), Diamantina, 2018.

BRANDÃO, J. G. J. **O Vale do Jequitinhonha e sua Riqueza Mineral**. Belo Horizonte, 1974.

CHAVES, M. et. al. Lítio. In: PEDROSA-SOARES, A. et. al. (coord.). **Recursos minerais de Minas Gerais *OnLine***: síntese do conhecimento sobre as riquezas minerais, história geológica, e meio ambiente e mineração de Minas Gerais. Belo Horizonte: Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (CODEMGE), 2018, p. 01-19.

DELGADO, G. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUB, Luciana e SILVA, Frederico et. al. (orgs.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005, p. 52-90

FÁVERO, C. et al. **Formação em agroecologia nos vales do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais**. Diamantina, UFVJM, 2013.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções, 1789-1848**. 36 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

KUCHENBECKER, M. **Geologia dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri: uma revisão**. Anais do I Simpósio de Arqueologia dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 2017, p. 1-14, Diamantina: UFVJM, 2017.

LAGE, N. Lítio: **A nova salvação do Vale da Miséria (É mesmo?)**. Movimento dos Atíngidos por Barragens (MAB), 2019. Disponível em: <https://www.mabnacional.org.br/noticia/l-tio-nova-salva-do-vale-da-mis-ria-mesmo> Acesso em 04 nov. 2019.

LOPES, R. Segundo maior mineroduto do mundo pode ser construído no Norte de Minas. **Jornal Brasil de Fato**, Belo Horizonte (MG), 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/09/06/segundo-maior-mineroduto-do-mundo-pode-ser-construido-no-norte-de-minas/> Acesso em 04 nov. 2019.

MARTINS, M. L. A crise dos negócios do diamante e as respostas dos homens de fortuna no alto Jequitinhonha, décadas de 1870-1890. **Revista Estatística Econômica**, São Paulo, v. 38, n. 3, jul./set., 2008, p. 611-638.

MARTINS, M. L. O Jequitinhonha dos viajantes, séculos XIX e XX: olhares diversos sobre as relações sociedade-natureza no nordeste mineiro. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 24, n. 40, p. 707-728, jul./dez 2008.

MARX, K. A assim chamada acumulação primitiva. In: _____. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 785-833.

MONTEIRO ELIAS, M. F. A atualidade da questão agrária e das lutas sociais do campo no Vale do Mucuri – Minas Gerais. In: V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina, Setembro 2013. **Anais eletrônicos...** Londrina: UEL, 2013. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_vsimposio.html Acesso em 14 fev. 2018.

MOTA, J. **Geraizeiros do Vale Das Cancelas**: Famílias que viviam nas chamadas “terras livres” lutam para retomar áreas que foram judicialmente apropriadas por fazendas. Repórter Brasil, 2018. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/comunidadestradicionais/geraizeiros-do-vale-das-cancelas/>

MOVIMENTO DOS ATÍNGIDOS POR BARRAGENS (MAB). Mineradora quer transformar o Norte de Minas em novo polo minerário. 2019. Disponível em: <https://www.mabnacional.org.br/noticia/mineradora-quer-transformar-norte-minas-em-novo-polo-miner-rio> Acesso em 15 out. 2019

PAES, V. et. al. (orgs.). **Avaliação do potencial do lítio no Brasil**: área do médio rio Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais: texto explicativo e mapas. Belo Horizonte: CPRM, 2016

PORTO-GONÇALVES, C. W. A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST. **Revista del Observatorio Social de América Latina (OSAL)**, Buenos Aires, n. 16, 2005, p. 23-34.

RIBEIRO, L. Gênero, técnica e temporalidade no garimpo tradicional. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13 Women's Worlds Congress, **Anais...**, Florianópolis, 2017, p. 01-12.

SAMPAIO, P. de A. **Questão agrária e dilemas da formação nacional**. Conferência, São Paulo: UNESP, 2001, p. 01-43.

SANTOS, M. e GLASS, V. **Atlas do Agronegócio**: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SCLIAR, C. Dotação mineral, meio ambiente e desenvolvimento no Alto Jequitinhonha. **Revista Geonomos**, v. 3, n. 1, 1995, p. 65-75.

SERVILHA, M. de M. **Quem precisa de região? o espaço (dividido) em disputa**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. [tradução Dinah de Abreu Azevedo]. São Paulo: Gaia, 2003.

SOARES, G. C. **Na trilha guerreira dos Borun**. Belo Horizonte: Núcleo de Publicação do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, 2010.

SOUZA, J. V. A de & HENRIQUES, M. S. (Org.). **Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos**. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010.

SULZBACHER, A. W. e STEFFENS, G. Veredas Sol e Lares nos Vales do Jequitinhonha (MG): direitos humanos e políticas públicas para quem? **Revista Caderno de Geografia**, v. 29, n. 2, 2019, p. 01-14.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WOOD, E. M. **As origens agrárias do capitalismo**. Artigo publicado originalmente em *Monthly Review*, vol. 50, n. 3, julho/agosto de 1998.

Sobre os autores

Aline Weber Sulzbacher – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (2007). Mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (2009). Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) (2015). Docente da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0003-3353-458>

Leonardo Cesar Fernandes – Graduação em Geografia em andamento pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0001-5462-7448>

Clebson Souza de Almeida – Graduação em Educação do Campo pela Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) (2015). Mestrado em Estudos Rurais pela Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) (2018). Docente da

Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). **OrcID** –
<https://orcid.org/0000-0002-5475-2190>

Como citar este artigo

SULZBACHER, Aline Weber; FERNANDES, Leonardo Cesar; ALMEIDA, Clebson Souza de. “Nas minas, a terra vale ouro” questão agrária e mineração no Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais, Brasil). **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 393-41, Dossiê, 2021.

Declaração de Contribuição Individual

O presente artigo foi elaborado de maneira horizontal e colaborativa entre os autores a partir da área de atuação e de estudos de cada um/a, contando com a experiência acumulada nos trabalhos junto ao Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM. A coordenação se deu pela professora **Aline Weber Sulzbacher** e pelo estudante/pesquisador bolsista **Leonardo Cesar Fernandes**. Ambos elaboraram o texto inicial, que foi complementado pelo professor **Clebson Souza de Almeida**. A versão final foi revisada e formatada de maneira conjunta pelos três autores

Recebido para publicação em 20/09/2020
Aceito para a publicação em 10/06/2021

COMPÊNDIO AUTORES

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas**. Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

ACOSTA, Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa**. Ano 18, n. 28, p. 68-91, 2015.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia**. Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

ADOUE, Silvia Beatriz. **De incêndios e especialização produtiva. Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile**. Ano 21, n. 44, p. 101-126, 2018.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana**. Ano 7, n. 5 p. 13-33, 2004.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais**. Ano 8, n. 6 p. 59-74, 2005.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais**. Ano 1, n. 2 p. 74-93, 1998

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra**. Ano 8, n. 7 p. 22-34, 2005.

ALMEIDA, Elson Pereira; VIDAL, Maria Rita. **O uso de elementos de etnomapeamento no ensino de geografia em terras indígenas**. V. 23, n. 54, p. 259-283, 2020.

ALMEIDA, Juscinaldo Goes; SODRÉ, Ronaldo Barros; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de. **O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: Impactos da Expansão do Agronegócio na Microrregião de Chapadinha**. V. 22, n. 47, p. 248-271, Dossiê MATOPIBA, 2019.

ALMEIDA, Maria Geralda de. **Agroextrativistas e as controvérsias nas políticas sociais e ambientais no assentamento de Maracá, no estado do Amapá**. V. 24, n. 58, p. 100-124, mai.-ago., 2021.

ALMEIDA, Miriam Cléa; MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. **Território e memórias do trabalho: a produção agrícola nas margens do rio de Contas no Distrito de Suçuarana – Tanhaçú – Bahia**. V. 24, n. 56, p. 51-71, jan.-abr., 2021.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo**. Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul**. Ano 3, n. 3 p. 58-67, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares.** Ano 17. n. 24. p. 09-35.

ALMEIDA, Suenia Cibeli Ramos. **O legado da concentração de terra no Brasil e seus efeitos sobre a soberania alimentar: o caso da produção de sementes crioulas do MPA.** V. 23, n. 55, p. 63-90, set.-dez., 2020.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

ALVES, Flamarion Dutra. **Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade.** V. 22, n. 48, p.98-113, Dossiê Território em Movimento, 2019.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Silvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina.** Ano 18. n. 28.p.19-31.2015.

ARAGÓN, Luís Eduardo. **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação.** Ano 21, n. 42, p. 14-33.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

ARAÚJO, Jhonatas Ramos Macario de. **Notas/Memórias Fotográficas: Terra, capital, trabalho: das mãos que tecem territórios de vida, luta e resistência aos impactos do desenvolvimento econômico.** V. 24, n. 57, p. 327-334, Dossiê I ELAMSS, 2021.

ARIZA, Julian Andres; GAZZANO, Maria Inés. **Lucha de jóvenes por tierra en Uruguay: de lo microsocioal a la constitución de sujetos.** Ano 21, n. 44, p. 127-152, 2018.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança.** Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

AVILA, Agustin; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina**. Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia)**. Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

AZÉREDO, Rauni Fernandes; CRISTOFOLLI, Pedro Ivan. **Estratégias de acumulação de capital do cooperativismo agrário paranaense: o caso da Coamo Agroindustrial Cooperativa**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 72-93, 2018.

BACCARIN, José Giacomo; OLIVERA, Jonatan Alexandre; MARDEGAN, Gláucia Elisa. **Monocultura e concentração da terra: efeitos da expansão da cana-de-açúcar na estrutura fundiária do Estado de São Paulo, Brasil**. V. 23, n. 55, p. 38-62, set.-dez., 2020.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças**. Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional**. Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux**. Ano 9, n. 9 p. 1-27, 2006.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales**. Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

BARBETTA, Pablo; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Notas/Memórias Fotográficas: Los movimientos campesinos como productores de espacio y territorio. La cartografía social en la región semi-árida y húmeda del Chaco argentino**. V. 24, n. 57, p. 307-314, Dossiê I ELAMSS, 2021.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária**. Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino**. Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river**. Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica**. Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas**. Ano. 18. n. 29.p.101-132. 2015.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP**. Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

BELO, Diego Carvalho; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra.** Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 -23, 2005.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1-10, 2007.

BERNINI, Carina Inserra. **Políticas ambientais como caminho para o acesso à terra: uma estratégia eficaz para a territorialidade de comunidades tradicionais?** V. 23, n. 55, p. 269-293, set.-dez., 2020.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas.** Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas; GONZAGA, Cíntia Lima. **O discurso regional do Matopiba no poder legislativo federal: práticas e políticas.** V. 22, n. 47, p. 46-63, dossiê MATOPIBA, 2019.

BEZERRA, Lívia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18. n.28. p.92-105. 2015.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. **“Pioneiros” do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola.** V. 22, n. 47, p. 87-122, Dossiê MATOPIBA, 2019.

BOGO, Maria Nalva de Araújo. **Terra e educação em disputa: um estudo das ações educacionais da Fibria/Veracel papel e celulose no extremo sul da Bahia.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 32-49, 2018.

BORGES, Gerson Antonio Barbosa. **Los movimientos socioterritoriales emergen del territorio y construyen nuevos proyectos de desarrollo territorial.** V. 24, n. 57, p. 232-254, Dossiê I ELAMSS, 2021.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR).** Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28-48, 2006.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números.** Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

BRITO, Rosane; CASTRO, E. **Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade do processo em curso na BR-163.** Ano 21, n. 42, p. 51-73.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49-73, 2006.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder.** Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS).** Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brillhante (MS).** Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

BUSCIOLI, Roberson; DALPEIRO, Lara. **Notas/Memórias Fotográficas: Comunidades tradicionais, trabalho e turismo no contexto latino-americano e caribenho: elementos para compreendermos as relações dialéticas de resistências nos territórios de Manaus (Brasil), Vale Sagrado (Peru) e Vale dos Viñales (Cuba).** V. 24, n. 57, p. 315-326, Dossiê I ELAMSS, 2021.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique.** Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos.** Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O território como categoria da Educação do Campo: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/territorialidades.** V. 22, n. 48, p. 38-57, 2019.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A Escola Nacional Florestan Fernandes: território de resistência imaterial dos movimentos socioterritoriais.** V. 24, n. 57, p. 185-209, Dossiê I ELAMSS, 2021.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP: uma análise a partir da produção e consumo.** Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil**. Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná**. Ano. 18. n. 29.p. 174-193, 2015.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade**. Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul**. Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo**. Ano 16. n. 23. p. 09-26, 2013.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares**. Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico**. Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

CARDOSO, Messias Alessandro. **Conflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas**. Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CARVALHO, Ana Maria de; SIQUEIRA, José do Carmo Alves. **Violências reais e simbólicas nos conflitos agrários brasileiros e a atuação estatal**. V. 23, n. 55, p. 111-137 set.-dez., 2020.

CARVALHO, Jéssyca Tomaz de; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. **O agronegócio no Brasil: o discurso da fração de classe reinante**. V. 24, n. 58, p. 28-55, mai.-ago., 2021.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária**. Ano 7, n. 5 p. 113-122, 2004.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC**. Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate**. Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Geografias das lutas por direitos no distrito do Grajaú-SP: o caso do movimento social “Nós da Sul”**. V. 22, n. 49, p. 15-30, 2019.

CASTRO, Raifran Abidimar de. **Resistências camponesas maranhenses às estratégias de dominação e territorialização empresariais**. V. 22, n. 47, p. 272-295, dossiê MATOPIBA, 2019.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes. **MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR**. Ano 21, n. 41, p. 12-38, 2018.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes de; ROSSONI, Roger Alexandre. **A reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995-2019)**. V. 23, n. 55, p. 138-164, set.-dez., 2020.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio**. Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão**. V. 22, n. 47, p. 382-412, dossiê MATOPIBA, 2019.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso**. Ano 9, n. 8 p. 109-121, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CAVALCANTI, Natália Thayná Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014**. Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrário en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI**. Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

CERQUEIRA, Maria Clara Salim. **As contradições do patrimônio cultural e natural na luta pelo território dos apanhadores de flores sempre-vivas**. V. 24, n. 56, p. 72-92, jan.-abr., 2021.

CHELOTTI, Marcelo Cervo; CARVALHO, Isabele de Oliveira. **A Formação do Licenciando Participante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/PIBID Interdisciplinar Educação do Campo**. V. 22, n. 48, p. 114-136, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CHENG, T.J. **Overtime in China: law, practice and social exclusion**. Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

CHIABOTTO, Cristian Da Cruz; MONTAGNER, Rosangela. **Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST): narrativas, memórias e histórias na luta pela terra**. V. 24, n. 57, p. 210-231, Dossiê I ELAMSS, 2021.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos; SPOSITO, Eliseu Savério. **Terra e Geografia**. V. 22, n. 50, p. 21-39, 2019.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

COBOS, Jeidei Yasmin Galeano. **Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias.** Ano 21, n. 44, p. 177-184, 2018.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar cooperativo.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos.** Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”.** Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular.** Ano 17. n. 24. p. 167-19, 2014.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. **A licenciatura em educação do campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais.** Ano 21, n. 41, p. 218-235, 2018.

COUTINHO, Elenice Aparecida; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. **A mobilidade cotidiana campo-cidade nas sociedades rurais em Cajuri e Coimbra/MG.** V. 22, n. 49, p. 59-82, 2019.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

CRUZ, Abigail Bruna da; AZEVEDO, Sandra de Castro de. **Geografia escolar e escola no campo: investigações sobre a educação geográfica numa escola rural com currículo urbano.** V. 22, n. 46, p. 133-155, jan.-abr. 2019.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010.** Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas.** Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglío jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica.** Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos.** Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro.** Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

DAMBRÓS, Cristiane. **Contexto histórico e institucional na demarcação de terras indígenas no Brasil.** V. 22, n. 48, p. 174-189, Dossiê Território em Movimento, 2019.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150. 2015

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165-173, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá.** Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72-75, 1998.

DOMINGUEZ, Diego Ignacio. **Cartografía de la agroecología y las disputas territoriales en Argentina.** V. 22, n. 49, p. 297-313, 2019.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants.** Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe.** Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p. 83-101, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas.** Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Occidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48-67, 2005.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay.** Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8-32, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

FACCO, Vinícius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR).** Ano. 18. n. 29.p.70- 100. 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240. 2015.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre.** Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

FAVARETO, Arilson; NAKAGAWA, Louise; KLEEB, Suzana; SEIFER, Paulo; PÓ, Marcos. **Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matoíba.** V. 22, n. 47, p. 348-381, Dossiê MATOÍBA, 2019.

FEARNSIDE, Phillip Martin. **Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a barragem amazônica mais controversa do Brasil.** Ano 21, p. 162-185.

FEITOSA, Osmiriz Lima; OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de. **A lógica da reforma agrária na Amazônia brasileira: uma política pública para atender ao capital.** V. 24, n. 56, p. 113-138, jan.-abr., 2021.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto; ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro. **Tocantins no contexto do MATOÍBA: Territorialização do agronegócio e intensificação dos conflitos territoriais.** V. 22, n. 47, p. 230-247, dossiê MATOÍBA, 2019.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112-124, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 02-44, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24-34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 01-32, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. **Acumulação pela renda terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira.** V. 22, n. 47, p. 173-201, Dossiê MATOÍBA, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Land grabbing for agro-extractivism in the second neoliberal phase in Brazil.** V. 22, n. 50, p. 208-238, 2019.

FERNANDES, Rosane Rosa Dias; MARTINS, Danielli Calabrez. **Pedagogia da alternância no Espírito Santo: o projeto profissional e os impactos na vida dos jovens camponeses.** V. 24, n. 58, p. 81-99, mai.-ago., 2021.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado.** Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: Controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61-80, 2007.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9, p. 113-143, 2006.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro.** Ano 21, n. 41, p. 120-137, 2018.

FOLMER, Ivanio; MEURER, Ane Carine. **A territorialização do MST a partir da Educação do Campo nos assentamentos Fazenda Annoni e Bela Vista.** V. 22, n. 48, p. 14-37, Dossiê Território em Movimento, 2019.

FREDERICO, Samuel; ALMEIDA, Marina Castro de. **Capital financeiro, land grabbing e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA.** V. 22, n. 47, p. 123-147, dossiê MATOPIBA, 2019.

FREDERICO, Samuel. **From subsistence to financial asset: the appropriation of the Brazilian Cerrado lands as a resource.** V. 22, n. 50, p. 239-260, 2019.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campepinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14, n. 19 p. 44-58, 2011.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. **Perfil do uso de agrotóxicos no Sudoeste do Paraná (2011-2016).** V. 22, n. 46, p. 13-40, jan.-abr. 2019.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. **An outline of the use of agrochemicals in southwestern Paraná (2011-2016).** V. 22, n. 46, p. 41-67, jan.-abr. 2019.

GADELHA, Renata Rocha. **História e Lutas da Territorialização do Movimento de Mulheres Camponesas de Minas Gerais.** V. 24, n. 57, p. 158-184, Dossiê I ELAMSS, 2021.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11-36, 2007.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán.** Ano 18, n. 27, p. 280-295, 2015.

GALVÁN, Gabriel Horacio; RIBEIRO, Dinalva Donizete. **Impactos da cultura da soja no êxodo rural na Argentina (1990 – 2017).** V. 23, n. 55, p. 383-401, set.-dez., 2020.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15, n. 21 p. 173-180, 2012.

GASPARI, Luciane Cristina de; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP.** Ano 21, n. 41, p. 85-101, 2018.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR - CLACSO, agosto/setiembre de 2005)**. Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista**. Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista**. Ano 8, n. 6 p. 75-91, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo**. Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Questão agrária, conflitos e violência no campo brasileiro**. V. 22, n. 50, p. 116-134, 2019.

GOES, Denilson Manfrin; CAMPOS, Margarida de Cássia. **Uso de agrotóxicos e produção agroecológica: percepção de estudantes secundaristas de uma escola do campo**. V. 22, n. 46, p. 85-105, jan.-abr. 2019.

GOETTER, Jones Dari; MOTA, Juliana Graziéli Bueno. **Gentes|terras: o ouvir mútuo das geografias indígenas**. V. 23, n. 54, p. 9-34, 2020.

GOETTER, Jones Dari; MOTA, Juliana Graziéli Bueno. **Por caminhos e andanças indígenas (a geobricolagem como trilha)**. V. 23, n. 54, p. 303-329, 2020.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 11-37. 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill**. Ano 18. n.28. p.32-67. 2015.

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente; CALVI, Miquéias; REIS, Cristiano Cardoso. **Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara**. Ano 21, n. 42, p. 135-161.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturalesy su aplicación desde américa latin**. Ano 18. n.28. p. 241-264. 2015.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social**. Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136-138, 2009.

GOMIDE, Maria Lúcia Cereda; AIKANÃ, Carlos. **Terras indígenas em áreas de transição cerrado-amazônia em Rondônia: o caso da T. I. Tubarão Latunde**. V. 23, n. 54, p. 233-259, 2020.

GONÇALVES, Elienai Constantino. **Zoneamento Territorial para a Cana-de-açúcar no estado de São Paulo (ZTC): Uma proposta crítica ao Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucrialcooleiro (ZAA)**. V. 24, n. 56, p. 139-161, jan.-abr., 2021.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43-55, 2004.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR.** Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

GUEDES BICA, Emiliano. **Organizaciones de la producción familiar y políticas públicas en el marco del desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay.** V. 24, n. 56, p. 187-212, jan.-abr., 2021.

GUERRA, Emerson Ferreira; ARRUIZZO, Roberta Carvalho. **Geografia e povos indígenas: um panorama da produção brasileira contemporânea.** V. 23, n. 54, p. 115-136, 2020.

GULLA, Joaquín Cardeillac; LEZICA, Lorena Rodríguez. **Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay.** Ano 21, n. 41, p. 138-164, 2018.

HALVORSEN, Sam; FERNANDES, Bernardo Mançano. TORRES, Fernanda Valeria. **Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparada.** V. 24, n. 57, p. 24-53, Dossiê I ELAMSS, 2021.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território.** Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8, p. 1-28, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127 – 154, 2012.

HERRERA, José Antônio; SANTOS, Fernanda Oliveira; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Permanência na Comunidade Ciclo do Bananal em Vitória do Xingú, Pará: um estudo a partir do lugar.** Ano 21, n. 43, p. 282-308.

HETTWER, Henrique Rudolfo. **O neoliberalismo no espaço educacional brasileiro – uma análise geopolítica.** V. 22, n. 48, p. 206-223, Dossiê Território em Movimento, 2019.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151-164, 2007.

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro; MAURO, Rogério Antônio; CALALA, Manoel. **Desafios para o parcelamento dos assentamentos de reforma agrária sob a perspectiva ambiental a partir da experiência do MST em Goiás.** V. 22, n. 49, p. 140-167, 2019.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. **Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências.** Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on.** Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Interrogating the advance of agribusiness in the Amazon: production, rend and politics.** Ano 21, n. 42, p. 74-97.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia.** Ano 17, n. 24, p. 86-106, 2014.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productiva (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173-185, 2006.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP.** Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

JUSTO, Marcelo. **Agroecologia e agricultura urbana na cidade de São Paulo: movimentos socioespaciais e socioterritoriais.** V. 23, n. 55, p. 218-242, set.-dez., 2020.

JUSTO, Marcelo Gomes. **Agroecology and urban agriculture in the city of São Paulo: sociospatial and socio-territorial movements.** V. 23, n. 55, p. 218-241, set.-dez., 2020.

KARAS, Tiago Satim; JOHNSON, Guillermo Alfredo. **Formação socioespacial das políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul.** Ano 21, n. 44, p. 54-78, 2018.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL).** Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”: a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism.** Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Posseiros no médio São Francisco: planejamento estatal e mobilidade do trabalho.** V. 22, n. 46, p. 192-213, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Posseiros in the middle São Francisco: state planning and labor mobility.** V. 22, n. 46, p. 214-233, jan.-abr. 2019.

KOHLHEP, G. **O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e desenvolvimento regional para a Amazônia brasileira.** Ano 21, n. 42, p. 309-331.

KONZGEN, Queli Rejane da Silva; MANTELLI, Jussara. **As estratégias de reprodução social e econômica da agricultura familiar: um estudo sobre as perspectivas de permanência e continuidade do grupo agroecológico do Remanso – Canguçu/RS.** V. 23, n. 55, p. 243-268, set.-dez., 2020.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada.** Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

KUBOYAMA, Rey; CUNHA, FÁBIO CÉSAR ALVES. **“A escola é nossa!”: territorialidades do movimento estudantil nas ocupações das escolas de Londrina (PR) em 2016**. V. 22, n. 49, p. 31-58, 2019.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST**. Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema**. Ano 18. n. 26, p. 149-166, 2015.

LEITE, Acácio Zuninga. **Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do Índice de Gini**. Ano 21, n. 44, p. 10-28, 2018.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil**. Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense**. Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum**. Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo**. Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

LIMA, Adelson Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flavio dos. **No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas**. Ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.

LIMA, Eloíza Aparecida Cerino; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **Educação do Campo como projeto de desenvolvimento e de vida para o campo**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 50-71, 2018.

LIMA, Maria Messias Ferreira. **Agricultura familiar camponesa no semiárido cearense: o desenvolvimento rural desigual e combinado como corolário da expansão capitalista no campo**. V. 22, n. 49, p. 270-296, 2019.

LIMA, Rodolfo de Souza; PAULA, Ricardo Pires de. **Subordinação e resistência: as implicações da Contrarreforma Agrária de Mercado no Pontal do Paranapanema – SP**. v. 24, n. 58, p. 146-187, mai.-ago., 2021.

LIRA, Keyte Ferreira; ROSSETTO, Onélia Carmen. **Territorialidade indígena: trajetórias para implantação de uma nova aldeia no Parque Indígena do Xingu (PIX) – Mato Grosso – Brasil**. V. 23, n.54, p. 163-185, 2020.

LISSANDRELLO, Guido. **Las izquierdas y las Ligas Agrarias del Nordeste argentino (1970-1976). Una revisión de la literatura existente y una propuesta de investigación**. V. 24, n. 58, p. 189-211, mai.-ago., 2021.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano**. Ano 16, n. 22, p. 43-54, 2013.

LOPES, Cláudio Ribeiro; MIRANDA, Napoleão. **O Geoparque Bodoquena-Pantanal (MS) reificação da natureza ou proposta de preservação ambientalista?** V. 22, n. 50, p. 193-207, 2019.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador**. Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

LUIZ, Luana Fernanda; NARDOQUE, Sedeval. **Programa Nacional de Crédito Fundiário em Três Lagoas/MS: desdobramentos e entraves para a recriação do campesinato**. V. 22, n. 49, p. 83-110, 2019.

LUNA, Diana Itzu Gutiérrez. **Geografías de muerte versus tejidos territoriales de vida: otros modos de elaboración política (México)**. V. 23, n. 54, p. 35-58, 2020.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas**. Ano 10, n. 10 p. 37-56, 2007.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará**. Ano 16, n. 22, p. 96-110, 2013.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária**. Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder**. Ano 16, n. 22, p. 111-126, 2013.

MAGDSICK, Sílvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitaria** (Relatório de Campo). Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital**. Ano 18, n. 27, p. 53-63, 2015.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro**. Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil**. Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará.** Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MARCHETTI, Fábio Frattini; SANTOS, João Dagoberto dos; MARQUES, Paulo Eduardo Morizzi. **Dinâmicas socioeconômicas de famílias assentadas e suas relações com a agrobiodiversidade em áreas de reforma agrária.** V. 23, n. 55, p. 191-2017, set.-dez., 2020.

MARICHAL, Walter Oreggioni; PAREJA, Matías Carámbula. **¿Otro consumo es posible? La experiencia de grupos de consumidores y su vínculo con los productores agroecológicos en Uruguay.** V. 22, n. 50, p. 152-172, 2019.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18, n. 28, p.09-18, 2015.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

MARÇAL, Alessandro Silva; MARÇAL, Cláudia Cristina Lima; ROCHA, Gilberto de Miranda. **Os múltiplos territórios dos pescadores tradicionais do litoral amazônico brasileiro: da invisibilidade à negligência.** V. 24, n. 56, p. 24-50, jan.-abr., 2021.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81-108, 2007.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos.** Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

MATHEUS, Fernanda Aparecida; FELICIANO, Carlos Alberto. **Ciência, terra e poder: uso e apropriação das terras públicas no Sudoeste Paulista.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 94-121, 2018.

MATHEUS, Fernanda Aparecida. **Resenha: A atualidade da reforma agrária na América Latina e Caribe.** V. 24, n. 56, p. 213-218, jan.-abr., 2021.

MATHEUS, Fernanda Aparecida. **Resenha: La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina: Campesinos, agronegocio y neodesarrollismo.** V. 24, n. 57, p. 302-306, Dossiê I ELAMSS, 2021.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo.** Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

MELLO, Juliana Cristina de; FINATTO, Roberto Antônio; EDUARDO, Márcio Freitas. **Reforma agrária e Agroecologia: reflexões a partir das experiências do acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio - Paraná.** V. 24, n. 57, p. 255-282, Dossiê I ELAMSS, 2021.

MERCADANTE, Patrícia Tozzo de Matos; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária e transição agroecológica: experiências de sustentabilidade no assentamento 20 de Março em Três Lagoas/MS.** V. 22, n. 49, p. 111-139, 2019.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57-71, 2007.

MEDINA-NARANJO; Julian; ALMEIDA, Ana Lúcia Jesus. **Brasil e Colômbia: desenvolvimento, saúde e práticas espaciais.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 122-146, 2018.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense.** Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade.** Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

MELO, Danilo Souza; BRAZ, Adalto Moreira. **A questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária.** Ano 21, n. 44, p. 29-53, 2018.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé. **Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado – PA.** Ano 21, n. 43, p. 332-353.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. **Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens.** Ano 21, n. 41, p. 62-84, 2018.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en Puebla, México.** Ano 18. n.28. p.206-222. 2015.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido**. Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena**. Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MOITA, Dalva Maria da; SILVA JÚNIOR, Amintas da; SCHMITZ, Heribert. **Mobilizações a favor e contra a Reserva Extrativista do Litoral Sul de Sergipe**. V. 24, n. 57, p. 127- 157, Dossiê I ELAMSS, 2021.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais**. Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro; AZEVEDO, José Roberto Nunes de. **MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais**. V. 22, n. 47, p. 296-320, dossiê MATOPIBA, 2019.

MONTEBLANCO, Felipe Leindecker; CORDEIRO, Márcio Pereira. **Os assentamentos da reforma agrária e os meandros da formação de uma bacia leiteira no município de Santana do Livramento (Campanha Gaúcha/RS)**. V. 22, n. 48, p. 58-84, Dossiê Território em Movimento, 2019.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado**. Ano 18. n. 27. p. 96-112. 2015.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay**. Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

MOREIRA, Dorcelina Aparecida. **Das ‘escolinhas de favores’ à ‘escola de direito’: a educação no/do campo no município de Goiás**. Ano 21, n. 44, p. 153-176, 2018.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 15, Edição Especial, p. 155 -176, 2012.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas**. Ano 3, n. 3 p. 45-57, 2000.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisa Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul**. Ano. 18. n. 29.p. 151-173. 2015.

MOREIRA, Fabiano Greter. **As relações produtivas nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS**. V. 23, n. 55, p. 165-190, set.-dez., 2020.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15, n. 21 p. 79-99, 2012.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas.** Ano 20, n. 38, 68-105, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo *Tekoha-Tekoharã*.** Ano 15, n. 21, p. 114-134, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo *tekoha*: os acampamentos de retomadas e a conquista do *teko porã (bem viver)*.** Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

MOURA, Felipe Moretto; AZEVEDO, Sandra de Castro de. **Escolas rurais, a educação do campo e o livro didático de geografia.** V. 24, n. 58, p. 56-80, mai.-ago., 2021.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17, n. 25, p. 47-70, 2014.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI.** Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

NAHUN, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos. **Dendê para que? Dendê para quem? A ideologia da fronteira na Amazônia paraense.** Ano 21, n. 43, p. 113-134.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação *versus* reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

NASCIMENTO JÚNIOR, Lindberg; DUARTE, Douglas Ambiel Barros Gil. **Alterações ambientais no estado do Paraná: um enfoque geográfico sobre a dinâmica fluviométrica e as transformações no campo.** V. 22, n. 45, p. 282-308, jan.-abr. 2019.

NASCIMENTO, Monalisa Lustosa; LEITE, Alexandre Cesar Cunha. **Acaparamiento e controle de terras: a presença chinesa em terras brasileiras e argentinas.** V. 24, n. 56, p. 162-186, jan.-abr., 2021.

NASCIMENTO, Rodrigo Cavalcanti; FREDERICO, Samuel; SAWELJEW, Yuri. **Financial capital and land control: new rentiers on the Brazilian agricultural frontier.** V. 22, n. 50, p. 261-286, 2019.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17, n. 25, p. 147-161, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil.** Ano 18, n. 27, p. 138-155, 2015.

NAVAS, Rafael; HIRAI, Wanda Griep; OLIVEIRA, Maria Alice Araújo. **Produção agroecológica na Zona da Mata alagoana: análise do uso de agrotóxicos e a alternativa orgânica em assentamento de reforma agrária**. V. 24, n. 58, p. 212-228, mai.-ago., 2021.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra**. Ano 3, n. 3 p. 7 – 27, 2000.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso**. Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais**. Ano 18. n. 27. p. 156-182. 2015.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar**. Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica**. Ano 7, n. 5, p. 35-42, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena**. Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária**. Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHU, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?**. Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964)**. Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.

NORDER, Luiz Antonio; LOBO, Natália Santos. **A percepção dos profissionais de educação sobre o impacto dos agrotóxicos em escolas rurais no estado do Mato Grosso**. V. 22, n. 46, p. 68-84, jan.-abr. 2019.

NUNES, Francivaldo Alves. **Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica no século XXI**. Ano 21, n. 42, p. 34-50.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha**. Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento “Mario Lago”, Ribeirão Preto/SP**. Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

Ó LOIOLA, Valéria do; SILVA, Tânia Paula. **As táticas sustentáveis para um melhor gerenciamento do território no município de Cáceres-MT**. V. 22, n. 50, p. 173-192, 2019.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva**. Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; FERREIRA, Lara Cristine Gomes; GARVEY, Brian. **A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro**. Ano 21, n. 44, p. 79-100, 2018.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária.** Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **Juventude camponesa na luta pela educação pública no Ceará, Brasil.** V. 24, n. 57, p. 283-301, Dossiê I ELAMSS, 2021.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA.** Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas.** Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. **As escalas geográficas de poder como formas de subordinação e insubordinação na luta pela Educação do Campo no Brasil.** V. 22, n. 46, p. 106-132, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Douglas Menezes de. **A centralidade da disputa pela terra na questão agrária brasileira.** V. 22, n. 46, p. 259-281, jan.-abr. 2019.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: viente años de lucha en Cerro de San Pedro, México.** Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos.** Ano 18. n. 27. p. 113-137. 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo.** Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai.** Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; PEREIRA, Lorena Izá; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Tendências dos estudos sobre questão agrária a partir das publicações da Revista NERA.** V. 22, n. 50, p. 08-20, 2019.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; PEREIRA, Lorena Izá. **Da centralidade da questão agrária à atualidade da luta pela terra e reforma agrária no Brasil**. V. 23, n. 55, p. 09-20, set.-dez., 2020.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay**. Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

PALHETA, João Márcio; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **Por uma outra territorialização na Amazônia paraense**. Ano 21, n. 43, p. 354-372.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente**. Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

PASSOS, Delaíde Silva; BELATTI, Gabriela Solidário de Souza. **Desenvolvimento e territórios indígenas na Amazônia brasileira no período ditatorial**. V.23, n. 54, p. 212-232, 2020.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social**. Ano 1, n. 2 p. 33 – 50. 1998.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia**. Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação**. Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos**. Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital**. Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes**. Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 15, Edição Especial, p. 21 – 42, 2012.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária**. Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 259-279. 2015.

PEDON, Nelson Rodrigo; CORRÊA, Rubens Arantes. **Escola e currículo: um ensaio sobre territórios em disputa**. V. 22, n. 48, p.85-97, Dossiê Território em Movimento, 2019.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94, 2015.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos.** Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

PEREIRA, Higor; LOBATO, Sidney. **Educação para “lavar a liberdade”: trabalho, sindicalismo rural e educação popular em Afuá-PA (1989-1994).** V. 23, n. 55, p. 322-342, set.-dez., 2020.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29.p. 48- 69, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá. **Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático.** Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **MATOIPIBA: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato.** V. 22, n. 47, p. 09-21, dossiê MATOIPIBA, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. **MATOIPIBA: controle do território e expansão da fronteira da estrangeirização da terra.** V. 22, n. 47, p. 148-172, dossiê MATOIPIBA, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá. **Do global ao local: as singularidades do controle do território no Paraguai.** V. 23, n. 55, p. 362-382, set.-dez., 2020.

PEREIRA, Lorena Izá; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O “passar a boiada” na questão agrária brasileira em tempos de pandemia.** V. 24, n. 56, p. 08-23, jan.-abr., 2021.

PEREIRA, Lorena Izá. **Movimentos socioterritoriais na luta contra a estrangeirização do território: o caso da Liga Nacional de Carperos no Paraguai.** V. 24, n. 57, p. 79-103, Dossiê I ELAMSS, 2021.

PEREIRA, Lorena Izá; ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **A política agrária no governo Bolsonaro: as contradições entre a expansão do agronegócio, o avanço da fome e o antiambientalismo.** V. 24, n. 58, p. 08-27, mai.-ago., 2021.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005)**. Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **“No podemos hablar de paz si tenemos hambre”. Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil**. Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PERTUZ, Marcia Arteaga; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioespaciais e socioterritoriais na América Latina**. V. 24, n. 57, p. 09-23, Dossiê I ELAMSS, 2021.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial**. Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios**. Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural**. Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx**. Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

PORTO, José Renato Sant’Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e “verdade”**. Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex**. Ano 19, n. 30, p.58-79.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo**. Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia**. Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil**. Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST)**. Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato**. Ano 8, n. 6 p. 46-58, 2005.

RECLUS, Eliseé. **Ao meu irmão, o camponês**. Traduzido por Sergio Aparecido Nabarro, v. 23, n. 55, p. 402-408, set.-dez., 2020.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná**. Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

REIS, Simony Lopes da Silva; PERTILE, Noeli. **O MATOPIBA: a modernidade e a colonialidade do desenvolvimento agrícola brasileiro**. V. 22, n. 47, p. 64-86, dossiê MATOPIBA, 2019.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil**. Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados**. Ano 1, n. 1 p. 45-58, 1998.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay: conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa**. Ano 18. n.28. p.165-185, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária**. Ano 18. n. 27. p. 296-300, 2015.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191,2014.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala**. Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima**. Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

ROCHA, Otávio Gomes. **Territorialidades indígenas no México e a experiência do povo maseual de Cuetzalan (Puebla): diálogos e contribuições para as lutas indígenas no Brasil**. V. 23, n. 54, p. 90-114, 2020.

RODRIGUES, Jodinson Cardoso. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações**. Ano 21, n. 42, p. 202-228.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO, J.; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **O rural e o urbano na Amazônia Metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará**. Ano 21, n. 43, p. 257-281.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión**. Ano 18. n.28. p. 132-148. 2015.

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. **Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista**. Ano 21, n. 41, p. 102-119, 2018.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico**. Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária**. Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra**. Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

ROOS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná**. Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução**. Ano 18. n. 27. p. 183-213. 2015.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização**. Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro**. Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho**. Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya**. Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador**. Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

SANT'ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano**. Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España**. Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS**. Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

SANTOS, Ayolse Andrade Pires dos; CARVALHO, Joelson Gonçalves de. **Campesinato e agricultura de subsistência em São Tomé e Príncipe: notas para se pensar desenvolvimento e inclusão.** V. 24, n. 58, p. 168-188, mai.-ago., 2021.

SANTOS, Cássia Betânia Rodrigues. **Evidências de um crime: o fechamento da Escola Municipal Boa Esperança.** V. 24, n. 56, p. 93-112, jan.-abr., 2021.

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKY, Luis Claudio. **Assentamentos rurais e as modificações econômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu.** Ano 21, n. 41, p. 39-61, 2018.

SANTOS, Flávio Reis; SILVA, Magda Valéria. **Produção agrícola familiar no Brasil: experiências materializadas em três mesorregiões do estado de Goiás.** V. 22, n. 49, p. 211-243, 2019.

SANTOS, Gilberto Vieira; THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **O movimento indígena contemporâneo e a Geografia.** V. 23, n. 54, p. 137-162, 2020.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes.** Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô.** Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. **Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP.** Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

SANTOS, Régia Cristina Alves dos; CELERI, Márcio José. **Resenha: Continuum colonial.** V. 24, n. 58, p. 229-235, mai.-ago., 2021

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil.** Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional.** Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

SANTOS, Thiago Araujo. **Dilemas políticos para o semiárido brasileiro: um breve panorama até crise do lulismo.** V. 22, n. 46, p. 234-258, jan.-abr. 2019.

SANTOS, Thiago Araujo; NEVES, Joser Ceyton; MELO, Aliucha de. **Notas para uma crítica geográfica das ideologias: a modernidade truncada e a vertigem do progresso no município de Três Lagoas-MS**. V. 23, n. 55, p. 343-361, set.-dez., 2020.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais**. Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SAQUET, Marcos. **Uma Geografia (i)material voltada para a práxis territorial popular e descolonial**. V. 24, n. 57, p. 54-78, Dossiê I ELAMSS, 2021.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro**. Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SCHEUER, Junior Miranda. **Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff**. Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable**. Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Ano 8, n. 7 p. 1-21, 2005.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II**. Ano 10, n. 10 p. 115-133, 2007.

SILVA, Allan Rodrigo de Campos. **Resenha: Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência, de Rob Wallace**. V. 23, n. 55, p. 427-431, set.-dez., 2020.

SILVA, Andréa Leme da; SOUZA, Cláudia de; ELOY, Ludivine; PASSOS, Carlos José de Sousa. **Políticas ambientais seletivas e expansão da fronteira agrícola no Cerrado: impactos sobre as comunidades locais numa Unidade de Conservação no oeste da Bahia**. V. 22, n. 47, p. 321-347, Dossiê MATOPIBA, 2019.

SILVA, Arthur Boscaroli; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP**. Ano 18. n. 26. p. 95-112, 2015.

SILVA, Beatriz Barbosa; GONÇALVES, Cláudio Ubiratan; SANTOS JÚNIOR, Avelar Araújo; PINTO, Luana Elis Oliveira. **Limolaygo Toype: as assembleias indígenas e a construção da identidade territorial dos Xukuru do Ororubá**. V. 23, n. 54, p. 186-211, 2020.

SILVA, Cássio Alexandre. **A natureza de um território no sertão do norte de Minas Gerais: a ação territorial dos Xakriabá**. V. 23, n. 54, p. 284-302, 2020.

SILVA, Cristiano Nunes; LIMA, Ricardo Angelo Pereira; MARINHI, Wicka Nazaré. **Desestruturação territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidrelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes – Amazônia – Brasil)**. Ano 42, n. 22, p. 186-201.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joanderson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil)**. Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO**. Ano

18. n. 27. p. 214-239. 2015.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft**. Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações**. Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações**. Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE**. Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

SILVA, Lucas Bento da; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **Estrutura agrária e a dinâmica da disputa territorial no Quilombo Cafundó –SP – Brasil**. V. 23, n. 55, p. 91-110, set.-dez., 2020.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado**. Ano 9, n. 8 p. 74-08, 2006.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa**. Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SILVA, Paulus Vinicius; GRZEBIELUCKAS, Cleci. SANTOS, Josiane Silva Costa dos Santos. **Benefícios e Entraves do Programa Aquisição Alimentos - PAA Diamantino-MT**. V. 22, n. 49, p.168-188, 2019

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica**. Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. **Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território**. Ano 21, n. 41, p. 165-191, 2018.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar**. Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

SILVA, Raimundo Pires; LORENZO, Helena Carvalho de. **Questão agrária: uma discussão necessária**. V. 23, n. 55, p. 21-37, set.-dez., 2020.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX**.

Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”: breve abordagem.** Ano 7, n. 4 p. 50-55, 2004.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS).** Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Hulda Rocha e; CELENTANO, Danielle; ROUSSEAU, Guillaume. **Sistemas agroflorestais como estratégia para a restauração do passivo ambiental de assentamentos rurais da Amazônia maranhense.** V. 22, n. 46, p. 309-315, jan.-abr. 2019.

SILVA, Jesiel Souza. **Breve revisitación ao conceito de campesinato.** V. 22, n. 50, p. 40-63, 2019.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira.** Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 27. p. 64-95. 2015.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces.** Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

SOBREIRO FILHO, José; MANAÇAS, Ulisses. **Questão Agrária, o massacre de Pau D’Arco e violência na Amazônia: uma entrevista com Ulisses Manaças.** Ano 21, n. 43, p. 376-396, 2018.

SOBREIRO FILHO, José; CARDOSO, Messias Alessandro; VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. **Os gigantes dos pés de barro da reforma agrária no Brasil: análise crítica dos Planos Nacionais de Reforma Agrária I e II por meio do debate paradigmático.** V. 22, n. 50, p. 91-115, 2019.

SOBREIRO FILHO, José. **Quando nasce uma mãe e sua luta por todos: breve análise sobre a formação do Movimento Nacional Campesino Indígena (MNCI) na Argentina.** V. 24, n. 57, p. 104-126, Dossiê I ELAMSS, 2021.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

SOUSA, Rafael Benevides de. **Campesinização e resistências ao agronegócio do dendê no nordeste paraense.** V. 22, n. 49, p. 244-270, 2019.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes de; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **MATOPIBA: a Inteligência Territorial Estratégica (ITE) e a regionalização como ferramenta.** V. 22, n. 47, p. 22-45, dossiê MATOPIBA, 2019.

SPADOTTO, Bruno Rezende; COGUETO, Jaqueline Vigo. **Avanço do agronegócio nos cerrados do Piauí: horizontalidades e verticalidades na relação entre o ambientalismo dos pobres e o controle de terras pelo capital financeiro.** V. 22, n. 47, p. 202-229, dossiê MATOPIBA, 2019.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

STAEVIE, P. M. **Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira.** Ano 21, n. 42, p. 98-112.

SULZBACHER, A, W. **Perspectivas relacionais das categorias Território e Campo na análise geográfica.** V. 22, n. 48, p. 137-153, Dossiê Território em Movimento, 2019.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134-150, 2007.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

TERRA, Ademir. **A pertinência do conceito de território para análise de assentamentos rurais.** V. 22, n. 48, p. 190-205, Dossiê Território em Movimento, 2019.

TERRA, Ademir; VIANA, Francisco de Oliveira. **A produção camponesa no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: desafios e conflitos socioambientais.** V. 24, n. 58, p. 125-145, mai.-ago., 2021.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8, p. 122-132, 2006.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17, p. 7-28, 2010.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER. **La soberanía alimentaria desde la extensión universitaria: repensando 'los' territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina)**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina**. Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

TOZI, Shirley Capela; MASCARENHAS, Abraão Levi; PÓLEN, Ricardo Reis. **Água, conflitos e política ambiental na Amazônia Legal brasileira**. Ano 21, n.42, p. 229-256.

TRICHES, Rozane Marcia; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência**. Ano 18, n. 26. p. 11-28, 2015.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionantes para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná**. Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **A educação em agroecologia e as disputas de classe no ensino superior: estudo de caso de formações pioneiras instituídas em universidades públicas brasileiras**. V. 23, n. 55, p. 294-321, set.-dez., 2020.

VALE, Ana Rute do. **A questão de gênero na Geografia Agrária: Entrevista com Rosa Ester Rossini**. V. 23, n. 55, p. 409-426, set.-dez., 2020.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST**. Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATEs: o caso dos assentamentos de Candiota/RS**. Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964)**. Ano 18, n. 27. p. 240-258. 2015.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay**. Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios**. Ano 18. n. 27. p. 38-52. 2015.

VELÁSQUEZ, Yanga Villagómez. **Acerca de la poscolonialidad y el desarrollo como paradigma de transformación social en América Latina**. V. 23, n. 54, p. 59-89, 2020.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance**. Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

VELTMAYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como una idea**. Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG**. Ano 18, n. 29.p.220 -232, 2015.

VIANA, Camila Eduarda; TRICHES, Rozane Marcia; CRUZ, Fabiana Thomé da. **Que qualidades para quais mercados? O caso do queijo colonial da microrregião de Capanema, Paraná**. V. 22, n. 49, p. 189-210, 2019.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará**. Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina**. Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

VIEIRA, Francisca Pereira; NÓBREGA, Mariana Conceição Leal; ASSUMPÇÃO E LIMA, Débora. **Dona Francisca: entre cabaças, caminhos de lutas e sementes de resistência**. Relatos de campo, v. 22, n. 47, p. 413-433, Dossiê MATOPIBA, 2019.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula**. Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **“A volta dos que não foram”: camponês e/ou agricultor familiar? Reflexões teórico-conceituais e a pertinência do campesinato**. V. 22, n. 46, p. 156-174, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **"The return of those who never went": Peasant and / or family farmer? Theoretical-conceptual reflections and the pertinence of the peasantry**. V. 22, n. 46, p. 175-191, jan.-abr. 2019.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina**. Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão**. Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; VIEIRA, Noemia Ramos; ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **Residência Agrária: uma proposta pedagógica e metodológica**. Ano 21. n. 45, edição especial, p. 12-31.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana**. Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

WAHREN, Juan; SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo**. Ano 18. n.28. p.149-164, 2015.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14, n. 19 p. 152-161, 2011.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35-45, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159-168, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102-112, 2004.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94-111, 2000.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áreas cultivadas com tabaco.** Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorange. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

ZENETTI, Fábio Luiz. **Cooperativismo e disputas territoriais no Paraná: o caso da Cocamar e da Corol.** V. 22, n. 50, p. 135-151, 2019.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del litio.** Ano. 18, n. 29.p.10-47. 2015.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores.** Ano 17, n. 24. p. 191-200, 2014.

ZIMMERMANN, Angelita; MEURER, Ane Carine. **Educação do Campo: o egresso da Pedagogia da Alternância no Noroeste do RS.** V. 22, n. 48, p. 154-173, Dossiê Território em Movimento, 2019.

COMPÊNDIO EDIÇÕES

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1, p. 2-44, 1998.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n.1, p. 45 -58, 1998.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59-72, 1998.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1-32, 1998.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33-50. 1998.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7-27, 2000.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45 -57, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20-28, 2004.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29-41, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”: breve abordagem.** Ano 7, n. 4 p. 50-55, 2004.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86-101, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”: a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism.** Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6, p. 46-58, 2005.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Ocidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2005.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estratégias de vida, estratégias de luta: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso.** Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p.

72 – 93, 2007.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST)**. Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II**. Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação**. Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition**. Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses**. Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais**. Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária**. Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários**. Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena**. Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España**. Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP)**. Ano 10, n. 11, p. 109-121, 2007.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo**. Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro**. Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft**. Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar**. Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants**. Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista**. Ano 11, n. 12 p. 31-56, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável**. Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital**. Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária**. Ano 11, n. 12 p. 98-107, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável**. Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva**. Ano 11, n. 12 p. 117-136, 2008.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária**. Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CHENG, T.J. **Overtime in China: law, practice and social exclusion**. Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos**. Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato**. Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes**. Ano 11, n. 13 p. 102-117, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais**. Ano 11, n. 13 p. 118-127, 2008.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable**. Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão**. Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST**. Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España**. Ano 12, n. 14 p. 07-27, 2009.

- NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha**. Ano 12, n. 14 p. 28-47, 2009.
- REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil**. Ano 12, n. 14 p. 48-62, 2009.
- VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST**. Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.
- PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72-96, 2009.
- ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra**. Ano 12, n. 14 p. 97-111, 2009.
- BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas**. Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.
- SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE**. Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.
- ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia**. Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.
- CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas**. Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.
- CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”**. Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.
- OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual**. Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.
- ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização**. Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.
- VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará**. Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.
- GÓMEZ, Sérgio. **Urbanização e Ruralidade. Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social**. Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.
- SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações**. Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.
- ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.
- OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual**. Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17 p. 7-28, 2010.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre.** Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas.** Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como un idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campepinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14. n. 19 p. 44-58, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe.** Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária.** Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglgio jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro.** Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 15, Edição Especial, p. 21-42, 2012.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127-154, 2012.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, Edição Especial, p. 155-176, 2012.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekohará.** Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP.** Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS.** Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo.** Ano 16. n. 23. p. 09-26.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão.** Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido.** Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010.** Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate.** Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay.** Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS).** Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar.** Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato.** Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalucía: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares.** Ano 17. n. 24. p. 09-35, 2014.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica.** Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica.** Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BELO, Diego Carvalho; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra.** Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia.** Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente.** Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica.** Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964).** Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay.** Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular.** Ano 17. n. 24. p. 167-190, 2014.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores.** Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e "verdade".** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191, 2014.

TRICHES, Rozana Maria; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Ano 18. n. 26. p. 11-28, 2015.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94.

SILVA, Arthur Boscarol; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos.** Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26. p. 149-166, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 11-37, 2015.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios.** Ano 18. n. 27. p. 38-52, 2015.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63, 2015.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 27. p. 64-95, 2015.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado.** Ano 18. n. 27. p. 96-112, 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos.** Ano 18. n. 27. p. 113-137, 2015.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil.** Ano 18. n. 27. p. 138-155, 2015.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais.** Ano 18. n. 27. p. 156-182, 2015.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução.** Ano 18. n. 27. p. 183-213, 2015.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO.** Ano 18. n. 27. p. 214-239, 2015.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964).** Ano 18. n. 27. p. 240-258, 2015.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 259-279, 2015.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán.** Ano 18. n. 27. p. 280-295, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária.** Ano 18. n. 27, p. 296-300, 2015.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18, n. 28, p. 09-18, 2015.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina.** Ano 18, n. 28, p. 19-31, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill.** Ano 18, n. 28, p. 32-67, 2015.

ACOSTA Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa.** Ano 18, n. 28, p. 68-91, 2015.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18, n. 28, p.92-105, 2015.

MATO, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração do carvão mineral de Benga em Moçambique e a expropriação da terra dos nativos: alguns apontamentos referentes à acumulação por espoliação.** Ano 18, n. 28, p.106-131, 2015.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18, n.28, p. 132-148, 2015.

WAHREN, Juan ;SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18, n. 28, p. 149-164, 2015.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay:conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n. 28, p.165-185, 2015.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en Puebla, México.** Ano 18. n.28. p.206-222, 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240, 2015.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturalesy su aplicación desde américa latin.** Ano 18. n.28. p. 241-264, 2015.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del litio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29, p. 48- 69, 2015.

FACCO, Vinicius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR.** Ano. 18. n. 29.p.70- 100, 2015.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29, p.101-132, 2015.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150, 2015.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173, 2015.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p.174-193, 2015.

VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18. n. 29, p.220 -232, 2015.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios.** Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador.** Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

ROSS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná.** Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil.** Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP.** Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos.** Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionantes para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná.** Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima.** Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas.** Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

SCHEUER, Junior Miranda. **Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff.** Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar cooperativo.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER. **La soberanía alimentaria desde la extensión universitaria: repensando ‘los’ territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina).** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productiva (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **“No podemos hablar de paz si tenemos hambre”. Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitária** (Relatório de Campo). Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC.** Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô.** Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. **Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP.** Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira.** Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território.** Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional.** Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on.** Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional.** Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo.** Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro.** Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay.** Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

LIMA, Adelson Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisia Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

BEZERRA, Lívia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrário en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI.** Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana.** Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas.** Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguaçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná.** Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo**. Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense**. Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará**. Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. **Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências**. Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil**. Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA**. Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP: uma análise a partir da produção e consumo**. Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos**. Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador**. Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CARDOSO, Messias Alessandro. **Conflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária.** Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado.** Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI.** Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR).** Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento “Mario Lago”, Ribeirão Preto/SP.** Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária.** Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR.** Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil.** Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes.** Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales.** Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar.** Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áreas cultivadas com tabaco.** Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada.** Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder**. Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas**. Ano 20, n. 38, p. 68-105, 2017.

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas**. Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo**. Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio**. Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique**. Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHU, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?**. Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorange. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo**. Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces**. Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena**. Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo *tekoha*: os acampamentos de retomadas e a conquista do *teko porã* (*bem viver*)**. Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina**. Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brilhante (MS)**. Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade.** Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai.** Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos.** Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

SANT'ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano.** Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números.** Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil.** Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático.** Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: viente años de lucha en Cerro de San Pedro, México.** Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.

AVILA, Agustin; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina.** Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança.** Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá.** Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho.** Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014.** Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joanderson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil).** Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL).** Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes. **MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR**. Ano 21, n. 41, p. 12-38, 2018.

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKY, Luis Claudio. **Assentamentos rurais e as modificações econômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu**. Ano 21, n. 41, p. 39-61, 2018.

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. **Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens**. Ano 21, n. 41, p. 62-84, 2018.

GASPARI, Luciane Cristina de; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP**. Ano 21, n. 41, p. 85-101, 2018.

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. **Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista**. Ano 21, n. 41, p. 102-119, 2018.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro**. Ano 21, n. 41, p. 120-137, 2018.

GULLA, Joaquín Cardeillac; LEZICA, Lorena Rodríguez. **Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay**. Ano 21, n. 41, p. 138-164, 2018.

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. **Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território**. Ano 21, n. 41, p. 165-191, 2018.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flavio dos. **No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas**. Ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. **A licenciatura em educação do campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais**. Ano 21, n. 41, p. 218-235, 2018.

ARAGÓN, Luís Eduardo. **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação**. Ano 21, n. 42, p. 14-33, 2018.

NUNES, Francivaldo Alves. **Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica no século XXI**. Ano 21, n. 42, p. 34-50, 2018.

BRITO, Rosane; CASTRO, E. **Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade do processo em curso na BR-163**. Ano 21, n. 42, p. 51-73, 2018.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Interrogating the advance of agribusiness in the Amazon: production, rend and politics**. Ano 21, n. 42, p. 74-97, 2018.

STAEVIE, P. M. **Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira**. Ano 21, n. 42, p. 98-112, 2018.

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente; CALVI, Miquéias; REIS, Cristiano Cardoso. **Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara.** Ano 21, n. 42, p. 135-161., 2018.

FEARNSIDE, Phillip Martin. **Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a barragem amazônica mais controversa do Brasil.** Ano 21, n. 42, p. 162-185, 2018.

SILVA, Cristiano Nunes; LIMA, Ricardo Angelo Pereira; MARINHI, Wicka Nazaré. **Desestruturação territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidrelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes – Amazônia – Brasil).** Ano 21, n. 42, p. 186-201, 2018.

RODRIGUES, Jodinson Cardoso. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações.** Ano 21, n. 42, p. 202-228, 2018.

TOZI, Shirley Capela; MASCARENHAS, Abraão Levi; PÓLEN, Ricardo Reis. **Água, conflitos e política ambiental na Amazônia Legal brasileira.** Ano 21, n.42, p. 229-256, 2018.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO, J.; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **O rural e o urbano na Amazônia Metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará.** Ano 21, n. 43, p. 257-281, 2018.

HERRERA, José Antônio; SANTOS, Fernanda Oliveira; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Permanência na Comunidade Ciclo do Bananal em Vitória do Xingú, Pará: um estudo a partir do lugar.** Ano 21, n. 43, p. 282-308, 2018.

KOHLHEP, G. **O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e desenvolvimento regional para a Amazônia brasileira.** Ano 21, n. 42, p. 309-331, 2018.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé. **Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado – PA.** Ano 21, n. 43, p. 332-353, 2018.

PALHETA, João Márcio; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **Por uma outra territorialização na Amazônia paraense.** Ano 21, n. 43, p. 354-372, 2018.

SOBREIRO FILHO, José; MANAÇAS, Ulisses. **Questão Agrária, o massacre de Pau D'Arco e violência na Amazônia: uma entrevista com Ulisses Manaças.** Ano 21, n. 43, p. 376-396, 2018.

LEITE, Acácio Zuninga. **Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do Índice de Gini.** Ano 21, n. 44, p. 10-28, 2018.

MELO, Danilo Souza; BRAZ, Adalto Moreira. **A questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária.** Ano 21, n. 44, p. 29-53, 2018.

KARAS, Tiago Satim; JOHNSON, Guillermo Alfredo. **Formação socioespacial das políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul.** Ano 21, n. 44, p. 54-78, 2018.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; FERREIRA, Lara Cristine Gomes; GARVEY, Brian. **A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro.** Ano 21, n. 44, p. 79-100, 2018.

ADOUE, Sílvia Beatriz. **De incêndios e especialização produtiva. Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile.** Ano 21, n. 44, p. 101-126, 2018.

ARIZA, Julian Andres; GAZZANO, Maria Inés. **Lucha de jóvenes por tierra en Uruguay: de lo microsocioal a la constitución de sujetos.** Ano 21, n. 44, p. 127-152, 2018.

MOREIRA, Dorcelina Aparecida. **Das 'escolinhas de favores' à 'escola de direito': a educação no/do campo no município de Goiás.** Ano 21, n. 44, p. 153-176, 2018.

COBOS, Jeidei Yasmin Galeano. **Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias.** Ano 21, n. 44, p. 177-184, 2018.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; VIEIRA, Noemia Ramos; ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **Residência Agrária: uma proposta pedagógica e metodológica.** Ano 21, n. 45, edição especial p. 12-31.

BOGO, Maria Nalva de Araújo. **Terra e educação em disputa: um estudo das ações educacionais da Fibria/Veracel papel e celulose no extremo sul da Bahia.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 32-49, 2018.

LIMA, Eloíza Aparecida Cerino; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **Educação do Campo como projeto de desenvolvimento e de vida para o campo.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 50-71, 2018.

AZÊREDO, Rauni Fernandes; CRISTOFOLLI, Pedro Ivan. **Estratégias de acumulação de capital do cooperativismo agrário paranaense: o caso da Coamo Agroindustrial Cooperativa.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 72-93, 2018.

MATHEUS, Fernanda Aparecida; FELICIANO, Carlos Alberto. **Ciência, terra e poder: uso e apropriação das terras públicas no Sudoeste Paulista.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 94-121, 2018.

MEDINA-NARANJO; Julian; ALMEIDA, Ana Lúcia Jesus. **Brasil e Colômbia: desenvolvimento, saúde e práticas espaciais.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 122-146, 2018.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. **Perfil do uso de agrotóxicos no Sudoeste do Paraná (2011-2016).** v. 22, n. 46, p. 13-40, jan.-abr. 2019.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. **An outline of the use of agrochemicals in southwestern Paraná (2011-2016).** v. 22, n. 46, p. 41-67, jan.-abr. 2019.

NORDER, Luiz Antonio; LOBO, Natália Santos. **A percepção dos profissionais de educação sobre o impacto dos agrotóxicos em escolas rurais no estado do Mato Grosso.** v. 22, n. 46, p. 68-84, jan.-abr. 2019.

GOES, Denilson Manfrin; CAMPOS, Margarida de Cássia. **Uso de agrotóxicos e produção agroecológica: percepção de estudantes secundaristas de uma escola do campo.** v. 22, n. 46, p. 85-105, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. **As escalas geográficas de poder como formas de subordinação e insubordinação na luta pela Educação do Campo no Brasil.** v. 22, n. 46, p. 106-132, jan.-abr. 2019.

CRUZ, Abigail Bruna da; AZEVEDO, Sandra de Castro de. **Geografia escolar e escola no campo: investigações sobre a educação geográfica numa escola rural com currículo urbano.** v. 22, n. 46, p. 133-155, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **"A volta dos que não foram": camponês e/ou agricultor familiar? Reflexões teórico-conceituais e a pertinência do campesinato.** v. 22, n. 46, p. 156-174, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **"The return of those who never went": Peasant and / or family farmer? Theoretical-conceptual reflections and the pertinence of the peasantry.** v. 22, n. 46, p. 175-191, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Posseiros no médio São Francisco: planejamento estatal e mobilidade do trabalho.** v. 22, n. 46, p. 192-213, jan.-abr. 2019.

KLUCK, **Erick Gabriel Jones.** *Posseiros in the middle São Francisco: state planning and labor mobility.* v. 22, n. 46, p. 214-233, jan.-abr. 2019.

SANTOS, Thiago Araujo. **Dilemas políticos para o semiárido brasileiro: um breve panorama até crise do lulismo.** v. 22, n. 46, p. 234-258, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Douglas Menezes de. **A centralidade da disputa pela terra na questão agrária brasileira.** v. 22, n. 46, p. 259-281, jan.-abr. 2019.

NASCIMENTO JÚNIOR, Lindberg; DUARTE, Douglas Ambiel Barros Gil. **Alterações ambientais no estado do Paraná: um enfoque geográfico sobre a dinâmica fluviométrica e as transformações no campo.** v. 22, n. 46, p. 282-308, jan.-abr. 2019.

SILVA, Hulda Rocha e; CELENTANO, Danielle; ROUSSEAU, Guillaume. **Sistemas agroflorestais como estratégia para a restauração do passivo ambiental de assentamentos rurais da Amazônia maranhense.** v. 22, n. 46, p. 309-315, nota, jan.-abr. 2019.

PEREIRA, Lorena Izá. **MATOPIBA: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato.** V. 22, n. 47, p. 09-21, dossiê MATOPIBA, 2019.

SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes de; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **MATOPIBA: a Inteligência Territorial Estratégica (ITE) e a regionalização como ferramenta.** V. 22, n. 47, p. 22-45, dossiê MATOPIBA, 2019.

BEZERA, Juscelino Eudâmidas; GONZAGA, Cíntia Lima. **O discurso regional do Matopiba no poder legislativo federal: práticas e políticas.** V. 22, n. 47, p. 46-63, dossiê MATOPIBA, 2019.

REIS, Simony Lopes da Silva; PERTILE, Noeli. **O MATOPIBA: a modernidade e a colonialidade do desenvolvimento agrícola brasileiro.** V. 22, n. 47, p. 64-86, dossiê MATOPIBA, 2019.

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. **"Pioneiros" do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola.** V. 22, n. 47, p. 87-122, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FREDERICO, Samuel; ALMEIDA, Marina Castro de. **Capital financeiro, land grabbing e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA.** V. 22, n. 47, p. 123-147, dossiê MATOPIBA, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. **MATOPIBA: controle do território e expansão da fronteira da estrangeirização da terra.** V. 22, n. 47, p. 148-172, dossiê MATOPIBA, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. **Acumulação pela renda terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira**. V. 22, n. 47, p. 173-201, Dossiê MATOPIBA, 2019.

SPADOTTO, Bruno Rezende; COGUETO, Jaqueline Vigo. **Avanço do agronegócio nos cerrados do Piauí: horizontalidades e verticalidades na relação entre o ambientalismo dos pobres e o controle de terras pelo capital financeiro**. V. 22, n. 47, p. 202-229, dossiê MATOPIBA, 2019.

FELICIANO, Carlos Alberto; ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro. **Tocantins no contexto do MATOPIBA: Territorialização do agronegócio e intensificação dos conflitos territoriais**. V. 22, n. 47, p. 230-247, dossiê MATOPIBA, 2019.

ALMEIDA, Juscinaldo Goes; SODRÉ, Ronaldo Barros; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de. **O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: Impactos da Expansão do Agronegócio na Microrregião de Chapadinha**. V. 22, n. 47, p. 248-271, Dossiê MATOPIBA, 2019.

CASTRO, Raifran Abidimar de. **Resistências camponesas maranhenses às estratégias de dominação e territorialização empresariais**. V. 22, n. 47, p. 272-295, dossiê MATOPIBA, 2019.

MONDARDO, Marcos Leandro; AZEVEDO, José Roberto Nunes de. **MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais**. V. 22, n. 47, p. 296-320, dossiê MATOPIBA, 2019.

SILVA, Andréa Leme da; SOUZA, Cláudia de; ELOY, Ludivine; PASSOS, Carlos José de Sousa. **Políticas ambientais seletivas e expansão da fronteira agrícola no Cerrado: impactos sobre as comunidades locais numa Unidade de Conservação no oeste da Bahia**. V. 22, n. 47, p. 321-347, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FAVARETO, Arilson; NAKAGAWA, Louise; KLEEB, Suzana; SEIFER, Paulo; PÓ, Marcos. **Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba**. V. 22, n. 47, p. 348-381, Dossiê MATOPIBA, 2019.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão**. V. 22, n. 47, p. 382-412, dossiê MATOPIBA, 2019.

VIEIRA, Francisca Pereira; NÓBREGA, Mariana Conceição Leal; ASSUMPÇÃO E LIMA, Débora. **Dona Francisca: entre cabaças, caminhos de lutas e sementes de resistência**. Relatos de campo, v. 22, n. 47, p. 413-433, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FOLMER, Ivanio; MEURER, Ane Carine. **A territorialização do MST a partir da Educação do Campo nos assentamentos Fazenda Annoni e Bela Vista**. V. 22, n. 48, p. 14-37, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O território como categoria da Educação do Campo: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/territorialidades**. V. 22, n. 48, p. 38-57, 2019.

MONTEBLANCO, Felipe Leindecker; CORDEIRO, Márcio Pereira. **Os assentamentos da reforma agrária e os meandros da formação de uma bacia leiteira no município de Santana do Livramento (Campanha Gaúcha/RS)**. V. 22, n. 48, p. 58-84, Dossiê Território em Movimento, 2019.

PEDON, Nelson Rodrigo; CORRÊA, Rubens Arantes. **Escola e currículo: um ensaio sobre territórios em disputa**. V. 22, n. 48, p.85-97, Dossiê Território em Movimento, 2019.

ALVES, Flamarion Dutra. **Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade**. V. 22, n. 48, p.98-113, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CHELOTTI, Marcelo Cervo; CARVALHO, Isabele de Oliveira. **A Formação do Licenciando Participante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/PIBID Interdisciplinar Educação do Campo**. V. 22, n. 48, p. 114-136, Dossiê Território em Movimento, 2019.

SULZBACHER, A, W. **Perspectivas das categorias Território e Campo na análise geográfica**. V. 22, n. 48, p. 137-153, Dossiê Território em Movimento, 2019.

ZIMMERMANN, Angelita.; MEURER, Ane Carine. **Educação do Campo: o egresso da Pedagogia da Alternância no Noroeste do RS**. V. 22, n. 48, p. 154-173, Dossiê Território em Movimento, 2019.

DAMBRÓS, Cristiane. **Contexto histórico e institucional na demarcação de terras indígenas no Brasil**. V. 22, n. 48, p. 174-189, Dossiê Território em Movimento, 2019.

TERRA, Ademir. **A pertinência do conceito de território para análise de assentamentos rurais**. V. 22, n. 48, p. 190-205, Dossiê Território em Movimento, 2019.

HETTWER, Henrique Rudolfo. **O neoliberalismo no espaço educacional brasileiro – uma análise geopolítica**. V. 22, n. 48, p. 206-223, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Geografias das lutas por direitos no distrito do Grajaú-SP: o caso do movimento social “Nós da Sul”**. V. 22, n. 49, p. 15-30, 2019.

KUBOYAMA, Rey; CUNHA, FÁBIO CÉSAR ALVES. **“A escola é nossa!”: territorialidades do movimento estudantil nas ocupações das escolas de Londrina (PR) em 2016**. V. 22, n. 49, p. 31-58, 2019.

COUTINHO, Elenice Aparecida; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. **A mobilidade cotidiana campo-cidade nas sociedades rurais em Cajuri e Coimbra/MG**. V. 22, n. 49, p. 59-82, 2019.

LUIZ, Luana Fernanda; NARDOQUE, Sedeval. **Programa Nacional de Crédito Fundiário em Três Lagoas/MS: desdobramentos e entraves para a recriação do campesinato**. V. 22, n. 49, p. 83-110, 2019.

MERCADANTE, Patrícia Tozzo de Matos; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária e transição agroecológica: experiências de sustentabilidade no assentamento 20 de Março em Três Lagoas/MS**. V. 22, n. 49, p. 111-139, 2019.

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro; MAURO, Rogério Antônio; CALALA, Manoel. **Desafios para o parcelamento dos assentamentos de reforma agrária sob a perspectiva ambiental a partir da experiência do MST em Goiás**. V. 22, n. 49, p. 140-167, 2019.

SILVA, Paulus Vinicius; GRZEBIELUCKAS, Cleci. SANTOS, Josiane Silva Costa dos Santos. **Benefícios e Entraves do Programa Aquisição Alimentos - PAA Diamantino-MT**. V. 22, n. 49, p.168-188, 2019.

VIANA, Camila Eduarda; TRICHES, Rozane Marcia; CRUZ, Fabiana Thomé da. **Que qualidades para quais mercados? O caso do queijo colonial da microrregião de Capanema, Paraná**. V. 22, n. 49, p. 189-210, 2019.

SANTOS, Flávio Reis; SILVA, Magda Valéria. **Produção agrícola familiar no Brasil: experiências materializadas em três mesorregiões do estado de Goiás.** V. 22, n. 49, p. 211-243, 2019.

SOUSA, Rafael Benevides de. **Campesinização e resistências ao agronegócio do dendê no nordeste paraense.** V. 22, n. 49, p. 244-270, 2019.

LIMA, Maria Messias Ferreira. **Agricultura familiar camponesa no semiárido cearense: o desenvolvimento rural desigual e combinado como corolário da expansão capitalista no campo.** V. 22, n. 49, p. 270-296, 2019.

DOMINGUEZ, Diego Ignacio. **Cartografía de la agroecología y las disputas territoriales en Argentina.** V. 22, n. 49, p. 297-313, 2019.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo deFreitas; PEREIRA, Lorena Izá; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Tendências dos estudos sobre questão agrária a partir das publicações da Revista NERA.** V. 22, n. 50, p. 08-20, 2019.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos; SPOSITO, Eliseu Savério. **Terra e Geografia.** V. 22, n. 50, p. 21-39, 2019.

SILVA, Jesiel Souza. **Breve revisitação ao conceito de campesinato.** V. 22, n. 50, p. 40-63, 2019.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O paradigma originário da educação do campo e a disputa de territórios materiais/imateriais com o agronegócio.** V. 22, n. 50, p. 64-90, 2019.

SOBREIRO FILHO, José; CARDOSO, Messias Alessandro; VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. **Os gigantes dos pés de barro da reforma agrária no Brasil: análise crítica dos Planos Nacionais de Reforma Agrária I e II por meio do debate paradigmático.** V. 22, n. 50, p. 91-115, 2019.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Questão agrária, conflitos e violência no campo brasileiro.** V. 22, n. 50, p. 116-134, 2019.

ZENETTI, Fábio Luiz. **Cooperativismo e disputas territoriais no Paraná: o caso da Cocamar e da Corol.** V. 22, n. 50, p. 135-151, 2019.

MARICHAL, Walter Oreggioni; PAREJA, Matías Carámbula. **¿Otro consumo es posible? La experiencia de grupos de consumidores y su vínculo con los productores agroecológicos en Uruguay.** V. 22, n. 50, p. 152-172, 2019.

Ó LOIOLA, Valéria do; SILVA, Tânia Paula. **As táticas sustentáveis para um melhor gerenciamento do território no município de Cáceres-MT.** V. 22, n. 50, p. 173-192, 2019.

LOPES, Cláudio Ribeiro; MIRANDA, Napoleão. **O Geoparque Bodoquena-Pantanal (MS) reificação da natureza ou proposta de preservação ambientalista?** V. 22, n. 50, p. 193-207, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Land grabbing for agro-extractivism in the second neoliberal phase in Brazil.** V. 22, n. 50, p. 208-238, 2019.

FREDERICO, Samuel. **From subsistence to financial asset: the appropriation of the Brazilian Cerrado lands as a resource.** V. 22, n. 50, p. 239-260, 2019.

NASCIMENTO, Rodrigo Cavalcanti; FREDERICO, Samuel; SAWELJEW, Yuri. **Financial capital and land control: new rentiers on the Brazilian agricultural frontier**. V. 22, n. 50, p. 261-286, 2019.

GOETTER, Jones Dari; MOTA, Juliana Graziéli Bueno. **Gentes|terras: o ouvir mútuo das geografias indígenas**. V. 23, n. 54, p. 9-34, 2020.

LUNA, Diana Itzu Gutiérrez. **Geografías de muerte versus tejidos territoriales de vida: otros modos de elaboración política (México)**. V. 23, n. 54, p. 35-58, 2020.

VELÁSQUEZ, Yanga Villagómez. **Acerca de la poscolonialidad y el desarrollo como paradigma de transformación social en América Latina**. V. 23, n. 54, p. 59-89, 2020.

ROCHA, Otávio Gomes. **Territorialidades indígenas no México e a experiência do povo maseual de Cuetzalan (Puebla): diálogos e contribuições para as lutas indígenas no Brasil**. V. 23, n. 54, p. 90-114, 2020.

GUERRA, Emerson Ferreira; ARRUZZO, Roberta Carvalho. **Geografia e povos indígenas: um panorama da produção brasileira contemporânea**. V. 23, n. 54, p. 115-136, 2020.

SANTOS, Gilberto Vieira; THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **O movimento indígena contemporâneo e a Geografia**. V. 23, n. 54, p. 137-162, 2020.

LIRA, Keyte Ferreira; ROSSETTO, Onélia Carmen. **Territorialidade indígena: trajetórias para implantação de uma nova aldeia no Parque Indígena do Xingu (PIX) – Mato Grosso – Brasil**. V. 23, n.54, p. 163-185, 2020.

SILVA, Beatriz Barbosa; GONÇALVES, Cláudio Ubiratan; SANTOS JÚNIOR, Avelar Araújo; PINTO, Luana Elis Oliveira. **Limolaygo Toype: as assembleias indígenas e a construção da identidade territorial dos Xukuru do Ororubá**. V. 23, n. 54, p. 186-211, 2020.

PASSOS, Delaíde Silva; BELATTI, Gabriela Solidário de Souza. **Desenvolvimento e territórios indígenas na Amazônia brasileira no período ditatorial**. V.23, n. 54, p. 212-232, 2020.

GOMIDE, Maria Lúcia Cereda; AIKANÃ, Carlos. **Terras indígenas em áreas de transição cerrado-amazônia em Rondônia: o caso da T. I. Tubarão Latunde**. V. 23, n. 54, p. 233-259, 2020.

ALMEIDA, Elson Pereira; VIDAL, Maria Rita. **O uso de elementos de etnomapeamento no ensino de geografia em terras indígenas**. V. 23, n. 54, p. 259-283, 2020.

SILVA, Cássio Alexandre. **A natureza de um território no sertão do norte de Minas Gerais: a ação territorial dos Xakriabá**. V. 23, n. 54, p. 284-302, 2020.

GOETTER, Jones Dari; MOTA, Juliana Graziéli Bueno. **Por caminhos e andanças indígenas (a geobricolagem como trilha)**. V. 23, n. 54, p. 303-329, 2020.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; PEREIRA, Lorena Izá. **Da centralidade da questão agrária à atualidade da luta pela terra e reforma agrária no Brasil**. V. 23, n. 55, p. 09-20, set.-dez., 2020.

SILVA, Raimundo Pires; LORENZO, Helena Carvalho de. **Questão agrária: uma discussão necessária**. V. 23, n. 55, p. 21-37, set.-dez., 2020.

BACCARIN, José Giacomo; OLIVERA, Jonatan Alexandre; MARDEGAN, Gláucia Elisa. **Monocultura e concentração da terra: efeitos da expansão da cana-de-açúcar na estrutura fundiária do Estado de São Paulo, Brasil.** V. 23, n. 55, p. 38-62, set.-dez., 2020.

ALMEIDA, Suenia Cibeli Ramos. **O legado da concentração de terra no Brasil e seus efeitos sobre a soberania alimentar: o caso da produção de sementes crioulas do MPA.** V. 23, n. 55, p. 63-90, set.-dez., 2020.

SILVA, Lucas Bento da; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **Estrutura agrária e a dinâmica da disputa territorial no Quilombo Cafundó –SP – Brasil.** V. 23, n. 55, p. 91-110, set.-dez., 2020.

CARVALHO, Ana Maria de; SIQUEIRA, José do Carmo Alves. **Violências reais e simbólicas nos conflitos agrários brasileiros e a atuação estatal.** V. 23, n. 55, p. 111-137 set.-dez., 2020.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes de; ROSSONI, Roger Alexandre. **A reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995-2019).** V. 23, n. 55, p. 138-164, set.-dez., 2020.

MOREIRA, Fabiano Greter. **As relações produtivas nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS.** V. 23, n. 55, p. 165-190, set.-dez., 2020.

MARCHETTI, Fábio Frattini; SANTOS, João Dagoberto dos; MARQUES, Paulo Eduardo Morizzi. **Dinâmicas socioeconômicas de famílias assentadas e suas relações com a agrobiodiversidade em áreas de reforma agrária.** V. 23, n. 55, p. 191-207, set.-dez., 2020.

JUSTO, Marcelo. **Agroecologia e agricultura urbana na cidade de São Paulo: movimentos socioespaciais e socioterritoriais.** V. 23, n. 55, p. 218-242, set.-dez., 2020.

JUSTO, Marcelo Gomes. **Agroecology and urban agriculture in the city of São Paulo: sociospatial and socio-territorial movements.** V. 23, n. 55, p. 218-241, set.-dez., 2020.

KONZGEN, Queli Rejane da Silva; MANTELLI, Jussara. **As estratégias de reprodução social e econômica da agricultura familiar: um estudo sobre as perspectivas de permanência e continuidade do grupo agroecológico do Remanso – Canguçu/RS.** V. 23, n. 55, p. 243-268, set.-dez., 2020.

BERNINI, Carina Inserra. **Políticas ambientais como caminho para o acesso à terra: uma estratégia eficaz para a territorialidade de comunidades tradicionais?** V. 23, n. 55, p. 269-293, set.-dez., 2020.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **A educação em agroecologia e as disputas de classe no ensino superior: estudo de caso de formações pioneiras instituídas em universidades públicas brasileiras.** V. 23, n. 55, p. 294-321, set.-dez., 2020.

PEREIRA, Higor; LOBATO, Sidney. **Educação para “lavar a liberdade”: trabalho, sindicalismo rural e educação popular em Afuá-PA (1989-1994).** V. 23, n. 55, p. 322-342, set.-dez., 2020.

SANTOS, Thiago Araujo; NEVES, Joser Ceyton; MELO, Aliucha de. **Notas para uma crítica geográfica das ideologias: a modernidade truncada e a vertigem do progresso no município de Três Lagoas-MS.** V. 23, n. 55, p. 343-361, set.-dez., 2020.

PEREIRA, Lorena Izá. **Do global ao local: as singularidades do controle do território no Paraguai.** V. 23, n. 55, p. 362-382, set.-dez., 2020.

GALVÁN, Gabriel Horacio; RIBEIRO, Dinalva Donizete. **Impactos da cultura da soja no êxodo rural na Argentina (1990 – 2017)**. V. 23, n. 55, p. 383-401, set.-dez., 2020.

RECLUS, Eliseé. **Ao meu irmão, o camponês**. Traduzido por Sergio Aparecido Nabarro, v. 23, n. 55, p. 402-408, set.-dez., 2020.

VALE, Ana Rute do. **A questão de gênero na Geografia Agrária: Entrevista com Rosa Ester Rossini**. V. 23, n. 55, p. 409-426, set.-dez., 2020.

SILVA, Allan Rodrigo de Campos. **Resenha: Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência, de Rob Wallace**. V. 23, n. 55, p. 427-431, set.-dez., 2020.

PEREIRA, Lorena Izá; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O “passar a boiada” na questão agrária brasileira em tempos de pandemia**. V. 24, n. 56, p. 08-23, jan.-abr., 2021.

MARÇAL, Alessandro Silva; MARÇAL, Cláudia Cristina Lima; ROCHA, Gilberto de Miranda. **Os múltiplos territórios dos pescadores tradicionais do litoral amazônico brasileiro: da invisibilidade à negligência**. V. 24, n. 56, p. 24-50, jan.-abr., 2021.

ALMEIDA, Miriam Cléa; MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. **Território e memórias do trabalho: a produção agrícola nas margens do rio de Contas no Distrito de Suçuarana – Tanhaçú – Bahia**. V. 24, n. 56, p. 51-71, jan.-abr., 2021.

CERQUEIRA, Maria Clara Salim. **As contradições do patrimônio cultural e natural na luta pelo território dos apanhadores de flores sempre-vivas**. V. 24, n. 56, p. 72-92, jan.-abr., 2021.

SANTOS, Cássia Betânia Rodrigues. **Evidências de um crime: o fechamento da Escola Municipal Boa Esperança**. V. 24, n. 56, p. 93-112, jan.-abr., 2021.

FEITOSA, Osmiriz Lima; OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de. **A lógica da reforma agrária na Amazônia brasileira: uma política pública para atender ao capital**. V. 24, n. 56, p. 113-138, jan.-abr., 2021.

GONÇALVES, Elienai Constantino. **Zoneamento Territorial para a Cana-de-açúcar no estado de São Paulo (ZTC): Uma proposta crítica ao Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucroalcooleiro (ZAA)**. V. 24, n. 56, p. 139-161, jan.-abr., 2021.

NASCIMENTO, Monalisa Lustosa; LEITE, Alexandre Cesar Cunha. **Acaparamiento e controle de terras: a presença chinesa em terras brasileiras e argentinas**. V. 24, n. 56, p. 162-186, jan.-abr., 2021.

GUEDES BICA, Emiliano. **Organizaciones de la producción familiar y políticas públicas en el marco del desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay**. V. 24, n. 56, p. 187-212, jan.-abr., 2021.

MATHEUS, Fernanda Aparecida. **Resenha: A atualidade da reforma agrária na América Latina e Caribe**. V. 24, n. 56, p. 213-218, jan.-abr., 2021.

PERTUZ, Marcia Arteaga; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioespaciais e socioterritoriais na América Latina**. V. 24, n. 57, p. 09-23, Dossiê I ELAMSS, 2021.

HALVORSEN, Sam; FERNANDES, Bernardo Mançano. TORRES, Fernanda Valeria. **Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparada**. V. 24, n. 57, p. 24-53, Dossiê I ELAMSS, 2021.

SAQUET, Marcos. **Uma Geografia (i)material voltada para a práxis territorial popular e descolonial**. V. 24, n. 57, p. 54-78, Dossiê I ELAMSS, 2021.

PEREIRA, Lorena Izá. **Movimentos socioterritoriais na luta contra a estrangeirização do território: o caso da Liga Nacional de Carperos no Paraguai**. V. 24, n. 57, p. 79-103, Dossiê I ELAMSS, 2021.

SOBREIRO FILHO, José. **Quando nasce uma mãe e sua luta por todos: breve análise sobre a formação do Movimento Nacional Campesino Indígena (MNCI) na Argentina**. V. 24, n. 57, p. 104-126, Dossiê I ELAMSS, 2021.

MOITA, Dalva Maria da; SILVA JÚNIOR, Amintas da; SCHMITZ, Heribert. **Mobilizações a favor e contra a Reserva Extrativista do Litoral Sul de Sergipe**. V. 24, n. 57, p. 127- 157, Dossiê I ELAMSS, 2021.

GADELHA, Renata Rocha. **História e Lutas da Territorialização do Movimento de Mulheres Camponesas de Minas Gerais**. V. 24, n. 57, p. 158-184, Dossiê I ELAMSS, 2021.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A Escola Nacional Florestan Fernandes: território de resistência imaterial dos movimentos socioterritoriais**. V. 24, n. 57, p. 185-209, Dossiê I ELAMSS, 2021.

CHIABOTTO, Cristian Da Cruz; MONTAGNER, Rosangela. **Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST): narrativas, memórias e histórias na luta pela terra**. V. 24, n. 57, p. 210-231, Dossiê I ELAMSS, 2021.

BORGES, Gerson Antonio Barbosa. **Los movimientos socioterritoriais emergen del territorio y construyen nuevos proyectos de desarrollo territorial**. V. 24, n. 57, p. 232-254, Dossiê I ELAMSS, 2021.

MELLO, Juliana Cristina de; FINATTO, Roberto Antônio; EDUARDO, Márcio Freitas. **Reforma agrária e Agroecologia: reflexões a partir das experiências do acampamento Herdeiros da Terra de 1° de Maio - Paraná**. V. 24, n. 57, p. 255-282, Dossiê I ELAMSS, 2021.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **Juventude camponesa na luta pela educação pública no Ceará, Brasil**. V. 24, n. 57, p. 283-301, Dossiê I ELAMSS, 2021.

MATHEUS, Fernanda Aparecida. **Resenha: La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina: Campesinos, agronegocio y neodesarrollismo**. V. 24, n. 57, p. 302-306, Dossiê I ELAMSS, 2021.

BARBETTA, Pablo; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Notas/Memórias Fotográficas: Los movimientos campesinos como productores de espacio y territorio. La cartografía social en la región semi-árida y húmeda del Chaco argentino**. V. 24, n. 57, p. 307-314, Dossiê I ELAMSS, 2021.

BUSCIOLI, Roberson; DALPEIRO, Lara. **Notas/Memórias Fotográficas: Comunidades tradicionais, trabalho e turismo no contexto latino-americano e caribenho: elementos para compreendermos as relações dialéticas de resistências nos territórios de Manaus (Brasil), Vale Sagrado (Peru) e Vale dos Viñales (Cuba)**. V. 24, n. 57, p. 315-326, Dossiê I ELAMSS, 2021.

ARAÚJO, Jhonatas Ramos Macario de. **Notas/Memórias Fotográficas: Terra, capital, trabalho: das mãos que tecem territórios de vida, luta e resistência aos impactos do desenvolvimento econômico**. V. 24, n. 57, p. 327-334, Dossiê I ELAMSS, 2021.

PEREIRA, Lorena Izá; ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **A política agrária no governo Bolsonaro: as contradições entre a expansão do agronegócio, o avanço da fome e o antiambientalismo.** V. 24, n. 58, p. 08-27, mai.-ago., 2021.

CARVALHO, Jéssyca Tomaz de; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. **O agronegócio no Brasil: o discurso da fração de classe reinante.** V. 24, n. 58, p. 28-55, mai.-ago., 2021.

MOURA, Felipe Moretto; AZEVEDO, Sandra de Castro de. **Escolas rurais, a educação do campo e o livro didático de geografia.** V. 24, n. 58, p. 56-80, mai.-ago., 2021.

FERNANDES, Rosane Rosa Dias; MARTINS, Danielli Calabrez. **Pedagogia da alternância no Espírito Santo: o projeto profissional e os impactos na vida dos jovens camponeses.** V. 24, n. 58, p. 81-99, mai.-ago., 2021.

ALMEIDA, Maria Geralda de. **Agroextrativistas e as controvérsias nas políticas sociais e ambientais no assentamento de Maracá, no estado do Amapá.** V. 24, n. 58, p. 100-124, mai.-ago., 2021.

TERRA, Ademir; VIANA, Francisco de Oliveira. **A produção camponesa no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: desafios e conflitos socioambientais.** V. 24, n. 58, p. 125-145, mai.-ago., 2021.

LIMA, Rodolfo de Souza; PAULA, Ricardo Pires de. **Subordinação e resistência: as implicações da Contrarreforma Agrária de Mercado no Pontal do Paranapanema – SP.** V. 24, n. 58, p. 146-187, mai.-ago., 2021.

SANTOS, Ayolse Andrade Pires dos; CARVALHO, Joelson Gonçalves de. **Campesinato e agricultura de subsistência em São Tomé e Príncipe: notas para se pensar desenvolvimento e inclusão.** V. 24, n. 58, p. 168-188, mai.-ago., 2021.

LISSANDRELLO, Guido. **Las izquierdas y las Ligas Agrarias del Nordeste argentino (1970-1976). Una revisión de la literatura existente y una propuesta de investigación.** V. 24, n. 58, p. 189-211, mai.-ago., 2021.

NAVAS, Rafael; HIRAI, Wanda Griep; OLIVEIRA, Maria Alice Araújo. **Produção agroecológica na Zona da Mata alagoana: análise do uso de agrotóxicos e a alternativa orgânica em assentamento de reforma agrária.** V. 24, n. 58, p. 212-228, mai.-ago., 2021.

SANTOS, Régia Cristina Alves dos; CELERI, Márcio José. **Resenha: Continuum colonial.** V. 24, n. 58, p. 229-235, mai.-ago., 2021.